

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UNICEUB)  
E UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL (UNL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO  
DOUTORADO EM DIREITO**

**NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA**

**JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO:  
DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E À MEMÓRIA**

**BRASÍLIA**  
Dezembro, 2017

**NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA**

**JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO:  
DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E A MEMÓRIA**

Tese apresentada igualmente à Banca Avaliadora do Programa de Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília, na área de concentração em Direito e Políticas Públicas, e à Universidad Nacional del Litoral como requisito para alcançar a dupla titulação. Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy e Prof. Dr. José Manuel Benvenuti (Director de tesis UNL)

**BRASÍLIA**

Dezembro, 2017

**NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA**

**JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO:  
DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E A MEMÓRIA**

Tese apresentada igualmente à Banca Avaliadora do Programa de Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília, na área de concentração em Direito e Políticas Públicas, e à Universidad Nacional del Litoral como requisito para alcançar a dupla titulação.

Aprovada em: \_\_\_\_/12/2017.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (Orientador – UNICEUB)

---

Prof. Dr. José Manuel Benvenuti (Director de tesis – UNL)

---

Prof. Dr. Cristiano Paixão (UNB)

---

Prof. Dr. Justo Reyna (UNL)

---

Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva (UNICEUB)

---

Prof. Dr. Bruno Amaral Machado (UNICEUB)

Dedico a todos aqueles que acreditam na capacidade do ser humano de se renovar, aprender e evoluir e na existência da igualdade como essência da raça humana como valores indispensáveis ao respeito da dignidade e da intangibilidade humana.

## AGRADECIMENTOS

Iniciando as pesquisas, percebi que o desafio era grandioso, porém pude contar com a motivação, o arrimo, a credibilidade e a generosidade de pessoas especiais: professores, familiares, amigos e colegas que tornaram possível transformar momentos de dedicação e isolamento em possibilidades.

A arte de escrever uma tese é eminentemente estar só, pesquisar, refletir e produzir, mas não é a solidão. A essas pessoas que não me permitiram a solidão agradeço.

Ao Prof. Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy sempre terei o que agradecer, desde as inspiradoras aulas do doutoramento até o término da presente tese. Agradeço: a confiança em mim depositada; o apoio na empreitada da dupla titulação (sem esse decisivo apoio, certamente este trabalho hoje não existiria); a disponibilidade; as orientações reveladoras; a dedicação de tempo e paciência, sempre cordial; os constantes ensinamentos em diálogos iluminadores; a compreensão das minhas dificuldades e limitações e a crença de que era possível.

No Centro Universitário de Brasília (Uniceub), quero agradecer ao Prof. Dr. Marcelo Dias Varella, cujas aulas de Direitos Humanos serviram de base e inspiração para o prosseguimento do trabalho; a pertinência temática entre a disciplina e meu objeto de estudo permitiram uma maximização recíproca das possibilidades, e o rigor das exigências me prepararam para a etapa final do doutoramento. Ao Prof. Dr. Bruno Amaral Machado, agradeço pelas valiosas sugestões no exame de qualificação, as quais tive em mente até o momento da conclusão da tese, bem como pelas indispensáveis pistas metodológicas, e por fim pela contribuição carinhosa e desobrigada.

Na Universidade Nacional del Litoral (UNL), agradeço imensamente ao meu diretor de tese, Decano José Manuel Benvenuti, primeiro pela aceitação e pelo comprometimento em assumir a orientação de uma aluna estrangeira, mesmo com as naturais barreiras e dificuldades apresentadas pela distância, e depois por aceitar o desafio de contribuir com um trabalho em outra língua; deixo aqui o meu muito obrigada.

Ao professor Gonzalo Sozzo, que me recebeu na UNL com gentileza e exemplar espírito colaborativo, buscando disponibilizar o necessário para facilitar minha adaptação e desenvoltura naquele país. Também me forneceu os primeiros ensaios sobre o tema do acesso à informação na Argentina, além de intermediar profícuas *charlas* com pessoas (advogados,

juristas, sociólogas, assistentes sociais e historiadores) ligadas aos movimentos dos direitos humanos pertinentes às vítimas de graves violações. Uma experiência extraordinária.

Quanto ao corpo administrativo das instituições acadêmicas, no Brasil devo um primeiro e muito especial agradecimento à Marley, que sempre me atendeu com presteza, atenção e carinho em todas as intercorrências que se apresentaram. Era um verdadeiro farol a me guiar nas questões burocráticas e, às vezes, o próprio barco a me conduzir. Na Argentina, agradeço à Lucena, um verdadeiro anjo em minha vida, para todos os momentos e todos os assuntos (aluguel, escola para minha filha, o que era interessante, o que era perigoso, enfim, uma verdadeira amiga); facilitou minha acomodação e a da minha família, que me acompanhava naquele momento, além de ter oferecido um norte para questões burocráticas da Academia.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes) e à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPE - DF) pelo apoio.

Todas essas pessoas mencionadas tornaram esta tese, em alguma medida, possível e melhor; incumbe agora o agradecimento a todas aquelas pessoas que tornaram a minha vida melhor ao longo destes últimos anos. No Brasil, as minhas queridas amigas e colegas de trabalho Luseni Maria Cordeiro de Aquino e Emília Ferreira, porque sempre acreditaram e me incentivaram; a minhas irmãs Nilbete S. de Oliveira e Nilmara S. de O. Plácido; aos meus irmãos Nilton Santana de Oliveira e Paulo S. de Oliveira, e aos meus queridos pais José Alves de Oliveira Neto e Josefa Santana Almeida de Oliveira, responsáveis primeiros por esta conquista, que desde cedo tiveram como propósito a boa orientação e a educação formal dos filhos. Na Argentina, tive a sorte e felicidade de fazer amigos; a Mariné Nicola, Norma Estela Zwiener, María Emilia Gagnetten, Víctor Mantovani, *gracias*.

E, finalmente, agradeço ao meu companheiro Elias C. de O Lima e à minha filha Elis Mariane S. de O. Lima, que sempre me apoiaram. “Forçados” ao intercâmbio, foram comigo, deram o seu melhor e se mostraram ainda mais valorosos e compreensivos das minhas ausências no momento que mais precisei, o *sprint* final. Amo vocês.

“A nossa crença na realidade da vida e na realidade do mundo não são, com efeito, a mesma coisa. A segunda provém basicamente da permanência e da durabilidade do mundo, bem superiores às da vida mortal. Se o homem soubesse que o mundo acabaria quando ele morresse, ou logo depois, esse mundo perderia toda a sua realidade, como a perdeu para os antigos cristãos, na medida em que estes estavam convencidos de que as suas expectativas escatológicas seriam imediatamente realizadas. A confiança na realidade da vida, pelo contrário, depende quase exclusivamente da intensidade com que a vida é experimentada, do impacto com que ela se faz sentir.”

(Hannah Arendt)

## RESUMO

A presente tese busca investigar criticamente a promoção da justiça de transição a partir da realidade da transição brasileira pós-período autoritário, encetando pelos conceitos de transição política e consolidação democrática para então descrever e analisar o modelo fundado pela justiça de transição brasileira e lançar luz sobre o desenvolvimento dos eixos estruturantes da justiça de transição. A **asserção** de uma nova compreensão dessa problemática envolve a necessidade da percepção de elementos conceituais sobre o direito de acesso à informação, à verdade, à memória e à justiça; essa parte conceitual visa a ordenar o conhecimento teórico indispensável para trilhar um caminho reflexivo de inteligência dos fatos para em seguida alargar o entendimento do objeto pesquisado para além da teoria. Analisam-se dois importantes mecanismos da justiça de transição no Brasil, a Lei de Anistia e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), este último numa perspectiva comparativa com a Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (Conadep) argentina, suas conclusões, suas recomendações e seus resultados alcançados. Foi realizada uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica com abordagem qualitativa dos instrumentos utilizados para produção da justiça de transição. A tese examina: i) as diferentes dimensões do problema que envolvem início e término da transição política e da justiça de transição no Brasil; ii) o direito de acesso à informação, como direito à transparência ativa e passiva de todos os atos governamentais e documentos em poder do Estado que se constituem em mecanismos indispensáveis à livre participação consciente, responsável e plena do cidadão; iii) o direito à verdade, sob as dimensões individual e coletiva (memória social), em relação aos acontecimentos do período autoritário; iv) o direito à reparação; v) o direito à justiça; v) a reforma das instituições e a pacificação social. O último capítulo encerra o raciocínio sobre o fim da justiça de transição, tendo o Brasil se manifestado sobre todos os seus eixos sem, entretanto, satisfazer de forma mais completa o direito à verdade e à memória, a reforma institucional e a justiça persecutória. Finalmente, indicam-se possíveis caminhos para a não repetição dos crimes de lesa-humanidade praticados durante o período de autoritarismo, como a implementação das recomendações da CNV, a modificação do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a Lei de Anistia e a hierarquia dos tratados de direitos humanos, elevando-os à hierarquia constitucional, consoante entendimento doutrinário predominante, e/ou a inclusão de dispositivo literal sobre o tema na Constituição Federal, assim como fez a Argentina.

Palavras-chave: Justiça de transição. Direito de acesso à informação, à verdade e à memória. Comissão Nacional da Verdade. Conadep. Consolidação da democracia.



## RESUMEN

Esta tesis intenta investigar críticamente la promoción de la justicia de transición desde la realidad de la transición brasileña pos-período autoritario, pasando por los conceptos de transición política y consolidación democrática para entonces describir y analizar el modelo fundado por la justicia de transición brasileña y clarear el desarrollo de los ejes estructurantes de la justicia de transición. La afirmación de una nueva comprensión acerca de esa problemática involucra la necesidad de la percepción de elementos conceptuales sobre el derecho de acceso a la información, a la verdad, a la memoria y a la justicia; esa parte conceptual intenta ordenar el conocimiento teórico indispensable para caminar por un sendero reflexivo de inteligencia de los hechos para que, después, ampliar el entendimiento del objeto investigado para allende la teoría. Se analizan dos importantes mecanismos de la justicia de transición en Brasil, la Ley de Amnistía y la Comisión Nacional de la Verdad (CNV), ese último bajo una perspectiva comparativa con la Comisión Nacional Sobre Desaparición de Personas (Conadep) de Argentina, sus conclusiones, sus recomendaciones y resultados alcanzados. Fue hecha una investigación de exploración, descriptiva y analítica con abordaje cualitativo de los instrumentos utilizados para producción de la justicia de transición. La tesis examina: i) las diferentes dimensiones del problema que involucran comienzo y término de la transición política y de la justicia de transición en Brasil; ii) el derecho de acceso a la información, tal como el derecho a la transparencia activa y pasiva de todos los actos gubernamentales y documentos bajo el poder del Estado los cuales se constituyen en mecanismos indispensables a la libre participación consiente, responsable y plena del ciudadano; iii) el derecho a la verdad, bajo las dimensiones personal y colectiva (memoria social), respecto a los acontecimientos del periodo autoritario; iv) el derecho a la reparación; v) el derecho a la justicia; vi) la reforma de las instituciones y la pacificación social. El capítulo último cierra el pensamiento del fin de la justicia de transición, y Brasil se manifestó sobre todos sus ejes sin, todavía, satisfacer de manera más completa el derecho a la verdad y la memoria, la reforma institucional y la justicia persecutoria. Finalmente, se indican posibles caminos para la no repetición de los crímenes de lesa humanidad llevados a cabo al largo del período de autoritarismo, tal como la implementación de las recomendaciones de CNV, la modificación del entendimiento del Supremo Tribunal Federal sobre la Ley de Amnistía y la jerarquía de los tratados de derechos humanos, alzándolo a la jerarquía constitucional, en conformidad con el entendimiento doctrinario predominante y/o a la inclusión de dispositivo literal sobre el tema en la Constitución Federal, igual que Argentina ha hecho.

Palabras clave: Justicia de transición. Derecho de acceso a la información, a la verdad y a la memoria. Comisión Nacional de la Verdad. Conadep. Consolidación de la democracia.

## ABSTRACT

The present thesis aims to critically investigate the justice transition promotion from the reality of the Brazilian transition of the post-authoritarian period, initiating from the political transition concepts and democratic consolidation to describe and analyze the model that was founded by the justice of Brazilian transition and to launch a light over the development of the structuring axes of the transition justice. The assertion of a new comprehension of this problem involves the perception necessity of conceptual elements over the right of information access, the truth, the memory and the justice; this conceptual part aims to order the theoretical knowledge that is crucial to walk an intelligence reflexive path of the facts and then to increase the understanding over the researched object besides the theory. Two important mechanisms of the justice transition in Brazil are analyzed, the Amnesty Law and the National Truth Commission (CNV), this last one in a comparative perspective with the National Commission about the Disappearance of People (Conadep) Argentina, its conclusions, its recommendations and reached results. An exploratory, descriptive and analytical research was realized with a qualitative approach of the used instruments for the productions of the transition justice. The thesis examines: i) the different dimensions of the problem that involve the beginning and the end of the political transition and the transition justice in Brazil; ii) the right of access to information, as a right to the active and passive transparency of all governmental acts and documents that are at the power of the State that is constituted in crucial mechanisms to the free conscious, liable and full participation of the citizen; iii) the right to know the truth, under individual and collective dimensions (social memory), in relation to the events of the authoritarian period; iv) the right of preparation; v) the right of justice; v) the reform of the institutions and the social pacification. The first chapter closes the reasoning about the end of the transition justice, Brazil manifesting about all the axes without, however, satisfies in a more complete way the right of truth and memory, the institutional reform and the persecutory justice. Finally, possible paths are indicated for the non-repetition of the practiced crimes of lesa-humanity during the authoritarian period, with the implementation of the recommendations of CNV, the modification of the understanding of the Federal Supreme Court about the Amnesty Law and the hierarchy of the human rights treaties, elevating them to the constitutional hierarchy, consonant the predominant doctrinal understanding, and/or the inclusion of the literal device over the theme in the Federal Constitution, as Argentina did.

Keywords: Transition justice. Right of access to information, to the truth and to the memory. National Truth Commission. Conadep. Democracy consolidation.

## LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AI	Ato Internacional
AN	Arquivo Nacional
ANH	Associação Nacional de História
BA	Estado Burocrático Autoritário
BNM	Brasil Nunca Mais
CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
Cenimar	Centro de Informação da Marinha
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos/Corte Internacional de Direitos Humanos
CIEX	Centro de Informação do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNV	Comissão Nacional da Verdade
Conadep	Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas
COM	Código Penal Militar
CRM	Conselho Regional de Medicina
Cuped	Centro Único de Procesamiento Electrónico de Datos
DIP Propaganda	Departamento de Imprensa
DOI-CODI	Destacamentos de Operações e Informações e Centros de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EMC	Educação Moral e Cívica
ERP	<i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
ESG	Escola Superior de Guerra
Esceme	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ESMA	Escola Mecânica da Armada
EUA	Estados Unidos da América
FAs	Forças Armadas

FEB	Força Aérea Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GT	Grupo de Trabalho do CNJ
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IMLs	Institutos Médicos Legais
Infoseg	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização
IPES	Instituto de Pesquisas Sociais
ISER	Instituto de Estudos da Religião
LAI	Lei de Acesso à Informação
LPS	Lei de Pacificação Social
MPF	Ministério Público Federal
MRI	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i>
OAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
OAB-SP	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNDH	Programa Nacional dos Direitos Humanos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POCs	<i>Prisoners of Conscience</i> (Prisioneiros da Consciência)
URSS	União da República Socialista Soviética
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
Ternuma	Terrorismo Nunca Mais
TJs	Tribunais de Justiça
TPI	Tribunal Penal Internacional
TPII	Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia
TPIR	Tribunal Penal Internacional para Ruanda
Triple A	Aliança Anticomunista Argentina
UDN	União Democrática Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 COMPREENDENDO O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E AO TEMA DA MEMÓRIA .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 INVESTIGAÇÕES SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E À MEMÓRIA COMO DIREITO HUMANO A SER GARANTIDO PELO ESTADO.....</b>	<b>33</b>
2.1.1 Delimitando conceitos aplicáveis.....	35
2.1.1.1 O que pretende a verdade? .....	36
2.1.1.2 O tema da memória .....	41
<b>2.2 DO DIREITO À VERDADE NO PANORAMA INTERNACIONAL.....</b>	<b>46</b>
2.2.1 Genealogia e aspectos iniciais do direito à verdade.....	47
2.2.1.1 Fundamentação jurídica do direito à verdade e à memória.....	50
2.2.2 O direito à verdade e sua vinculação com a dignidade da pessoa humana.....	51
2.2.2.1 A ampliação do conteúdo do direito à verdade .....	52
<b>2.3 APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA DOS DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>57</b>
2.3.1 Críticas de Edmund Burke .....	57
2.3.2 Considerações de Michel Villey .....	58
2.3.3 Ponderações adotadas por Hannah Arendt.....	59
2.3.4 Entendimento de Herrera Flores .....	62
<b>2.4 O TEÓRICO DA BUSCA PELA VERDADE E MEMÓRIA NA ARGENTINA .....</b>	<b>64</b>
<b>2.5 PRÁTICAS ARGENTINAS E BRASILEIRAS INAUGURATIVAS DA BUSCA DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E À MEMÓRIA.....</b>	<b>70</b>
2.5.1 A recuperação da verdade, da memória e do direito de acesso à informação na Argentina – Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep) .....	74
2.5.2 A referência preambular da verdade e da memória da Ditadura no Brasil: o informe Brasil Nunca Mais .....	82
2.5.3 A Teoria dos Dois Demônios.....	89
2.5.4 Quem pode ser responsabilizado pela prática de crimes de graves violações aos direitos humanos?.....	91
2.5.5 Diferenças entre os movimentos sociais argentinos e brasileiros .....	95
2.5.6 Reflexões sobre a publicidade e a participação social como motrizes dos direitos humanos .....	101
2.5.7 A Verdade como mecanismo da justiça de transição.....	104
<b>3 TRANSIÇÃO POLÍTICA PARA A DEMOCRACIA E O DINAMISMO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA ARGENTINA E NO BRASIL: REFLEXOS SOBRE A VERDADE, A MEMÓRIA E O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO .....</b>	<b>105</b>
<b>3.1 TIPOLOGIA DO AUTORITARISMO NA AMÉRICA DO SUL E SEUS REFLEXOS, SEGUNDO O'DONNELL.....</b>	<b>106</b>
3.1.1 Maior complexidade sobre Transições Políticas.....	109
<b>3.2 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E SEUS CÂNONES .....</b>	<b>119</b>
3.2.1 Contexto político e historiográfico nos dois países .....	124
3.2.1.1 Breve cenário historiográfico e político do período ditatorial do Brasil....	126
3.2.1.2 Breve cenário historiográfico e político do período ditatorial da Argentina....	141
3.2.2 Ponderações sobre a Justiça de Transição como novo campo dos direitos humanos na Argentina e no Brasil.....	145

3.2.2.1 Especificidades da Argentina.....	147
3.2.2.2 Especificidades do Brasil .....	150
3.2.3 Debate sobre a Lei de Anistia no Brasil.....	152
3.2.3.1 Análise da decisão da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) .	155
3.2.3.2 Críticas à decisão da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ...	168
3.2.4 Mecanismos da justiça de transição a favor do direito de acesso à informação, à verdade, à memória e à justiça .....	171
3.2.5 Comissão da Verdade em Outros Países.....	173
<b>4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS RELATÓRIOS DA CONADEP E DA CNV</b>	
– <b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	176
4.1 <i>DECIFRANDO AS COMISSÕES – CONADEP E CNV</i> .....	177
4.1.1 Relevância dos Programas Nacionais dos Direitos Humanos (PNDH) para o Brasil .	178
4.1.2 Críticas do setor militar ao PNDH-3.....	182
4.2 <i>INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE</i> .....	185
4.3 <i>CONHECENDO A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE</i> .....	190
4.3.1 Descortinando a organização e o mandato da Conadep e da CNV.....	190
4.3.2 Prazo para conclusão dos procedimentos .....	195
4.3.3 Procedimentos e autonomia da CNV .....	196
4.3.4 A ampla competência investigativa da CNV .....	197
4.3.5 Experiência e convivência com outros órgãos e a sociedade.....	199
4.3.5.1 Debate sobre os procedimentos adotados pelas Comissões.....	200
4.4 <i>INVESTIGAÇÃO DA RESISTÊNCIA ARMADA AO REGIME MILITAR</i> .....	203
4.4.1 Críticas aos trabalhos e ao relatório da Comissão Nacional da Verdade.....	205
4.5 <i>COMPREENDENDO O RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE</i> .....	208
4.5.1 Os caminhos da organização dos relatórios .....	210
4.5.1.1 Elementos dinamizadores da organização da Conadep e da CNV.....	210
4.5.2 Conjecturas sobre as conclusões da Conadep e da CNV .....	217
4.5.3 Persistência do quadro de graves violações de Direitos Humanos no Brasil.....	227
4.6 <i>RECEPÇÃO DAS CONCLUSÕES DA CONADEP E A PUBLICIZAÇÃO DOS HORRORES</i> .....	230
4.7 <i>CONJECTURAS SOBRE AS PERSPECTIVAS DAS RECOMENDAÇÕES COMO MECANISMOS DE INTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM DIREÇÃO À DEMOCRACIA</i> .	236
4.7.1 Recomendações como medidas da Justiça Transicional.....	236
4.7.1.1 Promoção da justiça .....	237
4.7.1.2 Reformas institucionais .....	241
4.7.1.3 Revelação da verdade.....	245
4.7.1.4 Reparação das vítimas .....	245
4.7.1.5 Preservação e divulgação da memória .....	247
4.7.2 A dimensão da justiça como vertente do direito à verdade.....	251
<b>5 O TÉRMINO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL E A NÃO EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E À JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS.....</b>	<b>260</b>
5.1 <i>TRANSITOLOGIA E CONSOLIDOLOGIA</i> .....	262
5.1.1 Etapas da transição e suas consequências .....	264
5.1.2 Mecanismos legais de abertura, reconciliação e reparação.....	266
5.1.3 Preocupações da consolidologia .....	269
5.2 <i>OS LIMITES DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL</i> .....	270

5.2.1 Medidas de inflexão à democracia voltadas à reparação e produção da verdade ..	275
5.2.2 Desdobramentos sociais das medidas de inflexão .....	278
5.2.3 Reparação econômica e social – medida de reconhecimento e justiça ou exagero?....	279
<b>5.3 DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES EMPREENDIDAS E O IMPERATIVO DE AVANÇO NO QUE SE CONSERVAM INCONCLUSAS A APURAÇÃO E A REPARAÇÃO DOS CRIMES COMETIDOS .....</b>	<b>284</b>
5.3.1 Limitações ao Direito de acesso à informação na justiça de transição brasileira ..	286
5.3.2 Investigações paralelas à Comissão da Verdade .....	287
<b>5.4 AS RECOMENDAÇÕES COMO DERRADEIRAS MEDIDAS DA CNV.....</b>	<b>288</b>
5.4.1 Renovando a lógica das instituições – reforma institucional.....	288
5.4.2 Desafio das recomendações sobre promoção da justiça .....	293
5.4.3 O invariável pensamento das Forças Armadas brasileiras diante das mudanças trazidas pelo processo de democratização do Estado brasileiro e pelo relatório da CNV ....	294
<b>5.5 O BRASIL E A INVERSÃO DA LÓGICA DA TRANSIÇÃO .....</b>	<b>299</b>
5.5.1 Reconhecimento e consistência da democracia .....	306
<b>5.6 CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO.....</b>	<b>313</b>
5.6.1 Incorporação dos tratados internacionais .....	315
5.6.2 Avanço e retrocesso com a Emenda Constitucional Nº 45 sobre a previsão normativa dos direitos humanos na Constituição Federal do Brasil .....	315
5.6.2.1 Integração dos tratados de proteção internacionais de direitos humanos no Brasil .....	317
5.6.3 A reforma da Constituição Nacional da Argentina e a significativa mudança da previsão normativa dos direitos humanos .....	325
5.6.4 Medidas para o futuro .....	333
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>336</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>353</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>390</b>
ANEXO A .....	390
ANEXO B .....	391
ANEXO C .....	392
ANEXO D .....	393
ANEXO E .....	394
ANEXO F .....	395
ANEXO G .....	396
ANEXO H .....	397
ANEXO I .....	398
ANEXO J .....	399
ANEXO K .....	400
ANEXO L .....	401
ANEXO M .....	402
ANEXO N .....	403
ANEXO O .....	404
ANEXO P .....	405
ANEXO Q .....	406

## 1 INTRODUÇÃO

As proposições práticas e teóricas assentadas pela transição e consolidação democráticas, notadamente aquelas mais debatidas, concernentes às medidas de justiça em relação às violações que foram perpetradas pelos regimes ditatoriais, têm garantido lugar de proeminência em diversas disciplinas da teoria social, desde a Ciência Política até o Direito, e suas análises serão aqui sopesadas.

O desenvolvimento da temática, principalmente por parte das Ciências Sociais, permitiu o surgimento de algumas distintas teorias; dessemelhantes hipóteses foram confrontadas em estudos teóricos e experiências analisadas. A elaboração do assunto pela teoria do Direito reside, mais propriamente, no campo do Direito Humano internacional e na formação da jurisprudência das Cortes internacionais, quando de julgamentos das questões transicionais, construindo e sustentando condenações por descumprimentos dos preceitos garantidores dos direitos humanos. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos serve de orientação para a construção interna dessa temática.

O estudo ora apresentado não se limita à teórica do tema da justiça de transição, do direito de acesso à informação e à verdade e do tema da memória. A pesquisa está intercalada com acontecimentos reais – valorizando a memória – e parte de três episódios históricos: as ditaduras, a justiça de transição e as comissões da verdade do Brasil e da Argentina, acompanhando as medidas legais e as expectativas jurídicas e sociais entrecruzadas que permearam esses acontecimentos, para analisar as realizações pertinentes à matéria.

Na sequência, adentra-se a tessitura do questionamento sobre a justiça de transição conclusa ou inconclusa no Brasil, considerando algumas perspectivas teóricas do pensamento jurídico-político de realização da democracia, dialogando desde o aspecto da abertura democrática até a consolidação da democracia e do Estado Democrático de Direito; e, finalmente, defendem-se proposições que podem enriquecer o debate voltado para o respeito aos direitos humanos, o fortalecimento da democracia, a preservação da paz social e, precipuamente, a busca por construções legais que contribuam com a ideia de não repetição dos trágicos atos de violações. Nesse ponto, considera-se a própria experiência brasileira de adoção dos tratados internacionais de direitos humanos no sentido de internalizá-los com mais eficiência, bem como a experiência argentina sobre o mesmo tema, a partir da reforma



constitucional de 1994. Desse modo, viabiliza-se o aporte teórico vislumbrado para a formulação da presente tese.

A resposta à questão do término da justiça de transição implica um caráter multifacetário que analisará outras questões teóricas subjacentes, diretamente relacionadas com os eixos da justiça de transição, como a realização da verdade e do acesso à informação, além da justiça e da paz social e suas implicações, o que redundará numa contribuição ao conhecimento teórico e ao debate científico a respeito da transição de regimes políticos.

A produção acadêmica acerca dos processos de transição trazida por Huntington e O'Donnell provocou uma inflexão importante nas teorias sobre transições políticas, como também uma série de generalizações sobre o tema, que podem ser verificadas e sintonizadas por meio de estudos de caso, como se faz nesta tese, que tem como diferenciais: a indicação de que não se aplica a teoria dos dois demônios ao Brasil; a comparação entre as comissões da verdade da Argentina e do Brasil, analisando e compreendendo seu resultados; as inferências sobre o término da justiça de transição no Brasil e a não concretização de alguns eixos da justiça de transição, finalmente suscitando proposituras para o fortalecimento da democracia no Brasil a fim de dignificar cada vez mais os direitos humanos.

A cognição da justiça de transição indica que ela possui como finalidade eliminar os empecilhos que conectam dois regimes políticos, estimulando o desenvolvimento dos eixos da verdade, da memória, da responsabilização do Estado em face das vítimas, da punição dos agentes estatais que cometeram violências durante o período ditatorial e da efetivação e concretização dos Direitos Humanos, visando à reconstrução da democracia.

Os processos de embates por redemocratização, por terem sido tratados como meras aberturas políticas, reduziram o alcance das medidas de justiça e de memória que se seguiram no Brasil. Isso porque as forças militares sempre impuseram o receio real e também imaginário de retorno ao autoritarismo. Dentro desse contexto, os governos democráticos, oprimidos entre a necessidade de reformas sociais e as pressões por estabilização e crescimento econômico, com uma certa dose de ausência de vontade política, fragilizaram sua capacidade de romper mais direta e francamente com o legado autoritário e com os fragmentos de poder conservados pelos setores sociais que apoiaram ou realizaram o regime ditatorial. Por isso existe a dificuldade de cumprir com a obrigação, entre outras, do direito de acesso à informação, à verdade e à memória.

Por intermédio da presente tese, almeja-se inicialmente constituir um alicerce teórico que fundamente o estudo e lhe dê diretrizes, prosseguindo com a análise comparativa das comissões para demonstrar que o Brasil ainda não realizou um exame completo e meticuloso das décadas do período da ditadura, marcado por violência e opressão.

Não obstante se tenha discutido, instituído e/ou tomado posição sobre todas as medidas pertencentes aos eixos da transição, e que algumas medidas tenham contribuído para o esclarecimento da verdade, da preservação da memória, do respeito e da valorização dos direitos humanos, tais medidas ainda se distanciam do atingimento completo do ambicionado pelos eixos da justiça de transição, especialmente se comparadas com as medidas realizadas na Argentina, país vizinho que passou igualmente por períodos de exceção.

Por essa razão, surge a hipótese comparativa. A escolha em realizar uma comparação de países de uma mesma região geográfica, Brasil e Argentina, deu-se em função: das afinidades fáticas, presumivelmente dotadas de características históricas, sociais e políticas razoavelmente semelhantes no processo do passado de golpes e ditaduras militares vivido pelos dois países, embora com contornos distintos; da proximidade geográfica, que viabilizou ações conjuntas como a Operação Condor naquele período; e das semelhanças e dessemelhanças nos procedimentos e nas práticas adotadas após a última ditadura vivenciada por cada país. Especialmente porque a Argentina é considerada como o país que mais avançou na efetivação das medidas da Justiça de Transição, com destaque para a promoção da justiça. Dentre essas medidas, podem-se citar o julgamento e a punição dos autores dos crimes contra a humanidade praticados por militares e civis naquele período.

Três distinções básicas ocorridas dentro da realidade histórica de cada país e consideradas como pontos de reflexão pela Ciência Política guiam as ponderações entre os dois países. O primeiro diz respeito ao tipo de transição (por colapso e pactuada); o segundo considera a maior participação e consistência e as reivindicações dos movimentos em defesa dos direitos humanos existentes na Argentina; e, finalmente, há a notada longevidade da ditadura no Brasil no convívio com as violações. Essas distinções importam em diferenciadas configurações políticas voltadas à promoção de julgamentos por violações aos direitos humanos durante os regimes autoritários.

As linhas de pesquisa em tela visam a fomentar o raciocínio reflexivo, analítico, crítico e questionador sobre os conceitos, as práticas, os resultados e a eficácia/ineficácia das conclusões e recomendações elencadas pelas Comissões de Esclarecimento – Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil e Comissão Nacional sobre Desaparecimento de

Pessoas (Conadep) na Argentina – no cumprimento de seus objetivos de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e a harmonização social.

O estudo não pretende alcançar a macrocomparação que, em princípio, seria a busca científica mais exaustiva, sem corte específico, que tolhesse de forma mais direta o assunto; ao contrário, aborda-se o tema pelo método da microcomparação<sup>1</sup>, que se traduz no estudo de uma parte específica de um sistema jurídico e não de todo o sistema.

Para se chegar à resposta da problemática proposta, dividiu-se a tese em cinco capítulos, considerando a introdução como o capítulo primeiro.

No segundo capítulo, trata-se do direito de acesso à informação e à verdade e do tema da memória, coletiva e social, como direito humano cogente e fundamental, com pretensão universalidade e cogência, sem fugir de discordâncias, questionamentos e reflexões da teoria crítica dos direitos humanos. Expressa-se a preocupação com o não reducionismo por meio de abordagens vinculadas à chamada teoria crítica, que busca perceber a estrutura social como produto de processos históricos constitutivos.

O direito de acesso à informação possui conteúdo próprio e suas bases normativas estão previstas no catálogo de instrumentos jurídicos de cunho internacional, inserido na Constituição Federal do Brasil como direito fundamental que detém lei específica, a qual preceitua os procedimentos a serem observados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, com o fim de garantir o acesso a informações.

Surge, entretanto, a dificuldade jurídico-dogmática concernente ao direito à verdade, que *prima facie* transita por demandas atinentes a sua natureza ou razão de ser (fundamento jurídico), ou seja: qual sua fonte ou sua origem? No plano internacional e regional, sua existência no discernimento irrestrito era conferida por meio de dedução emanada de outros distintos direitos insculpidos em tratados. Contudo, qual a real acepção desse direito? O conceito de verdade é o que está abrangido pela Resolução nº 66 da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, que considera o direito à verdade uma refutação à impunidade, objetivando favorecer a apuração das violações de direitos humanos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Introdução ao direito comparado**. Coimbra: Almedina, 1998.

<sup>2</sup> UNITED NATIONS. **Study on the right to the truth**. Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 62nd session, Distr. GENERAL E/CN.4/2006/91, Feb. 08 2006.

Dito isso, pode-se mesmo pensar como Norberto Bobbio: “o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos humanos, não é mais o de fundamentá-los e sim o de protegê-los”<sup>3</sup>.

Nesse cerne, há ainda quem interrogue<sup>4</sup> se trata-se de um direito subjetivo e se, em sendo, suscita em seus titulares o direito de reivindicar juridicamente o cumprimento de procedimentos do Estado para assegurar tal direito. Ora, no Brasil, com o advento da Lei n. 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, há uma referência expressa em seu artigo 1º, o qual preceitua:

É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, **a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.** (sem destaque no original)

Portanto, a lei seguiu na mesma direção e com o mesmo intuito dos princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana, bem como das convenções que tratam da matéria; todavia, com relação ao direito, não o explicitou ou conceituou.

Os direitos humanos, assegurados por organismos internacionais e locais, e a importância de sua normalidade para a efetivação de um ambiente democrático e republicano, ganharam relevância e destaque na comunidade jurídica internacional e local. A criação da Organização dos Estados Americanos, a assinatura e ratificação de diversos instrumentos internacionais de Direito, a aceitação de direitos humanos como direitos fundamentais e as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos buscaram imprimir novo modelo de reverência aos direitos humanos, priorizando o direito de acesso à informação, à verdade e à memória. Contudo, isso não implica necessariamente um pronto cumprimento desses direitos pelos Estados.

A Declaração Universal dos Direitos dos Homens, em seu artigo 19, refere-se ao direito de acesso à informação pública; foi assegurado que, além de ser um direito essencial de cada ser humano, traz a imperiosidade da liberdade de procurar, receber e transmitir dados que estão relacionados com o exercício da cidadania, próprio do exercício da liberdade de

<sup>3</sup> BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992, p. 25.

<sup>4</sup> O famoso direito à verdade, que é o direito de saber, é um direito? Raciocinando-se em termos legais, em nome do que uma vítima tem o direito de saber o que aconteceu?” (tradução nossa). Original: “*Le fameux droit à la vérité, qui est le droit de savoir, est-il un droit? Si l’on raisonne en termes juridiques, au nom de quoi une victime a-t-elle le droit de savoir ce qui s’est passé?*” (GASPARON, Antoine. In: FABRI, Hélène Ruiz; DELLA MORTE, Gabriele et al. (Orgs.). **La clémence saisie par le droit**: amnistie, prescription et grâce en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, 2007, p. 180).

expressão<sup>5</sup>. No mesmo sentido, dispõe o artigo 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos<sup>6</sup>.

Verifica-se que ocorre uma intersecção compatível entre Direito Internacional e ordenamento jurídico interno. Ao lado da expressão direitos humanos, encontra-se a locução direitos fundamentais, inicialmente empregada pelos franceses e posteriormente levada à Alemanha. Indica que esses direitos são caracterizados por um maior grau de concretude em relação àqueles, uma vez que são acolhidos explicitamente pelo ordenamento jurídico estatal<sup>7</sup>. Desse modo, os direitos fundamentais nascem a partir do processo de positivação dos direitos humanos e do reconhecimento pelas legislações positivas de direitos, sendo considerados inerentes à pessoa humana<sup>8</sup>.

A análise concernente à memória prioriza o diálogo com a memória social,<sup>9</sup> estudada inicialmente por Halbwachs<sup>10</sup> e seguidamente por Ricoeur,<sup>11</sup> que faz uma perspectiva dos usos e abusos da memória, dividindo o conceito de memória em três partes conceituais ou, como ele prefere dizer, três chaves imperativas: memória impedida, memória manipulada e esquecimento de reserva<sup>12</sup>. O autor assevera ainda que a justiça transforma a memória em projeto. Em suas palavras: “a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto”<sup>13</sup>.

Dada a grande heterogeneidade de abordagens sobre o tema da memória, destaca-se que não se debaterá qualquer vertente psicológica ou psicanalítica, nem sistemas psíquicos e neurofisiológicos. Esclarece-se ainda que a tese tratará de forma transversal de fatos históricos

<sup>5</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos do Homem. **Human Rights**. 2015. Disponível em: <<http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-11-20.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

<sup>6</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana dos Direitos Humanos**. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>. Acesso em: 12 out. 2015.

<sup>7</sup> MORAES, Guilherme B. P. de. **Dos direitos fundamentais**: contribuição para uma teoria. São Paulo: LTr, 1997.

<sup>8</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito de Constitucional e Teoria da Constituição**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

<sup>9</sup> HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>10</sup> Maurice Halbwachs nasceu na França (1877-1945), foi um reconhecido sociólogo e sua obra mais célebre é o estudo do conceito, criado por ele, de memória coletiva. Maurice Halbwachs foi detido pela Gestapo após a ocupação nazista de Paris e deportado para Buchenwald, onde foi executado em 1945.

<sup>11</sup> Paul Ricoeur nasceu na França (1913-2005) e foi um dos grandes filósofos e pensadores franceses da segunda metade do século XX. Desenvolveu a ideia de memória coletiva e transitou nas áreas de estruturalismo e hermenêutica.

<sup>12</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007a.

<sup>13</sup> RICOEUR, Paul, cit., 2007a. p. 101

da época da vivência do autoritarismo e dos dias atuais apenas no sentido de acompanhar e compreender as medidas pertinentes à transição.

Enfatiza-se aqui a reflexão sobre a chamada teoria dos dois demônios, suas características e possibilidades; não obstante a ausência de um desenvolvimento conceitual, de pressupostos e de princípios mais apurados e técnicos sobre a mencionada teoria, foi possível construir um claro indicativo de que no Brasil não se pode concluir pela existência de dois demônios. Não houve no Brasil elementos que se aproximassem da possibilidade das duas faces demoníacas.

O terceiro capítulo visa a identificar, compreender e explicar a noção e os modos de operacionalização da justiça de transição, abordando a transição política, o perfilhamento dos eixos da justiça de transição, o contexto histórico-político dos dois países e a análise dos mecanismos de justiça de transição voltados para o direito de acesso à informação, à verdade, à memória e à justiça.

Após iniciado o engendramento do processo de transição política, quais seriam seus passos e seus desenlaces verificáveis?

Há uma unanimidade no entendimento dos estudiosos do tema de que cada país trilhará o seu próprio caminho, ou seja, os eixos que compõem a justiça de transição não são estanques, não possuem termo inicial e/ou final, prazos de durabilidade ou único itinerário a ser seguido; seu dimanar depende de fatores sociais, políticos e culturais e da habilidade e do poder dos atores envolvidos, por dizer respeito a fenômenos e processos sociais dotados de um significativo grau de complexidade. Os eixos servem de farol. Entretanto, os desenlaces se deparam com duas fronteiras que cercam essas mudanças. A primeira é a promoção de autonomia de um governo democrático (seja por pacto, seja por uma ruptura); a segunda possibilidade é o retorno das formas políticas autoritárias, que pode se concretizar de diversas maneiras. Certamente, pode ocorrer estagnação em graus intermediários, com término em regimes mistos<sup>14</sup>. No decorrer do capítulo, o tema será aprofundado.

A inquietação brotada pretende descortinar, dentro do contexto de transição política, a utilização de mecanismos de justiça de transição. Questiona-se: como a Lei de Anistia e a

---

<sup>14</sup> Nessa tipologia, pode haver inclusive bloqueios que perpetuem indefinidamente as transições sem que elas cheguem a um desfecho identificável. Daí a estranha afirmação de uma transição que não leva, durante um período, a lugar algum: “pode haver transições que comecem sem jamais chegarem a termo, mesmo que um novo regime autoritário não venha a assumir o poder”. (LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 31).

Comissão da Verdade asseguram o respeito e o cumprimento dos direitos humanos, do direito de acesso à informação, à verdade e à memória? O tipo de transição e o momento histórico de instituição e conclusão da Comissão interferem na construção e aplicação do Direito?

A análise é assinalada pelas distinções que se evidenciaram inicialmente pelo tipo de transição, de conciliação ou de ruptura, adotada em cada país; pelo comportamento de cada um a respeito da consideração de validade ou não da Lei de Anistia utilizada pelos dois países no fechar de portas da ditadura e como primeira medida de transição; pela criação de comissão da verdade.

As décadas de 1960 e 1970 representaram um período nebuloso, marcado por ditaduras que atingiram a história de diversos países, submetidos a uma onda de extrema repressão violenta na América Latina. Apresentava-se o novo autoritarismo, denominado por Guillermo O'Donnell<sup>15</sup> como Estado Burocrático Autoritário.<sup>16</sup>

O Estado Burocrático Autoritário emergiu como exigência de uma recente etapa de modernização do modelo capitalista na América Latina. Era assinalado pelo domínio do aparelho de Estado pela hierarquia militar; pela hegemonia ideológica da Doutrina de Segurança Nacional; pelo apoio político da maior parte das classes dominantes nacionais e da grande mídia; pela violenta repressão contra os opositores do regime; pela política externa voltada para os EUA e pelos tecnocratas da burocracia estatal. Sua base social não mais se constituía dos latifundiários oligárquicos ou da turba urbana de *descamisados*, e seus condutores não faziam a representação do autocrata populista, mas o oposto, pois o novo sistema autoritário substituía a antiga classe política oligárquica por uma aliança de militares, empresários e tecnocratas da burocracia estatal.<sup>17</sup>

A violência foi largamente empregada como instrumento de consolidação política dos regimes ditatoriais da Argentina e do Brasil, com o desígnio autodeclarado de “promover uma ideologia de segurança nacional alicerçada nos valores nacionais e na moral cristã”<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Guillermo Alberto O'Donnell nasceu na Argentina (1936-2011) e foi um notável cientista político. Fez seu doutoramento pela Universidade de Yale. Destacam-se as suas teses sobre os processos de transição para a democracia, o Estado burocrático e autoritário e o estabelecimento de conceitos como “accountability (responsabilidade) horizontal”, “democracia micro” e “democracia delegativa”.

<sup>16</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

<sup>17</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos**: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>18</sup> COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

O fato de que as ditaduras civis-militares instauradas em sua origem, a partir de golpes, usufruíram do efetivo protagonismo das corporações militares, treinadas no exterior em um contexto de Guerra Fria, fundadas pela ideologia de segurança nacional, e também tiveram apoio de parte da sociedade civil e da Igreja, dava a elas (ditaduras) um certo apoio da sociedade, notadamente no início do processo autoritário.

O autoritarismo ostentou um calibre regional e, a despeito das peculiaridades, aproveitou-se de métodos institucionalizados de repressão, sendo o maior exemplo dessa organização o que ficou conhecido como Plano Condor, que envolveu diretamente diversos países do Cone Sul. A ação militar reunia os serviços de informações de Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai para exterminar ameaças políticas e trabalhar juntos em operações transnacionais.<sup>19</sup>

Os colapsos de diversos governos autoritários colocaram na ordem do dia da comunidade acadêmica a discussão em torno do tema da mudança entre regimes políticos, a transição política. A transição é um momento muito aberto, um período crítico no transcorrer do qual a índole e a direção da transformação estão amarradas, antes de tudo, nas estratégias adotadas pelos grupos de atores entrelaçados nesses processos.

Bastante presentes nas reflexões que a pesquisa buscou compreender estão: a tipificação da transição política, sendo que a mais aceita delas divide-se em três blocos – transição por exclusão (Uruguai), transição por ruptura ou colapso (Argentina) e transição política negociada e ou pactuada (Brasil) –, e a fase da consolidação das novas democracias.

Essa transição política implica a implementação de medidas de justiça de transição para assegurar a passagem para a redemocratização. Para as Nações Unidas, o conceito da justiça de transição compreende a totalidade dos processos e mecanismos respeitantes aos esforços de uma sociedade por se reconciliar com um legado de graves violações de direitos humanos cometidas no passado, a fim de afiançar a responsabilização, a administração da justiça e a reconciliação.<sup>20</sup>

As transições desses regimes foram marcadas, sob o ponto de vista jurídico, por processos de redemocratização e constitucionalização. O advento da implementação de novos textos constitucionais, *habeas corpus* ou eleições diretas, dentre outros dispositivos (redução

---

<sup>19</sup> MUÑOZ, Heraldo. **A sombra do ditador**: memórias políticas do Chile sob Pinochet. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

<sup>20</sup> ANNAN, Kofi. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório S/2004/616 apresentado ao Conselho de Segurança da ONU em 23.8.04. **Revista da Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 01, p. 320-51, Brasília, jan./jun. 2009. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Repre\\_Memoria\\_pdf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Repre_Memoria_pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2017. p. 325.



da censura, permissão de manifestações etc.) retirados pelos regimes de exceção, não constitui instantânea democratização.

Finalmente, apresentam-se algumas sínteses conclusivas quanto ao tipo de transição política; aos mecanismos de justiça de transição utilizados pela Argentina e pelo Brasil; às Leis de Anistia. Nesses contextos, o *modus operandi* das transições políticas é decisivo para a materialização de condições históricas, políticas e jurídicas que favoreçam a chamada consolidação da democracia. Tais condições permeiam a construção social de estratégias de tensionamento que reúnem os múltiplos campos institucionais em reformulação.

Explorando as potencialidades trazidas pelos pilares da chamada justiça de transição, o Brasil e a Argentina se utilizaram de ao menos dois idênticos mecanismos pertencentes aos eixos temáticos: a Lei de Anistia e a Comissão da Verdade.

Destacam-se questões da legalidade/vigência/validade da Lei da Anistia no Brasil, de extrema relevância para a compreensão, discussão e análise do tema da justiça de transição. A Lei de Anistia surgiu no rescaldo do período de exceção. Ela compõe a justiça de transição e é aceita como mecanismo de passagem. Entretanto, a doutrina e a jurisprudência internacional dominante não consideram sua validade quanto à proteção penal de agentes de Estado que cometeram crimes contra a humanidade. A Argentina seguiu por esse caminho quando revogou a Lei de Anistia<sup>21</sup>, a Lei do Ponto Final<sup>22</sup> (Lei 23.492/86) – que determinava a extinção das ações penais por participação nos atos de violentas – e a Lei da Obediência Devida<sup>23</sup> – que extinguiu a punibilidade dos crimes perpetrados durante o “*Proceso*” sob a alegação de que os militares agiram em obediência devida, sob coerção de autoridades superiores, sem possibilidade de conduta adversa.

Já o Brasil não revogou a Lei de Anistia. O Supremo Tribunal Federal (STF), questionado por Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) postulada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tendo a oportunidade de declarar a inconstitucionalidade da Lei de Anistia, escolheu renunciar a esse papel, alegando que essa tarefa competiria ao Poder Legislativo. O STF, numa decisão não convencional, confirmou a vigência e a validade da Lei de Anistia na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº. 153.

---

<sup>21</sup> ARGENTINA. Lei no. 22.924 de setembro de 1983.

<sup>22</sup> Idem. Lei no. 23.492 de 24 de dezembro de 1986.

<sup>23</sup> Idem. Lei no. 23.521 de 04 de junho de 1987.

Após a decisão do Supremo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em decisão envolvendo a Guerrilha do Araguaia no “Caso Gomes Lund e Outros”, determinou que os crimes contra a humanidade (mortes, torturas e desaparecimentos) cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) devem ser devidamente investigados, processados e, se for o caso, punidos<sup>24</sup>.

A mencionada decisão ainda não foi cumprida, o que demonstra que o Brasil ainda não avançou o suficiente no reconhecimento e respeito aos direitos humanos, aos tratados e ao direito internacional humano.

Rapidamente, já no governo mais flagrantemente democrático da história política argentina<sup>25</sup>, Raúl Alfonsín sancionou a Lei 23.040/1983, que revogou e declarou irremediavelmente nula a referida Lei da Anistia; ademais, posteriormente a Argentina atendeu a decisão da Corte Internacional de Direitos Humanos, dando cumprimento aos dispositivos internacionais de proteção aos direitos humanos e anulando por completo a sua Lei de Anistia.

No quarto capítulo, faz-se a análise da microcomparação do mesmo instrumento de justiça de transição, de caráter contingente e excepcional, utilizado nos dois países estudados, que sofreram equiparável tipo de autoritarismo e violência, ressaltando os distintos resultados observados, o que permite traduzi-los em dimensões observáveis e mensuráveis.

As Comissões de Esclarecimento ou Comissões da Verdade são comumente instituídas em países recém-saídos de períodos de guerras civis ou de regimes de exceção, e têm como propósito investigar um padrão de abusos e reconhecer publicamente crimes previamente não divulgados de forma oficial, buscando modificar a maneira como um país entende e aceita parte dos aspectos mais controversos de sua história. Constituem-se em mecanismos oficiais, não judiciais e transitórios de apuração de graves violações de direitos humanos ocorridas em um determinado período de tempo.

Essas comissões significaram progressos no sentido da consolidação da democracia e da força normativa dos textos constitucionais dos dois países, e também do aprofundamento da dinâmica entre direito, política e suas representações no campo da proteção aos direitos humanos, mesmo sem função persecutória?

---

<sup>24</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Sentença de 24 nov. 2010. **Corte IDH**. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2012.

<sup>25</sup> DONGHI, Tulio Halperin de. *La Larga agonía de la Argentina peronista*. Buenos Aires. Ariel. 1994.

As comissões de esclarecimentos (CNV e Conadep), como instrumentos de justiça de transição sob os aspectos de mecanismos de efetivação do direito de acesso à informação, à memória e à verdade histórica, instauradas em países que igualmente vivenciaram períodos de ditadura militar, podem apresentar conclusões e recomendações semelhantes e resultados completamente díspares? E são essas conclusões e recomendações suficientemente capazes de alcançar os objetivos de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, e desvendar a memória e a verdade?

O estudo do instrumento jurídico não está divorciado da realidade histórica de cada país; buscam-se superar compartimentalizações acadêmicas tradicionais, evitando a armadilha de tentar definir “um campo dentro de um campo”. Nesse cerne, Boaventura de Sousa Santos critica a compartimentalização do saber científico e o policiamento das fronteiras entre disciplinas, típicos do paradigma de racionalidade científica dominante<sup>26</sup>.

Desse modo, destacou-se também o momento político, jurídico e social da criação e conclusão dos trabalhos das Comissões como fatores essenciais de influência/determinação de efetivos resultados alcançados. Como processo contínuo, as contribuições da Conadep e da CNV representam um passo inicial (Conadep) e sequencial (CNV) na construção pacífica de um Estado democrático de direito. O Informe Conadep e o Relatório produzido pela CNV ofereceram as bases para o desenvolvimento de visões comuns de futuro.

Na Argentina, no governo eleito de Raúl Alfonsín<sup>27</sup>, amplamente apoiado pela sociedade para julgar o envolvimento dos militares, foi editado o Decreto n°. 187, de 15 de dezembro de 1983,<sup>28</sup> o qual criou a Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (Conadep), que lançou, no ano seguinte, a publicação do célebre relatório *Nunca Más*. Assim, documentaram-se os crimes do terror de Estado e fez-se conhecer de forma oficial os crimes perpetrados naquele período, o que gerou um grande debate social que culminou com a revogação da Lei de Autoanistia.<sup>29</sup>

O Informe Conadep apresentou doze conclusões que se complementam e podem ser assim resumidas: as conclusões se basearam em documentos oficiais, denúncias e depoimentos; o desaparecimento forçado, a tortura e o extermínio de pessoas foram utilizados

<sup>26</sup> SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 2007. p. 46.

<sup>27</sup> Raúl Ricardo Alfonsín nasceu na Argentina (1927-2009), foi advogado e presidiu seu país de 1983 a 1989 pelo partido União Cívica Radical. Foi uma importante personalidade na história de seu país, responsável por restabelecer a vigência das instituições republicanas e dos direitos e garantias constitucionais.

<sup>28</sup> ARGENTINA, Decreto n°. 187, de 15 de dezembro de 1983.

<sup>29</sup> BUCHANAN, Paul. The Varied Faces of Domination: State Terror, Economic Policy, and Social Rupture during the Argentine "Proceso", 1976-81. **American Journal of Political Science**, v. 31, n. 2, May 1987.

como metodologia repressora e recorrente na Argentina; as vítimas pertenciam a diferentes grupos sociais; existiam diversos centros clandestinos de práticas de atrocidades; e, finalmente, até aquela data existiam 8.960 pessoas desaparecidas.

Em 1985, deram-se os julgamentos dos membros das Juntas Militares Jorge Rafael Videla e Emilio Eduardo Massera, que receberam penas de prisão perpétua. Entretanto, a punição enfrentou resistência por parte dos integrantes das Forças Armadas. Por outro lado, essas resistências geram importantes tensões aos progressos político-institucionais de um país e são categóricas para a solidificação democrática das sociedades em transição. Carlos Nino<sup>30</sup>, no livro *Juízo ao mal absoluto*, reconheceu as dificuldades políticas enfrentadas pelo presidente argentino Raúl Alfonsín em atender às pautas dos movimentos por direitos humanos. Entendeu que o fato de existir consternação e tensão social sobre a temática forçou o plano institucional a adotar decisões que não atenderam inteiramente aos clamores sociais, mas puderam representar algum progresso no panorama de conquistas democráticas.<sup>31</sup>

No Brasil, era notória a ausência de uma Comissão e, finalmente, após décadas do término do regime autoritário, em 18 de novembro de 2011, foi sancionada a Lei nº 12.528, que instituiu a Comissão Nacional de Verdade, cuja finalidade era examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, atuando no resgate dos direitos da pessoa humana e nos direitos à justiça, à memória, à verdade e ao esclarecimento.

Decorridos pouco mais de dois anos de trabalho, a Comissão apresentou relatório composto de três volumes e 4.300 páginas, assim como apresentou conclusões e recomendações. As conclusões proporcionaram: comprovação das graves violações de direitos humanos; comprovação do caráter generalizado e sistemático das graves violações de direitos humanos; caracterização da ocorrência de crimes contra a humanidade; e, finalmente, persistência do quadro de graves violações de direitos humanos.

Merecem menção as recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade, após ter investigado os crimes e as transgressões de direitos humanos cometidos durante a ditadura militar no Brasil: coligiu-se uma lista de vinte e nove recomendações às autoridades

---

<sup>30</sup> Carlos Santiago Nino nasceu na Argentina (1943-1993) e foi filósofo e jurista. Fez na Universidade de Oxford seu doutoramento em Direito no ano de 1977. Foi um dos juristas sulamericanos que alcançaram maior notoriedade acadêmica em nível internacional na segunda metade do século XX. Com a restauração da democracia na Argentina, durante os anos 1980, Nino entrou na política, trabalhando como assessor em questões de direitos humanos para o presidente Raúl Alfonsín, tendo sido o principal teórico jurídico daquele governo.

<sup>31</sup> NINO, Carlos. **Juízo al mal absoluto**. Trad. Martín F. Böhmer. Buenos Aires: Ariel, 2006.

brasileiras, sendo a maioria delas voltada à responsabilização civil e criminal. Mais à frente, o documento também recomendou transformações que gerariam grande impacto na área de segurança pública, tais como a desmilitarização da polícia e reformas no sistema carcerário, além de medidas de preservação da memória.

Os relatórios apresentados pelas comissões constituem instrumento de grande valia para os anais da história dos países, porque mostram que as sociedades argentina e brasileira buscaram conhecer e esclarecer fatos pertencentes ao seu passado que se traduzem numa nódoa em sua história política.

As Comissões, como instrumentos de desenvolvimento da justiça de transição, contribuíram para a recuperação da memória, da verdade e da justiça, assim como do direito de acesso à informação, essencial na busca da pacificação social e no desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, e trouxeram para o debate público questões que antes estavam circunscritas a pessoas que de algum modo tiveram relação com essa realidade.

Busca-se ainda realizar uma análise comparativa entre as conclusões e recomendações elencadas pelas Comissões de Esclarecimento (CNV do Brasil e Conadep da Argentina), a fim de observar os resultados e as contribuições para o implemento de progressivas e coerentes políticas públicas voltadas à valorização e ao desenvolvimento dos direitos humanos, assim como as abordagens jurídicas propositivas para a efetivação do direito de acesso à informação, à memória e à verdade histórica, levando-se em consideração os momentos históricos e políticos de sua criação e conclusão.

Os dois países utilizaram instrumentos iguais para alcançar consequências teóricas e empíricas completamente díspares, o que demonstra que a conjuntura histórica, a política social, o momento da criação e do término, o tipo de transição adotado e a vontade política influenciam fortemente os resultados da transição política e a justiça de transição. É o que se verá no desenvolvimento da tese.

Neste trabalho, de natureza eminentemente qualitativa, espera-se que a análise comparativa das formas plurais de operacionalização de mecanismos internos de justiça de transição em diferentes países permita iluminar as relações entre o maior ou menor desenvolvimento de mecanismos de acesso à verdade, à memória e à justiça.

No quinto e último capítulo, formulam-se hipóteses sobre o término da justiça de transição no Brasil, enfrentando argumentos contrários e levando-se em conta, afinal, qual o grande objetivo último desse processo de justiça de transição. Seria cumprir todos os quatro

eixos indicados? Ou seria mesmo a consolidação democrática? No mesmo cerne, o que é a consolidação democrática?

A realização de eleições livres é suficiente para consolidar a democracia ou seria necessário verificar dimensões comportamentais, atitudinais e constitucionais<sup>32</sup> mais firmes?

Numa perspectiva mais analítica,<sup>33</sup> observar-se-iam diferentes dimensões da vida social e a multidimensionalidade do fenômeno democrático. Valenzuela infere que o processo de consolidação democrática consiste na “eliminação de instituições, procedimentos e expectativas que são incompatíveis com o funcionamento mínimo de um regime democrático”<sup>34</sup>.

O'Donnell, em relação à experiência brasileira, destaca as desvantagens a que estaríamos expostos: uma maior desigualdade e suas sequelas politicamente negativas, além de uma memória menos negativa do regime autoritário, graças à predominante retórica militar do período, reforçada pela permanência no Estado de agentes políticos associados ao autoritarismo e considerados de relevância nas Forças Armadas. Tudo isso aumentaria os riscos de uma recaída autoritária, ainda que talvez sob a forma da chamada “morte lenta” da democracia, sem a mesma turbulência de golpes imediatos que caracterizam “uma morte rápida”.

Esses aspectos funcionais e institucionais valorizados pela Ciência Política serão atravessados por conceitos de Estado Democrático de Direito e democracia constitucional, e outros aspectos teóricos conceituais da dogmática jurídica serão inseridos. Com efeito, teoria e fatos encontram-se em uma relação de conformação e influência recíproca.

No campo jurídico, um dos instrumentos aptos à constante democratização é a Constituição; contemplada com princípios, ela possibilita uma releitura pontual constante da inter-relação entre as questões de Direito e as questões da Política, garantindo a higidez em parte da problemática separação que o Direito teve da Política<sup>35</sup>.

A Constituição assimila um papel inovador, segundo Marcelo Neves, por conta de sua capacidade de mediar as relações entre Direito e Política nos mais distintos planos, seja em

---

<sup>32</sup> LINZ; STEPAN, 1999, p. 23.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 25-26.

<sup>34</sup> No original: “*eliminating the institutions, procedures, and expectations that are incompatible with the minimal workings of a democratic regime*”. (VALENZUELA, Samuel J. Democratic consolidation in post- transitional settings: notion, process, and facilitating conditions. In: MAINWARING, Scott; O'DONNELL, Guillermo; VALENZUELA, Samuel (Eds.). **Issues in Democratic Consolidation: the New South American Democracies in Comparative Perspective**. Notre Dame: University of Notre Dame, 1992. p. 70)

<sup>35</sup> BARROSO, Luís Roberto. **Direito Constitucional Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar. 2009.

sua utilidade normativa ou em seus mais diversificados usos simbólicos, seja nos processos de comunicação, que permitem a entrada de demandas políticas no sistema jurídico, no qual poderão seguir apenas como simbolismos ou efetivamente ganhar normatividade.

Após essas considerações, chega-se à parte última do quinto capítulo, que são as lições que podem ser retiradas da reforma constitucional de 1994 da Argentina e ilações propositivas a esse respeito.

Sobre a temática, não se pode fugir do debate doutrinário que advém da longínqua, histórica e centenária dissensão entre Triepel e Anzilotti, entre monismo e dualismo; apesar de claramente superada pelos modernos fenômenos de construção de blocos econômicos, por vezes retorna à baila nos recorrentes debates do *zeitgeist* de internacionalização do direito<sup>36</sup>. A Reforma argentina possui traços marcadamente monistas, porém não unicamente, e traz uma mudança paradigmática no tratamento dispensado aos direitos humanos previstos em tratados e convenções internacionais ratificados ao tempo da mencionada reforma constitucional.

A República Argentina inseriu literalmente todos os instrumentos internacionais adotados por ela concernentes aos direitos humanos no texto da Constituição, no inciso 22 do art. 75, com hierarquia constitucional. E afirmou: “*Los demás tratados y convenciones sobre derechos humanos, luego de ser aprobados por el Congreso, requerirán del voto de las dos terceras partes de la totalidad de los miembros de cada Cámara para gozar de la jerarquía constitucional*”<sup>37</sup>. O constituinte, assim agindo, evita dúvidas e assegura a esses instrumentos a importância devida; estimula o respeito à dignidade da pessoa humana, ao direito internacional humano e, conseqüentemente, às decisões dos tribunais internacionais. Essa mudança de paradigma também foi essencial para concretizar o *juicio a las juntas* para efetivação da justiça persecutória.

No Brasil, a Constituição Federal, em seu art 5º, § 3º, dispõe que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> BARROSO, 2009.

<sup>37</sup> GELLI, Maria Angélica. **Constitución de La Nación Argentina comentada y concordada**. 2ª. ed. La Ley: Buenos Aires, 2004

<sup>38</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Aprovada em 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988, p. 1.

Assim, nítidas distinções se apresentam quanto aos preceitos constitucionais dos dois países; as diferenças, as possibilidades e as sugestões serão analisadas e retratadas no decorrer do capítulo.

Sobre a metodologia, tem-se que a feição do trabalho é multidisciplinar, num diálogo concebido entre Ciências Sociais, História, Ciência Política e Direito, por se reconhecer a existência de relações de interdependência e de pontos de contato entre os diferentes saberes constituídos no domínio das humanidades.

A propósito do caráter científico do trabalho, elucida Humberto Eco sobre uma tese:

[...] constitui um trabalho original de pesquisa, com o qual o candidato deve demonstrar ser um estudioso capaz de fazer avançar a disciplina a que se dedica. [...] se trata efetivamente de pesquisa original [...]. Sobretudo, é necessário “descobrir” algo que ainda não foi dito. Quando se fala em “descoberta”, em especial no campo humanista, não cogitamos de invenções revolucionárias como a descoberta da fissão do átomo, [...] podem ser descobertas mais modestas, considerando-se resultado “científico” até mesmo uma maneira nova de ler e entender um texto clássico, a identificação de um manuscrito que lança nova luz sobre a biografia de um autor, uma reorganização e releitura de estudos precedentes que conduzem à maturação e sistematização das ideias que se encontravam dispersas em outros textos.<sup>39</sup>

Os métodos utilizados no desenvolvimento da pesquisa cingem especialmente os métodos dedutivo, sistemático, analítico, descritivo e comparativo de pesquisa jurídica, com técnicas de leitura e pesquisa bibliográfica de livros, artigos, normas jurídicas, periódicos e relatórios. Registraram-se a leitura documental, o levantamento e a análise do material empírico (estudos de caso) mediante o cotejamento de dados disponíveis, sobretudo, nos relatórios das Comissões de Esclarecimento, assim como fez-se uma análise comparativa entre a CNV do Brasil e a Conadep da Argentina.

A pesquisa bibliográfica procura conhecer, apreender, expor e discutir os conceitos e as teses já desenvolvidos pelos diversos autores nas áreas de direito de acesso à informação, à memória e à verdade, de justiça de transição e comissões de esclarecimento.

No recorte analítico adotado, encontram-se os direitos de acesso à informação e à verdade e o tema da memória, como direitos fundamentais e humanos. Dentro do contexto complexo da justiça de transição, há uma abordagem microcós mica sobre a Comissão Nacional da Verdade, conclusões e recomendações da brasileira CNV e da argentina Conadep, hipóteses sobre o fim da transição no Brasil, a não realização do direito de acesso à informação, à verdade e à memória e inferências propositivas a respeito da internacionalização dos tratados referentes

---

<sup>39</sup> ECO, Humberto. **Como fazer uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 2.



aos direitos humanos, o que visa a ampliar o debate sobre a forma de adoção e a efetividade no cumprimento das convenções sobre direitos humanos para que o Estado nunca mais volte a tais práticas de violações.

## 2 COMPREENDENDO O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E AO TEMA DA MEMÓRIA

“Então, você é rei!”, disse Pilatos. Jesus respondeu: “Tu dizes que sou rei. De fato, por esta razão nasci e para isto vim ao mundo: para testemunhar da verdade. Todos os que são da verdade me ouvem”.

Perguntou Pilatos : “O que é a verdade?”

(Bíblia Sagrada, João, 18, 37)

O desejo de conhecer a verdade é próprio da natureza humana. Desde os primórdios, com o objetivo de conhecer os eventos naturais e o universo circundante, o homem busca descobrir a certeza e a confiabilidade das coisas e das ações humanas. Busca também preservar esses conhecimentos e fatos na memória individual e coletiva.

Reconhecendo a importância da verdade e da memória individual e coletiva para a preservação e evolução das sociedades, esses valores foram alçados à categoria de direitos humanos<sup>40</sup>; assim, serão expostos e utilizados os conceitos que dialoguem dialeticamente com tais direitos.

É necessário esclarecer, porém, que na presente tese serão expostos e utilizados os principais conceitos acerca dos direitos humanos internacionais, adotando-se o que mais se aproxima do escopo da tese. Entretanto, não se aprofundará o estudo acerca das diversas correntes filosóficas dos conceitos de verdade ou memória.

### 2.1 INVESTIGAÇÕES SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E À MEMÓRIA COMO DIREITO HUMANO A SER GARANTIDO PELO ESTADO

As normas internacionais contêm dispositivos protetivos aos direitos de acesso à informação, à verdade e à memória, do mesmo modo que a Constituição Federal do Brasil; a

---

<sup>40</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção de Genebra I**. Adotada a 12 de Agosto de 1949 pela Conferência Diplomática destinada a elaborar as Convenções Internacionais para a Proteção das Vítimas da Guerra, que reuniu em Genebra de 21 de Abril a 12 de Agosto de 1949. Entrada em vigor na ordem internacional: 21 de Outubro de 1950. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-I-12-08-1949.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

Corte Interamericana de Direitos Humanos vem decidindo reiteradamente sobre os temas, construindo o entendimento sobre sua obrigatoriedade e fornecendo orientação sobre o seu cumprimento.

O direito de acesso à informação foi erigido como direito humano fundamental e imprescindível no tocante à efetivação do conhecimento e à participação consciente e responsável do cidadão. Nesse contexto, o acesso à informação é um direito humano contemplado por diversos organismos internacionais<sup>41</sup> e está presente em quase todos os países de cariz democrática.

Diversas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade Europeia (CE), reconhecem o direito de acesso à informação como um direito humano e estimulam os países signatários de suas normas a instituírem, aprimorarem ou ampliarem regras jurídicas sobre o tema. Deste modo, mais de noventa países de ares democráticos já possuem leis de direito de acesso à informação<sup>42</sup>.

Essa orientação normativa, por sua vez, vem acompanhada de princípios norteadores desse direito. Para facilitar a adoção de normas legais, a Comunidade das Nações, por intermédio de seus órgãos, recomendou a utilização de nove princípios que servem de pedra angular para o desenvolvimento do direito à informação.

Os princípios foram baseados em normas e padrões internacionais e regionais, nos métodos estatais em desenvolvimento (legislações nacionais e jurisprudências de tribunais nacionais) e nos princípios gerais de direito reconhecidos pela Comunidade das Nações. São eles: princípio da máxima divulgação; princípio da obrigação de publicar; princípio da promoção de um governo aberto; princípio do âmbito limitado das exceções; princípio de processos para facilitar o acesso; princípio de custos; princípio de reuniões abertas e o princípio da proteção de denunciantes<sup>43</sup>.

Afiançam ainda os organismos internacionais, em complemento, que o direito à informação tende a promover a transparência e a responsabilidade nas ações do governo, facilitando a participação pública na tomada de decisões, bem como subsidiam, de fato, uma

---

<sup>41</sup> MENDEL, Toby. Freedom of Information as an internationally protected human right. **Article 19**. Disponível em: <<https://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/foi-as-an-international-right.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2013.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> MENDEL, 2017.

boa governança. Essa liberdade de informação e o direito à informação tornam-se canais abertos de comunicação entre a sociedade civil e o Estado<sup>44</sup>.

À vista desse entendimento, assevera-se<sup>45</sup>: “ Isto é, essa transparência no funcionamento do governo é um elemento essencial para o exercício pleno da democracia e do direito à informação.

Em seu livro *A Condição Humana*, a propósito do tema leciona Hannah Arendt:

O público é simultaneamente o comum e o visível. Daí a importância da transparência do público por meio do direito ex parte populi à informação, ligado à democracia, como forma de vida e de governo, que requer uma cidadania apta a avaliar o que se passa na res publica para dela poder participar. Sem o direito à informação, não se garante a sobrevivência da verdade factual – a verdade da política –, na qual se baseia a interação e o juízo político, abrindo-se uma margem incontrolada para a mentira e os segredos conservados pelos governantes nas arcana imperii. Tanto as mentiras quanto os segredos corrompem o espaço público. A transparência do público através de uma informação honesta e precisa é, portanto, condição para o juízo e a ação numa autêntica comunidade política<sup>46</sup>.

Disso decorre a necessidade de o Estado propiciar à sociedade as informações para a construção da memória e da verdade. Deste modo, negar a informação e a formação a qualquer pessoa envolvendo tais questões alude, por si só, a violação de direito fundamental à informação e ao conhecimento de condições indispensáveis de possibilidade para o exercício independente e crítico da cidadania participativa. Isso porque a memória abrange a liberdade de procurar, obter e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de limites, por escrito, verbalmente, em forma artística ou impressa, ou por qualquer outro processo ou tecnologia de sua escolha<sup>47</sup>.

Em que pese muitos autores terem proposto conceitos e/ou entendimentos sobre o tema do presente capítulo, com semelhanças ou distinções, expondo cada um deles sua respectiva compreensão, a tese dialoga com o conceito relacionado à compreensão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

## 2.1.1 Delimitando conceitos aplicáveis

<sup>44</sup> MODESTO, Paulo (Org.). **Nova Organização Administrativa Brasileira**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

<sup>45</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves (Coords.). **Supremacia do Interesse Público e outros Temas Relevantes de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2010.

<sup>46</sup> ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p.43

<sup>47</sup> LEAL, Rogério Gesta. **Verdade, Memória e Justiça: um debate necessário**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012a.

Para que se delimitem os conceitos a serem debatidos sobre a verdade, é necessário problematizar o que o conhecimento e a revelação da verdade representam para a coletividade, ou qual a relevância de essa coletividade conhecer a verdade. Começa-se, então, questionando as fontes e como elas podem orientar o conhecimento. Afinal, a verdade que se busca não é somente a verdade histórica posta, e sim a verdade que se quer descobrir e tornar visível; é o resgate da memória coletiva.

#### 2.1.1.1 O que pretende a verdade?

A verdade é intrínseca às próprias coisas e está também nos acontecimentos. Desse modo, distinguir e conhecer consistem em ver e dizer a verdade que está na própria realidade; nesse sentido, a verdade depende de que a realidade seja manifestada, enquanto a mentira, a não verdade e a falsidade dependem de que ela (a verdade) se esconda ou se dissimule em aparências<sup>48</sup>.

A investigação não se propõe a ser uma reprodução fidedigna do que ocorreu, pois ela é influenciada pelo momento presente. Inquire-se, dessa forma, como fazer para explicar e interpretar os acontecimentos que formam a memória investigada?

Os acontecimentos podem ser explicados, interpretados. A interpretação é uma atitude de reorganizar os fatos de acordo com uma perspectiva específica. Esse procedimento é muito diverso do manuseio da matéria factual à maneira das ideologias autoritárias<sup>49</sup>.

Essa é a problemática dos que defendem manter no passado o que é passado e construir o presente e o futuro; porém, entende-se não haver a construção de um ciclo sem o fechamento do que o precedeu. Por isso, podem existir interpretações e opiniões diversas, mas elas não poderão dizer que o que aconteceu não aconteceu. Desse modo, sai-se do âmbito da História e degenera-se na falsificação histórica, na negação dos fatos. Como salienta Arendt, “[...] a persuasão e a violência podem destruir a verdade, não substituí-la”<sup>50</sup>. Verdade, conforme Arendt, é conceitualmente aquilo que não se pode alterar; metaforicamente, é o solo sobre o

---

<sup>48</sup> CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 9. ed., São Paulo: Ática, 2000.

<sup>49</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>50</sup> Ibidem.

qual a humanidade coloca-se de pé e o céu que se estende acima dela<sup>51</sup>. Heidegger complementa que “[...] a verdade é o assemelhar-se do conhecimento à coisa”<sup>52</sup>.

Ante os conceitos de verdade e a realidade do período ditatorial no Brasil, parte-se de conceitos de verdade que se complementam. A verdade sobre o regime autoritário alude à possibilidade de aclaramento público, à aproximação ao máximo dos fatos sobre o funcionamento da repressão vivida e, notadamente, à abertura de todos os arquivos oficiais ainda existentes, pois neles está inserida a verdade, ou seja, a “verdade” do sistema repressor, nunca antes sujeita a qualquer exibição ou filtro. Essa “verdade do sistema”, eivada de ranço ideológico e, muitas vezes, de informações falsas inseridas para justificar ações dos agentes do Estado, ou com graves omissões (como a prática de tortura, desaparecimentos forçados e o assassinato), deve ser averiguada pelo público como forma de lastrear a possibilidade de demonstrar contradições, de permitir contestação daquela narrativa, enfim, de descobrir a verdade<sup>53</sup> e garantir o direito de acesso à informação.

A verdade da ditadura militar está velada, escondida, “justificada” pelo momento histórico devido ao não conhecimento dos arquivos secretos; a “verdade” que está impregnada na memória coletiva é o que foi relatado pelo Estado repressor ou o que a mídia, sob censura, noticiava. Revirar essa verdade para inserir novas memórias em contraposição e/ou complementação às já formadas pode ser a redenção da verdade. Diante da inquietação que toma conta do país em relação aos fatos do passado remoto, para as novas gerações surge a problematização de como tratar o tema da memória no atual cenário político e social, um presente de desilusões.

A verdade que se busca alcançar no escopo desta tese é distinta da verdade segundo o entendimento de Nietzsche. Este afirma que a verdade é uma fantasia, é um engodo tomado como valor de verdade; é aquilo que emperra as ações, que assinala os julgamentos e que define o que compensa ser tomado a sério. Para ele, verdade é um ponto de vista; é, igualmente, aquilo que parte dos fortes; é produto de sua vontade de potência, isto é, de seu ânimo em exercer poder, em agir, em viver sem a sujeição às regras morais. Ou seja, a verdade seria uma imposição daqueles que exercem o poder<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> ARENDT, 2001.

<sup>52</sup> HEIDEGGER, Martin. **Sobre a essência da verdade**. Trad. Carlos Morujão. Porto: Porto Editora, 1995, p. 29.

<sup>53</sup> TORELLY, Marcelo D. Memória, verdade e senso comum democrático: Distinções e aportes do “Direito à Memória e à Verdade” para a substancialização democrática. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, 2012. Disponível em: <<http://reidespecial.org.br/?CONT=00000340>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

<sup>54</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. São Paulo: Hedra, 2007.

Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas<sup>55</sup>.

Para o estudo a que se destina esta tese, a “verdade” tampouco é a maniqueísta, construída, forjada ou manipulada pelo Estado ditatorial e mantida pelo discurso oficial das Forças Armadas do Brasil. Se nenhuma dessas perspectivas de verdade se encaixa no que se busca explicar nesta tese, interroga-se que verdade se busca encontrar com a investigação. Estuda-se aqui a realidade dos fatos e dos acontecimentos perpetrados e escondidos pelos estados ditatoriais nos dois países, e o que se fez da verdade.

Sabe-se que a origem dos direitos à verdade e à memória e sua relação com a dignidade da pessoa humana no direito internacional remetem aos princípios e às diretrizes estabelecidas na Convenção de Genebra publicada em 1949<sup>56</sup>, que possuem inegável compatibilidade com o posterior Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, mais diretamente com os artigos 32 e 33 do referido documento datado de 1977<sup>57</sup>.

Considerando a verdade como um direito humano<sup>58</sup>, perquire-se: de que forma se comportar quando a verdade oficial é diferente da verdade que foi incutida na memória coletiva dos que vivenciaram aquele momento? Tem a investigação o dever de derrubar mitos em nome da verdade?

### 2.1.1.2 Acesso à informação no Brasil

Recentemente o Brasil introduziu no ordenamento jurídico a Lei de Acesso à Informação, LAI nº12.527 de 18 de novembro de 2011<sup>59</sup>, que esclarece um direito já assegurado pela Constituição Federal de 1988. Essa Norma trata nos capítulos I, II e III,

<sup>55</sup> NIETZSCHE, 2007, p. 57.

<sup>56</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 1949.

<sup>57</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra**. Adotado em 8 de Junho de 1977 pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos conflitos armados. Entrada em vigor na ordem internacional: 7 de Dezembro de 1979, em conformidade com o artigo 95º. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-I-conv-genebra-12-08-1949.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

<sup>58</sup> COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. (rev. e atual). São Paulo: Saraiva, 2010a.

<sup>59</sup> BRASIL. LEI No. 12.528/2011. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.528-2011?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.528-2011?OpenDocument)>. Acessado em: 20.01.2014.

respectivamente, das disposições gerais, do acesso às informações, da sua divulgação, e do procedimento de acesso à informação. Tais capítulos são de interesse do presente artigo.

A LAI disciplina os dispositivos dos artigos 5º, XXXIII e 37, §, 3º, II, além do art. 216, § 2º, da Constituição Federal, estabelecendo que devam se sujeitar às diretrizes normativas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (DF), o que abrange tanto a administração direta quanto a indireta (art. 1º, parágrafo único).

O novel diploma (Lei de Acesso à Informação), enquanto instrumento de realização do direito humano fundamental, instituiu transparência ao Estado brasileiro, criando a responsabilidade<sup>60</sup> e a transparência ativa, que consiste na divulgação de informações a todo cidadão, por iniciativa da própria Administração, em meios de fácil acesso. Isso promove o agir comunicativo,<sup>61</sup> e auxilia a sociedade no acesso à informação cooperando com uma participação popular consciente e livre, com ampliação das liberdades comunicativa. Valoriza o direito de saber e a transparência passiva, objetivando a criação e a disponibilização dos procedimentos para atender as demandas específicas dos cidadãos e contribuindo para a democratização e publicização da informação pelo poder público.

Valorizando os princípios,<sup>62</sup> o art. 3º desta Lei, indica cinco princípios que devem orientar a interpretação: observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção; exposição de informações de interesse público, mesmo sem solicitação (transparência ativa); utilização de tecnologia da informação para viabilizá-los; desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública (políticas públicas) e, finalmente, o desenvolvimento do controle social da administração pública.

Não obstante tais preceitos legais, a transparência não pode ser absoluta. A própria Constituição, em seu art. 5º, XXXIII, traz a exceção para os casos em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Mas, o sigilo é a excepcionalidade consoante à classificação do art. 23 da LAI, sendo a transparência a regra. Rompe-se assim com a cultura do segredo, sendo asseguradas a preservação da liberdade e da igualdade comuns a todos<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade** – ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Contraponto. Rio de Janeiro. 2011.

<sup>61</sup> HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

<sup>62</sup> CONDEIXA, Fábio de Macedo Soares Pires. Comentários à Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21436/comentarios-a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 19 maio 2013.

<sup>63</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2013.



Dáí à necessidade do Estado em propiciar à sociedade as informações para construção da memória e da verdade. Desse modo, negar a informação a qualquer pessoa envolvendo tais questões alude, por si, só a violação de direito fundamental à informação. Negando o conhecimento de condições indispensáveis de possibilidade para o exercício independente e crítico da cidadania participativa, isso porque a memória abrange a liberdade de procurar, obter e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de limites, por escrito ou verbal, ou em forma artística ou impressa, ou por qualquer outro processo ou tecnologia de sua escolha<sup>64</sup>.

O direito à informação, como também o direito à transparência ativa e passiva de todos os atos governamentais constituem em mecanismos indispensáveis ao livre exercício da plena cidadania, uma vez que os cidadãos passam a contar com um dispositivo hábil no conhecimento, na fiscalização, aprovação e ou reprovação das ações incumbidas a agentes e aos órgãos do Estado.

No mesmo sentido Carvalho certifica que:

[...] Em um sistema democrático, onde o poder público repousa no povo, que o exerce por representantes eleitos ou diretamente, sobreleva a necessidade de cada membro do povo fazer opções políticas sobre a vida nacional. Não só no processo eleitoral, mas por meio de plebiscitos ou referendos, o povo exerce o seu poder político. Para poder optar, para poder decidir com consciência, indispensável que seja inteirado de todas as circunstâncias e consequências de sua opção e isso só ocorrerá **se dispuser de informações sérias, seguras e imparciais** de cada uma das opções, bem como da existência delas. Neste sentido, **o direito de informação exerce um papel notável, de grande importância política, na medida em que assegura o acesso a tais informações**<sup>65</sup>. (Sem destaque no original)

À vista desse entendimento assevera Modesto<sup>66</sup>: A transparência no funcionamento do governo é um elemento essencial para o exercício pleno da democracia e do direito à informação.

As informações sobre os procedimentos executados e o destino das vítimas do autoritarismo não estão contemplados na exceção, já que em nada interferem na segurança nacional, não põe em risco o Estado. Tais informações esclareceriam os fatos, garantiriam e verdade e preservaria a memória, além de trazer algum conforto e paz para os familiares das vítimas.

<sup>64</sup> LEAL, Rogério Gesta. **Verdade, Memória e Justiça**: um debate necessário. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012.

<sup>65</sup> CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho. **Direito de informação e liberdade de expressão**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

<sup>66</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; Ribeiro, Carlos Vinicius Alves (coord.). **Supremacia do Interesse Público e outros Temas Relevantes de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2010.

O acesso à informação auxilia na transparência governamental e no exercício da cidadania dentro de um processo que expande e fortalece a real participação democrática da população.

#### 2.1.1.2 O tema da memória

Descortinar o passado é uma função da memória e, na lição de Halbwachs<sup>67</sup>, a memória é sempre coletiva, por ter-se formado no âmbito da convivência, mesmo quando manifestada por um indivíduo; não é um retorno intacto ao passado, mas a reconstrução dele; é um processo ativo de evocação do passado e, finalmente, desenvolve-se sobre o fundo do esquecimento, pois não é possível relembrar cada detalhe do passado<sup>68</sup>.

As lembranças constroem a memória e dela se constrói a história, o presente e, consoante à lição de Arendt<sup>69</sup>, a ciência sobre os fatos ocorridos ou harmonizados com a realidade somente acontecerá a partir do instante em que se desenrolou um trabalho de edificação da história. Ora, se a pesquisa resulta da influência do momento que se vive, estaria edificando a sua verdade ou a verdade dos fatos? Como edificar a verdade sem a interferência do momento histórico da pesquisa? A edificação ocorre na pluralidade humana, na afinidade, no relacionar-se dos seres humanos, na discussão pública, na participação, no dissenso, de modo que aconteça a construção da história e sua dimensão política. Pois, a contrapelo, com a perda da memória, a história consentiria com o resultado uma sociedade de seres humanos que, na ausência de um mundo comum que os vincule (relacione) e/ou afaste, viveriam num isolamento aterrador (que os faria inábeis para se indignar/mobilizar contra a agonia do outro).

Na sociedade convivem duas espécies de memória: a individual – relacionada à personalidade e às lembranças de cada integrante – e a coletiva – concernente às lembranças do próprio grupo. Elas interagem entre si, são complementares; uma existe em função da outra. A memória do grupo se ampara na memória de cada indivíduo, constituindo a memória coletiva. Halbwachs entende que as lembranças coletivas se aplicam sobre as lembranças individuais, e que estas devem ficar vivas para que aquelas apareçam<sup>70</sup>; esse processo entre a

---

<sup>67</sup> HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schatter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>68</sup> HALBWACHS, 2006.

<sup>69</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

<sup>70</sup> HALBWACHS, 2006.

memória individual e a memória coletiva construído na realidade argentina desembocou no encorajamento e na legitimação das exigências da população por medidas de justiça, que foram acolhidas pelos governantes e ultimadas pelo Poder Judiciário.

Na falta de uma memória comum na formação da pluralidade humana, pode ocorrer a supervalorização do presente e do instante, sendo possível que se instaure uma crise da cultura, a qual consiste na dificuldade atual da sociedade em articular passado e futuro, memória e projeto, de modo a dificultar sua inscrição em uma duração significativa. É como se o passado estivesse categoricamente acabado, nada tendo a fornecer ao futuro, que é incerto e imprevisível<sup>71</sup>.

No entendimento de Luhmann<sup>72</sup>, memória é uma função que se utiliza de maneira incessante e, que verifica a consistência de todas as operações que acontecem em vista de que o sistema constrói como realidade, ainda que, sempre no presente. A função da memória incide em afiançar os limites das prováveis evidências de coerência e em emancipar a capacidade de processar informação com o fim de que o sistema se abra a novas irritações. Desse modo, a função precípua da memória consiste em esquecer/ lembrar, para evitar que o sistema se auto bloqueie, liberando a capacidade de informação. Esquecer não deve ser entendido como uma perda do acesso ao passado. Sem esquecer não haveria evolução nem aprendizagem, o esquecimento possibilita a gestão de complexidades próprias da sociedade.

Reitera Eco<sup>73</sup> afirmando que a memória possui duas funções, a de deter as informações das nossas vivências na lembrança e, a função de desvencilhar, de instilar outras vivência, sob pena de se tornar como Funes, o memorioso. Um personagem do conto de Borges, que nada esquece tudo rememora e por isso mesmo, tinha consciência de que eram inúteis e infinitas suas lembranças pretéritas. Assim a memória seletiva possibilita a sobrevivência da pessoa e da sociedade.

A memória social, na compreensão de Luhmann, procura explicar o desempenho da memória da própria sociedade, independente das memórias dos sistemas psíquicos e neurofisiológicos. A memória social aparece como produto colateral da forma que assume a operação de base autopoietica<sup>74</sup>.

Para o mencionado autor, a memória social não é o que as comunicações deixam de trilha no sistema de consciência individual, se trata de uma conquista própria das operações

---

<sup>71</sup> ARENDT, 2005.

<sup>72</sup> LUHMANN, NIKLAS. *La Sociedad de la Sociedad*. México: Herder, 2007. (Capítulo 3, 457).

<sup>73</sup> ECO, Umberto. *A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia*. RJ: Record, 2014 (Caps. 1 , 10)

<sup>74</sup> LUHMANN, NIKLAS. *La Sociedad de la Sociedad*. México: Herder, 2007. (Capítulo 3, 460).

comunicativas, como imprescindível a recursividade. Só o fato de que a comunicação atualiza certo sentido, se reproduz uma memória social, assim se pressupõe que a comunicação pode fazer algo com o sentido e ao mesmo tempo, a utilização recorrente da mesma referência pode ocorrer ainda em casos futuros<sup>75</sup>

A memória social acopla-se à semântica contemporânea do sistema jurídico, que deve operar a partir de novos significantes sobre o direito de acesso à informação e a memória<sup>76</sup>.

Reflete-se: quais implicações traria para a formação da cidadania das novas gerações a crise cultural que lhes nega o conhecimento do passado e, certamente, influencia o seu presente?

O processo de omissão da verdade e de negação da memória seguramente determina efeitos nas instituições e corporações instrumentalizadas pelos regimes autoritários, estimulando a perpetrar violações de direitos humanos e fazendo com que elas passem a se perceber como isentas do cumprimento do Direito, já que os crimes do passado não foram esclarecidos, apreciados ou punidos; a contrassenso, estes chegam a ser motivo de orgulho atual para os criminosos. Tal descompasso gera uma tensão na sociedade, produzindo o que pode ser chamado de “um passado que não vai embora”<sup>77</sup>. Dessa forma, as novas gerações têm um conceito distorcido de cidadania e podem tornar-se manipuláveis pelos detentores do poder, uma vez que há um desconhecimento de que o passado e o presente relacionam-se constantemente. Desse modo, em todo o processo histórico, em todo o conhecimento dos fatos e em sua compreensão há uma antecipação de sentido que abrange a tradição, impondo-se à reconhecimento de que são as próprias partes quem produzem o todo<sup>78</sup>.

Em detrimento das novas gerações, investiga-se se é possível deixar de lado o passado, o qual envergonha a nação, e seguir em frente, como se ele não tivesse existido. Há como reparar os erros do passado? O simples reconhecimento do erro e a reparação financeira bastam para recompensar os que foram prejudicados?

Na esteira do pensamento de Arendt, “Já não podemos nos dar o luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o

---

<sup>75</sup> LUHMANN, NIKLAS. *La Sociedad de la Sociedad*. México: Herder, 2007. (Capítulo 3, 461).

<sup>76</sup> MACHADO, 2016, p. 59-94

<sup>77</sup> BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e a política da memória: Uma visão global. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Ministério da Justiça, n. 1, jan./jun. 2009.

<sup>78</sup> LEAL, 2012a.

mau e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento”<sup>79</sup>.

Merece uma reflexão o que significa, para as futuras gerações, desconhecer o seu passado pelo fato de que ele simboliza uma mancha na História. Percebe-se que, sem memória, sem possibilidade de acesso aos seus suportes, sem considerações plurais da memória, não pode haver, em sentido austero, democracia. Sem que a memória possa ser conhecida e discutida, o que se cria é uma espécie de direito silencioso à impunidade. Um país sem memória é um país sem referências de sua história, é um país sem defesas<sup>80</sup>.

Boaventura Santos afirmou que “[...] o grande desafio do Direito à Memória é que é o direito ao futuro, mas também ao passado e ao presente”<sup>81</sup>. É nesse sentido que o tema da memória apresenta-se como sendo de inestimável importância à apuração da verdade e da justiça, inclusive nos casos que envolvem a violação de direitos humanos, primordialmente por regimes não democráticos como as ditaduras militares, notadamente quando se pergunta: como pode o Estado interagir com a sociedade civil na construção da memória?

Pelo exercício da memória, algo que foi terrível ou formidável no passado continua existindo, avalizando identidade, equilíbrio/desequilíbrio e harmonia/desarmônia à sociedade. Diante das mudanças da transição, a sociedade pode lembrar os acontecimentos relevantes e compreendê-los da maneira que ocorreram<sup>82</sup>. É preciso, entretanto, conhecer como se formam as memórias, refletir quanto às suas dimensões, identificando os fenômenos dela decorrentes.

Ricoeur<sup>83</sup> identifica nos fenômenos mnemônicos a justaposição de duas dimensões: a cognitiva e a pragmática. A dimensão cognitiva indica a peculiaridade da memória em se identificar como uma reapresentação do ausente; é a recordação como luta contra o esquecimento e como busca do passado. O que representariam essas duas dimensões da memória quando o assunto é buscar e encontrar a verdade?

Segundo Ricoeur<sup>84</sup>, na dimensão cognitiva a memória possui ambições veritativas que a aproximam da historiografia e a distanciam da mera imaginação. Assim, a recordação

<sup>79</sup> ARENDT, 2004, p. 12.

<sup>80</sup> ROSAS, Fernando. O Estado Novo: memória e história. In: DELGADO, Iva (Coord.) **De Pinochet a Timor Lorosae: Impunidade e direito à memória**. Lisboa: Fundação Humberto Delgado, 2000.

<sup>81</sup> SANTOS, Boaventura Sousa. A memória como direito e tarefa civilizatória. **Carta Maior**. Editoria Direitos Humanos. 29 jan. 2012, p. 78. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/A-memoria-como-direito-e-tarefa-civilizatoria/5/18693>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

<sup>82</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

<sup>83</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007a.

<sup>84</sup> RICOEUR, 2007a.

bem-sucedida sugere que houve o reconhecimento. O “ausente” torna-se “presente” novamente. Trata-se de uma “presentificação” da alteridade do sucedido, um elemento de astúcia presente, que se distingue como retorno do que foi, do ocorrido. O reconhecimento indica, portanto, a verdade sobre o passado por meio da memória; é a “fidelidade da memória”.

Também é de Ricoeur<sup>85</sup> a explicação de que a dimensão pragmática da memória evidencia basicamente dois aspectos: a memória pode brotar espontaneamente, abrindo espaço para a erupção das lembranças (no caso, impossível por parte das vítimas mortas e desaparecidas forçadas), e pode ser o resultado de um esforço consciente para trazer à lembrança aquilo que ficou esquecido, em um visível “exercício de memória”. Há, pois, uma “operação de recordação”, necessária, travando uma batalha contra o esquecimento.

Para dar conta de ambas as dimensões, a cognitiva e a pragmática, Ricoeur utiliza a palavra “rememoração”. O trabalho de rememoração torna-se particularmente importante diante das lembranças traumáticas, pois há a necessidade de luto. A vivência do luto indica uma readequação<sup>86</sup>.

Acrescenta-se aqui o pensamento de Torelly, quanto à transposição da memória do plano individual para o plano coletivo, de que é cabível que se deflagrem no plano público tanto políticas de rememoração como políticas de esquecimento<sup>87</sup>. No caso do Brasil, objeto desta pesquisa, restava um vácuo histórico em que o Estado não proporcionou no período de transição política entre os chamados “anos de chumbo” e a “abertura democrática” a valorização da memória. Daí surgiu um problema acerca de como o tema repercute entre as famílias envolvidas e na sociedade.

Com o esquecimento imposto durante muitos anos, as famílias das vítimas e a sociedade brasileira não tiveram acesso às histórias, aos dados e aos documentos que poderiam ter brotado de investigações judiciais e de ingresso aos arquivos do período. A reprovação a tais atos não foi lançada para a dimensão simbólica do espaço público brasileiro. Não se realizou qualquer investigação judicial, qualquer julgamento, qualquer condenação. A consequência para esses acontecimentos é a compulsão de repetição<sup>88</sup>. Mezarobba acrescenta que, por esse motivo, a tortura permanece sendo empregada como método ordinário de investigação

---

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> Ibidem.

<sup>87</sup> TORELLY, 2012.

<sup>88</sup> LEAL, 2012a.

policial<sup>89</sup>. Não é, também, por outro motivo que os índices de aceitação da opinião pública diante da prática da tortura são altos<sup>90</sup>.

A asseveração da memória como forma de promoção à reflexão crítica sobre eventos do passado é um catalizador do processo democrático e seu indeferimento é um empecilho constante. A situação é ainda mais drástica quando a negação do passado advém de ambientes oficiais (caso da imposição do esquecimento por meio de leis de anistia, como se tentou fazer no Brasil, na Argentina e na Espanha, entre tantos outros). As sequelas tornam-se ainda mais graves, pois o próprio Estado passa a, politicamente, ser o avalista da injustiça, alimentando em seu núcleo a própria negação do Estado de Direito<sup>91</sup>.

Quando o Estado dá o seu aval, mesmo que de forma indireta, à negação do passado, torna improváveis, senão impossíveis, o conhecimento da verdade, as reparações, as investigações, os julgamentos e as punições (dos culpados) em conjunto, que possibilitariam o surgimento da memória social. São as memórias que também fortalecem o espaço público e a memória coletiva de maneira a tanto impedir que as atrocidades anteriores se repitam quanto a propiciar um novo projeto de sociedade.

Delineadas essas primeiras noções, é necessário estabelecer o que é o direito à verdade, quem são seus titulares e qual o seu conteúdo.

## 2.2 DO DIREITO À VERDADE NO PANORAMA INTERNACIONAL

Ao longo do século XX, a humanidade deparou-se com graves acontecimentos históricos, os quais representaram riscos à continuidade da espécie humana, especialmente no cenário da Segunda Guerra Mundial, e são indicados como pontos de partida para incrementar um entendimento voltado para o prestígio de direitos inerentes à condição e à valorização da dignidade da pessoa humana. As nações começaram a perceber que deveria haver um organismo que intermediasse as relações entre os povos a fim de evitar que a humanidade

---

<sup>89</sup> MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**. A anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro. 2003. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

<sup>90</sup> VOITCH, Guilherme. Quase metade dos brasileiros aprova provas obtidas por torturas. **O Globo**, 06 set. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/quase-metade-dos-brasileiros-aprova-provas-obtidas-por-tortura-5130102>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

<sup>91</sup> TORELLY, 2012.

mergulhasse na barbárie. Também era necessário que se enxergasse o homem como sujeito de sua história.

A nova visão dos acontecimentos promoveu uma alteração de paradigma, ao erigir o ser humano como núcleo de sua tutela, considerando-o sujeito de direitos a serem tutelados e protegidos, tanto nas relações com o Estado quanto nas relações entre os particulares. Fenômeno que, atualmente, posiciona-se de maneira central na compreensão dos Estados Democráticos de Direito.

Diante de um quadro de incertezas, medo e destruição, emergiu como resposta no ambiente jurídico um alicerce normativo de ordem internacional<sup>92</sup>. Em que consistiu a resposta das nações como solução para os conflitos?

### 2.2.1 Genealogia e aspectos iniciais do direito à verdade

As duas grandes guerras mundiais, notadamente a segunda, trouxeram mudanças que ecoaram de forma significativa em Declarações de Direitos, principalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Questiona-se aqui de que forma teria mudado, de fato e de direito, a condição humana com a aprovação de tal declaração.

Conforme a perspectiva da DUDH, houve uma mudança na condição do ser humano, vez que a pessoa humana transpôs seu significado e passou a merecer valorizações precípuas para o direito, conferindo-se elevada importância à personalidade e certificando a ideia de que a pessoa é a efígie primordial para a sociedade. Então, surge o questionamento: de que forma promover a passagem da pessoa humana de objeto do direito a sujeito de direito?

A resposta mais condizente é a que exalta a dignidade da pessoa humana. Mas em que consiste a dignidade da pessoa humana?

A dignidade da pessoa humana contém o direito à verdade e sua formulação foi iniciada formalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 19, o qual explicita o direito à liberdade de opinião e expressão, bem como o de receber e

---

<sup>92</sup> MATILLA, Jaime Pons. **The role of the right to truth in post-conflict societies facing transitional justice processes**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – European Master's Degree in Human Rights and Democratization 2009/2010. University of Coimbra, Coimbra, 2010.



transmitir informações<sup>93</sup>. A dignidade humana proclamada pela Declaração em comento é de tal importância que foi (e continua sendo) complementada por diversos tratados, aos quais os Estados se submetem por meio de ratificação, a fim de se obrigarem a dar efetividade aos direitos decorrentes da natureza humana. Resta esclarecer como se entrelaça a dignidade da pessoa humana com o direito à memória e à verdade.

A origem do direito à verdade e sua relação com a dignidade da pessoa humana no Direito Internacional remetem aos princípios estabelecidos nas Convenções de Genebra editadas em 1949<sup>94</sup>. Os artigos 32, 33 e 34 do Protocolo I, Adicional às Convenções de Genebra, datado de 1977<sup>95</sup>, possuem inegável compatibilidade com a Convenção e, em sua Seção III, dispõem (art. 32) sobre pessoas desaparecidas (*missing*) e mortas; fazem referência ao “[...] direito que as famílias têm de conhecer o destino dos seus membros [...]”, asseveram que (art. 33.1) “[...] desde que as circunstâncias o permitam, e o mais tardar a partir do fim das hostilidades ativas, cada parte no conflito deve procurar as pessoas cujo desaparecimento tiver sido assinalado por uma parte adversa [...]” e (art. 34.2) salientam que se deve facilitar o acesso aos restos mortais das pessoas falecidas<sup>96</sup>.

Com o objetivo de aprofundar o estudo sobre o tema do direito à verdade, respaldada pelo Direito Internacional Humanitário, a Organização dos Estados Americanos, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos assim como do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, tem promovido estudos e adotado resoluções sobre o direito à verdade.

Refletir acerca do conteúdo desses documentos, bem como da responsabilidade que cabe a cada Estado-Parte tanto em relações externas como em relações internas faz parte das linhas do presente capítulo.

A investida para omitir a verdade, manipular o passado e encorajar a anulação da memória de eventos perturbadores experienciados durante a ditadura militar limitou e impediu o conhecimento da verdade. Na contramão dessa investida, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)<sup>97</sup> e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e

---

<sup>93</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 1949.

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> Idem, 1977.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Americana de Direitos Humanos**. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <[http://www.aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/conv\\_idh.pdf](http://www.aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/conv_idh.pdf)> Acesso em: 09 dez. 2016.

Políticos<sup>98</sup>, além de outros com assuntos relacionados aos conflitos, preveem responsabilidades dos Estados-partes quanto aos desaparecidos, presos e mortos, assegurando às famílias o conhecimento sobre seus familiares vitimados e a possibilidade de um enterro digno<sup>99</sup>. Tais Pactos foram ratificados pelo Brasil em 1992<sup>100</sup> e pela Argentina em 1984 e 1986<sup>101</sup>.

A Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) se refere às Partes dos conflitos, fazendo referência a dois ou mais países; mas e quando as violações são praticadas pelo Estado contra seus próprios cidadãos? As vítimas e seus familiares também têm o direito de conhecer o que aconteceu? Na análise do documento fica claro que a responsabilidade foi estendida também aos conflitos internos, não internacionais, armados, inclusive em tempos de paz<sup>102</sup>. Tal consideração foi estabelecida pela repetição, como um costume internacional, destacada principalmente pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha<sup>103</sup>.

No que diz respeito aos mortos e desaparecidos em tempos de paz, o problema ganhou destaque na década de 1970, quando se passou a discutir a questão particular dos desaparecimentos forçados após o golpe de Estado no Chile na esfera das Nações Unidas<sup>104</sup>. O desaparecimento forçado é diferente daquele desaparecimento das pessoas cujo paradeiro se torna ignorado após diversas situações de distúrbios causados por desastres naturais ou pela ação humana; refere-se a pessoas que desapareceram em conflitos internos depois de serem detidas por agentes do governo – forças de segurança –, por forças paramilitares ligadas a ele ou, ainda, por aqueles que operam sob a sua condescendência, embora extraoficialmente, sobre

<sup>98</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Aprovado em 16 de Dezembro de 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e aberto à adesão dos Estados (1966b). Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

<sup>99</sup> Idem, 1977.

<sup>100</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Criada por resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Santiago, Chile, em 1959. Disponível em: <[http://cidh.oas.org/Basicos/Portugues/d.ConvencaoAmericana\\_Ratif.htm](http://cidh.oas.org/Basicos/Portugues/d.ConvencaoAmericana_Ratif.htm)>. Acesso em: 09 dez. 2016.

<sup>101</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos 1966**. Base de Datos legal. (1966a). Adoptado y abierto a la firma, ratificación y adhesión por la Asamblea General en su resolución 2200 A (XXI), de 16 de diciembre de 1966. Disponível em: <<http://www.acnur.org/nuevaspaginas/tablas/tabla6.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

<sup>102</sup> JOINET, Louis. Rapport général. **Le refus de l'oubli**: La politique de disparition forcée de personnes. Colloque de Paris, jan.-fév. 1981. Paris: Berger Levrault, 1982.

<sup>103</sup> HENCKAERTS, Jean-Marie; DOSWALD-BECK, Louise. **Customary International Humanitarian Law**. Volume I: Rules. International Committee of the Red Cross. Geneve: International Committee of the Red Cross; Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/resources/documents/publication/pcustom.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

<sup>104</sup> JOINET, Louis. De la Déclaration de 1992 à la Convention de 2006 (chronologie de l'élaboration. In: DECAUX, Emmanuel; FROUVILLE, Olivier de (Éds.). **La Convention pour la Protection de Toutes les Personnes contre les Disparitions Forcées**. Bruxelles: Bruylant, Nemesis, 2009.

as quais o Estado não admite qualquer responsabilidade pelas prisões e desaparecimentos<sup>105</sup>. Ora, se o Estado se exime da responsabilidade pela vida de seus cidadãos quando ele próprio é o agente repressor que comete a violência, como sanar essa questão? As famílias dos desaparecidos ou mortos não podem ficar na ignorância dos fatos que causaram seu desaparecimento/morte. Nesse sentido, havendo um Estado Democrático de Direito, deve haver o direito à verdade.

A existência do Direito à Verdade foi explicitamente reconhecida em situações de conflito armado; assim, não há motivos jurídicos para que não seja também reconhecida para as vítimas de desaparecimento forçado, tortura e morte e para seus respectivos familiares em tempos de paz ou ausência de conflitos armados<sup>106</sup>.

O desaparecimento é o desconhecimento que se tem do paradeiro e do destino do desaparecido. Os familiares são vítimas. Ofende-se o direito inextinguível de ser informado, de conhecer sobre a sorte da pessoa desaparecida. A gênese de um Direito à Verdade está, assim, na legítima necessidade de os familiares conhecerem o destino da pessoa desaparecida.

Do ponto de vista humanitário e social, é legítimo o direito dos familiares de saberem o paradeiro de desaparecidos; porém, do ponto de vista jurídico, estará esse direito legitimado em convenções internacionais ou na legislação brasileira?

#### 2.2.1.1 Fundamentação jurídica do direito à verdade e à memória

Todos os textos jurídicos internacionais citados até aqui, conjuntamente, reconhecem e dão fundamento jurídico para o direito à verdade. Nesse sentido, o direito à verdade é parte do direito internacional dos direitos humanos. Trata-se de um princípio geral de Direito Internacional. O preceito está estabelecido, mesmo que tacitamente, como uma norma intensa e incontestavelmente validada no teor de tratados<sup>107</sup>.

<sup>105</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no 24º período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/k.Desaparecimento.htm>>. Acesso em: 12. dez. 2016.

<sup>106</sup> ANDREU-GUZMÁN, Federico. **Derecho a la verdad y derecho internacional**. Bogotá: Comisión Colombiana de Juristas, 2012.

<sup>107</sup> MENDÉZ, Juan E. The Right to Truth. In: JOYNER, Christopher C. Reining. **Impunity for international crimes and serious violations of fundamental human rights: Proceedings of the Siracusa Conference 17-21 September 1998**. St. Agnes, Erès, 1998.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) também realçou a importância de os Estados agenciarem mecanismos efetivos para a sociedade em geral e, particularmente, para os parentes das vítimas, a fim de que eles tenham o conhecimento da verdade em relação às graves violações de direitos humanos como mecanismo de reparação da dignidade das vítimas e de suas famílias. A Assembleia entende e reconhece que reverenciar e efetivar o direito à verdade promove os direitos humanos, contribui para o combate à impunidade e previne que violações voltem a acontecer no futuro<sup>108</sup>.

No mesmo sentido de valorização do direito à verdade, a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu o dia 24 de março como o “Dia Internacional do Direito à Verdade”, o qual foi adotado como feriado nacional na Argentina. Em 2011, foi criada uma relatoria específica para a verdade, a justiça, a reparação e as garantias de não repetição.

O direito à verdade é decorrente da junção da multiplicidade de processos de desenvolvimento normativo no âmbito internacional emparelhados à participação social democrática no domínio de cada Estado, que, progressivamente, erigiu e conformou os direitos a serem observados e garantidos também em âmbito nacional.

### **2.2.2 O direito à verdade e sua vinculação com a dignidade da pessoa humana**

Um dos princípios basilares da Constituição Brasileira de 1988 é a dignidade da pessoa humana. Isso significa que a cidadania tem como pressuposto a dignidade; por isso, interpela-se: se a verdade ficar oculta, velada, escondida de todos, especialmente no que diz respeito a pessoas desaparecidas em conflitos internos, pode-se falar em dignidade da pessoa humana ou em Estado Democrático de Direito?

Do ponto de vista desta pesquisa, a resposta é não. Não podem existir democracia e dignidade humana se os direitos não são estendidos a todos. Disso decorre a abordagem da ampliação do direito à verdade a ser tratada no próximo tópico, confrontada com o direito internacional dos direitos humanos.

---

<sup>108</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Resolução 2175 (Right to the truth)**. Washington: Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, 6 jun. 2006a.

### 2.2.2.1 A ampliação do conteúdo do direito à verdade

O Brasil procurou interditar o passado pelo discurso falacioso de uma história que não existiu, além de silenciar e esquecer a verdadeira história como política de apagamento de seu passado recente.

O direito à verdade consiste em um princípio do direito internacional dos direitos humanos<sup>109</sup> e possui duas dimensões. O caráter dúplice se dá em razão da titularidade desse direito, que se divide em individual e coletivo. Um ocorre, respectivamente, em prol do direito da vítima, de seus amigos e familiares, e o outro em prol do direito da própria sociedade<sup>110</sup>, que busca elucidar a verdade acerca de fatos de violação de direitos humanos ocorridos em períodos ditatoriais, de transição de regime político ou após conflitos armados<sup>111</sup>.

O sistema interamericano de direitos humanos<sup>112</sup> considerou, inicialmente, o direito à verdade como o direito das famílias de conhecer o destino dos seus entes queridos, “[...] derivado de la obligación que tienen los Estados de brindar a las víctimas o sus familiares un recurso sencillo y rápido que los ampare contra violaciones de sus derechos fundamentales”<sup>113</sup>. Essa concepção do direito à verdade está alicerçada no art. 25, referente à Proteção Judicial, da Convenção Americana dos Direitos do Homem de 22 de novembro de 1969<sup>114</sup>.

O conceito de verdade é o que está contido na Resolução nº 66 da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas de 2005, que considera o direito à verdade uma refutação à impunidade objetivando favorecer a apuração das violações de direitos humanos. Depois dessa Resolução, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas confeccionou um relatório acerca do direito à verdade, à memória e à não repetição de atos, além de considerar

<sup>109</sup> NAQVI, Yasmin. The Right to Truth in International law: fact or fiction? **International Review of Red Cross**, n. 862, 2006. Disponível em <[http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/review-862-p245/\\$File/irrc\\_862\\_Naqvi.pdf](http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/review-862-p245/$File/irrc_862_Naqvi.pdf)> Acesso em: 01 dez. 2016.

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> ALESSANDRI, Pablo Saavadera. Algunas consideraciones sobre las reparaciones en la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. In: LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **Os rumos do direito internacional dos direitos humanos**: ensaios em homenagem ao professor Antônio Augusto Cançado Trindade. Tomo VI. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.

<sup>112</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 1969.

<sup>113</sup> Idem. Comisión de Derechos Humanos. **Relatoria para la libertad de expresión**. Derecho a la verdad. OEA/Ser.L/V/II.120.Doc. 60 13 diciembre 2004. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/countryrep/Colombia04sp/informe2.htm>>. Acesso em 25 abr. 2016.

<sup>114</sup> Idem, 1969.

as comissões da verdade como mecanismos de informação e de combate à impunidade em caso de graves violações aos direitos humanos<sup>115</sup>.

Em seguida, surgiu o grande desenvolvimento doutrinário e jurisprudencial do tema em diferentes órgãos oficiais, como apresentado por Naviq:

[...] O desaparecimento forçado de pessoas e outras destacadas violações de direitos humanos durante períodos de extrema violência estatal em massa patrocinada pelo Estado [...] implicaram em uma ampliação da interpretação sobre o direito a receber informações sobre pessoas desaparecidas. Levou ainda a identificação e ao reconhecimento do direito à verdade por vários órgãos internacionais, em particular a Corte e a Comissão Interamericana de direitos humanos, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Desaparecimento Forçado ou Involuntário e o Comitê de direitos humanos das Nações Unidas. *Esses órgãos progressivamente desenharam este direito como forma de defender e reivindicar outros direitos humanos fundamentais, como o direito de acesso à justiça e a um remédio e reparação efetivos para as violações.* Eles igualmente expandiram o direito a verdade para além das informações sobre os eventos relacionados a pessoa ausente ou desaparecida para que também contemplasse outras violações contra os direitos humanos, incluindo detalhes sobre os contextos em que ocorreram<sup>116</sup> (grifo nosso).

A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no *Caso de Le Masacre de Rochela vs. Colômbia* aponta estar a origem do direito à verdade em outras obrigações e que, comumente, o direito à verdade está diretamente ligado à origem do conceito de vítima de transgressão grave aos direitos humanos. Assim, ele surgiu após a ocorrência do desrespeito de outros direitos humanos e, geralmente, sua violação ocorre nos casos em que as informações atinentes à primeira violação não são prestadas pelas autoridades, seja por meio da publicação oficial da informação, seja do aparecimento dessa informação por meio de um julgamento ou ainda por outros mecanismos de busca da verdade<sup>117</sup>. Como é possível para os cidadãos se beneficiarem do direito à verdade?

Para que os cidadãos alcancem o direito à verdade, a Corte IDH já entendeu que cabe ao Estado satisfazer o dever de garantir adequadamente diversos direitos protegidos pela Convenção, entre eles o direito de acesso à Justiça e o de conhecimento e acesso à Verdade; para que isso aconteça, é necessário que ele cumpra seu dever de investigar, julgar e, quando for o caso, punir e reparar as graves violações dos direitos humanos<sup>118</sup>.

<sup>115</sup> UNITED NATIONS. Economic and Social Council. Commission on Human Rights. **Study on the right to the truth**. Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. 62nd session, Distr. GENERAL E/CN.4/2006/91, 08 Feb. 2006.

<sup>116</sup> Apud TORELLY, 2012.

<sup>117</sup> ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Corte Interamericana de Derechos Humanos: **Caso de le Masacre de la Rochela vs. Colômbia**. Sentencia de 11 de Mayo de 2007 (Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: < [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_163\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_163_esp.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

<sup>118</sup> Idem, 2007.

Prossegue a Corte julgadora do caso aqui analisado que as obrigações positivas intrínsecas ao direito à verdade impõem a adoção de desenhos institucionais os quais permitam que o direito à verdade se realize da forma mais idônea, participativa e completa possível, e que não enfrente obstáculos legais ou reais que o tornem ilusório<sup>119</sup>. Como proporcionar meios para tal realização, de acordo com o que preconiza a Corte Interamericana de Direitos Humanos?

A inteligência da Corte IDH diz que o direito à verdade encontra-se subsumido no direito da vítima ou dos seus familiares de obter dos órgãos competentes do Estado esclarecimento acerca dos fatos violadores, das circunstâncias específicas e das motivações das violações perpetradas, bem como das responsabilidades correspondentes, por meio da investigação e do julgamento que estão previstos nos artigos 8º e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>120</sup>. Isso significa que a dimensão individual foi, assim, a primeira a ser conhecida e reconhecida pelo sistema interamericano, tal como explicitado retro. A dimensão compreende o direito de vítimas, familiares e amigos a conhecer a verdade, seja sobre as circunstâncias da detenção, do desaparecimento ou da morte, seja sobre a localização dos restos mortais. A dimensão individual abrange ainda o direito ao luto. Assim, fica respondida a questão levantada sobre os meios para que se alcance o direito à verdade. Resta colocar o enunciado na habitualidade das ações.

Destarte, cuida-se, segundo ensinamento de Ricoeur<sup>121</sup>, de honrar a dor dos descendentes, parentes e aliados das vítimas, permitindo que a alma ferida possa se reconciliar consigo mesma.

A segunda dimensão do direito à verdade compreende o direito da própria sociedade, que vivenciou um período de violência, de ter acesso à construção da história, da memória e das identidades coletivas próprias. A sociedade como um todo tem o direito de saber e a responsabilidade de lembrar<sup>122</sup>. Então, se é imprescindível conhecer o passado de um familiar para reconstruir a memória da própria família e finalizar um trabalho de luto, de igual modo é preciso saber do passado de um país para (re)construir a memória deste e fazer as pazes

<sup>119</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2007.

<sup>120</sup> Idem. Corte Interamericana de Direitos Humanos: **Caso Almonacid Arellano y otros vs Chile**. Sentencia de 26 de septiembre de 2006b (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec154\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec154_esp.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

<sup>121</sup> RICOEUR, Paul. Sanção, reabilitação, perdão. In: \_\_\_\_\_. **O justo ou a essência de justiça**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007b. p. 171-184.

<sup>122</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. A/HRC/12/19 21 August 2009 **Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights, Right to the truth**. A/HRC/12/19, de 21 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A-HRC-12-19.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

com a sua história. E como, de modo óbvio, um país é composto por pessoas, saber do ocorrido com essas pessoas permite a transmissão do passado às futuras gerações, prevenindo a idolatria de uma história falsa e a repetição dos fatos. Segundo a Corte IDH, “[...] *toda sociedad tiene el derecho inalienable de conocer la verdad de lo ocurrido, así como las razones y circunstancias en las que aberrantes delitos llegaron a cometerse, a fin de evitar que esos hechos vuelvan a ocurrir en el futuro*”<sup>123</sup>. A essa dimensão do direito à verdade dá-se o nome de direito à memória.

Ante a afirmação retro, quais elementos a Corte citada acima considera que satisfazem a dimensão coletiva do direito à verdade?

Ela exige a determinação processual da mais completa verdade histórica possível, o que inclui a determinação judicial dos padrões de atuação conjunta bem como a identificação de todas as pessoas que, das mais diversas formas, participaram das referidas violações, tendo em conta suas respectivas responsabilidades. Essa investigação deve ser assumida pelo Estado como um dever jurídico próprio e não como uma simples gestão de interesses particulares, que dependa de iniciativas processuais das vítimas ou de seus familiares ou, ainda, da apresentação privada de elementos probatórios<sup>124</sup>, pois, diante das demandas democráticas de uma República pós-ditadura em processo de transição, a verdade é condição de possibilidade da sua própria história e de fortalecimento da democracia participativa<sup>125</sup>.

Segundo Navia<sup>126</sup>, é importante ressaltar que não se trata somente do direito a obter informação, mas também, tal como explicitado antes, do direito de acesso à verdade, que se manifesta no direito de acesso à informação que permite ao cidadão garantias de pedir, buscar e difundir informação. É o direito a conhecer a história do seu país e de seus cidadãos, o que está associado à garantia de acesso à justiça, ou seja, ao direito e à garantia de, em juízo, buscar essa previsão legal.

O direito à verdade é reconhecido como um direito humano, por isso é considerado universal, indivisível, interdependente e inter-relacionado<sup>127</sup>. Todavia, por suas particularidades, imediatamente passa a ser respeitado e implementado pelos países signatários

---

<sup>123</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2004.

<sup>124</sup> Idem, 2006.

<sup>125</sup> LEAL, 2012a.

<sup>126</sup> Apud TORELLY, 2012.

<sup>127</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração e Programa de Ação de Viena II** Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena, 14-25 de junho de 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 09 ago. 2017.



das Convenções e dos Pactos mencionados? Ou seja, torna-se tangível no sentido de ser compreendido e efetivado?

Em resposta à Resolução 2005/66 da ONU, Capítulo I, § 5, a Corte Internacional de Direitos Humanos elaborou o “Estudo sobre o Direito à Verdade” de 2006<sup>128</sup>, o qual, em síntese, concluiu que: a) não obstante se relacione com outros direitos, o direito à verdade possui autonomia; b) possui como sujeito ativo as vítimas e seus familiares (dimensão individual) e toda a sociedade (dimensão coletiva); c) sofre impossibilidade de limitações, por ser inalienável; d) tem âmbito de aplicação material em casos de graves violações de direitos humanos; e) tem como significado proteger a faculdade de conhecer o que ocorreu com a vítima e quem são os perpetradores; f) possui como fundamento jurídico o reconhecimento pelo Direito Internacional, da sua própria jurisprudência; e, finalmente, e) possui mecanismos institucionais e procedimentos para a sua aplicação e efetivação.

As principais medidas apontadas aos Estados pela Corte IDH para reparação e promoção do direito à verdade são: a) as obrigações de investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis pelas violações; b) localizar e identificar os restos mortais da(s) vítima(s) desaparecidas e entregá-los a seus familiares<sup>129</sup>; c) indenizar por danos materiais e danos imateriais<sup>130</sup>; d) oferecer garantias de não repetição, facilitando o acesso, a sistematização e a publicação de documentos em poder do Estado.

Devem, também, ser adotadas as medidas legislativas e administrativas necessárias para fortalecer o acesso à informação, como: a) criar Comissões da Verdade; b) aplicar medidas de reabilitação (atenção médica, psicológica ou psiquiátrica disponíveis às vítimas ou aos familiares)<sup>131</sup>; c) promover medidas de satisfação, como a publicação da sentença da Corte IDH; d) divulgar publicamente os resultados dos processos de investigação; e) promover ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional; e f) implementar medidas de memória e homenagem à(s) vítima(s)<sup>132</sup>.

---

<sup>128</sup> UNITED NATIONS, 2006.

<sup>129</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Myrna Mack Chang vs. Guatemala**. Sentença de Mérito, Reparações e Custas de 25 de novembro de 2003. Série C Nº 101.

<sup>130</sup> Idem. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Heliodoro Portugal vs. Panamá**. Sentença de Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas de 12 de agosto de 2008. Série C Nº 186.

<sup>131</sup> Idem. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas de 24 de novembro de 2010. Série C Nº 219.

<sup>132</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Rochac Hernández e outros vs. El Salvador**. Sentença de Mérito, Reparações e Custas de 14 de outubro de 2014. Série C Nº 285.

A Corte IDH indicou, em vários momentos de sua jurisprudência, os impeditivos de obstáculos. Declarou a inadmissibilidade de institutos jurídicos como a anistia, a graça, a prescrição e/ou o estabelecimento de excludentes de responsabilidade que obstaculizem ou impeçam o esclarecimento de caso e, por conseguinte, o conhecimento da verdade. Também não é permitido que o Estado alegue a existência de mecanismos internos, tais como a irretroatividade da lei penal e da coisa julgada e o princípio *ne bis in idem*, para inadimplir com esses deveres<sup>133</sup>.

## 2.3 APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA DOS DIREITOS HUMANOS

Mesmo tendo uma aceitação majoritária, existem opiniões desfavoráveis à teoria dos direitos humanos. Diversos autores criticam a teoria dos direitos humanos – dentre eles Edmund Burke, Michel Villey, Hannah Arendt, Carlos Nino e Herrera Flores –, fundamentam e sintetizam as críticas de sua dita universalidade e irrenunciabilidade, justamente por considerarem as dificuldades graves ou até intransponíveis à real efetivação de tais direitos.

### 2.3.1 Críticas de Edmund Burke

Burke expôs sua contribuição crítica logo após as primeiras declarações que inauguravam a teoria dos “direitos do homem”. Segundo o seu pensamento, as instituições derivavam de um extenso processo de sedimentação histórica. O direito era algo que se legava das gerações antecedentes, a partir de um processo de erros e acertos que iria aperfeiçoando a lei e o governo. Almejar que todas as instituições fossem recriadas em um só ato seria pretender que a razão de um conjunto de homens, num determinado momento histórico, se sobreponha a séculos de experimentação. Acredita, ainda, que a DUDH poderia induzir as pessoas a crer que verdadeiramente possuíam aqueles direitos, o que certamente ocasionaria um grande tumulto se viessem a exigí-los<sup>134</sup>.

Observa-se que Burke acredita muito mais nos direitos herdados das gerações anteriores do que na ideia de direitos inalienáveis, os quais, em seu pensamento, não possuem

---

<sup>133</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2010.

<sup>134</sup> BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

qualquer valor. Continua prelecionando que os direitos metafísicos são moral e politicamente falsos, e que para que eles realmente operem é imprescindível que estejam entrelaçados às circunstâncias concretas de um lugar, arraigados a uma tradição e a uma cultura próprias. Proclama, ainda, que os seus direitos são os direitos de um inglês e não do homem geral e indeterminado da DUDH. Nota-se que a abstração, além de resultar na inoperância dos direitos, traria essa segunda consequência: a indeterminação do sujeito dos direitos do homem. A humanidade comum anunciada na DUDH é imaginária, não podendo haver proteção possível a ela<sup>135</sup>.

Para o autor, esse homem universal e abstrato da DUDH é algo que não se ampara na experiência; é um ensinamento que não proveio da experiência concreta e moral da pessoa, mas de direitos infundidos por pensadores que não conheciam o mundo real do agir. As diretrizes dos direitos do homem não se situam no plano visível, prático ou social. Esse “homem em geral”, esse devaneio, pode ser necessário para compreender as grandes distinções das pessoas, dos contextos e dos lugares, mas não serviria para a realidade do direito<sup>136</sup>.

O pensador sustentava que não adianta discutir o direito imaterial do homem. Esse caráter metafísico e abstrato teria como nefasto efeito um completo desapego à realidade. Havia a ilusão dos direitos humanos, mas eles, em verdade, seriam direitos dos ingleses e não de todos os homens<sup>137</sup>. As críticas são sem dúvida, na visão atual, provincianas e conservadoras, porém destacam pontos que podem ser pensados: o caráter local dos direitos humanos, os desafios em lidar com a abstração e com o elemento da universalidade e a importância da historicidade.

### 2.3.2 Considerações de Michel Villey

Para Villey<sup>138</sup>, os direitos humanos buscam esconder diversas situações iníquas ao ignorar que o direito é, basicamente, uma relação multilateral, não podendo-se inferir, em consequência, uma relação que supõe dessemelhantes termos para um ser unívoco: o homem. Seu surgimento seria correlato ao eclipse ou à perversão, na filosofia moderna individualista, e à ideia de justiça, bem como de seu instrumento, qual seja, a jurisprudência. A crítica do autor

---

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> Ibidem.

<sup>137</sup> Ibidem.

<sup>138</sup> VILLEY, Michel. **Estudios em torno a la noción de derecho subjetivo**. Tradução de Alejandro Guzmán Brito e outros. Chile: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 1976.

a esse tema se apresenta, inicialmente, como linguística, mas, em seguida, assume uma dimensão filosófica. Para ele, a linguagem das modernas e contemporâneas declarações nacionais e internacionais de direitos humanos apresenta-se como fórmulas despojadas de sentido, que geram direitos utópicos ou falsas expectativas. Aborda o tema com uma linguagem vaga e ilusória que, exatamente por isso, não poderia ser considerada como um avanço para a ciência jurídica<sup>139</sup>.

Villey informa que são três as fontes filosóficas convergentes que fundamentam os direitos humanos: o Nominalismo, o Cristianismo e o Humanismo. Para ele, cada uma delas, ao seu modo, valoriza o individualismo humano. Entretanto, a noção de direitos humanos é inábil para dar resposta a essa incontroversa e elogiável tarefa. Não consegue responder ao porquê de, ao reclinar-se sobre o individual, ou seja, sobre os meros entes independentes, não estar em condições de assumir, tampouco de impetrar, uma visão de conjunto do assunto a cuja consideração se dirige. Por causa disso, os direitos humanos, assim concebidos, jamais servem aos interesses de todos<sup>140</sup>.

E, continua, a moderna teoria dos direitos humanos teria se esquecido que “[...] o direito é relação entre os homens, multilateral”. Advoga que o direito antigo não conheceu a tese do direito subjetivo. E adiciona: “Tenham ou não consciência, quando vocês usam a palavra ‘direito’, trata-se de uma relação. Como se poderia inferir uma relação, que cobre vários termos, de um termo único: o homem?”<sup>141</sup>.

### 2.3.3 Ponderações adotadas por Hannah Arendt

Na percepção de Arendt, a Declaração dos Direitos do Homem denotou o prenúncio da emancipação do homem; a partir dali ele teria se tornado o manancial de toda a lei. O homem não se sujeitava mais às leis divinas ou asseveradas simplesmente pelas práxis da história, haja vista que tinha se libertado de qualquer sujeição e que era dotado de direitos simplesmente porque era Homem. Assim, tais direitos eram apresentados ou mesmo definidos como

---

<sup>139</sup> VILLEY, Michel. **O direito e os direitos humanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

<sup>140</sup> Ibidem.

<sup>141</sup> Ibidem. p 98.

inalienáveis, universais, livres de determinação por qualquer Estado ou nação, pois pertenciam ao ser humano onde quer este estivesse<sup>142</sup>.

Não precisamos insistir nas dificuldades inerentes ao próprio conceito de direitos humanos, nem na lamentável ineficácia de todas as declarações, proclamações ou enumerações de direitos humanos que não foram imediatamente incorporados à lei positiva, à lei local, e aplicadas a todos os que lá viviam. O problema com esses direitos sempre foi que eles não podiam ser mais do que os direitos dos nacionais, e que só eram invocados, como último recurso, por aqueles que haviam perdido seus direitos normais de cidadãos<sup>143</sup>.

É imperioso notar que os direitos humanos são dependentes da soberania da nação ou do Estado para sua definição, proteção e realização. Daí apresenta-se o paradoxo denunciado pela autora como uma das “[...] muitas perplexidades inerentes ao conceito [...]” dos direitos humanos. Infere-se que os direitos humanos estão indubitavelmente ligados à soberania; assim sendo, para aqueles que deixavam de ter um governo próprio não restava qualquer autoridade disposta a garantir seus direitos<sup>144</sup>.

O pensamento dos direitos humanos como direitos que emanam do próprio homem ou de uma ideia de homem (de um ser abstrato e indefinível), como intrínsecos à natureza humana, antagoniza-se à condição humana da pluralidade, essencial à ação e à dignidade humana. Sem fazer parte de um grupo de iguais, a relação do ser com o mundo quebra-se pela falta de ratificação do senso comum. Desse modo, é somente quando o indivíduo está em companhia de outros seres humanos distintos entre si, em um espaço público, ratificando sua singularidade e sua identidade, como agente unívoco na totalidade da comunidade humana, que ele realmente age. É apenas nessa experiência que ele atualiza sua dignidade<sup>145</sup>.

Nesse sentido, o homem, na sua individualidade abstrata, somente ostentaria sua imagem de cidadão por intermédio do povo ao qual pertencesse. Os direitos humanos apenas se definiriam com a emancipação de um povo ou, ainda, com a constituição de um Estado nacional soberano. O homem isolado, excluído das relações humanas, desnuda-se de sua dignidade humana, pois suas ações não atingirão a comunidade humana; é como se não tivessem existido. Essa situação de enclausuramento do homem da sociedade prejudica as particularidades da vida humana consideradas essenciais, afetando o homem como animal político<sup>146</sup>.

---

<sup>142</sup> ARENDT, 2007.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>144</sup> Ibidem.

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> ARENDT, 2007.

Os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexecutáveis – mesmo nos países cujas constituições se baseavam neles – sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano. A esse fato, por si já suficientemente desconcertante, deve acrescentar-se a confusão criada pelas numerosas tentativas de moldar o conceito de direitos humanos no sentido de defini-los com alguma convicção, em contraste com os direitos do cidadão, claramente delineados. [...] O que era sem precedentes não era a perda do lar, mas a impossibilidade de encontrar um novo lar. De súbito revelou-se não existir lugar algum na terra aonde os emigrantes pudessem se dirigir sem as mais severas restrições, nenhum país ao qual pudessem ser assimilados, nenhum território em que pudessem fundar uma nova comunidade própria. Além do mais, isso quase nada tinha a ver com qualquer problema material de superpopulação, pois não era um problema de espaço ou de demografia. Era um problema de organização política. Ninguém se apercebia de que a humanidade, concebida durante tanto tempo à imagem de uma família de nações, havia alcançado o estágio em que a pessoa expulsa de uma dessas comunidades rigidamente organizadas e fechadas via-se expulsa de toda a família das nações<sup>147</sup>.

Não pertencendo ao espaço público, a uma nação, ou seja, a uma comunidade organizada que pudesse lhe defender, esse homem perdeu a cidadania, isto é, o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não estava ligada ao ser. Segundo Godoy, Arendt distinguia que “[...] essas ideias qualificavam uma confirmação tardia (e irônica) dos argumentos de Edmund Burke (1729-1797)”<sup>148</sup>.

Segundo o pensamento arendtiano, a humanidade não é mais que mera ideia reguladora; a autora avalia que, não podendo mais confiar na história, hábitos de cada sociedade como manancial de direitos ou hábitos na natureza humana como fonte de direito, os direitos humanos deveriam ser garantidos pelos próprios homens, considerando-se a existência de um grande espaço político internacional que viesse a garantir a dimensão ontológica da humanidade. Por pertencer à humanidade, o ser humano tem direitos. E é a humanidade composta por cada homem singular que tem o papel de ser fonte e garantidora dos Direitos do Homem<sup>149</sup>.

A crítica de Arendt aos direitos humanos não se pretende destrutiva; ao inverso, possui um caráter de reconstrução<sup>150</sup>. Não para preconizar os fundamentos, mas para oferecer garantia efetiva de que todas as pessoas humanas deveriam ter reservada a sua integridade física e política, sendo possuintes, por conseguinte, de uma dignidade humana<sup>151</sup>.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 327.

<sup>148</sup> GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O pensamento de Hannah Arendt e os paradoxos dos direitos humanos. **Consultor Jurídico**. 14 set. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-14/embargos-culturais-pensamento-hannah-arendt-paradoxos-direitos-humanos>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

<sup>149</sup> ARENDT, 2007.

<sup>150</sup> LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

<sup>151</sup> ARENDT, 2007.

No caso do Brasil e da Argentina, os respectivos governos não somente deixaram de assegurar os direitos humanos como também foram eles mesmos os perpetradores do desrespeito.

#### 2.3.4 Entendimento de Herrera Flores

Outra crítica atual e mais próxima é feita pelo pensador e humanista espanhol Herrera Flores. O autor instiga ao uso de uma reflexão crítica que torne visíveis os problemas contidos nas teorias tradicionais dos direitos; desestabiliza crenças já colocadas, bem como transforma as relações sociais no mínimo para que constituam exercícios dos direitos reconhecidos em muitas cartas de direitos humanos<sup>152</sup>. Ante a colocação exposta, reflete-se: o que são e o que representam os direitos humanos para Flores? Segundo o autor, os direitos humanos não são outorgados pelos Estados ou pela ordem internacional, pois eles não podem ser apreendidos como um acontecimento natural, um dado externo, concluído, metafísico e transcendente em relação à existência humana, mas como um produto cultural. São conquistados por pessoas que, procurando acesso a determinado bem jurídico, encontraram barreiras aparentemente intransponíveis no momento de fazê-lo<sup>153</sup>.

O mesmo autor refuta a ideia de universalidade dos direitos humanos e parte da conjectura de que os direitos humanos são produtos culturais. Assim, percebe-se o diferente meramente como o diferente, como aquele que, no transcurso da sua respectiva história, busca possibilidades distintas para minuciar os elementos que considera essenciais para atingir as próprias concepções de dignidade humana<sup>154</sup>.

Flores reprovava a clássica visão reducionista e incompleta de que os direitos humanos podem ser fácil e superficialmente estabelecidos como prerrogativas que o ser humano já tem somente pelo fato de ser humano, uma averiguação puramente formal e dissociada de uma análise da realidade social mais acertada. É impraticável discernir os direitos humanos de maneira generalizada; eles são influenciados pelas situações, pelo espaço, pelas culturas, pela

---

<sup>152</sup> FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009b.

<sup>153</sup> Ibidem.

<sup>154</sup> FLORES, 2009b.

economia e pela política, e devem ter uma perspectiva contextualizada nas práticas sociais emancipadas por meio das ações políticas e lutas sociais<sup>155</sup>.

Flores conclui que o processo de sua teoria crítica não pode ser observado como um fim em si, mas como uma teoria que postula abrir os necessários caminhos e criar condições objetivas para conferir, por interposição de processos permanentes de luta, que os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, civis e políticos cheguem aos excluídos pela sociedade de capital globalizante. Enfim, para que possam ser efetivados<sup>156</sup>.

Sua teoria buscou aquilatar a integralidade e justiciabilidade dos direitos humanos, respeitando a interculturalidade das ações humanas a partir de sua contextualização histórica; pugnou pelo respeito à diversidade e pela igualdade material entre os sujeitos integrantes da espécie humana. Flores conclui que *“hablar de dignidad humana no implica hacerlo de un concepto ideal o abstracto. La dignidad es un fin material. Un objetivo que se concreta en dicho acceso igualitario y generalizado a los bienes que hacen la vida sea ‘digna’ de ser vivida”*<sup>157</sup>.

Sob a óptica da filosofia exposta aqui percebe-se que, embora somente Burke tenha um pensamento centrado no sujeito isolado e não no cidadão como parte de uma comunidade, não há unanimidade quanto à universalidade dos direitos humanos, pois não se constituem num desempenho axiológico, mas muito mais numa filosofia. Assim como Thomas Morus encerrou sua obra com a fala do navegador fictício Rafael Hitlodeu elogiando a estrutura da sua imaginária ilha de Utopia e afirmando que é fácil confessar que existem muitas coisas na terra da Utopia que gostaria de ver implantadas nas cidades, em toda a verdade e não apenas em expectativa<sup>158</sup>, os atuais filósofos veem os direitos humanos de forma simpática, mas não apresentam uma fórmula que seja propícia à sua implementação como direito de todos.

---

<sup>155</sup> Idem. **A re(invenção) dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009a.

<sup>156</sup> Idem, 2009b.

<sup>157</sup> Idem, 2009a.

<sup>158</sup> MORUS, Thomas, **Utopia**. Edição preparada por George M. Logan, Robert M. Adams; tradução Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1993.



## 2.4 O TEÓRICO DA BUSCA PELA VERDADE E MEMÓRIA NA ARGENTINA

O autor argentino Carlos Santiago Nino, ao expor seu entendimento sobre os direitos humanos, conforma o conceito de direitos humanos a partir de uma concepção precisa de moralidade. Leciona que os princípios morais têm sua existência condicionada à sua validade e aceitabilidade; são princípios que insurgem de uma moral crítica. Não há outros princípios que prevaleçam sobre eles. Ademais, podem valorar qualquer conduta. A acuidade da conclusão de que os direitos humanos são direitos de índole moral ocorre: se, nas decisões práticas, os direitos são reconhecidos, obedecidos e/ou aplicados; se as ações diante do ordenamento necessitam dos princípios de justiça e de moralidade social; se os juízes justificam suas ações por meio de princípios morais considerados válidos; e se as considerações valorativas são imprescindíveis para resolver as indeterminações do ordenamento.

Nino compreende serem os direitos humanos determinantes no caso dos princípios morais, geradores dos direitos humanos fundamentais, por esses não reconhecerem normas jurídicas que os negam mesmo tendo origem democraticamente legítima. Esses direitos devem ser considerados, ainda que não positivados. Contudo, a consagração jurídica não pode ser considerada prescindível. Ela faz com que os direitos humanos sejam mais exatos e menos controvertidos, o que proporciona uma maior proteção contra possíveis violações. Dessa maneira, o reconhecimento consensual mediante uma ordem interna, jurídica, fundamentada em valores morais é importante para se alcançar o respeito aos direitos humanos<sup>159</sup>.

Nino tem sua filosofia fincada no positivismo ético e é esse positivismo que compõe a estrutura teórica que possibilita justificar racionalmente princípios morais normativos (como os de índole liberal que são defendidos pelo autor), que constituem o fundamento dos direitos humanos.

O entendimento que Nino expõe foi inspirado em ideias e trabalhos desenvolvidos por precursores como Thomas Hobbes e Immanuel Kant, bem como por autores modernos como John Rawls, Jürgen Habermas e Peter Singer, dentre outros. Não obstante haver diferenças em seus pensamentos, eles de forma conjunta esboçam a construção de um movimento filosófico que, segundo a denominação de Rawls, pode ser reconhecido como construtivismo ético<sup>160</sup>. Importante destacar que as formulações de Nino sobre os direitos

---

<sup>159</sup> NINO, Carlos Santiago. **Ética y derechos humanos**: un ensayo de fundamentación. 2. ed. Buenos Aires. Astrea. 2012.

<sup>160</sup> NINO, 2012.

humanos somente podem ser compreendidas dentro de um contexto teórico mais abrangente, que advém de sua filiação filosófica a uma específica concepção metaética: “o construtivismo”<sup>161</sup>.

Segundo o mesmo autor, o nível do discurso moral da Metaética, Ética Teórica ou Ética Analítica, bem como o de todas as teorias sobre o significado dos conceitos e juízos morais, aborda o estudo da possibilidade de justificar racionalmente os juízos de valor, isto é, de demonstrar que um juízo de justiça ou bondade moral é verdadeiro ou válido<sup>162</sup>.

O construtivismo ético de Nino encontra-se na mesma baliza de outros autores que ambicionam sobrepujar as teorias da justiça não cognitivistas, seja por meio do construtivismo moral, a exemplo de Rawls, seja do recobrimento da razão prática, como Habermas e Apel<sup>163</sup>.

A interpretação que se viu sobre o construtivismo ético significa que Nino considera direitos humanos somente aqueles que são positivados?

Nino propõe a ideia de reconstrução racional do conceito dos direitos humanos, de forma que estes sejam analisados como direitos morais. Para ele, é irrefragável que os direitos estão entre os maiores inventos da civilização; contudo, isto não significa dizer que direitos humanos, de tal modo, se formam apenas quando positivados e reconhecidos por organizações estatais. Ao inverso, a crença de que esse reconhecimento jurídico é a via mais segura para o progresso de tais direitos compõe um sério obstáculo à sua evolução e efetivação. A chamada reconstrução racional inicia com uma caracterização provisória da noção em questão, levando em consideração traços que previamente se supõem proeminentes<sup>164</sup>.

Analisando a questão do ponto de vista dos direitos humanos, indaga-se: para Nino, eles fazem parte da ética e da moral?

Consoante o entendimento de Nino, um dos fatores que provocam o exaurimento do conceito moral é o aleijamento da diferença entre moral positiva (moral social) e moral ideal (moral crítica). Deste modo, a moral positiva é o produto da formulação e da aquiescência de juízos com os quais se pretende alcançar princípios de uma moral ideal. Sem a aspiração de atuar e julgar conforme uma moral ideal, não existirá moral positiva. As regras da moral

---

<sup>161</sup> PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. Princípios morais e direitos humanos na obra de Carlos Santiago Nino. In: TORRES, Ricardo Lobo. (Org.). **Legitimação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

<sup>162</sup> NINO, Carlos Santiago. **Derecho, moral y política**: una revisión de la teoría general del derecho. Barcelona: Editorial Ariel, S. A. 1994.

<sup>163</sup> AÑÓN, José García. C. S. Nino y los derechos morales. **Anuário de Filosofia del Derecho**, Valencia, v. 11, 1994.

<sup>164</sup> NINO, 2012.

positiva proveem de discursos em que se formulam juízos, princípios, que tangem à moral ideal e não a uma moral social. Os juízos que se referem a uma moral positiva descrevem fatos; não são capazes de expressar razões operativas para justificar uma ação. Porém, a moral ideal consegue justificar a escolha de atos e decisões. Ademais, o autor prossegue apontando a diferença entre os juízos da moral ideal e os da moral positiva, uma das quais é a aceitabilidade social desta e a validade dos juízos da moral ideal.

Em virtude de tudo o que foi esclarecido, é errônea a ideia de uma total dissociação entre moral ideal e moral social, de tal forma que uma compreensão adequada da moral vigente em uma sociedade pode contribuir para esclarecer as condições que as teorias morais devem satisfazer para serem consideradas válidas. A distinção é também proeminente porque implica rejeitar uma espécie de positivismo moral, segundo o qual a maioria da sociedade é que determina os *standards* de bondade e correção moral<sup>165</sup>.

Para o mesmo autor, a moral e o direito têm como função, mal ou bem, reduzir os conflitos entre os indivíduos e facilitar a cooperação social. A moral exerce essas funções por meio do discurso argumentativo, que opera como uma técnica para convergir certas condutas sobre a base da coincidência de crenças em razões morais.

Ante o exposto, pergunta-se: de que forma o Direito cumpre a sua função? Segundo Nino, o Direito cumpre a sua função a partir de dois elementos, quais sejam, a coação e a autoridade: a coação é o emprego da ameaça com o objetivo de que as pessoas atuem conforme as condutas preestabelecidas legalmente; a autoridade se traduz pelo consenso de que o Estado, por meio dos órgãos jurídicos, possui o poder de atribuir eficácia às suas decisões. Advém, assim, a compreensão de que somente o uso da coação não é suficiente para preservar o sistema jurídico. É imperiosa, também, a crença na legitimidade moral dos órgãos do sistema. Logo, para que o Direito cumpra suas funções, ele depende parcialmente das convicções morais das pessoas<sup>166</sup>.

Leciona Nino que o discurso moral precisa, inicialmente, poder ser qualificado como um genuíno discurso, isto é, que não devem existir: quaisquer argumentos, técnicas de motivação ou formas de persuasão baseados na obediência dogmática a certas autoridades (sejam humanas ou divinas); o recurso a intimidações de danos ou ofertas de benefícios; o engano; nem a dependência por meio da propaganda. Essa distinção repousa no fato de que a

---

<sup>165</sup> NINO, 2012.

<sup>166</sup> NINO, 2012.

moral tem por atributo operar a partir do consenso. Assim, a fim de que o consenso ou a convergência de ações se origine da livre aceitação de certos princípios de conduta, é imperativo que esses princípios atendam a determinados pressupostos<sup>167</sup>.

A quais pressupostos Nino vincula os princípios? Os princípios devem ser públicos, gerais, universais e hierarquicamente superiores. Ser públicos significa que devem ser notórios, conhecidos por todos, e não devem ser misteriosos, para que possam servir como parâmetros mestres de condutas convergentes; devem ser gerais, constituindo determinações normativas de forma genérica e não para casos específicos; universais, para que os princípios sejam qualificados pela universalidade que pressupõe ser a validade dos juízos morais não dependente de circunstâncias pessoais, de tempo ou de lugar não incorporadas a esses princípios, não quanto ao conteúdo, mas em relação à aceitabilidade ou à presunção (não se misturando com a generalidade) dos princípios; e, enfim, é preciso que o discurso moral se situe numa posição de hierarquia superior à de outros tipos de razões para atuar. Com todos os pressupostos satisfeitos, em que razões eles se fundam? Os princípios morais se fundam em razões finais na justificação de uma ação, pois qualquer razão de outra índole não pode prevalecer. Ademais, elas deslocam qualquer outra razão quando são aplicáveis. As aludidas qualidades do discurso moral evidenciam que o construtivismo concebe a moral como algo diretamente conexo às ações humanas<sup>168</sup>.

Nino cita Kant: “[...] o valor da moral da ação não é o medo ou a inclinação, mas o respeito voluntário à lei”<sup>169</sup>. O autor assevera a supremacia axiológica dos princípios: “[...] eles são causas finais na justificativa de uma ação: nenhuma outra razão pode prevalecer sobre eles, desprezam qualquer outra razão quando são aplicáveis”<sup>170</sup>.

A acuidade da dimensão humana da moral no construtivismo coloca em destaque mais uma propriedade da concepção metaética. O construtivismo ético reconhece a existência de indeterminações morais, que não instituem um problema de conhecimento da verdade, mas aludem à própria verdade, evidenciando a incompletude do sistema moral. Assim, o construtivismo, por conceber o sistema moral como incompleto e complexo, reconhece a possibilidade da existência de empates morais. No entanto, para o construtivismo, os empates são excepcionais e revelam a existência de um grau moderado de indeterminação no sistema moral que explica a inegável existência de certos dilemas morais aparentemente insolúveis.

---

<sup>167</sup> Ibidem.

<sup>168</sup> Ibidem.

<sup>169</sup> Cf. Ibidem.

<sup>170</sup> Ibidem.

Esse ponto de vista não permite qualificar o construtivismo como uma posição relativista, uma vez que o relativismo, ao recusar que existem verdades morais, pressupõe que os empates são inevitáveis<sup>171</sup>; já para Nino trata-se tão somente de uma hipótese pouco provável. O fato de haver possibilidade de empate não invalida o procedimento<sup>172</sup>.

Infere-se que essas são as condições que deverão ser completadas para que o juízo seja verdadeiro. As condições do discurso, penhoradas por Nino, confirmam como o construtivismo ético apresenta a moral, a despeito da assertiva de Nino de que os direitos humanos são a maior invenção da civilização<sup>173</sup> e de que estão vivenciando o seu melhor momento na história no que diz respeito ao seu reconhecimento pela ordem jurídica positiva externa e interna, bem como pelo instrumentário que se alocou à disposição dos estudiosos do Direito. Não se pode negar a existência de pontos passíveis de crítica por parte dos teóricos.

Paradoxalmente, do mesmo modo que se multiplicaram, gradativamente, as regulações dos direitos humanos, também aumentaram significativamente suas próprias violações e tentativas governamentais de supressão dos direitos humanos. Qualquer análise teórica que desvincule as ficções normativas da práxis social, vale dizer, da realidade concretamente vivenciada, além de se configurar em diletantismo teórico contribui, mesmo que indiretamente<sup>174</sup>, para legitimar a violação dos direitos humanos.

Dentro desse panorama, como a teoria de Nino concebe a crítica?

Criticar não significa extinguir para inventar ou recusar para afiançar, pois um pensamento crítico é sempre criativo e afirmativo. Ao inventar e ao afiançar, os seres humanos se distanciam daquilo que impede a maioria de exercer suas capacidades genéricas de fazer e oferecer opções à ordem existente. Com efeito, ser crítico impõe afirmar os próprios valores como algo necessário para implementar lutas e garantias com todos os meios possíveis e, paralelamente, mostrar as contradições e as fraquezas dos argumentos e as ações que se opõem. É necessário dizer quais são as pusilanimidades de uma ideia, de um argumento, de um raciocínio, inclusive do próprio raciocínio, quando não forem consistentes, tentando corrigi-los para reforçá-los. Contudo, não é necessário conduzir exclusivamente à destruição daquilo que não é compartilhado como resultado de uma paixão cega; também se pode executar um ato

---

<sup>171</sup> PEREIRA, 2007.

<sup>172</sup> NINO, 2012.

<sup>173</sup> Ibidem.

<sup>174</sup> CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; GRUBBA, Leilane Serratine. Entre os direitos humanos e os direitos fundamentais: as possíveis convergências entre a teoria crítica de Joaquín Herrera Flores e a teoria do garantismo de Luigi Ferrajoli. **Revista Justiça do Direito**, v. 25, n. 1, p. 7-32, 2011. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/2730/1859>>. Acesso em 13 abr. 2017.

racional necessário para avançar<sup>175</sup> como um “artefato humano”, algo intrinsecamente dependente das ações humanas. Desse modo, a prática efetiva do discurso moral tem um valor epistemológico, posto que o intercâmbio de pontos de vistas e o consenso tendem a produzir soluções moralmente corretas. Conclui-se, assim, que o pensamento central do construtivismo ético é de que os juízos morais se justificam a partir de condições procedimentais, constituindo a práxis social um elemento decisivo no processo de fundamentação dos juízos<sup>176</sup>.

Os pressupostos que fundamentam os direitos humanos tornam a universalidade, por eles evocada, ilusória e infactível; é essa a conclusão a que se chega quanto ao pensamento de Nino. Para falar sobre direitos humanos, há de estar presente a cidadania, que requer direitos iguais para todos, participação consciente e democracia fortalecida.

Esse pensamento representa a compreensão do principal mentor do primeiro presidente civil da Argentina após a ditadura. Antes mesmo de sua eleição em 1983, Raúl Alfonsín, de centro-esquerda, do partido da *Unión Cívica Radical*, agregou, em uma assessoria privada e não oficial de direitos humanos, intelectuais vindos em grande parte das faculdades de Direito e do Departamento de Filosofia da Universidade de Buenos Aires, sendo os mais prestigiados Carlos Nino e Jaime Malamud Goti, alguns dos quais inclusive se envolveram no processo de transição como observadores e conselheiros; buscou ainda um grupo de filósofos morais e legais dos Estados Unidos, integrado por Ronald Dworkin, Thomas Nagel e Owen Fiss, com o objetivo de delinear e dar fundamento teórico à política que seria implementada pelo seu governo para se defrontar com a árdua realidade de violência experimentada pelo seu país com o regime ditatorial recém-terminado<sup>177</sup>.

Já no final do governo ditatorial, a questão dos direitos humanos, especialmente dos desaparecidos políticos, tinha alcançado um destaque diferenciado pela publicação, em março de 1980, do relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que realizou uma inspeção no país, responsabilizou os “[...] mais altos níveis das Forças Armadas [...]” pela decisão de fazer desaparecer os opositores e apontou como uma das recomendações investigar, processar e punir os responsáveis “[...] pelas mortes atribuídas a autoridades públicas e seus agentes”<sup>178</sup>. Outro fato que motivou os movimentos de direitos humanos foi a entrega, em

<sup>175</sup> FLORES, 2009a; BURKE, 1982.

<sup>176</sup> NINO, 2012.

<sup>177</sup> NINO, Carlos. **Radical evil on trial**. New Haven: Conn, 1996, p. 84.

<sup>178</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Informe da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos**, 1979. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/countryrep/argentina80sp/cap.1.htm>>. Acesso em 30 mar. 2017.

outubro do mesmo ano, do Prêmio Nobel da Paz a Adolfo Perez Esquivel, que chefiou a ONG Serviço de Paz e Justiça (Serpaj), uma das organizações de direitos humanos que denunciaram a violência da ditadura militar na Argentina<sup>179</sup>.

As primeiras formulações da política de direitos humanos delinearam uma estratégia jurídica que diligenciou acomodar um conjunto de preocupações que permeavam a sociedade argentina: o imperativo de responder às exigências por justiça, respaldadas por gigantescas manifestações populares pelo país; o propósito em não motivar reação do ainda poderoso alto comando militar; o particular entendimento do encargo da jurisprudência criminal em uma sociedade liberal<sup>180</sup>.

O enunciado básico da estratégia jurídica de Alfonsín para lidar com as violações de direitos humanos foi a de esquivar-se da lei natural, como uma solução para evitar o seu “elitismo epistemológico”, distante da deliberação democrática que contorna a lei existente<sup>181</sup>. O estabelecimento de uma Comissão da Verdade foi um dos primeiros passos de uma estratégia maior que deveria incluir a instauração de processos.

No próximo item será discutido como se formaram as ditaduras militares na Argentina e no Brasil, com uma análise acerca das práticas adotadas pelos governos dos dois países com a finalidade de buscar a verdade e a memória do que aconteceu nesse período.

## 2.5 PRÁTICAS ARGENTINAS E BRASILEIRAS INAUGURATIVAS DA BUSCA DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E À MEMÓRIA

Neste item estende-se um panorama reflexivo sobre a interdição do passado contemporâneo, constituindo uma narrativa sobre a formação da memória social a partir desses momentos “fundacionais”. Para conseguir tais objetivos, este estudo foi tracejado pelo registro das reminiscências de presos políticos, parentes das vítimas, advogados e ativistas de direitos humanos, tendo em vista propostas e mecanismos de recuperação da verdade cujos registros

---

<sup>179</sup> CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

<sup>180</sup> OSIEL, Mark. The Making of Human Rights Policy. Argentina: The Impact of Ideas and Interests on a Legal Conflict. **Journal of Latin American Studies**, v. 18, p. 135–80, May 1986.

<sup>181</sup> NINO, Carlos. **Juicio al mal absoluto**. Buenos Aires: Emecé; Ariel, 2006. p. 230.

foram consolidados pela Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep) e pelo *Informe Nunca Mais*.

O regime militar autoritário viveu no Brasil por mais de 20 anos, de 1964 a 1985, e na Argentina de 1976 a 1983, em ambos os países baseado na doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Com essa ideologia, como se desenvolveram as ações dos governos totalitários em ambos os países? Em linhas gerais, o regime militar usurpou o poder político; impôs a força no lugar da lei; suspendeu as eleições diretas para presidente, governadores, prefeitos de capitais e senadores; instituiu a figura do chamado Executivo biônico (no Brasil); submeteu o Legislativo à ineficiência e cassou vários de seus representantes; aboliu os partidos políticos existentes; cancelou direitos constitucionais; censurou a imprensa, as artes, a academia e a população; suspendeu direitos trabalhistas (na Argentina); e, no momento mais ignóbil, matou, fez desaparecer, torturou, prendeu e/ou processou grande parte dos que se opuseram ao regime; cada país, ao seu modo, utilizou em larga escala e de forma sistemática tais práticas como forma de se perpetuar no poder.

Diante dos desmandos e do autoritarismo das ditaduras militares, qual a postura da sociedade civil?

Durante a ditadura militar, setores da sociedade civil nos dois países organizaram movimentos de resistência e oposição. Vários movimentos sociais floresceram desde o início do Golpe, especialmente no decurso dos anos 1970, alguns voltados à divulgação dos fatos, outros voltados mais diretamente a objetar as ideias do regime vigente e outros em busca de informações dos familiares e amigos. As pressões desses movimentos e seus aliados internacionais, bem como as divergências entre os líderes militares, incentivaram uma diminuição na repressão na década de 1970, que desencadeou posteriormente a Abertura Política.

Após esses acontecimentos, os dois países utilizaram como instrumento oficial de acesso à informação, à verdade e à memória as comissões de esclarecimentos: a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep) na Argentina e a Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil. Contudo, entre a instauração da comissão argentina e a da brasileira há uma diferença temporal de mais de 30 anos.

Na Argentina, destacam-se: a constituição da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep), também chamada de “Comissão Sábado” (em homenagem ao escritor que presidiu a comissão), e seu célebre relatório *Nunca Mais*, já em



1985; a anulação da Lei de Autoanistia pelo Congresso; os julgamentos pela verdade dos anos 1990, fundamentados numa espécie de “imperativo de ordem moral”<sup>182</sup>, que desaguaram em diversas condenações; a adoção, já em 20 de abril de 2005, da primeira resolução da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o Direito à Verdade (Resolução 2005/66); e a instituição de feriado, o “Dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça”, 24 de março.

No Brasil, evidenciam-se o *Relatório Brasil Nunca Mais*, de iniciativa não governamental; a Comissão da Anistia e as caravanas da anistia; recentemente, a criação da Comissão Nacional da Verdade e de diversas comissões estaduais da verdade; e, em seguida, a sanção da “Lei de Acesso à Informação” (Lei 12.507/2011), dentre outros instrumentos de recuperação da verdade e da memória conhecidos no tratamento de violações massivas aos direitos humanos.

Mesmo dispondo desses instrumentos, questiona-se: nos dois países houve a restauração da verdade?

A resposta é negativa no caso do Brasil, já que o país, mesmo após ter sido condenado pela Corte IDH, optou pela validação da Lei de Anistia (Lei 6.683/1979), pelo não julgamento e pela não condenação dos envolvidos nas graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro, já que a anistia foi ampla e irrestrita. Enquanto isso, a Argentina incorporou rapidamente as determinações e a orientação da Corte IDH e da Conadep; vivenciou alguns retrocessos, porém depois retomou o caminho da utilização de medidas de justiça de transição e realização da justiça.

Ambos os países são signatários das principais Convenções que fundamentam, autorizam e orientam as práticas para se alcançar o respeito do direito à verdade e à memória. Sendo os direitos humanos universais, inalienáveis e inerentes à própria condição humana, conforme proclamado pela Declaração de Direitos Humanos, como, na prática, as decisões podem ser tão distantes e distintas?

As comissões da verdade têm os objetivos de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, além de desvendar a memória e a verdade dos períodos de terrorismo de Estado vivenciados pelos dois países. Era e é necessário esclarecer quem são os desaparecidos políticos, o que aconteceu com eles, quem foram os responsáveis por seus desaparecimentos e onde estão seus corpos. Tais desdobramentos são fundamentais, pois a

---

<sup>182</sup> BURGORGUE-LARSEN, L.; UBEDA DE TORRES, A. **Les grandes décisions de la Cour Interaméricaine des Droits de l’Homme**. Bruxelles: Bruylant, 2008.

reminiscência sobre determinado acontecimento somente pode ser construída a partir do conhecimento dos fatos.

As comissões emergiram no cenário internacional, especialmente durante a década de 1980, em países da América Latina e da África, em momentos históricos de recuperação do Estado de Direito e de volta da democracia, e tinham como objetivo final apoiar processos de paz e restabelecer a premissa básica da convivência, conhecer causas e motivações e estabelecer responsabilidades para os diversos setores envolvidos<sup>183</sup>. Para que isso acontecesse, seria necessário examinar todos os documentos gerados pelo poder ditatorial durante o período analisado. Mas qual a necessidade de analisar e conhecer esses documentos?

Esses documentos são definidos por Nazar com uma tríplice função, como fontes que podem ser utilizadas: para a história, para a memória da entidade administrativa que os gerou e como subsídios para a garantia do exercício de direitos<sup>184</sup>. O conhecimento e as análises de tais documentos garantiriam o devido acesso à informação para a sociedade.

As comissões da verdade são organizações temporárias, oficiais, de prestação de contas, destituídas de caráter judicial<sup>185</sup>. Elas têm como principais desígnios investigar a verdade das práticas abusivas aos direitos humanos realizadas num país durante um período ditatorial, documentar e propalar ampla e publicamente o resultado das investigações.

Com a criação das comissões da verdade, encarregadas de analisar os atos cometidos na ditadura, criou-se a expectativa de que a verdade sobre o período em que os militares tomaram o poder viesse à tona, de forma clara e cristalina. Será que essa verdade emergiu, possibilitando a formação de uma memória coletiva ampla sobre o período chamado de “anos de chumbo” nos dois países?

---

<sup>183</sup> VALDEZ, Patricia. *Comisiones de la verdad: un instrumento de las transiciones hacia la democracia*. CPA Estudios/Working Papers, Madrid, v. 6, 2003. Disponível em: <[http://www2.uned.es/dcpa/estudios\\_workingpapers/CPAestudios6\\_2003.pdf](http://www2.uned.es/dcpa/estudios_workingpapers/CPAestudios6_2003.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

<sup>184</sup> NAZAR, Mariana. *Dictadura, archivos y accesibilidad documental: a modo de agenda*. Centro de Estudios Legales y Sociales. Derechos humanos en la Argentina: informe 2007. Madrid: Siglo Veintiuno, 2007.

<sup>185</sup> WEICHERT, Marlon A. A Comissão Nacional da Verdade. In: SILVA FILHO, José C. M. da; TORELLY, Marcelo D.; ABRAO, Paulo (Orgs.). *Justiça de transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte, Forum, 2013.

### 2.5.1 A recuperação da verdade, da memória e do direito de acesso à informação na Argentina – Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep)

O regime militar tentou calar a sociedade, imprimindo o silêncio e o esquecimento mediante a lei da anistia, chamada de *Ley de Pacificación Nacional* (nº 22.924/1983)<sup>186</sup> na Argentina; contudo, a sociedade já dispunha de algumas instituições não governamentais organizadas que buscavam por informações de familiares desaparecidos. *Las Madres de Plaza de Mayo* é um movimento organizado por mães que buscavam informações sobre o paradeiro dos seus filhos e protestavam contra a ausência destas durante o regime militar argentino. O movimento tem confrontado as autoridades argentinas para responsabilizar os culpados pelos desaparecimentos e mortes dos seus filhos. *Las Madres de Plaza de Mayo* é um grupo internacionalmente reconhecido pela luta em busca da verdade, da memória e da justiça<sup>187</sup>.

A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep) foi originada pelo Decreto nº 187, de 19 de dezembro de 1983, do então presidente Raúl Ricardo Alfonsín, e teve como objetivo cardinal investigar o destino dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar da Argentina (1976 a 1983). A criação da Conadep fez parte de um conjunto de providências implementadas pelo presidente Alfonsín como marca do seu governo constitucional<sup>188</sup>, para concluir o processo de transição política atendendo às demandas da população por justiça. “*El carácter intermedio (entre apertura pactada y ruptura fundacional) se cerró con la guerra y las primeras leyes y decretos de alfonsinismo*”<sup>189</sup>. Consoante o artigo nº 2 do Decreto do Presidente Alfonsín, eram atribuições da Comissão:

- a) *Recibir denuncias y pruebas sobre aquellos hechos y remitirlas inmediatamente a la Justicia, si ellas están relacionadas con la presunta comisión de delitos;*
- b) *Averiguar el destino o paradero de las personas desaparecidas, como así también toda otra circunstancia relacionada con su localización;*
- c) *Determinar la ubicación de niños sustraídos a la tutela de sus padres o guardadores a raíz de acciones emprendidas con el motivo alegado de reprimir el terrorismo y dar intervención, en su caso, a los organismos y tribunales de protección de menores;*

<sup>186</sup> ARGENTINA. **Ley de Pacificación Nacional**. Ley de Autoamnistia. nº 22.924/1983. Disponível em: <[www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/autoam02.htm](http://www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/autoam02.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

<sup>187</sup> ASOCIACIÓN DE LAS MADRES DE PLAZA DE MAYO. Disponível em: <<http://madres.org/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

<sup>188</sup> VEZZETTI, Hugo. **Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

<sup>189</sup> ZORZOLI, Luciana. Nunca Más: disputas entre Estado y memoria. In: JORNADAS INTERESCUELAS/ DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 11., 2007. Tucumán. **Anais...** CD-ROM. Tucumán: [s.n.], 2007.

d) Denunciar a la Justicia cualquier intento de ocultamiento, sustracción o destrucción de elementos probatorios relacionados con los hechos que se pretende esclarecer;

e) Emitir un informe final, con una explicación detallada de los hechos investigados, a los ciento ochenta días a partir de la constitución<sup>190</sup>.

Conhecidos os objetivos da Comissão, como ocorreriam seus trabalhos? Estes foram pautados pela convocação da população para testemunhos sobre atos de violência, o que, graças à intensidade da repressão praticada pelo terrorismo de Estado, provocou uma salutar e imediata resposta da sociedade, especialmente dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção e dos parentes de vítimas. No Prólogo do relatório escrito por Ernesto Sábado, presidente da Conadep, uma das passagens fornece a questão inicial para a análise do *Nunca Más* e da memória que se buscou materializar no momento de seu manifesto: “[...] *de este modo, en nombre de la seguridad nacional, miles y miles de seres humanos, generalmente jóvenes y hasta adolescentes, pasaron a integrar una categoría tétrica y fantasmal: la de los Desaparecidos*”<sup>191</sup>.

O direito à verdade pressupõe o esclarecimento sobre os fatos e as circunstâncias em que ocorreram os desaparecimentos, e como foram realizadas as práticas e as estratégias de implementação do terror. De modo mais amplo, trata-se, também, do reconhecimento público da responsabilidade do Estado por tais crimes; assim a Comissão foi composta por 13 membros – dentre eles escritores, bispos, rabinos, deputados e outros. O período de sua duração foi de nove meses, trabalho intenso que culminou com a produção do documento *Nunca Más*<sup>192</sup>.

A sociedade argentina vivia o início da abertura democrática e vários grupos exerciam pressão de formas diferentes; cada um buscava a defesa de seus interesses. Por isso, a edição do esperado documento produzido pela Comissão e o próprio término das investigações pela Conadep não foram tarefas simples, uma vez que, “conforme a Conadep avançava nas investigações, seus membros foram ameaçados por agentes da repressão, acusados de ativar o ódio e o ressentimento”<sup>193</sup>.

Também existia uma natural desconfiança; o medo e a incredulidade ainda

<sup>190</sup> AGEITOS, Stella Maris. **Historia de la impunidad**: de las actas de Videla a los indultos de Menem. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2002.

<sup>191</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. **Nunca Más**. 2. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.

<sup>192</sup> Ibidem.

<sup>193</sup> LEAL, Rogério. **Verdade, memória e justiça no Brasil**: responsabilidades compartilhadas. Morte, tortura, sequestro e desaparecimento de pessoas no regime militar brasileiro: de quem é a responsabilidade? Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012b.

estavam presentes, principalmente no senso comum, no qual se evidenciava a ideia de que a “despolitização da investigação” era pré-condição indispensável para não reproduzir, simbolicamente, os enfrentamentos do passado recente<sup>194</sup>.

Muito embora a apuração promovida pela Conadep fosse um desejo da sociedade e uma expectativa da população argentina, a comissão enfrentou dificuldades tanto na sua criação como na recepção de seu relatório, o que demonstra tensões de forças opositoras ainda existentes então no cenário político, assim como a discordância de opiniões entre grupos que, não obstante favorecessem e almejassem a democracia, pretendiam trilhar caminhos mais céleres e diretos para alcançar a verdade, a memória e a justiça.

Na busca da verdade, a Conadep, instituída por governo constitucional, poderia ter apoio do governo, da sociedade civil e dos diretamente interessados no esclarecimento sobre os desaparecimentos; entretanto, isso não aconteceu, pois a Comissão enfrentou várias dificuldades<sup>195</sup>, dentre elas o enfrentamento das Forças Armadas, que possuíam um efetivo repressivo ainda atuante e monitoravam os trabalhos da comissão. Os órgãos de inteligência chegaram a identificar os membros da Conadep como “parte da delinquência subversiva” e, por isso, estes estavam sob vigilância constante. O chefe do Estado-Maior do Exército, o general Jorge Arguindegui, afirmou que “*‘la investigación sobre los desaparecidos no conmoverá a la institución’ y que ‘en todo caso podrían molestarlos los directamente implicados en forma personal en los supuestos ilícitos’ [...]*”. Outra dificuldade dilacerante era a incredulidade das famílias diante do que acontecera nos anos precedentes: o assassinato de milhares de pessoas era uma realidade difícil de ser digerida. Naturalmente, muitos familiares ainda tinham esperanças de encontrar seus parentes desaparecidos em prisões em lugares distantes no país, ou em algum hospital. Porém, por meio do trabalho da Comissão, souberam que a realidade não seria essa. Após empreender buscas em várias instituições, Ruiz Guinazu, integrante da Conadep, afirmou: “*[...] no encontramos absolutamente a nadie*”. As *Madres de Plaza de Mayo* resolveram não apoiar os trabalhos da Conadep, por dissentirem da direção que a temática dos desaparecidos forçados estava tomando e, depois, pelas conclusões apresentadas no resultado final; elas entendiam que: “*[...] el nunca más era un ‘informe testamento’, ‘con el que se pretende cerrar la mayor tragedia de la historia argentina’, y la*

---

<sup>194</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>195</sup> Ibidem.

*omisión de la lista de represores revelaba esa información. Es decir, condensaba la verdad y negaba la justicia*”<sup>196</sup>.

Após um período relativamente curto para a importância da empreitada, com a quantidade de depoimentos de anamneses tomados e a produção conclusiva, o relatório *Nunca Más* conseguiu reunir mais de 50 mil páginas e contou com a massiva colaboração da sociedade. Os crimes praticados durante a ditadura, de 1966 a 1973, assim como os atos de violência praticados nos anos democráticos, de 1973 a 1975, não foram contabilizados, pois os membros da Comissão inferiram que os desaparecimentos forçados se impuseram como política repressiva de Estado a partir do golpe de 24 de março de 1976, abrangendo o período até 1983<sup>197</sup>.

Apontou-se ainda que a chamada *Guerra Sucia* impôs uma violência sem precedentes naquele país. Foram identificados 340 centros clandestinos de detenção, espalhados pelo país, nos quais os prisioneiros viviam em condições desumanas, sofrendo todo tipo de tortura e humilhação; foi contabilizado o desaparecimento forçado de 8.960 pessoas durante o regime militar (e esse número não era definitivo, pois existiam diversos outros casos que estavam ainda em etapa de investigação); 80% das pessoas vitimadas possuíam entre 21 e 35 anos de idade. Foi constatada, também, a existência de uma exigência peculiar entre os oficiais das Forças Armadas: eles tinham uma espécie de pacto de sangue, mediante o qual todos deveriam participar das violações de direitos humanos; aquele que se recusasse poderia se tornar vítima. Muitas pessoas foram exterminadas, com a destruição de seus corpos para impossibilitar posterior identificação do cadáver. Foi elaborada uma lista com 1.351 repressores, cujos nomes incluíam juízes, médicos, bispos e sacerdotes, e identificada a existência de uma ilha da Igreja católica que servia de campo de concentração<sup>198</sup>.

A Conadep susteve-se no escrutínio de múltiplos depoimentos que delinearam centenas de casos de torturas, sequestros, prisões ilegais e manutenção de prisioneiros em centros de detenção clandestinos, já que houve aniquilamento ou ocultação significativa de documentos. Relatou, também, o sequestro de parentes que reclamavam por seus familiares e a atuação de militares em casos de ocultação de crianças, filhos dos presos políticos e/ou nascidas nos campos de detenção, bem como avaliou a cumplicidade do Poder Judiciário, inferindo que a via judicial se transformou num recurso praticamente inoperante durante a

---

<sup>196</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>197</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

<sup>198</sup> LEAL, 2012b.

ditadura militar<sup>199</sup>.

Evidencia-se, além disso, que a Conadep teve importante atuação no processo de redemocratização e reconstrução histórica, pois seus trabalhos foram reconhecidos pelas esferas pública e jurídica. Os depoimentos expostos em seu relatório ainda hoje servem como meio de prova e material para o debate corrente na sociedade<sup>200</sup>.

A publicação do célebre relatório *Nunca Más* documentou os crimes do Terror de Estado e tornou conhecidos de forma oficial os crimes perpetrados naquele período, gerando um grande debate social que culminou com a revogação da Lei de Autoanistia<sup>201</sup>.

Como constava no preâmbulo do Decreto nº 187, a Conadep não teria prerrogativa judicial, conforme demonstrado nos seus objetivos. O Decreto afirmava que a Conadep seria “[...] un complemento y no [...] un sustituto de la labor judicial [...]”<sup>202</sup>.

Não obstante as responsabilidades atribuídas aos violadores pela Conadep serem, formalmente, somente de ordem ética e política, não jurídica, surgiram críticas e restrições. Por um lado, a sociedade ficou atônita com as revelações do documento e relutante em aceitar a descrição desses acontecimentos como parte de sua história comum; de outro lado, os militares rejeitaram os dados do relatório como verdade, pois suas informações e conclusões sobre os abusos de direitos humanos iriam servir de base para milhares de casos na Justiça<sup>203</sup>.

O informe da Conadep, num importante momento de publicização das informações, foi entregue ao presidente Raúl Alfonsín em 20 de setembro de 1984. A importância do esclarecimento da verdade argentina foi destacada pela fala do então presidente: “*No puede haber un manto de olvido. Ninguna sociedad puede iniciar una etapa sobre una claudicación ética semejante*”<sup>204</sup>.

O documento, denominado *Nunca Más* (a Comissão escolheu esse nome por proposta do rabino e membro Marshall Meyer; foi uma expressão originalmente usada por sobreviventes do chamado *Gueto de Varsóvia*<sup>205</sup>), foi entregue em solenidade na Casa Rosada, e uma multidão, em torno de 70 mil pessoas, estava reunida na *Plaza de Mayo* sob as palavras

<sup>199</sup> NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **La dictadura militar 1976/1983**. Buenos Aires: Paidós, 2003.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> BUCHANAN, Paul. The varied faces of domination: state terror, economic policy, and social rupture during the Argentine "Proceso," 1976-81. **American Journal of Political Science**, v. 31, n. 2, May 1987.

<sup>202</sup> AGEITOS, 2002.

<sup>203</sup> MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 7, n. 13, São Paulo, dez. 2010.

<sup>204</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>205</sup> O QUE é nunca? **Oquee**. Disponível em: <<https://oquee.com/nunca/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

de ordem “*después de la verdad, ahora la justicia*”<sup>206</sup>.

A criação da Conadep foi uma exigência e necessidade da sociedade argentina, por isso rapidamente foi constituída e teve seu trabalho concluído. Seus resultados influenciaram não somente os desdobramentos do direito à verdade e à memória naquele país, mas também motivaram outros países da América Latina. Foram criadas comissões semelhantes no Chile (*Comisión Verdad y Reconciliación* ou *Comisión Rettig*), em El Salvador (*Comisión de la Verdad*), no Haiti, na Guatemala (*Comisión para el Esclarecimiento Histórico*), na África do Sul (*Truth & Reconciliation Commission*) e no Peru (*Comisión de la Verdad y Reconciliación*)<sup>207</sup>.

A primeira edição do informe chamado *Nunca Más* chegou ao público dois meses após a entrega do relatório. Em menos de 48 horas, esgotaram-se 40 mil exemplares<sup>208</sup>, impondo à *Editorial Universitaria de Buenos Aires* (Eudeba) que efetivasse quatro reimpressões logo no mês de dezembro de 1984, contabilizando mais de 110 mil informes. No ano seguinte, a obra foi traduzida para o português – primeiro idioma estrangeiro – e publicada pela Editora L&PM<sup>209</sup>; logo foi traduzida para inglês, italiano e alemão, fazendo com que o caso argentino fosse conhecido e também tivesse repercussão em âmbito internacional. Incluídas as traduções, até 2007 foram vendidas 503.830 cópias do relatório. “*Esta repercusión del informe estuvo ligada a la credibilidad de la voz de la conducción del Estado en la democracia recién recuperada y al prestigio de los miembros de la Comisión que, como suporta voces, legitimaron su contenido*”<sup>210</sup>.

*La respuesta castrense a la entrega del informe, además, incluyó una serie de actos conmemorativos en los aniversarios de ataques guerrilleros a unidades militares, ocurridos durante el gobierno Peronista entre 1973 y 1976; así pretendía afirmar su tesis sobre la guerra librada, y asociar la intervención uniformada con la defensa de la democracia y su triunfo con su restauración. Por otro lado, calificaron de falaces los testimonios reunidos por la CONADEP, consideraron que sus integrantes y su informe eran parte de la estrategia subversiva y alertaron sobre el regreso a las calles del ‘clima revolucionario’<sup>211</sup>.*

Como se percebe do que relatou Crenzel, as forças militares não estavam completamente paralisadas; em reação ao relatório *Nunca Más*, em maio de 1985 foi publicada sua primeira contestação civil de caráter revisionista e negacionista. Redigido pelos advogados

---

<sup>206</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>207</sup> VALDEZ, 2003.

<sup>208</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>209</sup> SÁBATO, Ernesto (Coord.). **Nunca Mais**: Informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina, presidida por Ernesto Sábató. Porto Alegre: L&PM, 1985.

<sup>210</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>211</sup> CRENZEL, 2008.



do *Foro de Estudios sobre la Administración de Justicia*, o livro *Definitivamente Nunca Más: la otra cara del informe de la CONADEP* contestava o relatório produzido pelo governo, em números e fatos<sup>212</sup>.

O jornalista argentino Nicolás Marquez publicou o livro *La Mentira Oficial: el setentismo como la política de Estado*<sup>213</sup>, em eventos rememorativos dos 30 anos da implantação do regime de terrorismo de Estado, no qual objetivava fazer uma desmonte da argumentação da Conadep<sup>214</sup>, indicando que as intenções da Comissão, ao superdimensionar a repressão argentina, era criar uma “mentira oficial”<sup>215</sup>. A obra tem um capítulo com o título “*El desvarío de la nonna*”, numa referência desrespeitosa às *Abuelas de Plaza de Mayo*, e utiliza o mesmo tom com outras organizações de direitos humanos.

Tais documentos carecem de confiabilidade e aceitação; eles não atingiram o objetivo pretendido de ofuscar e/ou desmentir o relatório *Nunca Más*, pois representam o discurso negacionista e revisionista adotado por parte dos militares na Argentina.

A relatoria da Conadep serviu para inspirar diversas nações que passaram por problemas análogos e resolveram também utilizar o mecanismo da Comissão da Verdade; isso fortaleceu a sociedade e o governo da Argentina a dar sequência às demais medidas de Justiça de Transição reclamadas pela sociedade, como a revelação e preservação da memória e a realização da Justiça, com julgamentos e punições aos perpetradores dos crimes contra a humanidade, mesmo que não imediatamente.

O fato de a Conadep ter sido rapidamente instituída facilitou o colhimento das informações que ainda estavam bem vivas na reminiscência dos indivíduos, o que favoreceu os relatos e a construção da memória coletiva. De outro modo, também dificultou a propagação e a incorporação do discurso de que as vítimas eram somente terroristas subversivos contrários ao governo, pois a sociedade se chocou com a quantidade de mortos e desaparecidos; muitos ainda nutriam a esperança e não acreditavam que todas aquelas pessoas efetivamente tivessem sido assassinadas e/ou desaparecidas.

---

<sup>212</sup> Ibidem.

<sup>213</sup> MARQUEZ, Nicolas. **La mentira oficial editorial**. Buenos Aires: Autores Editores, 2006.

<sup>214</sup> LIBROS. La mentira oficial de Nicolas Marquez. **Tematika.com**. Disponível em: <[http://www.tematika.com/libros/derecho\\_y\\_ciencias\\_sociales--4/politica--4/nacional--2/la\\_mentira\\_oficial--437211.htm](http://www.tematika.com/libros/derecho_y_ciencias_sociales--4/politica--4/nacional--2/la_mentira_oficial--437211.htm)>. Acesso em 16 jan. 2017.

<sup>215</sup> MARQUEZ, 2006.

Outro fator de contribuição para o fortalecimento da sociedade foi o massivo e amplo espectro de divulgação, a quantidade de nacionais que acompanharam a divulgação dos resultados pela televisão, o grande número de exemplares do Relatório e a rápida tradução para outros idiomas, demonstrando a grandiosa importância e extensão do feito.

Posteriormente, como medida para alargar a publicidade e o conhecimento do relatório, como meio de conscientizar e transmitir às novas gerações um sentido acerca do passado autoritário, o *Nunca Más*, no final dos anos 1990, passou a fazer parte de um novo ciclo de difusão massiva. Além de ter sido vinculado em jornais tanto impressos como televisivos de alcance nacional e em filmes sobre o período, o livro foi incorporado ao currículo educativo. A expressão *Nunca Más* passou a integrar múltiplos espaços públicos, sendo utilizada para nomear diversos museus concebidos para preservar a reminiscência do país e inscrita em inúmeras placas. Por meio dessas iniciativas de ressignificações, o informe conservou seu lugar de privilégio como peça imprescindível à interpretação do passado argentino.

O fortalecimento da sociedade se observou pelo significativo aumento de organizações não governamentais formadas por mães, pais, parentes e amigos dos mortos e desaparecidos, e pela esperança de encontrar as crianças retiradas dos pais, avós ou familiares e entregues para doações irregulares.

O que se percebe no exposto é que a Argentina conseguiu alcançar o objetivo de conhecer a verdade, mediante a apuração dos fatos ocorridos no período de transição. Brasil e Argentina são países vizinhos, e ambos conheceram a ditadura militar em uma época bem próxima. Por isso, busca-se analisar se o Brasil teve o mesmo sucesso da Argentina nesse sentido.

## 2.5.2 A referência preambular da verdade e da memória da Ditadura no Brasil: o informe Brasil Nunca Mais

O informe *Brasil Nunca Mais*, arquivo da repressão produzido por um grupo da sociedade civil brasileira<sup>216</sup>, não foi elaborado por uma comissão da verdade como na Argentina; contudo, foi o primeiro documento com esta finalidade extenso produzido no Brasil com essa finalidade – a Comissão da Verdade só viria quase 30 anos depois. Teve um método amplamente distinto do documento argentino e esteve vinculado à atuação de organismo conhecido como *Clamor*<sup>217</sup>. Não possuiu caráter ou apoio oficial ou governamental.

O *Clamor* foi um organismo que atuou como uma rede de solidariedade em defesa dos direitos humanos no Cone Sul, por meio de investigações e de denúncia de violações destes<sup>218</sup>. O grupo foi instaurado pelos seguintes profissionais: o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh<sup>219</sup>, a jornalista britânica Jan Rocha<sup>220</sup>, o pastor Jaime Wright<sup>221</sup> da Igreja Presbiteriana com a acolhida do arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns<sup>222</sup> e Henry

<sup>216</sup> Segundo Nazar (2007), a genealogia proposta distingue arquivos da ditadura, cuja referência é um período histórico, de arquivos da repressão, que incluem fundos produzidos tanto por instituições repressivas ou vinculadas ao acionar repressivo, quanto por organizações que resistiram à ditadura.

<sup>217</sup> WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**: o acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.

<sup>218</sup> LIMA, Samarone. **Clamor**: a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

<sup>219</sup> Nasceu em São Paulo, em abril de 1948. É advogado (formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) e político filiado e membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), além de ser ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Greenhalgh foi filiado, de 1974 a 1980, ao MDB, partido que até então reunia a oposição civil à ditadura. Participou das pesquisas que resultaram no *Informe Brasil Nunca Mais* e da criação de uma comissão especial, o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina. (LUIZ Eduardo Greenhalgh. **e biografia**. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/luiz\\_eduardo\\_greenhalgh/](https://www.ebiografia.com/luiz_eduardo_greenhalgh/)> . Acesso em: 18 abr. 2017).

<sup>220</sup> Nascida na Inglaterra, adotou o Brasil como país do coração e vive em São Paulo desde 1969. Foi correspondente da BBC (rádio) e do jornal The Guardian. Fundou a Associação dos Correspondentes Estrangeiros (ACE), em 1977. Nesse período foi uma das principais articuladoras do vazamento de notícias sobre violência e censura praticadas pela ditadura militar brasileira para fora do país. Atualmente está escrevendo a história de Clamor, uma organização que ajudou a criar em 1978 para defender os direitos humanos no Cone Sul durante o período das ditaduras. (JAN Rocha. **e biografia**. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/jan\\_rocha/](https://www.ebiografia.com/jan_rocha/)> . Acesso em: 18 abr. 2017).

<sup>221</sup> Formado pela Universidade de Arkansas e pós-graduado na Pensilvânia, exerceu o ministério no interior da Bahia, onde fez denúncias contra desvios em órgãos do governo estadual, o que lhe valeu as primeiras perseguições por parte do regime ditatorial. Na loja maçônica de Caetité, em 1968, fez a instituição aprovar uma declaração que condenava a transgressão aos direitos humanos. Seu irmão, Paulo Wright, deputado estadual cassado por Santa Catarina e militante esquerdista, desapareceu em 1973 nos porões da ditadura. Jaime partiu, então, para uma luta que o fez reunir farta documentação sobre tortura e assassinatos praticados pelo Estado. (JAIME Wright. **e biografia**. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/dom\\_paulo\\_jaime\\_wright/](https://www.ebiografia.com/dom_paulo_jaime_wright/)> . Acesso em: 18 abr. 2017).

<sup>222</sup> Nasceu em Forquilha, em setembro de 1921, e faleceu em São Paulo, em 14 de dezembro de 2016. Foi o quinto arcebispo de São Paulo, tendo sido o terceiro prelado dessa Arquidiocese a receber o título de cardeal; foi arcebispo-emérito de São Paulo e protopresbítero do Colégio Cardinalício. Foi defensor dos direitos humanos.

Isaac Sobel, rabino na Congregação Israelita Paulista (CIP)<sup>223</sup>, além de advogados, ex-presos políticos, militantes de defesa dos direitos humanos, historiadores, cientistas políticos, psicólogos, técnicos em informática e jornalistas<sup>224</sup>.

O advogado Jaime Wright, em 1984, dissociou-se do *Clamor* para dedicar mais tempo a outro projeto: copiar os processos constantes do Superior Tribunal Militar (STM) em Brasília. Isso porque desde 1979, a partir da promulgação da Anistia, no rescaldo do período de exceção, todo advogado poderia solicitar um processo durante 24 horas para analisar e verificar o que ocorrera com seu cliente. Nesses processos, muitos ex-presos “[...] relatavam torturas e denunciavam nomes de torturadores”<sup>225</sup>.

Mesmo com a ditadura ainda no poder, 30 pessoas trabalharam realizando as fotocópias dos processos e elaborando os Projetos A e B sob a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns. O grupo que reproduziu a totalidade dos processos que chegaram até o Superior Tribunal Militar teve início em agosto de 1979 e perdurou até março de 1985<sup>226</sup>.

As pessoas envolvidas no projeto brasileiro fizeram um pacto de silêncio; não revelariam nem aos familiares o que estavam fazendo. Enquanto Greenhalgh fiscalizava o envio dos processos fotocopiados de Brasília para a Cúria Metropolitana de São Paulo, Arns dava guarida ao trabalho. Ao final do projeto, todos os processos tinham sido reproduzidos, contabilizando mais de um milhão de folhas. O projeto só foi possível graças ao custeio pelo Conselho Mundial de Igrejas<sup>227</sup>, por intermédio do Rev. Dr. Philip Potter<sup>228</sup>. Durante a

---

(DOM Paulo Evaristo Arns. **e biografia.** Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/dom\\_paulo\\_evaristo\\_arns/](https://www.ebiografia.com/dom_paulo_evaristo_arns/)> . Acesso em: 18 abr. 2017).

<sup>223</sup> Nascido em Lisboa, formou-se rabino em 1970, em Nova Iorque. No mesmo ano, Sobel aceitou o convite para atuar na Congregação Israelita Paulista (CIP) e se radicou no Brasil. Sobel foi um corajoso defensor dos direitos humanos no Brasil durante a ditadura militar. Em 1975, na fase mais repressiva do regime, Sobel recusou-se a enterrar o jornalista Wladimir Herzog na ala dos suicidas do cemitério israelita, por rejeitar a versão oficial acerca das circunstâncias da morte do jornalista. De fato, Herzog havia sido torturado até a morte no Doi-Codi, nas dependências do quartel-general do II Exército. Junto com o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e o pastor presbiteriano Jaime Wright, participou de maneira destacada no projeto secreto de reunir toda a documentação da ditadura militar brasileira, que resultou na publicação, em 1985, do livro *Brasil: Nunca Mais* (HENRY Isaac Sorbel. **e biografia.** Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/henry\\_isaac\\_sorbel/](https://www.ebiografia.com/henry_isaac_sorbel/)> . Acesso em: 18 abr. 2017).

<sup>224</sup> LIMA, 2003.

<sup>225</sup> Ibidem.

<sup>226</sup> ABREU, Alzira Alves de et. al. (Coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v.1.

<sup>227</sup> LIMA, 2003.

<sup>228</sup> Nascido em Roseau, Dominica, em agosto de 1921, faleceu em 31 de março de 2015, em Lübeck, Alemanha. Potter iniciou seu envolvimento ecumênico como parte do movimento estudantil cristão do Caribe. Ele foi representante jovem nas duas primeiras assembleias do Conselho Mundial da Igrejas (CMI), em Amsterdam (1948) e Evanston (1954). Ele foi a primeira pessoa dos novos países independentes do mundo a ser eleita secretário-geral do CMI. Foi **secretário geral e desempenhou a função entre 1972 e 1984** (PHILIPPE Potter. **e biografia.** Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/philipe\\_potter/](https://www.ebiografia.com/philipe_potter/)> . Acesso em: 18 abr. 2017).

empreitada foram consumidos mais de 350 mil dólares e 707 processos foram reprografados, tudo dentro da filosofia de rapidez e silêncio adotada pela *Clamor*<sup>229</sup>.

O projeto ganhou forma com impressionantes volume e importância do material reunido, que resultou em 12 volumes, sendo 6.891 páginas de análise, e foi denominado *Projeto A*, o qual resultou, após a sua síntese, na publicação do volume intitulado *Brasil: Nunca Mais*, conhecido como *Projeto B*<sup>230</sup>. Em seguida, os jornalistas Ricardo Kotscho e Frei Betto redigiram a síntese do projeto publicada no livro *Brasil Nunca Mais*, que se constituiu desde o início numa insígnia, dando grande visibilidade às denúncias dos crimes cometidos pela ditadura<sup>231</sup>. Há 25 cópias do *Projeto A* espalhadas pelo Brasil. O *Projeto B*, que primeiramente se chamaria *Testemunhos para a Paz*<sup>232</sup>, foi lançado em 31 de julho de 1985. Em poucos dias, tornou-se o livro mais vendido em todo o país e, nos dois anos que se seguiram, “[...] foi a obra que os brasileiros mais compraram”<sup>233</sup>. Superou a marca de 269 mil exemplares nas suas 41 edições subsequentes até 2017. Uma edição de bolso da obra foi lançada em 2011 e vendeu 4.200 exemplares, segundo informações de Maristela Fiuza, Coordenadora de Vendas da Editora Vozes<sup>234</sup>.

A equipe poderia ter publicado o livro antes. Porém, decidiu adiar a sua publicação até depois da posse do presidente civil eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves, agendada para 15 de março de 1985. Eles não queriam se arriscar, pois temiam incitar os militares e, assim, gerar o cancelamento da posse e possíveis represálias<sup>235</sup>.

Como medida de segurança, três cópias do *Projeto A*, em microfilme, foram encaminhadas para o exterior, duas para a Europa e uma para os Estados Unidos; uma outra cópia está depositada no Arquivo Edgar Leuenroth, na Universidade de Campinas, em São Paulo, desde 1987, quando foi doada pela Cúria Metropolitana de São Paulo, à época dirigida pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns<sup>236</sup>. O *Projeto B* – o livro – foi editado em português e em inglês<sup>237</sup>.

---

<sup>229</sup> LIMA, 2003.

<sup>230</sup> AQUINO, Maria Aparecida de et al. (Orgs.). **A constância do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. (Dossiês DEOPS; 2).

<sup>231</sup> ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>232</sup> LIMA, 2003.

<sup>233</sup> Ibidem.

<sup>234</sup> FIUZA, M. Coordenação Nacional de Vendas – Editora Vozes. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <nildetesantana.ns@gmail.com> em 17 de junho de 2017.

<sup>235</sup> WESCHLER, 1990a.

<sup>236</sup> ALVES FILHO, Manuel. Dramas da ditadura em 1,2 milhão de páginas. **Jornal da Universidade de Campinas**, Campinas, 26 ago. 2002, p. 8.

<sup>237</sup> ARNS, 1996.

Finalmente, atendendo ao pedido do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, que já no prefácio de *Brasil: Nunca Mais* solicitava ao governo brasileiro que assinasse e ratificasse “[...] a Convenção Contra a Tortura proposta pela ONU [...]”<sup>238</sup>, o Presidente José Sarney assinou a dita Convenção e logo em seguida liberou para os jornalistas e seus respectivos veículos de comunicação uma lista com os nomes de 444 torturadores citados pelas vítimas nos processos copiados<sup>239</sup>.

O Informe foi um ato principiante na edificação da memória e da verdade social sobre os crimes cometidos pela ditadura, e favoreceu a construção de uma necessária consciência coletiva respeitante à política opressora do período e ao *status* dos sobreviventes. A equipe apresentou o livro como uma reportagem investigativa no campo do desrespeito aos direitos humanos. “[...]. É uma radiografia inédita da repressão política que se abateu sobre milhares de brasileiros considerados pelos militares como adversários do regime instaurado em abril de 1964. É também a anatomia da resistência”<sup>240</sup>. Desse modo, evidenciou-se que a militância política dos alvos da repressão não foi ocultada; diversamente, tornou-se um dos predados mais evidenciados do Projeto, de tal maneira que, em 1987, foi publicado pela Editora Vozes outro tomo do Projeto A, cognominado *Perfil dos Atingidos*, no qual é mostrada uma radiografia dos grupos dos reprimidos e da esquerda brasileira<sup>241</sup>.

Observa-se ainda o desejo de conciliação na Apresentação coletiva, assim manifestada: “Não é intenção do Projeto organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg brasileiro. Não o anima qualquer sentido de revanche. Na busca de justiça, o povo brasileiro nunca foi movido por sentimento de vingança”<sup>242</sup>.

O fato de não haver participação governamental nem a utilização de fontes oficiais, apenas de depoimentos tomados diretamente dos processos da Justiça Militar, gerou maior credibilidade<sup>243</sup>. A investigação e a metodologia utilizadas na criação do livro evidenciam a busca de dados seguros e a sistematização em relacionar os fragmentos de um

---

<sup>238</sup> ARNS, 1996.

<sup>239</sup> LIMA, 2003.

<sup>240</sup> ARNS, 1996.

<sup>241</sup> Ibidem.

<sup>242</sup> Ibidem.

<sup>243</sup> No mundo todo, a questão da repressão política é quase sempre levantada a partir de denúncias dos atingidos ou de relatos elaborados por entidades que se dedicam à defesa dos Direitos Humanos. Emotivos ou equilibrados, são testemunhos que ajudam a revelar uma história oculta. Mas tropeçam, às vezes, na desconfiança daqueles que alegam serem depoimentos tendenciosos, por partirem de vítimas que, na sua maioria, teriam motivações políticas. A pesquisa ‘BRASIL: NUNCA MAIS’ (BNM) conseguiu superar esse dilema, estudando a repressão exercida pelo Regime Militar a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades encarregadas dessa tão controvertida tarefa (Ibidem).

grande número de depoimentos com diferentes questões, destacando tipos, métodos, centros de tortura e pessoas torturadas; outros objetivos foram identificar pessoas desaparecidas e nominar e identificar torturadores e outras pessoas que realizavam apoio às torturas, como médicos, aproveitando ao máximo as denúncias realizadas nos processos que tramitavam na Justiça Militar.

O *Brasil Nunca Mais* refletiu as ambiguidades, os temores e os limites da incipiente transição política brasileira, os quais ainda marcam a construção das reminiscências sobre a ditadura. Sopesando os prefácios de Dom Paulo Arns e de Philip Potter, do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), de maio e junho de 1985, e a apresentação do livro, podem-se avultar alguns aspectos que chamam a atenção sobre o ambiente de preocupações e os entendimentos predominantes da época, como o segredo na empreitada; o cuidado na escolha dos colaboradores; o envio de cópias do material para outros países; o cuidado com as palavras utilizadas no livro; a condenação das práticas de torturas, e não do regime em si; a referência ao legado de Cristo, ele mesmo “perseguido, torturado e morto”; a missão de trabalhar por “justiça, verdade, liberdade e amor”; a dor das mães e de outros familiares dos mortos e desaparecidos; casos de tortura, cujos relatos Dom Paulo Arns ouviu diretamente das vítimas; e, finalmente, a função pedagógica e a importância da história, que colabora para que “nunca mais” se repitam os erros e crimes do passado recente<sup>244</sup>.

Diante de todo o cuidado com que foi preparado o dossiê *Brasil Nunca Mais*, surge uma reflexão: toda a determinação da Comissão que elaborou o dossiê brasileiro recebeu o reconhecimento da sociedade?

Manifestaram-se muitas reações concordantes pela sociedade, porém não se verificaram somente pronunciamentos positivos à publicação do informe brasileiro. A publicação do *Brasil: Nunca Mais* gerou a abertura de uma queixa-crime pelo médico-legista Elias Freitas, do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, contra a Editora Vozes, responsável pela edição do livro, em janeiro de 1986. “Citado no dossiê como um dos médicos que forneciam laudos falsos para acobertar mortes sob tortura durante o regime militar”, o referido médico “moveu o processo com base na Lei de Imprensa, que previa a condenação dos responsáveis por publicações caluniosas, com pena de detenção de até três anos”<sup>245</sup>.

O Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro entendeu em sua decisão que “[...] os

---

<sup>244</sup> ARNS, 1996.

<sup>245</sup> ABREU, 2001, p. 351.

processos, por abuso do exercício da liberdade de manifestação, pressupunham crimes cometidos em publicações periódicas, não se enquadrando nessa categoria o livro *Brasil Nunca Mais*.” E determinou o arquivamento do processo<sup>246</sup>.

O lançamento do livro gerou um estremecimento das bases militares porque um tenente do Exército publicou outro livro, chamado *Brasil: Sempre*, com pretensões de demonstrar a outra versão dos acontecimentos, segundo o autor. Acusava a Igreja e partidos políticos de oposição, grupos organizados e até a Organização Internacional do Trabalho (OIT) de subversivos; alegava ter uma lista com 92 nomes de pessoas mortas pela oposição armada e de ter escrito sozinho o livro, sem apoio de recursos de informática para pesquisa, comparando-se com o *Brasil: Nunca Mais*<sup>247</sup>. O título foi lançado originalmente em 1986 e vendeu cerca de 20 mil exemplares, uma cifra considerada expressiva para o mercado editorial da época; chegou às livrarias pela extinta editora Tchê! Foi relançada recentemente, em 2014, a segunda edição de *Brasil: Sempre*, editada de modo independente, que conta com novos textos do autor, incluindo manifestações de enaltecimento aos métodos de tortura usados no regime militar<sup>248</sup>.

O *Projeto Orvil*, de teor semelhante, teve início em 1986, como outra resposta ao *Brasil: Nunca Mais*, dessa vez como medida oficial. O então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, determinou ao Centro de Informações do Exército a elaboração de um livro com a versão dos militares para a ditadura civil-militar. O estudo foi desenvolvido por dois anos até ser finalizado; todavia, o próprio Exército decidiu não o publicar. Com o título de *O Livro Negro do Terrorismo no Brasil*, passou a circular em trincheiras militares. Nos anos 2000, integrantes do *Terrorismo Nunca Mais* (Ternuma) disponibilizaram na internet 40 páginas da obra e, em 2007, jornais mineiros obtiveram uma cópia integral do livro, que passou a ser disponibilizado na rede<sup>249</sup>.

O livro *Brasil: Sempre*, do sargento Marco Pollo Giordani, tentou em vão rebater as denúncias de arbitrariedades das Forças Armadas no regime militar. Os livros *Brasil: Sempre* e *Terrorismo Nunca Mais* buscam silenciar e abafar as narrativas das vítimas, contudo

<sup>246</sup> ABREU, 2001.

<sup>247</sup> TENENTE do Exército lançará livro em resposta a *Brasil Nunca Mais*. **Arquivo Ana Lagoa**. 15 jul. 1986. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/r06797.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2017.

<sup>248</sup> LIVRO de agente do regime militar, "Brasil: Sempre" será relançado nesta sexta. **GaúchaZH**. 22 set. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/09/livro-de-agente-do-regime-militar-brasil-sempre-sera-relancado-nesta-sexta-4603387.html>> Acesso em: 14 jan. 2017.

<sup>249</sup> O LIVRO negro do terrorismo no brasil. **Projeto Orvil**. Terrorismo nunca mais. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/terror1/orvil.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2017.



não apresentaram elemento probatório das histórias narradas; não obtiveram eco; não chegaram sequer a arranhar a credibilidade ou contestar o *Brasil: Nunca Mais*; eles são desconhecidos do grande público, desprezados pela academia e por organismos de direitos humanos. Os exemplares já demonstravam, todavia, o discurso negacionista e revisionista dos militares, desde o momento do sair de cena da ditadura, que é mantido como discurso majoritário dos militares até os dias atuais. A versão dos militares brasileiros era e ainda é repetida no Brasil por eles e por muitos brasileiros, graças à desinformação e a uma característica de conservadorismo da sociedade brasileira, percepções a serem abordadas mais adiante.

Após analisadas as primeiras observações sobre a Conadep e o *Nunca Mais* brasileiro e as críticas produzidas, dá-se sequência à análise da metodologia de abordagem, destacando o que se segue. O estudo do Prólogo do informe da Conadep e dos prefácios que compõem o *Projeto B* da Arquidiocese de São Paulo permite apontar algumas observações sobre o processo de constituição das memórias e da verdade acerca da repressão na Argentina e no Brasil.

Com relação ao Prólogo, escrito por Ernesto Sábado, Presidente da Conadep, constata-se que principia com uma pertinente frase que viabiliza outra questão para a análise do *Nunca Más* e da memória que se ambicionou consolidar no momento de sua produção. Atento, explicita a implicação de responsabilidades sobre o ocorrido na Argentina tanto à direita, com o terrorismo de Estado e o terror paraestatal, quanto à esquerda, com a violência revolucionária, não obstante as ressalvas feitas à violência (qualitativamente) estatal:

Durante la década del 70 la Argentina fue convulsionada por un terror que provenía tanto desde la extrema derecha como de la extrema izquierda, fenómeno que ha ocurrido en muchos otros países [...] a los delitos de los terroristas, las Fuerzas Armadas respondieron con un terrorismo infinitamente peor que el combatido<sup>250</sup>.

Ao cognominar “terroristas” os grupos de esquerda armada, vislumbra-se a possível equiparação de responsabilidades pela experiência vivenciada pela sociedade argentina durante os anos 1976 e 1983. A consolidação da ideia da dupla responsabilidade contribuiu para a formação da chamada “teoria dos dois demônios”.

Num contexto inextricável em que há um grupo armado que, na concepção estatal, conspira para subverter a ordem, e o Estado reprime com truculência, usando meios que vão de

---

<sup>250</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

encontro à ordem legal para combater esses grupos, pode-se admitir a aplicação da “teoria dos dois demônios”?

### 2.5.3 A Teoria dos Dois Demônios

Para que se compreenda a teoria dos dois demônios, é preciso saber onde ela surgiu, o que é afinal, quem a gestou e como se desenvolveu.

A teoria foi citada primeiramente de modo incipiente em países da África (África do Sul após o *Apartheid* e em Ruanda depois do genocídio) e da América Latina, como Chile e Argentina<sup>251</sup>, é sempre citada após períodos de graves violências e foi se cristalizando com o passar do tempo.

Observa-se a opinião dos autores Acuña y Smulovitz, que entendem a teoria dos dois demônios como o estabelecimento de igual responsabilidade criminal para as guerrilhas de esquerda e as Forças Armadas<sup>252</sup>. Duhalde acentua que “a teoria” era necessária para esconder e disfarçar as relações de força e as realidades sociais que deram origem a essas forças e aos conflitos<sup>253</sup>. Vezzetti enfatiza a igualdade de ambos os terrorismos<sup>254</sup>.

Com base nas explicações dos autores pesquisados<sup>255</sup>, é possível inferir que a teoria dos dois demônios consiste na compreensão da existência de duas forças: uma é representada por um ou vários grupos organizados que praticam crimes com o intuito de desestabilizar e substituir o comando e a ideologia política que exercem o poder num determinado país; para combatê-la, surge outra força, que usurpa e assume o poder impondo sua ideologia política pelas armas, e pratica crimes para se manter no poder, combater e suplantar a primeira força. As forças são chamadas de demônios porque ambas utilizam métodos não ortodoxos e cometem crimes contra a humanidade.

---

<sup>251</sup> BIETTI, Lucas Manuel. Memoria, violencia e causalidade em la teoria de los dos demônios. **El Norte – Finnish Journal of Latin American Studies**, n. 3, abr. 2008. Disponível em: <[https://www.academia.edu/164577/Memoria\\_violencia\\_y\\_causalidad\\_en\\_la\\_Teor%C3%ADa\\_de\\_los\\_Dos\\_Demonios](https://www.academia.edu/164577/Memoria_violencia_y_causalidad_en_la_Teor%C3%ADa_de_los_Dos_Demonios)>. Acesso em: 14 abr. 2017.

<sup>252</sup> ACUÑA, Carlos; SMULOVITZ; Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional In: ACUÑA, Carlos, et al. (Eds.), **Juicio, castigos y memorias**. Derechos Humanos y justicia en la política Argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

<sup>253</sup> DUHALDE, Eduardo Luis. **El estado terrorista argentino**: quince años después una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

<sup>254</sup> VEZZETTI, 2003.

<sup>255</sup> NOVARO; PALERMO, 2003. VEZZETTI, 2003; ACUÑA; SMULOVITZ, 1995.

Segundo diversos autores pesquisados<sup>256</sup>, a teoria se apresenta quando aparece associada a um conjunto de aspectos, quais sejam, a existência de duas violências adversárias: guerrilheiros de esquerda e as Forças Armadas agindo em nome do Estado, ou a relação de ação/reação entre os guerrilheiros e a repressão do Estado. Dizendo de outro modo, a responsabilidade causal da esquerda estaria no início da violência; haveria equivalência entre a violência das relações que vai desde a equalização das responsabilidades históricas até a equalização por simetria de forças e/ou métodos; a sociedade estaria em situação de externalidade no conflito, apresentando-se como alheia, inocente ou vítima de tal violência.

Significativo dizer que a teoria dos dois demônios vem se modificando com o passar do tempo, e que as variáveis acima expostas não seguem uma ordem de importância, como também não é necessário que todas estejam presentes para evidenciá-la<sup>257</sup>.

Entende-se que a essência da caracterização da teoria dos dois demônios se dá com a ação cotidiana da violência e o domínio de, ao menos, parte dos territórios pela primeira força, ou seja, é necessário que haja alguma equivalência de poder entre as forças que se enfrentam.

Na Argentina, a teoria dos dois demônios foi reconhecida pelo ex-presidente Raúl Alfonsín, que expôs em seu livro de memórias o seguinte:

*[...] por un imperativo ético impostergable y por el convencimiento de la complementariedad entre democracia y justicia, el gobierno a mi cargo abrió los cauces jurídicos para que las aberrantes violaciones a los derechos Humanos cometidas tanto por el terrorismo de grupos políticos armados como por el terrorismo de Estado fueran investigadas y juzgadas por una Justicia independiente*<sup>258</sup>.

Do mesmo modo, na célebre verificação *in loco* da condição dos Direitos Humanos na Argentina, a existência dos dois demônios foi reconhecida no Informe publicado em 14 de dezembro de 1979 pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos:

*La Comisión también tuvo oportunidad de discutir este tema durante su observación in loco con las diversas entidades políticas, sociales, religiosas, de defensa de los derechos Humanos, sindicales, empresariales, con las que se entrevistó. Si bien entre tales entidades pudo advertir una discrepancia en cuanto a su interpretación de la legitimidad de los métodos empleados para reprimir el terrorismo y la subversión, a la vez, pudo constatar una amplia coincidencia en cuanto a la existencia del fenómeno terrorista y a los daños causados por sus acciones.*

<sup>256</sup> NOVARO; PALERMO, 2003. VEZZETTI, 2003; ACUÑA; SMULOVITZ, 1995.

<sup>257</sup> FRANCO, Marina. La “teoría de los dos demonios”: un símbolo de la posdictadura en la Argentina. **A Contra Corriente**, v. 11, n. 2, p. 22-52, Winter 2014. Disponível em: <<http://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/download/806/1340>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

<sup>258</sup> ALFONSÍN, Raúl. **Memoria política**: transición a la democracia y derechos Humanos. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2009.

*A través de todas estas entrevistas y de las propias investigaciones que ha efectuado la Comisión ha llegado a tener un adecuado conocimiento de la violencia e inseguridad social que asolaron a la Argentina en los años inmediatamente anteriores a la toma de gobierno por las actuales autoridades, así como de las esporádicas acciones terroristas que todavía parecen subsistir*<sup>259</sup>.

Nesse ponto novamente se distancia da realidade brasileira, já que não houve tal reconhecimento por parte do livro *Brasil: Nunca Mais*, tampouco por parte da Comissão Nacional da Verdade ou de outra produção literária.

Mediante a explicação de em que consiste a teoria dos dois demônios, é necessário que se proceda a uma análise sobre o seguinte assunto: em nome de um ideal, algum grupo armado ou o ente estatal pode praticar crimes que violem os direitos humanos?

#### **2.5.4 Quem pode ser responsabilizado pela prática de crimes de graves violações aos direitos humanos?**

De acordo com a clássica e majoritária compreensão aceita pela doutrina do Direito Internacional, as graves violações aos direitos humanos abrangem não somente atos do Estado, mas também de grupos que possam confrontar (outra força a ou população) com ânimo semelhante ao do Estado<sup>260</sup>, ou seja, são considerados como sujeitos ativos de crimes contra a humanidade não apenas agentes do Estado, mas também sujeitos não estatais que, desempenhando de fato um comando territorial sobre determinada população, contra ela perpetre agressão sistemática ou generalizada exigida para a tipificação contextual daqueles crimes<sup>261</sup>.

Para se compreender melhor, volta-se um pouco na história até o “Tribunal de Nuremberg”, que surgiu devido aos brutais experimentos realizados em seres humanos e aos horrores cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. Iniciando em 9 de dezembro de 1946, esse Tribunal julgou, em oito meses, os criminosos de guerra, e, em 19 de agosto de 1947, divulgou as sentenças e outro documento, que ficaram conhecidos como “Código de

<sup>259</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1979.

<sup>260</sup> WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História**, v. 50, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24040>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

<sup>261</sup> OLIVEIRA, Marcos V. Xavier de. Dos crimes internacionais: o fato punível no direito penal internacional. Uma análise a partir dos crimes contra a humanidade. **Âmbito Jurídico**, n. 115, ago 2013. Disponível em: <[http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13570&revista\\_caderno=16](http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13570&revista_caderno=16)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Nuremberg”. Ainda, o art. 6º do Acordo de Londres<sup>262</sup> (Nuremberg) tipificou os crimes de competência do Tribunal: conspiração; crimes contra a paz; crimes de guerra; crimes contra a humanidade. Em julho de 1998, o “Estatuto de Roma”, que constitui o Tribunal Penal Internacional, consolidou, no plano internacional, a existência dos crimes de agressão, de guerra e contra a humanidade. Posteriormente, outras menções a esses crimes também constaram nos estatutos do “Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia” (TPII), em 1993, e do “Tribunal Penal Internacional para Ruanda” (TPIR), em 1994<sup>263</sup>.

Chama a atenção outra faceta essencial despertada a partir de Nuremberg, que trata das tipificações penais. Nenhum dos crimes julgados por aquele Tribunal era tipificado até então no sistema internacional, exceto os crimes de guerra em sentido estrito, ou seja, os crimes contra a paz e crimes contra a humanidade foram legados diretos do “Tribunal de Nuremberg”, sendo a partir de então incorporados pelo Direito Internacional<sup>264</sup>.

O Tribunal Penal Internacional, criado pelo “Estatuto de Roma”, foi o primeiro na história da humanidade a possuir jurisdição permanente. O art. 7º do Tribunal Penal Internacional define como crimes contra a humanidade as seguintes condutas: extermínio; homicídio; escravidão; deportação ou transferência forçada de populações; tortura; encarceramento ou outra provação grave da liberdade física em violação às normas fundamentais do direito internacional; estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou outros abusos sexuais de gravidade comparável; perseguição de um grupo ou coletividade com identidade própria, fundada em motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos, de gênero, ou outros motivos universalmente reconhecidos como inaceitáveis conforme o direito internacional; desaparecimento forçado de pessoas; *Apartheid*; outros atos desumanos de caráter análogo que causem intencionalmente muito sofrimento ou atentem gravemente contra a integridade física

---

<sup>262</sup> Em agosto de 1945, reuniram-se em Londres os britânicos, franceses, americanos e soviéticos para firmar um acordo que instituiu o Tribunal de Nuremberg, oficialmente o Tribunal Militar Internacional, um tribunal *ad hoc* que foi criado para julgar os criminosos nazistas. Estabeleceram os preceitos para o julgamento combinando elementos do direito anglo-americano e das leis civis do continente europeu. (BULAU, Doris. 1945: Aprovada instalação do Tribunal de Nurembergue. DW. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1945-aprovada-instala%C3%A7%C3%A3o-do-tribunal-de-nurembergue/a-319761>>. Acesso em: 27 abr. 2017).

<sup>263</sup> FERRO, Ana Luiza Almeida. **O Tribunal de Nuremberg**: dos precedentes à confirmação de seus princípios. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

<sup>264</sup> BAZELAIRE, Jean-Paul; CRETIN, Thierry. **A justiça penal internacional**: Sua evolução, seu futuro. De Nuremberg a Haia. Tradução: Luciana Pinto Vernâncio. Barueri: Manole, 2004.

ou à saúde mental ou física, desde que perpetrados “[...] no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque”<sup>265</sup>.

Verifica-se que, no Estatuto da Corte Penal Internacional, as espécies de crime enumeradas são autônomas, isto é, pode-se julgar alguém pelo cometimento de apenas uma das condutas descritas acima; não há a necessidade de conexão<sup>266</sup>.

Certamente, um dos grandes problemas para uma melhor compreensão dessa espécie delitiva sempre foi a dificuldade de sua definição, por ser um tema abrangente. Dessa maneira, o mais próximo que se chegou de uma delimitação conceitual foi a definição de crime contra a humanidade erigida por Pieter Drost: “[...] um ataque, por qualquer agente do Estado, no exercício de suas funções públicas, ou sob o pretexto de sua competência oficial nas liberdades humanas enumeradas nos artigos 3º e 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos”<sup>267</sup>.

Existem ainda três vertentes para a conceituação dos crimes contra a humanidade:

- i) baseada na “Carta de Londres”, conclui que o que individualiza os crimes contra a humanidade é o sacrifício geral de um conjunto específico de pessoas como decorrência da atuação do Estado; ii) alarga a definição anteriormente mencionada, de modo a atingir entidades que sejam análogas ao Estado, contudo não se confundem com ele, mas mantêm domínio sobre um ambiente territorial e sobre seus habitantes, numa situação de superioridade de poder social, perpetrando, do mesmo modo, um sacrifício em massa; e iii) a última distingue-se pelas ações de desumanidade em grandes proporções e, reiteradamente, contrárias a determinado grupo<sup>268</sup>.

As duas primeiras vertentes partilham do argumento de que a violação aos Direitos Humanos implica certa discrepância de poder entre o transgressor e o transgredido, situação que basilarmente ocorre em relação ao Estado e, contingentemente, na relação entre particulares. A terceira vertente foi rejeitada por possuir alta subjetividade ao falar de “grandes proporções”<sup>269</sup>.

<sup>265</sup> JARDIM, Tarcizo del Mazo. Tribunal Penal Internacional e sua importância para os direitos Humanos. **DHNET**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/tpi/dalmaso.htm>>. Acesso em 17 abr. 2017.

<sup>266</sup> MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direitos humanos e conflitos armados**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

<sup>267</sup> DROST, Pieter. **The crime of State**. New York: Sythoff, 1959.

<sup>268</sup> ALMEIDA, Francisco António de; MACEDO, Lucas Ferreira de. **Os crimes contra a humanidade no actual direito internacional penal**. Coimbra: Almedina, 2009.

<sup>269</sup> ALSTON, Philip. The ‘Not-a-Cat’ Syndrome: Can the International Human Rights Regime Accommodate Non-State Actors? In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Non-state actors and human rights**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

A transgressão de direitos humanos somente pode ser perpetrada pelo Estado ou por um ator não estatal que se encontre em indubitável posição de superioridade em relação ao cidadão, o que engloba corporações multinacionais, facções criminosas que controlam territórios, grupos guerrilheiros estruturados, algumas organizações terroristas, partidos políticos dominantes, dentre outros. Compreende-se que o cidadão, o particular, não comete transgressão aos direitos humanos quando combate, ainda que violenta e injustamente, o Estado, a não ser que aja em nome dele, ou ligado a qualquer entidade não estatal em condições de infligir condutas em decorrência de um desigual patamar de poder. Desse modo, quando grupos contraem alguma autoridade territorial ou se demudam em organizações estruturadas capazes de obrigar certas normas durante um lapso temporal, assumem o potencial de entidades consumidoras de violações de direitos humanos, como forças beligerantes<sup>270</sup>.

À vista disso e não obstante as citações feitas no documento *Nunca Más*, pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e pelo ex-presidente argentino Raúl Alfonsín em seu livro de memórias<sup>271</sup>, não há elementos suficientes nesta pesquisa para se atribuir a real e efetiva existência de dois grupos equivalentes em poder e violência.

As organizações pretensamente armadas do Brasil que lutaram contra a ditadura nunca obtiveram uma estrutura que sugerisse controle territorial ou império sobre a vontade de outrem, e não eram numerosas. Posto isso, não possuíam atributos de um ator não estatal com poder estatal ou força beligerante, e os seus atos violentos, mesmo quando atingiram cidadãos civis, juridicamente não se assentam como violações aos direitos humanos. Logo, a deliberação de consagrar o mandato da Comissão tão somente para atos estatais é juridicamente compatível com a situação fática brasileira, bem como com os princípios do Direito Internacional<sup>272</sup> e com a própria teoria dos dois demônios, que não comporta casos como o do Brasil.

Após indicar o que envolvem as práticas identificadas como crimes contra a humanidade reconhecidas pelo direito internacional e as práticas utilizadas pelo Estado brasileiro, verifica-se a ocorrência desse tipo de crime durante o período investigado e exposto no documento *Brasil: Nunca Mais* e no relatório da Comissão. Tais crimes aconteceram no Brasil por atitude do Estado, e não de particulares.

---

<sup>270</sup> WEICHERT, 2014.

<sup>271</sup> ALFONSÍN, 2009.

<sup>272</sup> WEICHERT, 2014.

Identificados e conhecidos os autores das práticas de crime de lesa humanidade durante as ditaduras, passa-se a analisar e reconhecer o perfil das vítimas da violência do regime ditatorial na Argentina.

### 2.5.5 Diferenças entre os movimentos sociais argentinos e brasileiros

Inicialmente, a percepção é de que os movimentos sociais da Argentina obtiveram mais sucesso na defesa dos direitos humanos, na busca pela memória e no descortinar da verdade do que os movimentos sociais do Brasil, percepção que vai se fortalecendo à medida que se aprofunda a análise. Daí surge a indagação: por que os movimentos sociais da Argentina foram mais bem-sucedidos se os dois países eram signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos?

Já alertava Flores que os direitos humanos não devem ser reduzidos aos seus componentes jurídicos, para que a luta por dignidade não se restrinja ao espaço judicial e se evite o evento de aprisionamento pela lei. Avaliam-se como indispensáveis os embates no âmbito judicial; porém, limitar a batalha a esse *locus* leva a um aceite da racionalidade interna e da irracionalidade das premissas que subjazem as estruturas institucional-normativas. Com fundamento na teoria do autor, afirma-se que a (re)construção dos direitos humanos se faz desde uma visão de afirmação da diferença, que não limita a realidade ao existente-dado ou posto, e almeja prosseguir num viés de abertura de espaço de novas possibilidades, com a tarefa crítica de interpretação ou (re)significação da natureza e de construção de um âmbito de alternativas ao que foi hegemonicamente definido, ao que está dado, ou ao que tange aos direitos humanos, aos movimentos sociais e ao papel da mídia tradicional nessa realidade<sup>273</sup>.

Para responder à indagação, utilizou-se pesquisa bibliográfica e mais proximamente o artigo intitulado “Movimentos sociais de direitos humanos, regimes autoritários e transição: análise comparativa Brasil e Argentina”<sup>274</sup>, que aponta três tipos de fatores que podem auxiliar nessa compreensão: conjunturais, estruturais e organizacionais.

---

<sup>273</sup> FLORES, Joaquín Herrera. Direitos humanos, interculturalidade, e racionalidade de resistência. In: WOLKMER, Antônio Carlos. **Direitos Humanos e Filosofia Jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

<sup>274</sup> CUCO, Arcénio Francisco; BOURSCHEID, Junior Ivan; MARQUES, Rodolfo Silva. Movimentos sociais de direitos humanos, regimes autoritários e transição: análise comparativa Brasil e Argentina. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 60, n. 2, p. 225-247, maio/ago. 2015.



Os primeiros fatores consistem em eventos exógenos aos movimentos, com ação preponderante no fomento da mobilização ou inércia social; os segundos ligam-se à relação entre os regimes de exceção e a sociedade, e os regimes de exceção e movimentos de direitos humanos, como também ao processo de transição do regime de exceção para o retorno ao governo civil; e, finalmente, os fatores organizacionais referem-se ao modo como os movimentos sociais de direitos humanos se colocaram e evoluíram em ambos os países<sup>275</sup>.

Como fatores conjunturais, entendem-se aqueles que são relativos a determinado contexto particular, que não envolvem a estruturação do regime militar nem a evolução histórica dos movimentos de direitos humanos. São eles, por exemplo, eventos específicos, ambos ocorridos em 1979, como a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à Argentina e a Lei de Anistia brasileira<sup>276</sup>.

Considera-se que a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi um acontecimento que promoveu a mobilização social na Argentina<sup>277</sup>, indicando espaços para a atuação dos movimentos de direitos humanos na sociedade. No Brasil, a Lei de Anistia, num rumo diverso, representou a conformação de uma espécie de inércia social, ou seja, impulsionou um elemento pacificador buscando o esquecimento e a superação da atuação do regime, preparando-se para a transição política vindoura – a Lei de Anistia colocou a questão das violações de direitos humanos em patamar secundário<sup>278</sup>, criando-se uma cumplicidade, mesmo que temporária, entre governo e sociedade<sup>279</sup>.

Como fatores estruturais, ponderaram-se os ligados à estruturação dos regimes ditatoriais nas variáveis que impactaram abertamente seu convívio com a sociedade em sete pontos: estratégia do regime contra o comunismo; processo de modernização social e cultural; mecanismos de censura; resposta institucional às demandas dos movimentos de direitos humanos; papel dos líderes do antigo regime na transição; tratamento governamental aos movimentos de direitos humanos no final do regime autoritário; e participação da sociedade no final do regime<sup>280</sup>.

Questiona-se, então, como foram abordados os fatores estruturais nos dois países. Quais estratégias foram usadas por cada governo e pelos grupos que o combatiam?

---

<sup>275</sup> CUCO; BOURSCHEID; MARQUES, 2015.

<sup>276</sup> Ibidem.

<sup>277</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>278</sup> CUCO; BOURSCHEID; MARQUES, 2015.

<sup>279</sup> Ibidem.

<sup>280</sup> Ibidem.

A começar pela estratégia do regime contra o comunismo, na Argentina esta era de combate, enfrentamento (traduzida pela guerra antissubversiva como a única forma de livrar o país do “mal comunista”<sup>281</sup>); no Brasil, a estratégia era majoritariamente de prevenção: dividiu-se a repressão no Brasil nesse período em dois momentos. O inicial focava nas pessoas suspeitas de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e nos conhecidos apoiadores do governo anterior. O outro momento teve início no final da década de 1970, como uma reação ao surgimento de uma esquerda armada; “[...] essa repressão foi mais brutal, mais generalizada e mais centralizada que a onda anterior, mas ainda foi assaz seletiva, uma vez que a esquerda armada era pequena e desprovida de apoio de massa”<sup>282</sup>.

O processo de modernização social e cultural na Argentina foi superficial, tendo sido um período de pouco ou nenhum crescimento econômico; os poucos pontos positivos não foram bem capitalizados pelos castrenses<sup>283</sup>; no Brasil o processo foi dinâmico, uma mescla de anos de estagnação e de crescimento muito bem capitalizados com a sociedade<sup>284</sup>, mesmo que à custa de uma pouco conhecida dívida externa astronômica<sup>285</sup>. O regime militar no Brasil era considerado o propulsor do crescimento econômico, promovendo sua legitimação e o apoio dos beneficiados; entretanto, na Argentina não foi assim; fomentou-se a contestação ao regime ante a observância de resultados econômicos negativos<sup>286</sup>.

Com relação aos mecanismos de censura, na Argentina a autocensura, que era generalizada e alicerçada no receio difundido pela repressão, acabava propalando determinados modos de atuação e demandas que começavam a ser acolhidas em grupos crescentes da população; no Brasil, institucionalizaram-se censores em órgãos com essa finalidade, e se observou a existência de um processo burocratizado que fornecia uma faceta de legitimidade<sup>287</sup>.

A resposta institucional às demandas dos movimentos de direitos na Argentina era o silêncio<sup>288</sup>; no Brasil, era a via judicial, e muitos foram processados e condenados pela Justiça Militar, mesmo que houvesse amplo favorecimento aos militares nessas condenações.

---

<sup>281</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>282</sup> PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

<sup>283</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>284</sup> *Ibidem*.

<sup>285</sup> EM VALORES de hoje, a dívida externa deixada pela ditadura militar atingiria US\$ 1,2 tri, quatro vezes a atual. **BlogFolha**. Dinheiro Público & Cia. 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2014/03/31/em-valores-de-hoje-divida-externa-deixada-pela-ditadura-militar-atingiria-us-12-tri-quatro-vezes-a-atual/>> Acesso em: 23 fev. 2017.

<sup>286</sup> CUCO; BOURSCHEID; MARQUES, 2015.

<sup>287</sup> *Ibidem*.

<sup>288</sup> NOVARO; PALERMO, 2006.

Quanto à participação dos líderes do antigo regime na transição argentina, os militares não dispunham de uma situação de força; estavam fragilizados após a incapacidade de superação da crise econômica e o desastre da malograda guerra contra os ingleses. No Brasil, com respeito à negociação na transição brasileira, os militares tiveram desempenho cardinal de negociação, observando-se por um lado as afirmações autoritárias de privilégio executivo e, por outro, as concessões à oposição<sup>289</sup>.

O tratamento governamental aos movimentos de direitos humanos no final do regime autoritário na Argentina foi de repressão com violência; no Brasil, de preterição, pois mudou-se o foco para as “Diretas Já”, a abertura política para a liberdade de expressão e o retorno dos exilados<sup>290</sup>.

Sobre a participação da sociedade no final do regime, o final do regime militar argentino não se deu pela mobilização popular<sup>291</sup>, e sim pelo efeito da crise interna do regime com a derrota na Guerra das Malvinas<sup>292</sup>, uma transição por ruptura; no Brasil, o final do regime ocorreu com ampla mobilização popular pela transição democrática, com foco na participação da abertura política, mesmo que tenha resultado num pacto negociado “por cima”, por meio da campanha “Diretas Já”, que foi capitalizada pelos partidos políticos<sup>293</sup>. Foi uma transição negociada.

Por fim, chega-se aos fatores organizacionais, quais sejam, a transposição de demandas privadas ao espaço público e a estruturação prévia dos movimentos. Quanto à primeira, esta foi efetiva e o povo argentino conseguiu sensibilizar a sociedade e buscar a memória coletiva trazendo o drama privado para o âmbito público<sup>294</sup>; no Brasil, foi insuficiente, pois a pauta dos direitos humanos não mobilizou a sociedade e as pessoas geralmente evitavam o assunto, logo não se logrou êxito em transpor as demandas privadas ao espaço público<sup>295</sup>. Quanto à segunda, qual seja, a estruturação prévia dos movimentos, na Argentina os movimentos dos afetados pelo regime se fortaleciam por existirem previamente, provenientes da ditadura anterior; no caso brasileiro, a estruturação dos movimentos dos afetados passou a

---

<sup>289</sup> CUCO; BOURSCHED; MARQUES, 2015.

<sup>290</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>291</sup> Ibidem.

<sup>292</sup> Ibidem.

<sup>293</sup> CUCO; BOURSCHED; MARQUES, 2015.

<sup>294</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>295</sup> CUCO; BOURSCHED; MARQUES, 2015.

ter importância no quadro analisado apenas na segunda metade da década de 1970, sendo que a ditadura teve início em 1964<sup>296</sup>.

A forma de abordagem das questões conjunturais, organizacionais e estruturais nos dois países trouxe para uma política de direitos humanos algum tipo de consequência?

Os fatores descritos geraram consequências distintas em cada país. Na Argentina, o fator conjuntural que foi a visita da Comissão de Direitos Humanos serviu para reverberar as angústias das famílias de mortos e desaparecidos e para fortalecer os movimentos de direitos humanos. No Brasil, os militares conseguiram mitigar a mobilização e participação dos movimentos de direitos humanos, mudando o foco para a aprovação da Lei de Anistia. Novamente, o discurso da ditadura brasileira suplantou a perspectiva dos direitos humanos.

Os fatores estruturais observados na Argentina e no Brasil demonstram que a ditadura brasileira utilizou uma linguagem jurídica para legitimar e justificar suas práticas, criando leis, nomenclaturas jurídicas, mecanismos e instituições de controle supostamente respaldados nas normas. Essa estratégia, chamada de eufemismo por Cristiano Paixão e Giovanna Frisso, interferiu na memória social: “A permanência dos eufemismos no processo de democratização é retratada na Lei de Anistia, de 1979, que emprega o termo ausentes, oriundo da dogmática jurídico-civilista, para se referir aos desaparecidos”<sup>297</sup>. O termo remete a alguém que partiu e não se sabe onde está, e não a alguém que foi assassinado, desaparecido. Na Argentina, muitas questões não foram institucionalizadas, como a censura; algumas demandas não eram respondidas e o silêncio do governo ditatorial potencializava o discurso das organizações de direitos humanos.

Os fatores organizacionais, como a transposição de demandas privadas ao espaço público e a estruturação prévia dos movimentos, são modelos na Argentina que tiveram resultados positivos. A reunião desses fatores logrou dar voz, ampliar e fortalecer os movimentos em prol da defesa dos direitos humanos e suas demandas na pauta da transição<sup>298</sup>. Já no Brasil não se alcançou o resultado pretendido; os movimentos em prol dos direitos humanos não conquistaram o espaço desejado nem superaram o eufemismo da ditadura em sua relação com a sociedade, notadamente com uma transição lenta e gradual.

---

<sup>296</sup> CUCO; BURSCHED; MARQUES, 2015.

<sup>297</sup> PAIXÃO, Cristiano; FRISSE, Giovanna Maria. Usos da memória: as experiências do holocausto e da ditadura no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 97, p. 191-212. 2016. Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/cidadania-em-transformacao>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

<sup>298</sup> CUCO; BOURSCHED; MARQUES, 2015.

Outra reflexão é que a ditadura no Brasil se prolongou por mais de 20 anos. Foram anos de construção e aperfeiçoamento da linguagem, do discurso. Primeiro, os militares tomaram o poder com o discurso de que fariam apenas uma ponte rápida de mudança para retirar do poder aqueles que ameaçavam o país com suas ideias comunistas; parte significativa da população apoiou essa ideia, mas não a permanência dos militares por um longo período. Depois, passou-se a normatizar parte de suas ações justificadas pelo chamado Estado de Exceção, com a Lei de Segurança Nacional que permitiu cassar políticos e fechar o Congresso; posteriormente, editaram-se medidas mais duras com retiradas e restrições dos direitos de liberdade e de manifestação, principalmente com o Ato Institucional nº 05 (AI5)<sup>299</sup>; modificou-se o currículo escolar por meio da inserção uma disciplina obrigatória chamada Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os graus e modalidades de ensino do país, com o objetivo de “[...] estimular uma atitude e consciência cívica [...]”<sup>300</sup> nos estudantes, que nada mais era do que uma atitude para reforçar o discurso dos ditadores e demonizar as ideias de seus opositores. Com o tempo sua obrigatoriedade foi flexibilizada, mas a disciplina foi extinta somente em 1993. Também classificaram-se os resistentes como terroristas. Na sociedade plantaram-se boatos e propagou-se a ideia de que comunistas comiam fígado de criancinha, muito popular na época.

Palavras de ordem como “Brasil: ame-o ou deixe-o” demonstram a ideia de que quem fazia oposição ao governo militar fazia oposição ao país. Também durante a abertura, muitas lideranças tinham sido mortas, ou estavam presas ou no exílio. Dados do relatório do projeto *Brasil: Nunca Mais* mostram que, no último ano do governo de Ernesto Geisel, penúltimo presidente do ciclo militar, “[...] já se computavam 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados por diversos meios, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, centenas de mortos e desaparecidos, 245 estudantes expulsos da universidade por força do Decreto 477<sup>301</sup>”. O Decreto oportunizou a punição de alunos, professores e servidores que arrenegavam a ditadura.

---

<sup>299</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 1968, p. 10801. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 02 fev. 2017.

<sup>300</sup> Idem. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

<sup>301</sup> ARNS, 1996. p. 49.

Em mais de 20 anos de censura, anos de um discurso oficial maniqueísta e alienador, o brasileiro comum foi ensinado e aprendeu a não protestar, a calar-se; o Brasil teve 50 mil pessoas presas<sup>302</sup>. Tudo isso contribuiu para fragilizar a eficácia dos movimentos sociais. Enquanto isso, na Argentina houve um intervalo entre as duas últimas ditaduras, isto é, uma quebra de continuidade no discurso e nas ações dos militares; a última ditadura perdurou por sete anos e foi menos normatizada que no Brasil, por isso não recebeu o falso manto da legalidade.

Releva salientar que isso não implica que não tenha havido importância ou destaque da mobilização social no Brasil. O papel que tiveram os diferentes movimentos da sociedade civil brasileira na luta pelos direitos humanos, ao reivindicar o direito à memória e à verdade, foi consubstanciado no acesso às informações de seu passado histórico comum e na publicização dessas informações. Diversas instituições, como sindicatos, organizações não governamentais (ONGs), associações de classe e a Igreja não somente criaram seus próprios arquivos, museus, centros de documentação e núcleos de história oral e memorial, cujo objetivo nada mais era do que a preservação e o acesso da população à sua história, como também pleitearam e exigiram do Estado brasileiro que também o fizesse.

Resta analisar e entender o papel da publicidade e da participação social nos dois países, com vistas à defesa da dignidade humana. É esse o tema que será abordado no próximo tópico.

#### **2.5.6 Reflexões sobre a publicidade e a participação social como motrizes dos direitos humanos**

Acrescentam-se aos fatores apresentados dois pontos interligados essenciais nas distinções abordadas para as futuras inferências: a publicidade da Conadep na Argentina e o caráter sigiloso do projeto que desencadeou o informe *Brasil: Nunca Mais*; e a ampla participação social na Argentina tanto no momento de construção do relatório como no momento de recepção de seus resultados.

---

<sup>302</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à memória e à verdade**: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009a.

A publicidade permite que a sociedade comece a especular, dialogar, discutir e construir expectativa para os futuros resultados. Quando a imprensa noticia as descobertas e as fases de um projeto como esse, essa perspectiva reaviva a reminiscência da sociedade e estimula a participação dos vários atores sociais e a disputas de ideologias de grupos (militares e vítimas por exemplo).

Os trabalhos da Conadep tiveram início em dezembro de 1983, em Buenos Aires. Desde as cinco horas da madrugada, pessoas oriundas de todas as partes do país começaram a formar uma longa fila, na *Avenida de Mayo*, desde o escritório da sede Argentina da Organização dos Estados Americanos (OEA), próxima à *Plaza de Mayo*. Quando o escritório foi aberto, avaliou-se que havia duas mil pessoas esperando para proceder às suas denúncias<sup>303</sup>.

As primeiras impressões e resultados das investigações cumpridas pela Conadep, que davam conhecimento das consequências nefastas do referido processo, foram apresentadas ao público no dia 4 de julho de 1984 por um programa televisivo, o qual veiculou imagens e depoimentos no formato de um pequeno resumo dos trabalhos. Naquela noite, cerca de 1.640.000 argentinos assistiram ao programa<sup>304</sup>.

Essa patente, espontânea e voluntária participação social fortaleceu a desconstrução do discurso hegemônico vigente até ali na Argentina; o Estado exposto foi colocado em xeque e a sociedade se chocou. Nesse cenário, apresenta-se relevante o desempenho lançado pelos atores sociais, a partir de discursos diferentes, escapando das amarras universalista e formalista somente dos direitos humanos. Exige-se uma transformação das estruturas de poder, de alteração e implantação das políticas públicas de resgate da memória e descortinar da verdade, impondo-se, além do discurso dos direitos humanos, a efetivação deles.

Pretendeu-se o respeito à dignidade como predicado intrínseco da pessoa humana, como algo que simplesmente existe, sendo irrenunciável e inalienável, porque constitui elemento qualificador do ser humano como tal, e dele não pode ser isolado. Ou seja, a dignidade independe das circunstâncias concretas, sendo algo inerente a toda pessoa humana. Um indivíduo, pelo simples fato de fazer parte do gênero humano, já é possuidor de dignidade. Esta é qualidade ou atributo intrínseco a todos os homens, decorrente da própria condição humana, que os torna credores de igual consideração e respeito por parte de seus semelhantes<sup>305</sup>.

---

<sup>303</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>304</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>305</sup> SARLET, 2007.

Os movimentos sociais e populares pretendem garantias à dignidade da pessoa humana, transmutando-se em fonte geradora de questionamentos, e interferem na produção jurídica que proporciona uma propagação do direito por elementos que encontram vínculo radical com as demandas da sociedade, garantindo o protagonismo para os reais detentores do “direito de criar o direito”, a sociedade e os seres humanos concretos<sup>306</sup>. Vale dizer que todo o direito é feito pelo homem e para o homem, que constitui o valor mais alto de todo o ordenamento jurídico. Sujeito primeiro e indefectível do direito, ele é o destinatário final tanto da mais elevada quanto da mais prosaica norma jurídica<sup>307</sup>.

A organização e a participação social, juntamente com os fatores acima distinguidos, permitiram que os argentinos exigissem eficientes e reais mecanismos de Justiça de Transição, avigorando a tradição acadêmica, governamental e de Estado no manejo dessas questões em termos sistemáticos e operacionais, impondo algumas reflexões estruturantes sobre as condições e possibilidades geracionais de políticas públicas sobre memória na condição de instância cívica de formação da cidadania à democracia<sup>308</sup> e tornando possível assegurar o direito de acesso à Justiça, assim como o conhecimento e o acesso à verdade. O mesmo não ocorreu com o povo brasileiro; ao contrário, durante os governos de transição das ditaduras civil-militares de segurança nacional brasileiras, os militares argumentaram que, para preservar a estabilidade da futura democracia, não se deveria permitir às vítimas, diretas e indiretas, das estratégias da ditadura militar o acesso à Justiça, o que se tornou evidente com a promulgação e o conteúdo das leis de anistia.

Nas subseqüentes administrações democráticas, o tema foi tratado de forma diversa na Argentina e no Brasil. Lá, os integrantes das Juntas Militares que governaram o país foram submetidos à Justiça, processados e sentenciados, permitindo a propositura de processos contra agentes dos órgãos de informação e repressão. Aqui, não houve responsabilização penal dos governantes e/ou responsáveis por torturas, mortes e desaparecimentos forçados cometidos durante o lapso da ditadura civil-militar.

Ademais, existia uma apreensão das Forças Armadas de que pudesse ocorrer uma

---

<sup>306</sup> CRUZ, Fábio Souza da; MOURA, Marcelo Oliveira de. Os direitos humanos como produto: reflexões sobre a informação e a cultura da mídia. **Sequência** [on-line], Florianópolis, n. 65, p. 79-102, 2012. Doi: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2012v33n65p79>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

<sup>307</sup> TOBEÑAS, José Castan. **Los derechos de la personalidad**. Madrid: Reus, 1952.

<sup>308</sup> LEAL, 2012c.



“argentinização do regime”<sup>309</sup>. Tamanha era a preocupação dos militares que se fez constar como um dos compromissos do presidente indiretamente eleito Tancredo Neves com as Forças Armadas que a “síndrome de Alfonsín” não atingiria a transição brasileira<sup>310</sup>, garantindo que os militares brasileiros não fossem processados no período democrático, tergiversando às suas responsabilidades. “Isto porque existia a preocupação do ‘aprendizado por contágio’ [...]”, uma vez que “[...] sociedades que estão conduzindo processos de democratização podem fazer uso dos saberes ou do *know-how* adquirido de outras transições prévias”<sup>311</sup>.

### 2.5.7 A Verdade como mecanismo da justiça de transição

Os países que experienciaram períodos de ditaduras, com violações aos direitos humanos articuladas pela violência estatal, enfrentam posteriormente um momento de passagem para a (re)construção da democracia, denominado Justiça de Transição. Essa transição não possui receita pronta e definida, ou prazo peremptório para sua conclusão, mas possui como enfoques básicos a memória, a verdade e a justiça.

Cada país deverá descobrir a melhor forma de nutrir seu processo de acordo com suas necessidades e possibilidades, desenvolvendo suas políticas públicas de memória e esquecimento, de perdão e punição, de lidar com o seu passado violento, para desenvolver estratégias de consolidação às instituições, para avançar no processo democrático e para que a experiência de desrespeito à vida e à dignidade da pessoa humana não se repita nunca mais.

---

<sup>309</sup> BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.4, p. 23.

<sup>310</sup> ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar?** São Paulo: Ática, 1994.

<sup>311</sup> BRITO, 2009. p. 70.

### **3 TRANSIÇÃO POLÍTICA PARA A DEMOCRACIA E O DINAMISMO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA ARGENTINA E NO BRASIL: REFLEXOS SOBRE A VERDADE, A MEMÓRIA E O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

“A Luta do Homem contra o poder é a luta da memória  
contra o esquecimento.”

(Milan Kundera)

O cerne do presente capítulo é refletir acerca dos processos de transição política ocorridos no Brasil e na Argentina e da justiça de transição. Primeiramente são analisadas duas teorias sobre os tipos de transição política e quais foram empregados pelos dois países; seguindo, é feita uma pequena contextualização histórica das violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar. Após, estudam-se os processos de justiça de transição empreendidos no Brasil e na Argentina, as eleições, a influência da Lei de Anistia na justiça de transição e as peculiaridades desse processo de transição.

Depois, são analisadas as questões que giram em torno da interpretação da Lei de Anistia e seus resultados no Brasil e na Argentina. É feito um comparativo do processo transicional ocorrido no Brasil com os processos transicionais e as autoanistias que tiveram lugar na Argentina, bem como da situação dos dois países perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Abordam-se, ainda, aspectos das dificuldades enfrentadas para a efetivação da justiça de transição, como, por exemplo, o resgate da verdade, a construção da memória e as medidas de justiça. Por fim, examinam-se a situação da justiça de transição, a proteção dos direitos humanos no âmbito internacional e os processos enfrentados pelo Estado brasileiro, como a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil perante o Supremo Tribunal Federal, e o caso Araguaia, levado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos à Corte IDH, com a respectiva responsabilização internacional do Brasil.

Também são trabalhadas, conquanto de forma sucinta, as leis 9.140/1995<sup>312</sup>, 10.559/2002<sup>313</sup>, 12.527/2011<sup>314</sup> e 12.528/2011<sup>315</sup>, que foram responsáveis pela implementação de mecanismos que auxiliaram na efetivação da justiça de transição, tais como a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, a Comissão de Anistia, a Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso a Informação (LAI), respectivamente.

Por isso, é importante alertar quanto à relevância da necessidade de se discutir o tema, uma vez que ele está presente na atualidade, como pôde ser verificado pelas recentes (pouco volumosas, porém persistentes) manifestações em defesa da intervenção militar no Brasil, bem como pela significativa ampliação das discussões na sociedade civil organizada após a instauração da Comissão de Verdade, que representa um dos mecanismos disponíveis para a construção da memória e da verdade.

Já se afirmou que, apesar de Brasil e Argentina terem vivido um período ditatorial perpetrado por militares sob o pretexto de que sua intervenção evitaria um mal maior, o comunismo, o desenrolar dos fatos que levaram à abertura democrática ocorreu de forma diferente nos dois países. Daí o tópico a seguir ser dedicado a refletir acerca da tipologia do autoritarismo reinante na América do Sul e da influência que este exerceu nos dois países.

### *3.1 TIPOLOGIA DO AUTORITARISMO NA AMÉRICA DO SUL E SEUS REFLEXOS, SEGUNDO O'DONNELL*

Os estudos inaugurais de comparações sobre as transições políticas foram orientados pela análise de macrovariáveis econômicas, sociais e culturais. No entanto, no

<sup>312</sup> BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 dez. 1995, p. 19985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

<sup>313</sup> Idem. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 14 nov. 2002, p. 6. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

<sup>314</sup> Idem. Lei nº 12.527, de 8 de novembro 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2011a, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

<sup>315</sup> Idem. Lei nº 12.528, de 08 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2011b, p. 5. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

começo da década de 1980, tiveram início diversas transições pactuadas que incentivaram os estudiosos a considerar microvariáveis políticas em suas análises. É necessário esclarecer que o estudo da tese não abordará questões relativas ao regime fascista e ao corporativismo europeu, ou a qualquer outro regime ocorrido no Velho Continente, por estes não manterem relação direta com o seu objeto. A pesquisa limita-se aos aspectos intrínsecos às realidades do Brasil e da Argentina. Em conformidade com a premissa de que houve golpes de direita nos dois países, cabe indagar se a forma política assumida por esses golpes teve algo em comum com o que ocorria no restante da América Latina. É o que se verá a seguir, na interpretação do cientista político argentino Guillermo O'Donnell.

Os golpes ocorridos nos dois países da América do Sul apresentaram uma nova forma política, um fenômeno distinto, que se distanciava do Autoritarismo Tradicional e do Autoritarismo Populista, fato que originou várias interpretações. A interpretação sobre o fenômeno feita por O'Donnell<sup>316</sup> dá “[...] conta de um novo autoritarismo [...]”, batizado por ele de Estado Burocrático Autoritário (BA), que se distinguia largamente das chamadas ditaduras tradicionais latino-americanas, quando uma família ou um líder militar, munido de uma milícia, ocupava o governo do país. Ilustra-se essa modalidade pelos exemplos de quando a Nicarágua foi dominada pela família Somoza e o Paraguai foi governado pelo general Alfredo Stroessner<sup>317</sup>. Também se diferenciava do autoritarismo de cunho populista que subsistiu anteriormente na Argentina e no Brasil, cujos governos, entre outras medidas, nacionalizaram várias multinacionais e bancos privados, promoveram reformas agrárias, concederam alguns

---

<sup>316</sup> “Guillermo O'Donnell foi um talentoso cientista político argentino, publicou livros e ensaios sobre autoritarismo, democratização e teoria da democracia que se tornaram clássicos das ciências sociais e leitura obrigatória nas instituições acadêmicas [...], pesquisou e ensinou em diversas universidades dos Estados Unidos e da América Latina, tais como a Universidade de Notre Dame (onde foi diretor do famoso Instituto Kellog de Estudos Internacionais), Berkeley, Stanford e Michigan. No Brasil, foi pesquisador do IUPERJ e do CEBRAP, e nos últimos anos de sua vida esteve vinculado à Universidade de Buenos Aires. [...] Sua teoria sobre a queda dos regimes democráticos na América do Sul, bem como seus trabalhos posteriores sobre a transição para a democracia em muitos países desta região, abalaram o entendimento até então existente nos círculos acadêmicos sobre a ligação entre modernização, desenvolvimento e democracia. [...] Foi com o livro *Modernização e autoritarismo*, publicado em 1972, seguido pelo mais conhecido *O Estado burocrático e autoritário*, de 1982, que O'Donnell desenvolveu sua interpretação sobre o fenômeno do novo autoritarismo que derrubou governos democráticos em países como Brasil, Argentina, Uruguai e Chile a partir dos anos 60 e 70 do século passado. [...] Sua destacada carreira acadêmica pode ainda ser medida pelo prêmio de contribuição aos estudos latino-americanos que lhe foi outorgado pela Latin American Studies Association, em 2006, e por sua eleição para presidente da Associação Internacional de Ciência Política na gestão 1989-1991. [...] O'Donnell faleceu no dia 29 de novembro do ano passado, em Buenos Aires, vítima de câncer no cérebro”. (NASCIMENTO, Paulo César. Guillermo O'Donnell (1936-2011). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000100001>>. Acesso em: 14 jun. 2017).

<sup>317</sup> O'DONNELL, Guillermo. *Modernization and bureaucratic-authoritarianism*. Studies in South American politics (1972). Berkeley: Institute of International Studies, University of California at Berkeley, 1973.

direitos aos trabalhadores, estimularam o aperfeiçoamento da indústria nacional e restabeleceram relações diplomáticas com a Rússia (então URSS)<sup>318</sup>.

Dessa forma fica patente que, na visão de O'Donnell, o Novo Autoritarismo instalado no Brasil e na Argentina diferia dos regimes totalitários existentes até então. Por isso, é necessário examinar suas raízes e o ambiente em que ele emergiu.

O Novo Autoritarismo ergueu-se como exigência de uma recente etapa de modernização do modelo capitalista na América Latina e era assinalado pelo domínio do aparelho de Estado, que se valia de diversos elementos, tais como: a hierarquia militar, a hegemonia ideológica da Doutrina de Segurança Nacional, o apoio político da maior parte das classes dominantes nacionais; a grande mídia; a violenta repressão contra os opositores do regime; a política externa voltada para os EUA; e os tecnocratas da burocracia estatal. Sua base social não mais se constituía dos latifundiários oligárquicos ou da turba urbana de “descamisados”, e seus condutores não faziam a representação do autocrata populista, e sim o oposto. O novo sistema autoritário substituía a antiga classe política oligárquica por uma aliança de militares, empresários e tecnocratas da burocracia estatal<sup>319</sup>.

Para chegar a essa análise, O'Donnell foi influenciado pelos pensamentos do cientista político Juan Linz<sup>320</sup> sobre “regimes autoritários” e de David Apter sobre “sistema burocrático”. O primeiro enfatizou o pluralismo limitado e o baixo conteúdo ideológico do regime autoritário, que surgia em meio a uma grande polarização política. Já o segundo (orientador de O'Donnell em Yale) salientou um padrão de autoridade vertical, que funciona em termos de racionalidade instrumental<sup>321</sup>.

O'Donnell reconhecia que o cenário político-econômico dos dois países era semelhante, diferindo do restante da América Latina; por isso mesmo, foi propício ao surgimento de uma nova forma de autoritarismo que substituiu o Estado Democrático de Direito pelo que ele chamou Estado Burocrático Autoritário (BA)<sup>322</sup>. Como se constituía o cenário na Argentina e no Brasil?

---

<sup>318</sup> O'DONNELL, 1973.

<sup>319</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>320</sup> LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

<sup>321</sup> RICUPERO, Bernardo. Da estrutura à agência: Momentos da interpretação de Guillermo O'Donnell sobre o autoritarismo latino-americano. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v. 4, n. 2. Dossiê: pensamento social, desenvolvimento e desafios contemporâneos, dez. 2014.

<sup>322</sup> O'DONNELL, 1973.

Nas décadas de 1960 e 1970, Argentina e Brasil viviam uma crise de acumulação, o que ocorre quando as classes dominantes ponderam que ações das classes subordinadas podem pôr em risco o funcionamento “normal” da economia e sua aptidão de acumulação. Foi o que ocorreu na Argentina antes do golpe de 1966. No ápice, a crise poderia levar a uma crise real de hegemonia, que colocaria em questão os próprios alicerces da sociedade, como a propriedade privada e o capitalismo. Com essa espécie de crise, a luta de classes surgiu de maneira evidente. Isso teria acontecido, num grau menos acentuado, no Brasil em 1964, e de maneira mais forte na Argentina na década de 1970. Ou seja, num sentido mais denso poder-se-ia assinalar diferentes graus nas crises políticas (as quais geraram instabilidade) que teriam antecedido a implantação dos Estados Burocráticos Autoritários (BA)<sup>323</sup>. O chamado Estado Burocrático Autoritário tem como componentes o seu caráter excludente e não democrático em relação às classes trabalhadoras, a autoridade política do aparelho de Estado por uma coalizão predominante de tecnocratas de “[...] alto nível – militares e civis, dentro e fora do Estado – trabalhando em associação íntima com o capital estrangeiro. [...] A política pública estava preocupada fundamentalmente em promover a industrialização avançada”<sup>324</sup>.

Crises econômicas, então, podem antecipar tanto o colapso da democracia como o desgaste de uma ditadura, mas elas não indicam os acontecimentos políticos vindouros. São “condições necessárias, mas não suficientes” para desencadear mudanças.

Como se verá, conquanto seja um processo bastante intrincado, a justiça de transição procura em cada Estado, de acordo com a sociedade e a situação particular vivida, equilibrar as limitações materiais e culturais bem como as ameaças à estabilidade conquistada pelo Estado em termos de concretização de princípios e práticas democráticos após o fim de regimes autoritários.

### 3.1.1 Maior complexidade sobre Transições Políticas

Como dito anteriormente, os regimes ditatoriais instalados no restante da América Latina diferiam daqueles do Brasil e da Argentina. Tal afirmativa faz com que se perquiram se os processos de transição foram também distintos.

<sup>323</sup> O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>324</sup> Idem. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. São Paulo, Vértice, 1987.

Os processos de transição dos regimes autoritários na América Latina apresentam variações consideráveis de um país para outro. Na bibliografia da Ciência Política, a genealogia do termo transição relaciona-se ao conceito de distensão, o qual significa descompressão, liberalização ou abertura. Pode também significar o período em que um regime autoritário desorganiza-se, porém não existe ainda outro sistema político consolidado, tampouco as regras do novo sistema político estão razoavelmente postas<sup>325</sup>. Temática bastante presente nas reflexões que a pesquisa buscou compreender foi a tipificação das transições. Serão expostas as teorias de Samuel Huntington e de Guillermo O'Donnell, suas classificações. Os modelos de transição desses dois pensadores apresentam distinções; considerando esses fatos, busca-se responder: há elementos de aproximação e de distanciamento?

Huntington<sup>326</sup> engendrou um modelo analítico baseado em casos de países que passaram por mudanças de regime; nessa perspectiva, identificou três grandes ondas de democratização na história moderna, sendo as duas primeiras acompanhadas de refluxos. Seu modelo parte de duas vertentes: a importância dos detentores do poder e da oposição no regime anterior. Desse modo, o autor aponta elucidações dos processos de democratização sucedidos entre 1874 e 1990 em todo o planeta.

A primeira onda (1828-1926) foi seguida pelo primeiro refluxo (1922-1942); a segunda onda (1943-1962) foi acompanhada do segundo refluxo (1958-1975); então, teve início a terceira onda (1974 ao presente). O autor denomina refluxo a situação de países que perderam o *status* de países democráticos. O Brasil e a Argentina estariam inseridos na temporalidade da terceira onda.

Continuando a análise, Huntington assinala três espécies de transição: *transformation*, *replacement* e *transplacement*. Resumidamente, no primeiro tipo a transformação refere-se às transições que indicam a escolha pela democracia a partir do próprio regime não democrático. Na segunda espécie, denominada “transição por ruptura”, acontece o movimento de transição para a democracia, iniciado e liderado pelos opositores ao regime vigente. A terceira espécie combina elementos das duas espécies antecedentes, sendo o regime democrático uma resultante da ação mais equilibrada da luta entre a situação e a oposição<sup>327</sup>.

Das espécies apresentadas pelo autor, importam as duas últimas, nas quais estariam

<sup>325</sup> MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil**: o projeto militar. Campinas: Papirus, 1995.

<sup>326</sup> HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state**: The theory and politics of civil-military relations. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

<sup>327</sup> Ibidem.

inseridos os países como Argentina (transição por ruptura) e Brasil (transição por transação). A ruptura implica o colapso do regime anterior por razões que deslegitimem a antiga elite governante e a impeçam de participar do processo de transição. Já na transação, o processo é iniciado pelo regime autoritário anterior e os membros deste mantêm força política na democracia que se instala<sup>328</sup>.

O'Donnell<sup>329</sup> apresenta uma classificação semelhante, porém não idêntica. A opção por essa classificação deu-se porque o autor expõe também o processo de liberalização e democratização, esclarecendo os desdobramentos da transição, o que melhor responde às inquietações propostas pela presente tese.

A primeira divide-se em três blocos: transição por exclusão, transição por ruptura ou colapso e transição política negociada e/ou pactuada, consoante se observa abaixo<sup>330</sup>. A transição é um momento muito aberto, um período crítico no transcorrer do qual a índole e a direção da transformação estão amarradas, antes de tudo, nas estratégias adotadas pelos grupos de atores entrelaçados nesses processos. Durante esse período nebuloso, cada ator faz “cálculos de curto prazo” que “não podem ser deduzidos das estruturas”, e tende a cometer muitos erros<sup>331</sup>. Daí a importância da presente tipificação.

Transição por exclusão ocorre em casos em que o controle inicial fica nas mãos do comando ditatorial, todavia, por ausência de harmonia interna, pelo aguçamento de crises econômicas e sociais e pela progressiva oposição da população ao regime, ocasiona-se a perda de controle do processo por parte da liderança ditatorial; por consecutivo, desencadeia-se o fortalecimento da ditadura. A transição uruguaia (1980-1985) encaixa-se como exemplo desse tipo de transição<sup>332</sup>.

A transição por colapso sobrevém quando derrotas em guerras externas, crises econômicas e políticas ou a união dos dois elementos solapam as sustentações da ditadura. Seus líderes não estão mais aptos a sustentar a autoridade política e os regimes são substituídos por democracias organizadas pela antiga oposição. As consequências desse tipo de transição são mudanças políticas cronologicamente rápidas e processos legais de punições contra os dirigentes ditatoriais. O modelo que se enquadrou na transição por colapso foi o regime

---

<sup>328</sup> HUNTINGTON, 1981.

<sup>329</sup> O'DONNELL, 1990.

<sup>330</sup> SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 1986.

<sup>331</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

<sup>332</sup> Idem, 1981.



ditatorial implantado na Argentina entre os anos de 1976 e 1983, que foi suplantado por uma ruptura<sup>333</sup>.

Finalmente, há a transição negociada, que tem como particularidade a transição por meio de ajustes e transações com setores também moderados da oposição e o protagonismo de uma elite conivente e moderada dentro do regime ditatorial, que deu início ao processo e o dirigiu. Outros elementos que singularizaram esse tipo de transição são a larga extensão temporal em que as transformações ocorreram, a permanência de dirigentes ditatoriais em importantes cargos políticos na democracia pós-regime ditatorial e a não punição de alguns crimes praticados por militares e outros agentes repressivos durante as ditaduras. Segundo os partidários dessa teoria, o Brasil e o Chile passaram por esse tipo de mudança política<sup>334</sup>.

Nesse seguimento, de acordo com a lição de Nino sobre as variáveis e suas consequências para o sentido do tratamento jurídico-político dispensado aos membros do regime anterior por novos governos (da transição por ruptura), uma variável-chave poderia ser o tipo de transição em que o governo estava empenhado. *“Cuando la transición es más coercitiva, un nuevo balance de poder contribuye en forma positiva a las posibilidades de la justicia retroactiva”*<sup>335</sup>.

Sobre a transição por negociação, inferiu: *“[...] en cambio, cuando la democratización se realiza a través de negociaciones destinadas a logra consenso, la justicia retroactiva tiene menos posibilidades de éxito”*. Acrescentou ainda que, quando o novo regime democrático é uma continuidade jurídica do antigo regime autoritário, as violações de direitos humanos a serem julgadas podem estar protegidas *“[...] por una ley de amnistía, y los principios contra de la derogación ex post facto garantizan la protección legal, [portanto] existen enormes obstáculos para la justicia retroactiva [...]”*; ao contrário, *“[...] cuando existe un rompimiento jurídico completo, el camino de la justicia retroactiva resulta más sencillo”*. Afirma, ainda, que *“[...] cuanto más graves son los abusos de los derechos Humanos, existen más posibilidades de que el intento de hacer justicia tenga éxito”*. Finalmente, indica que *“[...] el lapso temporal que transcurre entre el momento en que se cometen las atrocidades y aquel en que se intenta realizar la justicia retroactiva también ayuda para explicar su éxito relativo”*<sup>336</sup>.

<sup>333</sup> SHARE; MAINWARING, 1986.

<sup>334</sup> LINZ; STEPAN, 1999; MOISES, José Álvaro. Entre a incerteza e a tradição política: uma crítica da primeira geração de estudos da transição. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 40, nov. 1994.

<sup>335</sup> NINO, 2006.

<sup>336</sup> Ibidem.

O modo de transição, sem dúvida, deixa marcas importantes no funcionamento da “democracia” recém-instalada. Mesmo que não seja a única razão ou mesmo a mais saliente para explicar as características do governo que sobreveio à transição, certamente em algum grau (considerado caso a caso e empiricamente) contribui, de maneira direta, tanto para as capacidades quanto para as carências que assinalarão e conduzirão o regime democrático recém-instituído.

Ora, O’Donnell e Schmitter apresentaram, como já citado, um estudo sobre as duas fases em uma transição, intituladas: Liberalização e Democratização. A primeira diz respeito ao processo inicial de uma transição sem um completo reestabelecimento da democracia; por meio dela ocorre a substituição ou o afrouxamento de normas institucionais com vistas a reduzir a repressão política, ao mesmo tempo que se procura assegurar o restabelecimento de alguns direitos individuais ou coletivos, como o *habeas corpus*, a soltura de alguns presos políticos, o fim da censura prévia e o retorno de exilados<sup>337</sup>. A segunda fase, democratização, foi marcada pela consignação de regras que tornassem admissível a alternância no poder com o alargamento dos direitos civis e da participação popular até o momento em que foram restabelecidas eleições livres, a libertação de presos políticos, a redução da censura e a volta dos partidos políticos à legalidade<sup>338</sup>.

Trazendo para a prática a filosofia aqui exposta sobre transição e modelos de ruptura, a próxima etapa é analisar as ocorrências de funcionalidade destes nos dois países. Existiram experiências em comum? Brasil e Argentina tinham a mesma conjuntura político-econômica na época da transição?

Analisando o caso argentino, em apertada síntese observa-se que a percepção do general Roberto Viola relativa ao crescente isolamento nacional e internacional do regime, o sectarismo militar e a crise econômica se constituíam em reais ameaças a todos aqueles que sustentavam a ditadura desde 1976, o que resultou na tentativa de iniciar uma transição pactuada. O general e seus aliados tentaram angariar apoio político de dirigentes de partidos políticos e empresários, todavia não obtiveram êxito, e seu intento possibilitou a ascensão, em 1981, da direita-militar ao poder com o general Leopoldo Galtieri. O novo comando ditador aproximou-se dos EUA e deu início à desastrosa e indelével Guerra das Malvinas contra os ingleses, sendo essa empreitada a principal causa para o colapso da ditadura Argentina<sup>339</sup>.

---

<sup>337</sup> MATHIAS, 1995.

<sup>338</sup> O’DONNELL; SCHMITTER, 1988.

<sup>339</sup> ROMERO, Luís. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

No Brasil, sabe-se que a gênese do processo de liberalização ocorreu por volta de 1974, quando o então presidente da República, General Ernesto Geisel, motivado por um conjunto de fatores ligados às características internas do regime autoritário e pela pressão de movimentos sociais, abraçou o caminho da liberalização política. Geisel era de uma ala menos radical das Forças Armadas e, por entender que facilitaria a possível institucionalização de uma espécie de democracia tutelada pelos militares, pareceu conveniente ao governo a sua nomeação para a Presidência da República. Ora, se Geisel foi escolhido pelas Forças Armadas para começar o processo de transição, reflexiona-se: sua aceitação ocorreu de forma unânime?

A conservação da ditadura tornou-se um perigo para a instituição militar do Brasil. Um dos fatores era a inabilidade do governo militar para dominar os órgãos do aparelho repressivo, como o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações do Exterior do Itamaraty (CIEEX), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar)<sup>340</sup>, pois o aparelho repressivo não estava sujeito às mesmas normas disciplinares e hierárquicas que os demais membros das Forças Armadas (FA). Havia uma cisão no interior das FA entre a ala dos “brandos”, liderados pelos generais Geisel e Golbery, e a ala da linha dura militar, vinculada aos aparelhos repressivos, que poderia se estender para além dos limites do governo e alojar-se entre as tropas)<sup>341</sup>. Outras razões eram que a longa presença militar no aparelho de Estado estava “partidarizando” os quartéis, decompondo os oficiais militares em grupos com feições políticas e criando desastrosas consequências na manutenção da hierarquia castrense.

Esses motivos, especialmente a possibilidade de quebra da hierarquia no órgão militar, persuadiram vigorosamente a decisão dos governantes pela distensão ou liberalização do regime. Ademais, os militares jamais lograram atingir, entre eles, um verossímil consenso em torno dos procedimentos relativos à alternância no poder, como se pôde observar nas inquietas ocasiões de sucessão presidencial. Assim, “[...] a ‘liberalização’ brasileira foi provocada, originalmente, pelas dificuldades do regime no sentido de resolver problemas relativos à sua ‘economia interna’ [...]”<sup>342</sup>.

Já no final da década de 1970, parentes de opositores presos ou exilados começaram a defender o direito de presos políticos retornarem à pátria ou saírem da prisão. Por iniciativa do Movimento Feminino pela Anistia, foi criado o Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de

<sup>340</sup> STEPAN, Alfred. **Os militares**: da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

<sup>341</sup> Ibidem.

<sup>342</sup> MARTINS, Luciano. A liberação do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, G.; SHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (Orgs.). **Transições do regime autoritário**: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988, p. 122.

Janeiro, em 1968, com sede na Associação Brasileira de Imprensa, que pressionou o governo a votar o projeto. O Comitê Brasileiro pela Anistia congregou esforços de diversas entidades e organizações não governamentais, personalidades, artistas e intelectuais no enfrentamento pelos direitos humanos contra o regime de exceção, dando ênfase à aprovação da anistia e ao fim das perseguições políticas, das prisões, das torturas e das leis repressivas<sup>343</sup>.

Então, a pressão originariamente gerada pela sociedade civil por uma abertura política produziu uma ruptura com o regime autoritário e permitiu que se instalasse um processo de transição?

Na década de 1980, a abertura permitiu mudanças nos processos políticos, porém estas foram incapazes de produzir uma ruptura. Caminhava-se para uma reforma pactuada, realizada por alguns agentes políticos, mas sem o predomínio de uma liderança capaz de produzir o consenso. A transição para a democracia brasileira se fez como uma “conciliação pelo alto” com a finalidade de dar continuidade à política liberal do Estado durante o regime militar; os militares se retiravam da direção do Estado e se certificavam de passar o poder civil, na sua visão, a mãos confiáveis, visando a um pacto social para a reorganização institucional<sup>344</sup>.

A estratégia denominada por O'Donnell como realista ocorre quando os opositores moderados se aliam com os descontentes do sistema autoritário (a ala branda das Forças Armadas) em torno de um fluxograma de transição identicamente não radical, o que implica não questionar o sistema capitalista, a estrutura produtiva e o processo de propriedade, tampouco reivindicar ajustes que possam afligir os dissidentes moderados ou os radicais do autoritarismo e desencadear uma contraquilha dos militares. Conjetura-se também que essa linha moderada de *performance* abrangeria, do mesmo modo, a não perseguição àqueles que cometeram violações e excessos aos direitos humanos no decurso do período ditatorial<sup>345</sup>.

Constatou-se que a opção pelo sistema democrático fez-se, prioritariamente, por uma política de conciliação estabelecida entre iguais: conservadores e liberais<sup>346</sup>. Essa particularidade procedente da liberalização brasileira assinala todo o processo de transição, forjando o caso brasileiro, dentre todos os países do América do Sul que experimentaram transições do regime autoritário, como aquele com menor rapidez nas mudanças e maior grau

---

<sup>343</sup> COMITÊ Brasileiro de Anistia (CBA). Verbete. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil FGV**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba>>. Acesso em : 20 fev. 2017.

<sup>344</sup> WERFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>345</sup> NASCIMENTO, 2012.

<sup>346</sup> WERFORT, 1984.

de controle por parte dos protagonistas do regime anterior sobre o processo de democratização ainda em curso.

O controle militar sobre a liberalização, que ocorreu de forma lenta, gradual e segura, não representa a única ou a mais categórica forma de continuidade de características do precedente regime autoritário no processo de democratização. A antiga coalizão autoritária conseguiu manter seus tentáculos com a abundante presença de políticos civis pertencentes aos seus quadros no controle de importantes postos do governo “democrático”. A administração do compasso da transição, que aos poucos foi deixando de ser prerrogativa dos militares, passou, assim, para as mãos de políticos civis vinculados ao antigo regime autoritário que, inclusive, até hoje não foram expurgados.

A visão de O'Donnell, tida como moderada e conciliatória da transição, foi alvo de muitas críticas e questionamentos. Então, se o advento do regime burocrático e autoritário responde a uma necessária expansão do capitalismo, quando ou se as desigualdades socioeconômicas persistem, ou talvez até mesmo são ampliadas, deixar intacta tal estrutura não levaria a transição democrática a sucumbir sob o peso da estabilidade e das contradições políticas geradas por tal sistema? E, ainda, como erguer uma democracia potente sem enfrentar a questão das reformas estruturais que possibilitariam a redução das disparidades sociais, com uma redistribuição de renda, e a incorporação de milhões de cidadãos ao mercado de trabalho? Dificuldades existem, em diferentes graus, nos países sul-americanos que passaram por processos de redemocratização<sup>347</sup>.

A visão moderada não é exclusividade de O'Donnell; outros estudiosos da América Latina, como os autores da *Transitions from authoritarian rule* – entre eles, cientistas sociais destacados a exemplo de Adam Przeworski<sup>348</sup>, Kenneth Maxwell e José Maravall –, apontam que em vários países a transição teve êxito precisamente pela habilidade dos atores políticos em conduzir o processo de redemocratização de forma realista e moderada<sup>349</sup>. Ou seja, as circunstâncias excepcionais sob as quais os amoldamentos são ajustados e concluídos explicam,

---

<sup>347</sup> NASCIMENTO, 2012.

<sup>348</sup> PRZEWORSKI, Adam. Some problems in the study of transitions to democracy. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Eds.). **Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

<sup>349</sup> O Brasil, aliás, serve de modelo de “transição pactuada”. A lenta e gradual redemocratização brasileira foi possível por meio da aliança entre a oposição moderada e os dissidentes do regime militar, que se uniram em torno da candidatura de Tancredo Neves, isolando tanto a ala linha-dura, denominada pelo ex-presidente Ernesto Geisel de “setores sinceros mais radicais” do regime militar, como os radicais de oposição, representados pelo Partido dos Trabalhadores (NASCIMENTO, 2012).

na perspectiva desses autores, o senso de prudência e de cautela que inflige uma subordinação rigorosa à lógica das possibilidades.

Entretanto, o processo não termina com a liberalização. É necessário refletir de onde se parte e aonde se quer chegar. Se o ponto de partida é sempre um fenômeno conhecido, por outro lado a permanência e o destino da mudança apresentam-se como fenômenos inevitavelmente hipotéticos, indefiníveis *a priori*, diante da multiplicidade de desfechos possíveis do jogo político<sup>350</sup>.

Considerando que o Estado Burocrático Autoritário não findou de forma abrupta com o processo de liberalização, reflete-se acerca do modo como os filósofos políticos percebem o que se identifica como processo de transição.

O que caracteriza um processo de (re)democratização, consoante O'Donnell e Schmitter, é a incerteza. Os autores apontam como uma das razões que busca explicar a indeterminação, tanto do resultado quanto da duração de uma transição, “[...] os fatores que foram necessários e suficientes para provocar o colapso ou autotransformação do regime autoritário não serem necessários e suficientes para assegurar a instauração e manutenção de outro regime – e, menos que tudo, de uma democracia política [...]”. E arrematam: “[...] a democracia política é só um desembocamento possível. O essencial é advertir que, entre as muitas questões que estão em jogo na transição, inclui-se a reestruturação de um novo regime político”<sup>351</sup>.

No referido processo de abertura, transformações sociais em direção à democracia não são pautadas nem pelo retorno da legalidade nem por uma ruptura com o regime, mas pelo próprio regime, que estabelece as etapas, o tempo, os prazos e as condições em que se promoverão as alterações que podem, hipotética e eventualmente, trazer a uma democracia.

A realidade da segunda fase da transição, que é a consolidação da democracia, é outra. O'Donnell argumenta que o processo de consolidação democrática impõe desapego e abandono ou, no mínimo, mutações substanciais dos acordos que regeram o início da transição para a democracia, o que desprenderia a possibilidade de reformas estruturais indispensáveis que não foram reivindicadas ou atendidas naquele primeiro momento. A democratização é pautada pelo princípio da cidadania, o que significa participação e tratamento igualitários, e que o processo pelo qual as regras e os procedimentos democráticos garantem a cidadania passa a

---

<sup>350</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista da USP**, n. 9, p. 45-56, mar./maio 1991. p. 46.

<sup>351</sup> O'DONNELL; SCHMITTER, 1988, p. 92.

ser aplicado pelas instituições políticas do governo ou expandido a pessoas ou instituições que previamente não eram abarcadas como cidadãos<sup>352</sup>.

Ademais, a análise do processo de consolidação reclama que se levem em consideração as experiências democráticas precedentes ao período ditatorial, precipuamente os tipos de representação política e de interesse que existiam, os partidos que efetivaram alianças, os sindicatos, as associações, as organizações sociais e os fatores que possibilitaram o surgimento do regime autoritário. Não se pode olvidar de considerar também alguns aspectos da experiência autoritária, tais como duração, repressão sobre a sociedade civil, política organizada e desempenho econômico. As populações devem desenvolver uma cultura política democrática para que exista efetivamente uma democracia<sup>353</sup>.

Assim surgem, nesse contexto, os dois mecanismos basilares de promoção transicional utilizados pelos países que modificaram sistemas antidemocráticos com vistas à democracia: a anistia e as eleições. O *modus operandi* desses dois procedimentos auxiliaram a determinar seu caráter democrático<sup>354</sup>. Os dois mecanismos serão abordados no decorrer deste capítulo.

Para Huntington, nas transições por ruptura busca-se mais rapidamente julgar os membros do regime anterior e encontra-se espaço para tais processos. Já nas transições pactuadas procuram-se mecanismos de conciliação com os membros do regime anterior<sup>355</sup>. Como lidar com o passado repressivo e com os membros do regime autoritário são questões da justiça de transição, como se verá nos itens que se sucedem.

A ausência de uma transição política satisfatória no sentido do equilíbrio de forças contribui para uma justiça de transição mais difícil, morosa e incompleta e, por consequência, concorre para que a democracia não se desenvolva plenamente e fique isolada em um discurso democrático vazio, o qual satisfaz, de fato, a uma práxis autoritária, que reflete o caráter conservador e retrógrado do Poder Judiciário brasileiro.

---

<sup>352</sup> O'DONNELL; SCHMITTER, 1988.

<sup>353</sup> LINZ; STEPAN, 1999; MOISES, 1994.

<sup>354</sup> ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da Reparação. In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (Orgs.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/mediaRepre\\_Memoria\\_pdf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/mediaRepre_Memoria_pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2017.

<sup>355</sup> HUNTINGTON, 1981.

### 3.2 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E SEUS CÂNONES

No presente item serão abordadas ponderações sobre as perspectivas determinadas e determinantes correspondentes aos horizontes da justiça de transição. Os processos de justiça de transição possuem uma fórmula pré-estabelecida de imposição de responsabilidade aos autores de graves violações aos direitos humanos e de satisfação das reivindicações das vítimas, de seus familiares e da sociedade? Há uma universalidade nas suas práticas? O que pretende a justiça de transição? São alcançáveis seus objetivos?

A expressão *post-conflict justice*<sup>356</sup>, ou *transitional justice*<sup>357</sup> (justiça de transição), foi utilizada pela professora norte-americana de Direito Ruti Teitel, em 1991, referindo-se aos processos de alteração política e jurídica nos contextos de transições para as “novas democracias”, tanto na América Latina como no Leste Europeu. Por conseguinte, surgiu como decifração às alterações políticas referidas. Consoante lição da autora, o Estado de Direito, em oposição a momentos de “normalidade política”, adquire características excepcionais em momentos de reinvenção como os de “transição política”: ultrapassa suas incumbências costumeiras, interligando-se à política em um estímulo construtivo. Nesses momentos de transição política, o Direito é tanto constitutivo da política de transição como constituído por essa política; assim, os diferentes ramos do Direito cooperam para mutações decisivas da comunidade política e o Direito orienta-se para um novo paradigma: a “jurisprudência de transição”<sup>358</sup>.

Consolidada no Direito Internacional pela reestruturação dos países da América Latina após as ditaduras da África, devido às guerras civis, a justiça de transição representa métodos e delineamentos para responder a sistemáticas violações aos direitos humanos, e tem como propósito a prevenção para que não mais ocorram atos de barbárie contra a humanidade.

A justiça de transição foi abertamente influenciada pela atuação das organizações internacionais defensoras dos direitos humanos, pela legislação de direitos humanos e pela legislação humanitária, bem como pelos experimentos que se desenvolveram depois da segunda metade do século XX em muitos países. A concepção de justiça de transição foi consolidada no

<sup>356</sup> SANTOS, Cecília MacDowell. A justiça ao serviço da memória: mobilização jurídica transnacional, Direitos Humanos e memória da ditadura. In: SANTOS, Cecília MacDowell et al. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. v. II, p. 472-495. São Paulo: Hucitec, 2009.

<sup>357</sup> Cf. Idem. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 88, p. 127-154, 2010. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/1719>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

<sup>358</sup> Ibidem.



final dos anos 1980 e princípio dos anos 1990, como resposta às transformações políticas e às demandas por justiça<sup>359</sup>.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a genealogia da justiça de transição pôde identificar três etapas: a) os julgamentos pelo Tribunal de Nuremberg alvitados pelo bloco vencedor da guerra, os Aliados, símbolo dos processos ocorridos pós-1945 que concebeu importantes precedentes jurídicos; b) as democratizações da América do Sul e do Leste Europeu, que visaram a ampliar a aplicação do conceito de *rule of law* distintivo de cada caso e das condições locais, e se caracterizaram pela democratização ou redemocratização articulada com algumas dimensões de transição; e c) a etapa atual, que se qualifica pela aceleração dos processos de justiça transicional agregada à globalização e à tipificação de condições avivadas de instabilidade política e violência<sup>360</sup>.

As peculiaridades do novo paradigma personificam: o legalismo; o compartilhamento de atividades entre instâncias de justiça locais e internacionais; e uma linguagem focada nos direitos humanos, assim como no contexto inextricável da “guerra contra o terrorismo”. Lundy e Mac Govern observam, ainda, um discurso predominante de conservação mínima do Estado de Direito imbuído do intuito de manutenção da paz<sup>361</sup>; desse modo, alguns autores se referem a uma “agenda global de justiça de transição” ou “agenda pós-conflito”<sup>362</sup>.

Para as Nações Unidas, o conceito da justiça de transição compreende a totalidade dos processos e mecanismos pertinentes aos esforços de uma sociedade por reconciliar-se com um legado de graves violações de direitos humanos cometidas no passado, a fim de afiançar a responsabilização, a administração da justiça e a reconciliação<sup>363</sup>.

Em verdade, o conceito conecta-se aos processos históricos de transição de regimes de exceção para regimes pós-exceção. Esses processos podem compreender mecanismos judiciais e não judiciais, com diferentes graus de participação internacional (ou nenhuma participação), reparações, busca da verdade, julgamentos individuais, reformas institucionais,

<sup>359</sup> SOARES, Inês Virginia Prado. Justiça de transição. **Dicionário de Direitos Humanos**. 07 abr. 2010. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 21 jan. 2017.

<sup>360</sup> TEITEL, R. **Transitional Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

<sup>361</sup> SANTOS, C. M., 2010.

<sup>362</sup> Cf. Ibidem.

<sup>363</sup> ANNAN, Kofi. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório S/2004/616 apresentado ao Conselho de Segurança da ONU em 23.8.04. **Revista da Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 1, p. 320-51, jan./jun. 2009, p. 325. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2009revistaanistia01.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

verificação de antecedentes, afastamentos, demissões; ou, ainda, uma combinação de alguns ou de todos esses mecanismos<sup>364</sup>.

A justiça de transição lança o delicado desafio de como romper com o passado autoritário e viabilizar o ritual de passagem à ordem democrática<sup>365</sup>.

A expressão “justiça de transição” indica uma distinção entre a ideia de justiça, de modo comum, e a especificidade político-jurídica do conceito contido no termo transição. Por conseguinte, para Torelly:

Verifica-se, portanto, que a ideia de “justiça” presente no termo difere daquela apresentada em conceituações abstratas de justiça, como, por exemplo, uma concepção *rawlsiana* (Rawls, 2002), uma vez que o ponto de partida é eminentemente concreto e contingente, de tal feita que o conhecimento do processo genealógico da ideia de justiça de transição importa para a localização histórica de seus conteúdos, fontes de normatividade e referenciais no Direito positivado, uma vez que os casos concretos de transições é que modularam, no tempo, o próprio escopo do conceito<sup>366</sup>.

Convencionou-se por justiça de transição uma série de iniciativas realizadas por mecanismos internacionais e regionais nos Estados em processo de democratização, abarcando suas políticas públicas, suas reformas legislativas e o funcionamento de seu sistema de justiça, para possibilitar uma transformação política bem-sucedida e alcançar não apenas a democracia eleitoral, mas singularmente o Estado de Direito<sup>367</sup>.

Segundo entendimento de Paul van Zyl, justiça de transição se constitui no esforço para urdir a paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos<sup>368</sup>.

Nesse sentido, as particularidades históricas de cada país influenciam o tipo de justiça de transição que irá surgir, isto é, a forma como o passado será enquadrado, nas diversas instâncias do Estado e da sociedade civil. As particularidades históricas serão analisadas adiante.

Contudo, em termos comuns, na América Latina algumas semelhanças são notadas, pois a sucessão de regimes repressivos e autoritários, totalitários e/ou ditatoriais que a subjugarão, entre as décadas de 1960 e 1980, ainda não foi abordada de forma sistemática por

---

<sup>364</sup> ABRÃO; TORELLY, 2010.

<sup>365</sup> LINZ; STEPAN, 1999.

<sup>366</sup> ABRÃO; TORELLY, 2010.

<sup>367</sup> ALMEIDA, Eneá de Stutz; TORELLY, Marcelo. Justiça de transição, estado de direito e democracia constitucional: estudo preliminar sobre o papel dos direitos decorrentes da transição política para a efetivação do Estado Democrático de Direito. **Sistema Penal e Violência**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul./dez. 2010.

<sup>368</sup> ZYL, Paul van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 1, jan./jun. 2009.

nenhum regime democrático em processo de afirmação no continente. Isso explica por que todas as transições políticas para a democracia foram feitas sob compromisso (maior ou menor, inicial ou constante) e por que a democracia expandiu-se mais como “forma” do que como “substância”<sup>369</sup>.

É cogente mencionar que nenhum dos regimes, de fato, foi derrubado ou derrotado por movimentos guerrilheiros ou revolucionários de caráter popular; logo, os valores que sustentaram as ditaduras ainda são recebidos como “razoáveis” para a época da guerra fria, assim como diante de alguns revides também cometidos pelos resistentes de esquerda em alguns países<sup>370</sup>.

A concepção de justiça de transição tem sido robustecida nas últimas décadas, notadamente sob a perspectiva acadêmica, tendo alcançado uma estrutura normativa muito incipiente no ambiente internacional, principalmente depois das decisões da Corte IDH, da constituição do Tribunal Penal Internacional e do lançamento do relatório do secretário-geral da ONU<sup>371</sup> sobre a temática, apresentado ao Conselho de Segurança. Mesmo que a expressão justiça de transição possa gerar alguma discórdia, não há muitas dúvidas a respeito das bases englobadas pelos debates instigados até hoje por esse tema<sup>372</sup>.

Um importante objetivo da justiça de transição é conferir responsabilidades aos praticantes de certos atos, encadeando a harmonia do resgate da memória e da verdade, com o desígnio de fortalecer as instituições com os valores do Estado Democrático de Direito; do mesmo modo, assegurar a não repetição do terror estatal, cuja importância de atuação não recai somente sobre o passado, mas também numa perspectiva de futuro<sup>373</sup>.

---

<sup>369</sup> GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Memória histórica, justiça de transição e democracia sem fim. In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (Orgs.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/repressao-e-memoria-no-contexto-ibero-americano.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

<sup>370</sup> Ibidem.

<sup>371</sup> ALMEIDA; TORELLY, 2010. p. 39-41.

<sup>372</sup> BAGGIO, Roberta Camineiro. Justiça de transição como reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (Orgs.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/repressao-e-memoria-no-contexto-ibero-americano.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2017.

<sup>373</sup> MIRANDA, Lara Caroline; BAGGIO, Roberta Camineiro. A incompletude da transição política brasileira e seus reflexos na cultura jurídica contemporânea: ainda existem perseguidos políticos no Brasil. **Sistema Penal e Violência**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://idejust.files.wordpress.com/2010/04/ii-idejust-baggio-miranda.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2017.

Já para Torelly, a ausência de estudos teóricos e empíricos mais profundos sobre a justiça de transição no Brasil faz transparecer análises primárias que apenas refletem um senso comum baseado em duas formas de identificação: a) de que o processo de acerto de contas (*accountability*) do Estado brasileiro com o passado elegeu tão somente o dever de recompor, valendo-se de um parâmetro reparatório baseado em critérios de eminente natureza trabalhista que seria inoportuno, e b) de que a Lei da Anistia (em sentido etimológico, a palavra ‘anistia’ significa esquecimento) deturparia as medidas justransicionais do Estado brasileiro, pois, em última análise, faria o país viver um processo transicional que busca olvidar o passado, e não superá-lo<sup>374</sup>.

Após conhecer a origem da justiça de transição e compreendê-la, passa-se a reflexionar relativamente às suas bases e a como (e se) ocorreu a responsabilização dos agentes. É possível salientar as quatro bases da justiça de transição; são elas: a responsabilização dos agentes perpetradores das violações aos direitos humanos como medida de justiça; o direito à verdade, à informação e à memória; o direito à reparação das vítimas; e a harmonização democrática das instituições que possibilitaram os abusos de poder.

Na prática, quais etapas compõem o processo de justiça de transição, haja vista as quatro bases enumeradas? Inicialmente, a justiça, num sentido preciso, alude sobretudo a processos criminais com vistas à apuração da responsabilidade penal dos autores das graves violações de direitos humanos; depois, ao direito à verdade, à informação e à memória, que pode ser empregado por meio desinstauração de comissões de verdade, justiça e/ou reconciliação; essas medidas, em geral, contribuem para o trabalho de reconstituição da história oficial e da memória política. Em seguida, refere-se à reparação, comumente alcançada por via administrativa mediante o pagamento de indenizações e/ ou pensões, ou por meio de medidas políticas simbólicas como, por exemplo, o pedido de perdão. Segue-se a esse ato a administração, no âmbito da qual se deve impedir que representantes ou funcionários do Estado que cometeram graves violações de direitos humanos continuem a exercer funções públicas e, finalmente, reestruturar as instituições democráticas<sup>375</sup>.

Uma das bases geradoras do direito à memória e à verdade cuida de assegurar o acesso e a recuperação da memória histórica, como um modo de revigorar as identidades de um povo, as quais se enfeixam a partir da elucidação dos acontecimentos pretéritos de transgressão dos direitos humanos e do desafio das gerações atuais de superação dessas transgressões, a fim

---

<sup>374</sup> ABRÃO; TORELLY, 2010.

<sup>375</sup> MÉNDEZ, 2001.

de que se possa garantir às gerações futuras uma atmosfera de reverência a esses direitos. É somente por meio do reconhecimento dos fatos históricos que se permite uma ponderação social mais generalizada sobre a obrigação de não repetição das atrocidades cometidas pelo Estado ditatorial. Desse modo, o direito à memória e à verdade impende, junto às vítimas e a seus familiares, a imperiosa função de distinguir a seriedade e a importância da resistência aos atos de violência do Estado<sup>376</sup>.

Após indicadas algumas definições de justiça de transição, o que se pode extrair do seu conceito? A principal conclusão é que não se refere a uma justiça especializada ou temática, que possua competência particular para tratar de casos que envolvam as maciças violações de direitos humanos. Na verdade, cuida de um conjunto de “mecanismos, abordagens e estratégias” ou de “processos e mecanismos” empregados em tempos de mudança política para encarar um legado histórico de violações de direitos humanos, que incidem em ações que possibilitem: processar criminosos; estabelecer formas de investigação a respeito do passado, como as comissões de verdade e outras; gerar ânimos de reconciliação em sociedades fraturadas; incrementar programas de reparação para aqueles que foram mais afetados pela violência ou por abusos; criar empreendimentos de memória e lembrança em torno das vítimas; e mudar uma ampla gama de instituições públicas abusivas (tais como os serviços de segurança, policial ou militar)<sup>377</sup>.

### **3.2.1 Contexto político e historiográfico nos dois países**

Inicialmente, é necessário contextualizar Brasil e Argentina no cenário mundial nas décadas de 1960 e 1970. Naquele período, a América Latina vivenciou uma era nebulosa na história, fortemente influenciada pela disputa entre Estados Unidos e União Soviética, incitada por uma contenda por áreas de domínio político e econômico; parte significativa dos países que a compõem vivenciaram regimes militares, ou subordinação à tutela militar de representantes eleitos. Os regimes totalitários foram influenciados pela doutrina de James Monroe, que pregava o afastamento da colonização e o poderio europeu sobre todo o continente americano. Esse pensamento foi energizado com o controle estadunidense sobre os outros países do hemisfério, aspecto visto como uma questão estratégica. Por outro lado, a Revolução Cubana,

---

<sup>376</sup> BAGGIO, 2010.

<sup>377</sup> MEZAROBBA, 2003.

o surgimento de movimentos de esquerda como os *Tupamaros* no Peru, os *Montoneros* no Uruguai e na Argentina, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MRI) no Chile e outros movimentos na Venezuela e na Colômbia já indicavam a influência dos ideais socialistas e da regionalização do conflito ideológico internacional, e ameaçavam a hegemonia estadunidense. Durante esse período, métodos que desrespeitavam os direitos humanos foram utilizados ostensivamente como práticas de Estado<sup>378</sup>.

De outro modo, o que mais adulterava os interesses de segurança dos Estados Unidos, na América do Sul, não era precisamente a luta armada pró-comunista, mas o progresso da própria democracia naqueles países, onde o recrudescimento das tensões econômicas e dos conflitos sociais acentuava a consciência nacionalista para o desenvolvimento, e os sentimentos antinorte-americanos começavam a influenciar o comportamento de governantes e governados<sup>379</sup>.

Ante o cenário descrito, os países da América do Sul esboçaram e/ou implementaram reação (ou reações) que insurgisse(m) contra ou colaborasse(m) com o poderio norte-americano?

Um destaque a favor da ofensiva estadunidense na América Latina foi a “Operação Condor”, criada no final do ano de 1975 por meio de uma operação internacional militar dirigida pela polícia secreta do Chile para incrementar a repressão à esquerda na América do Sul. O nome foi escolhido em homenagem a um popular pássaro nacional chileno. A ação militar reunia os serviços de informações da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai para exterminar ameaças políticas e trabalhar juntos em operações transacionais<sup>380</sup>. Mediante uma união de vários países, a Operação Condor poderia munir-se de informações as mais variadas possíveis relativamente ao seu alvo, ou seja, aos “inimigos do regime.” Nesse diapasão, o que se examinará a seguir é o *modus operandi* da referida operação.

Montada pelo governo chileno, a Operação Condor teve sua organização composta por Argentina, Chile, Estados Unidos da América por meio da Agência Central de Inteligência (CIA), Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Três fases marcaram a operação. A primeira foi

---

<sup>378</sup> FONSECA, Lucianara Andrade. A importância da democracia, do Estado, do indivíduo e da proteção internacional na concretização dos direitos humanos na América Latina. In: OLIVEIRA, Márcio Luís (Coord.). **O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos: interface com o direito constitucional contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

<sup>379</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 1964: A CIA e a técnica do golpe de Estado. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 34, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34ebandeira.htm>>. Acesso em 23 abr. 2017.

<sup>380</sup> MUÑOZ, 2010.

organizada com vistas à formação de um banco de dados com informações sobre pessoas supostamente envolvidas com a subversão em todos os países do Cone Sul e do Brasil que participavam da cooperação; criou-se uma central de comunicações com mensagens criptografadas e telefones com inversores de voz, e se estabeleceu regularidade para as reuniões futuras entre os chefes de inteligência dos países-membros<sup>381</sup>. Na segunda fase, destacam-se as ações conjuntas efetivadas nos países-membros, que permitiram a troca de prisioneiros sem o devido registro oficial de entrada ou saída do país, e ainda a localização de refugiados no exterior. Depois de vigiar e capturar as vítimas, estas eram presas e submetidas a interrogatórios habitualmente, com o uso sistemático da tortura. Posteriormente, os interrogatórios eram compartilhados entre os países-membros e os prisioneiros eram deportados e, comumente, mortos<sup>382</sup>. A terceira fase cingia a formação de equipes especiais que viajaram principalmente para a Europa e os Estados Unidos da América para localizar cidadãos (denominados “terroristas”) contrários aos regimes ditatoriais, ou aqueles que, segundo os órgãos da repressão, apoiassem qualquer organização composta por essas pessoas, para posteriormente executá-los. Essas operações foram concretizadas particularmente pela ditadura chilena de Pinochet<sup>383</sup>.

Toda a organização de cooperação e intercâmbio entre os países do Cone Sul, o Brasil e os EUA expõe a complexa, intrincada e violenta rede de organização que existia naquele período, como também uma política direcionada ao extermínio dos opositores. Os fatores acima referenciados influenciaram e intervieram nas relações econômicas e políticas internas tanto do Brasil como da Argentina, contribuindo, decisivamente, para a implementação das ditaduras militares nos dois países.

### 3.2.1.1 Breve cenário historiográfico e político do período ditatorial do Brasil

Qual a alegação fundante para instaurar a ditadura brasileira? Havia um ambiente natural propício ao desencadeamento do golpe militar? Sucedeu uma aceitação pacífica ou houve resistência por parte da sociedade?

---

<sup>381</sup> PRIMERA Reunión de Trabajo de Inteligência Nacional, 29 out. 1975. **The National Security Archive**. Disponível em: <<http://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf>>. Acesso em 16 fev. 2017.

<sup>382</sup> DINGERS, John. **Os anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

<sup>383</sup> CHILBOM/CONDOR, 28 set. 1976. **The National Security Archive**. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/ch23-01.htm>>. Acesso em 16 dez. 2016.

Durante o século XX, o Brasil viveu idas e vindas entre os governos eleitos e os governos autoritários. No século passado, o chamado estado de exceção frequentou com assiduidade a cena política brasileira e recebeu distintas denominações.

Sobre a definição e terminologia do citado estado de exceção, informa Godoy:

O estado de exceção identifica um período de anormalidade constitucional que se pretende recorrentemente reger, limitar e nomear, com objetivos de normalização, em termos constitucionais e, no limite, também com balizas legais e regulamentares. Essa anormalidade na conjuntura de uma pretensa normalidade é a característica mais marcante do estado de exceção, que consiste também em permanente problema para a teoria do direito público. [...] expressões como *segurança do Estado* (Constituição de 1824), *estado de sítio* (Constituições de 1891, 1934, 1946, 1967 e 1988), *estado de emergência* (Constituição de 1937), *estado de guerra* (Constituição de 1967), *estado de defesa* (Constituição de 1988)<sup>384</sup>.

Depois de identificado o que é estado de exceção, passa-se a narrar quando e como foi a última vigência do estado de exceção no Brasil.

O último estado de exceção no Brasil aconteceu logo após Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek (JK), renunciar em 1961, tendo assumido seu vice-presidente, João Goulart, mais conhecido como “Jango”<sup>385</sup>. Quando Jânio Quadros renunciou, Jango estava em visita à China comunista. As atitudes de João Goulart logo chamaram a atenção das elites<sup>386</sup> de forma negativa, particularmente no momento de sua posse, que alguns setores da sociedade tentaram evitar, já que ele era visto como um governante com tendências de esquerda. Dessa maneira, teve início a “Campanha Legalista”, no intuito de garantir a Constituição e, por conseguinte, a posse do vice-presidente<sup>387</sup>. Com o desígnio de finalizar o impasse, instaurou-se um governo parlamentar, às pressas, por emenda constitucional que reduziu os poderes do presidente<sup>388</sup>.

Com o intento de reduzir as ações do novo presidente, foi implantado o regime parlamentarista no Brasil. Ao mesmo tempo em que o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumia provisoriamente a presidência da República, e eram organizados os

<sup>384</sup> GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O estado de exceção na experiência constitucional brasileira. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 8, n. 3, p. 286-302, 2016. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2016.83.03/5716>>. Acesso em: 02 fev. 2017 (grifo do autor).

<sup>385</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. V I. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

<sup>386</sup> “[...] a elite orgânica do novo bloco de poder desestruturou o regime estabelecido para assumir o controle do Estado. [...] A capacidade de liderança dos poderes multinacionais e associados foi demonstrada através de sua habilidade para incitar uma grande variedade de setores contra o regime e as classes subordinadas, tanto encoberta quanto abertamente.” (DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981).

<sup>387</sup> CANSIAN, 2006.

<sup>388</sup> GASPARI, 2002a.



ministros de Jânio – General Odílio Denys, da Guerra, Brigadeiro Grun Moss, da Aeronáutica, e o Almirante Sílvio Heck, da Marinha –, vetou-se a volta de “Jango” ao Brasil, alegando razões de Segurança Nacional. O sistema de governo brasileiro transmutou-se de presidencialista para parlamentarista e João Goulart tomou posse, porém com poderes diminuídos<sup>389</sup>. Já era um ensaio do golpe.

Além da desconfiança causada pelas atitudes e pelo plano de governo de “Jango”, usou-se como pretexto para a instauração do Regime Militar de 1964 um discurso proferido por ele no Rio de Janeiro, no qual defendia a promoção da reforma agrária, de um plebiscito para aprovar uma nova Constituição e da nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo. Sabendo que o povo apoiaria o projeto, os militares aliaram-se rapidamente aos políticos da União Democrática Nacional (UDN) e ao governo norte-americano para deflagrar o golpe militar. A Igreja iniciou o apoio contra a ameaça da esquerda, mobilizando o povo através da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” contra o governo, para dar legitimidade ao golpe militar<sup>390</sup>. A imprensa também fez sua parte.

Pavimentando o caminho do golpe, a imprensa brasileira acusava o presidente deposto. O jornal O Globo, por exemplo, noticiou um “[...] comício comunista disposto a transformar o Brasil em um satélite de Cuba e Moscou”<sup>391</sup>, no dia 12 de março de 1964, véspera do comício. De acordo com o jornal, o presidente teria investido uma quantia significativa para levar à Central do Brasil numerosos partidários e defensores do comunismo, a maior parte proveniente de centrais sindicais<sup>392</sup>. O Jornal do Brasil, sob o título “Sexta-Feira 13”, condenava o comício e a iniciativa de Goulart<sup>393</sup>. O deputado da UDN Adolfo de Oliveira criticou o modo como Goulart iria se dirigir à nação: “[...] comício é arma de agitador ou candidato, e o presidente da República, que eu saiba, não é uma coisa nem outra”<sup>394</sup>.

Essas alegações serviram de pretexto para o golpe, cujos germes já haviam sido depositados no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), como também no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ali inseridos já no término do governo de JK e no decurso do governo de Jânio Quadros. Em seu zelo moralista, os dois institutos reuniam grandes esperanças multinacionais associadas ao posicionamento anticomunista e à ambição de

---

<sup>389</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>390</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. Dez anos da economia brasileira: História e historiografia (1954- 1956). **Revista Brasileira de História**, v. 24, n 3, p. 87-97, 1994.

<sup>391</sup> COMÍCIO Comunista. **O Globo**. 12 mar. 1964, p. 14.

<sup>392</sup> MILHÕES de cruzeiros para levar operários ao Comício da Central. **O Globo**. 12 mar. 1964, p. 14.

<sup>393</sup> SEGURANÇA de Goulart dia 13 terá o que faltou a Kennedy. **Jornal do Brasil**. 05 mar. 1964, p. 3.

<sup>394</sup> MEIO para agitação. **Jornal do Brasil**. 03 mar. 1964, p. 3.

readequar e reformular o Estado<sup>395</sup>. O que os unificava, no entanto, eram relações econômicas com a UDN, o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), generosamente financiados pelos empresários e pelo governo dos Estados Unidos<sup>396</sup>, e apoiados pela grande mídia, utilizando-se dos meios de comunicação de massa para incutir a ideia de que existia um governo comunista no poder<sup>397</sup>.

Segundo o entendimento de Dreifuss, o complexo IPES/IBAD agia de forma muito diversificada e em variadas e numerosos frentes, movimentando equipes multifuncionais e espalhando-se potencialmente pelo país, sustentado por fartos valores e financiamentos. Os dois institutos desenvolveram e divulgaram uma larga campanha de difamação e desestabilização<sup>398</sup> do governo. Entre as incumbências desse complexo estavam a doutrinação contra: o socialismo, notadamente o comunismo; a corrupção do populismo; o atraso da oligarquia rural; a intervenção do Estado; e a incompetência do governo e sua tendência esquerdista. Apregoaram suas ideias por intermédio de mídias, e a imprensa e editoras foram conclamadas para divulgação. Conforme o mesmo autor, “[...] embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira [...]”, ainda não tinha a aprovação da sociedade; “[...] no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo”<sup>399</sup>.

Foi necessário, entretanto, construir, além da estratégia ideológica, o apoio das Forças Armadas. Por isso, muitos dos associados do IPES e do IBAD eram oficiais bem

<sup>395</sup> (DREIFUSS, 1981). René Armand Dreifuss era uruguaio. Formado em Ciências Políticas e História pela Universidade de Haifa, Israel, obteve em 1974 o mestrado em Política na Leeds University, Grã-Bretanha. Em 1980, obteve PhD em Ciência Política na Universidade de Glasgow, também Grã-Bretanha. Dessa pesquisa resultou o livro. No Brasil, realizou estudos sobre Forças Armadas, empresariado, formação de diretrizes e sistema de poder no Brasil. Na data de publicação do livro tinha 36 anos. A edição brasileira teve tradução pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG.

<sup>396</sup> “[...] denunciou também o dinheiro do IBAD, das empresas estrangeiras prejudicadas pela Lei de Remessa de Lucros, dos interesses contrariados das refinarias particulares, comerciantes desonestos que exploravam a economia popular e dos proprietários de apartamentos que cobravam aluguéis em dólar. Todos prejudicados por medidas anteriores e pela Mensagem presidencial ao Congresso, instituindo as reformas de base. [...] Sobre a tão esperada questão militar, o presidente apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente, ‘fundada no respeito mútuo entre comandantes e comandados’”. (FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 459).

<sup>397</sup> GASPARI, 2002a; DREIFUSS, 1981; FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

<sup>398</sup> Essa “desestabilização”, a exemplo do que ocorreu no Chile em 1973, empreendeu, no Brasil, uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas por meio do complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática), liderado pelo “bloco de poder multinacional e associado” que penetrou com eficácia entre os militares, entre os membros das burocracias políticas, entre os sindicalistas pelegos (como o MSD e o MSR). A estratégia era “acirrar a luta política das classes dominantes e elevar a luta de classes ao estágio de confronto militar, para o qual as classes trabalhadoras e seus aliados não estavam preparados” (DREIFUSS, 1981, p. 483).

<sup>399</sup> Ibidem.

relacionados da época que integraram, estimularam e coordenaram diversos grupos militares para conspirar contra o governo “[...] e de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe [...]”<sup>400</sup>; assim, o que se viu em 1964, infere Dreifuss, “[...] foi a culminância de um movimento civil-militar”<sup>401</sup>.

Para tomar o poder, os militares, a grande imprensa, o empresariado, a Igreja, a elite ruralista e os tecnocratas adotaram, propagaram e aterrorizaram o Brasil com o discurso de que o comunismo tomaria o país como Fidel comunista tomou Cuba em 1959; tudo foi feito para estabelecer o perigo comunista, que exigiria desses segmentos ações enérgicas quanto aos rumos políticos do país. O cenário estava montado<sup>402</sup>. O discurso falacioso invadiu o país e trouxe receio à população, fomentando o clima para o golpe.

No dia 30 de março de 1964, deu-se o desgaste final e fatal com os militares, que transcorreu na festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos, marcada para aquela data, para a qual o presidente do país foi convidado, confirmou presença e compareceu. Ali, pressentiu o golpe<sup>403</sup> e alterou seu discurso para, no improviso, afirmar que não era comunista; também denunciou as ações do IBAD<sup>404</sup>. Segundo Gaspari, o Exército dormiu janguista e acordou revolucionário<sup>405</sup>.

---

<sup>400</sup> DREIFUSS, 1981, p. 338.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 361.

<sup>402</sup> Como explica Brown (2012, p. 356), isso não passava de uma forma de aterrorizar a população, invocando a temida figura do comunismo, pois cabe ressaltar que Fidel Castro não era comunista ou sequer filiado ao Partido Comunista Cubano. De fato ele era visto em Cuba como um líder democrático, que inclusive não obteve o apoio do Partido Comunista Cubano por ocasião de sua luta no Movimento 26 de Julho contra o ditador General Batista. Fidel Castro e Che Guevara contrariavam interesses do partido referenciado. “Na verdade, o PC cubano fazia parte do governo Batista. E quando Fidel, com um pequeno bando de seguidores, tomou as colinas de Cuba, em 1956, para começar a tentar remover à força o regime corrupto e autoritário de Batista, os Comunistas cubanos o desprezaram, considerando-o um ‘golpista’ e referindo-se ao seu movimento como ‘burguês’ e ‘romântico’. Este último adjetivo era apropriado o bastante. O PC cubano só aderiu a Fidel quando ficou claro que os revolucionários estavam em ascensão e o regime de Batista, condenado”. Desse modo, o governo cubano somente foi reconhecido como socialista em 1963 pela União Soviética, quando da primeira visita de Fidel Castro à Rússia. (BROWN, Archie. **Ascensão e queda do comunismo**. Rio de Janeiro: Record, 2012).

<sup>403</sup> “Abandonando o texto contemporizador, o presidente improvisou, tentando convencer o país de que não era um comunista, mas um nacionalista. Denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocara a crise em que o país vivia. Com cinismo recorriam aos sentimentos católicos, misturando fé e política. [...] denunciou também o dinheiro do IBAD, das empresas estrangeiras prejudicadas pela Lei de Remessa de Lucros, dos interesses contrariados das refinarias particulares, comerciantes desonestos que exploravam a economia popular e dos proprietários de apartamentos que cobravam aluguéis em dólar. Todos prejudicados por medidas anteriores e pela Mensagem presidencial ao Congresso, instituindo as reformas de base. [...] Sobre a tão esperada questão militar, o presidente apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente, ‘fundada no respeito mútuo entre comandantes e comandados’.” (FERREIRA, 2011, p. 458).

<sup>404</sup> Ibidem.

<sup>405</sup> GASPARI, 2002a.

Pode-se perceber que a insatisfação de setores civis e militares concorreu para a queda do governo de João Goulart; o descontentamento do empresariado, sobretudo no complexo IPES/IBAD, levou à articulação da queda do presidente em exercício no mês de março de 1964, que culminou com o golpe impetrado no dia 31. O golpe recebeu o apoio da imprensa, conforme manchetes de jornais que constituem os anexos “A” a “Q” deste trabalho, e ainda o apoio do Poder Judiciário<sup>406</sup>.

Desta forma, em 1º de abril de 1964, João Goulart, não podendo mais exercer a Presidência da República, exilou-se no Uruguai, e instaurou-se o regime militar, desencadeado pelo movimento golpista comandado pelos generais Luís Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho. O golpe de 1964 não chegou a representar um marco na redefinição do padrão de acumulação brasileiro; ao revés, ele sobreveio com o objetivo tácito de assegurar a materialização definitiva do “modelo” capitalista implantado em meados dos anos 1950, fortalecendo-o e sofisticando-o ainda mais<sup>407</sup>.

Para conseguir a aprovação da opinião pública a respeito do golpe de Estado, os militares utilizaram como pretexto a necessidade de livrar o país da corrupção e do comunismo e de restaurar a democracia. Tal postura ia ao encontro dos anseios da classe média – que renegava as propostas do “Programa de Reformas de Base”. Portanto, os militares tomaram o governo pregando a “limpeza social e política”, assim como o desenvolvimento econômico e a necessidade de um Estado forte<sup>408</sup>.

A partir de 1964 até 1985, deixou de existir democracia; os direitos constitucionais foram suprimidos, havia censura, perseguição política e repressão aos que eram contrários ao regime militar. Ocorreram prisões ilegais, torturas, desaparecimentos forçados e mortes, além do que foram exarados diversos Atos Institucionais<sup>409</sup>. Desse modo, durante a jurisdição do Estado-Maior das Forças Armadas, foi fundada a Escola Superior de Guerra (ESG), caracterizada pela “Doutrina da Segurança Nacional”, que tinha por objetivo dominar a vida

---

<sup>406</sup> “O presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, em vez de dizer que aquilo tudo era uma usurpação, foi ao Palácio do Planalto, como chefe do Poder Judiciário, para legitimar a posse de Mazzilli. [...] Após tomar posse, Mazzilli ligou para o general Costa e Silva pedindo garantias. Duas horas mais tarde, um grupo de paraquedistas descia na Praça dos Três Poderes, em apoio ao novo governo” (FERREIRA, 2011, p. 501-502).

<sup>407</sup> MENDONÇA, 1994. p. 357.

<sup>408</sup> FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>409</sup> SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo. **Vinte anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Lumens, 2009.

política do país e por principal fundamento a tese de que o inimigo do Estado era interno e não mais externo<sup>410</sup>.

A implementação do golpe com as forças do Exército não foi aceita por toda a sociedade; sobrevieram manifestações por todo o país, em diversos segmentos civis e inclusive militares, o que pode ser facilmente verificado pelos números de cassações e afastamentos<sup>411</sup>.

Já no período recortado de 1964 a 1967, a ditadura militar instaurou a censura nos meios de comunicação; interveio nos sindicatos e nas entidades estudantis; proibiu a realização de greves; criou o Sistema Nacional de Informações (SNI); cassou mandatos e suspendeu por dez anos os direitos políticos dos parlamentares de oposição. Desse modo, o ano de 1968 foi um marco de ambivalência no regime militar, pois foi um momento tanto de efervescência dos movimentos sociais e políticos oposicionistas quanto de intensificação da repressão do Estado<sup>412</sup>.

Não obstante o apoio de parte da população à ditadura militar, a sociedade brasileira não silenciou diante dos fatos aterradores que se seguiram. Para conter qualquer tentativa de manifestação contrária ao regime militar, foram editados 17 Atos Institucionais (AIs), com o dito objetivo de combater a “corrupção e a subversão”<sup>413</sup>. Entretanto, os (AIs) se constituíram em mecanismos de autorização de mudança da Constituição, de legalização e legitimação do poder militar e, conseqüentemente, de aniquilação dos direitos individuais e dos direitos humanos, institucionalizando a censura, a perseguição política e a repressão aos que eram contra o regime<sup>414</sup>.

Para melhor controlar as ações dos cidadãos, a ditadura radicalizou a sua força com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968<sup>415</sup>. O AI-5 concedeu ao

<sup>410</sup> VANNUCHI, Paulo de Tarso. **Direito à memória e à verdade**: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 22.

<sup>411</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 164. Ainda segundo Carvalho (2005), de acordo com um levantamento de Marcos Figueiredo, entre 1964 e 1973 foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas, sendo maior a concentração de punidos em 1964, 1969 e 1970. Só o AI-1 atingiu 2.990 pessoas. Foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores. Perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos. O expurgo nas Forças Armadas foi particularmente duro, dadas as divisões existentes antes de 1964. A maior parte dos militares, se não todos, que se opunham ao golpe, foi excluída das fileiras. Foram expulsos ao todo 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos e 30 soldados e marinheiros. Nas polícias militar e civil, foram 206 os punidos. O expurgo permitiu às Forças Armadas eliminar parte da oposição interna e agir com maior desembaraço no poder.

<sup>412</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>413</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

<sup>414</sup> SOUZA NETO; SARMENTO; BINENBOJM, 2009.

<sup>415</sup> Nova retomada autoritária aconteceu em 1968. Nesse ano, voltaram a mobilizar-se contra o governo alguns setores da sociedade, sobretudo os operários e os estudantes. Duas greves marcaram a retomada das

presidente da República poderes exorbitantes<sup>416</sup> para: fechar o Congresso; cassar mandatos parlamentares de deputados federais e estaduais, e vereadores; remover, demitir e aposentar qualquer funcionário; decretar estado de sítio. O ato ainda instituiu a proibição de manifestações de natureza política; vedou a concessão de *habeas corpus* para crimes políticos, contra a ordem econômica e contra a segurança nacional (ou seja, crimes políticos); e também censurou jornais, revistas, livros, peças de teatro, músicas e outras manifestações populares de caráter político, dentre outras medidas autoritárias. Foram excluídas de qualquer apreciação judicial todos os atos cometidos de acordo com esse Ato Institucional. Esse Ato esteve em vigor durante o governo do General Costa e Silva, até dezembro de 1978. Além disso, não era mais imperioso que o presidente da República respeitasse limites constitucionais; o Ato permitia a sua intervenção nos estados e municípios sempre que avaliasse indispensável, como também a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos<sup>417</sup>. Foi considerado o mais repressivo de todos os Ais, por conta de todas as limitações impostas.

E os militares utilizaram algum subterfúgio para “justificar” o recrudescimento do golpe militar?

O estopim usado como pretexto para precipitar a edição do AI5 foi o discurso do deputado Márcio Moreira Alves<sup>418</sup> (cuja transcrição integra este estudo como Anexo Q) e,

---

manifestações operárias. Os estudantes saíram às ruas em grandes marchas pela democratização e um deles, Edson Lufs, foi morto em uma das manifestações. Tendo a Câmara dos Deputados negado permissão para processar um de seus membros que fizera um discurso considerado ofensivo às Forças Armadas, o governo editou novo ato institucional em dezembro. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi o mais radical de todos, o que mais fundo atingiu direitos políticos e civis. O Congresso foi fechado, passando o presidente, general Costa e Silva, a governar ditatorialmente. (CARVALHO, 2005).

<sup>416</sup> A 13 de dezembro de 1968, o governo do presidente Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5, outorgando ao presidente da República poderes excepcionais que lhe permitiriam atuar na ordem institucional sem apreciação do Judiciário. Dessa forma, o Ato se sobrepôs mais uma vez à Constituição vigente. Justificava-se o Ato em nome da ordem, da segurança, da tranquilidade, do desenvolvimento econômico e cultural e da harmonia política e social do país, “comprometido por processos subversivos e de guerra revolucionária”. (COSTA, Emília Viotti da. **O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 117).

<sup>417</sup> BRASIL, 1968.

<sup>418</sup> “Sr. Presidente, Srs. deputados, todos reconhecem ou dizem reconhecer, que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este País, sob o regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam o seu repúdio à violência. No entanto isso não basta. É preciso se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já se começou a fazer nesta Casa por parte das mulheres de parlamentares da ARENA, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de Setembro. As cúpulas militares procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicotasse este desfile. Este boicote pode passar também - sempre falando de mulheres - às moças, àquelas que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam a Nação, recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam

posteriormente, a impresumível negativa de sua cassação, o que desconsertou e enfureceu os militares. Em seu discurso, valendo-se da imunidade parlamentar, o deputado, em três discursos diferentes, protestou contra o fechamento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a invasão da Universidade de Brasília (UnB), ocorridos em 30 de agosto de 1968, e incitou a população a evitar os festejos de 7 de setembro, bem como as mulheres a não namorarem militares<sup>419</sup> que se calassem diante da repressão<sup>420</sup>. O deputado utilizou os argumentos da imaginação literária de Aristófanes e da força da literatura, no sentido firme e dinâmico da palavra; a esse respeito Godoy alude à força histórica da comédia intitulada *Lisístrata* (que fala em uma greve de sexo) de Aristófanes e a sua conexão com o discurso do Deputado Márcio Moreira Alves<sup>421</sup>.

Outro acontecimento que desagradou e preocupou imensamente os militares foi a libertação de mais de 80 estudantes pelo STF, inclusive líderes da “Passeata dos 100 mil” no Rio de Janeiro<sup>422</sup>.

---

das Forças Armadas, falando e agindo em seu nome Creio Sr. Presidente, que é possível resolver esta farsa, esta ‘democracia’, este falso entendimento, pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares, deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos, que não compactuam com os desmandos dos seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Crateús, que tiveram a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores. [...]” (ALVES, Márcio Moreira. **Diário do Congresso Nacional**, Seção I, Suplemento, 04 set. 1968, p. 9.)

<sup>419</sup> “[...] Mas os militares se fixaram no conselho do deputado às suas mulheres. O ‘discurso Lysistrata’ foi reproduzido e enviado a todos os quartéis do país, deixando lívidos os oficiais que o liam. Afinal, punha-se em dúvida sua honradez e ameaçava-se sua virilidade. Os três ministros militares exigiram que o Congresso suspendesse as imunidades parlamentares de Márcio Alves para que ele fosse processado por insulto às forças armadas (infração da Lei de Segurança Nacional). [...] Márcio Moreira Alves e Hermano Alves (nenhum parentesco), outro deputado com pontos de vista semelhantes, cuja imunidade o presidente também desejava suspender, trabalharam eficientemente seus colegas. Votar pela suspensão ‘das imunidades’, eles diziam, converteria o Congresso em uma instituição pouco respeitável. Os dois deputados também se prevaleceram da culpa dos parlamentares por não haverem combatido o autoritarismo em momentos cruciais desde 1964”. (SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 161).

<sup>420</sup> SCHUBSKY, Cássio. **Estado de Direito Já!:** os trinta anos da carta aos brasileiros. São Paulo: Lettera.doc, 2007. p. 80-81.

<sup>421</sup> A “[...] força histórica e episódica de um texto literário é incomensurável. Uma simples evocação da peça de Aristófanes, *Lisístrata* (a greve do sexo) causava mal estar em tempos de ditadura castrense; sabe-se que sua lembrança pelo Deputado Márcio Moreira Alves (em 1968) acelerou a confecção do AI-5.” (GODOY, Arnaldo Sampaio de Morais. **Direito e literatura:** Ensaio de síntese teórica. Ponto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 20).

<sup>422</sup> (SKIDMORE, 1988, p. 161). A 10-11 de dezembro os militares da linha dura foram surpreendidos com nova causa para alarme: o Supremo Tribunal ordenara a libertação de 81 estudantes, inclusive os principais líderes das marchas no Rio, que estavam presos desde julho. Todos os jornalistas em Brasília sabiam que o ministro da Justiça Gama e Silva tinha um novo Ato Institucional pronto em sua gaveta. Estaria ele blefando para impressionar o Congresso? [...] Seguiu-se verdadeiro pandemônio no plenário da Câmara. Alguém começou a cantar o hino nacional e todos fizeram o mesmo. Os deputados congratulavam-se mutuamente por sua coragem. A emoção de haverem desafiado os militares era contagiante. Mas Márcio Alves sabia que era agora o inimigo público número um. Rapidamente abandonou o recinto da Câmara e desapareceu clandestinamente rumo ao exílio.

Os discursos com obstinadas críticas feitas ao governo e a seu *modus operandi*, bem como à apuração de denúncias de desvios de conduta das forças dos militares, e a sugestão de boicote causou um forte impacto no governo, ocasionando o pedido de cassação dos direitos políticos do parlamentar. Costa e Silva relutou, mas, pressionado pelos “duros”, como antes fora Castelo Branco, determinou a abertura de processo para a cassação dos direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves. Porém, respeitou os trâmites legais e insistiu que a confirmação das acusações deveria advir da própria Câmara. Apesar da manobra de Costa e Silva, que alterou a composição da Comissão para aprovação do relatório<sup>423</sup>, no plenário o pleito foi negado por 216 votos contra a suspensão da imunidade paramentar, 141 a favor e 15 abstenções. A Câmara não concedeu a licença para o processo<sup>424</sup>.

O deputado discursou em plenário, em sua defesa, sobre o pedido de licença, no dia da votação (dois de dezembro de 1968), com manifestação histórica; utilizou-se de elementos literários e históricos em auxílio da imunidade parlamentar. Fez ilação sobre o personagem Shylock, do *Mercador de Veneza* de Shakespeare, e outras situações históricas como o caso *Dred Scott* e o rei John Lackland, e fez referência ao profeta Isaías e à conquista do *habeas corpus* sob o reinado de Henrique VIII; inferiu que a razão de sua luta era “[...] porque cedo aprendi a respeitar a Câmara dos Deputados e, depois de a ela pertencer, aprendi a amá-la. Luto porque quero a Câmara aberta e digna”. E seguiu: “quero que daqui saiam as leis e as reformas que reconstruirão no Brasil a democracia e estabelecerão a justiça social”. Manifestou o respeito aos militares dizendo que “[...] sempre mereceram e merecem o meu respeito”. Porém criticou o que chamou de “o militarismo, que pretende dominá-las e comprometer-lhes as tradições democráticas, transformando-as em sua maior vítima, esse militarismo – deformação criminosa que a civil e militares contamina – impõe-se ao nosso repúdio”<sup>425</sup>. Arrematou com um veemente apelo político e cristão, visando ao apoio dos seus pares e à proteção divina:

Entrego-me agora ao julgamento dos meus pares. Rogo a Deus que cada um saiba julgar, em consciência, se íntegra deseja manter a liberdade desta tribuna, que livre recebemos das gerações que construíram as tradições políticas do Brasil. Rogo a Deus que mereça a Câmara o respeito dos brasileiros, que possamos, no futuro, andar pelas ruas de cabeça erguida, olhar nos olhos os nossos filhos, os nossos amigos. Rogo a Deus, finalmente, que o Poder Legislativo se recuse a entregar a um pequeno grupo de extremistas o cutelo da sua degola. Volta-se o Brasil para a decisão que tomaremos. Mas só a História nos julgará<sup>426</sup>.

<sup>423</sup> BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder**. Ato V. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

<sup>424</sup> Publicado no **Diário da Câmara dos Deputados**, Suplemento, 1º jun. 2000, p. 136.

<sup>425</sup> Ibidem, p. 87/98. Importante frisar que foram revisados alguns erros de digitação para tornar mais compreensível a leitura.

<sup>426</sup> Publicado no **Diário da Câmara dos Deputados**, Suplemento, no dia 1º jun. 2000, p. 98. Importante frisar que foram revisados alguns erros de digitação para tornar mais compreensível a leitura.



A decisão de não cassar o deputado, embora conforme a Constituição<sup>427</sup> da época, expôs o Congresso a uma atrição de extraordinária pressão, e o governo à dificuldade de um combate sem perspectiva de êxito satisfatório. Ao Legislativo não restava alternativa, pois, para os membros do Congresso, era indispensável salvaguardar a imunidade parlamentar, e conceder licença para processar um dos deputados geraria, natural e conseqüentemente, uma ameaça real a todos os demais parlamentares.

Estava em vigor a Constituição de 1967, que herdou o traço de ambiguidade do governo Castelo Branco. Por um lado, sua essência era excessivamente autoritária e opressora, por isso forneceu ao Estado os fundamentos de uma ordem política institucionalizada, inaugurando o reforço dos poderes presidenciais em detrimento dos do Congresso, transfigurando em constitucional o caráter “revolucionário” das medidas excepcionais já decretadas nos atos complementares e institucionais até ali editados. De outro modo, conservou eleições diretas para os governadores dos estados e restabeleceu direitos característicos da democracia como a imunidade parlamentar, incluindo os direitos individuais, associativos e políticos, e não incorporou ao texto a possibilidade de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos<sup>428</sup>, que estavam presentes no AI-2, mas que expirariam com o fim do mandato de Castelo Branco<sup>429</sup>.

Segundo afirmou Carlos Castello Branco, pouco antes da materialização do fracasso do governo na votação, o Congresso, diante da conjuntura, mesmo que inserido num contexto e procedimento dirigido pela Constituição, não possuía condições morais de entregar um dos membros do seu corpo, por questões políticas, à represália do poder armado. Se assim procedesse, estaria tão somente oferecendo o primeiro de muitos deputados que seriam pedidos, então não haveria mais qualquer circunstância de tenacidade. O Congresso, já amputado politicamente, chegaria ao extremo do desprestígio; a ceifa teria início pelo MDB e findaria com a Arena<sup>430</sup>.

Verificou-se consenso no governo para a adoção das medidas extremas elencadas no Ato Institucional 5?

---

<sup>427</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 jan. 1967, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

<sup>428</sup> Ibidem.

<sup>429</sup> SCHUBSKY, 2007.

<sup>430</sup> BRANCO, 1978, p.493

Antes de assinar o Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968, o presidente marechal Costa e Silva sondou a opinião do jurista e vice-presidente Pedro Aleixo, que se manifestou contrário ao AI nº 5. Porém, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, o interpelou, questionando se não confiava nas mãos honradas do presidente da República; Pedro Aleixo teria respondido com a conhecida expressão: “Nas mãos honradas do Presidente eu confio; eu tenho medo é do guarda da esquina”<sup>431</sup>.

Como se deram os debates sobre a adoção do AI-5 no Conselho de Segurança Nacional?

As atas do Conselho de Segurança Nacional (CSN)<sup>432</sup> (documentos secretos na época), órgão com o qual o General Costa e Silva reuniu-se antes da promulgação do Ato Institucional nº 5, foram disponibilizadas no Arquivo Nacional a partir de 5 de março de 2009<sup>433</sup>. A quadragésima primeira sessão do CSN, acontecida no dia 11 de julho de 1968 no Palácio das Laranjeiras, presidida por Arthur da Costa e Silva, tinha por objetivo, indicado na abertura pelo presidente Costa e Silva, era fazer uma “[...] apreciação da atual conjuntura nacional, sob o aspecto de Segurança, propiciada pela análise dos principais episódios recentes ocorridos, por meio da presença e apreciação individual de cada membro do conselho”<sup>434</sup>.

O secretário-geral do órgão, o general-de-brigada Jayme Portella de Mello, juntamente com o chefe do SNI, Emílio Garrastazu Médici, leram “sínteses” ou “apreciações” da conjuntura nacional, organizadas de forma semelhante, sob divisões específicas como “área estudantil”, “elementos cassados”, “oposição” ou “frente ampla”, “campo militar”,

<sup>431</sup> SCHUBSKY, 2007. p. 82.

<sup>432</sup> O órgão foi instituído como Conselho Superior de Segurança Nacional por meio do Art. 159 da Constituição Federal de 1934, com a incumbência de estudar “[...] todas as questões relativas à segurança nacional [...]”, juntamente com outros “[...] órgãos especiais criados para atender à emergência da mobilização”. Passou a ser chamado de Conselho de Segurança Nacional com a Constituição Federal de 1937, mantendo a mesma incumbência. A partir de 1964, o CSN alcançou cada vez mais prestígio e ascendência como instância decisória do governo, transformando-se, com o Art. 40 do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, em “[...] órgão de mais alto nível na colaboração direta do Presidente da República, na formulação e na execução da Política de Segurança Nacional”. (BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2017).

<sup>433</sup> BRASIL. Decreto nº 5.584 de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

<sup>434</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL (CSN). Ata da quadragésima primeira sessão do CSN, realizada no dia 11 de julho de 1968. **Departamento de Imprensa Nacional**. Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/conselho\\_seg\\_nac\\_7\\_1968.pdf](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/conselho_seg_nac_7_1968.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2017.

“poder judiciário”, “atividades eclesiásticas”, “imprensa”, “atividades subversivas”, ou seja, uma “[...] apreciação da [então] atual conjuntura nacional sob o aspecto de segurança interna”. Segundo essas avaliações, existia uma onda crescente do movimento subversivo, formado por estudantes, intelectuais, políticos cassados, sindicalistas e outros elementos de esquerda cada vez mais audaciosos, que gerava preocupação<sup>435</sup>.

Na continuidade dos discursos, a fala do Ministro da Justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva, corroborou as suspeitas de que as discussões sobre a implementação do AI-5 começaram alguns meses antes de sua promulgação, quando afirmou: “Neste caso, Senhor Presidente, confesso, confesso melancolicamente, mas como soldado de Vossa Excelência, que não vejo outro remédio se não retornarmos às origens da Revolução [...]”; ele arremata recomendando “[...] através de um Ato adicional à atual Constituição, darmos, ao Poder Executivo, os meios necessários para salvar a Revolução Brasileira e com ela a felicidade, o bem-estar do nosso povo e a democracia pela qual nos batemos”<sup>436</sup>.

Dando sequência às discussões, embora meses depois, foi apresentado o Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968, diante da quadragésima terceira reunião do CSN. O documento foi da lavra do Ministro da Justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva. O General Costa e Silva articulou que cada um dos presentes deveria dizer o que sentia, o que pensava que estava errado para que ele pudesse “[...] com consciência tranquila e vivamente apoiado por este órgão com uma responsabilidade enorme perante a Nação, autenticar, assinar este Ato, que aqui está proposto”. Destinou 20 minutos para a leitura silenciosa e individual de cada um dos presentes com posterior análise e discursão. Então, agradeceu e se retirou<sup>437</sup>.

**Dos 25 presentes, 15 eram militares, que discutiram e definiram o que seria incluído na relação fixada no ato. Somente o Vice-Presidente da República, o civil Pedro Aleixo, foi contrário à medida. O placar foi de um voto contra e 24 votos a favor do Ato.** O vice-presidente, Pedro Aleixo, expressou-se atentando para a contradição existente logo no primeiro artigo da proposição de ato institucional, o qual afirmava que se preservaria a Constituição; Aleixo refutava a afirmação: “[...] cheguei à sincera conclusão de que, o que menos se faz nele é resguardar a Constituição”.

[...] Da Constituição, que é, antes de tudo, um instrumento de garantia dos direitos da pessoa humana e da garantia dos direitos políticos, não sobre, nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa ser realmente apreciada como uma caracterização do

<sup>435</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1968.

<sup>436</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>437</sup> Ibidem, p. 3.

regime democrático. Eu entendo que, realmente, o Ato Institucional elimina a própria Constituição<sup>438</sup>.

Segundo Gaspari, não há outra coisa, além disso, no restante do documento que ligue o ato a uma democracia<sup>439</sup>.

*Os defensores do AI-5, entre eles o próprio Presidente Costa e Silva, alegaram que o ato era necessário porque havia situação de rebeldia, com risco de violência terrorista e instabilidade, referindo-se às manifestações políticas e sociais contrárias à ditadura*<sup>440</sup>.

O Almirante-de-Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Ministro da Marinha, manifestou-se em contraposição ao pensamento de Aleixo dizendo que “[...] o que se tem que fazer é realmente uma repressão, acabar com estas situações que podem levar o país, não a uma crise, mas a um caos do qual não sairemos”. O Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, reconheceu que “[...] com este Ato nós estamos instituindo uma ditadura [...]”, contudo considerada “[...] necessária, devemos tomar as responsabilidades de fazê-la”<sup>441</sup>.

Com a aprovação e publicação do AI-5, os militares intensificaram movimentos repressivos no sentido de solidificar e consolidar seu comando. A ação chamada de “caça aos comunistas”<sup>442</sup> explorou todo o potencial da linguagem, ou seja, os opositores eram enquadrados como: “comunistas”, “terroristas”, “traidores da pátria” e “perigosos” (linguagem que se reproduz até hoje em muitos círculos sociais), portanto eram considerados como “inimigos”<sup>443</sup>.

O ano de 1968 é considerado o “ano que não acabou”, pois mantinha um movimento mais organizado e atuante da ação estudantil e de grupos antagonistas ao regime. A “linha dura” respondeu com o recrudescimento<sup>444</sup>, utilizando mecanismos mais penosos para coibi-los. Sob o pálio do AI-5, o objetivo não era somente a eliminação do discurso de oposição, mas também a eliminação do opositor<sup>445</sup>. Até o Supremo Tribunal Federal foi atingido por ele; três ministros foram forçados e se aposentar e, num ato de protesto, o Presidente da Corte renunciou<sup>446</sup>.

<sup>438</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1968, p. 5

<sup>439</sup> GASPARI, 2002a.

<sup>440</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1968.

<sup>441</sup> Ibidem, p. 6-8.

<sup>442</sup> GERMANO, José Welligton. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

<sup>443</sup> ZAFFARONI, E. R. **O inimigo do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

<sup>444</sup> CARVALHO, 2005, p.164.

<sup>445</sup> ALVES, 1989.

<sup>446</sup> (SKIDMORE, 1988, p. 167) Em janeiro de 1969, três ministros do Supremo Tribunal Federal foram forçados a se aposentar: Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. O Presidente do Tribunal, Ministro Gonçalves de Oliveira, renunciou em sinal de protesto. Usando o sexto Ato Institucional de 1 de fevereiro de

Da mesma forma como se proferiam esses atos institucionais, criavam-se também órgãos para vigiar e controlar setores da população. O Estado valia-se do sistema formado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelo Centro de Informação do Exército (CIEEX), pelo Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e pelo Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), dos Destacamentos de Operações e Informações e dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) para reprimir e controlar a sociedade<sup>447</sup>. O Ato só foi revogado dez anos depois, em 1978, no governo de Ernesto Geisel.

Os DOI-CODIs, com representação nos estados brasileiros, transformaram-se em órgãos de referência nacional, simbolizados por práticas de violência policial contra o cidadão. Diante da difusão dessas agressões, a repressão militar atingiu seu ponto culminante durante o governo do General Médici, ex-chefe do SNI, que chegou a incluir na nova Lei de Segurança Nacional a pena de morte por fuzilamento, tirocínio abolido pelo Estado brasileiro desde o período do Império<sup>448</sup>.

Após esse longo período de autoritarismo, ainda na vigência do AI-5, o país deu mostras de que se inclinava para uma abertura política, pois, em 1974, iniciou-se esse processo no governo do General Ernesto Geisel, em razão das mais diversas arbitrariedades cometidas desde 1964 até 1974, do aprofundamento da crise econômica local e de a ala branda das Forças Armadas ter chegado ao poder, como já mencionado anteriormente. Pelos acontecimentos acima citados, fortaleceram-se diversos movimentos que buscavam a efetivação dos direitos humanos, gerando, a partir de então, o enfraquecimento do regime, e dando espaço aos Comitês Brasileiros de Anistia e aos demais grupos civis organizados<sup>449</sup>.

Na sequência ao processo de abertura, Geisel estabeleceu punição aos militares que tiveram relação com os assassinatos do operário Manuel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog, vítimas de tortura e morte pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Também revogou o Ato Institucional nº 5 e, depois, aprovou o chamado “Pacote de Abril”, apontado como a passagem orientadora para o processo de abertura política<sup>450</sup>.

---

1969, Costa e Silva reduziu então o número de magistrados do Supremo de 16 para 11 e transferiu todos os delitos contra a segurança nacional ou as Forças Armadas para a jurisdição do Supremo Tribunal Militar e dos tribunais militares de categoria inferior.

<sup>447</sup> MEZZAROBÀ, 2010, p. 9.

<sup>448</sup> CARVALHO, 2005; Idem. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

<sup>449</sup> SADDI, Fabiana Da Cunha. Política e economia no federalismo do governo Geisel. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 2003; SANTOS, Roberto Lima. **Crimes da ditadura militar**: responsabilidade Internacional do Estado Brasileiro por Violações aos Direitos Humanos. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010.

<sup>450</sup> SADDI, 2003.

Finalmente, em 1979, quando João Batista Figueiredo assumiu a Presidência da República, a campanha política sobre a democratização brasileira começou a ganhar forças. Aprovou-se a concessão da anistia ampla, geral e irrestrita, que deveria ser desempenhada de modo lento, gradual e seguro, não somente para os presos políticos, mas também, e precipuamente, para os agentes do Estado que participaram da repressão. Foi extinto o bipartidarismo, instalando-se o pluripartidarismo no contexto político nacional<sup>451</sup>. A Lei de Anistia será objeto de questionamento em item próprio.

Analisado como foi o processo de transição no Brasil, o tema seguinte será o mesmo processo na Argentina. Reflete-se sobre as similaridades dos dois processos e se apresentam questionamentos quanto às suas principais diferenças e quanto à existência de mobilização social para acabar com o período ditatorial.

### 3.2.1.2 Breve cenário historiográfico e político do período ditatorial da Argentina

A Argentina passou por seis golpes militares durante o século XX (1930-1932; 1943-1946; 1955-1958; 1962-1963; 1966-1973 e 1976-1983). O estudo abordará o último deles, tendo em vista que a criação da Conadep aconteceu após a última ditadura, que foi a mais alta expressão de uma sucessão de intervenções militares que governou aquele país<sup>452</sup>.

Para se compreender o golpe militar argentino de 1966, é necessário retroceder um pouco no tempo. No segundo governo Peronista, que teve início em 1952, destacava-se uma Argentina em crise e permeada por diversas insatisfações. Nesse clima, desencadeou-se a chamada Revolução Libertadora, ocasião em que os militares derrubaram Juan Domingo Perón, em 1955, e mais uma vez ocuparam a Casa Rosada. Outros golpes se sucederam, e a instabilidade política, a insatisfação popular e a violência aumentaram<sup>453</sup>.

<sup>451</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>452</sup> QUIROGA, Hugo. **El tiempo del «Proceso»**: Conflictos y Coincidencias entre políticos y militares 1976-1983. Santa Fe: Homo Sapiens y Fundación Ross, 2004.

<sup>453</sup> RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **Peronismo**: movimiento popular democrático, ou populismo autoritário? (1945-1955). [s.l.]: Universidade Católica Dom Bosco, 1998. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Margarita\\_Victoria\\_Rodriguez\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Margarita_Victoria_Rodriguez_artigo.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

O período entre os anos de 1966-1983, com a participação e a ação dos militares nesse processo, revelou-se de clara repressão, e pode ser caracterizado como “terrorismo de Estado”<sup>454</sup>.

Sobreveio que, em junho de 1966, o presidente eleito Arturo Illia foi deposto pelo general Juan Carlos Onganía, que assumiu a Presidência da República. Os mentores do golpe de Estado denominaram esse período de tomada de poder como “Revolução Argentina”. Logo depois, entrou em vigor o Estatuto da Revolução Argentina, que objetivou atribuir legalidade e garantir a continuidade dos militares no poder por tempo indefinido. A nova “Constituição” proibia a atividade dos partidos políticos e cancelava quase todos os direitos civis, sociais e políticos dos cidadãos, em função de um constante estado de sítio<sup>455</sup>.

Em 1970, o grupo *Montoneros*, ainda que em um cenário de ditadura, sequestrou o general Aramburu, um dos responsáveis pelo golpe que derrubou Perón e pelo sequestro do corpo de Evita. O grupo Peronista de esquerda sequestrou, julgou, condenou à morte e fuzilou o general Pedro Eugenio Aramburu<sup>456</sup>.

Nesse período de golpes consecutivos, os grupos de resistência *Monteneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* viam na figura de Perón o legítimo líder de uma revolução que deveria ser aplicada na Argentina, acalentando o pensamento de que somente Perón poderia pôr fim às violências e tensões entre partidos políticos e o governo das Forças Armadas. No ano de 1970, os partidos abraçaram ações radicais, financiando suas ações com assaltos, sequestros e chantagens. O *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) era o mais importante grupo de esquerda, e promoveu ações políticas nas universidades e fábricas. Enquanto isso, a Aliança Anticomunista Argentina (Triple A) era o grupo mais representativo de direita. Até que, em 1973, foi eleito Héctor Campora, tendo como promessa principal a anistia do presidente deposto, que, posteriormente, retornou ao país e ao seu comando<sup>457</sup>.

Algumas ações armadas foram praticadas contra os militares, por meio de guerrilhas como o *Ejército Revolucionário Del Pueblo* (ERP) e os *Montoneros*, o que se tornou uma preocupação do governo ditatorial. No ano de 1973, foi intensificada a repressão, mesmo durante o segundo governo de Perón. A violência política continuou por meio dos grupos

<sup>454</sup> SAIN, M. F. Democracia e forças armadas: entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In: D’ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

<sup>455</sup> PEREIRA, 2010.

<sup>456</sup> ETULAIN, Carlos R. Juventude, política e Perónismo nos anos 60 e 70. **Revista de Ciências Humanas**. (EDUFSC), n. 40, p. 317-337, out. 2006, Disponível em: <<http://www.elortiba.org/memorial.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

<sup>457</sup> DELLASOPPA, E. **Ao inimigo, nem justiça**: violência política na Argentina (1943-1983). São Paulo: Hucitec, 1998.

paramilitares. Desse modo, teve início uma guerra suja (isto é, a política de execução de militantes comunistas e socialistas e de parte da oposição liberal que se opunha ao regime) comandada pelo general José Lopez, contra a esquerda armada<sup>458</sup>.

Entre maio de 1973 e março de 1976, foram contabilizados 1.207 mortos e 847 feridos pertencentes ao “campo do povo”, e 336 mortos e 604 feridos pertencentes ao campo do “regime”<sup>459</sup>.

Houve muita expectativa sobre o retorno de Perón; diversos setores de esquerda, setores populares, operários e estudantes almejavam seu retorno na esperança de unir a sociedade. Entretanto, Perón faleceu em 1974. O governo de Isabelita Peron, sua vice, foi assinalado pela altercação entre várias forças sociais de partidos da esquerda e da direita, gerando mais instabilidade ao governo.

Em 24 de março de 1976, os comandantes das Três Armas argentinas – o General Jorge Rafael Videla, o Almirante Emilio Eduardo Massera e o Brigadeiro Orlando Ramón Agosti – depuseram o governo eleito, encarceraram a então presidente Isabel Perón, instituíram o golpe denominado “Processo de Reorganização Nacional” e anunciaram ao país, pelo “Comunicado nº 1”, que os destinos argentinos passariam a ser definidos por uma Junta Militar composta pelos comandantes em chefe de cada arma; eles exigiam do povo o cumprimento das ordens de todas as armas. Os políticos argentinos, governadores e parlamentares foram destituídos dos seus cargos, tendo o Congresso sido dissolvido. A Argentina foi então governada por uma Junta Militar integrada por três militares, um por cada força. A Junta Militar escolhia um funcionário público com o título de “presidente”, com funções executivas e legislativas<sup>460</sup>.

De acordo com Pereira, “[...] o golpe de 1976 foi em parte provocado pelo desejo dos militares de expandir a guerra suja para abranger todo o país”<sup>461</sup>. Por conseguinte, distintamente do Brasil, a repressão militar na Argentina teve início mesmo antes da instituição do último regime militar. Os principais alvos da repressão, além das guerrilhas, eram os sindicalistas, membros do partido Peronista, intelectuais, estudantes e jornalistas<sup>462</sup>.

---

<sup>458</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. Direito à memória e a verdade: Memórias de histórias de violações de Direitos Humanos durante as ditaduras militares no Cone Sul e no Brasil. **Revista Jurídica da Faculdade Una de Contagem**, Contagem, 2014.

<sup>459</sup> DELLASOPPA, 1998.

<sup>460</sup> ETULAIN, 2006.

<sup>461</sup> PEREIRA, 2010.

<sup>462</sup> BARRETO, 2014.



Nos primeiros momentos do golpe militar argentino, os militares se esforçaram para transmitir uma imagem de racionalidade e legalidade ao chamado Processo. Entretanto, logo em seguida, diversos representantes de setores da sociedade civil, como militantes Peronistas e de esquerda e delegados sindicais, foram presos ou passaram a fazer parte de uma ampla lista de desaparecidos ou mortos. Os militares também utilizaram a estratégia de intervenção nos sindicatos, com proibição de greves e negociações coletivas. A repressão exercida contra o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), após a sua tentativa de criar uma guerrilha rural em Tucumán, reduziu a capacidade dos guerrilheiros de representar uma ameaça ao sistema. Contudo, o governo militar manteve a repressão singularmente com o início, em 1975, da “Operação Independência”, no intuito de eliminar qualquer fonte de resistência ao governo, operando detenções, fuzilamento dos presos políticos e inúmeros casos de crueldades, desaparecimentos, invasões de domicílio e torturas<sup>463</sup>.

A Junta Militar sancionou, no ano de 1976, um Estatuto e duas Atas de caráter complementar, com categoria jurídica superior à Constituição existente. Esse período de ditadura foi governado por quatro juntas militares sucessivas<sup>464</sup>, levando adiante a chamada “guerra suja”<sup>465</sup>.

A repressão militar na Argentina foi extremamente violenta. A ditadura teve duas etapas: a primeira envolveu os anos de 1966 a 1973, e durou sete anos. A segunda, iniciada em 1976, durou até 1983, e foi o período em que a violência de Estado atingiu uma escala sem precedentes em alguns países da América Latina<sup>466</sup>.

A respeito do processo argentino, leciona Guillermo O’Donnell sobre a visão da autoridade da época: não podia ser mais autoritária, vertical e repudiante à autonomia dos que pretendeu submeter sem lograr êxito; e, não obstante o tom paternalista com que cobria seus argumentos, tentou ocultar a imensa violência, não apenas física, sobre a qual se sustentava<sup>467</sup>.

No mesmo sentido, Dellasoppa afiançou que a violência do regime terrorista argentino não tinha, nem por habilidade nem por significado, qualquer limite. A citação “isto

---

<sup>463</sup> MARTÍNEZ, Tomás Eloy. **Las memorias del general**. Buenos Aires: Planeta, 1996.

<sup>464</sup> TRONCOSO, Oscar A. **La revolución del 4 de junio de 1943: el Perónismo en el poder**, Buenos Aires: CEAL, 1976.

<sup>465</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

<sup>466</sup> PEREIRA, 2010.

<sup>467</sup> O’DONNELL, Guillermo. Argentina: a macropolítica e o cotidiano. **Lua Nova**, v. 4, n. 2, p.40, São Paulo, abr./jun. 1988.

não tem limites” anunciava a admiração dos próprios carnífaces pelas possibilidades sempre extremadas de seus respectivos aparelhos repressivos<sup>468</sup>.

No entendimento de que Brasil e Argentina sofreram um golpe militar em períodos bastante semelhantes, no entanto com vivências distintas durante e após a ocorrência do golpe, pondera-se, a seguir, acerca da justiça de transição nos dois países.

### **3.2.2 Ponderações sobre a Justiça de Transição como novo campo dos direitos humanos na Argentina e no Brasil**

A Argentina e o Brasil são países vizinhos com histórias semelhantes de violações dos direitos humanos, ambos perpetradas pelos militares. A ditadura militar na Argentina fez mais vítimas, com um período ditatorial mais curto. No Brasil, o número oficial de pessoas torturadas, desaparecidas e mortas é menor, entretanto a violência praticada nos dois países em muito se assemelha. Não obstante as semelhanças, os rumos que os dois países enfrentaram para articular a justiça de transição contemplam semelhanças e dessemelhanças, conforme a realidade histórica e política de cada um deles<sup>469</sup>.

Encontram-se discrepâncias nos números das vítimas da ditadura militar no Brasil e na Argentina, como se verá a seguir. Cogita-se quanto às diferenças numéricas e suas causas nos dois países. Não se cuida somente sobre números de vítimas, mas também sobre a forma de repressão.

Na ditadura argentina, o número oficial de vítimas da repressão, no período recortado de 1976 a 1983, foi estimado pelo *Proyecto Desaparecidos* em 30 mil mortos e desaparecidos<sup>470</sup>. As práticas de violência foram se intensificando a ponto de dominar todo o território argentino, existindo nele aproximadamente 340 centros clandestinos (instalações secretas que serviam como prisão, centro de tortura e desaparecimento). A organização *Abuelas de Plaza de Mayo* avalia que 500 crianças, retiradas de seus pais ou nascidas no cárcere, tenham sido adotadas por militares ou enviadas a outras famílias fora da Argentina<sup>471</sup>.

---

<sup>468</sup> DELLASOPPA, Emilio E. Reflexões sobre a violência, autoridade e autoritarismo. **Revista USP**, São Paulo, p. 81, mar./abr./maio. 1991.

<sup>469</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>470</sup> PEIXOTO, Claudia C. Tomazi. Anistia, memória e Direitos Humanos: a experiência recente do Brasil à luz dos casos argentino e uruguaio. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, Erechim, v. 4, n. 11, out. 2011.

<sup>471</sup> NOVARO; PALERMO, 2003; VEZZETTI, 2003.

No Brasil, no período de 1964 a 1985, o número de mortos e desaparecidos, conforme relatório da CNV, foi de 434<sup>472</sup>. Observa-se que o regime argentino utilizava comumente o expediente de “desaparecimento forçado de pessoas”; já no Brasil, o método escolhido foi a aplicação da tortura aos presos políticos<sup>473</sup>.

Optou-se por iniciar a descrição e análise da justiça de transição pela Argentina, uma vez que, historicamente e de fato, o processo também se iniciou primeiro naquele país, um dos primeiros países da América do Sul a instituir uma comissão da verdade.

A Argentina administrou seu processo de transição política por meio dos grupos sociais vinculados ao debate da defesa dos direitos humanos, na órbita das questões transicionais, bem como institucionalmente, com destaque para a investigação pela memória e verdade sobre as violações aos direitos humanos praticadas durante o período do Estado ditatorial, e a consequente edificação de possibilidades jurídicas de responsabilização do Estado e persecução penal dos agentes estatais.

Sabe-se que não há um procedimento ou uma passagem antecipadamente verificada para países que buscam a retomada e consolidação de um regime democrático após a experiência calamitosa de um regime ditatorial. No contexto da América Latina, o Brasil é o país que prossegue de forma mais lenta a implementação de medidas com vistas a uma transição política mais completa. Tal lentidão pode reforçar a manutenção de uma cultura de esquecimento, que dificulta a compreensão apropriada do passado, e a perpetuação de uma cultura institucional de violência, ainda bastante presente no cotidiano de seus cidadãos. Desse modo, a ausência de um processo transicional que consiga abranger uma situação de justiça pode gerar um alto passivo para a solidificação de um regime democrático em nosso país<sup>474</sup>. A justiça de transição agrupa as várias dimensões de justiça apropriadas para cooperar com a reconstrução social, abalizada na ideia da universalidade dos direitos humanos e apoiada na legislação humanitária e internacional desses direitos<sup>475</sup>.

Expostos os números das vítimas do regime, assim como os meios que o Estado utilizou para repressão, dedica-se, a seguir, a enumerar as especificidades de cada país.

---

<sup>472</sup> ARNS, 1996.

<sup>473</sup> Daí que, segundo dados do relatório da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Brasil, abalizam-se como saldos da ditadura do Brasil 50 mil pessoas presas, 20 mil torturados e quatro crianças provavelmente sequestradas (BRASIL, 2009c).

<sup>474</sup> BAGGIO, 2010.

<sup>475</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Eds.). **Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

### 3.2.2.1 Especificidades da Argentina

O governo ditatorial da Argentina, antes de deixar o poder, aprovou legislação que buscava evitar a punição dos agentes militares envolvidos nas práticas do período. A chamada “Lei de Pacificação Social” ou “Lei de Autoanistia” (Lei n. 22.924, de 22 de setembro de 1983) prescreveu e definiu a anistia para os delitos de terrorismo e subversão, tanto para aqueles que os cometeram como para os que combateram o delito, durante o período de 25 de maio de 1973 a 17 de julho de 1982<sup>476</sup>.

Já no governo eleito de Raúl Alfonsín, amplamente apoiado pela sociedade argentina para julgar o envolvimento dos militares, foi editado o Decreto nº 187, de 15 de dezembro de 1983<sup>477</sup>, criando a Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (Conadep), que lançou, no ano seguinte, a publicação do célebre relatório *Nunca Más*, o qual documentou os crimes de terror do Estado e fez conhecer, de forma oficial, os crimes perpetrados naquele período, o que gerou um grande debate social que culminou com a revogação da Lei de Autoanistia<sup>478</sup>.

Em 1985, ocorreram os julgamentos dos membros das juntas militares Videla e Massera, que receberam pena de prisão perpétua. A punição dos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura argentina enfrentou resistência por parte dos integrantes das Forças Armadas. Por outro lado, essas exigências geraram importantes tensões aos progressos político-institucionais do país, que são categóricas para a solidificação democrática das sociedades em transição. Carlos Nino, no livro *Juízo ao mal absoluto*, reconheceu as dificuldades políticas enfrentadas pelo presidente argentino Raúl Alfonsín para atender às pautas dos movimentos por direitos humanos. Entendeu que o fato de existir consternação e tensão social sobre a temática forçou o plano institucional a adotar decisões que, possivelmente, não atenderam inteiramente aos clamores sociais, mas puderam representar algum progresso no panorama de conquistas democráticas<sup>479</sup>.

O governo, pressionado, decidiu impedir a continuação da persecução penal por meio das Leis de Ponto Final, as quais aboliram todos os processos judiciais em que constavam

<sup>476</sup> ARGENTINA. **Ley de Pacificación Nacional**, nº 22.924 de 23 de marzo de 1983a (Ley de Autoamnistia). Disponível em: <[www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/autoam02.htm](http://www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/autoam02.htm)>. Acesso em 20 dez. 2016.

<sup>477</sup> ARGENTINA. Comissão Nacional de Pessoas Desaparecidas. Decreto 187, a partir de 15/12/1983. **Diário Oficial**, 19 dez. 1983c. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direito-a-memoria-e-a-verdade/comissoes/comissao-argentina>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>478</sup> BUCHANAN, 1987.

<sup>479</sup> NINO, 2006.

como réus os integrantes das Forças Armadas direcionados ao combate ao terrorismo e à subversão. Entretanto, até o período de vigência dessa lei, o Poder Judiciário recebeu inúmeras ações. Em meio a esse contexto inextricável surgiu a legislação de anistia ainda mais ampla, a denominada “Lei de Obediência Devida”, que extinguiu a punibilidade dos crimes perpetrados durante o período ditatorial sob a argumentação de que os “[...] militares agiram em obediência devida, sob coerção de autoridades superiores, sem possibilidade de conduta adversa”<sup>480</sup>.

Do episódio, decorreu reação dos grupos defensores dos direitos humanos, que não aprovaram a ideia de uma lei que só responsabilizasse o alto escalão das Forças Armadas argentinas sob o embasamento de que os outros estavam apenas cumprindo ordens; ela foi considerada por eles como uma espécie de “anistia encoberta”. Todavia, em um panorama mais global, a diligência política de responsabilizar o alto escalão das Forças Armadas foi considerada por muitos como um ato de bravura política decisiva no processo de responsabilização dos torturadores, o que assentou a Argentina à frente no enfrentamento dos crimes sucedidos durante as ditaduras no contexto latino-americano<sup>481</sup>.

Após esse período, considerado de retrocesso quanto às diligências realizadas pelo presidente anterior Raúl Alfonsín para processar e punir os responsáveis pelas atrocidades do regime militar<sup>482</sup>, o então presidente Carlos Menem conferiu uma série de indultos, em 6 de outubro de 1989, aos militares já condenados<sup>483</sup>. O que se vislumbrava, naquele momento, no regime jurídico-democrático promovido pelos militares, era a confirmação da impunidade, de modo que, diante do direito interno argentino, não havia a possibilidade de punir os militares transgressores dos direitos humanos. No entanto, quando da decisão dos casos Mazzeo, Julio Lilo e outros, julgados em 2007, a Corte Suprema Argentina invalidou o decreto adotado pelo presidente Menem em 1989, que concedeu indulto a 30 ex-militares acusados de crimes de lesa-humanidade<sup>484</sup>, amparando-se na jurisprudência da Corte Interamericana, em especial nos casos Velásquez Rodrigues e Barrios Altos<sup>485</sup>.

---

<sup>480</sup> YACOBUCCI, Guillermo J. El juzgamiento de las graves violaciones de los derechos Humanos en la Argentina. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Derechos Humanos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

<sup>481</sup> NINO, 2006.

<sup>482</sup> HUNTER, Wendy. Continuity or change? Civil-military relations in democratic Argentina, Chile, and Peru. **Political Science Quarterly**, v. 112, n. 3, Autumn 1997.

<sup>483</sup> BARROS, Sebastián. Violencia de Estado e identidades políticas. Argentina durante el proceso de reorganización militar (1976 –1983). **Revue de Civilisation Contemporaine de l’Université de Bretagne Occidentale**, Sept. 2003.

<sup>484</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>485</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Barrios Altos versus Peru**. Sentencia de 14 de marzo de 2001. Fondo. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/092b2fec1ad5039b26ab5f98c3f92118.pdf>>. Acesso em:

Ainda assim, somente no governo de Néstor Kirchner, com a reforma constitucional de 1994 e por intermédio do artigo 74, inciso 22, reabriu-se uma nova perspectiva para a justiça de transição. O inciso 22 enfocou a hierarquia dos Tratados, enumerando diversos Tratados que teriam hierarquia constitucional, entre os quais constava a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis Desumanas ou Degradantes<sup>486</sup>, e também o quórum legislativo para equiparar a hierarquia constitucional a futuros Tratados de Direitos Humanos, incorporando os Tratados de Direitos Humanos ao ordenamento jurídico interno.

Dessa maneira, o Judiciário argentino entendeu que, diante das mudanças preconizadas pela Constituição, as Leis de Obediência Devida e a Lei do Ponto Final não podiam mais prosperar; por conseguinte, ocorreram as derrogações não retroativas das mencionadas leis em 25 de março de 1998<sup>487</sup>. Por ter afastado a aplicabilidade dessas legislações, a Argentina conseguiu condenar três ex-presidentes do governo militar, Rafael Videla, Leopoldo Galtieri e Reynaldo Bignone, e realizou a abertura de outros 75 processos contra crimes cometidos durante a ditadura<sup>488</sup>.

Com o intuito de finalizar definitivamente esse imbróglio, o Poder Legislativo argentino também privilegiou o respeito aos direitos humanos mediante a Lei n.º 25.779/2003, seguindo o entendimento da *Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina* no julgamento do caso *Simón, Julio Héctor y otros*, baseando-se na decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Barrios Altos Vs. Peru*<sup>489</sup>, e declarou a “‘nulidade insanável’ das leis de Ponto Final e de Obediência Devida.”<sup>490</sup> No mesmo sentido, ocorreu a derrogação do Código Penal Militar em 2008 e, dessa forma, os militares ficaram sujeitos à justiça comum, podendo apelar para a justiça federal em caso de crimes militares<sup>491</sup>.

---

25 abr. 2017.; Idem. Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso La Cantuta versus Peru**. Sentencia de 29 de noviembre de 2006c. Fondo, reparaciones y costas. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04bbc1e35bbcf9642732059e06abd21568.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>486</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis Desumanas ou Degradantes** Adotada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/tortura/convencao\\_onu.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/tortura/convencao_onu.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>487</sup> YACOBUCCI, 2011.

<sup>488</sup> BATISTA, Liz. Argentina: sem anistia, três presidentes condenados. Acervo. **O Estado de S. Paulo**. 21 ago. 2013. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,argentina-sem-anistia-tres-presidentes-condenados,9211,0.htm>>. Acesso em 02 abr. 2017.

<sup>489</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2001.

<sup>490</sup> PARENTI, Pablo F. A aplicação do Direito internacional no julgamento do terrorismo de Estado na Argentina. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 04, jul./dez. 2010.

<sup>491</sup> FEMENIA, Nora Amalia; GIL, Carlos Ariel. Argentina's Mothers of Plaza de Mayo: The mourning process from junta to democracy. **Feminist Studies**, v. 13, n. 1, Spring 1987.

Ainda dando sequência às medidas de justiça de transição, em 2007 um decreto presidencial de Néstor Kirchner determinou o fim do sigilo para os membros das Forças Armadas, do setor de segurança ou do Executivo da época da ditadura militar, e sua convocação pela Justiça para depor sobre suas atuações e funções durante o período<sup>492</sup>.

Em 6 de janeiro de 2010, a presidente da Argentina Cristina *Kirchner*, por meio do Decreto 4/2010, retirou a classificação “de segurança” das informações que diziam respeito ao período militar e determinou a abertura dos arquivos confidenciais pertinentes à atuação das Forças Armadas na ditadura militar no país, no período da última ditadura, salvo aquele relacionado ao “[...] conflito bélico do Atlântico Sul [Guerra das Malvinas] e a qualquer outro conflito interestatal” (1976 a 1983)<sup>493</sup>.

O mencionado Decreto possui como fundamentação o argumento de que o desempenho das Forças Armadas durante a vigência do terrorismo de Estado demonstra que a informação e a documentação classificadas como confidenciais não estiveram destinadas à proteção dos interesses legítimos próprios de um Estado Democrático; ao contrário, serviram para ocultar a ação ilegal do governo. A assinatura e publicação da medida normativa respondem a solicitações do Tribunal Federal quanto a uma causa sobre o centro de detenção clandestino La Cacha, em La Plata. De acordo com o Decreto 4/2010, a reabertura desses casos exige “uma grande quantidade de informação e documentação relacionada à atuação das Forças Armadas”. E prossegue o texto: a não divulgação dos documentos contraria a “política de Memória, Verdade e Justiça que o Estado argentino vem adotando desde 2003”<sup>494</sup>.

### 3.2.2.2 Especificidades do Brasil

Depois da abertura iniciada pelo General Ernesto Geisel, o General João Baptista Figueiredo assumiu a Presidência da República. Foi no seu governo que, em 28 de agosto de 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, Lei nº 6.683<sup>495</sup>, que é o marco jurídico fundante do

<sup>492</sup> CARMO, Márcia. Governo da Argentina ordena a abertura dos arquivos da ditadura. **BBC Brasil**. 06 jan. 2010. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100106\\_argentina\\_ditadura\\_mc\\_np.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100106_argentina_ditadura_mc_np.shtml)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>493</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

<sup>494</sup> KIRCHNER ordena abertura de arquivos da ditadura na Argentina. 06/01/2010. **Vermelho Portal**. 06 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/122314-7>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>495</sup> BRASIL. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 ago. 1979, p. 12265. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

processo de redemocratização. **Contém 15 artigos, e o primeiro deles** concedia anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, tenham cometido crimes políticos ou conexos com estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, e aos servidores da Administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais punidos com parâmetros em atos institucionais e complementares<sup>496</sup>.

O resultado da tensão e da ambivalência de forças para a elaboração da Lei de Anistia foi a predominância do projeto governista, o qual aprovou uma anistia ampla, geral e irrestrita nos termos da lei. A época, o Deputado Pacheco Chaves (MDB-SP) justificou a iniciativa e demonstrou que não existia satisfação com o resultado: “O projeto está, cabe ressaltar, eivado de grave contradição: anistiam-se o homicídio, o constrangimento ilegal, em suma a violência cometida em nome do Estado praticada nos gabinetes de tortura [...] sob o manto da impunidade garantida pelo regime de exceção”, no entanto “[...] anistiados não são os que, de modo tresloucado, recorreram à violência na luta contra o regime, mas sempre com risco pessoal”<sup>497</sup>.

No discurso, a Lei de Anistia brasileira objetivava trazer novamente à vida política aquelas pessoas que foram perseguidas pelo regime ditatorial, como os presos políticos e exilados. O conceito de anistia, defendido pela sociedade civil na década de 1970, era de anistia com “liberdade”<sup>498</sup>. O embate social visou a resgatar as liberdades públicas: civis e políticas. A histórica greve de fome de 32 dias dos presos políticos em todo o Brasil, em favor da aprovação da Lei de Anistia, recebeu o título simbólico de “Fome de Liberdade”<sup>499</sup>. Contudo, na prática, a lei significou também a consubstanciação da ausência de julgamentos e da punição penal dos agentes governamentais envolvidos em sérias violações de direitos humanos, como a prática de sequestro, tortura, desaparecimentos e assassinatos<sup>500</sup>.

No Brasil, ocorreu uma transição dita negociada<sup>501</sup> para a democracia. Posteriormente, com a “abertura política” sob a égide do Estado Democrático de Direito, a lei

<sup>496</sup> BRASIL, 1979.

<sup>497</sup> Cf. MEZAROBBA, 2003.

<sup>498</sup> ABRÃO, Paulo. Mutações do Conceito de anistia na justiça de transição brasileira: A terceira fase de luta pela anistia. **Revista de Direito Brasileira**, v. 3, n. 2, p. 14-17, 2012. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/anistia-e-justica-de-transicao/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>499</sup> VIANA, Gilney; CIPRIANO, Perly. **Fome de liberdade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

<sup>500</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Années de plomb: la bataille des mémoires sur la dictature civile-militaire au Brésil. Cahiers d'histoire*, Paris, n. 99, avr./juin 2006.

<sup>501</sup> O'DONNELL, Guillermo; VALDÉS, Ernesto Garzón. *Dictadura y castigo: una réplica a Scanlon e Teitel*. In: KOH, Harold Hongju; SLYE, Ronald C. **Democracia deliberativa y derechos humanos**. Barcelona: Gedisa, 2004.



sujeitou-se a questionamento, jurídico e popular, que ensejou a propositura da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que interpelava justamente sobre a sua constitucionalidade. A Arguição será analisada no tópico seguinte<sup>502</sup>.

Nesse sentido, ocorreu no Brasil uma “transição sob controle”, em que os militares somente aceitaram a “transição lenta, gradual e segura” partindo de uma posição de retaguarda no regime, incumbindo aos políticos que os defendiam a legitimação da transição em consórcio com a elite burocrática e política que surgiu do regime e norteou a conciliação com a maior parte da oposição legal<sup>503</sup>.

A transição, entretanto, começou a se concretizar aproximadamente dez anos depois, no ano de 1985, com a eleição de Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse, assumindo o então vice-presidente José Sarney. O primeiro presidente civil a assumir o governo após a ditadura não empreendeu qualquer medida em busca da responsabilização dos agentes da repressão, e mantiveram-se até mesmo certos instrumentos do outro regime, como a censura, somente retirada do ordenamento jurídico com a Constituição de 1988.

A Lei de Anistia atendeu aos anseios de vítimas, familiares das vítimas, defensores dos direitos humanos e organizações não governamentais? Havia outro acordo possível para aquele momento inicial de abertura?

### 3.2.3 Debate sobre a Lei de Anistia no Brasil

A Lei de Anistia de 1979 foi moldada pelo contexto político da chamada “abertura lenta, gradual e segura” e se mantém intacta até os dias atuais. O Poder Legislativo tem sido ausente na discussão específica; o Judiciário tem, recorrentemente, validado a interpretação de vigência e validade da Lei de Anistia; o Executivo, mesmo inconstante e pouco contundente,

---

<sup>502</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153**. Relator Ministro Eros Grau. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Julgamento: 29/04/2010. Divulgação: DJe 145 de 06/08/2010b. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>> Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>503</sup> ABRÃO; TORELLY, 2010.

foi o único que contribuiu no sentido de esclarecer e reparar os danos e crimes provocados pela ditadura<sup>504</sup>.

Sabe-se que, dos tipos de indulgência soberana, a anistia é a que apresenta os efeitos mais amplos e benéficos. A anistia é um ato de soberania estatal que se traduz no esquecimento total da infração penal<sup>505</sup>. Pode ser definida como esquecimento; afirma-se que a anistia faz desaparecer a infração penal, como se nunca tivesse sido cometida. Só a História recolhe essas infrações perdoadas<sup>506</sup>.

Devido a grandes discussões teóricas, a implementos de algumas medidas de justiça de transição, ao entendimento do direito internacional sobre o tema, que é contrário à validade das leis de autoanistia, bem como às várias decisões da Corte Interamericana também negando validade à referida norma, surgiram na sociedade brasileira a inquietação e a esperança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) cumpriria as normas internacionais adotadas pelo Brasil e invalidaria a referida norma.

A Comissão de Anistia organizou uma audiência pública em 31 de julho de 2008, no prédio-sede do Ministério da Justiça em Brasília, para debater as possibilidades jurídicas de julgamento dos torturadores que atuavam em prol do governo ditatorial<sup>507</sup>. Houve imediata reação da imprensa, pois até aquele momento esse parecia um tema amordaçado<sup>508</sup>.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na gestão do seu presidente Cezar Britto, participou da citada audiência e propôs a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal. A ADPF atendia um antigo anseio dos familiares dos mortos e desaparecidos que, desde sempre, levantaram essa discussão, entretanto suas vozes não haviam sido reverberadas até aquele momento.

Na peça inicial, os advogados Fábio Konder Comparato e Maurício Gentil Monteiro argumentaram: “Trata-se de saber se houve ou não anistia dos agentes públicos responsáveis, entre outros crimes, pela prática de homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade,

<sup>504</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 573-597, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/06.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

<sup>505</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de direito penal**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

<sup>506</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

<sup>507</sup> ABRÃO, Paulo et al. Justiça de transição no Brasil: o papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 1, jan./jun. 2009.

<sup>508</sup> SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a inacabada transição democrática brasileira. **Grupo de Pesquisa Direito à Memória e à Verdade e Justiça de Transição**. 2010. Disponível em: <<https://idejust.files.wordpress.com/2010/07/o-julgamento-da-adpf-153-pelo-supremo-tribunal-federal-e-a-inacabada-transicao-democratica-brasileira.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

lesões corporais, estupro e atentado violento ao pudor [...]”<sup>509</sup>, crimes esses comuns e de lesa-humanidade praticados “[...] contra opositores políticos ao regime militar, que vigorou entre nós antes do restabelecimento do Estado de Direito, com a promulgação da vigente Constituição”<sup>510</sup>.

Ou seja, no preâmbulo da ADPF foi invocada a ausência de conexão entre os crimes políticos e os crimes comuns cometidos pelos agentes da repressão e os mandantes do governo. Utilizou-se o argumento de que a regra de conexão é exclusivamente processual, portanto os acusados de crimes políticos agiram contra os que torturaram e mataram dentro e fora das prisões do regime militar e contra a ordem política vigente no país, mesmo naquele período. Alegou-se, por fim, que o §1º do artigo 1º da referida Lei não se estende a agentes públicos que praticaram crimes comuns contra opositores políticos, presos ou não.

Argumentou-se também que a inconstitucionalidade da Lei da Anistia seria decorrente da violação de preceitos fundamentais da Constituição, ou seja, do princípio da dignidade da pessoa humana, do direito à vida, da proibição da tortura ou de tratamento desumano ou degradante, da não ocultação da verdade e do direito à segurança.

No documento, questionou-se a vigência da Lei de Anistia. Foi solicitado ao STF “[...] a sua adequada interpretação quanto à não abrangência, desde o tempo da sua edição, para os crimes dos agentes torturadores”<sup>511</sup>. O argumento do Conselho Federal da OAB era de que crimes chamados “lesa-humanidade” não poderiam ser anistiados, com base em Tratados a que o Brasil se submeteu. Desse modo, a Ação tinha por objetivo punir os agentes da repressão, desconsiderando a interpretação de que a atuação desses agentes estaria abarcada na categoria de crime conexo aos crimes políticos, para em seu lugar considerar como crimes comuns as torturas, os abusos sexuais, os desaparecimentos forçados e as execuções sumárias, dentre outros atos atentatórios ao arcabouço dos direitos humanos.

Expostos os motivos, a OAB requereu visando a duas perspectivas: a primeira era a pretensão de que fosse conhecida a não recepção da Lei 6.683/79 pela nova ordem constitucional da Carta Magna de 1988; e a segunda era de que fosse contemplada uma interpretação conforme a constituição da lei examinada, de modo que não se estenderia a anistia aos crimes comuns praticados por agentes públicos contra cidadãos opositores políticos durante o regime militar.

---

<sup>509</sup> BRASIL, 2010b.

<sup>510</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>511</sup> Ibidem, 2010b.

### 3.2.3.1 Análise da decisão da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

A ADPF 153 foi julgada em 2010 pelo Plenário da Corte do Supremo Tribunal Federal (STF), que a rejeitou por sete votos a dois; o relator Eros Grau pronunciou-se pela improcedência do pedido e foi seguido pelos votos dos ministros Cezar Peluso, Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Cármen Lúcia e Marco Aurélio de Mello, mantendo-se a interpretação de que a Lei de Anistia teria assegurado anistia ampla geral e irrestrita, contemplando tanto vítimas como carnífiges. Foram vencidos os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto, que votaram pela parcial procedência dos pedidos<sup>512</sup>.

O argumento central do Relator foi de que a Lei de Anistia teria sido expressão de um acordo político, de uma conciliação nacional, e consistia numa “via de mão dupla”, uma vez que sua promulgação ocorreu em um momento histórico no qual a sociedade desejava obliterar o passado e seguir em frente, envolvendo “[...] diversos atores sociais, anseios de diversas classes e instituições políticas [...]”; “[...] veicula uma decisão política assumida naquele momento”. Após o STF que não caberia ao Poder Judiciário “rescrever leis de anistia” e que não deve o Supremo “[...] avançar sobre a competência constitucional do Poder Legislativo [...]”, tendo em vista que “[...] a revisão da Lei de Anistia, se mudanças do tempo e da sociedade a impuseram, haverá de ser feita pelo Poder Legislativo e não pelo Poder Judiciário”. Observou, entretanto, a necessidade de assegurar “[...] a possibilidade de acesso aos documentos históricos, como forma de exercício fundamental da verdade, para que, atento às lições do passado, possa o Brasil prosseguir na reedificação madura do futuro democrático [...]”, e conclui dizendo que “[...] é necessário não esquecermos, para que nunca mais as coisas voltem a ser como foram no passado”<sup>513</sup>.

Segue-se com a análise da decisão exibindo excertos dos votos dos ministros. Negando o argumento de que o preceito fundamental sobre a dignidade da pessoa humana fora afrontado, o ministro relator Eros Graus, respondendo às ponderações da inicial, asseverou que essa era uma argumentação política e não jurídica, “[...] argumentação que entra em testilhas com a História e com o tempo”. Já que “[...] a dignidade da pessoa humana precede a Constituição de 1988 e esta não poderia ter sido contrariada, em seu artigo 1º, III, anteriormente a sua vigência [...]”, afirmou que a Arguente desqualificava fatos históricos que antecederam a

---

<sup>512</sup> BRASIL, 2010b.

<sup>513</sup> Ibidem.

aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei n. 6.683/79. Também seria argumentação política dizer o peticionário que, “[...] no suposto acordo político, jamais revelado à opinião pública, a anistia aos responsáveis por delitos de opinião serviu de biombo para encobrir a concessão de impunidade aos criminosos oficiais, que agiam em nome do Estado”. Graus afirmou que “[...] a inicial ignorou o momento talvez mais importante da luta pela redemocratização do país, que foi o da batalha da anistia, autêntica batalha [...]”. “Toda a gente que conhece nossa História sabe que esse acordo político existiu, resultando no texto da Lei n. 6.683/79”. Afirmando que os homens não fazem a história como querem e sim como podem, citou o *18 de Brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”<sup>514</sup>.

Objetando-se aos votos dos seus pares, Ricardo Lewandowski, quanto às asserções sobre teoria do pacto social, proferiu o entendimento de que, “[...] longe de ter sido outorgada dentro de um contexto de concessões mútuas e obedecendo a uma espécie de ‘acordo tácito’, celebrado não se sabe bem ao certo por quem, [...]” a Lei de Anistia “[...] em verdade foi editada em meio a um clima de crescente insatisfação popular contra o regime autoritário”<sup>515</sup>.

O advogado Fábio Konder Comparato, um dos que firmaram a inicial da ADPF, a respeito da possível consonância de vontade apregoada por parte dos ministros da Corte Suprema, afirmou que “é politicamente indefensável, com efeito, pretender que os que governam acima das leis [...]”, ainda “sob a vigência do chamado Ato Institucional 5, possam legitimamente obter de um legislador submisso a anistia para os crimes que cometeram no exercício de suas funções”. Prossegue: “Que democracia é essa que se inaugura no achincalhe? A pretensa ‘pacificação dos espíritos’, de resto, foi sempre uma farsa grosseira, pois à época da anistia não havia o menor vislumbre de oposição armada ao regime”. E arrematou: “Tudo se passou como se um ditador corrupto qualquer, desejando abandonar o poder sem riscos, negociasse com o sucessor uma pré-anistia para os seus desmandos”<sup>516</sup>.

Muitos dos ministros que votaram pela improcedência do pedido justificaram seus votos utilizando o método histórico; a Ministra Cármen Lúcia afirmou: “Da tribuna, na sessão inicial deste julgamento, foi lembrado que nem sempre o elemento histórico é o melhor dos critérios para se chegar à interpretação da norma [...]”; ponderou que “[...] há razão geral, em

<sup>514</sup> BRASIL, 2010b, p. 25.

<sup>515</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>516</sup> COMPARATO, Fábio Konder. Questão de decência. **Folha de São Paulo**, 19 set. 1995, Caderno Tendências e Debates, p. 13.

tal argumento. Entretanto, para o caso específico, difícil seria desconhecer o que se vivia e para o que se deu a elaboração da Lei agora em questão e na qual se contém o dispositivo para o qual se pede interpretação específica”<sup>517</sup>.

No mesmo sentido, o voto do Ministro Celso de Melo explicita a utilização do referido método afirmando que: “Na realidade, o argumento histórico, no processo de interpretação, não se reveste de natureza absoluta nem traduz fator preponderante na definição do sentido e do alcance das cláusulas inscritas no texto da Constituição e das leis”. Citando reconhecidos autores completou que, contudo, o método hermenêutico “[...] qualifica-se como elemento expressivo de útil indagação das circunstâncias que motivaram a elaboração de determinado texto normativo”, que pode estar “[...] inscrito na Constituição ou nas leis, permitindo o conhecimento das razões que levaram o legislador a acolher ou a rejeitar as propostas submetidas ao exame do Poder Legislativo, tal como assinala o magistério da doutrina”<sup>518</sup>.

Pode-se observar que os votos de vários ministros fizeram menção ao método histórico de interpretação. Cármen Lúcia e Celso de Mello avaliaram que, mesmo não sendo o mais confiável, o método histórico não poderia ser preterido na discussão do caso analisado. Os dois, juntamente com o relator, afirmaram que se processou um acordo que apontava para bilateralidade da Anistia, e colacionaram informações e citações na tentativa de justificar e esclarecer as circunstâncias históricas que cercaram a edição da Lei de Anistia para justificar sua validade<sup>519</sup>.

Por outro lado, o Ministro Ayres Britto<sup>520</sup> rechaçou a utilização do método histórico,

---

<sup>517</sup> BRASIL, 2010b, p. 88.

<sup>518</sup> (BRASIL, 2010b, p. 177). Esse método hermenêutico, contudo, qualifica-se como expressivo elemento de útil indagação das circunstâncias que motivaram a elaboração de determinado texto normativo inscrito na Constituição ou nas leis, permitindo o conhecimento das razões que levaram o legislador a acolher ou a rejeitar as propostas submetidas ao exame do Poder Legislativo, tal como assinala o magistério da doutrina (MAXIMILIANO, Carlos **Hermenêutica e aplicação do direito**. 9. ed. São Paulo: Forense, 1980, p. 310; FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. **Processos informais de mudança da Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 1986, p. 40/42; BARROSO, Luís Roberto **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996, 126).

<sup>519</sup> BRASIL, 2010b.

<sup>520</sup> “Mas eu entendo que, no caso, as tratativas ou precedentes dever ser considerados secundariamente, porque o chamado ‘método histórico de interpretação’, em rigor, não é um método e sim um parâmetro de interpretação jurídica, porque a ele só se deve recorrer quando subsiste alguma dúvida de inteligência quando à vontade normativa do texto interpretado. Vontade normativa não revelada pelos quatro métodos tradicionais a que o operador jurídico recorre: o método literal, o lógico, o teleológico e o sistemático. Ou seja, o método histórico não é para afastar *a priori* qualquer dúvida, não é para antecipadamente afastar qualquer dúvida de interpretação. É para tirar dúvida por acaso remanescente da aplicação dos outros métodos de interpretação. E, neste caso da Lei de Anistia, eu não tenho nenhuma dúvida de que os crimes hediondos e equiparados não foram incluídos no chamado relato ou núcleo deontológico da lei”. (BRASIL, 2010b, p. 153).

assegurando que ele não é propriamente um método, mas um “paramétodo” caso se conserve alguma ambiguidade sobre o sentido do texto, e que, desde que os verdadeiros métodos clássicos tenham sido insuficientes, deve ser uma espécie de recurso supletivo. O parâmetro histórico não poderia servir para afastar antecipadamente dúvida de interpretação. A lei, em si, é mais importante.

Para Moreira da Silva Filho, os ministros se utilizaram da antiga hermenêutica sem considerar novas abordagens, e o mais relevante não são os métodos aplicados sobre o objeto sob apreço, e sim o que subjaz à articulação dos métodos, que, no desenho cientificista tradicional, é invisibilizado. “O nome dado a esta dimensão, que é uma verdadeira condição de possibilidade, é o de pré-compreensão, ela demarca o caráter ontológico da hermenêutica para o humano”. Nesse sentido, para além de métodos ou ferramentas, a hermenêutica se instala no próprio modo de ser das pessoas<sup>521</sup>.

No sentido de esclarecer a pré-compreensão, aponta Coelho que primeiro se forma a convicção, então a pré-compreensão, e apenas posteriormente se faz o exercício de procurar as justificativas basilares, de modo que as conclusões escolhem as premissas:

Em suma, desprovidos de uma teoria que sustente a seleção de métodos e princípios com que trabalhem a constituição, seus intérpretes e aplicadores acabam escolhendo esses instrumentos ao sabor de sentimentos e intuições pessoais, ou, se quisermos, da sua pré-compreensão, um critério que talvez lhes pacifique a consciência, mas certamente nada nos dirá sobre a racionalidade dessas opções<sup>522</sup>.

O intérprete deveria buscar não a vontade do legislador e sim a vontade da lei, o seu sentido objetivo. Com a durabilidade das leis e as mudanças históricas e sociais, a lei, na medida da sua longevidade, passaria a exigir do intérprete uma diligência crescente de adequação a novas circunstâncias, deixando a referência ao pensamento do legislador como algo, cada vez mais, no passado. A lei é mais sábia que o legislador<sup>523</sup>.

Em outro trecho do voto, o relator, Ministro Eros Grau, justifica sua decisão

<sup>521</sup> SILVA FILHO, 2010.

<sup>522</sup> Quanto à sua função dogmática, deve-se dizer que, embora os princípios da interpretação constitucional se apresentem como enunciados lógicos e, nessa condição, pareçam anteriores aos problemas hermenêuticos que, afinal, eles ajudam a resolver, em verdade e quase sempre funcionam como fórmulas persuasivas ou convenientes, mostrar-se-iam arbitrárias ou desprovidas de fundamento se não contassem com o apoio desses cânones interpretativos. Não por acaso já se proclamou que a diversidade de métodos e princípios interpretativos potencializa a liberdade do juiz, a ponto de lhe permitir antecipar as decisões – à luz da sua pré-compreensão sobre o que é correto e justo em cada situação concreta – e só depois buscar os fundamentos de que precisa para dar sustentação discursiva a essas soluções, puramente intuitivas, num procedimento em que as conclusões escolhem as premissas, e os resultados selecionam os meios. (COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação constitucional**. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2011)

<sup>523</sup> BRASIL, 2010b.

evocando o momento histórico da “[...] transição conciliada, suave em razão de certos compromissos. Isso porque foram todos absolvidos, uns absolvendo-se a si mesmos [...]”, como um pacto necessário<sup>524</sup>; depois disso desencavaram-se diversos atos de anistia que existiram no país, com extensão nacional, regional ou estadual, que serviram durante o período republicano para acabar com revoltas, guerras, movimentos revolucionários, dentre outros, questionando-se como deveríamos hoje interpretar esses textos: tomando-se a realidade político-social do nosso tempo, nos dias de hoje, ou aquelas no bojo das quais cada qual dessas anistias foi concedida<sup>525</sup>? Ele finalizou afirmando que “[...] a decisão pela improcedência da presente ação não exclui o repúdio a todas as modalidades de tortura, de ontem e de hoje, civis e militares, policiais ou delinquentes”<sup>526</sup>.

Um dos principais argumentos do relator é comumente rebatido pelos estudiosos do tema, os quais afirmam, como já exposto anteriormente, que a anistia pleiteada pela sociedade era a busca da liberdade, da democracia, do retorno dos exilados, da paz, e não da impunidade ou proteção dos malfeitores. Ademais, não existiam duas forças equivalentes que pudessem “negociar” a anistia de forma equilibrada.

Chama atenção, ainda, que no seu voto o relator faz citação a outros normativos de anistia, citando guerras e embates armados. Essas situações não se assemelham à ditadura

---

<sup>524</sup> BRASIL, 2010b, p. 57

<sup>525</sup> “Registro a existência, no Brasil, no período republicano, de mais de trinta atos de anistia, veiculados pelos seguintes decretos ou leis-medidas: Decreto n. 8/ 1891 (oposição ao Governo do Marechal Deodoro no Pará); Decreto n. 83/ 1892 (movimentos revolucionários em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul); Decreto n. 174 /1893 (acontecimentos políticos em SC e PE); Decreto n. 175/ 1893 (movimentos de 02.03.1893 no Maranhão); Decreto n. 176 /1893 (movimento ocorrido em Catalão-GO); Decreto n. 305 / 1895 (acontecimentos políticos em Alagoas e Goiás); Decreto n. 310 /1895 (movimentos revolucionários); Decreto n. 406/1896 (movimento de 04.09.1896 em Sergipe); Lei n. 533 / 1898 ( amplia a anistia concedida pelo Decreto n. 310/1895 ); Decreto n. 1373 / 1905 (Revolta da Vacina); Decreto n. 1599/1906 (movimentos revolucionários de Sergipe e Mato Grosso); Decreto n. 2280 /1910 (Revolta da Chibata); Decreto n. 2687 / 1912 (ampliação da anistia à Revolta da Chibata); Decreto n. 2740 /1913 (revoltas no Acre e em Mato Grosso); Decreto n. 3102 /1916 (revolução no Ceará e crimes políticos no país); Decreto n. 3163 / 1916 ( crimes políticos no Espírito Santo em virtude da sucessão presidencial); Decreto n. 3178 /1916 (ampliação das anistias de 1895 e 1898 ); Decreto n. 3492 /1916 (eventos no Amazonas e Guerra do Contestado no Paraná e em Santa Catarina); Decreto n. 19395 / 1930 (Revolução de 1930); Decreto n. 20249/1931 (movimentos sediciosos de 28.04.1931 em São Paulo); Decreto n. 20265/1931 ( movimentos sediciosos de 20 .05 .1931 em Pernambuco); Decreto n. 24297 /1934 (Revolução Constitucionalista de 1932); Decreto-Lei n. 7474 / 1945 (Intentona Comunista de 1935); Decreto-Lei n. 7769 /1945 (integrantes da Força Expedicionária Brasileira); Decreto-Lei n. 7943 /1945 ( crimes de injúria ao Poder Público e crimes políticos); Decreto Legislativo n. 18/1951 ( crime de greve); Lei n. 1346 /1951 ( crimes eleitorais de leis revogadas); Decreto Legislativo n. 63 /1951 ( crime de injúria ao Poder Público); Decreto Legislativo n. 70/1955 ( conflito no jornal Tribuna Popular-RJ); Decreto Legislativo n. 16 /1956 ( crimes de imprensa); Decreto Legislativo n. 22/ 1956 ( movimentos revolucionários de 1955 a 1956); Decreto Legislativo n. 27/1956 ( crimes de greve, de imprensa e insubmissão nas Forças Armadas); Decreto Legislativo n. 18 /1961 ( crimes políticos, greve, militares e imprensa); Lei n. 6683 / 1979 (crimes políticos e conexos entre 1961 e 1979); Lei n. 7417 /1985 ( mães de família condenadas a até cinco anos de prisão). Como deveríamos hoje interpretar esses textos? Tomando-se a realidade político-social do nosso tempo, nos dias de hoje, ou aquelas no bojo das quais cada qual dessas anistias foi concedida?” (Ibidem, p. 46).

<sup>526</sup> Ibidem, p. 72.



militar, que durou mais de 20 anos e teve a aplicação da tortura institucionalizada juntamente com o desaparecimento forçado e práticas reiteradas de desrespeito aos direitos humanos, com consequente cometimento de crimes de lesa-humanidade<sup>527</sup>.

É de difícil compreensão que, num país que vivencia um Estado Democrático de Direito, o Poder Judiciário possa apoiar leis que desrespeitem os preceitos dos direitos das gentes, normas constitucionais e Tratados já assinados e ratificados. A decisão está amplamente dissociada do debate e da linguagem utilizada no discurso científico atual sobre os direitos humanos, e termina por privilegiar torturadores e agentes perpetradores de crimes de lesa-humanidade, além de dificultar, quiçá impedir, a recuperação da memória e da verdade, e a reestruturação de uma democracia estável, duradoura e robusta.

Segundo Lenio Streck, “Nenhuma lei pode proteger de forma deficiente ou insuficiente os Direitos Humanos fundamentais”. Ele infere que a tortura não é crime político, por isso “não pode ser alcançada por qualquer lei ou constituição”. O imbróglio que envolve a Lei da Anistia está na sua interpretação, pois “[...] deu azo a que se considerassem, indevidamente, anistiadas todas as pessoas que participaram das ações contra e a favor do regime”. E continua: “Se o Brasil se comprometeu a punir com rigor a tortura, seria incoerente que aprovasse uma lei ‘inocentando’ aqueles que praticam esse tipo de crime”<sup>528</sup>.

Por fim, conforme o ministro Eros Grau, somente a interpretação de um texto legal transforma-o em norma, dá-lhe efetividade almejada. “Interpretar é aplicar, é dar concreção ao Direito”, expôs. “As normas resultam da interpretação. Só o texto da lei não diz nada, até sua transformação em norma, resultado da interpretação”. Por isso, de acordo com seu entendimento, não cabe a alegação de inépcia da Lei de Anistia por obscuridade, como apontado pela postulante da ação<sup>529</sup>. Partindo-se desse raciocínio (que a lei só diz depois da interpretação), o sujeito cognoscente também só perceberia a sua incompreensão, a não clareza do texto normativo, após a sua interpretação.

Já os ministros Ayres Britto e Ricardo Lewandowski, votos vencidos no julgamento, entenderam que os crimes políticos praticados pelos opositores do regime militar e os crimes comuns praticados pelos agentes públicos não poderiam ser igualados em nenhuma hipótese; isso posto, os agentes estatais não deveriam ser beneficiados pela Lei da Anistia, quer

---

<sup>527</sup> BRASIL, 2010b.

<sup>528</sup> FACHIN, Patricia. Reféns da lei. Que Justiça é essa? Entrevista com Lenio Streck. **IUH on-line**, v. 269, 18 ago. 2008. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2050&secao=269](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2050&secao=269)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

<sup>529</sup> BRASIL, 2010b.

dizer, os crimes qualificados como hediondos, os crimes contra a humanidade, como a tortura, o homicídio e o desaparecimento de pessoas, seriam imprescritíveis e não estariam cobertos pela Lei da Anistia<sup>530</sup>.

Passa-se a analisar o voto do Ministro Ayres Britto<sup>531</sup>. Destacam-se insertos da manifestação do pensamento do ministro constantes do seu voto. Inicialmente ele concedeu dedicação ao argumento de que perdão coletivo é distinto de perdão individual, e, tendo em vista a complexidade do primeiro, juntamente com a coletividade de interesses, pois “[...] uma coisa é a coletividade perdando; outra coisa é o indivíduo perdando [...]”, o perdão coletivo precisa ser feito às claras, e não de forma viciada de modo a gerar interpretações obscuras. “A humanidade não é o homem para se dar as virtudes do perdão. Em certas circunstâncias, o perdão coletivo é falta de memória e de vergonha, convite masoquístico à reincidência”.

Na sequência, afirmou que quem redigiu a Lei da Anistia “[...] não teve coragem, digamos assim, de assumir essa propalada intenção de anistiar torturadores, estupradores, assassinos frios de prisioneiros já rendidos, pessoas que jogavam de um avião em pleno voo as suas vítimas”. Para que houvesse indubitabilidade, a concessão de anistia ampla, geral e irrestrita deveria ter sido feita de forma muito clara e deliberada. “O que interessa é a vontade objetiva da lei, não a vontade subjetiva do legislador”.

Esclarece que não consegue enxergar no texto da Lei da Anistia essa clareza que os outros enxergam com tanta facilidade, no sentido de que ela, Lei da Anistia, sem dúvida, incluiu no seu âmbito pessoal de incidência todas as pessoas que cometeram crimes, não somente os singelamente comuns, mas também os caracteristicamente hediondos ou assemelhados, desde que sob motivação política ou sob tipificação política<sup>532</sup>.

Na sequência, o Ministro Ayres Britto debruçou-se sobre o dispositivo insculpido no artigo 5º, XLIII, da CF/88, esclarecendo o instituto da recepção, do qual deflui que toda norma promulgada anteriormente à vigência de uma novel Constituição não pode entrar em rota de colisão com o novo texto constitucional, sob pena de ser declarada não recepcionada pela própria Carta Magna. Ou seja, a Carta Cidadã impõe que toda e qualquer legislação anterior a ela (Carta) deve adequar-se à nova realidade<sup>533</sup>. Lembra que o referido inciso coíbe expressamente a concessão de anistia, graça ou fiança para “[...] o terrorismo, a tortura e os

---

<sup>530</sup> BRASIL, 2010b.

<sup>531</sup> Todas as falas do Ministro Ayres Britto, nesta e nas páginas seguintes, foram retiradas do seu voto na análise da ADPF 153 (Ibidem).

<sup>532</sup> Ibidem.

<sup>533</sup> Ibidem.

definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

Nesse sentido, objetou argumentos de que a Lei da Anistia foi integrada à ordem constitucional por estar reafirmada na Emenda Constitucional 26/1985, que convocou a Assembleia Constituinte de 1988. Para o Ministro, em verdade a Assembleia Constituinte é um poder originário, fundador, não regulado por direito anterior e, por isso, seu instrumento de convocação é apenas um instrumento que proporciona a atividade do poder constituinte, que, por sua natureza, é um poder livre autônomo<sup>534</sup>.

E, para finalizar, o Ministro assim justificou o seu entendimento:

Senhor Presidente, estou concluindo. Não enxergo na Lei da Anistia esse caráter “amplo, geral e irrestrito” que se lhe pretende atribuir. Peço vênia aos que pensam diferentemente. Agora, com a “interpretação conforme a Constituição”, cabe sempre que o texto interpretado foi polissêmico ou plurissignificativo, desde que um desses significados entre em rota de colisão com o texto constitucional, também julgo parcialmente procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para, dando-lhe interpretação conforme, excluir do texto interpretado qualquer interpretação que signifique estender a anistia aos crimes previstos no inciso XLIII do artigo 5º da Constituição. Logo, os crimes hediondos e os que lhe sejam equiparados: homicídio, tortura e estupro, especialmente<sup>535</sup>.

O Ministro Ayres Britto demonstrou, com seus argumentos, que a Constituinte de 1988, na limpidez de seus dispositivos, não tolera os atos praticados no ambiente ditatorial. E mais: que consta no artigo 5º, inciso XLIV, a natureza imprescritível e inafiançável da “[...] ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”<sup>536</sup>.

Desse modo, uma Lei de Anistia pode, sim, resultar válida quando gera uma reconciliação capaz de estabelecer sólidos e demorados alicerces para a construção de uma sociedade democrática, e não apenas signifique a mera impunidade dos agentes do Estado. Não é o caso do Brasil. Trata-se, pelo contrário, de leis de autoanistias, como bem qualificou a Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>537</sup>.

A decisão do STF não foi a enunciação mais apropriada e compatível com a construção da jurisprudência da Corte IDH e com suas orientações e recomendações; nesse

---

<sup>534</sup> BRASIL, 2010b.

<sup>535</sup> Voto do Ministro Ayres Britto (Ibidem, p. 146).

<sup>536</sup> Ibidem.

<sup>537</sup> CUEVA, Eduardo González. Perspectivas teóricas sobre la justicia transicional. **New School for Social Research**. 2000. Disponível em: <[http://www.aprodeh.org.pe/sem\\_verdad/documentos/Gonzalez\\_Cueva.pdf](http://www.aprodeh.org.pe/sem_verdad/documentos/Gonzalez_Cueva.pdf)> Acesso em: 25 abr. 2017.

cerne, farta é a jurisprudência da Corte IDH que proclama e aprofunda a não validade das leis de autoanistia, como se ressalta com a indicação e análise dos casos a seguir.

No caso *Barrios Altos vs. Peru*, a Corte IDH julgou uma chacina praticada pelo esquadrão de extermínio do exército peruano, cujos agentes militares responsáveis foram agraciados pela anistia política; declarou ser a anistia inadmissível em conjunto com as disposições de prescrição, excludentes de responsabilidade de investigação de graves violações dos direitos humanos, a exemplo da tortura e do desaparecimento forçado. Exarou que essa espécie de legislação conduz à perpetuação da impunidade e impede o acesso à Justiça e o conhecimento da verdade, bem como a reparação correspondente<sup>538</sup>.

Noutro caso, *Almonacid Arellano y otros vs. Chile*, cujo objeto era a falta de investigação e punição dos responsáveis pela execução extrajudicial da vítima, particularmente após a aplicação da lei de autoanistia (Decreto Lei n. 2.191/1978), a Corte ponderou de modo análogo<sup>539</sup>.

No mesmo ano do caso anterior, 2006, a Corte examinou o caso *La Cantuta vs. Peru*, que concerne a violações aos direitos humanos perpetradas contra um professor universitário e nove de seus alunos, em virtude de um sequestro na Universidade Nacional de Educação em julho de 1992, que terminou com seu desaparecimento forçado seguido de execução sumária concretizada pelo exército peruano. A sentença de condenação proferida pela Corte compreendeu a obrigação de se combater a situação de impunidade com todos os meios disponíveis, e impedir a repetição crônica das violações dos direitos humanos, singularmente diante da falta de condição de defesa das vítimas<sup>540</sup>.

Nesse cerne, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em reiteradas decisões relativas ao Peru (*Barrios Altos* e *La Cantuta*) e ao Chile (*Almonacid Arellano* e outros), já definiu entendimento jurisprudencial no sentido da nulidade absoluta das leis de autoanistia. Não se pode olvidar que, com o melhoramento jurídico alcançado em um Estado de Direito, seus representantes não podem liberar a si próprios e a seus cooperadores de responsabilidade alguma por crimes ou delitos que porventura tenham praticado<sup>541</sup>.

<sup>538</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. (OEA). Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Barrios Altos versus Peru**. Sentencia de 14 de marzo de 2001. Fondo. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_75\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_75_esp.pdf)> Acesso em 25 abr. 2016.

<sup>539</sup> Idem. **Almonacid Arellano y otros vs. Chile**, Sentença de 26 de setembro de 2006b. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_154\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

<sup>540</sup> Idem. **La Cantuta vs. Peru**, 2006.

<sup>541</sup> COMPARATO. Fábio Konder. A balança e a espada. **OAB-SP**, 27 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/publicacoes/detartigo/21>>. Acesso em 22 jan. 2017.

Compreensão contrária à do STF possui a Corte Interamericana que, em julgamento acontecido em dezembro de 2010, considerou as disposições da Lei de Anistia brasileira como impossibilitadoras de investigação e de sanção de sérias e custosas violações de direitos humanos, bem como que os dispositivos da Lei de Anistia são inconciliáveis e conflitantes com a Convenção Americana. Isto é, tais dispositivos são desprovidos de efeitos jurídicos e, portanto, ineficazes para representar um estorvo para a investigação dos acontecimentos do caso em análise, o que dificulta o acesso à verdade e à construção da memória; dessa maneira, o Estado descumpriu a sua obrigação de adequar seu Direito doméstico à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Finalmente, a Corte dispôs que o Brasil deve levar a julgamento, pela Justiça Penal ordinária, os causadores das violações e “[...] determinar as correspondentes responsabilidades penais e aplicar efetivamente as sanções e consequências que a lei preveja”<sup>542</sup>.

Soma-se à jurisprudência da Corte IDH o sistema global, com duas recomendações gerais que caminham na mesma direção. A recomendação de 20 de abril de 1993 considera a anistia incompatível com os deveres próprios do Estado, quais sejam, de investigar, punir e reparar os crimes cometidos. Também a recomendação 31/2004 indica a reparação do Estado por meio de medidas satisfativas como construção e manutenção de monumentos em memória – medidas simbólicas –, pedidos públicos de desculpas, solenidades e atos em memórias; além disso, indica que sejam impelidos os agentes violadores a julgamento.

Como visto, a interpretação conferida à mencionada Lei da Anistia no âmbito interno é a que avalia como “crimes conexos” todos aqueles praticados pelos agentes do Estado, incluindo-se as graves violações de direitos humanos. Essa equivocada interpretação constitui um dos maiores obstáculos à garantia do direito à memória e à verdade dos familiares dos desaparecidos forçados, o que cunhou uma situação de impunidade<sup>543</sup>.

Tal interpretação torna maior o obstáculo que a Lei representa para a averiguação dos acontecimentos daquele período, pelos efeitos vinculantes e pela eficácia *erga omnes* da decisão. Na perspectiva do direito internacional, o contexto de criação da Lei de Anistia é irrelevante, pois a Corte IDH avalia que a tentativa de não apurar as responsabilidades dos envolvidos em graves violações de direitos humanos é antagônica às obrigações internacionais

---

<sup>542</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) VS. Brasil. **Outros (“Guerrilha do Araguaia”)VS. Brasil**. Sentença de 24 nov. 2010.

<sup>543</sup> Ibidem.

do Estado<sup>544</sup>.

Ademais, a obrigação de processar e, caso se averigue a responsabilidade penal, punir os autores de violações de direitos humanos advém da obrigação de garantia, insculpida na Convenção Americana de Direitos Humanos, artigo 1.1. A citada obrigação alude ao dever de os Estados-Parte organizarem todo o aparato governamental, bem como todas as estruturas do Estado por meio das quais se manifesta o exercício do poder público, a fim de que sejam apropriadas para assegurar juridicamente o livre e pleno exercício dos direitos humanos. A Corte IDH considera que as leis de anistia violam os parâmetros protetivos internacionais, são ilícitos internacionais e não deveriam ser obstáculo para investigação, julgamento e reparação a violações e aos direitos das vítimas e de suas famílias à verdade e à justiça<sup>545</sup>.

O Brasil não pode se negar ao cumprimento da decisão da Corte IDH. Os termos insculpidos no artigo 2º da Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>546</sup> dizem ser dever do Estado-Parte adotar disposições de Direito interno, consoante as suas normas constitucionais, para tornar efetivos os direitos e as liberdades nelas mencionadas. No mesmo sentido, o artigo 27 da Convenção de Viena<sup>547</sup> reza sobre a vedação de invocar questões de ordem interna com o objetivo de descumprir ou cumprir imperfeitamente as obrigações internacionais assumidas.

Assim, a partir do reconhecimento da supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e da consequente abertura da Constituição à normativa e aos costumes internacionais, estes passaram a constituir importante instrumento para a efetivação da proteção dos direitos humanos no plano nacional.

Contudo, existem opiniões dissidentes, como as de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como Cesar Peluso, o qual afirmou decididamente que a decisão da Corte IDH “[...] não revoga, não anula, a decisão do Supremo [...]”, e Marco Aurélio Mello, que afirmou que “[...] o governo brasileiro está submetido às instituições práticas e às decisões do Supremo”<sup>548</sup>.

<sup>544</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2010.

<sup>545</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Velásquez Rodríguez versus Honduras**. Sentencia de 29 de julio de 1988. Fondo. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_04\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_04_esp.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

<sup>546</sup> Idem. **Caso do Massacre dos Dois Erres versus Guatemala**. Sentencia de 24 de noviembre de 2009b. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/sentencia-%E2%80%93-caso-do-massacre-dos-dois-erres-vs-guatemala/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>547</sup> Idem, 1969.

<sup>548</sup> RECONDO, Felipe. STF defende Lei de Anistia após decisão sobre Araguaia. **Agência Estado**. 15 dez. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,stf-defende-lei-da-anistia-apos-decisao-sobre-araguaia,654094>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

Como se pronunciou o STF em outros casos em que normas internacionais ratificadas pelo Brasil foram invocadas?

O STF, ao assim decidir na ADPF 153, contrariou sua própria jurisprudência, pois já havia reconhecido a força normativa dos tratados internacionais sobre direitos humanos, bem como do costume internacional, juntamente com o direito interno, para a efetiva proteção dos direitos humanos no Brasil<sup>549</sup>.

O reconhecimento se desvela da recente e valorosa decisão a partir da qual o STF passou a atribuir hierarquia *supralegal* aos tratados internacionais sobre direitos humanos. Sobre o tema, destaca-se excerto do voto pronunciado pelo Ministro Gilmar Mendes no julgamento do RE 466.343-1/SP, no qual corroborou o que chamou de “[...] uma tendência contemporânea do constitucionalismo mundial ao prestigiar as normas internacionais destinadas à proteção do ser humano”. E continuou: “[...] a partir desse universo jurídico voltado aos direitos e garantias fundamentais, as Constituições não apenas exteriorizam maiores possibilidades de concretização de sua eficácia normativa [...]”; ele finaliza o raciocínio: “[...] também somente podem ser concebidas em uma abordagem que aproxime o Direito Internacional do Direito Constitucional”.

No julgamento do RE 511.961, no mesmo cerne, foram conferidos validade e prestígio às normas internacionais. No processo que discutiu a constitucionalidade da exigência do diploma de jornalismo e a obrigatoriedade de registro profissional para exercer a profissão de jornalista, os ministros expressaram a compreensão de que as imposições encerradas no Decreto-Lei 972/1969, lançado durante a ditadura militar, contrariam o direito à livre manifestação do pensamento inscrito no artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, fere a liberdade de imprensa e não foi recepcionado pela Constituição Federal do Brasil de 1988<sup>550</sup>.

O Ministro Celso de Mello, que votou na ADPF 153 pela inaplicabilidade da jurisprudência da Corte IDH no caso da Lei de Anistia brasileira, em outro pronunciamento (julgamento do HC 87.585-8), porém, emitiu opinião discordante desta, já que referenciou a

<sup>549</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 466.343-1**, São Paulo. Prisão civil. Relator: Ministro Cezar Peluso. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Data do julgamento: 22 de novembro de 2006. Data da divulgação: DJe 104, de 04/06/2009; Idem. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 87.585-8**, Tocantins. Prisão civil. Relator: Ministro Marco Aurélio. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Data do voto do relator: 12/03/2008. Data da Divulgação: DJe de 22/04/2014.

<sup>550</sup> Idem. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 511.961** São Paulo. Jornalismo. Exigência de diploma de curso superior, Relator: Ministro Gilmar Mendes. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Data do julgamento: 17/06/2009. Data da Divulgação: DJe nº 2013 de 13/11/2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

importância dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos e o papel essencial e indispensável do Poder Judiciário na incorporação dos valores e princípios orientadores dessa proteção, asseverando que “[...] o Poder Judiciário constitui o instrumento concretizador das liberdades civis, das franquias constitucionais e dos direitos fundamentais assegurados pelos tratados e convenções subscritos pelo Brasil.” E prosseguiu: “[...] essa alta missão, que foi confiada aos juízes e Tribunais, qualifica-se como uma das mais expressivas funções políticas do Poder Judiciário”<sup>551</sup>.

Malgrado a Corte IDH e a maioria dos autores pesquisados entenderem que a norma contrária às convenções e tratados é carecedora de efeitos pelos motivos acima explanados, prevalece, na prática, o entendimento do STF, como órgão máximo do Judiciário brasileiro.

No que diz respeito à prescrição, a Corte IDH já consolidou o entendimento de que as disposições de anistia e outros institutos jurídicos de estabelecimento de excludentes de responsabilidade (de crimes como a tortura, as execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias e os desaparecimentos forçados) são todos proibidos, pois violam direitos reconhecidos como irrevogáveis pelo direito internacional dos direitos humanos. Tampouco, qualquer desses institutos jurídicos deve impedir que um Estado cumpra a sua obrigação inalienável de punir os crimes de lesa-humanidade, pois eles são “[...] insuperáveis nas existências de um indivíduo agredido, nas memórias dos componentes de seu círculo social e nas transmissões por gerações de toda a humanidade”<sup>552</sup>.

Uma das bases da justiça de transição é a responsabilização dos agentes do Estado que cometeram violações aos direitos humanos. Essa responsabilização é também conhecida como direito à justiça histórica, podendo ocorrer nos âmbitos civil, administrativo e penal, e visa a fortalecer um sistema de direitos que prioriza o valor da manutenção da vida e a proteção dos cidadãos em relação às barbaridades cometidas contra os direitos humanos. Essa justiça de transição cumpre um papel moral no delicado processo de integração social, uma vez que declara publicamente, pelo Estado e em nome dele, a responsabilidade dos que violaram os direitos de cidadãos que deveriam ter sido protegidos pelo Estado. A instauração de

---

<sup>551</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 87.585-8**. Voto do Ministro Celso de Mello em 12/03/2008, p. 6-7.

<sup>552</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2006; 1988; 2001; 2006c. Idem. **Caso Bámaca Velásquez versus Guatemala**. Sentencia de 25 de noviembre de 2000 Fondo. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec\\_70\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_70_esp.pdf)> Acesso em: 25 nov. 2016.



procedimentos judiciais para a apuração dessas responsabilidades também contribui para a garantia do direito à memória e à verdade<sup>553</sup>.

A Lei de Anistia brasileira não contempla e não permite, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a responsabilização dos agentes do Estado que praticaram crimes contra a humanidade. Desse modo, em síntese, os argumentos exibidos pelo ministro relator e pelos demais ministros que se posicionaram pela improcedência da ADPF residem essencialmente nos entendimentos de que se realizou um acordo celebrado por quem possuía legitimidade social e política para, naquele momento histórico, ajustar um pacto nacional (todavia, é importante lembrar que os deputados e os senadores foram eleitos pela via indireta). O dispositivo invocado não pode ser alterado, para os fins propostos, pela via judicial.

Por fim, a interpretação que conduz à aplicação efetiva e eficaz de todo o sistema constitucional brasileiro levou em consideração o momento político de transição do regime autoritário para o democrático no qual foi promulgada a Lei de Anistia, e a inviabilidade de o Poder Judiciário adentrar no Poder Legislativo para operar uma revisão na Lei de Anistia. Houve a integração da anistia à ordem constitucional.

Conclui-se que a decisão do STF sobre a Lei da Anistia, que significou a sua manutenção, por sete votos a dois, foi um lamentável equívoco da Corte Suprema brasileira.

### 3.2.3.2 Críticas à decisão da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

Navi Pillay, da área de Direitos Humanos – enquanto comissária da Organização das Nações Unidas (ONU) –, lamentou e condenou o desfecho do julgamento da Lei da Anistia no STF: “Essa decisão é muito ruim. Não queremos impunidade e sempre lutaremos contra leis que proíbem investigações e punições.” Ainda mais contundente é a opinião dos peritos do Comitê contra a Tortura da ONU que proferiram críticas à decisão do STF: “Isso é incrível e uma afronta. Leis de anistia foram tradicionalmente formuladas por aqueles que cometeram crimes, seja qual for o lado. É um autoperdão que o século XXI não pode mais aceitar [...]”, alegou Menendez. “O Brasil está ficando isolado. Parece que, como na Espanha, as forças que rejeitam olhar para o passado estão prevalecendo”. E continuou ressaltando o consenso entre os órgãos da ONU no sentido de não proteger ou apoiar as leis de anistia. “Com a decisão

---

<sup>553</sup> BAGGIO, 2010.

tomada pelo Supremo, o País está indo na direção contrária à tendência latino-americana de julgar seus torturadores e ao consenso na ONU de lutar contra a impunidade [...]", lastimou<sup>554</sup>.

A Anistia Internacional condenou a decisão do STF e afirmou que "[...] a decisão representa uma mancha moral para o Brasil". Sustentou ainda que "a decisão coloca um selo judicial de aprovação aos perdões estendidos àqueles no governo militar que cometeram crimes contra a humanidade". Em comunicado, o pesquisador da Anistia Internacional para o Brasil Tim Cahill declarou que a decisão "é uma afronta à memória dos milhares que foram mortos, torturados e estuprados pelo Estado que deveria protegê-los. Às vítimas e a seus familiares foi novamente negado o acesso à verdade, à justiça e à reparação"<sup>555</sup>.

Segundo Calmon e Dornelles, "[...] a interpretação da Lei da Anistia se deu pelas vozes e meios de comunicação dos ideólogos e juristas a serviço da ditadura". Os autores entendem que "não houve pacto. Se houve, foi firmado numa sala escura e secreta. Num pacto não escrito, tácito, é preciso ter testemunhas. E não as há". Ainda afirmam que "[...] o tal pacto foi inventado para manter submersa a verdade histórica, que requer justiça, sem a qual não haverá reconciliação". Percebem a decisão como uma contramarcha ao entendimento do direito internacional e um prejuízo para a democracia, e têm a convicção de que, "[...] sem a criminalização dos agentes de Estado que cometeram as graves violações de direitos humanos, a democracia brasileira manterá os vermes do autoritarismo e da impunidade"<sup>556</sup>.

Pádua Fernandes refere-se ao julgamento como uma ocasião em que "[...] o eclipse do direito constitucional viu-se conjugado a um revisionismo histórico cuja nefasta aliança desmente, em cada vírgula, o direito à memória e à verdade", e entende que os ministros decidiram "pela impunidade dos torturadores"<sup>557</sup>.

---

<sup>554</sup> CHADE, Jamil. ONU critica decisão do Supremo sobre Lei da Anistia. **O Estado de São Paulo**. Estadão Político. 20 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-mai-01/onu-critica-decisao-supremo-lei-anistia>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>555</sup> SIMÕES, Eduardo. Manutenção de Lei da Anistia é "afronta" às vítimas, diz ONG. **Reuters Brasil**. 30 abr. 2010. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE63T09T20100430>>. Acesso em: 12 maio 2017.

<sup>556</sup> CALMON, Francisco Celso; DORNELLES, João Ricardo. Verdade com justiça: a interpretação da Lei da Anistia se deu pelas vozes e meios de comunicação dos ideólogos e juristas a serviço da ditadura. **O Dia**. 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/opiniao/2015-03-22/francisco-celso-calmon-e-joao-ricardo-dornelles-verdade-com-justica.html>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>557</sup> FERNANDES, Pádua. Ditadura militar na América Latina e o sistema interamericano de direitos humanos: (in)justiça de transição no Brasil e Argentina. **Hal. Sciences de l'Homme et de la Société**. 2010. Disponível em: <[https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/531273/filename/AT12\\_Fernandes.pdf](https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/531273/filename/AT12_Fernandes.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

No mesmo sentido, para Silva Filho, o julgamento “[...] traduz-se em uma fortíssima evidência de que o Brasil ainda está engatinhando no quesito do fortalecimento da democracia e do desenvolvimento a partir de um adequado processo de transição política”<sup>558</sup>.

A decisão do STF sobre a Lei da Anistia no Brasil seguiu na contramão da história, das construções jurídicas e doutrinárias de valorização e respeito aos direitos humanos e dos entendimentos jurídicos atuais do *con genres*, demonstrando certa fragilidade na argumentação jurídica, um descompromisso com a sociedade e um comprometimento com o autoritarismo que vigorou na ditadura e a impunidade.

A incompatibilidade da produção normativa interior com os Tratados em vigor no plano internacional, mesmo que essa produção esteja de acordo com a Constituição, torna as normas jurídicas de direito nacional carecedoras de efeito jurídico, por não terem passado incólumes a um dos limites verticais de matérias existentes<sup>559</sup>.

Comunga-se com a tese de que a Corte brasileira agiu erroneamente. E o fez dos pontos de vista jurídico, político, histórico e social, além de ter desperdiçado uma emblemática oportunidade de inserir o Brasil no mapa daqueles países que utilizaram, de forma mais abrangente, os mecanismos de justiça de transição e revogaram a sua Lei de Anistia (como a Argentina, o Chile e o Uruguai).

Na perspectiva jurídica, ocorreu o erro porque há inúmeros argumentos, teses e fundamentos contrários à decisão, como visto acima, com base na Constituição e nos direitos fundamentais. Foram violados os princípios democrático e republicano, o direito à igualdade – precipuamente em matéria de segurança –, o direito fundamental à informação e o princípio basilar da dignidade da pessoa humana, os Tratados ratificados pelo Brasil, a hermenêutica e filosofia jurídica, a jurisprudência da Corte IDH, que decidiu e firmou entendimento em casos idênticos pela inaplicabilidade das leis de autoanistia – todas essas são fontes do direito que deveriam e poderiam ter sido utilizadas para alicerçar o deferimento dos pedidos. Esse entendimento da Corte Suprema Brasileira carrega a tensão entre o direito internacional dos direitos humanos, com os mais caros princípios que conformam o *jus cogens*, o direito internacional convencional e a questão da valorização dos direitos humanos.

Do ponto de vista político, poderia ter sido pavimentada, encorajada e avigorada a democracia do país; as instituições teriam sido consolidadas (OAB, ONG Justiça, dentre

---

<sup>558</sup> SILVA FILHO, 2010.

<sup>559</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Teoria Geral do controle de convencionalidade no direito Brasileiro. **Direitos humanos**: democracia e integração jurídica. São Paulo: Campus Jurídico, 2013.

outras), se daria um passo imprescindível para transformar a imagem de um país de impunidades e injustiças em um país que busca acertar as contas com seu passado e que preza pelo respeito aos direitos humanos, e haveria reflexos para a população na percepção de que os governantes não podem tudo. Ao contrário, demonstrou-se que, no balanço entre os poderes, o novo regime possui interferências e resíduos do poder dos antigos governantes.

A Anistia não foi “acordada” por partes que poderiam negociar livremente, sem vício de consentimento, sem a sombra e o medo de que o regime poderia não deixar o poder. A oposição ao regime não tinha opção a não ser aceitar o que os militares estavam “impondo” naquele momento histórico (uma imposição denominada acordo).

No momento de liberalização (primeiro passo da transição), faz-se o que se pode; é o que lecionam os renomados cientistas políticos já mencionados. A partir da abertura, do real início da democratização, é que se aufere inaugurar o pensamento de igualdade e a possibilidade de avançar no Estado Democrático de Direito e nas conquistas; a normalidade começa a ser retomada. A decisão do STF não respeitou a história (memória) de cada indivíduo (que foi exilado, preso, torturado, morto ou desaparecido), nem a coletividade (memória coletiva) daqueles que foram incansáveis e intransigentes na defesa da democracia.

Curioso é que todos os votos, com maior ou menor ênfase, destacaram as mazelas da tortura, dos assassinatos, dos desaparecimentos praticados naquele período, taxando-os de hediondos, reprováveis e inaceitáveis, como se essas ações tivessem se autoexecutado, sozinhas, brotadas da natureza por elas mesmas, pois não há responsáveis por elas; e, se há, eles não devem ser julgados, punidos. Manifestaram-se sobre a importância de se conhecer a verdade, afirmaram que os familiares e a sociedade têm o direito de conhecer o que aconteceu, de ter acesso amplo e irrestrito aos documentos. Esqueceram-se ou optaram por não lembrar, porém, que o direito de acesso à verdade envolve a realização da justiça.

Mas as ações para cognição e encadeamento dos mecanismos de justiça de transição somente podem ser elaboradas e desenvolvidas pelo Estado?

### **3.2.4 Mecanismos da justiça de transição a favor do direito de acesso à informação, à verdade, à memória e à justiça**

Segundo Vinyes, é necessária a conjunção de três componentes para o desenvolvimento de uma política de memória e reparação. São eles: um objetivo, que pode ser

o motivo que fundamente sua inserção, especificando os interesses em conservar adequados valores democráticos, éticos e morais; um programa que estabeleça as atividades atribuídas para preservar e propalar determinadas informações sobre o período das ditaduras, conseguindo determinada herança para as gerações futuras; e, finalmente, instrumentos que garantam a execução desse programa<sup>560</sup>.

Ao caso do Brasil, acrescenta-se a necessidade de mais três componentes: a habilidade política, a perseverança e a criatividade. A primeira porque há uma resistência interna de boa parte da classe política, ainda formada por tecnocratas que compuseram os governos militares, políticos originados do antigo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA<sup>561</sup>) e/ou seus sucessores, bem como pelo intrínseco conservadorismo que os identifica, o que requer uma extraordinária capacidade de diálogo, conscientização e convencimento para conseguir inserir o tema na pauta de discussão.

A perseverança é necessária para persistir no objetivo e não claudicar diante de certas e grandes dificuldades apresentadas por conta do contexto histórico e político. E, por fim, demanda-se o componente mais especial, que é a criatividade; cada país que vivenciou um período de totalitarismo e de violência de estado deve encontrar, pavimentar e trilhar seu próprio caminho, respeitando e conformando sua realidade.

No Brasil, há uma parcela da sociedade que objetiva à perquirição, pelo esclarecimento da verdade e da memória, dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura militar e à consecutiva punição dos responsáveis, como forma de completar a justiça de transição, consolidar a democracia do país e servir de exemplo para que isso não se repita (majoritariamente, essa parcela compõe-se de vítimas, familiares, partidos políticos de centro e de esquerda, intelectuais, artistas, defensores dos direitos humanos, organizações não governamentais parte significativa da academia, parte do Judiciário e organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, dentre outros). Outra parte, porém, contradiz essa ideia, por visualizar um comportamento “revanchista”, “denuncista”, “vingativo”, afirmando que “ambos os lados” praticaram excessos, e que tudo foi feito para se evitar um mal maior; notadamente,

<sup>560</sup> VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **El Estado y la memoria**: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. Barcelona: RBA, 2009.

<sup>561</sup> A ARENA foi rebatizada de Partido Democrático Social (PDS). Mais tarde, um grupo de políticos do PDS abandonou o partido e formou a "Frente Liberal", a qual, depois, tornou-se o Partido da Frente Liberal (PFL), atual DEM. O PDS, posteriormente, mudou o seu nome para Partido Progressista Renovador (PPR), e depois para Partido Progressista Brasileiro (PPB), que hoje se chama Partido Progressista (PP) (SCHILLING, Voltaire. O bipartidarismo no regime militar. **Educação-História**. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/08/18/001.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2017).

é o ponto de vista de militares e setores conservadores da sociedade. Há também os que acreditam e defendem a ideia de que a verdade deve ser revelada, o passado deve ser exposto, contudo compreendem que há a impossibilidade de punição por conta da Lei de Anistia, como é o caso de diversos ministros do Supremo, conforme sua declaração de voto<sup>562</sup>.

A justiça de transição, conforme acima explicitado, é composta por quatro elementos ou pilares, sendo um deles a verdade. Uma das formas de atingimento da verdade é a criação de comissões de esclarecimento, as quais foram utilizadas, em quase todos os países que tiveram passado de violência de Estado, como mecanismo de justiça de transição.

No cenário das novas democracias, as experiências repressivas transformaram-se num arcabouço de temas a serem reflexionados no âmbito público, por isso a Comissão de Esclarecimento impõe-se como um meio para se restabelecer a confiança entre o governo e a sociedade, capaz de definir que condutas adotar, por quais canais averiguar e confrontar o conhecimento dos fatos que aconteceram no passado e como chegar a uma versão mais completa e inclusiva da verdade (não somente da verdade do vencedor) e ao respeito aos direitos humanos.

### **3.2.5 Comissão da Verdade em Outros Países**

A experiência de presentificar a investigação da verdade como valor universal mostrou seu dinamismo e suas diversas fisionomias em outros países que experienciaram a violência estatal?

As comissões de esclarecimento surgiram a partir de 1974. Naquele ano, sob o governo de Idi Amin, em Uganda, foi inaugurada a primeira Comissão da Verdade, a qual teve por objetivo investigar os desaparecidos durante os primeiros anos do ditador no poder. A citada Comissão foi instalada pelo governo ugandês para responder às críticas contra o regime vigente.

A partir de então, emergiram outras comissões da verdade, comumente instaladas após períodos de governos de exceção. Elas apresentaram distintas nomenclaturas. Desse modo, por exemplo, em países como Argentina, Uganda e Sri Lanka foram denominadas de “Comissão Nacional sobre os Desaparecidos” (a Conadep argentina é estudada nesta tese). No Equador, no Togo, no Paraguai, nas Ilhas Maurício e no Haiti, foram designadas “Comissão da

---

<sup>562</sup> BRASIL, 2010b.

Verdade e da Justiça”; especificamente no Quênia ela foi “Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação”; na Guatemala teve o nome de “Comissão do Esclarecimento Histórico”, ao passo que em muitos outros países (África do Sul, Chile e Peru, por exemplo) ela recebeu o nome de “Comissão da Verdade e da Reconciliação”<sup>563</sup>.

Ao refletir sobre as necessidades, possibilidades e realidades das forças políticas e circunstâncias históricas de determinado país, cada comissão possui especificações relativas aos seus mandatos, aos termos de investigação, a seus objetivos e, precipuamente, ao poder e à autonomia de que foi investida. Verifica-se que seus resultados práticos finais muito se diferenciaram em razão desses mesmos fatores. Contudo, todas as comissões tiveram em comum a busca pela verdade e a tentativa de esclarecimento das práticas de crimes contra a humanidade.

Foram instaladas comissões da verdade em mais de 30 países. Nos anos 1990, citamos: Uganda (primeira comissão em 1974); Bolívia (1982); Argentina (1983); Uruguai (primeira Comissão em 1985); Zimbábue (1985); Uganda (segunda Comissão em 1986, para esclarecer violações durante os últimos anos do regime de Idi Amin); Chile (a primeira em 1986); Nepal (1990); Chade (1991); Alemanha (responsável pela divulgação dos arquivos da ditadura comunista da Alemanha Oriental, em 1992); El Salvador (1992); Honduras (1992); Sri Lanka (1994); Haiti (1995); África do Sul (1995); Equador (a primeira em 1996); Guatemala (1999); e Nigéria (1999)<sup>564</sup>.

A partir do ano 2000, formaram-se as seguintes comissões da verdade: Uruguai (a segunda comissão em 2000); Coreia do Sul (2000); Panamá (2001); Peru (2001); República Federal da Iugoslávia (2001); Gana (2002); Timor Leste (2002); Serra Leoa (2002); Chile (a segunda comissão em 2003); Paraguai (2004); Marrocos (2004); EUA (2004 na Carolina do Norte); República Democrática do Congo (2004); Indonésia e Timor Leste (2005); Coreia do Sul (a segunda comissão em 2005); Libéria (2006); Nicarágua (2007); Equador (a segunda comissão em 2008); Ilhas Maurício (2009); Ilhas Salomão (2009); Togo (2009); Quênia (2009); Canadá (2009); e Brasil em 2011<sup>565</sup>.

---

<sup>563</sup> UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE (USIP). **Truth Commission Digital Collection**, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.usip.org/publications/truth-commission-digital-collection>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

<sup>564</sup> Ibidem.

<sup>565</sup> HAYNER, Priscilla. **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocities**. New York: Routledge, 2002; MATTAROLLO, Rodolfo. **What to expect of a truth commission**. 2003. Disponível em: <<http://www.sierra-leone.org/trcbook-rodolfomattarollo.html>> Acesso em: 04 jan. 2017; POPKIN, Margaret; ROHT-ARRIAZA, Naomi. Truth as justice: investigatory commissions in Latin America. In: KRITZ, Neil. **Transitional justice**. general considerations. Washington: United States Institute of Peace Press, 1995; JOHNSTONE, Ian. **Rights**

Das mais de 40 comissões que se formaram em mais de 30 países<sup>566</sup> desde 1974, 21 foram provenientes de decretos presidenciais (com exceção da estabelecida no Marrocos, em decorrência de um Decreto Real, em 2004); nove foram estabelecidas depois de discussões nos respectivos parlamentos e, das dez remanescentes, a maioria foi instituída em países recém-saídos de guerras civis, como resultado de exigências dos acordos de paz firmados entre as partes, e foi formada por entidades da sociedade civil ou pelas representações das Nações Unidas nesses países.<sup>567</sup>

No próximo capítulo, problematizam-se a Comissão da Verdade do Brasil e a Conadep da Argentina, suas respectivas criações, seus aperfeiçoamentos e seus resultados.

---

**and reconciliation:** UN strategies in El Salvador. Boulder: Lynne Rienner, 1995; O'DONNELL; SCHMITTER, 1986.

<sup>566</sup> SANTORO, Maurício. Comissão da Verdade no Brasil e no mundo. **Amálgama**. 26 set. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaamalgama.com.br/09/2011/comissao-da-verdade-brasil-mundo/>>. Acesso em: 02 maio 2017.

<sup>567</sup> LOPES, Ana Maria D'Ávila. A Comissão Nacional da Verdade e a inclusão do Nordeste brasileiro na agenda transicional. **Revista de Informação Legislativa**, v. 53, n. 210, p. 11-23, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/522895>>. Acesso em: 02 maio 2017.



#### 4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS RELATÓRIOS DA CONADEP E DA CNV – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

“A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia.”  
(Guimarães Rosa)

O quarto capítulo da tese objetiva à análise comparativa dos relatórios da Conadep e da CNV, examinando as características e a amplitude com que apresentaram suas conclusões auferidas, recomendações lançadas e, posteriormente, os subsídios que as Comissões transportaram para o processo de justiça de transição na Argentina e no Brasil, bem como os hiatos que subsistem após a conclusão dos mandatos das comissões.

Para atingir a compreensão dos resultados alcançados, verificou-se a necessidade prévia de conhecer a forma, a composição, a organização das comissões e o encadeamento das conclusões e recomendações proferidas.

No capítulo atual propõe-se a refletir na perspectiva comparativa. Segundo Marc Bloch, “[...] aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste [...] em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos”<sup>568</sup>.

A visão orientadora da investigação conduz a identificar a etapa analógica pertinente à identificação das similitudes entre os fenômenos, e outra etapa contrastiva, na qual são trabalhadas as diferenças entre o objeto (fenômeno) de estudo. Daí que para se contextualizar foi exposta, ainda que de forma sucinta, a historiografia dos dois países no período imediatamente anterior aos golpes militares e, em uma perspectiva ainda mais sucinta, a perspectiva internacional, a fim de situar o acontecimento que é objeto específico do estudo que se derivou, como consequência dos desdobramentos e das ações da experiência vivenciada pelos dois países. A partir da etapa distinta analisam-se os elementos em destaque.

No próximo item expõem-se a estrutura das comissões e a legalidade e a importância dos relatórios, verificando as semelhanças e dessemelhanças na sua estrutura; segue-se à apresentação e aos exames das conclusões; reflete-se sobre as recomendações e a aplicação desses resultados por meio de regulação legal, além de medidas jurídicas e práticas

---

<sup>568</sup> BLOCH, Marc. Comparaison, *Bulletin du Centre International de Synthèse*, Paris, n. 9, p. 17-35, jun. 1930.

em favor de políticas públicas; e, por fim, são apresentados e discutidos alguns exemplos mais emblemáticos nos dois países.

#### 4.1 *DECIFRANDO AS COMISSÕES – CONADEP E CNV*

Os objetivos fundamentais desta primeira parte são conhecer<sup>569</sup> e analisar o desdobramento das comissões de esclarecimento Conadep e CNV, e ponderar acerca da criação, da instituição, do mandato e das competências, dentre outros aspectos regimentais relevantes, de cada uma delas. A segunda parte cuida propriamente das conclusões e recomendações dos respectivos relatórios, ou seja, compara o mecanismo da justiça de transição a qual se baliza na busca da verdade e da memória utilizada nos dois países.

Na História da humanidade, os fatos são narrados pelos povos dominantes; os dominados, geralmente, não possuem voz para se comunicar com a posteridade. De forma geral, é mais divulgado um lado da verdade histórica: o daquele que registra os fatos. Mas, é preciso acabar com essa distorção histórica e dar voz a todos, de igual forma, para que as gerações futuras os conheçam e os julguem, examinando as duas faces da moeda. Diante disso, nada melhor do que os governos se empenharem em implementar estudos e pesquisas acerca de um passado recente, principalmente quando este foi marcado pela violência do Estado repressor contra seus cidadãos. A comissão é um mecanismo que pode auxiliar na inclusão da história do vencido.

Nada obstante, antes de iniciar as análises discorre-se sobre algumas características que apareceram na maioria das comissões da verdade já constituídas: (a) têm núcleo no passado; (b) investigam uma série de abusos acontecidos em período de tempo específico, não um evento especial; (c) são um corpo interino, comumente com permanência de seis meses a dois anos, e têm como baliza derradeira de seu trabalho a entrega de um relatório; (d) são sancionadas, decretadas e ou autorizadas e têm seu mandato determinado pelo Estado – às vezes pela oposição, como em um acordo de paz; e (e) têm um mandato

---

<sup>569</sup> A escolha por conhecer a Comissão, e não somente analisá-la, deu-se em função de sua criação ser relativamente recente, da conclusão dos trabalhos – ocorrida em dezembro de 2014 – e dos insuficientes conhecimento e discussão da sociedade brasileira, acadêmica e jurídica acerca dessa temática, especialmente se comparada com comissões da Argentina e de outros países da América do Sul.

especificado, reflexo das finalidades que cada Estado objetiva atingir com a comissão e também da realidade política do momento de sua criação.<sup>570</sup>

Somam-se a isso as suas principais funcionalidades<sup>571</sup>, que são seu papel no processo de reconstrução histórica, na busca de uma verdade na esfera pública e como mecanismo empregado nos processos de reconstrução do Estado de Direito<sup>572</sup>.

Postas tais considerações, no caso particular do Brasil é necessário consignar que a comissão pode usufruir da vasta experiência de outros países devido à sua criação tardia, para desenvolver suas atividades e alcançar seus objetivos.

#### 4.1.1 Relevância dos Programas Nacionais dos Direitos Humanos (PNDH) para o Brasil

Como foi construído o caminho que impôs à sociedade brasileira a necessidade da implantação da comissão da verdade?

Insertos na perspectiva história de valorização da democracia, emergem os planos nacionais de desenvolvimento humano, que finalmente se reúnem com a necessidade de valorização de políticas públicas voltadas para os direitos humanos, ainda que de forma lenta, como se verá na sequência.

Será que a singularidade do contexto brasileiro, que implica a alteração, pode ser lentamente pavimentada para instituir a Comissão? Como os programas nacionais dos direitos humanos auxiliaram no horizonte da busca pela verdade?

O Brasil atual, como república democrática de direitos, segue recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena (1993)<sup>573</sup> – cujo Comitê de Redação foi presidido pelo Brasil –, que elaborou o primeiro Programa Nacional dos Direitos

<sup>570</sup> HAYNER, Priscilla B. **Unspeakable truths**: Confronting state terror and atrocity. New York: Routledge, 2001.

<sup>571</sup> VAN ZYL, P. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 1, jan./jun. 2009.

<sup>572</sup> “As comissões da verdade dão voz no espaço público às vítimas e seus testemunhos podem contribuir para contestar as mentiras oficiais e os mitos relacionados às violações dos direitos humanos. O testemunho das vítimas na África do Sul tornou impossível negar que a tortura era tolerada oficialmente e que se deu de forma estendida e sistemática. As comissões do Chile e da Argentina refutaram a mentira segundo a qual os opositores ao regime militar tinham fugido desses países ou se escondido, e conseguiram estabelecer que os opositores “desapareceram” e foram assassinados por membros das forças militares no desenvolvimento de uma política oficial. Dar voz oficial às vítimas também pode ajudar a reduzir seus sentimentos de indignação e raiva. [...] o fato de se reconhecer oficialmente o sofrimento das vítimas melhorará as possibilidades de confrontar os fatos históricos de maneira construtiva”. (Ibidem).

<sup>573</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 1993.

Humanos (PNDH-1), de 1996<sup>574</sup>, sucedido pelo PNDH-2, de 2002, ambos publicados durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>575</sup> e seguidos pelo (PNDH-3) no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os Programas contribuíram paulatinamente para a realização de mudanças importantes no Estado e na sociedade, bem como na relação entre ambos. Delinearam, encorajaram e fortaleceram as narrativas e orientaram as práticas e políticas públicas de direitos humanos. Os planos foram ampliando seu espectro e aperfeiçoando seu intento para possibilitar novas e mais ousadas investidas; é o que se observa.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Humano 3 pode ser considerado um importante e indispensável instrumento de desenvolvimento democrático que teve papel fundamental na criação da CNV?

No governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o PNDH-3<sup>576</sup>, por meio do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009<sup>577</sup>. Sua edição teve por alicerce várias conferências nacionais ministradas sobre o assunto desde o ano de 2003 e consulta pública efetuada pelo *site* do Governo Federal. Dentre os eventos de maior destaque em termos de propostas abarcadas pelo programa, ocorreu a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, na cidade de Brasília, em dezembro de 2008<sup>578</sup>.

Quando da apresentação do PNDH-3, o presidente anunciou que o documento representava verdadeiro roteiro a ser seguido, consolidando os alicerces do edifício democrático; o diálogo constante entre Estado e sociedade civil; a cristalinidade em todas as esferas de governo; a primazia dos direitos humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; a universalidade; o fortalecimento do pacto federativo; a indivisibilidade e a

<sup>574</sup> BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH 1). 1996. **DH Net**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

<sup>575</sup> Idem. Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2) 2002b. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos - USP**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/ii-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-2002.html>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

<sup>576</sup> Idem. Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3). Aprovado pelo Decreto 7.037/2009. Atualizado pelo Decreto 7.177 /2010. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. Brasília: SDH, 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

<sup>577</sup> Idem. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 22 dez. 2009b, p. 17, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2017.

<sup>578</sup> O referido Decreto possui como linha-mestra seis grandes eixos de desenvolvimento e respeito aos direitos humanos, quais sejam: i) interação democrática entre Estado e sociedade civil; ii) desenvolvimento e direitos humanos; iii) universalização de direitos num contexto de desigualdades; iv) segurança pública, acesso à Justiça e combate à violência; v) educação e cultura em direitos humanos e vi) o direito à memória e à verdade. O Programa prevê até mesmo planos de ação a serem construídos a cada dois anos, sendo fixados os recursos orçamentários, as medidas concretas e os órgãos responsáveis pela sua execução <sup>578</sup>.

interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; o caráter laico do Estado; a opção clara pelo desenvolvimento sustentável; o combate às desigualdades; o respeito à diversidade; a erradicação da fome e da extrema pobreza<sup>579</sup>.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva continuou a esclarecer que não haveria paz no Brasil e no mundo enquanto prosseguissem injustiças, preconceitos, exclusões e opressões de qualquer natureza: “A equidade e o respeito à diversidade são elementos basilares para que se alcance uma convivência social solidária e para que os Direitos Humanos não sejam letra morta da lei”<sup>580</sup>. Arrematou dizendo que o PNDH-3 era um roteiro consistente e seguro para “[...] seguir consolidando a marcha histórica que resgata nosso País de seu passado escravista, subalterno, elitista e excludente, no rumo da construção de uma sociedade crescentemente assentada nos grandes ideais Humanos da liberdade, da igualdade e da fraternidade”<sup>581</sup>.

O projeto é uma ampla carta de propostas que inclui medidas sobre temas sociais e culturais dos mais variados, dentre os quais se destaca o sexto eixo pertinente ao direito à memória e à verdade, por dizer respeito ao objeto do presente estudo<sup>582</sup>.

As diretrizes que compõem o eixo do direito à memória e à verdade são capazes de engendrar perspectivas reflexivas no sentido de se alcançar a promoção desses direitos?

As diretivas que compõem o citado eixo são: reconhecimento da memória e da verdade como direito humano do cidadão e dever do Estado; preservação da memória histórica e edificação pública da verdade; e atualização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia. As três diretrizes possuem como objetivos estratégicos: i) propiciar a apuração e o esclarecimento público das violações de direitos humanos perpetradas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil, no período fixado pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição [período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988], a fim de concretizar o direito à memória e à verdade histórica; ii) promover a reconciliação nacional; e iii) estimular iniciativas de preservação da memória histórica, de construção pública da verdade sobre

---

<sup>579</sup> O PNDH-3 é uma cédula de natureza propositiva criada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, instituída, conforme acima referenciado, pelo Decreto nº 7.037, de 2009<sup>579</sup>, objetivando o alargamento da promoção dos direitos humanos no Brasil, o que inegavelmente se alcançou. O Plano evoca o dever moral de resgatar a história do período de repressão política com o desígnio de neutralizar tentações totalitárias e erradicar tirocínios violentos, como a tortura, que ainda persiste no cotidiano brasileiro

<sup>580</sup> BRASIL, 2010.

<sup>581</sup> Ibidem.

<sup>582</sup> Ibidem.

períodos autoritários e de modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia<sup>583</sup>.

Da análise dos três PNDHs, infere-se ter havido significativa ampliação dos métodos e mecanismos para alcançar os objetivos de respeito aos ideais humanos, particularmente com a fixação de eixos e diretrizes com objetivos estratégicos, como também de plano de ação, orçamento e órgão responsáveis por sua execução, objetivando o alargamento da promoção dos Direitos Humanos no Brasil.

A Corte IDH contribui para delinear, alargar e aprofundar a necessidade de o Brasil investigar a verdade e instituir a CNV?

Fato adicional que possuiu destacada relevância foi o julgamento do processo no caso Gomes Lund, no qual os peticionários pediram à Corte IDH que condenasse o Estado brasileiro a criar uma Comissão da Verdade seguindo os parâmetros internacionais de independência, autonomia e consulta pública para a sua integração, e que ela fosse dotada de recursos e atribuições apropriados. A Corte IDH, entretanto, não condenou explicitamente o Brasil; apenas exortou que instaurasse uma Comissão da Verdade<sup>584</sup>.

A ação política internacional pode e deve cooperar, de forma eficaz, para o prélio, com a finalidade de implementar e fazer valer os direitos humanos. Segundo lição de Donnelly, “a ação internacional tem auxiliado na publicidade de diversas violações de Direitos Humanos e, em alguns casos, tem sido um importante suporte e estímulo para as reformas internas e para a contestação ante regimes repressivos”<sup>585</sup>.

Com esse intuito, o programa (PNDH-3) propôs a criação de um grupo de trabalho composto por membros da Casa Civil, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e da Secretaria Especial de Direitos Humanos para engendrar um projeto de lei que instituísse uma Comissão Nacional da Verdade, que teria a tarefa de pesquisar abusos cometidos durante o regime militar, o que foi feito por meio de ato do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 13 de janeiro de 2010. Não obstante toda a ampla discussão democrática (várias conferências e consulta pública na internet) promovida pelo governo a respeito do PNDH, após a edição do Decreto surgiram muitas críticas, singularmente no que diz respeito ao direito à memória e à verdade em relação ao período militar, pertinente ao eixo orientador VI. Desse modo, o ponto que mais causou tensões foi a Diretriz 23, que apresenta como objetivo estratégico “[...]”

---

<sup>583</sup> BRASIL, 2009b.

<sup>584</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2010.

<sup>585</sup> DONNELLY, Jack: **Universal human rights in theory and practice**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

promover a apuração e o esclarecimento público das violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil [...]” durante o regime que perdurou de 1964 a 1985<sup>586</sup>.

#### 4.1.2 Críticas do setor militar ao PNDH-3

Com receio da finitude da proteção do manto do Estado aos desmandos perpetrados durante a ditadura civil-militar e de que os fatos fossem pensados, observados e descobertos fora dessa lógica, transcorreram reações negativas por parte dos setores tradicionalistas.

O que pretendiam esses setores ao refutar o PNDH com tanto vigor e insinuação de desassossego, temor e repugnância?

Não obstante estar afinada com os padrões do direito internacional dos direitos humanos e sintonizada com os métodos adotados em países do Cone Sul, a formulação abraçada no documento de orientação para as políticas públicas de memória e verdade suscitou assombrosa celeuma, estremecendo a relação entre o governo e os setores militares em grau nunca visto desde a transição democrática recente<sup>587</sup>.

Insatisfeitos com a assinatura do Decreto presidencial, os comandantes do Exército, Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, Juniti Saito, reagiram de forma rígida quanto à publicação do decreto em comento, culminando com ameaças de demissão caso os trechos que instituíam a Comissão da Verdade não fossem revogados<sup>588</sup>. Eles receavam que a implantação da CNV resultasse na revogação da Lei de Anistia, ou ainda destituísse as regalias de impunidade em que viviam os militares e demais líderes ditadores da época do regime militar; alguns alegavam que tais pesquisas ao passado causariam divisões entre os brasileiros e trariam à tona “[...] sequelas deixadas por ambos os lados”<sup>589</sup>.

---

<sup>586</sup> BRASIL, 2009b.

<sup>587</sup> ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, mar. 2010.

<sup>588</sup> VANNUCHI ameaça pedir demissão se Plano de Direitos Humanos for alterado. **Folha Online**. 10 jan. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/01/677052-vannuchi-ameca-pedir-demissao-se-plano-de-direitos-humanos-for-alterado.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

<sup>589</sup> BRASIL, 2009d.

Observa-se uma combinação do impacto negativo<sup>590</sup> gerado pelo temor dessa previsão nas forças dominantes no período burocrático autoritário; e, para alguns setores, pelo receio de ver seus interesses políticos ameaçados<sup>591</sup>, mas também da falta de informação a respeito deste instituto de justiça transicional, que não é novo no mundo<sup>592</sup>.

As críticas serviram de tranço unificador para múltiplas entidades e organizações não governamentais no discurso de objeção às propostas conservadoras e de conscientização sobre a urgência e o imperativo da criação da CNV. Assim, em contrarreação à atitude acima referida, diversas entidades não governamentais que reúnem centenas de organizações e movimentos sociais em todo o Brasil elaboraram uma Nota Pública na qual manifestaram seu apoio ao Programa Nacional de Direitos Humanos 3<sup>593</sup>.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou manifestação de apoio ao terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos e ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannucchi<sup>594</sup>. Observa-se fundamentalmente que o acesso à informação e o conhecimento da verdade são necessidades latentes da sociedade brasileira, que prontamente reuniu forças, discussão e apoio para a possibilidade real de implementação de um importante mecanismo de sustentação de um dos pilares da justiça de transição.

Mas os setores conservadores lograram êxito com sua crítica? Os militares conseguiram mais uma vez demonstrar sua força e influência no governo democrático? Ainda tiveram eco suas vozes?

---

<sup>590</sup> O ministro da Defesa, Nelson Jobim, e os comandantes afirmaram que o plano se revestiria de “insultuosos, agressivos e revanchistas” contra as Forças Armadas. Jobim, alegando não ter sido consultado sobre o tema específico, teria ameaçado deixar o Governo. (SAMARCO, Christiano; LOPES, Eugênia. Jobim faz carta de demissão após ameaça de mudar a Lei da Anistia. **Estadão**. Notícias, 3 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,jobim-faz-carta-de-demissao-apos-ameaca-de-mudar-a-lei-de-anistia,488515>> Acesso em: 13 mar. 2017).

<sup>591</sup> Na sequência, em janeiro de 2010, os presidentes dos Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica, representantes de militares da ativa e da reserva, anunciaram em comunicado oficial que a proposta causa “divisão dos brasileiros”. Segundo eles, a proposta de identificação de locais onde teriam ocorrido abusos e de proibição de que locais públicos possam levar nomes de agentes do regime foram recebidas como persecutórias pelos setores militares. (QUERO, Caio. Entenda a polêmica sobre a Comissão Nacional da Verdade. **Estadão**. Política. 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-a-polemica-sobre-a-comissao-nacional-da-verdade,494770>>. Acesso em: 29 abr. 2017).

<sup>592</sup> PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e à verdade: comissões da verdade na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2010.

<sup>593</sup> PNDH-3 e a luta pelos direitos humanos. **Nota pública**. 29 jan. 2010. Disponível em: <<http://prvl.org.br/noticias/Direitos-Humanos-noticias/pndh-3-e-a-luta-pelos-Direitos-Humanos/>>. Acesso em 29 abr. 2017.

<sup>594</sup> O presidente da OAB, Cezar Britto, afirmou em mensagem que quem praticou censura, cassou mandatos, prendeu sem ordem judicial e apoiou a ditadura militar (1964-1985) foi anistiado pela lei promulgada em 1979, “[...] mas que quem torturou, cometeu crimes de lesa-humanidade deve ser punido pelo Estado conforme estabelece a Constituição”. (OAB apoia o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e sugere demissão de Jobim. **Ecodebate**. 11 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/01/11/oab-apoia-o-programa-nacional-de-Direitos-Humanos-pndh-3-e-sugere-demissao-de-jobim/>>. Acesso em: 20 dez. 2016).



Com as críticas e pressões exercidas pelos militares e por alguns setores conservadores da imprensa, e para pôr fim à polêmica, o Governo Federal decidiu não empregar a expressão “repressão política”, dentre outras<sup>595</sup>, na parte do documento que trata da apuração de casos de violação de direitos no contexto do regime militar<sup>596</sup>.

No cotejo do texto inicial do PNDH-3 (Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009) com o que prevaleceu (Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010<sup>597</sup>), verifica-se que, entre as várias medidas originalmente propostas para concretizar as diretrizes orientadoras no campo da memória e da verdade, sobressaíam as primeiras como mais avançadas do ponto de vista de confrontar a herança do passado autoritário da ditadura brasileira<sup>598</sup>.

Visíveis atenuações foram efetuadas pelo governo, com substituições de nomenclaturas, porém estas não foram consideradas suficientes pelos militares para reduzir suas preocupações, que possuíam basicamente três vertentes: a) a de que as ações voltadas à verdade, à memória e à justiça fossem diluídas num período histórico mais dilatado, não guardando identificação direta com a ditadura militar de 1964-1985; b) a de que as transgressões aos direitos humanos não fossem responsabilizadas penalmente, muito menos assinaladas como crimes de lesa-humanidade, por serem esses crimes insuscetíveis de anistia, graça e prescrição, consoante já solidificado no direito internacional dos direitos humanos; c) a de desarticulação das medidas do campo da ação mais imediata para o campo do debate público, composto por uma nomenclatura mais vaga que produza menos ligação com os militares<sup>599</sup>.

Fato é que os acontecimentos acima ventilados se constituíram numa vitória para microdéspotas (militares), tanto no campo de demonstração de força e poder quanto no campo ideológico de preservação do discurso de negação por eles praticado e da impunidade, já que eles ameaçaram, tumultuaram, esbravejaram e conseguiram modificar o texto, especialmente

<sup>595</sup> Diante de um simples cotejamento entre o primeiro e o segundo texto, no que diz respeito às medidas mais controversas é possível inferir ter ocorrido um apagamento de alusões como “repressão ditatorial”, “regime de 1964-1985”, “resistência popular à repressão”, “pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade” e “responsabilização criminal sobre casos que envolvam atos relativos ao regime de 1964- 1985”.

<sup>596</sup> COSTA, Gilberto. Jurista critica “consciência conservadora” que coloca propriedade acima da dignidade. **Agência Brasil**. 15 jan. 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-01-15/jurista-critica-consciencia-conservadora-que-coloca-propriedade-acima-da-dignidade>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

<sup>597</sup> BRASIL. Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010. Altera o Anexo do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. **Diário Oficial da União**, 13 maio 2010a, p. 5. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

<sup>598</sup> QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios” **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, v. 15, n. 105 fev./maio 2013.

<sup>599</sup> Ibidem.

no que se referia a inviabilizar que a CNV se impusesse como revisão da Lei da Anistia. Entretanto, não conseguiram impedir a criação da Comissão.

Essa permeabilidade, a aceitação dos ecos do golpe<sup>600</sup>, gerou insatisfações e críticas por parte da sociedade?

Familiares e vítimas dos mortos, desaparecidos forçados e torturados e entidades de defesa dos direitos humanos criticaram a decisão, já que o governo cedeu diante das pressões dos militares, o que ocasionou um pontual retrocesso no texto do PNDH-3 e, por via de consequência, a imposição de maiores limites à CNV<sup>601</sup>. Superado esse momento, foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade.

Na Argentina, todo esse longo, discutido e meticuloso processo de construção da possibilidade de incremento de programas de direitos humanos e de expansão de políticas públicas voltadas para esse fim, ocorrido no Brasil, não se fez necessário. As discussões possíveis foram realizadas quando a população escolheu quem melhor representava as necessidades por verdade e memória dos cidadãos do país, votou e elegeu o candidato à Presidência da República nas eleições diretas, ocorridas imediatamente após a queda da ditadura. Daí que, menos de uma semana após a posse de Raúl Alfonsín, ele tenha determinado a criação da Conadep por meio de Decreto Presidencial.

#### 4.2 *INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE*

Na perspectiva reflexiva, a gênese da Comissão Nacional da Verdade se apresenta em virtude da possibilidade de articulação da verdade em todo o território e de uma configuração da historicidade?

A América Latina e a América Central foram intrinsecamente marcadas por vários regimes militares autoritários, e apenas no meio da década de 1980 tiveram início as políticas transicionais de memória e verdade<sup>602</sup>. Países como Uruguai, Chile, Argentina, Peru,

<sup>600</sup> COUTINHO, Eduardo Granja; IASI, Mauro. (Orgs.). **Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois**. São Paulo: Mórula Editorial, 2014.

<sup>601</sup> QUERO, 2010; BARBOSA, Marco Antonio. Ilusão ou desilusão? O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 de 2009 com as mudanças introduzidas pelo Decreto 7.177, de 12 de maio de 2010. **Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 5, n. 15, p. 124-138, abr./jun. 2011. Disponível em: <[http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF\\_Livre/15\\_Dout\\_Nacional\\_3.pdf](http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/15_Dout_Nacional_3.pdf)>. Acesso em 1 abr. 2013.

<sup>602</sup> BRITO, 2009.

Guatemala, Panamá e El Salvador criaram então suas comissões da verdade. Com o passar do tempo, países africanos, asiáticos e do Leste Europeu também instituíram as suas respectivas comissões. Até o início do ano de 2011, aproximadamente 40 comissões da verdade, com caráter oficial (criadas pelos poderes Executivo ou Legislativo), haviam sido designadas em todo o mundo<sup>603</sup>.

No Brasil, o projeto de lei que derivou do empenho do grupo de trabalho acima referido foi enviado ao Congresso Nacional em maio de 2010<sup>604</sup>, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto tramitou sob regime de urgência. Aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº 12.528 foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011<sup>605</sup>.

A Comissão Nacional da Verdade do Brasil foi constituída em 16 de maio de 2012<sup>606</sup>, e teve por finalidade esclarecer e apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1964 e 5 de outubro de 1988, além de responder a uma pendência histórica da sociedade brasileira<sup>607</sup>.

No mesmo ato, permeado por grande simbolismo quando do discurso da Presidente Dilma Rousseff, ela declarou a importância de o Brasil reconhecer intensamente sua história, mencionando também que as investigações não seriam movidas por ódio ou revanchismo. Parafraseando Galileu Galilei, a presidente lembrou que “[...] a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz”. Naquele momento, o tempo havia chegado. A presidente salientou que o Brasil faz jus à verdade, que as novas gerações merecem a verdade, e sobretudo que merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e familiares e permanecem sofrendo como se morressem de novo e sempre a cada dia. “É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode

---

<sup>603</sup> DE GREIFF, Pablo. A normative conception of transitional justice. **Politorbis 50: Dealing with the Past**, Swiss Federal Department of Foreign Affairs, v. 3, p. 19, 2000. Disponível em: <<https://www.eda.admin.ch/etc/medialib/downloads/edazen/doc/publi/publi2.Par.0099.File.tmp/Politorbis%2050>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

<sup>604</sup> Anteriormente à criação da CNV, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, por meio da Declaração e Programa de Ação de Viena, da qual o Brasil é signatário, recomendou que cada Estado pondere sobre a oportunidade e viabilize a elaboração de um plano de ação nacional que identifique os caminhos por meio dos quais esse Estado poderia aprimorar a promoção e a proteção dos direitos humanos. Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 1993.

<sup>605</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>606</sup> Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, a qual contou com a participação dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello e José Sarney.

<sup>607</sup> BRASIL, 2011b.

existir uma história sem voz”. E quem pode dar voz à história são os homens e as mulheres livres que não apresentam medo de escrevê-la<sup>608</sup>.

Exposto o cenário da criação da Comissão da Verdade no Brasil, questiona-se: como se apresentava o contexto político da Argentina a partir da liberalização e quando da criação da Conadep?

A abertura política e o tipo de transição (por ruptura ou colapso) utilizados pelo país vizinho permitiram, já naquele momento inicial pré-eleitoral, discutir, analisar e apresentar propostas para os candidatos que se ofereciam na disputa eleitoral e, assim, observar, avaliar e validar o programa de governo que melhor contemplasse seus anseios, que assumisse o compromisso do respeito aos direitos humanos, à revelação da verdade, à proteção da memória e à efetivação da Justiça.

Cumpre desvelar que Alfonsín expôs em seu livro, *Memória Política*, existirem três opções do que poderia ter sido feito com as pessoas que praticaram os crimes e delitos durante a ditadura: o esquecimento, o processamento e a condenação. O esquecimento ocorreria mediante uma lei de anistia ou por meio da inação, ou seja, deixando passar o tempo até que o tema se esgotasse em si mesmo; entendia ele que o “esquecimento” do problema era o que havia sido seguido, quase sempre, na maioria dos países do mundo, com exceção, em parte, ao final da Segunda Guerra Mundial, e que essa não devia ser uma opção válida para eles. A segunda era o processamento definitivo de todos os que pudessem derivar culpados. Alegou o autor que não existiu nem existe nenhuma nação, em qualquer parte do planeta, onde se tenha conseguido aplicar essa opção. E a terceira era a condenação dos principais atores por sua responsabilidade de mando, até aquele momento vigente na Argentina, que possibilitaria quebrar para sempre a norma não escrita de que o crime de Estado ficaria impune ou seria anistiado<sup>609</sup>.

A vitória de Alfonsín da chapa da UCR representava que a terceira alternativa era a preferência da maioria dos argentinos, pois ele firmou que se fosse eleito para governar o país aplicaria a justiça, com critérios que indicavam três níveis de responsabilidade para aqueles que estavam sendo acusados de ter violado os direitos humanos durante o período de terrorismo de

---

<sup>608</sup> DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade. Portal Planalto. 16 maio 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

<sup>609</sup> ALFONSÍN, 2009.

Estado: os superiores que tinham dado as ordens, aqueles que a cumpriram em um clima de horror e coerção, e, finalmente, os que haviam extrapolado o cumprimento das ordens<sup>610</sup>.

Essa oportunidade de discutir e exigir uma proposta para o novo governo foi negada aos brasileiros, uma vez que no Brasil a abertura teve como pilar a lentidão, e o primeiro governante civil após o período totalitário foi escolhido indiretamente (sem participação popular), com o aval e a aprovação dos militares. Enquanto na Argentina o novo presidente comprometia-se com os anseios do povo, no Brasil o compromisso era com os transgressores dos direitos humanos de que não haveria punição nem uma “argentinização” do processo, como referido no capítulo anterior<sup>611</sup>.

Desse modo, na Argentina as organizações não governamentais e a sociedade almejavam e tiveram contemplado esse compromisso por meio de uma comissão de esclarecimento.

A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep) foi instituída pelo Decreto 187 de 19 de dezembro de 1983<sup>612</sup> no governo do Presidente eleito Raúl Alfonsín, na primeira semana de sua gestão governamental. A criação da Conadep estava incluída num conjunto de medidas organizadas por Raúl Alfonsín para legitimar e dar sequência ao processo de transição política, visando a atender às demandas das organizações não governamentais e da população por justiça e verdade<sup>613</sup>.

A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* foi uma das primeiras comissões de verdade constituídas no mundo, e possuía o desígnio de sobrepujar o esquecimento e materializar a verdade e a memória coletiva, desempenhando atribuição primordial na redemocratização daquele país.

No Brasil, a sociedade defrontou-se com os questionamentos de por que instituir uma Comissão e se sua criação possuía legitimidade, legalidade e justificativa.

Verifica-se que a atrasada criação, por meio de lei, da CNV ocorreu quase 30 anos depois do fim da ditadura militar, e posicionou o Brasil entre dezenas de países que, perante múltiplos mecanismos da justiça de transição, também criaram uma Comissão da Verdade para lidar com o legado de gravíssimas violações de direitos humanos e para indicar a perspectiva de que a passagem do tempo não esfria as obrigações éticas e jurídicas nas quais o Brasil está

---

<sup>610</sup> ALFONSÍN, 2009.

<sup>611</sup> BORGES, 2003.

<sup>612</sup> ARGENTINA, 1983.

<sup>613</sup> Ibidem.

adstrito. No entanto, ela foi prejudicada pelo arrefecimento dos desejos de esclarecimento que dominavam os intelectuais, a classe artística, os que retornavam do exílio, os que se reinseriam na vida pública e familiar quando do fim da ditadura. Mesmo 30 anos depois, continuava a existir no poder uma significativa presença dos que cometeram as violações de direitos humanos.

Cinge-se a questão à obrigatoriedade de salientar que o começo da Comissão CNV foi acompanhado pela compleição de comissões da verdade em todo o país. A experiência brasileira de articulação setorial e territorial da Comissão Nacional da Verdade, de caráter nacional, com outras comissões<sup>614</sup>, faz crer que futuras comissões da verdade contarão com uma respeitável referência para o seu funcionamento.

À vista da cooperação acima referida, com os objetivos de aprimorar os trabalhos da CNV, de evitar a superposição desnecessária de investigações sobre fatos e circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos e de ampliar a sua legitimidade, a CNV editou a Resolução nº 4, de 17 de setembro de 2012, por meio da qual se estabeleceu que, em princípio, não duplicaria procedimentos abertos e em curso no âmbito das comissões estaduais da verdade, ou de quaisquer outras comissões de similar natureza<sup>615</sup>.

Na Argentina, a Conadep ficou sediada em Buenos Aires e, com o objetivo de facilitar e permitir as denúncias de pessoas que se encontravam distantes da capital, instalou-se uma subsede em Córdoba, autorizando que fossem admitidas denúncias e informações feitas às pessoas ligadas a organismos de direitos humanos e a associações locais de advogados nas cidades de Mar del Plata, Rosario e Bahía Blanca; para que isso acontecesse, foram despachadas para o interior do país equipes compostas por secretários e funcionários da Conadep, com o intento de auxiliar a coleta e os registros de depoimentos e testemunhos<sup>616</sup>.

Percebem-se semelhanças nos procedimentos das comissões nos dois países, já que tanto no Brasil como na Argentina as grandes distâncias e a ausência de membros suficientes

---

<sup>614</sup> A cooperação e o diálogo entre as comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos sindicatos, que ultrapassaram uma centena, permitiram uma dilatada mobilização em torno dos temas relacionados à memória, à verdade e à justiça. A concretização contígua de atividades, como diligências a locais em que foram praticadas graves violações de direitos humanos e audiências públicas, dotou a CNV de forte capilaridade, característica imprescindível em um país de dimensão continental como o Brasil.

<sup>615</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Resolução nº 04, de 17 de setembro de 2012. Dispõe sobre a cooperação e intercâmbio de informações com as Comissões Estaduais da Verdade ou quaisquer outras comissões de natureza semelhante. **Diário Oficial da União**, 2 out. 2012b, p. 1. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao\\_4\\_CNV\\_170912-2.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao_4_CNV_170912-2.pdf)> Acesso em: 02 de maio 2017.

<sup>616</sup> CRENZEL, 2008.

poderiam obstaculizar os depoimentos e a colaboração das pessoas; daí as medidas de oitiva em vários municípios e de participação direta da sociedade civil terem mitigado ou solucionado a problemática daqueles que queriam contribuir com informações e denúncias, mas não possuíam condição de deslocamento.

As comissões não são exclusividade somente da Argentina e do Brasil; há diversas outras experiências de comissões de esclarecimentos em vários outros países que também vivenciaram experiências de terrorismo de Estado, consoante exposto no capítulo anterior.

### 4.3 *CONHECENDO A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE*

Observou-se que, para compreender a Conadep e a CNV, faz-se necessário conhecer e entender seus objetivos, suas estruturas e seu planejamento, ainda que de forma sucinta, de acordo com o estabelecido na legislação que as criaram<sup>617</sup>. É o que se fará neste tópico.

As comissões de esclarecimento têm como propósito investigar um padrão de abusos e reconhecer publicamente crimes previamente não divulgados, buscando modificar a maneira como um país entende e aceita parte dos aspectos mais controversos de sua história<sup>618</sup>. Elas se constituem em mecanismos oficiais, não judiciais e transitórios de apuração de graves violações de direitos humanos ocorridas em determinado período de tempo<sup>619</sup>.

#### 4.3.1 **Descortinando a organização e o mandato da Conadep e da CNV**

Para garantir a legalidade, ambas as comissões foram implantadas por instrumento normativo válido. Consoante intelecção do art. 1º, o Decreto que criou a Conadep estabeleceu como objetivo<sup>620</sup>: “[...] esclarecer os fatos relacionados com o desaparecimento de pessoas ocorridos no país [...]”, durante o período chamado pelos militares de “Processo de

<sup>617</sup> Decreto nº 187 de 1983 (Argentina) e Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011 (Brasil).

<sup>618</sup> HAYNER, 2011.

<sup>619</sup> WEICHERT, Marlon Alberto. A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade. In: GOMES, Luis Flavio; MAZZUOLI, Valerio (Orgs.). **Crimes da ditadura militar**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

<sup>620</sup> ARGENTINA. Decreto nº 187/1983.

Reorganização Nacional” e pela sociedade de “*guerra sucia*”<sup>621</sup>.

Visando à consecução do mencionado objetivo, o art. 2º do mesmo decreto adjudicou, de forma categórica, diversas atribuições compatíveis com o propósito<sup>622</sup>.

A normativa prescreveu ainda, no seu art. 3º, que a Comissão poderia requerer ao Poder Executivo Nacional, aos seus órgãos dependentes, às entidades autárquicas e às Forças Armadas e de Segurança o fornecimento de informações, dados e documentos, bem como o acesso a lugares, destacando ainda que os funcionários e órgãos públicos estariam compelidos a fornecer documentação e a promover o acesso se solicitado<sup>623</sup>.

O método austero do processo selecionado para a organização das comissões condiz com a realidade de cada Estado para adquirir consistência e respeito no percurso de seu desenvolvimento?

No Brasil, a Resolução nº 8, de 4 de março de 2013, da própria CNV, trata dos objetivos que giram em torno de esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos<sup>624</sup>: efetivar o direito à memória e à verdade histórica, examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, e promover a reconciliação nacional. Para possibilitar o adequado prosseguimento das atividades e o atingimento dos objetivos, foram assegurados também poderes específicos para sua execução, previstos no art. 4º do diploma citado<sup>625</sup>.

Percebe-se que a CNV foi dotada de poderes análogos aos do Ministério Público Federal, ao empreender investigações no âmbito cível<sup>626</sup>, o que pode ser verificado com o cotejamento do art. 4º da lei referida com o artigo 8º do Estatuto do Ministério Público da União – Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993<sup>627</sup> – e, similarmente, com o artigo 26 da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993<sup>628</sup>. Do mesmo modo que a Conadep, a CNV não possui poderes persecutórios.

---

<sup>621</sup> ARGENTINA, 1983.

<sup>622</sup> Ibidem.

<sup>623</sup> Ibidem.

<sup>624</sup> BRASIL, 2011.

<sup>625</sup> Ibidem.

<sup>626</sup> GONZÁLEZ, Eduardo. Observações sobre o mandato legal da Comissão Nacional da Verdade do Brasil. **International Center for Transitional Justice – ICTJ**, maio de 2012. Disponível em: <<http://ictj.org/sites/default/files/ICTJ-ObservacionesCNV-Brazil-PORT.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

<sup>627</sup> BRASIL. Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. **Diário Oficial da União**, 21 maio 1993b. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm)>. Acesso em: 02 de maio 2017.

<sup>628</sup> Idem. Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. **Diário Oficial**



Tendo em vista os modelos de comissões da verdade aqui expostos que vigoraram no Brasil e na Argentina, observa-se que, enquanto no Brasil a Comissão tinha o poder de apurar todos os fatos e atos que geraram desrespeito aos direitos humanos, na Argentina a competência estava relacionada com os casos de desaparecimentos. Outra questão que se faz presente e incomoda é o sigilo, que no Brasil a CV era obrigada a manter, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 4º da Lei 12.528/2011<sup>629</sup>. Isso se traduz numa limitação ao direito de acesso à informação descrito na Constituição e em lei específica. No Decreto que criou a Conadep na Argentina, essa restrição, embora existisse, era de menor grau. Esse fato pode ser explicado devido à forma como foi feita a transição democrática nos dois países.

A composição dos membros da comissão objetivou a conexão, consciência e compreensão dos direitos humanos e valores democráticos numa dimensão mais aprofundada do valor da vida?

No texto do Decreto 187 argentino, são especificados os critérios de escolha para os membros da Comissão: “[...] *personalidades caracterizadas por su celo en la defensa de los derechos humanos y por su prestigio en la vida pública del país [...]*”. Conforme estabelecido no Anexo I do Decreto em questão, indicaram-se dez pessoas, de diferentes áreas culturais e políticas, para desempenhar as suas funções com independência e caráter *ad honorem*; foram designados pelo Poder Executivo para integrar como membros a Conadep<sup>630</sup>: Ernesto Sábató, presidente eleito pelos membros; Ricardo Colornbres, jurista e ex-ministro da Corte Suprema de Justicia de la Nación (CSJN); Rene Favaloro, médico cirurgião, que renunciou posteriormente; Hilario Fernandez Long, engenheiro e reitor da Universidade de Buenos Aires, que havia sido destituído pelo golpe militar de 1966; Carlos T. Gattinoni, bispo protestante; Gregorio Klimovsky, filósofo e cientista, que renunciou às cátedras universitárias em 1966; Marshall Meyer, rabino; Jaime F. de Nevares, bispo católico; Eduardo Rabossi, filósofo e jurista, o qual renunciou às cátedras universitárias em 1966; Magdalena Ruiz Guinazu, jornalista. Os citados membros trabalharam *ad honorem*, ou seja, sem retribuição econômica, e sim pela honra<sup>631</sup>.

O governo convidou para integrar a Comissão a Câmara de Deputados e o Senado;

---

da União, 15 fev. 1993a, p. 1997. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8625.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm)>. Acesso em: 02 maio 2017.

<sup>629</sup> “§ 2º Os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Nacional da Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo” (BRASIL, 2011b)

<sup>630</sup> ARGENTINA, Decreto 187/1983.

<sup>631</sup> Ibidem.

os órgãos do Poder Legislativo deveriam nomear três representantes cada um, nos termos do art. 6º do Decreto. Contudo, apenas a Câmara de Deputados designou três representantes, todos filiados à *Unión Cívica Radical*: Santiago Lòpez, Hugo Piucill e Horacio Huarte. Finalmente, atuaram como secretários Graciela Fernández Meijide, Daniel Salvador, Raúl Aragon, Alberto Mansur e Leopoldo Silgueira, devidamente remunerados, e aproximadamente 100 pessoas, a maioria proveniente de organizações de direitos humanos, as quais foram pagas com remuneração semelhante à do Poder Judiciário<sup>632</sup>.

No Brasil, a composição da Comissão foi integrada por sete brasileiros, de idoneidade reconhecida, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos, designados pela Presidente da República<sup>633</sup>. A citada Comissão foi primeiramente circunscrita aos integrantes Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos; Claudio Lemos Fonteles, ex-Procurador-Geral da República; Gilson Langaro Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-Ministro da Justiça; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-Ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; e Paulo Sérgio Pinheiro, professor titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Após a renúncia de Claudio Lemos Fonteles, em setembro de 2013, sua vaga foi preenchida por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP. Impende salientar que, por razões de ordem médica, Gilson Langaro Dipp afastou-se da Comissão, não tendo participado do período final de suas atividades<sup>634</sup>.

Criticou-se a composição da CNV, pois a participação majoritária foi de juristas, quando deveria ser composta também de, pelo menos, um historiador, singularmente pelo fato de que a sua atuação limita-se à apuração da verdade histórica<sup>635</sup>. Desse modo, a Associação Nacional de História (ANPUH), em janeiro de 2012, publicou uma nota oficial demonstrando sua insatisfação e a importância de a comissão dispor de historiadores<sup>636</sup>.

<sup>632</sup> ARGENTINA, Decreto 187/1983.

<sup>633</sup> BRASIL, 2011b.

<sup>634</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>635</sup> BRITO, Ana Paula Ferreira de; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. As reivindicações por memória e verdade e a Comissão Nacional da Verdade: construindo a memória social sobre o período militar no Brasil. In: MEYER, Emílio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. **Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988**. Belo Horizonte: Initia Via, 2014.

<sup>636</sup> ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANH). **Comissão da verdade: entre a memória e a história**, 12 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.anpuh.org/informativo/view?ID\\_INFORMATIVO=2486](http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=2486)>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Assim, a composição da Comissão Nacional da Verdade não se mostrou tão plural, principalmente porque apenas dois dos seus membros não são juristas – um cientista político e uma jornalista –, e apenas duas mulheres a compõem, ou seja, a Comissão brasileira foi composta em aproximadamente 71% de juristas e 71% de homens<sup>637</sup>.

Cumpre explicitar que, embora as proferidas críticas quanto à escolha dos membros da Comissão Nacional da Verdade sejam procedentes, convém destacar que todos os membros apresentam um histórico de luta em defesa dos direitos humanos e que, devido à quantidade restrita de membros, não seria possível uma representatividade paritária por área de estudos.

Episódio que ganhou destaque foi o requerimento feito pelo Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, protocolado no Gabinete Regional da Presidência da República, o qual solicitou o afastamento de Gilson Langaro Dipp da CNV, por entender ter ele agido como perito na Corte IDH em casos propostos pelo Estado brasileiro, fato que comprometeria sua isenção para participar das investigações<sup>638</sup>. Contudo, Gilson Dipp foi chamado para testemunhar somente sobre o mecanismo e elucidou-se que os peritos não opinam sobre o mérito dos julgamentos<sup>639</sup>, o que motivou sua permanência.

Esses episódios de questionamentos, críticas e demais participações indicam que houve envolvimento, acompanhamento e participação da sociedade brasileira no desenrolar das atividades da CNV.

Além dos sete membros, integrados em Colegiado e nomeados pela Presidente da República, estiveram formalmente vinculados à CNV, em distintos períodos de seu funcionamento, 217 colaboradores, dentre os quais assessores, servidores públicos cedidos por outros órgãos, consultores, pesquisadores, auxiliares técnicos e administrativos, estagiários e voluntários que trabalharam em escritórios nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como em sua sede, em Brasília<sup>640</sup>.

Aqui se identificam semelhanças na indicação dos integrantes das comissões; nos dois casos ela foi feita pelo poder Executivo federal; depois, a indicação dos nomes levou em

---

<sup>637</sup> BRITO; FERREIRA, 2014.

<sup>638</sup> COMITÊ Paulista Memória Verdade e Justiça quer Gilson Dipp fora da Comissão da Verdade. **Viomundo**. 15 maio 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/comite-gilson-dipp-fora-da-comissao-da-verdade-fois-compromete-a-sua-isencao.html>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

<sup>639</sup> VERDADES e realidades no Brasil: Comissão da Verdade. **Verdades no Brasil**. Blog. Disponível em: <<http://verdadesnobrasil.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

<sup>640</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

conta a exigência da história dos integrantes na participação da defesa de direitos humanos e de reputação ilibada; também se observa que havia um corpo de apoio para auxiliar as atividades burocráticas e organizativas, visto que o *Nunca Más* reuniu mais de 50 mil páginas<sup>641</sup> e, do mesmo modo, a CNV reuniu milhares de documentos<sup>642</sup>. Contudo, adveio na Conadep uma representação política indicada pela Câmara dos Deputados, enquanto no Brasil<sup>643</sup> existiu uma proibição para integrantes de partidos que exercessem função executiva e, na prática, nenhum dos integrantes era político.

#### 4.3.2 Prazo para conclusão dos procedimentos

O Decreto argentino estipulou um limite de seis meses para a conclusão dos trabalhos da Comissão; entretanto, posteriormente esse prazo foi estendido para nove meses<sup>644</sup> devido à grande quantidade de depoimentos e à necessidade de catalogar o material e produzir o relatório. A Conadep pesquisou mais de mil casos, cada um cadastrado com um número específico de registro, compilando, no seu informe final, aproximadamente 7.380 dossiês com declarações e/ou testemunhos de familiares, pessoas libertadas dos centros clandestinos e até mesmo integrantes das forças de segurança.<sup>645</sup>

No Brasil, a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, estabeleceu prazo de dois anos, contados de sua instalação, para que se apresentasse a conclusão dos trabalhos

<sup>641</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

<sup>642</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>643</sup> “Art. 2º A Comissão Nacional da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por 7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

§ 1º Não poderão participar da Comissão Nacional da Verdade aqueles que:

I - exerçam cargos executivos em agremiação partidária, com exceção daqueles de natureza honorária;

II - não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão;

III - estejam no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do poder público.

§ 2º Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, a qual será considerada extinta após a publicação do relatório mencionado no art. 11.

§ 3º A participação na Comissão Nacional da Verdade será considerada serviço público relevante”. (BRASIL, 2011b.).

<sup>644</sup> ARGENTINA, Decreto 187/2003.

<sup>645</sup> FILIPPINI, Leonardo. La persecución penal en la búsqueda de justicia. In: CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **Hacer justicia**: nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad em Argentina. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

desenvolvidos. Porém, em dezembro de 2013 o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014<sup>646</sup>.

Em síntese, observaram-se os seguintes preceitos: a Comissão foi integrada por sete membros; o mandato teve duração de dois anos com uma prorrogação de sete meses; o exercício do mandato foi considerado prestação de serviço público relevante, coordenado por um de seus membros<sup>647</sup>.

### 4.3.3 Procedimentos e autonomia da CNV

Mantendo o desenho democrático para que houvesse autonomia, o Decreto que criou a Conadep estabeleceu em seus artigos 3º e 4º<sup>648</sup> que se poderia requerer ao Poder Executivo Nacional, aos seus órgãos dependentes, às entidades autárquicas e às Forças Armadas e de Segurança o fornecimento de informações, dados e documentos, assim como o acesso a lugares, ressaltando que os funcionários e órgãos públicos estariam obrigados a providenciar a documentação e a facilitar o acesso solicitado; no artigo 7º,<sup>649</sup> consta a garantia de sua autonomia para criar seu regulamento interno e constituir seu corpo técnico, bem como da independência para a elaboração do seu relatório final.

Utilizando os seus poderes, para cumprir seus objetivos a Conadep<sup>650</sup> desenvolveu

---

<sup>646</sup> “Art. 11. A Comissão Nacional da Verdade terá prazo até 16 de dezembro de 2014, para a conclusão dos trabalhos, e deverá apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e as recomendações (BRASIL. Lei 12.998 de 18 de junho de 2014. Dispõe sobre [...] altera as Leis nos [...] 12.528, de 18 de novembro de 2011 [...]. **Diário Oficial da União**, 20 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/Lei/L12998.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12998.htm#art24)>. Acesso em: 02 maio 2017).

<sup>647</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>648</sup> “Art. 3 - La Comisión podrá requerir a todos los funcionarios del Poder Ejecutivo nacional, de sus organismos dependientes, de entidades autárquicas y de las fuerzas armadas y de seguridad que le brinden informes, datos y documentos, como asimismo que le permitan el acceso a los lugares que la Comisión disponga visitar a los fines de su cometido. Los funcionarios y organismos están obligados a proveer esos informes, datos y documentos y a facilitar el acceso pedido.

Art. 4 - Toda declaración requerida de los funcionarios públicos, incluidos los miembros de las fuerzas armadas y de seguridad deberá cumplimentarse por escrito. Los particulares no estarán obligados a prestar declaración”. (ARGENTINA, 1983).

<sup>649</sup> “Art. 7 - La Comisión dictara su propio reglamento interno, designara un presidente que la representara y nombrara los secretarios que estime necesarios. Podrá también constituir los equipos técnicos que juzgue conveniente”. (Ibidem).

<sup>650</sup> i) recebimento de denúncias, e depoimentos; ii) realização de diversas audiências públicas; iii) atendimento a várias personalidades nacionais e estrangeiras; iv) criação de filiais nas cidades de Bahía Blanca, Mar del Plata, Córdoba, Rosario e Santa Fe; v) criação de representação na cidade de Resistencia – Chaco; vi) requisição de informações de diversos órgãos governamentais; vii) realização de viagens internacionais e nacionais, com o objetivo de organizar delegações e centros de colaboração no interior do país, bem como receber denúncias e depoimentos naqueles locais; viii) celebração de convênio com o Centro Único de Procesamiento Electrónico de

suas principais atividades de modo a facilitar o recebimento de informação.

A CNV decidiu que, para esclarecer os fatos ocorridos durante a ditadura militar e cumprir seus desígnios legais, definiram-se os parâmetros de sua investigação em termos do período de tempo a ser pesquisado e das violações de direitos humanos a serem exploradas<sup>651</sup>. Sua competência está no campo das “graves violações dos direitos humanos” praticadas no período 1946-1988<sup>652</sup>.

Firma-se entendimento, nesta tese, de que desse modo a CNV deveria praticar o esclarecimento circunstanciado dos fatos, até mesmo se ocorridos no exterior. Portanto, a competência material, temporal e territorial da CNV foi amplíssima, pois se referiu a graves violações cometidas ao longo de um período histórico de mais de quatro décadas e a fatos ocorridos em qualquer parte do mundo onde tenham sido vitimados cidadãos brasileiros, como resultado do processo político que abrangeu esse período.

#### 4.3.4 A ampla competência investigativa da CNV

Ao examinar o contexto constitutivo da realidade brasileira, que vivenciou mais de 20 anos de estado totalitário com a construção de discurso maniqueísta em favor dos militares, de censura, de perseguição e de institucionalização do desrespeito aos direitos humanos, seguido de uma abertura lenta, gradual e segura – para os militares –, tendo passado aproximadamente 30 anos do término da ditadura até que se instalasse a CNV, registra-se que, para investigar os atos da ditadura, o advento de uma comissão para apurar a verdade não poderia mesmo ter competência reduzida, devendo ser ampla como se preconizou na normativa.

A lei que criou a CNV fixou diversas competências; anotam-se, preponderantemente, a competência material, que abrange graves violações de direitos humanos (sua responsabilidade fundamental e oportunidade significativa foi afiançar que todos os setores da sociedade brasileira, gravemente vitimados nesse período, tivessem a possibilidade de apresentar seus depoimentos); a competência temporal, que foi de 1946 a 1988

---

Datos (CUPED); ix) submissão a processos de fotocópia e microfilmagem de toda documentação reunida; x) realização de reuniões de trabalho com organismos internacionais, como Cruz Vermelha, ONU, Unesco, Anistia Internacional; xi) produção do filme *Nunca Más*; xii) produção e divulgação do Informe *Nunca Más*. (COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995).

<sup>651</sup> WIEBELHAUS-BRAHM, Eric. **Truth commissions and transitional societies**: The impact on human rights and democracy. New York: Routledge, 2010.

<sup>652</sup> BRASIL, 2011b.

(a mais extensa dentre as comissões)<sup>653</sup>; e a competência territorial, que considerou Brasil e exterior<sup>654</sup>. Poucas comissões da verdade no mundo tiveram uma incumbência tão ambiciosa, o que proporciona desafios fundamentais, mas também grandes oportunidades. A cátedra de esclarecimento da CNV confere-lhe amplíssima competência investigativa<sup>655</sup>.

Para cumprir a competência internacional, membros da Comissão viajaram para o Uruguai, para a Argentina e para o Chile. Neste último, puderam obter documentos que apontam indícios de que os dois países cooperavam entre si, mesmo antes de ter sido criada a *Operação Condor* na década de 1970. Era uma união político-militar entre governos da América do Sul para debelar posições contrárias às das ditaduras instaladas no continente. A CNV encontrou um documento que lista nomes de 80 cidadãos brasileiros presos pelos militares chilenos. Os integrantes da Comissão acreditam que esse documento seria um germen de uma rede de contatos constituída entre os governos ditatoriais da região que ficou conhecida como *Operação Condor*. Tal documento comprova a relação entre as ditaduras brasileira e chilena<sup>656</sup>. A tarefa de pesquisa se constituiu em principal insumo do relatório final da CNV<sup>657</sup>.

Em razão de a CNV ter sido constituída tardiamente, depois de tantas outras na América do Sul e no restante do mundo, o Brasil se pôs em lugar privilegiado no sentido de poder sorver de outras experiências com perspectivas bem distintas e se beneficiar da expertise de órgãos internacionais e da bagagem de países como a Argentina, o Chile e a África do Sul, dentre outros, tanto no momento de sua idealização como no da produção legislativa, além de na constituição, no desenvolvimento e na elaboração do seu relatório. É o que se depreende da análise das competências.

De todo modo, os objetivos ou finalidades das comissões possuem como cerne o estabelecimento da verdade sobre os fatos que deviam investigar e a contribuição para a reconciliação nacional.

---

<sup>653</sup> GONZÁLEZ, 2012, p. 15.

<sup>654</sup> Como foi o da Operação Condor. O abarcamento de violações empreendidas no exterior permitia assegurar que não se perdesse a experiência de brasileiros que tivessem sido vítimas da cooperação repressora entre regimes ditatoriais. (Ibidem)

<sup>655</sup> Ibidem.

<sup>656</sup> BRAGA, Juliana. Comissão da Verdade apura no Chile provas de tortura contra brasileiros. G1. Política. 21 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/comissao-da-verdade-apura-no-chile-provas-de-tortura-contra-brasileiros.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

<sup>657</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014.

#### 4.3.5 Experiência e convivência com outros órgãos e a sociedade

Para que as comissões obtivessem documentos que estavam inacessíveis a elas, pressupõe-se a necessidade de articulação e cooperação com outros órgãos. Daí indaga-se sobre a convivência com esses outros órgãos, suas implicações e as resistências geradas.

Para a comunicação com outros órgãos, a Conadep expediu mais de 1.300 ofícios e, diante do dinamismo dos acontecimentos, foram consumadas mais de 100 entrevistas pelo Presidente da Comissão; para presentificar os trabalhos, foram efetivadas mais de 30 audiências públicas sobre temas gerais ou específicos, e concedidas mais de 60 coletivas de imprensa sobre o andamento das investigações.

Diante da negativa de alguns órgãos de Administração Pública e de Segurança, a Comissão teve de recorrer ao Presidente da República para que os referidos órgãos pudessem lhe responder prontamente, bem como para que os membros das Forças Armadas não mais se recusassem a responder às perguntas da Comissão sobre o subterfúgio do “segredo militar”, de acordo com as disposições do Decreto nº 2.107/84.

A Conadep instituiu convênio com o *Centro Único de Procesamiento de Datos* (Cuped) para registrar as informações e os dados coletados, o qual cedeu equipes e serviços, para engendrar um banco de dados com o fito de facilitar a localização e a intersecção rápida das informações. Cada vítima possuía um dossiê com registro de número específico. O cadastro era composto de nome, sobrenome, idade, data do fato, lugar de desaparecimento e profissão. A cada novo cadastramento era feito um cotejamento entre os dados existentes para impedir duplicidades<sup>658</sup>.

Além disso, foi intenso e constante o contato com as organizações não governamentais de defesa de direitos humanos, de âmbito nacional e internacional, singularmente quando se possuíam informações sobre bebês, as quais eram encaminhadas para organizações como *Abuelas de Plaza de Mayo* para auxiliar na identificação de parentes<sup>659</sup>.

No Brasil, o relacionamento da CNV se deu com diversas entidades da sociedade civil e órgãos da Administração Pública direta e indireta; dialogou mais proximamente com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e com a “Comissão de Anistia.” Internacionalmente, recebeu o apoio do Programa das Nações Unidas para o

<sup>658</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

<sup>659</sup> Ibidem.



Desenvolvimento (PNUD), com o qual estabeleceu projeto de cooperação possibilitando a contratação de consultores que reforçaram a equipe de pessoas atuando sob orientação da Comissão, dentre outros<sup>660</sup>.

Observou-se, por meio da presente pesquisa, que a interlocução mais proeminente para a execução das atividades postas para a CNV foi mantida com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas, e que no decurso de todo o período de seu funcionamento a Comissão sempre precisou empreender esforços para conseguir informações e documentos. Muitas vezes sem sucesso.

A Comissão entende que estabeleceu caminhos para possibilitar diálogo regular com grupos e entidades da sociedade civil, como os grupos de familiares de mortos e desaparecidos; os comitês populares de memória, verdade e justiça; as diversas comissões da verdade estaduais e municipais; e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dentre outras que passaram a ser instaladas no território nacional após o advento da CNV<sup>661</sup>.

Não obstante, as organizações de direitos humanos e das vítimas e parentes de vítimas identificaram certo isolamento ao qual a Comissão se impôs durante o primeiro ano de mandato. A sociedade civil alimentara a esperança de rápida integração com as entidades públicas que atuavam na agenda da justiça de transição. Contudo, integração maior somente ocorreu no segundo ano de seu funcionamento, “[...] quando o distanciamento já havia contaminado o relacionamento com a sociedade civil e algumas comissões regionais e setoriais da verdade”<sup>662</sup>.

#### 4.3.5.1 Debate sobre os procedimentos adotados pelas Comissões

A metodologia utilizada pelas Comissões se mostrou eficiente para conduzir, formar e informar os caminhos no empenho e desempenho dos procedimentos e dos questionamentos próprios da investigação?

A sistemática utilizada pela Conadep teve início com sua divisão em cinco secretarias<sup>663</sup>, depois basicamente passou a ouvir e tomar depoimento das testemunhas.

---

<sup>660</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>661</sup> Ibidem.

<sup>662</sup> WEICHERT, 2014.

<sup>663</sup> Secretaria de Recepção de Denúncias, Secretaria de Documentação e Processamento de Dados, Secretaria de Procedimentos, Secretaria de assuntos Legais e Secretaria Administrativa.

Segundo a Conadep, uma vez instalada a Comissão formulou-se um chamado para que os cidadãos comparecessem para dar testemunho sobre os fatos de violência, o qual teve imediata aprovação como resposta, dando início ao processo de reconstituição da memória coletiva. Então, muito rapidamente chegou uma avalanche de denúncias e testemunhos<sup>664</sup>.

Utilizando argumento em favor da transparência e publicidade, a Conadep também procedeu à realização de audiências públicas<sup>665</sup>.

Nessa linha de intelecto, ainda com o intuito de atingir seu objetivo, a Conadep oficiou a diversos órgãos públicos em busca de informações a respeito das pessoas desaparecidas, tendo dificuldades em obter respostas das Forças Armadas. Com a dificuldade em angariar documentos comprobatórios com as Forças Armadas e órgãos de segurança, a Conadep alicerçou a consistência de suas descobertas em confirmações de testemunhos de vítimas e de familiares e amigos dos desaparecidos, organizando seu próprio arquivo de informações pertinente a cada caso<sup>666</sup>.

Por meio da metodologia acima descrita, a Conadep pôde delinear como se organizou a ação repressiva dos militares que tomaram o poder com o Golpe de Estado e, após transcorrido o prazo de sua duração, procedeu à digressão de milhares de casos de sequestros, torturas, detenções ilegais e cativeiros de prisioneiros em centros de detenções clandestinos. Afirmou e demonstrou também que os militares, em muitos casos, tomaram famílias completas como vítimas, levando igualmente a esposa do sequestrado, organizando partos nos campos de detenção e apropriando-se dos bebês recém-nascidos no cativeiro, chegando inclusive a sequestrar também os avós que se contrapuseram por seus filhos e netos<sup>667</sup>.

As pesquisas dos fatos de violações a direitos humanos desenvolvidas pela CNV garantiram a investigação de graves violações praticadas contra setores marginalizados ou vulneráveis da sociedade, independentemente de sua militância política<sup>668</sup>. Porém, não houve investigação de todas as violações. A comissão utilizou-se de duas metodologias de levantamento de informações: a pesquisa documental e a tomada de depoimentos, por meio de realização de audiências públicas, e as entrevistas, dentre outras. Dentro das suas limitações,

---

<sup>664</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

<sup>665</sup> Realizou diversas audiências públicas, em busca de informação e documentos, concedeu entrevistas e coletivas visando a atingir o máximo de cidadãos com os atos por ela realizados; visitou locais de tortura e viajou não somente dentro do país, como também para o exterior, com o propósito de ouvir os milhares de exilados argentinos na Espanha, nos Estados Unidos, na Venezuela, no México, dentre outros países que ainda não tinham certeza da segurança de retornar ao país. (Ibidem).

<sup>666</sup> Ibidem.

<sup>667</sup> Idem, 1983.

<sup>668</sup> GONZÁLEZ, 2012, p. 15.

buscou publicizar as descobertas e alcançar a transparência. A Comissão enfrentou muita resistência por parte dos militares em compartilhar qualquer nova informação.

A Comissão tentou localizar nos órgãos de segurança e informações, integrantes da estrutura do extinto Sistema Nacional de Informações (SISNI), os arquivos que ainda não haviam sido encontrados (cuja abertura irrestrita foi determinada pouco tempo antes pelo então ministro José Eduardo Cardoso, já com o objetivo de fornecer subsídios à CNV)<sup>669</sup>.

Cabe destacar a extraordinária descoberta do chamado “Relatório Figueiredo” por parceiros da CNV, o qual contém informações sobre várias formas de violação de direitos, como maus tratos e assassinatos de índios; perda de terras indígenas para fazendeiros e empresários; desvio de verbas; negociatas e negligência com populações em extinção. O relatório tinha sido dado como desaparecido por décadas. É um documento de sete mil páginas, produzido a partir de uma “Comissão de Inquérito Administrativo” do Ministério do Interior instalada em julho de 1967<sup>670</sup>.

Em 19 de novembro de 2014, em entrevista publicada no *site* Captura Uol, novamente Gilson Dipp relatou as dificuldades na obtenção de documentos das Forças Armadas. “Houve documentos que só foram entregues a nós agora, no final da atividade de apuração. E há a situação, que para nós não está suficientemente comprovada, em que alegam que um grande número de documentos foi destruído”. Avultou que se descobriu, por meio de denúncia, que documentos dados como inexistentes ou desaparecidos estavam numa sala secreta do Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro<sup>671</sup>.

Gilson Dipp também relatou que, em setembro, a Comissão Nacional da Verdade, juntamente com os integrantes da Comissão da Verdade do Rio, fez uma visita ao referido hospital para proceder a uma averiguação *in locu*, uma vez que, “no caso do engenheiro Raul Amaro (1944-1971), há evidências muito sólidas de que ele foi torturado dentro do hospital. Nós queríamos o prontuário médico dele [...]”; no hospital citado, foi informado pelo Diretor que eram recentes os documentos ali arquivados. Porém, posteriormente, o Ministério Público Federal realizou uma diligência e descobriu vários documentos do período da ditadura e ainda:

---

<sup>669</sup> BRAZILIAN government opens national archives families missing (Portuguese). **ICTJ**. 25 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.ictj.org/news/brazilian-government-opens-national-archives-families-missing-portuguese>>. Acesso em: 03 maio 2017.

<sup>670</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>671</sup> RODRIGUES, Fernando. CNV pedirá punição para cerca de cem militares vivos. **Defesanet**. 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/dita/noticia/17480/CNV---Pedira-punicao-para-cerca-de-100-militares-vivos-/>>. Acesso em: 02 abr.2017.

[...] um dossiê dos membros da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade, com fotografias, demonstrando que, previamente à nossa visita, eles fizeram uma investigação, contendo foto e uma sucinta biografia dos integrantes da comissão<sup>672</sup>.

Constatou-se então que previamente a visita referida, os militares realizaram uma investigação sobre os componentes da comissão montando esse dossiê com as informações obtidas. O material foi apreendido e foram solicitadas providências por parte do Ministério da Defesa, já que o fato se mostrou de gravidade absoluta<sup>673</sup>.

Fato é que existiu certa resistência por parte de uma fração das Forças Armadas do Brasil, o que se observa tanto pela reação quando do lançamento do PNDH3 quanto pela dificuldade que a CNV teve para acessar documentos produzidos na época da ditadura, bem como pelo silêncio de alguns integrantes da citada Força em “depoimentos” na CNV.

O governo brasileiro não insistiu na obrigação legal de as Forças Armadas atenderem às solicitações da Comissão. Não determinou que o Ministério da Defesa o fizesse e esperou que fosse feito. Não se fez.

Ilude-se quem acredita que o Estado está assumindo uma posição de neutralidade fundamental para que não se defenda uma verdade histórica que atuará em detrimento de outras crenças, opiniões e práticas sociais quando decide não investigar o passado. Ao revés, ao assumir essa atitude, o Estado apenas fortalece a sobrevivência de toda a “verdade” fabricada e manipulada pelo regime da ditadura para sustentar a repressão, que continua a ser mantida como se fato fosse<sup>674</sup>.

#### 4.4 INVESTIGAÇÃO DA RESISTÊNCIA ARMADA AO REGIME MILITAR

Há a presença do binômio de forças equivalentes e dos pressupostos hipotéticos de duas forças demoníacas que se enfrentaram e cometeram crimes contra a humanidade durante a ditadura militar brasileira?

Por meio da Resolução nº 02<sup>675</sup>, a CNV, logo no início do mandato, deliberou que iria investigar apenas os atos de desrespeito aos direitos humanos praticados “[...] por agentes

---

<sup>672</sup> RODRIGUES, 2014.

<sup>673</sup> Ibidem.

<sup>674</sup> GONZÁLEZ, 2012, p. 15.

<sup>675</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2012.

públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado”<sup>676</sup>, afastando a possibilidade de pressão para que também investigasse os supostos atos violentos praticados por dissidentes da ditadura contra o Estado, seus agentes e outros civis, afastando-se da teoria da dualidade demoníaca<sup>677</sup>.

Os setores conservadores no Brasil apontaram a chamada “teoria dos dois demônios” na tentativa de influenciar a discussão em busca da verdade e do tratamento do legado autoritário da ditadura brasileira. Partindo dessa visão, haveria naquele momento histórico uma disputa pelo poder e, portanto, não teria ocorrido um golpe em 1964, mas uma aquisição “legítima” que prognosticou um confronto em que cada lado atacava e se protegia. A alternativa fardada é apresentada como um demônio que outro enfrentava. Entretanto, de um lado havia um Presidente da República legitimamente eleito pelo voto popular e uma Constituição democraticamente construída em 1946 e, do outro lado, distintos setores da elite brasileira. Havia coligações empresariais e outros que, com o indispensável auxílio norteamericano, deram esboço ao único grupo que, de fato, tinha condições de invalidar a democracia por meio das armas em 1964, isto é, as Forças Armadas brasileiras<sup>678</sup>.

Observa-se que o ponto central da teoria está escorado sobre uma dupla falácia: não havia plano algum ou qualquer operação em curso a ser protagonizada pelo Presidente João Goulart ou pelos demais atores de esquerda, com o objetivo de executar as reformas anunciadas por fora da via institucional e das probabilidades instituídas na Constituição de 1964, muito menos a luta armada foi efetivamente implementada antes que as passagens legais tivessem sido abotoadas pela decretação do AI-5<sup>679</sup>. Então, não havia um primeiro demônio de esquerda que “convulsionava”, com sua violência, a sociedade em seu conjunto, e teria provocado a ira de um segundo demônio, o de direita, que aplicou uma violência sistemática<sup>680</sup>.

Weffort, respeitável cientista político brasileiro, também classificou, sob o signo abstrato da violência, fenômenos tão distantes entre si, ainda que com uma advertência de escala e proporção, já que, no Brasil, a violência da direita era produzida a partir dos aparelhos de Estado, enquanto a outra dependia de pequenos grupos políticos; ele afirmou que “[...] a

---

<sup>676</sup> BRASIL, 2011b.

<sup>677</sup> WEICHERT, 2014.

<sup>678</sup> MEYER, Emílio Peluzzo Neder; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O engodo de uma “teoria dos dois demônios” à brasileira. **Consultor Jurídico**. 28 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-28/engodo-teoria-dois-demonios-brasileira>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>679</sup> ALTMAN, Bruno. A teoria dos dois demônios não passa de farsa histórica. **Última Instância**. 01 abr. 2014. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/artigos/70056/teoria+dos+dois+demônios+nao+passa+de+farsa+historica.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>680</sup> BIETTI, 2008.

violência da direita tomou, desde 1964 e, em especial, desde 1968, proporções industriais, enquanto a da esquerda não passou de níveis artesanais”<sup>681</sup>.

No Brasil, a luta armada brotou de forma incipiente como uma reação à usurpação do poder público legal e legítimo, e à imposição de um regime que vestia como política de repressão o cometimento de crimes contra a humanidade, nos quais estava ausente qualquer proporção que autorizasse a se cogitar da existência de dois lados equivalentes. Enfim, era o Estado brasileiro, com todo o seu poderio bélico, humano, econômico e burocrático, que estava a massacrar grupos circunscritos por dezenas de resistentes. As possíveis radicalizações da resistência foram, antes de tudo, o reflexo da violência e radicalização de um Estado criminoso.

Investigar “outro lado” na ditadura seria igualar nazistas à Resistência Francesa. Na França, os resistentes foram tratados como heróis<sup>682</sup>; igualar os dois lados seria como igualar o ofensor a quem se defende de uma ofensa grave. Ademais, os atos criminosos praticados pelos opositores da ditadura não se constituíram em crimes contra a humanidade. Pensar em dois lados é uma falácia construída por defensores de regimes autoritários. Não há dois lados quando não existem dois grupos que se equivalem.

Após proceder à análise sobre a teoria dos dois demônios, incerta e debatida mais profundamente no primeiro capítulo, no tópico sobre práticas argentinas e brasileiras inaugurativas da busca da verdade e da memória (subitem 2.6), observou-se que, por diversas e fundamentadas razões de direito interno e externo, bem como pelo entendimento da jurisprudência da Corte IDH, uma investigação para os dois lados não procede, não tem sustentação, já que no Brasil não existiu um grupo que fizesse as vezes do Estado ou que pudesse combater com força igual ou semelhante o Estado.

#### **4.4.1 Críticas aos trabalhos e ao relatório da Comissão Nacional da Verdade**

Não obstante todo o alegado esforço da Comissão Nacional da Verdade, ela mesma não escapou de direcionadas críticas provenientes de organizações civis; destacam-se neste item as principais delas.

---

<sup>681</sup> WEFFORT, 1984.

<sup>682</sup> VIANNA, Rodrigo. Investigar “outro lado” na ditadura: seria igualar nazistas à Resistência Francesa **Neo Visão**. 17 maio 2012. Disponível em: <<http://neovisao.blogspot.com.br/2012/05/investigar-outro-lado-na-ditadura-seria.html>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

O Instituto de Estudos da Religião (ISER), que é uma organização civil laica dedicada aos direitos humanos e à democracia, em análise dos estudos<sup>683</sup> entendeu, no final de 2012, que o excesso de sigilo ocasionou falta de transparência e dificuldades em acompanhar os trabalhos. Entretanto, a CNV, respondendo à crítica, posicionou-se no sentido de que o sigilo é fundamental para que se possam encontrar novos indícios de depoimentos, quando a situação exige<sup>684</sup>.

Em outro momento, profundamente irritado, o Superior Tribunal Militar (STM) reagiu às referências que se lhe fizeram no relatório final dos trabalhos da Comissão, no qual a Justiça Militar é associada, com base em diversos depoimentos, a um “[...] papel fundamental na execução de perseguições e punições políticas [...]”, e na “retaguarda judicial para a repressão”. Também é acusada de ter sido “[...] conivente ou omissa às denúncias de graves violações de Direitos Humanos [...]”, e de ter institucionalizado “punições políticas” e ampliado sua competência para o “[...] processamento e julgamento de civis incursos em crimes contra a Segurança Nacional”. O STM alegou que o documento tem conceitos “inverídicos, injustos e equivocados” sobre a Justiça Militar<sup>685</sup>.

O Clube das Forças Armadas chegou a insuflar os militares a se insurgirem contra a Comissão, em função do conteúdo do relatório por ela apresentado. “Nossas Forças Armadas têm obrigação de se manifestarem, até mesmo judicialmente, na defesa de sua história e de seus integrantes [...]”, afirma o texto. “Há no seu conteúdo muitas pessoas, mortas e vivas, que em momento algum tiveram os seus nomes vinculados a qualquer evento que pudesse levá-las a estar nesse relatório leviano [...]”, afirmou o general Gilberto Rodrigues. Observa-se que, entre os citados como “injustiçados” do relatório pelo Clube Militar, estão o general Castelo Branco, que governou o país entre 1964 e 1967, e o brigadeiro Eduardo Gomes, “simplesmente o patrono da Força Aérea Brasileira”<sup>686</sup>.

---

<sup>683</sup> INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. **Análise dos documentos** Disponível em: <<http://www.iser.org.br/site/>>. Acesso em: 02 maio 2017.

<sup>684</sup> PINTO, Igor Alves; FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. Uma análise da comissão nacional da verdade brasileira ao longo de seu primeiro ano de funcionamento. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 22. São Paulo, nov. 2013. **Anais....** São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2013. Disponível em: <<http://www.publicaDireito.com.br/artigos/?cod=829807aa78485041>>. Acesso em 20 dez. 2016.

<sup>685</sup> BRASIL. Superior Tribunal Militar. Nota à imprensa do Superior Tribunal Militar. **Superior Tribunal Militar**. 12 dez. 2014c. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/3862-nota-a-imprensa-do-superior-tribunal-militar>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

<sup>686</sup> EBOLI, Evandro. Militares reagem e aumenta adesão ao manifesto contra o governo. **O Globo**. 02 set. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/militares-reagem-aumenta-adesao-manifesto-contra-governo-4126560>>. Acesso em: 02 maio 2017.

As críticas feitas pelo Tribunal Superior Militar e pelas Forças Armadas podem ser facilmente suplantadas pela análise do relatório da Comissão, já que, durante sua elaboração, tomou-se o cuidado de comprovar os fatos ali referenciados por meio de diversos documentos, artigos e notícias da época, fotos, laudos técnicos e depoimentos já registrados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e pela Comissão de Anistia. Também serviram como fonte o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, publicado em 2007, da CEMDP, e o livro *Habeas Corpus*, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, além de vários depoimentos e relatos de vítimas e de testemunhos de pessoas que presenciaram os fatos (colhidos pela própria Comissão), todos devidamente anexados ao Relatório.

No mesmo sentido, embora menos conhecido, o livro *Habeas Corpus – a Busca dos Desaparecidos Políticos no Brasil* – objetivou sistematizar e resumir todas as informações recolhidas ao longo de décadas a respeito da possível localização dos restos mortais de mortos e desaparecidos políticos (o empenho foi coordenado pela SDH com subsídio de familiares das vítimas, ex-presos políticos e ativistas). Tais documentos serviram de referências básicas para a CNV.

Para Vivanco, diretor do *Human Rights Watch*, o relatório é um progresso, contudo o país precisa investigar e punir os crimes empreendidos tanto por agentes do Estado como por guerrilheiros<sup>687</sup>; ademais, continua, a Lei da Anistia não tem o poder de impedir julgamentos e punições; afirmou que a CNV errou em não investigar “[...] abusos cometidos por grupos armados irregulares [...]” e que “[...] seria preciso botar tudo sob os holofotes da justiça [...]”<sup>688</sup>.

Para familiares e vítimas, não houve avanço no que diz respeito a encontrar os mortos e desaparecidos, pois 210 pessoas ainda não foram localizadas. Eles entendem que o trabalho da Comissão não deveria ser encerrado e que seria necessário outro ciclo para localizar os corpos e punir os culpados<sup>689</sup>.

---

<sup>687</sup> GODOY, Fernanda. Brasil precisa julgar crimes dos dois lados, diz diretor de ONG. **Folha de São Paulo**, 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1562460-brasil-precisa-julgar-crimes-dos-dois-lados-na-ditadura-diz-diretor-de-ong.shtm>>. Acesso em: 02 maio 2017.

<sup>688</sup> MEYER; SILVA FILHO, 2014.

<sup>689</sup> VIVANCO, José Miguel. Brasil precisa julgar crimes dos dois lados na ditadura militar. **Folha de S. Paulo**, 15 dez. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141209\\_desaparecidos\\_familias\\_comissaoverdade\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141209_desaparecidos_familias_comissaoverdade_pai)>. Acesso em: 02 maio 2017.



#### 4.5 COMPREENDENDO O RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

As comissões argentina<sup>690</sup> e brasileira<sup>691</sup> produziram relatórios circunstanciados dos fatos examinados, ao final dos trabalhos de investigação, conforme a previsão legal, com o levantamento das informações coletadas. O informe da Conadep<sup>692</sup> foi entregue ao presidente Raúl Alfonsín em 20 de setembro de 1984 e o relatório da CNV foi entregue à presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014, 30 anos depois.

É possível identificar nas comissões da verdade uma grande potencialidade de amoldamento aos diferentes contextos de cada Estado; assim, no que diz respeito ao seu desempenho, existe, presentemente, um processo de sistematização de boas práticas e identificação de padrões legais aplicáveis. Essa normatização tem o benefício de trazer transparência, como também de colocar limites ao estabelecimento de comissões não autênticas, que podem ser criadas para camuflar a falta de vontade política e substituir medidas judiciais<sup>693</sup>.

Os mandatos das comissões foram bastante distintos, embora ambos contassem com termos inicial e final previamente assentados; coincidentemente, um e outro foram prorrogados. A Conadep teve duração de nove meses e a CNV, de 30 meses.

Os Relatórios foram bem recebidos pela sociedade como um passo indispensável para a valorização da memória, da verdade e do direito de acesso à informação, contudo não

---

<sup>690</sup> “Art. 2 - Serán funciones específicas y taxativas de la Comisión las siguientes: [...] e) emitir un informe final, con una explicación detallada de los hechos investigados, a los ciento ochenta (180) días a partir de su constitución” (ARGENTINA. Decreto 187/1983).

<sup>691</sup> “Art. 11. A Comissão Nacional da Verdade terá prazo até 16 de dezembro de 2014, para a conclusão dos trabalhos, e deverá apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e as recomendações” (BRASIL, 2011b).

<sup>692</sup> “Em primeiro lugar, o *Nunca Mas* adquiriu uma grande importância política. Antes do informe da CONADEP, a perspectiva ditatorial não havia sido desmentida mediante um relato integrado, com força argumentativa e simbólica, mantida pelo peso dos testemunhos e da palavra oficial. O informe instaurou uma nova verdade pública sobre a dimensão que compreende os desaparecimentos e a responsabilidade institucional das Forças Armadas, que se expandiu e se reproduziu de múltiplas maneiras e entrou em confrontação nesse ato com a negação, a justificação e a relativização ditatorial sobre a existência de desaparecidos. Ao mesmo tempo, a condição de verdade que o informe adquiriu verificou-se ao converter suas páginas em uma fonte indiscutível do debate político e jurídico para corroborar se uma pessoa era mencionada entre os participantes dos desaparecimentos. Em segundo lugar, o *Nunca Más* trouxe ao debate a qualidade dos instrumentos judiciais, mediante a reprodução de sua interpretação, de seu estilo narrativo e da utilização do corpus probatório reunido pela CONADEP no juízo às juntas militares. Por último, da memória coletiva sobre os desaparecimentos e, deste modo, se transformaria em objeto das lutas políticas por dar sentido ao passado”. (CRENZEL, 2008, p.128-129).

<sup>693</sup> CUEVA, 2000.

escaparam das críticas dos militares nem das críticas das organizações de defesa dos direitos humanos e dos familiares das vítimas.

Nos dois países, as comissões sofreram retaliações e críticas explícitas dos setores militares, que proferiram manifestações duras eivadas de exames depreciativos e acusatórios, taxando a iniciativa, em síntese, de revanchista, covarde, motivada pelo ódio e pelo sentimento de vingança de falsos defensores dos direitos humanos. Seria essa uma reclamação plausível?

A criação das comissões teve diversas motivações; como explicitado pelos instrumentos normativos de suas concernentes concepções, elas foram baseadas e inspiradas nas normativas internacionais de direitos humanos, nos princípios e nos direitos fundamentais das Constituições dos países, assim como em Convenções e Tratados por eles ratificados; também foram recomendadas pelos ensinamentos da justiça de transição, particularmente na busca pela verdade, recuperação e preservação da memória e da justiça. O passado precisa ser conhecido, digerido e superado para que os países possam seguir adiante ciosos da sua história, de seus erros e acertos, com vistas a não reproduzir os erros. Digerir e superar não significa esquecer.

Para Abrão e Torelly, “A recuperação da memória não se faz, portanto, sem o confronto de valores. Trata-se menos de ‘punir os torturadores’ do que expô-los ao cenário da história [...]”, da mesma forma que “[...] os perdedores, em regimes ditatoriais, foram expostos e, neste cenário, contrapor os valores que nos guiam e os valores que erigiram a fundação de regimes repressivos [...]”, e “[...] que somente foram possíveis de serem implementados pela violência armada”<sup>694</sup>.

As comissões argentina e brasileira cumpriram seus desígnios legais; a primeira reuniu mais de 50 mil páginas de documentos e uma publicação por volta de 500 páginas acumulando o resumo dos casos e a percepção dos membros da Comissão dos nove meses de trabalho. O Relatório da segunda é composto de três volumes e 4.300 páginas; trata-se de um trabalho extenso produzido como conclusão no interstício do mandato de 30 meses<sup>695</sup>.

Os relatórios estabeleceram uma história oficial sobre o que efetivamente aconteceu durante o regime militar, permitindo à sociedade o conhecimento dos detalhes do período autoritário que oprimiu e violou seus cidadãos, assim como apresentaram recomendações que visavam a aprimorar as instituições do Estado, proporcionando legitimidade e validade no que

---

<sup>694</sup> ABRÃO; TORELLY, 2010. p. 38.

<sup>695</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

concerne aos acontecimentos, especialmente aquelas que lidam com a segurança pública, e contribuíram para uma política categórica de não repetição.

#### 4.5.1 Os caminhos da organização dos relatórios

Nos próximos itens serão explicitados e debatidos os elementos dinamizadores da organização dos relatórios da Conadep<sup>696</sup> e da CNV, bem como as conclusões concebidas por eles.

A criação da primeira já demonstra o comprometimento com a celeridade, haja vista a urgência de sua implantação, e também, conforme verificado, o comprometimento do Presidente com as medidas de justiça de transição. A segunda foi criada quase 30 anos depois do término da ditadura, conforme já mencionado. Contudo, ambas tiveram uma organização semelhante.

##### 4.5.1.1 Elementos dinamizadores da organização da Conadep e da CNV

O *Informe* contém um conteúdo irrefutável e provocativo que estimulou o “Julgamento às Juntas” em 1985, constituiu-se numa forma de reconhecimento das vítimas como sujeitos de direitos e espalhou uma condenação moral do método de desaparecimento. Para Crenzel, como veículo de memória é um relato emblemático e hegemônico sobre a repressão, as violações dos direitos humanos e o passado de violência política<sup>697</sup>.

Para alcançar um conteúdo irrefutável e refletir harmonicamente o objeto de sua pesquisa, que concentrou esforços na questão dos desaparecimentos, a Conadep entrevistou pessoas e ouviu inúmeros relatos, com ampla participação popular, além de ter buscado documentos com o intuito de retratar os seus resultados. O *Relatório Nunca Más* foi subdividido em seis capítulos<sup>698</sup> e conclusão; são eles: a ação repressiva; as vítimas; o Poder Judiciário durante o período em que se consumaram os desaparecimentos forçados de pessoas; criação e

---

<sup>696</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

<sup>697</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>698</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

organização da Comissão Nacional sobre as Desaparições de Pessoas; o respaldo doutrinário da repressão; e recomendações.

Já no primeiro capítulo identifica-se o *modus operandi* do Estado terrorista que utilizava diversos estilos de sequestro<sup>699</sup> para se apropriar das vítimas. Foram identificados aproximadamente 340 centros clandestinos de detenções, os quais, em muitos casos, também eram destinados a torturar e fazer desaparecer as vítimas, ou seja, utilizava-se a morte como política de extermínio<sup>700</sup>.

O desaparecimento forçado, mais comumente praticado na Argentina, ocorria quando as pessoas, após terem sido detidas por agentes pertencentes ao governo (forças tradicionais de segurança) ou ligados a ele (forças paramilitares, toleradas pelo Estado), desapareciam. A negação por parte do Estado de qualquer responsabilidade pela detenção, a sua recusa em fornecer informações e a omissão em investigar os fatos eram práticas corriqueiras<sup>701</sup>. A ausência de informações sobre a vítima gerava angústia e incerteza sobre a sua sorte, inclusive sobre a possibilidade de ainda estar viva, pois, mesmo muitos anos após o desaparecimento, a esperança por vezes persistia.

O segundo capítulo cuida das vítimas da ditadura, entre as quais mereceram destaque crianças e mulheres grávidas, adolescentes, a família como vítima, inválidos e pessoas com deficiência, religiosos, conscritos, jornalistas e sindicalistas; 51% das vítimas eram trabalhadores e estudantes, em sua maioria jovens. Realizou-se um constante reforço na pesquisa e na identificação das chamadas *vítimas plenas* (crianças, mulheres e idosos)<sup>702</sup> e a divulgação desses fatos chocou a opinião pública, uma vez que se homogeneizaram os alvos repressivos do regime; não se respeitaram aqueles que, por sua condição, deveriam ser protegidos. Embora a maioria das vítimas fosse militante, muitos outros eram apenas familiares e amigos de pessoas que discordavam do regime autoritário<sup>703</sup>.

---

<sup>699</sup> “Incurción de los secuestradores o ‘patota’ en los domicilios. Nocturnidad. Anonimato. Con la intempestiva irrupción del grupo a cargo del secuestro comenzaba el primer acto del drama que envolvería tanto a las víctimas directas como a los familiares afectados. De éstos y de otros miles de testimonios que están en los archivos de la CONADEP, deducimos que dentro de la metodología del secuestro como forma de detención, los operativos se realizaban a altas horas de la noche o de la madrugada, generalmente en días cercanos al fin de semana, asegurándose así un lapso antes de que los familiares pudieran actuar”. (COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995).

<sup>700</sup> Ibidem.

<sup>701</sup> RAOUL, Marion. L’approche du problème. **Le refus de l’oubli**: La politique de disparition forcée de personnes. Colloque de Paris, jan./fév. 1981. Paris: Berger Levrault, 1982.

<sup>702</sup> VEZZETTI, 2003.

<sup>703</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

O terceiro capítulo descreve e analisa o comportamento do Poder Judiciário – que se curvou ao autoritarismo – durante o período em que se consumaram os desaparecimentos forçados de pessoas; as normas aplicadas; a suspensão de alguns direitos de liberdade civil. Também discorre sobre como a sociedade lidou com essa estranha realidade por meio de denúncias, passeatas e manifestações de parentes das vítimas contrárias àquela política violenta<sup>704</sup>.

Os demais capítulos seguem a mesma linha de investigação dos primeiros, sendo que a revelação e constatação dos métodos utilizados pelo Estado surpreenderam, estarreceram e estarrecem a sociedade argentina, do mesmo modo que a verificação da quantidade de cidadãos desaparecidos, muitos jogados vivos no rio da Prata pelos depois conhecidos *vuelos de la muerte*<sup>705</sup>.

O desaparecimento forçado, por sua essência, encova as identidades do autor e da vítima; porquanto, se não há preso, não há cadáver, e consequentemente nem há vítima. Desse modo, o General Jorge Rafael Videla pontuou: “[...] enquanto estiver desaparecido, não pode ter tratamento especial, porque não tem identidade, não está morto nem vivo”<sup>706</sup>.

O informe *Nunca Más* conseguiu identificar diversos agentes do Estado que foram responsáveis, direta ou indiretamente (quando executaram ou ordenaram), pelas práticas de desrespeito aos direitos humanos. Inicialmente, o relatório não divulgou o nome dos envolvidos nas torturas e desaparecimentos, enviando a relação com os referidos nomes para o Poder Judiciário, por entender que a responsabilidade pela sua apuração era da Justiça.

Suas conclusões horrorizaram a sociedade argentina, e suas recomendações também serviram de base para consolidar a construção de uma consciência coletiva, tornando público o privado, favorecendo a criação e fundamentação legislativa e jurídica pautadas na busca da verdade e da justiça; constitui-se num legado para o futuro e numa advertência para as gerações vindouras sobre a ampla tragédia vivenciada pela Argentina.

E no Brasil? O relatório da CNV ofereceu base informativa e analítica para a sociedade brasileira na (re)construção da memória e da verdade como elemento da justiça de transição?

---

<sup>704</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1995.

<sup>705</sup> “El país ha sido sembrado de cuerpos de personas no identificadas, sepultadas individual o colectivamente, en forma ilegal y clandestinas. Están en los cementerios, en descampados, en los ríos, en los diques, y, según ya hemos visto, también en el mar”. (Ibidem, p. 246).

<sup>706</sup> MARIANO, Nilson. **As garras do condor**. Petrópolis: Vozes, 2003.

O universo retratado no Relatório da CNV está estruturado por meio de três volumes. O primeiro foi idealizado para atender aos desígnios definidos em lei para a Comissão e foi firmado por todos os conselheiros. Ele apresenta a “[...] descrição dos fatos relativos às graves violações de direitos humanos do período investigado<sup>707</sup>, com especial atenção ao regime ditatorial que se prolongou de 1964 a 1985”. A CNV delineia o funcionamento de toda a estrutura burocrática, sustentáculo da ditadura, bem como dos diversos órgãos de informação e repressão que foram criados ou aparelhados, como Centro de Informações do Exército (CIE), Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Operação Bandeirante (OBAN), Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e Serviço Nacional de Informações (SNI). O Serviço Nacional de Informações era órgão de inteligência, munido de atípico poder e vinculado diretamente à Presidência da República. O documento narra também a grave incumbência das Polícias (Civil, Militar e Federal) e do Poder Judiciário e do Superior Tribunal Militar (STM) para o cometimento sistemático de graves violações de direitos humanos, ou para oferecer suporte a elas; também descreve a repressão aos opositores dentro e fora do país, como parte de uma cooperação internacional no contexto da guerra fria por intermédio da denominada “Operação Condor”; e, finalmente, apresenta as conclusões e recomendações da Comissão<sup>708</sup>.

O Superior Tribunal Militar (STM) reagiu contrariamente às informações do relatório quanto a sua própria participação e produziu nota<sup>709</sup> inferindo que os conceitos utilizados são “inverídicos, injustos e equivocados” e que:

[...] na realidade, a Justiça Militar da União (JMU) não “teve papel fundamental na execução de perseguições e punições políticas”, não “institucionalizou punições políticas” e tampouco ampliou, para si mesma, sua competência para o “processamento e julgamento de civis incursos em crimes contra a segurança nacional”<sup>710</sup>.

Para demonstrar isso, utilizou como exemplo de atitude completamente distinta o fato de que, em outubro, o Tribunal assinou um Termo de Cooperação com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e com o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB)

<sup>707</sup> A CNV, na Parte III do volume 1, aponta as quatro principais modalidades de violações de direitos humanos praticadas sistematicamente pela ditadura: i) a detenção ilegal ou arbitrária (sequestro); ii) a tortura sistemática tanto física quanto psicológica (ameaça a própria pessoa e ou a parentes e amigos) e por intermédio de crimes sexuais; iii) execução sumária, arbitrária e/ou extrajudicial ou outros tipos de mortes impostas pelo Estado; iv) desaparecimento forçado e ocultação de cadáver (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b).

<sup>708</sup> Ibidem.

<sup>709</sup> MARTINS, Helena. STM aponta equívocos e critica relatório da Comissão Nacional da Verdade. **EBC Brasil**. 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/stm-aponta-equivocos-e-critica-relatorio-da-comissao-nacional-da>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

<sup>710</sup> Ibidem.

para organizar e disponibilizar à sociedade os áudios de manifestações da defesa de presos e denunciados políticos feitas no órgão durante o período da ditadura militar<sup>711</sup>.

O exemplo dado pelo STM não serve para comprovar suas alegações, já que o Termo de Cooperação é recente. Além disso, boa parte das informações disponibilizadas já haviam sido conseguidas pelo Clamor, quando copiou, às escondidas, todos os processos existentes no STM e publicou a compilação das informações no livro *Brasil: Nunca Mais*.

Ademais, o STM é personagem principal da emblemática decisão que favoreceu os militares no episódio que ficou conhecido como “Atentado Riocentro” (atentado terrorista planejado pelo Coronel Freddie Perdigão, então chefe da Agência do SNI)<sup>712</sup>. Nesse acontecimento, Wilson Luiz Chaves Machado – o “Capitão terrorista” – dirigia um automóvel Puma, que transportava o Sargento Guilherme Pereira do Rosário com uma bomba no colo. Esse artefato explodiu antes de chegar ao planejado destino final, causando a morte do Sargento Guilherme<sup>713</sup>.

O Capitão Wilson foi, enfim, denunciado, 18 anos depois do fato, pelo crime de homicídio qualificado, pela morte do mencionado sargento que também estava no automóvel; porém, o Superior Tribunal Militar (STM) entendeu ser um caso de enquadramento na Lei de Anistia, a qual abona episódios praticados até 15 de agosto de 1979. O atentado aconteceu 20 meses depois dessa data, em abril de 1981; mesmo assim, o Tribunal decidiu pelo arquivamento e o Capitão logrou uma carreira de sucesso, chegando a Coronel<sup>714</sup>.

Sobre o atentado e sua postura contrária à reabertura do processo de investigação,

<sup>711</sup> MARTINS, 2014.

<sup>712</sup> “‘Terrorismo de Estado Contra a População Brasileira’ [...] conclui que o atentado foi ‘um minucioso e planejado trabalho de equipe realizado por militares do I Exército e do Serviço Nacional de Informações (SNI) e o que o primeiro inquérito policial militar (IPM) sobre o caso, aberto em 1981, foi manipulado para posicionar os autores diretos da explosão apenas como vítimas’.

Duas testemunhas ouvidas pela CNV, Mauro César Pimentel, 52 anos, que prestou seu depoimento na audiência, e o almirante Júlio de Sá Bierrenbach, 94 anos, cujo depoimento foi gravado [...] afirmaram, respectivamente, que os militares tinham bombas no carro para um atentado com muito mais vítimas e que o primeiro Inquérito IPM foi manipulado desde o início para colocar os dois autores, o capitão Wilson Machado, e o sargento Guilherme do Rosário, que morreu na explosão, como vítimas e não autores de um crime”.

O atentado foi planejado para atingir as pessoas (cerca de 20 mil) que estavam em um show, organizado por Chico Buarque de Hollanda para o Dia do Trabalhador no Riocentro, na noite de 30 de abril de 1981. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Assessoria de Comunicação. Relatório da CNV aponta que atentado do Riocentro foi realizado por militares para retardar a abertura política. **Comissão Nacional da Verdade**. 29 abr. 2014a. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/479-relatorio-da-cnv-aponta-que-atentado-do-riocentro-foi-realizado-por-militares-para-retardar-a-abertura-politica.html>>. Acesso em: 01 fev. 2017).

<sup>713</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014; CUNHA, Luiz Cláudio. Porque os generais não imitam a Rede Globo. **Sul 21**. 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/porque-os-generais-nao-imitam-rede-globo/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

<sup>714</sup> Ibidem.

o General Leônidas Pires Gonçalves reafirmou o antigo e atual discurso dos militares. Quando perguntado sobre o caso do fracassado atentado, assim ele marcou sua posição: “O que de positivo a reabertura dessas coisas traria para o país? Acho que temos que estar preocupados com o futuro. Aquilo tinha sido encerrado, e havia sido combinado que tudo terminaria através de uma anistia”. Destacou: “Nós anistiamos também os nossos inimigos”. “Por que reabrir o processo contra nós? Se é assim, vamos reabrir os inquéritos de quantos congressistas? Só se lembram disso quando é contra nós?” Por fim, ameaçou: “O que o Genoíno estava fazendo lá na Amazônia? Guerrilha. Então, vamos reabrir o processo contra ele também. Que história é essa? Quer dizer, nós os anistiamos e ninguém nos anistia?”<sup>715</sup>.

Na sequência, o segundo volume apresenta nove textos analíticos individuais de membros e da equipe da Comissão, expõe revelações sobre as violações aos direitos humanos contra grupos de pessoas e instituições – trabalhadores, camponeses, indígenas, militares e homossexuais; igrejas cristãs e universidades – e enfoca também a colaboração dos empresários com a ditadura, ou seja, temas intrínsecos às violações de direitos humanos, aos seus colaboradores e a suas vítimas<sup>716</sup>.

O terceiro volume apresenta um relato circunstanciado de fatos conexos a 434 casos de morte ou desaparecimento forçado. Para que fosse possível esclarecer autorias, foram quantificados e listados também os nomes de 377 torturadores e próceres apontados como responsáveis por crimes durante esse período, crimes que incluíam tortura, assassinato, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. As circunstâncias das violações também foram apuradas. Relewa salientar que, em diversos casos, o Relatório indica os agentes diretamente suspeitos de terem participado dos atos de violação aos direitos humanos, o que inexistia no livro *Direito à Memória e à Verdade*, também de iniciativa do governo. Além disso, havia ali a saudável preocupação em minudenciar as fontes documentais aproveitadas<sup>717</sup>.

O relatório concluiu ainda que os cinco militares que ocuparam a Presidência da República nos anos da ditadura (1964-1985) são também responsáveis institucionais pelas graves violações de direitos humanos praticadas contra os opositores do regime, já que eles desenvolveram em seus governos políticas baseadas na Doutrina da Segurança Nacional, que viabilizava e dava aval às ações violentas dos órgãos de repressão política. Foi apurado que,

---

<sup>715</sup> SOARES, Glauco Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (Orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 88.

<sup>716</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>717</sup> Ibidem.



além deles, possuem responsabilidade pelas violações os três comandantes das Forças Armadas integrantes da Junta que governou o País (entre agosto e outubro de 1969)<sup>718</sup>.

Para Cecília Coimbra, fundadora do grupo Tortura Nunca Mais, “Falar em ‘violações de direitos humanos’ é uma balela. O que houve foi tortura institucionalizada pelo Estado brasileiro. A comissão substituiu ‘tortura’ por ‘violação de direitos humanos’”. Segundo ela, “[...] foi uma forma de amenizar as acusações aos militares”<sup>719</sup>.

Cecília Coimbra questionou, também, a lista com 377 pessoas apontadas no relatório como responsáveis por violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988: “É importante responsabilizar, sim. Só que mais importante seria saber: onde aconteceu e como aconteceu e o que aconteceu com os desaparecidos?” Segundo ela, essas perguntas não foram respondidas. Continuou assinalando que o relatório lhe gerou frustração; ela classificou o documento como “superficial” e criticou a influência de forças políticas de dentro do governo federal nos rumos do trabalho da Comissão<sup>720</sup>.

“É muito difícil fazer Comissão da Verdade num país que você não tem acesso aos arquivos. [...]”. A Comissão ficou devendo por não avançar mais na localização dos restos mortais dos desaparecidos<sup>721</sup>. A Comissão, de fato, pouco avançou no que diz respeito à localização dos desaparecidos ou a descobrir como os acontecimentos se sucederam, graças à total ausência de colaboração das Forças Armadas, que continuam a negar os acontecimentos, recusando-se a depor e omitindo a documentação da época. Mais um indício de não cumprimento do direito de acesso à informação.

Convém salientar que, para fins de definição de autoria direta, a CNV avaliou apenas agentes relacionados com casos de pessoas desaparecidas e mortas, ou que estiveram intrincados em “casos emblemáticos” de torturas ou outras violências citadas no próprio Relatório. A Comissão não quantificou ou catalogou os relatos de torturas ou prisão dos quais, ao final, não resultou morte. Por conseguinte, agentes que não foram identificados como tendo tomado parte em mortes ou no desaparecimento forçado de pessoas, nem nos casos

---

<sup>718</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>719</sup> BRISOLLA, Fabio. Fundadora do Tortura Nunca Mais considera frustrante relatório da CNV. **Folha de São Paulo**. 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560330-fundadora-do-tortura-nunca-mais-considera-frustrante-relatorio-da-cnv.shtml>> Acesso em: 22 mar.2017.

<sup>720</sup> Ibidem.

<sup>721</sup> EM BUSCA da verdade. Documentário. TV Senado, 2015. Depoimento dado por Adriano Diogo, Presidente da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo. **YouTube**, 01 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BUiFjNBP77Y>>. Acesso em 12 jul. 2017.

emblemáticos, mas tiveram participação em atos de torturas e prisão ilícita estão fora da lista do Relatório<sup>722</sup>.

Não obstante a pouca inclusão de novas descobertas, merece ênfase que todo o Relatório oferece intensa consistência metodológica e está robustamente embasado em diversas fontes de pesquisas, em documentos preexistentes, nos resultados produzidos por comissões anteriormente constituídas com fins semelhantes, nos resultados das diversas comissões estaduais e municipais e em alguns fatos e documentos recém-descobertos, bem como por testemunhos e depoimentos catalogados.

A propósito, essa é uma marca importante da CNV do Brasil que outras comissões da verdade não tiveram, que se deve também ao fato de ter sido implantada tardiamente, quando já existiam vários projetos de recuperação da verdade desenvolvidos por familiares e amigos, pela Igreja e pelo governo, embora sem a oficialidade agora atribuída à Comissão Nacional da Verdade. Por outro lado, comprovaram-se poucas descobertas de informações relevantes. Ao cabo do Relatório, os nomes de apenas seis vítimas foram acrescentados à relação já existente, três corpos foram localizados e alguns registros de óbito foram retificados.

Não se quer, com essa observação, retirar ou reduzir a importância do signo da CNV, já que sua criação produziu ressonâncias, possibilitou ampla divulgação na mídia e na academia em relação ao seu significante, deu oportunidade de ampliar estudos, pesquisas e debates para o conhecimento e a valorização do seu significado, além de ser elemento da justiça de transição utilizado como instrumento de recuperação da verdade e preservação da memória, indispensável para o fortalecimento da democracia participativa. O país legitima, assim, um espaço de deslinde de fatos que permaneciam sem reconhecimento oficial.

#### **4.5.2 Conjecturas sobre as conclusões da Conadep e da CNV**

Observa-se que Conadep<sup>723</sup> e CNV<sup>724</sup> chegaram a conclusões bastante semelhantes, embora cada uma delas tenha suas perspectivas de individualização da respectiva realidade, tanto referentes a comprovações mais amplas como a questões revestidas de especificidades. Dentro da perspectiva mais ampla, ambos os governos foram considerados responsáveis por

---

<sup>722</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>723</sup> SÁBATO, 1985.

<sup>724</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

graves violações dos direitos humanos, com comprovação do seu caráter generalizado e sistemático, ficando caracterizada nos dois casos a ocorrência de crimes contra a humanidade. A Argentina não poderia concluir pela persistência do quadro de graves violações de direitos humanos por uma questão temporal, já que a Conadep foi implantada e desenvolveu seus trabalhos imediatamente após o término da ditadura; já no Brasil, essa análise e conclusão puderam ser constatadas por conta do tempo decorrido entre os fatos ocorridos e a sua apuração.

No que guarda consonância com as questões mais específicas das demais conclusões manifestadas pelas comissões, a identificação e quantificação das vítimas e dos centros de detenção e tortura (clandestinos ou não), a tomada de depoimentos e testemunhos, a constituição de acervo, a dificuldade em obter respostas e documentos dos militares e a elaboração de relatório também foram ações comuns às duas Comissões.

Em ambos os países havia o discurso de que os militares estariam salvando o país de uma ameaça inimiga (comunismo). Entretanto, cabe apartar que, para eliminar essa dita ameaça, os militares argentinos adotaram como método principal de repressão e combate aos opositores do regime o emprego do mecanismo de desaparecimento forçado e o sequestro de crianças e bebês recém-nascidos, pois lá estava arraigada a opinião de que, para se contrapor a um inimigo tão perigoso, métodos extraordinários poderiam ser utilizados. O “poder desaparecedor” descrito para a Argentina seria no Brasil mais um “poder torturador”, como assevera Calveiro: “[...] o eixo do mecanismo desaparecedor era a obtenção de informação necessária para multiplicar os desaparecimentos até acabar com o ‘inimigo’”<sup>725</sup>. No Brasil, o tirocínio mais comum era a tortura, entrelaçada com as apreensões, já que o foco destas últimas era a seletividade e a obtenção de informações para dismantelar os grupos opositores.

O uso do mecanismo de desaparecimento e sequestro, que impacta a sociedade até os dias atuais, foi reconhecido pelos militares da Argentina? O que eles pretendiam com essa ação e como a executaram?

Sobre a metodologia e a comprovação das práticas, a Conadep reconheceu o desaparecimento forçado de pessoas como metodologia de repressão, com implantação generalizada a partir de 24 de maio de 1976, quando os militares usurparam o poder;

---

<sup>725</sup> Pilar Calveiro é uma das poucas sobreviventes de um campo de concentração. Mais tarde, realizou doutorado em Ciência Política pela Universidade Nacional do México; parte do trabalho é o corolário do livro, lançado na Argentina em 2001. Atualmente, é professora e pesquisadora na Universidade Autónoma de Puebla no México. (CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. Tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013)

comumente era uma prática executada a partir da prisão<sup>726</sup>. O perfil das vítimas não era apenas de opositores ou subversivos, como afirmava a ditadura; muitos não estavam envolvidos com qualquer ato de contestação ao governo militar e eram apenas parentes, amigos ou conhecidos de alguém que estivesse no rol de perseguidos pelo Exército<sup>727</sup>.

A comprovação da prática de torturas evidenciou uma situação inusitada, já que os executores, por vezes, torturavam familiares, crianças e idosos para que os opositores revelassem informações que importavam para o Exército. As atrocidades eram atitudes comuns e faziam parte do cotidiano da repressão.

Conforme pode se observar, as comissões, por meio de seus relatórios finais, expuseram um passado violento de uma história possível, que desenhou o terror como inversão em uma sociedade democrática, uma alternativa aterrorizante que pode acontecer quando não se está em conformidade com regras constitucionais e o Estado Democrático de Direito.

As comissões de esclarecimento, tecnicamente designadas para investigar e analisar os feitos característicos de atos individuais de violência de acordo com as normas aceitas pela teoria dos direitos humanos, bem como pela jurisprudência nacional e internacional, visavam a reconstruir a verdade com base na memória<sup>728</sup>.

Uma vez finalizado o período de intensa investigação, a Conadep inferiu sobre questões de alta relevância e de grande impacto, apresentando números que fundamentavam suas conclusões<sup>729</sup>.

---

<sup>726</sup> “La CONADEP ha comprobado que en el marco de la metodología investigada fueron exterminadas personas previamente detenidas, con ocultamiento de su identidad, habiéndose en muchos casos destruido sus cuerpos para evitar su posterior identificación. Asimismo, se pudo establecer, respecto de otras personas que en la versión de las fuerzas represivas habrían sido abatidas en combate, que fueron sacadas con vida de algún centro clandestino de detención y muertas por sus captores, simulándose enfrentamientos o intentos de fuga inexistentes” (SÁBATO, 1985).

<sup>727</sup> “Es posible afirmar que - contrariamente a lo sostenido por los ejecutores de tan siniestro plan- no solamente se persiguió a los miembros de organizaciones políticas que practicaban actos de terrorismo. Se cuentan por millares las víctimas que jamás tuvieron vinculación alguna con tales actividades y fueron sin embargo objeto de horribles suplicios por su oposición a la dictadura militar, por su participación en luchas gremiales o estudiantiles, por tratarse de reconocidos intelectuales que cuestionaron el terrorismo de Estado o, simplemente, por ser familiares, amigos o estar incluidos en la agenda de alguien considerado subversivo” (Ibidem).

<sup>728</sup> WESCHLER, Lawrence. **A miracle, a universe**: settling accounts with torturers. New York: Paperback, 1990b.

<sup>729</sup> i) o número de desaparecidos forçados até o final dos trabalhos era significativo e assustador, 8.960 pessoas; contudo também se observou que esse número não poderia ser considerado definitivo já que a Comissão tomou ciência durante as investigações de inúmeros casos de desaparecimentos que ainda não haviam sido denunciados aos organismos pertinentes; ii) entre as vítimas de tortura e desaparecimento identificadas pela investigação existiam pessoas de diversas áreas de atuação profissional; iii) existiam 340 centros clandestinos de detenção, sob a direção de altos oficiais das Forças Armadas e de Segurança, muitos deles verificados posteriormente pela CONADEP; iv) reuniram-se 7.380 arquivos de casos relatados por meio de denúncias e depoimentos das testemunhas; v) possibilitou-se a elaboração de denúncia à Justiça, composta de 1.086 arquivos que permitem a

A Conadep constatou que sobrevieram vasta destruição e desvios de documentos de registro do tratamento e do destino dos desaparecidos, o que dificultou as apurações, porém os depoimentos das testemunhas foram capazes de indicar que muitos dos desaparecidos passaram pelos centros de detenções clandestinos, bem como de identificar os perpetradores dos desrespeitos aos direitos humanos (executores e ordenadores)<sup>730</sup>.

E, finalmente, a Comissão desmentiu as afirmações da Junta Militar sobre os números pertinentes à denominada (pelos militares) de “guerra contra a subversão e o terrorismo”, que alegava a existência de milhares de terroristas com capacidade e disposição para matar; contudo, esses números estavam muito distantes da realidade, já que o Conselho de Guerra responsável por julgar esses delitos efetuou apurações e concluiu que somente 350 pessoas, aproximadamente, tiveram algum tipo de responsabilidade ou envolvimento com atos dessa natureza, quando, na verdade, o terrorismo estava sendo praticado pelo Estado contra os seus cidadãos, enredados ou não em atos subversivos<sup>731</sup>.

A propósito dos desaparecimentos, no ano de 1979 a imprensa internacional recebeu denúncias feitas por exilados dos países, e noticiou a existência dos desaparecidos. Sabia-se da existência dessa prática na Argentina; no Brasil, fazia parte da estratégia e da lógica de publicidade do terror, contudo não se sabia ao certo o que era, como ocorria e quem eram os desaparecidos<sup>732</sup>.

No Brasil, os generais do Exército, em janeiro de 1979, asseveraram ao jornal *Folha de São Paulo* que existiam apenas quatro possibilidades de uma pessoa desaparecer: i) “ela teria sido executada por sua própria organização, que jogaria a culpa no Exército”; ii) “ela poderia ficar tão desestruturada mentalmente que romperia com todos os conhecidos e sua família a ajudaria a se mudar para o exterior alegando que seu ente sumiu”; ii) “o suposto desaparecido

---

comprovação da existência dos principais centros clandestinos, uma relação parcial dos desaparecidos como também o nome dos agressores (SÁBATO, 1985).

<sup>730</sup> Ibidem.

<sup>731</sup> “A pesar de afirmarse en el ‘Documento Final de la Junta Militar sobre la Guerra contra la Subversion y el terrorismo’ que la subversión reclutó veinticinco mil efectivos de los cuales quince mil estaban ‘técnicamente capacitados e ideológicamente fanatizados para matar’ los Consejos de Guerra con competencia para juzgar tales delitos - sólo sostuvieron cargos que concluyeran en condenas contra aproximadamente trescientas cincuenta personas. Ello demuestra claramente cuál fue entonces la otra modalidad adoptada para suprimir a millares de opositores, fueran o no terroristas.

En consecuencia, carece de validez la afirmación de que la subversión y el terrorismo fueron efectivamente vencidos. Se derrotó a algunas organizaciones terroristas, pero a cambio de implantar un sistema de terror institucionalizado, vulnerador de los más elementales principios éticos y morales inherentes a la persona humana, con respaldo doctrinario en concepciones también extrañas a nuestra identidad nacional”. (SÁBATO, 1985).

<sup>732</sup> ACTIS, Manú et al. **Ese infierno**: conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA. Buenos Aires: Altamira, 2006.

seria na verdade um membro infiltrado pelas forças de segurança nacional, que, ao terminar seu serviço, fazia plástica e recuperava sua antiga identidade”; e finalmente iv) “morto por acidente, mas que o Exército não permitiu publicidade do fato”<sup>733</sup>.

O General Jorge Rafael Videla, em 14 de dezembro de 1979, na Argentina, fez uma declaração pública sobre o tema dos desaparecidos divulgada no jornal *Clarín* na qual afirmava: “¿Qué es un desaparecido? En cuanto éste como tal, es una incógnita el desaparecido”. Contudo, “si reapareciera tendría un tratamiento X, y si la desaparición se convirtiera en certeza de su fallecimiento tendría un tratamiento Z”. E encerrou: “Pero mientras sea desaparecido no puede tener ningún tratamiento especial, es una incógnita, es un desaparecido, no tiene entidad, no está, ni muerto ni vivo, está desaparecido”<sup>734</sup>.

A prática de desaparecimento não “produzia vítimas” (consequentemente, nem criminosos ou crimes); ela abrangia a repercussão multiplicadora do terror:

[...] al no ser muerte, la desaparición crea una zona de ambigüedad psicotizante, desestructuradora de la identidad de cada uno de los miembros y del grupo familiar en sí, al no poderse resolver objetivamente las contradicciones de presencia-ausencia y existencia-no existencia<sup>735</sup>.

Tal realidade remete à análise conceitual realizada por Giorgio Agamben<sup>736</sup> referente à categorização romana *Homo Sacer*<sup>737</sup>; para o autor, o homem sacro por excelência não o seria por possuir uma compleição de divindade, mas por se encontrar inteiramente destituído de predicados humanos essenciais e comuns a qualquer outro indivíduo e não possuir proteção.

O autor recupera a distinção realizada por Aristóteles entre *bios* e *zoé*. *Bios* é o reino da ética e da moral onde se manifesta o juízo; representa o modo de viver dentro de um grupo

<sup>733</sup> JOÃO Batista Rita. Ficha Pessoal. Dossiê Mortos e Desaparecidos no Brasil. **Eremias Delizocoiv – Centro de Documentação**. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=304>>. Acesso em 17 jul. 2017.

<sup>734</sup> JINKIS, JORGE. Ni muerto ni vivo. **Página 12**. ago. 2006. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/psicologia/9-70866-2006-08-05.html>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

<sup>735</sup> THEISSEN, Ana Lucrecia Molina. La Desaparición Forzada de Personas en América Latina. **Kóaga Roñetã**, v. 7, 1998. Disponível em: <[www.derechos.org/koaga/vii/molina.html](http://www.derechos.org/koaga/vii/molina.html)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

<sup>736</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

<sup>737</sup> Agamben faz alusão ao intrincado instituto do direito romano arcaico, no qual a vida humana era incluída no ordenamento jurídico unicamente com o intento de instituir a sua exclusão, ou seja, a sua indubitável matabilidade. A prescrição dessa situação considerava a prática de certas condutas delitosa e, em função delas, garantia que, caso encontrado e morto o autor dessas certas condutas, não caberia a quem lhe tirou a vida qualquer penalidade pelo homicídio cometido. Ademais, também era alterada a ligação com o sagrado passando esse ser a não mais pertencer a esfera humana e também divina. (Ibidem).

que depende da linguagem. Já *zoé* é a vida nua, mera existência biológica, básica a todos os homens<sup>738</sup>.

Esclarecendo com as palavras de Agamben:

Observemos agora a vida do *homo sacer*, ou aquelas, em muitos aspectos similares do bandido [...]. Ele foi excluído da comunidade religiosa e de toda vida política: não pode participar dos ritos de sua gens, nem (se foi declarado *infamis et intestabilis*) cumprir qualquer ato jurídico válido. Além disto, visto que qualquer um pode matá-lo sem cometer homicídio, a sua inteira existência é reduzida a uma vida nua despojada de todo direito, que ele pode somente salvar em uma perpétua fuga ou evadindo-se em um país estrangeiro<sup>739</sup>.

Assim, a vida do indivíduo torna-se matável pela ordem do poder soberano juridicamente construído; o poder jurídico torna o vivente arruinado, descartado e matável. O ser é nivelado a simples *zoe*, vida nua<sup>740</sup>.

Os mortos e desaparecidos dos dois países foram tratado como *zoé*, o indivíduo que se pode matar, mesmo contrariando as normas daquele momento e aviltando os direitos intrínsecos ao homem. Contudo, os militares agiam como se pudessem e devessem matar, aniquilar, desaparecer.

O desaparecimento<sup>741</sup> foi executado pelos militares argentinos precipuamente por meio dos chamados *Vuelos de la Muerte*, que se constituíam genericamente em drogar as vítimas com soníferos, amarrá-las e arremessá-las em pleno voo no rio da Prata<sup>742</sup>. No Brasil, também em alguns casos, em especial no combate à guerrilha do Araguaia, a ditadura usou a tática de eliminação total do “opositor inimigo”<sup>743</sup>.

O tema despertou maior destaque e indignação após a confissão<sup>744</sup> de Adolfo Francisco Scilingo, o qual relatou que havia um grande revezamento dos agentes envolvidos no esquema repressivo do qual participavam oficiais de todas as Forças Armadas da Argentina;

---

<sup>738</sup> AGAMBEN, 2002.

<sup>739</sup> Ibidem.

<sup>740</sup> Ibidem.

<sup>741</sup> “[...] al no ser muerte, la desaparición crea una zona de ambigüedad psicotizante, desestructuradora de la identidad de cada uno de los miembros y del grupo familiar en sí, al no poderse resolver objetivamente las contradicciones de presencia-ausencia y existencia-no existencia.” (THEISSEN, 1998).

<sup>742</sup> VERBITSKY, Horacio. **El vuelo**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

<sup>743</sup> CALVEIRO, 2013.

<sup>744</sup> “Sentenció el general Martín Balza a nombre del ejército argentino al reconocer por primera vez en la historia la participación institucional de éste en las desapariciones de miles de ciudadanos de ese país. Esto sucedió después del terremoto provocado por las confesiones de Adolfo Scilingo y Víctor Ibáñez sobre la forma en que desaparecieron prisioneros echándolos al mar. ‘El fin nunca justifica los medios’ [...] ‘Si no logramos elaborar el duelo y cerrar las heridas no tendremos futuro, no debemos negar más el horror vivido y así poder pensar en nuestra vida como sociedad hacia adelante, superando la pena y el sufrimiento’ [...] La culpa, sin embargo, para ser coherente consigo mismo y leal con sus subordinados, la dejó en el impreciso [...] inconsciente colectivo de la Nación toda [...]” (Ibidem).

essa pulverização tinha como propósito segmentar o conhecimento das atividades e as responsabilidades pela estratégia de desaparecimento e instauração do terror. Reconheceu que participou do esquema de rodízio, de dois voos, arremessando ao mar cerca de 30 presos políticos. Na pasmosa narração, contou ainda que eles avisavam aos presos que seriam *trasladados* e, por isso, necessitavam de uma vacina. Era aplicada uma primeira dose de um sedativo, e os presos eram transportados em caminhões com lonas verdes até o *Aeroparque* de Buenos Aires; ali eram embarcados em helicópteros e, ulteriormente, em aviões com maior autonomia. Os presos eram inicialmente lançados no rio da Prata, porém os corpos começaram a aparecer no Uruguai, então passaram a ser utilizados aviões, para lançar os presos ao mar; novamente os cadáveres começaram a aparecer, então no litoral brasileiro<sup>745</sup>. Informou que os voos eram executados invariavelmente às quartas-feiras, mas que poderiam ocorrer também em outros dias, caso houvesse necessidade devido à superlotação<sup>746</sup>.

A sociedade argentina estava em choque com as duras e esdrúxulas revelações daquela experiência denominada por Carlos Nino como o “mal absoluto”<sup>747</sup>.

Outro método utilizado, ainda mais anômalo e surpreendente, na Argentina, foi o de sequestro, apropriação ilegal e subtração de identidade de recém-nascidos e crianças, filhas dos opositores do regime (o zoé, contra o qual tudo se podia), resultando na usurpação da sua história, tendo, inclusive, o Exército divulgado instruções por meio de manuais, um deles intitulado “*Instrucciones sobre procedimiento a seguir con menores de edad hijo de dirigentes políticos gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos*”. Havia instruções para que os militares confiassem essas crianças aos orfanatos, a famílias de simpatizantes do regime ou a famílias de militares com crianças com até quatro anos. Pois, segundo eles, “[...] estas crianças ainda estariam livres da ‘má influência’ política de seus pais. As mais velhas, particularmente em torno de 10 anos, deveriam ser mortas, pois já estariam ‘contaminadas’ pela subversão de seus pais”<sup>748</sup>.

---

<sup>745</sup> VERBITSKY, 2004.

<sup>746</sup> “Se puede aceptar no hablar, porque son secretos de guerra, durante un determinado período. Pero, terminada la guerra, ya esto es historia y pienso incluso que le hace bien a la República que se sepa no sólo qué se hizo, sino que es obligatorio que se entregue las listas de abatidos o muertos, por el sistema que sea, para que de una vez por todas se termine con esa situación insólita de desaparecidos” (VERBITSKY, 2004, p. 215).

<sup>747</sup> NINO, 2006.

<sup>748</sup> MARIANO, 2003.



A Conadep aponta 500 recém-nascidos<sup>749</sup> que nasceram em maternidades clandestinas que funcionavam dentro dos centros clandestinos de detenção<sup>750</sup>, também chamados de campos de concentração<sup>751</sup>. As famílias argentinas entenderam que a tragédia do desaparecimento dos seus filhos e netos não era uma experiência ímpar de uma família; em vez disso, descobriram que era um sofrimento bastante comum às famílias de militantes políticos. A partir do final do ano de 1977, surgiu um importante movimento civil de 12 mulheres, as *Madres de Plaza de Mayo*, que exigia das autoridades argentinas informações sobre seus filhos desaparecidos e ganhava cada vez mais adeptas em situação idêntica<sup>752</sup>. As mães conseguiram transformar seu sofrimento e dor privados em sentimentos públicos da sociedade argentina.

No Brasil, as investigações conduzidas pela CNV, todas vinculadas ao mandato conferido pela lei que instituiu a Comissão, permitiram a seus conselheiros explicitarem as quatro inequívocas conclusões já referenciadas, quais sejam: comprovação das graves violações de direitos humanos; comprovação do caráter generalizado e sistemático das graves violações de direitos humanos; caracterização da ocorrência de crimes contra a humanidade; e persistência do quadro de graves violações de direitos humanos. Passa-se à observação de cada uma delas<sup>753</sup>.

Como as averiguações empreendidas pela CNV foram capazes de documentar e comprovar a ocorrência de graves violações de direitos humanos, com caráter generalizado e sistemático, e a ocorrência de crimes contra a humanidade durante a última ditadura militar?

Da análise do presente tema, observa-se que a comprovação decorreu de documentos, da tomada de depoimentos das vítimas e seus familiares, de farta bibliografia historiográfica, de testemunhos e de apuração dos fatos ocorridos que se encontram amplamente catalogados pelas comissões anteriores. Oficialmente, constam também os fatos apurados pela Comissão Nacional da Verdade, com base nos quais está indubitavelmente configurada a

---

<sup>749</sup> SÁBATO, 1985.

<sup>750</sup> “O campo de concentração do ESMA mantinha uma maternidade para as prisioneiras políticas. Dispunha até de um ginecologista de plantão, Jorge Luis Magnacco. O diretor da ESMA, Capitão Rubén Jacinto Chamorro, gabava-se de ter uma ‘Sardá’ própria – referência à maternidade pública Ramón Sardá, de Buenos Aires. Exibia grávidas, nas celas, como se estivessem numa loja de venda de animais de estimação [...] A ESMA tinha condições de assepsia porque desejava entregar bebês saudáveis a pais adotivos simpáticos ao regime militar, quando não aos agentes do aparato repressivo” (MARIANO, 2003, p. 90).

<sup>751</sup> CALVEIRO, 2013.

<sup>752</sup> “A Associação Civil Avós da Praça de Maio é uma organização não-governamental, que tem por objetivo localizar e retornar a suas famílias legítimas todas as crianças desaparecidas, sequestradas pela repressão política, e criar condições para que nunca mais se repete tal terrível violação dos direitos das crianças, exigindo punição aos responsáveis”. (ABUELAS DE LA PLAZA DE MAYO. **Apresentação da Organização**. Disponível em: <<http://www.abuelas.org.ar>>. Acesso em: 02 jun. 2017).

<sup>753</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

prática metódica e generalizada de detenções ilegais, arbitrárias e de tortura, do mesmo modo que os desaparecimentos forçados, o incorrer de execuções e a ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro.

No decorrer dos anos da ditadura, a mentira sobre os fatos sempre guiou o discurso do governo. O que não se constitui efetivamente em uma novidade, segundo Arendt: “a veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e mentiras sempre foram encardas como instrumentos justificáveis nestes assuntos”. Daí que “a negação deliberada da verdade dos fatos – isto é, a capacidade de mentir – e a faculdade de mudar os fatos – a capacidade de agir – estão interligadas; devem suas existências à mesma fonte: imaginação”<sup>754</sup>.

No conjunto dessa realidade de graves violações de direitos humanos, a Comissão comprovou a existência e identificou as estruturas e os locais de violação a tais direitos, bem como do número de 191 mortos e 243 desaparecidos, alcançando um total de 434 pessoas entre mortos e desaparecimentos forçados. Os nomes das vítimas do acintoso regime militar se encontram individualizados e identificados no último volume do Relatório. Tem-se por certo que não é somente essa a contagem de mortos e de desaparecidos, ou seja, que esse levantamento não corresponde ao total de vítimas; representa apenas os casos cuja comprovação foi possível<sup>755</sup>.

Os militares não tiveram a intrepidez de reconhecer o cometimento de qualquer dos crimes perpetrados<sup>756</sup> por eles ou sob suas ordens ou orientação e, comumente, se colocam como heróis salvadores da pátria e devolvem a acusação para os seus opositores, colocando-os como criminosos terroristas e não como vítimas. Um silenciamento nefasto para a sociedade e para a história do país.

Apesar do claro óbice ao seu funcionamento, e também em razão dele, a CNV explorou outro escopo e alcançou objetivos proeminentes para sobrepujar anos de relativo esquecimento, bem como para estimular o pródigo surgimento de múltiplas comissões de entidades públicas e privadas (a exemplo da OAB e de universidades), comissões estaduais,

---

<sup>754</sup> ARENDT, 2007, p. 327.

<sup>755</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>756</sup> GERAIS da reserva defendem ex-Coronel da ditadura. **G1**. 22 nov. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0AA1359128-5601,00-GERAIS+DA+RESERVA+DEFENDEM+EXCORONEL+DA+DITADURA.html>> Acesso em: 24 jun. 2017.

municipais, atividades culturais, artísticas e socioeducacionais em benefício da verdade histórica<sup>757</sup> e da revelação das memórias coletivas<sup>758</sup> contidas.

Durante a ditadura, havia uma organização estratégica de institucionalidade aspergida para imprimir nos opositores do regime métodos de aniquilação e extermínio?

A Comissão Nacional da Verdade destinou-se a rever centenas de narrações e denúncias de graves violações aos direitos humanos e concluiu, com base no reiterado padrão dessas violações, pela investigação das estruturas de poder e cadeias de comando dos órgãos de repressão, que comprovou configuração de prática sistemática e o caráter generalizado por meio de “[...] detenções ilegais e arbitrárias, de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados<sup>759</sup> e ocultações de cadáveres por agentes do Estado brasileiro [...]”, e ainda foi possível verificar que “[...] a repressão e a eliminação de opositores políticos [...]” era uma “[...] política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da Presidência da República e dos ministérios militares”<sup>760</sup>.

Ante essas circunstâncias, a CNV contradisse inteiramente a explicação/justificativa das Forças Armadas “[...] de que as graves violações de Direitos Humanos se constituíram em alguns poucos atos isolados, ou excessos gerados pelo voluntarismo de alguns poucos militares [...]”<sup>761</sup>; constatou-se que tais práticas se converteram em políticas comum de Estado.

A descoberta de uma rede complexa e entrelaçada de inteligência (em 1971, o acervo da divisão de Registro do órgão guardava informações sobre 325 mil pessoas), que armazenou e microfilmou toda a documentação, detalhando a engrenagem da repressão, que funcionou na Cenimar, indica que a pretensão dos militares era, e é, a de “preservar, esconder, mentir e calar-se”<sup>762</sup>, o que comprova o caráter generalizado e sistemático das violações cometidas e a existência de farta documentação omitida e negada pelas forças militares.

A Comissão logrou demonstrar, por meio da apuração das ocorrências daquele período que foram registradas posteriormente no Relatório da CNV, que as graves violações de direitos humanos perpetradas pelo regime militar aconteceram, conforme conclusões um e dois, em um contexto generalizado, imbricado e sistemático de ataque do Estado contra a população

---

<sup>757</sup> LEAL, 2012a.

<sup>758</sup> HALBWACHS, 1990.

<sup>759</sup> THEISSEN, 1998.

<sup>760</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>761</sup> Ibidem.

<sup>762</sup> FIGUEIREDO, 2015.

civil, ligadas aos mais dessemelhantes grupos sociais, como trabalhadores urbanos, camponeses, indígenas, estudantes, clérigos, grupos partidários, dentre tantos outros<sup>763</sup>.

Diante da magnitude da repressão, averiguou-se ter havido o cometimento de crimes contra a humanidade, já denunciados na Anistia Internacional, mesmo durante a ditadura, visto que o Poder Judiciário brasileiro era proibido de julgar ações dessa natureza.

#### 4.5.3 Persistência do quadro de graves violações de Direitos Humanos no Brasil

A ausência de reconhecimento da ocorrência de crime contra a humanidade pelos militares e a não punição dos responsáveis por esses crimes podem influenciar no comportamento atual dos órgãos e agentes de repressão do estado democrático de direito?

A Comissão Nacional da Verdade concluiu também que, até a atualidade, o Estado brasileiro continua a perpetrar graves violações aos direitos humanos, perfilhando padrões desenvolvidos durante a ditadura<sup>764</sup>. Ou seja, há uma persistência do quadro de graves violações de direitos humanos ainda no período democrático.

Mesmo que não haja perseguição direta pela política, as forças de segurança prosseguem adotando a tortura<sup>765</sup>, as execuções sumárias, o desaparecimento forçado de pessoas e até mesmo, por vezes, a ocultação de cadáveres como instrumentos corriqueiros e ação sistemática de investigação e repressão ao crime comum.

Essa conclusão segue no mesmo sentido da percepção geral dos ativistas de direitos humanos e de parte da doutrina, a qual associa a impunidade e a falta de revelação e recuperação da verdade com a continuação de práticas autoritárias e transgressoras de direitos humanos<sup>766</sup>. Percebe-se que, a partir da ditadura militar, cada vez mais a segurança pública tende a se orientar consoante a explicação do uso da violência, no sentido de que todos os meios devem ser vistos como possíveis e justificáveis em função dos fins<sup>767</sup>, o que leva a frequentes experiências de excessos e ilegalidades.

<sup>763</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>764</sup> Ibidem.

<sup>765</sup> PITA, Antonio. Justiça condena 8 PM pela tortura e morte de Amarildo. **Estadão**. 01 fev. 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,justica-condena-8-pms-por-tortura-e-morte-de-amarildo,10000014358>> Acesso em: 24 jun. 2017.

<sup>766</sup> SIKKINK, Kathryn. **The justice cascade**: how human rights prosecutions are changing world politics. New York: W. W. Norton & Co., 2011.

<sup>767</sup> BENJAMIN, Walter. **Para uma crítica de la violência**. Traducido del inglés por Héctor A. Murena. Buenos Aires: Leviatan, 1995.

A ausência de apuração, julgamento e condenação dos crimes praticados paira no imaginário e na cultura das polícias brasileiras; gera uma sensação de que tudo pode contra o ‘inimigo’, que na verdade é o cidadão. A polícia não enxerga na população, notadamente na mais carente, pessoas, sujeitos de direitos e deveres, que devem ser respeitados e protegidos. A ausência de cursos de formação humana e de programas frequentes de aperfeiçoamento institucional voltados para a compreensão moderna e normativa dos direitos humanos interfere no comportamento das polícias. A esperança e, por vezes, a certeza de impunidade aumentam a violência e o cometimento reiterado de abusos de poder.

É possível observar nos mais diversos âmbitos da vida social do Brasil que as linhas da violência do período militar ainda se fazem presentes, e que diferentes medidas ainda são necessárias para que haja justiça em relação às violações cometidas no passado. E, segundo Quinalha, “[...] um dos exemplos mais notórios é o *modus operandi* e as torturas até hoje praticadas pelas polícias brasileiras [...]”, embora frise que “[...] não se pode olvidar das microrrelações de autoritarismo imersas no cotidiano, que perpetuam violações sistemáticas aos direitos fundamentais de diversas minorias”<sup>768</sup>.

Weichert entende que dois elementos estão na raiz do desrespeito aos direitos humanos, praticados pelas forças militares, quando estas são convidadas a intervir em assuntos de segurança interna: um é, conforme ressaltado pela Comissão, a decisão do Estado de não promover a persecução penal dos crimes cometidos com graves violações aos direitos humanos perpetrados durante o período ditatorial, que gera a impunidade dos perpetradores; o outro elemento cuida da ausência de aperfeiçoamentos institucionais nas forças de segurança e no sistema de justiça, os quais deveriam ser implementados para sobrepujar o legado normativo, cultural e estrutural do regime militar. As polícias e as Forças Armadas não concluíram os processos de revisão do seu papel na sociedade, tampouco trocaram a doutrina de segurança nacional pela de promoção do Estado Democrático de Direito. Precárias medidas de reforma foram implementadas. Essas instituições nem mesmo fizeram a autocrítica sobre o papel que desempenharam na sistemática violação de direitos humanos nos anos 60 e 70 do século XX, e

---

<sup>768</sup> QUINALHA, Renan H., **Justiça de transição**: Contorno do conceito. São Paulo: Outras Expressões e Dobra Editorial, 2012.

permanecem resistentes a reconhecer e a se desculpar pelos seus erros do passado<sup>769</sup>. A polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo<sup>770</sup>.

Noutros países que também viveram experiências ditatórias, ao contrário do Brasil, as Forças Armadas pediram desculpas, como por exemplo o comandante do Exército argentino, general Martín Balza, que, em 1995, pediu desculpas à nação pelos erros cometidos pela ditadura militar daquele país<sup>771</sup>, sendo seguido pelos comandantes da Marinha e da Aeronáutica<sup>772</sup>.

A prática comum da violência, de modo peculiar da violência policial, certamente tem inúmeras motivações e não pode ser integralmente justificada como um legado da ditadura militar. Contudo, é improvável que os panoramas de criminalidade e de letalidade policial possam ser resolvidos sem uma política que combata as diversas causas; também está claro que a superação da impunidade e a promoção de reformas institucionais são duas medidas capitais para confrontar o problema<sup>773</sup>. Essas medidas podem modificar a cultura de desrespeito à pessoa humana e fazer surgir outro comportamento mais condizente com as normais atuais.

Ao cabo, o Relatório emitido pela Comissão é um documento produzido com objetivos preestabelecidos pela lei, para elucidar acontecimentos que possuíam versões conflitantes para os quais o Estado deliberou que uma versão oficial fosse assentada. A CNV inferiu que graves, constantes e sistemáticas violações aos direitos humanos foram perpetradas, que esses acontecimentos constituem crimes contra a humanidade e que há uma persistência dessa prática nefasta. Mesmo que, juridicamente, as conclusões da Comissão não sejam imperativas para o governo, já que a Lei não estabeleceu seu *status* normativo, nem mesmo enleadas ao Poder Judiciário (em função de sua autonomia constitucional), é inegável o valor jurídico do Relatório, e suas conclusões possuem autoridade legal, devendo ser consideradas com seriedade pelo Poder Público.

---

<sup>769</sup> WEICHERT, 2014.

<sup>770</sup> ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo**. Informe 2015/2016. 2016. Disponível em: <[https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016\\_Final\\_Web-1.pdf](https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

<sup>771</sup> LEMBRANÇAS vivas feridas abertas a punição aos torturadores da ditadura no Brasil. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho. **Instituto Humanitas Unisinos**. 21 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/24825-lembrancas-vivas-feridas-abertas-a-punicao-aos-torturadores-da-ditadura-no-brasil-entrevista-especial-com-jose-carlos-moreira-da->>. Acesso em: 24 jun. 2017.

<sup>772</sup> PUTY, Cláudio. Um legado maculado **Congresso em foco**. 25 jun. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnistas/um-legado-maculado/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

<sup>773</sup> HOLSTON, James; CALDEIRA, Teresa P. R. Democracy, law, and violence: Disjunctions of Brazilian Citizenship. In: AGÜERO, Felipe; STARK, Jeffrey (Eds.). **Fault lines of democracy in post-transition Latin America**. Miami: North South Center Press, 1998.

Como qualquer outro, o sistema legal demanda coerência, com a composição de um todo conexo e ordenado, o qual integra a Lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade; desse modo, seus resultados não podem ser recebidos como uma singularidade desconexa, desvinculados do sistema legal ao qual pertencem<sup>774</sup>.

A verdade revelada pela Comissão é agora a manifestação da memória, da verdade oficial dos fatos, e possibilita o direito de acesso à informação. É, pois, a expressão da “verdade estatal”, a qual deve ser observada pelos demais órgãos da Administração Pública, precipuamente quando da elaboração, da implementação e do cumprimento de políticas públicas.

#### 4.6 RECEPÇÃO DAS CONCLUSÕES DA CONADEP E A PUBLICIZAÇÃO DOS HORRORES

Quais as expectativas da sociedade sobre as conclusões das investigações da impactante experiência da realidade argentina evidenciadas pela Conadep?

Sabe-se que a Comissão não possuía caráter jurídico ou punitivo, porém esperava-se que fosse complementada com a instauração de processos judiciais, o que de fato ocorreu. As conclusões apontadas pelo informe da Conadep serviram como provas para julgamento e condenação de muitos dos responsáveis pelas atrocidades cometidas<sup>775</sup>. De acordo com o relatório da Conadep, a justiça seria vista com o reconhecimento da verdade, e a reconciliação não seria possível enquanto os violadores dos direitos humanos não aceitassem suas responsabilidades<sup>776</sup>.

A Comissão trazia esperança para as vítimas sobreviventes, os familiares e a sociedade. Confiava-se que os processos judiciais de responsabilização criminal serviriam como uma opção para lidar abertamente com o passado, enquanto sua transparência e imparcialidade contrastariam com a penumbra e a arbitrariedade dos anos de ditadura.

Como os perpetradores do crime de lesa-humanidade conseguiram realizar tamanha

---

<sup>774</sup> CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

<sup>775</sup> CUEVA, 2000.

<sup>776</sup> SÁBATO, 1985.

estupidez de natureza hedionda?

Durante os anos do regime autoritário, a letargia dominou uma parcela da sociedade amedrontada, que teve sua voz silenciada. A oportunidade de ressonância se deu após a derrota das Malvinas; as marchas promovidas pelas mães em busca de informações pelos seus filhos desaparecidos tornaram-se marchas pela vida.

*La resistencia organizada tuvo una expresión central en las organizaciones de defensa de los derechos humanos y en especial en las Madres. Cuando el miedo se había adueñado de buena parte de la sociedad, las Madres fueron ese espacio de resistencia que se contagia*<sup>777</sup>.

Várias organizações de direitos humanos, incluindo as *Madres de Plaza de Mayo*, buscavam além da localização dos corpos de seus familiares o conhecimento do que aconteceu com eles e em quais condições. Tencionavam a materialização de políticas que não permitissem a repetição das ações repressivas.

*Es bien conocido el papel decisivo que jugaron los familiares como actores públicos en las luchas por el esclarecimiento y la memoria. Esa condición, a partir de las Madres, le dio a esas luchas una dimensión moral universal; al mismo tiempo, irrumpiendo de ese modo desde el agravio privado, venían a ocupar un lugar ejemplar que la sociedad política había dejado vacante. Ese cruce particular entre experiencia privada e lucha pública política, que ha constituido un rasgo característico del paso de la dictadura a la democracia*<sup>778</sup>.

Segundo Arendt, “hoje sabemos que matar está longe de ser o pior o que o homem pode infligir ao homem”<sup>779</sup>. As práticas terroristas perpetradas pelo Estado ditatorial, como nos campos de concentração da segunda guerra mundial, simbolizaram o domínio do mal<sup>780</sup>.

O estado autoritário mostrou seus métodos. Considerando a engrenagem concreta das lógicas que emergem de dentro dos campos de concentração e do seu entorno, o “poder desaparecedor”, Pilar Calveiro se debruça sobre o elemento ideológico que o sustenta, o qual denomina de “um universo binário”. E afirma: “As lógicas totalitárias são lógicas binárias, que concebem o mundo como dois grandes campos contrários: o próprio e o alheio”. E compreende “[...] que o diferente constitui um perigo iminente ou latente, que deve ser extirpado”. O opositor inimigo, assim, “[...] pretende, em última instância, eliminar as diversidades e impor uma realidade única e total representada pelo núcleo duro do poder, o Estado”<sup>781</sup>. Por isso, “[...]”

<sup>777</sup> CALVEIRO, 2013, p. 157-158.

<sup>778</sup> VEZZETTI. 2009, p. 19.

<sup>779</sup> ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução por Denise Boltman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (Livros de bolso).

<sup>780</sup> Idem. **Eichmann em Jerusalém**. Uma reportagem sobre a banalidade do mal. Tradução Ana Corrêa da Silva. 2. ed. Coimbra: Edições Tenacitas, 2004a, p. 277.

<sup>781</sup> “Las lógicas totalitarias son lógicas binarias que conciben el mundo como dos grandes campos enfrentados: el propio y el ajeno. Pero además de creer que todo lo que no es idéntico a sí mismo es parte de un otro



na concepção militar, a Argentina estava em guerra: uma guerra contra a subversão, travada dentro e fora das fronteiras nacionais. Os militares se apressaram a declará-la, e a guerrilha aceitou o desafio”<sup>782</sup>.

Assim, nos centros clandestinos havia a anulação do nome próprio, e sua substituição por um mero número para despersonalizar os presos; também as contínuas humilhações públicas sofridas por eles aparecem como exemplos, refletindo a permanência de um único objetivo: apagar dos subjugados tudo aquilo que têm de humano, e racionalizar a sua existência ao extremo de transformá-la em um mero ato burocrático. Esta derradeira característica é essencial para permitir às Forças Armadas um senso de “falta de prestação de contas”, tornando cada pessoa interveniente do processo repressivo em um simples funcionário que “só cumpriu ordens”<sup>783</sup>.

Para Calveiro, as práticas de desumanizar não atingem somente a vítima, sendo uma via de mão dupla: *“Desde otro punto de vista y pensando por un momento en los desaparecidos, denigrar y denigrarse son parte de una misma acción”*. Já que, *“[...] en este sentido, la dinámica del campo, al buscar la humillación de los secuestrados encontró el denigramiento de su propio personal. Máquina deshumanizadora de la víctima y del victimario [...]”*, ou seja, *“[...] el campo de concentración reclama de todos conductas menos que humanas, los fuerza a ocupar el lugar de simples piezas, cuerpos o engranajes”*<sup>784</sup>.

Portanto, pela ótica militar não desapareciam pessoas, mas inimigos subversivos, que eram invariavelmente guerrilheiros, amparando interesses estrangeiros, ameaçadores, imorais; se mulheres, eram consideradas cruéis e sem moral sexual. “Reduzidos, como todos os outros objetos de gerenciamento burocrático, a meros números desprovidos de qualidade, os objetos humanos perdem sua identidade”<sup>785</sup>.

---

*amenazante, el pensamiento autoritario y totalizador entiende que lo diferente constituye un peligro inminente o latente que es preciso conjurar. La reducción de la realidad a dos grandes esferas pretende finalmente la eliminación de las diversidades y la imposición de una realidad única y total representada por el núcleo duro del poder, el Estado.*

*Es una construcción de tipo guerrero, que reduce la realidad política a los términos del enfrentamiento militar, de manera que se mueve con las nociones de amigo-enemigo, batallas, guerras y aniquilamientos. La concepción de la guerra fría, que dividía al mundo en dos grandes bloques amenazantes y exclusivos uno del otro, es un modelo de esta lógica binaria que en América Latina se articuló en torno a la doctrina de la seguridad nacional. Como ya lo señaló Deleuze en Mil mesetas, la macropolítica de la seguridad que se corresponde con la micropolítica del terror”*. (CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**. 1a ed. 2a reimp. - Buenos Aires: Colihue, 2004, p. 88).

<sup>782</sup> Ibidem, p. 89

<sup>783</sup> Ibidem.

<sup>784</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>785</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 127.

Com efeito, a tortura praticada pelo regime militar pode ser considerada então como: “[...] todo dispositivo intencional, quaisquer que sejam os meios utilizados, engendrado com a finalidade de destruir as crenças e convicções da vítima para privá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito”. Deste modo, “[...] este dispositivo é aplicado pelos agentes de um sistema de poder totalitário e é destinado à imobilização pelo medo da sociedade governada”<sup>786</sup>.

Com a prática de prisões ilegais, sequestros, torturas, desaparecimentos e/ou as remoções de populações – por meio das penas de banimento, desterro, expulsão e do exílio –, o medo é rapidamente generalização. Utilizou-se do medo como recurso de desmobilização social e como forma de prevenção à oposição e resistência.

O medo causa fragilidade originando diversas reações emocionais perturbadoras “[...] *tales como ansiedad, incertidumbre o amedrentamiento entre los que forman parte de un determinado agregado de la población, de manera que resulte factible condicionar sus actitudes y dirigir sus comportamientos en una dirección determinada, [...]*”<sup>787</sup> Desse modo, “*el miedo es un fenómeno subjetivo y no hay cómo determinar objetivamente un umbral único para el terror, que dependerá de factores tan variables como los personales, los funcionales y los culturales*”<sup>788</sup>.

Durante o regime militar, nos dois países foram utilizadas estratégias para disseminar o medo como forma de dominação política. Lastrearam-se técnicas refinadas, ensinadas, aprendidas e aperfeiçoadas de terror físico, ideológico e psicológico, que foram se somando com a assimilação de outras experiências e do desenvolvimento de doutrinas próprias.

As práticas que conformaram esses expedientes diversificavam-se em extensividade e sobretudo em intensidade, conforme os casos. Contudo, se identificavam por um núcleo comum<sup>789</sup>, marcado pela busca e geração de informações para desarticular o ‘inimigo’, partindo da lógica da censura e desinformação, da suspeição indiscriminada, passando por sequestro, detenção ilegal, interrogatório inquisitorial, torturas físicas e psicológicas (pessoais ou de familiares e amigos). A tortura (Brasil) e o desaparecimento

<sup>786</sup> CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

<sup>787</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **¿Guerra de todos contra quién?** La necesidad de definir “terrorismo”. In: LOPEZ, Ernesto. **Escritos sobre Terrorismo**. Buenos Aires: Prometeo, 2004. p. 53.

<sup>788</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>789</sup> CARDOSO, 2001, p. 153.

forçado de pessoas (Argentina) foram as principais práticas intrínsecas da repressão desses regimes<sup>790</sup>. Instituiu-se a cultura do medo.

Um aspecto relevante é que os campos de concentração não eram operados por um único grupo seletivo, frequente e secreto. Diversamente, existia um estímulo em incorporar um grande número de oficiais, de maneira a estender a todos naquele processo, tornando-o comum, rotineiro, em ampla e geral cumplicidade. Havia um “pacto de sangue” entre os altos oficiais das Forças Armadas e policiais que fundamentava a impunidade<sup>791</sup>. Em decorrência, impediam-se delações e que seres humanos sem uma “natureza assassina” participassem ativamente de “[...] um maquinário, arquitetado por eles mesmos, cujo mecanismo os direcionou ao caminho de uma dinâmica de burocratização, naturalização e rotineirização da morte [...]” e dos maus tratos. Para Arendt, isso era a banalização do mal<sup>792</sup>. Como num campo de concentração, funcionavam engrenagens de um poder esquisito que paradoxalmente se manifestava desaparecendo pessoas<sup>793</sup>.

As graves violações de direitos humanos e a comprovação do seu caráter intrínseco, generalizado e sistemático, com a consequente caracterização da ocorrência de crimes contra a humanidade por parte do Estado, o torna totalitário?

No pensamento de Arendt, o totalitarismo foi implantado como um regime político absolutamente novo, dessemelhante de toda a tradição política ocidental, fundamentando-se em duas estruturas: a ideologia e o terror<sup>794</sup>. É uma forma de dominação singular e ainda sem precedentes, permitida pelo surgimento do homem massa<sup>795</sup>, e demonstrou ser possível o mal radical, até então absolutamente inconcebível pela atual tradição de pensamento. Assim, o totalitarismo surgiu como uma forma de governo e de dominação, baseado na organização burocrática de massas, no terror e na ideologia.

Segundo Arendt, a sociedade de massa<sup>796</sup> é constituída por indivíduos incapazes de pensar em termos coletivos, e esse foi um dos fatores que possibilitaram as circunstâncias apropriadas à ascensão do movimento totalitário ao poder. Os meios de comunicação nazista

---

<sup>790</sup> CARDOSO, 2001.

<sup>791</sup> SÁBATO, 1985.

<sup>792</sup> ARENDT, 2007.

<sup>793</sup> CALVEIRO, 2013.

<sup>794</sup> ARENDT, 2007.

<sup>795</sup> Ibidem.

<sup>796</sup> “[...] não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria existência; não confiam nos seus olhos e ouvidos, mas somente na sua imaginação [...] O totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos. O poder total só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados, de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade [...]” (Ibidem, p. 221).

vislumbravam a sociedade como massa, como seres passivos, objetos de manipulação para o regime e para o “bem” da Alemanha; o termo massa identifica, justamente, esse predicado acentuado de que as pessoas se sujeitam à situação e se cerram em suas vidas privadas<sup>797</sup>.

Totalitarismo é “[...] a dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida”<sup>798</sup>. Com isso, “[...] a diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado<sup>799</sup> está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas”.

A autora diferencia os regimes autoritários destacando características do totalitarismo.

A distinção decisiva entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras, impostas pela violência, é que o primeiro volta-se não apenas contra os seus inimigos mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo o poder, até mesmo o poder dos amigos. O clímax do terror é alcançado quando o Estado policial começa a devorar os seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje. É este o momento quando o poder desaparece inteiramente<sup>800</sup>.

Para Arendt, o totalitarismo utiliza a violência para aniquilar o espaço público, destruindo também a liberdade, quebra a relação que une os seres humanos e sempre usa do embuste e da mentira para manter-se no poder, levando os indivíduos à perda do senso político, da liberdade autêntica. Também utiliza a propaganda baseada em ideologias próprias, inibindo os indivíduos de romper com as cortinas do real, o que impossibilita uma inserção no mundo político<sup>801</sup>.

No pensamento da autora, o totalitarismo é capaz de isolar as pessoas umas das outras, desfigurando sua natureza humana, conduzindo-as à solidão suprema e à impossibilidade do uso da palavra e da ação política. Então, utilizando o medo, o terror, a

---

<sup>797</sup> ARENDT, 2007.

<sup>798</sup> Ibidem, p. 375.

<sup>799</sup> “[...] o totalitarismo difere essencialmente de outras formas de opressão política que conhecemos, como o despotismo, a tirania e a ditadura. Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu tradições sociais, legais e políticas do país. Independentemente da tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular de sua ideologia, o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial. Os governos totalitários do nosso tempo evoluíram a partir de sistemas unipartidários; sempre que estes se tornaram realmente totalitários, passaram a operar segundo um sistema de valores tão radicalmente diferente de todos os outros que nenhuma das nossas tradicionais categorias utilitárias – legais, morais, lógicas ou de bom senso – podia nos ajudar a aceitar julgar ou prever o seu curso de ação.” (Ibidem, p. 26).

<sup>800</sup> Idem. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 30.

<sup>801</sup> Idem, 2007.

coerção, a propaganda ideológica, o totalitarismo é apropriado para obter a conformidade dos comportamentos e o posicionamento passivo, além da total alienação dos indivíduos<sup>802</sup>.

Assim, na interpretação de Hannah Arendt, no totalitarismo todas as leis se tornam leis de movimento. Os regimes totalitários se individualizam habitualmente pela forte coerção aos dissidentes políticos e ideológicos, pela aberta presença de propaganda social, bem como pelo estímulo ao patriotismo exacerbado, e pela censura dos meios de comunicação<sup>803</sup>. Devido a esses atributos, pode-se afirmar que o período ditatorial possuía matizes claramente totalitários.

Os Estados brasileiro e argentino utilizaram extrema violência, e é necessário relembrar aqueles acontecimentos que ofuscam a consciência para resignificar uma memória coletiva que represente as implicações das ações cometidas e preconizar sua responsabilidade.

#### 4.7 CONJECTURAS SOBRE AS PERSPECTIVAS DAS RECOMENDAÇÕES COMO MECANISMOS DE INTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM DIREÇÃO À DEMOCRACIA

O relatório *Nunca Más* menciona fatos eloquentemente denunciados e apurados que levaram a Comissão a apresentar, nas recomendações, algumas sugestões de iniciativas ao Estado argentino como medidas de justiça de transição e fortalecimento do Estado Democrático de Direito, com a finalidade de prevenir, reparar e evitar a repetição dos desrespeitos aos direitos humanos, destacando a necessidade de aprofundamentos das investigações no âmbito judicial. De modo semelhante e muitos anos depois, a CNV percorreu caminho na mesma direção.

##### 4.7.1 Recomendações como medidas da Justiça Transicional

Para o presente estudo, adotou-se a metodologia diferenciada da utilizada pela Conadep (forma sequencial) e pela CNV (agrupamento em três conjuntos). Este texto qualifica

---

<sup>802</sup> ARENDT, 2007.

<sup>803</sup> Ibidem.

as recomendações<sup>804</sup> diversamente, perfilhando cinco conjuntos de medidas da justiça transicional, quais sejam: promoção da justiça, reformas institucionais, revelação da verdade, reparação das vítimas e, finalmente, preservação e divulgação da memória<sup>805</sup>. Entretanto, as recomendações não são impermeáveis e estão mesmo intrincadas umas com as outras, observando-se o raciocínio de preponderância, a exemplo de uma medida que vislumbra descortinar a verdade e também incide na recuperação da memória.

As recomendações fazem parte do objetivo legal final das comissões e evidenciam a preocupação das comissões com a continuação das investigações e o cuidado para que a justiça possa cumprir seu papel julgador e punitivo.

Como sugere a própria nomenclatura, as recomendações não são medidas obrigatórias, portanto dependem da vontade política do Estado e dos seus governantes.

#### 4.7.1.1 Promoção da justiça

A recomendação orientou que o Poder Judiciário se encarregue adequadamente da agilização dos trâmites investigativos e de comprovação das denúncias recebidas pela Conadep. O Poder Judiciário procedeu ao julgamento das Juntas, que auxiliou no estabelecer da ideia do comportamento criminoso do Estado, possibilitou a condenação dos principais responsáveis e deu início à viabilidade de investigação com consecutiva penalização dos militar envolvidos e, tempos depois, à pacificação dentro do Exército, com sua consequente subordinação ao poder civil<sup>806</sup>.

---

<sup>804</sup> “a) Que o organismo que substituir a comissão acelere os trâmites tendentes a remeter à Justiça a documentação recolhida e durante a investigação encomendada pelo Poder Executivo.

b) que o Poder Judiciário encarre adequadamente a agilização dos trâmites investigativos e de comprovação as denúncias recebidas por essa comissão.

c) Que sejam estabelecidas as normas necessárias para que os filhos e/ou familiares de pessoas desaparecidas durante a repressão recebam auxílio econômico, bolsa de estudo, assistência social, postos de trabalhos. Ainda, que sejam criadas medidas convenientes e que concorram para sanar os diversos problemas familiares e sociais decorrentes do desaparecimento forçado de pessoas.

d) Sancionar normas que visem a:

1) Declarar crime de lesa humanidade o desaparecimento forçado de pessoas.

2) Apoiar o reconhecimento e a adesão às organizações nacionais e internacionais de direitos Humanos.

3) estabelecer o ensino obrigatório da defesa dos direitos humanos nos organismos docentes do Estado, sejam eles civis, militares ou de segurança.

4) Fortalecimento e adequação plena dos meios com que deverá contar a Justiça Civil para a investigação de ofício em relação à violência dos Direitos Humanos”. (SÁBATO, 1985, p. 345).

<sup>805</sup> PAYNE; ABRÃO; TORELLY, 2011.

<sup>806</sup> CRENZEL, 2008.

A Argentina logrou êxito em empreender a recomendação de justiça da Conadep? Como o Poder Judiciário se posicionou sobre o tema?

A Argentina vivenciou avanços e retrocessos para efetivar a justiça. Com os julgamentos das juntas, surgiram levantes militares, tentativas de ressurgimento repressivo, ameaças de novos golpes, tudo em reação aos julgamentos, o que levou o governo de Alfonsín a promulgar, em 1986, a já mencionada lei do *Punto Final*, e, em 1987, a lei de *Obediencia Debida*. O desafio foi novamente posto à prova quando, no governo Kirchner, esses normativos foram revogados; na mesma linha, em julho de 2007, a declaração de inconstitucionalidade dos indultos menemistas possibilitou o julgamento dos envolvidos, inclusive militares, civis e religiosos. Uma vez anuladas as leis de impunidade e os decretos de indulto, atendiam-se as recomendações da Conadep<sup>807</sup>.

A chamada revitalização da justiça plena adveio em 2003, no governo do ex-Presidente Néstor Kirchner, que elevou a política de direitos humanos para o nível oficial, amparada num processo de diálogo e embate com os organismos de direitos humanos. O governo ratificou um significativo número de instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos, anulou – em caráter imediato – os decretos que impediam as extradições, reformou a cúpula das Forças Armadas e a Corte Suprema, com a autolimitação de suas atribuições, além de ter posto em prática medidas simbólicas, como retirar o retrato de Videla da galeria do Colégio Militar e expulsar os militares do prédio da Escola Mecânica da Armada (ESMA), conforme já analisado no item sobre a dimensão da justiça como vertente do direito à verdade (5.3.1).

Recentemente, a Argentina, dando sequência a medidas de fortalecimento da democracia provenientes da justiça de transição, condenou à prisão perpétua quatro juízes por crimes contra a humanidade<sup>808</sup>; esses juízes garantiam a impunidade das pessoas que praticavam crimes contra a humanidade. Foi um feito realmente notável e sem precedentes que

<sup>807</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>808</sup> “A garantia de impunidade foi o principal ponto das condenações à prisão perpétua contra Rolando Carrizo, Guillermo Max Petra Recabarren, Otilio Romano e Luis Miret. O tribunal considerou que todos foram partícipes primários dos crimes de lesa humanidade cometidos por outros 21 acusados no julgamento, entre militares e policiais que foram a ‘mão de obra’ da ditadura. ‘Partícipes primários significa que os juízes realizaram uma contribuição essencial à realização do crime, por isso a pena é a mesma que a dos autores materiais. Os juízes tiveram o domínio da jurisdição de Mendoza durante o terrorismo de Estado’, explicou Alan Iud, advogado das Avós da Praça de Maio. Romano foi condenado por 84 casos de sequestros, 38 torturas e 33 homicídios. Seu caso foi emblemático porque se escondeu no Chile e pediu asilo político, até a Suprema Corte do país aprovar sua extradição à Argentina. A condenação também foi um avanço para a punição aos responsáveis civis do terrorismo de Estado”. (MOLINA, Frederico R.; CENTENERA, Mar. Argentina condena à prisão perpétua quatro juízes por crimes contra a humanidade. **El país**. 29 jul. 2007. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/internacional/1501177434\\_819392.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/internacional/1501177434_819392.html)>. Acesso em: 01 fev. 2017)

pode servir de paradigma para outros países que experienciaram realidades semelhantes. Do mesmo modo, em agosto de 2017, foram expulsos da polícia 12 policiais condenados como torturadores. A Justiça será agora a responsável por bloquear as pensões que recebiam<sup>809</sup>.

No Brasil, a CNV preconizou que a promoção da responsabilidade criminal dos respectivos autores das violações é uma obrigação. Considerou, ainda, que dadas a escala e a sistematicidade com que foram praticadas as detenções ilegais e arbitrárias, as torturas, as execuções, os desaparecimentos forçados e a ocultação de cadáveres, a extensão da anistia a agentes públicos que deram causa aos atos acima mencionados é incompatível com o Direito brasileiro e a ordem jurídica internacional, pois tais ilícitos constituem crimes contra a humanidade, imprescritíveis e não passíveis de anistia ou graça<sup>810</sup>.

A CNV poderia recomendar medidas de julgamento e punição dos agentes públicos que perpetraram crimes contra a humanidade mesmo após o STF ter validado a Lei da Anistia? O Estado brasileiro impulsionou as recomendações sobre a promoção de medidas de realização de justiça?

Ressalta-se que essa foi a única recomendação do relatório sobre a qual não houve unanimidade entre os membros, exteriorizando controvérsia sobre o tema. O conselheiro José Paulo Cavalcanti dissentiu dos seus pares, advertindo que em 2010 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a validade da Lei de Anistia. Todavia, para seus cinco colegas, a norma é incompatível com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Nesse cerne, a CNV encontra forte fundamento teórico nos preceitos do *jus cogens*, normas internacionais imperativas, as quais não reconhecem validade das normas jurídicas do Direito interno que suscitem a impunidade de crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídios, sejam elas regras de anistia, de prescrição ou qualquer outra barreira de direito penal ou processual penal. Igualmente, coaduna-se à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e à condenação do Estado brasileiro no caso Gomes Lund, que determinou a averiguação, o processamento e a condenação dos autores de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura brasileira<sup>811</sup>.

---

<sup>809</sup> BARREIRO, Ramiro. Argentina expulsa 12 policiais condenados como torturadores 40 anos depois. **El país**. 28 ago. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/26/internacional/1503705715\\_972710.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/26/internacional/1503705715_972710.html)>. Acesso em: 30 ago. 2017.

<sup>810</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>811</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2010.



Consta da decisão que o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos agentes estatais que cometeram crimes, tampouco qualquer outro benefício equivalente, a exemplo de prescrição, para exonerar-se da incumbência de investigar e julgar em juízo criminal. O Estado deve também assegurar que as ações penais contra os militares responsáveis sejam processadas na jurisdição civil ordinária, e não no foro militar. Salientou-se, outrossim, que as informações investigadas e comprovadas pela Comissão da Verdade não suprem a responsabilidade do Estado de engendrar assentamento judicial de responsabilidades particulares, por meio dos processos judiciais penais<sup>812</sup>.

A Constituição Federal erigiu, em seu art. 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que “[...] o Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos”<sup>813</sup>. Deveria, então, respeitar as decisões da Corte IDH. Ademais, esse veredito foi posterior ao julgamento do STF, o que em tese poderia levar o Supremo a outra análise sobre o tema, conforme pretendem a OAB e grupos de defesa dos direitos humanos, haja vista que há ainda os Embargos de Declaração interpostos pela parte autora que não foram julgados.

A CNV não estava vinculada ao Poder Judiciário, possuía autonomia; essa recomendação está em harmonia com as normas de direito internacionais, a jurisprudência da Corte IDH e as perspectivas da justiça de transição.

A segunda recomendação que objetiva à promoção da justiça foi a de proposição, pela Administração Pública, de medidas administrativas e judiciais de regresso contra agentes públicos causadores de práticas de abusos que geraram a condenação do Estado em decorrência de graves violações de direitos humanos<sup>814</sup>.

Há a possibilidade no Brasil de diligências de regresso em desfavor dos responsáveis?

Trata-se de providência tradicional, já contemplada no âmbito do Direito constitucional brasileiro, conforme o art. 37, § 6º da Constituição Federal, no sentido de que, quando um agente do Estado pratica ato contra um cidadão, a vítima do dano sofrido tem direito à reparação pelo próprio Estado, cabendo a este readquirir as importâncias do agente causador quando a conduta aconteceu com intenção ou culpa; isto quer significar que os autores das

---

<sup>812</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2010.

<sup>813</sup> BRASIL, Constituição Federal, 1988.

<sup>814</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

violações reponham o Tesouro Nacional pelas despesas incorridas com o pagamento de indenizações às vítimas de seus atos.

Ademais, destaca-se que aqui não se pode alegar anistia para os executores dos crimes, pois a Lei da Anistia não fez qualquer menção à anistia civil. A anistia ampla e geral seria no âmbito penal. Quanto à anistia no âmbito administrativo, a lei se limitou aos perseguidos políticos, porquanto as instâncias penal, civil e administrativa são autônomas, e fica claro que não surte efeitos nas duas últimas esferas jurídicas.

#### 4.7.1.2 Reformas institucionais

As recomendações condizentes com a reforma das instituições emitidas pela Conadep foram de sancionar normas que visem a: i) declarar crime de lesa-humanidade o desaparecimento forçado de pessoas; ii) apoiar o reconhecimento e a adesão às organizações nacionais e internacionais de direitos humanos; iii) estabelecer o ensino obrigatório da defesa dos direitos humanos nos organismos docentes do Estado, sejam eles civis, militares ou de segurança; iv) fortalecer e adequar plenamente os meios com que deverá contar a Justiça Civil para a investigação de ofício em relação à violência dos Direitos Humanos<sup>815</sup>.

As medidas estão vinculadas aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário conforme a competência de cada um; muitas delas foram concebidas e estão em prosseguimento.

Iniciativa de destaque, em abril de 2011, foi a aprovação pela Câmara de Deputados da tipificação no Código Penal da figura de “Desaparecimento Forçado de Pessoas” como delito de lesa-humanidade imprescritível<sup>816</sup>. Em maio de 2011 declarou-se, por unanimidade, “política de Estado” os julgamentos por crimes de lesa-humanidade, um verdadeiro compromisso de toda a classe política com o *Nunca Más*, a partir do qual a Procuração Geral da Nação observa a consolidação do processo de julgamentos em quase todo o país<sup>817</sup>. O Poder Executivo trabalhou

---

<sup>815</sup> SÁBATO, 1985.

<sup>816</sup> DIPUTADOS Convirtió en ley la tipificación de la desaparición forzada de personas. **Terra**. 13 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.terra.com.ar/noticias/politica/diputados-convirtio-en-ley-la-tipificacion-de-la-desaparicion-forzada-de-personas,6328d6ed5815f210VgnVCM10000098f154d0RCRD.html>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

<sup>817</sup> “En primer lugar, la Cámara de Diputados declaró por unanimidad, en el mes de mayo, ‘política de Estado’ a los juicios por crímenes de lesa humanidad cometidos durante el terrorismo de Estado que se llevan adelante en todo el país. El proyecto de declaración, elaborado e impulsado por el CELS, permitió expresar un compromiso de toda la clase política con el proceso de justicia, y remarcar su aporte a la convivencia futura y

para promover a desclassificação de informações vinculadas às Forças Armadas no decorrer da ditadura, visando a obter provas para fundamentar as decisões dos julgamentos por crimes de lesa-humanidade<sup>818</sup>.

Outra importante diligência proveniente das recomendações foi a incorporação nos currículos escolares de nível primário e secundário da disciplina de direitos humanos. Foi possível, com outras pesquisas, duplicar as informações da Conadep; foram encontrados 19.000 *habeas corpus* no Ministério do Interior, todos negados, um material rico em informações para reforçar outros dados já existentes. Desenvolveu-se um projeto de digitalização da documentação. Fotocopiaram-se arquivos de outros países, os “arquivos do terror” do Paraguai, da Bolívia e do Peru, além de se ter atravessado o projeto do Mercosul pela proposta de verificação do *Plano Condor*<sup>819</sup>.

No final dos anos 1990, o título *Nunca Más* foi incorporado ao currículo educativo, passando a compor um novo ciclo de difusão massiva, como um veículo para transmitir e conscientizar as novas e futuras gerações sobre o passado autoritário. O livro *Nunca Más* também passou a compor diversos espaços públicos, e foi utilizado para nomear diversos museus projetados para preservar a memória do país, inscrito em várias placas. Os informes mantêm um lugar de privilégio como e para a interpretação do passado argentino<sup>820</sup>.

A Conadep não procedeu a recomendações relativas diretamente às Forças Armadas, embora no processo de fortalecimento da democracia tenha havido um visível enfraquecimento dessa força, seja pela redução do orçamento destinado a ela, seja pela retirada da obrigatoriedade do serviço militar, até pelos julgamentos e pelas prisões dos presidentes das juntas que governaram o país, dentre outros fatores.

---

*al sustento ético del Estado. De acuerdo con la resolución de la Cámara baja, ‘esta política de memoria y justicia, que nos distingue hoy como país en la comunidad internacional, representa una bisagra ética fundamental del Estado de derecho que beneficia a la sociedad argentina en su conjunto’.* (CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **Derechos humanos en Argentina**: informe 2011. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. Disponível em: <[http://www.cels.org.ar/common/documentos/cels\\_final\\_2011.pdf](http://www.cels.org.ar/common/documentos/cels_final_2011.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2017, p. 19).

<sup>818</sup> “*El Ejecutivo impulsó también la desclasificación de toda la información vinculada con el accionar de las Fuerzas Armadas durante la última dictadura militar, con el objetivo de aportar pruebas para los juicios por crímenes de lesa humanidad cometidos durante el terrorismo de Estado. El Decreto 4/2010, publicado el 6 de enero en el Boletín Oficial, releva toda clasificación de seguridad para los documentos del período 1976-1983, así como también para información producida fuera de ese lapso temporal, relacionada con la represión ilegal*”. (Ibidem, 2011. p. 296).

<sup>819</sup> MARIASCH, Telma Lilia. A CONADEP: Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas. In: WESCHTROP, A. J. et al. (Orgs.). **Pelos caminhos da verdade**: uma análise sobre as experiências das comissões da verdade na América Latina. Rio de Janeiro: ISER, 2016. p. 57-78. Disponível em: <[http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/pelos\\_caminhos\\_da\\_verdade.pdf](http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/pelos_caminhos_da_verdade.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

<sup>820</sup> CRENZEL, 2008.

A Comissão da Verdade recomendou como reformas institucionais a reformulação dos concursos de ingresso e dos currículos nas academias militares, Forças Armadas e áreas de segurança pública, a fim de que sejam desenvolvidos e valorizados princípios democráticos e dos direitos humanos, de modo a garantir a compatibilidade de seu desempenho com aqueles princípios e preceitos fundamentais<sup>821</sup>.

Recomendações para o Poder Judiciário se constituíram em extinção da Justiça Militar estadual, como decorrência do fim da Polícia Militar, e exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar Federal. Consoante reiteradamente decidiu a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a competência da Justiça Militar não é admissível para julgar civis em tempos de paz, salvo se evidenciada a ampla e efetiva independência de seus juízes, mediante total desvinculação das Forças Armadas<sup>822</sup>.

Nesse cerne, em fevereiro de 2014, a medida chegou a ser assunto de discussão pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>823</sup>, portanto antes do Relatório. O CNJ optou pela discussão após inspeções em tribunais militares, nas quais descobriu que eles não estavam cumprindo orientações do CNJ, bem como encontrou diversos processos prescritos em um Tribunal Militar; assim, debateu temas como a existência, a estrutura e o possível aumento de competência da justiça especializada a fim de diagnosticar a Justiça Militar como parte da estrutura do Poder Judiciário.

O Grupo de Trabalho (GT) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encerrou suas atividades em agosto de 2014, após concluir diagnóstico sobre a atuação da Justiça Militar nos âmbitos federal e estadual, e indicou: i) a criação de câmaras especializadas dentro dos Tribunais de Justiça (TJs) dos estados, para julgar os processos criminais militares estaduais, o que daria maior agilidade à conclusão desses casos; ii) que a Justiça Militar é cara para os cofres públicos; iii) que os juízes trabalham menos que os juízes comuns, por isso aconselhou a redução do número de ministros que compõem o Superior Tribunal Militar (STM)<sup>824</sup>. Nenhuma medida concreta foi finalizada até a presente data. A manutenção da Justiça Militar é certamente uma evidência da influência e do poder dos militares.

---

<sup>821</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>822</sup> Ibidem.

<sup>823</sup> VERDELIO, Andreia. CNJ Discute Extinção da justiça Militar. **EBC Brasil**. 12 fev. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-02/cnj-discute-futuro-da-justica-militar>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

<sup>824</sup> RAPOSO, Fred. Grupo de trabalho do CNJ propõe especialização da Justiça estadual para julgar ações militares. **CNJ**. Notícias. 08 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62319-grupo-de-trabalho-do-cnj-propoe-especializacao-da-justica-estadual-para-julgar-acoes-militares>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

Medidas recomendadas pela Comissão ao Poder Legislativo foram: a revogação da Lei vigente de Segurança Nacional e sua substituição por uma legislação de defesa do Estado democrático; a tipificação das figuras de crime contra a humanidade e crime de desaparecimento forçado de pessoas; a alteração das normas penais que tratam discriminatoriamente os homossexuais, tais como a do artigo 235 do Código Penal Militar, que criminaliza o ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar; a vedação ao registro e processamento de investigações de lesões e mortes em decorrência de confrontos ou operações policiais como “autos de resistência à prisão” ou “resistência seguida de morte”; e, finalmente, a introdução da audiência de custódia para garantia de apresentação do preso ao juiz<sup>825</sup>.

Nesse sentido, da parte dos princípios do Direito Internacional, é possível deduzir que os crimes contra a humanidade se encontram representados por aquelas condutas que produzam graves violações dos direitos humanos, atingindo por consecutivo toda a humanidade.

*[...] los crímenes de lesa humanidad son serios actos de violencia que dañan a los seres Humanos al golpear lo más esencial para ellos: su vida, su libertad, su bienestar físico, su salud y/o su dignidad. Son actos in Humanos que por su extensión y gravedad van más allá de los límites de lo tolerable para la comunidad internacional, la que debe necesariamente exigir su castigo. Pero los crímenes de lesa humanidad también trascienden al individuo, porque cuando el individuo es agredido, se ataca y se niega a la humanidad toda. Por eso lo que caracteriza esencialmente al crimen de lesa humanidad es el concepto de la humanidad como víctima*<sup>826</sup>.

Daí a importância da tipificação das figuras de crime contra a humanidade e de crime de desaparecimento forçado de pessoas no ordenamento jurídico brasileiro, para que o país evite acontecimentos semelhantes aos da ditadura castrista e siga o moderno entendimento do Direito Internacional e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na busca pelo respeito da pessoa humana e pelos princípios dos direitos humanos.

E, finalmente, fala-se em serviços de educação por meio de promoção nos currículos escolares do ensino fundamental, médio e superior, de modo transversal, dos valores democráticos e dos direitos humanos<sup>827</sup>. São essas as recomendações propostas pela CNV para o item reformas institucionais.

As reformas institucionais devem afiançar o desenvolvimento sustentável de uma ordem ajustada na paz, na justiça, na harmonia democrática e no Estado de Direito. É basilar

<sup>825</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>826</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2006b.

<sup>827</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

consolidar o *rule of law*; garantir a *accountability*; construir a confiabilidade e credibilidade na instituição da Justiça; fortalecer a efetividade normativa; precaver e extinguir ou minimizar violações a direitos humanos; e ladrilhar, com probidade e legitimidade, as instituições democráticas, destacando ainda que, no âmbito das reformas institucionais, deve ser dedicada especial atenção aos aparatos da segurança e da justiça, recompondo as relações entre indivíduos e o Estado<sup>828</sup>.

#### 4.7.1.3 Revelação da verdade

Na Conadep, a primeira recomendação dessa ordem asseverou que o organismo que substituísse a Comissão deveria acelerar os trâmites tendentes e encaminhar à Justiça a documentação recolhida durante a investigação encomendada pelo Poder Executivo<sup>829</sup>. A realização de julgamentos tem contribuído significativamente para a revelação da verdade.

No Brasil, a CNV recomendou estabelecer um órgão permanente que possa dar prosseguimento ao seu trabalho, que monitore a implementação das recomendações feitas e apoie as ações de reparação, memória e sensibilização sobre graves violências aos direitos humanos. A outra medida vai no sentido de continuidade e fortalecimento da política de localização, abertura, organização e disponibilização dos arquivos relativos a graves violações aos Direitos Humanos, tanto militares como civis.

A medida acima mencionada pode ser reforçada pelos preceitos da Lei de Acesso à Informação e ainda permitir maior prosseguimento da justiça de transição no país, notadamente porque os militares não disponibilizaram documentos e se recusaram a colaborar com as investigações.

#### 4.7.1.4 Reparação das vítimas

A Conadep recomendou que fossem estabelecidas as normas necessárias para que

---

<sup>828</sup> Consultar: UNITED NATIONS. **Promotion of truth, justice, reparation and guarantees of nonrecurrence.** General Assembly, 13 set. 2012. Disponível em: <<http://webtv.un.org/watch/pablo-de-greiff-on-the-promotion-of-truth-justice-and-guarantees-of-non-recurrence-third-committee-28th-plenary-70th-general-assembly/4581915032001>>; PEREIRA, Anthony. **Political (In)justice:** Authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile, and Argentina. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

<sup>829</sup> SÁBATO, 1985.

os filhos e/ou familiares de pessoas desaparecidas durante a repressão recebessem auxílio econômico, bolsa de estudo, assistência social e postos de trabalhos. E, ainda, que fossem criadas medidas convenientes que concorressem para sanar os diversos problemas familiares e sociais decorrentes do desaparecimento forçado de pessoas<sup>830</sup>, o que tem sido engendrado pelo Estado argentino.

A Argentina concebeu importantes leis visando a assegurar reparação às vítimas da ditadura e a familiares de desaparecidos. Dentre elas, sobressaem a Lei nº 24.043, de 23 de dezembro de 1991, que garantiu o pagamento de indenizações às vítimas do terrorismo de Estado; a “*Ley de beneficio a las personas ausentes por desaparición forzada y a las fallecidas como consecuencia del accionar de las fuerzas armadas*” (Lei nº 24.411); e a Lei nº 25.914/2004, que estabeleceu indenização para os filhos nascidos durante a privação da liberdade de suas mães e/ou desaparecidos por razões políticas<sup>831</sup>.

Outras sugestões foram o reconhecimento pelas Forças Armadas brasileiras de sua responsabilidade institucional pelo acontecimento de graves violações aos direitos humanos; a retificação da anotação da causa de morte na certidão de óbito de pessoas mortas em decorrência de graves violações aos direitos humanos; a retificação de informações em base de dados de segurança pública (Infoseg - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização) nas quais as vítimas ainda constem como procurados ou condenados, por força de conteúdo lançado com base na legislação da repressão; a reabilitação das vítimas mediante a garantia de atendimento médico e psicossocial permanente; o prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares dos restos mortais de desaparecidos políticos<sup>832</sup>.

Sabe-se que a historiografia conta a história do vencedor; quem perdeu comumente é relegado ao esquecimento e ao banimento; muitas vezes essa perspectiva é ainda mais cruel com a vítima. E quem são as vítimas? Torturados, mortos, desaparecidos e suas famílias? Como transmutar o drama privado para o espaço público?<sup>833</sup> Como aparecer nessa história da qual se fez parte e pertencer a essa história?

Relevante aspecto da CNV foi justamente a reconhecimento das vítimas (com a consequente identificação de a qual grupo ou profissão pertencia, no resgate mesmo da

---

<sup>830</sup> SÁBATO, 1985.

<sup>831</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>832</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>833</sup> NOVARO; PALERMO, 2003.

memória, ainda que sucinta da vida da vítima) e dos perpetradores de crimes contra a humanidade para ciência da sociedade.

A necessidade e a importância de participação do comum (“[...] quem quer que vivesse unicamente uma vida privada — o homem que, como o escravo, não podia participar da esfera pública ou que, como bárbaro, não se desse ao trabalho de estabelecer tal esfera — não era inteiramente humano [...]”<sup>834</sup>) geram o sentimento de pertencimento. A vítima privada de sua condição humana foi violentamente desumanizada, vilipendiada em centros clandestinos, escondida dos olhos do público. Após isso, os mecanismos de desvelamento da verdade e da memória possibilitam a reinserção da vítima ao convívio social.

O suporte de natureza econômica, financeira ou simbólica; o apoio, ouvindo e atendendo as vítimas e suas famílias; a garantia de retorno ao trabalho, às universidades, aos familiares; e o atendimento às suas reivindicações evidenciam-se como iniciativas reparadoras.

As comemorações como o dia da memória, os rituais, as premiações como o “Prêmio Vladimir Herzog” e a “Medalha Chico Mendes”, os memoriais, as discussões acadêmicas e a preservação memorialística são marcas simbólicas de reconhecimento e pertencimento, tornando-se encarregados condutores da memória, criando e estabelecendo os limites do interno e do externo.

#### 4.7.1.5 Preservação e divulgação da memória

Após a exposição das recomendações da Conadep, é necessário examinar se elas foram postas em prática pelo governo da Argentina. Foram apontadas nove complexas recomendações ao Estado Argentino para auxiliar na reconstrução da democracia e do respeito aos direitos humanos. Sabe-se que a Argentina é o país que mais realizou julgamentos dos perpetradores dos crimes de lesa-humanidade após o período ditatorial. Até os dias atuais, os julgamentos estão sendo propostos sempre que se evidencia uma nova descoberta, seja de fatos, seja de nomes relacionados à prática de crimes contra os direitos humanos.

Quais as principais políticas públicas implementadas na Argentina voltadas para esse fim? Elas foram capazes de atender as recomendações indicadas pela Conadep?

---

<sup>834</sup> ARENDT, 2005, p. 48.



*Abuelas de la Plaza de Mayo*, organização não governamental de defesa dos direitos humanos, voltada mais especificamente para a busca, a descoberta e o resgate das crianças sequestradas durante a ditadura militar<sup>835</sup>, conseguiu a criação do *Banco Nacional de Datos Genéticos*, regulamentado em 1989, para, a qualquer tempo, poder identificar os parentes desaparecidos. As *abuelas* foram autoras da proposta da qual resultaram os artigos 7, 8 e 11 da Convenção dos Direitos da Criança, que abordam o direito à identidade, e introduziram reformas jurídicas no sistema de adoção da Argentina. Alcançaram a inclusão das Convenções de Direitos Humanos no texto constitucional de 1994, entre outras iniciativas impulsionadoras e depuradoras da memória<sup>836</sup>.

Novamente aqui se evidencia a importância da participação popular na efetivação do respeito e da promoção dos direitos humanos.

Finalmente, também foram revogadas diversas leis do período ditatorial; em 2010, regulamentou-se a Lei de Migrações, nº 25.871/2004, que deixou de considerar a migração uma questão de segurança nacional e de soberania, como foi na ditadura, para reconhecê-la como um direito humano e considerá-la como um modelo, em níveis regional e internacional. Em 2010 promulgou-se a Lei de Saúde Mental, nº 26.657, que também acabou com a arbitrariedade dos encerramentos. Em março de 2015, foi publicada a reforma da Lei de Inteligência, nº 27.126, com a recolocação da Secretaria de Inteligência SIDE pela Agencia Federal de Inteligência<sup>837</sup>.

Destaca-se relevante o projeto que foi criado no âmbito do Ministério da Justiça e Direitos Humanos: a Comissão Nacional pelo Direito à Identidade (Conadi), que tem como objetivo a busca e a localização das crianças desaparecidas durante o período da ditatorial. Em 1994, para aprimorar sua democracia, a Argentina reformou sua Constituição e elevou os Tratados ratificados pelo Congresso ao *status* de lei constitucional. Esse tipo de reforma constitucional é uma modalidade que obriga o Estado a adotar medidas positivas que garantam a total defesa dos direitos humanos<sup>838</sup>.

Já no Brasil, as recomendações de preservação e divulgação da memória elencaram a proibição de comemorações ao golpe militar de 1964 e deduziram cinco itens assim compreendidos: i) proibição de realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar

---

<sup>835</sup> ABUELAS DE LA PLAZA DE MAYO, 2017.

<sup>836</sup> MARIASCH, 2016.

<sup>837</sup> Ibidem.

<sup>838</sup> CUYA, Esteban. Las Comisiones de la Verdad en América Latina. **Kóaga Roñéetã**, v. III, Impunidad y verdad. Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html#bra>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

de 1964, já que são incompatíveis com os princípios que regem o Estado Democrático de Direito; ii) tombamento ou criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde aconteceram graves violações de direitos humanos; iii) instituição e instalação de um Museu da Memória, em Brasília; iv) alteração da denominação de vias de transporte, logradouros, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, de âmbitos federal, estadual ou municipal, que aludem a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com o uso reiterado de graves violações aos direitos humanos; e v) cassação de honrarias que tenham sido concedidas a agentes públicos ou particulares associados à prática de graves violações aos direitos humanos, tais como a “Medalha do Pacificador”<sup>839</sup>.

Sobre a memória, “contextualizando um pouco mais o tema específico da ditadura brasileira, é preciso lembrar que a anistia de 1979 [...] revelou-se uma nítida política de esquecimento”. Assim, “[...] uma das consequências mais atroz desse esquecimento imposto foi a impunidade dos agentes públicos que violaram até mesmo a própria lei que vigorava durante a ditadura militar, torturando, matando e desaparecendo com os restos mortais das suas vítimas”<sup>840</sup>.

A Comissão Nacional da Verdade foi instituída tardiamente, quase 30 anos após o término do período ditatorial, e enfrentou problemas de ordem estrutural, como a pequena quantidade de servidores para o apoio no desenvolvimento dos trabalhos; aliada a isso, tinha pouca experiência com atividades de trato jurídico (intimação, linguagem processual) e, finalmente, os membros não dispuseram de dedicação exclusiva de tempo à Comissão, já que seguiram desenvolvendo outras atividades ligadas à sua vida profissional.

Do mesmo modo, a Comissão pouco avançou quanto à descoberta de restos mortais das vítimas da ditadura; acrescentou apenas seis nomes à lista de mortos e desaparecidos já formulada em comissões anteriores; poucos documentos novos foram adicionados ao acervo já existente; também não logrou êxito na maioria das tomadas de depoimentos dos militares que participaram de forma mais direta das ações (eles se negaram a colaborar). Uma importante descoberta foi a averiguação e divulgação dos nomes dos responsáveis diretos ou indiretos pelos crimes praticados.

Não obstante tais dificuldades, o relatório constitui instrumento de grande valia para os anais da história do país, porque mostra que a sociedade brasileira buscou conhecer e

---

<sup>839</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>840</sup> SILVA; FILHO, 2009a.

esclarecer fatos pertencentes ao seu passado que se traduzem numa nódoa na sua história política. A Comissão Nacional da Verdade, como instrumento de desenvolvimento da justiça de transição, contribuiu para a recuperação da memória e da verdade como direito de acesso a informações essenciais na busca da pacificação social e do aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

O relatório é o alicerce para que a sociedade e o Estado possam dar continuidade à busca pela verdade, e melhorem políticas públicas voltadas à conscientização da importância da valorização dos direitos humanos, da recuperação e preservação da memória e do direito de acesso à informação.

Nesse cerne, a Rede Brasil – Memória, Verdade e Justiça, pertencente à Secretária de Direitos Humanos, apresentou duas propostas: a criação da Comissão da Verdade do Cone Sul, com o objetivo de apurar a Operação Condor e a responsabilidade estadunidense nos golpes políticos perpetrados no Continente, e a transformação do órgão proposto pela CNV, na Recomendação de nº 26, em um órgão de Estado paritário, composto de sete representantes: um de cada poder, um do MPF, um da OAB, um da Comissão de Mortos e Desaparecidos e um da Rede<sup>841</sup>.

Outra medida de suma importância, seguindo decisão da Corte IDH, determinou a tipificação do delito de desaparecimento forçado como um crime contra a humanidade, visto que viola os direitos à vida, à personalidade jurídica, à integridade pessoal e à liberdade pessoal<sup>842</sup>. Foi recentemente aprovado pela Comissão de Segurança Pública da Câmara o projeto que tipifica o crime de desaparecimento forçado de pessoas; a proposta ainda será analisada e votada pela Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovada, segue para o Plenário<sup>843</sup>. O crime de desaparecimento forçado de pessoa, com penas que podem superar os

---

<sup>841</sup> CALMON; DORNELLES, 2015.

<sup>842</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2010.

<sup>843</sup> “A Comissão de Segurança Pública da Câmara aprovou proposta (projeto de lei 6240/2013) que tipifica o crime de desaparecimento forçado de pessoas. É considerado desaparecimento forçado a apreensão, detenção ou qualquer outro modo de privar uma pessoa de sua liberdade ainda que legalmente, em nome do Estado. Também é considerado desaparecimento a ocultação do fato ou sonegação de informações sobre o paradeiro da pessoa privada de liberdade ou de seu cadáver. Deixar a pessoa sem amparo legal por mais de 48 horas também é considerado para os efeitos da proposta. Para todos esses casos, o texto aprovado pela Comissão de Segurança Pública prevê pena de reclusão de seis a dez anos e multa. No caso de emprego de tortura ou se da privação de liberdade resultar aborto ou lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena passa a ser de reclusão de oito a quinze anos e multa. Em caso de morte, a reclusão será de doze a vinte anos e multa. As penas ainda podem ser aumentadas de um sexto a um terço se o desaparecimento durar mais de 30 dias; se o agente for funcionário público; ou se a vítima for criança, adolescente ou idosa, com deficiência, gestante ou tiver sua capacidade de resistência diminuída por qualquer motivo. Em todos os casos, os delitos previstos são imprescritíveis.

30 anos de reclusão, pela medida também passará a integrar o rol dos crimes hediondos, previstos na Lei 8.072/90.

Todas as recomendações apontadas pelas duas comissões estão em harmonia com as iniciativas da justiça de transição e com a agenda de direitos humanos defendida por entidades da sociedade civil e instituída pelos organismos internacionais de direitos humanos.

#### 4.7.2 A dimensão da justiça como vertente do direito à verdade

As descobertas, constatações e conclusões do informe *Nunca Más* da Conadep contribuíram para delinear medidas de realização de justiça mesmo não sendo a referida comissão detentora dessa função?

A Argentina aprovou, em 1983, a Lei nº 22.294, Lei de Anistia<sup>844</sup>, já no fechar de portas da ditadura. Três dias após assumir o cargo, dando cumprimento ao seu plano de governo e às promessas de campanha eleitoral, Raúl Alfonsín ordenou, por meio dos Decretos 157 e 158 (Executiva Nacional, 1983a, 1983b), a captura e o processamento dos responsáveis pelos atos de violência que haviam dominado o país durante aqueles anos<sup>845</sup>. De outro modo, o Decreto 158<sup>846</sup> determinou o julgamento dos ex-comandantes, nove membros, das três primeiras juntas

---

Para a Comissão de Direitos Humanos, as penas propostas poderiam ser mais severas, de até 24 anos de reclusão. Na avaliação do presidente da comissão, deputado Padre João, do PT de Minas Gerais, uma pena de seis anos é muito branda diante do sofrimento por que passam as pessoas privadas de liberdade.

‘Que vai no mínimo inibir ou levar as pessoas que já estão no crime a repensar e sobretudo aquelas que ainda não estão.’ Para o diretor da ONG Gente Buscando Gente, Carlos Rodrigues, a proposta é importante e corrige uma omissão na lei. ‘A gente via isso como uma omissão do Legislativo e dá oportunidade agora de ser corrigida, pois a prática viola os direitos humanos.’ A proposta que tipifica o crime de desaparecimento de pessoas ainda vai ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovada, segue para o Plenário.” (ALESSANDRA, Karla. Projeto tipifica crime de desaparecimento forçado de pessoas. **Câmara** – Radioagência. 10 fev. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/522962-PROJETO-TIPIFICA-CRIME-DE-DESAPARECIMENTO-FORCADO-DE-PESSOAS.html>>. Acesso em: 25 jun. 2017.).

<sup>844</sup> “Art. 1 Decláranse extinguidas las acciones penales emergentes de los delitos cometidos con motivación o finalidad terrorista o subversiva, desde el 25 de mayo de 1973 hasta el 17 de junio de 1982. Los beneficios otorgados por esta ley se extienden, asimismo, a todos los hechos de naturaleza penal realizados en ocasión o con motivo del desarrollo de acciones dirigidas a prevenir, conjurar o poner fin a las referidas actividades terroristas o subversivas, cualquiera hubiera sido su naturaleza o el bien jurídico lesionado. Los efectos de esta ley alcanzan a los autores, partícipes, instigadores, cómplices o encubridores y comprende a los delitos comunes conexos y a los delitos militares conexos.” (ARGENTINA, Lei 22.924/1983).

<sup>845</sup> “Se acusó de esta manera a Mario Firmenich, Fernando Vaca Narvaja, Ricardo Obregón Cano, Rodolfo Galimberti, Héctor Pardo, Roberto Perdía y Enrique Gorriarán Merlo” (CRENZEL, 2008).

<sup>846</sup> “Art. 1 – Sométase a juicio sumario ante el Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas a los integrantes de la Junta Militar que usurpó el gobierno de la Nación el 24 de marzo de 1976 y a los integrantes de las dos juntas militares subsiguientes, teniente Jorge R. Videla, brigadier general Orlando R. Agosti, almirante Emilio A. Massera, teniente general Roberto E. Viola, brigadier general Omar D. R. Graffigna, almirante Armando J.

militares que governaram a Argentina entre março de 1976 e meados de dezembro de 1983, período denominado por eles como “Processo de Reorganização Nacional”, e pelas organizações de defesa dos direitos humanos de *Guerra sucia*. “A quarta e última Junta ficou de fora do escopo por ter sido a que convocou as eleições que permitiram a transição para a democracia”<sup>847</sup>.

*El fundamento de este decreto hace eje en la ilegalidad del método y la forma de proceder utilizados contra la lucha subversiva y terrorista, que incluía detenciones arbitrarias, amenazas, desapariciones forzadas, torturas, la instauración de centros clandestinos de detención y la sospecha -en ese momento- de una cantidad no menor de personas ejecutadas sin juicio previo, y que tuvo como responsables mediatos a los miembros de las Juntas*<sup>848</sup>.

A Conadep e o seu Informe mobilizaram diversos atores sociais, os quais possibilitaram revelar a verdade sobre as violações ocorridas durante o regime militar e tornar esses fatos parte integrante da história e da memória do povo argentino.

As investigações da Comissão serviram como base importante para as acusações no julgamento das juntas militares. Segundo Alfonsín <sup>849</sup>, “[...] si el régimen militar de los años setenta nos había hecho trágicamente famosos, a partir de entonces la democracia argentina se enorgullecía de ser un país que enfrentaba el pasado [...]” e, portanto, “[...] no le temía a la verdad y que denunciaba con nombre y apellido los trágicos sucesos que habían enlutado su territorio”.

Na primeira e árdua etapa de redemocratização, foi possível responder à sociedade e às organizações de direitos humanos que pediam o julgamento e a punição de todos os envolvidos em graves violações dos direitos humanos?

Os parâmetros centrais da proposta alfonsinista sobre os responsáveis pelas violações dos direitos humanos (investigação, julgamento, categorias de responsabilidade e prevenção) continuaram as mesmas da campanha até ocorrer a efetivação das medidas já durante o governo. Os princípios que integravam o programa de governo eram:

*i) tanto el terrorismo de Estado como el subversivo serían castigados; ii) habría límites para los responsables porque sería imposible juzgar a todos los que*

---

*Lambruschini, teniente general Leopoldo F. Galtieri, brigadier general Basilio Lami Dozo y almirante Jorge I. Anaya*” (ARGENTINA, 1983b).

“Art. 2 – Ese enjuiciamiento se referirá a los delitos de homicidio, privación ilegal de la libertad y aplicación de tormentos a los detenidos, sin perjuicio de los demás de que resulten autores inmediatos o mediatos, instigadores o cómplices los oficiales superiores mencionados en el art. 1.” (ARGENTINA, 1983c).

<sup>847</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>848</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 1985.

<sup>849</sup> ALFONSÍN, 2009.

*cometieron delitos; iii) existirían límites en el tiempo para los juicios; iv) establecería mecanismos jurídicos para prevenir la violación futura de derechos humanos*<sup>850</sup>.

Como distender as medidas de justiça com a existência da lei de autoanistia? A Justiça Militar argentina se incumbiria imparcialmente desse encargo?

Após as publicações dos dois decretos presidenciais, era necessário possibilitar o julgamento dos militares, o que foi feito com a anulação da lei de autoanistia argentina, pela Lei n. 23.040, de 22 de dezembro de 1983<sup>851</sup>. Com isso, surgiu a necessária discussão sobre em quais âmbitos os militares seriam julgados: no da Justiça Militar ou da Justiça comum<sup>852</sup>.

O Tribunal Militar declarou-se incompetente para julgar seus pares; em setembro de 1984, aduziu que as ordens exaradas pelos comandantes das Forças Armadas que compunham as Juntas Militares foram legítimas; inferiu que o julgamento teria compleição política e, conseqüentemente, revanchista; afirmou também que os militares não poderiam ser condenados sem se determinar o grau de participação de cada um, ou se houve participação; e, finalmente, questionou a credibilidade das denúncias, pois vieram de pessoas (ou familiares de pessoas) envolvidas nos fatos<sup>853</sup>. Foi uma tentativa frustrada de livrar os militares do julgamento e da punição indispensáveis aos atos de desrespeito aos direitos humanos.

Em síntese, podem-se compilar os argumentos utilizados e defendidos pelo *Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas* para se declararem incompetentes para julgar seus pares especialmente sob três vertentes elencadas a seguir:

*1. Que el delito de privación de libertad era ilegal sólo si el capturado no había cometido ningún delito, por lo cual había que investigar primero a las víctimas y si eran sospechosos, el secuestro era legal, no ilícito.*

<sup>850</sup> NINO, 2006.

<sup>851</sup> ARGENTINA. Ley 23.040 de 22 de dezembro de 1983d. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=28166>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

<sup>852</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>853</sup> “[...] no podrían ser legítimamente sentenciados sin determinarse previamente, mediante una adecuada investigación, qué y cuántos ilícitos han cometido los autores materiales o responsables inmediatos, para poder establecer luego cuál es el grado de participación de los enjuiciados en cada uno de ellos. “[...] pues el enjuiciamiento se encuentra básicamente motivado en denuncias de personas implicadas en los hechos denunciados, o de sus parientes y, consecuentemente, su objetividad y credibilidad resultan relativas, pues aun sin presumir mala fe, sus relatos pueden encontrarse influidos por razones emocionales o ideológicas. (...)” “En conclusión el tribunal quiere poner de manifiesto que no se considerará en condiciones de sentenciar en esta causa dentro del plazo previsto, porque interpreta que sin el panorama completo, descubierto a la luz de los hechos probados, le resultará imposible formar una opinión afirmada en la verdad, ni dimensionar debidamente las responsabilidades de quienes obraron o pudieron haber obrado por motivaciones que enmarcaron en la lucha contra la delincuencia subversiva y terrorista que asoló a nuestra patria y, hacerlo además, sin perder de vista el concepto de ‘la disciplina’, bien jurídico que configura la base inmovible de las instituciones militares y, justifica en última instancia, la existencia de los tribunales militares.” (JUICIO a las militares. El Tribunal Militar se niega a juzgar a sus pares. Extracto. Documentos secretos, Decretos, Leyes y Jurisprudencia del Juicio a las Juntas militares argentinas. **Desaparecidos.org**. Disponível em: <[www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/pares02.htm](http://www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/pares02.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2017).

2. *Que las órdenes emitidas eran inobjetables, tanto en su forma como en su contenido.*
3. *Que los testigos, por sí o por influencias estaban concertados para mentir*<sup>854</sup>.

Contudo, tais argumentos não se coadunam com o “*Documento Final...*” nem com a *Acta* de lavra e divulgação da última Junta Militar, escrita poucos meses antes de deixarem o poder, visto que nos dois documentos as Forças Armadas reconheceram, ainda que de forma genérica, sua responsabilidade nas ações repressivas desenvolvidas durante os anos de ditaduras, imputando-a aos comandantes das três armas<sup>855</sup>.

Desse modo, em 1985 o foro de julgamento foi transferido para a Justiça civil, e o processo ficou sob responsabilidade da *Cámara Federal de Apelaciones de Buenos Aires*. Os tribunais ordinários da Argentina deram início aos julgamentos por crimes relacionados a violações de direitos humanos, tendo como insumo fundamental da promotoria o Informe *Nunca Más*, que utilizou o trabalho da Conadep em um pouco mais de 700 casos, com base nos quais ajuizou processos em face de nove comandantes, integrantes das três Juntas que governaram o país sucessivamente nos períodos de ditadura<sup>856</sup>.

Dentro dessa perspectiva, como se deu o início do complexo procedimento para os julgamentos das Juntas que governaram a Argentina durante o golpe militar? Houve participação efetiva da população nacional na superação dessa intrincada realidade e dos problemas políticos e legais trazidos pelo golpe?

As audiências tiveram início em 22 de abril de 1985, na *Cámara Federal*; os nove militares implicados foram defendidos por 23 advogados, que buscaram na estratégia de defesa inferir pela validade do chamado Processo (ditadura) e da *Ley de Anistia*, associar seus clientes a diferentes atribuições funcionais, dissociando-os de participação ou responsabilidade nos crimes praticados, e alegar que o julgamento era político<sup>857</sup>.

Nino inspira ao questionamento. Como julgar e compreender um mal que, por sua

<sup>854</sup> MÁNTARAS, Mirta. **Genocidio en Argentina**. Buenos Aires: Do autor, 2005.

<sup>855</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>856</sup> Ibidem.

<sup>857</sup> “*Por su parte, las defensas elaboraron estrategias particulares con el fin de demostrar el peso diferencial de las responsabilidades de cada comandante, pero todas adujeron la validez de la ley de amnistía de la propia dictadura. También pretendieron declarar la nulidad del decreto presidencial de juzgamiento y la inconstitucionalidad de la reforma del Código de Justicia Militar, y denunciaron el carácter ‘político’ del juicio, el cual, según dijeron, cuestionaba a la institución militar victoriosa en la guerra. Frente a la acusación, desarrollaron un discurso complejo que combinó la justificación genérica de todo hecho como resultado de la ‘guerra subversiva’ y la negación de cualquier responsabilidad de los comandantes en las denuncias concretas. En ese mismo sentido, atribuyeron la intervención militar a los decretos del gobierno peronista, para dotarla de legalidad, y procuraron demostrar que las desapariciones empezaron en ese período, pero descalificaron a los testigos que denunciaron su práctica bajo la dictadura.*” (CRENZEL, 2008).

inumanidade, questiona a própria humanidade do homem, que mostra a futilidade das categorias jurídicas existentes e que se revela inexistente de conceitos morais compartilhados?

O autor instruiu que, para prestar contas com o passado, precaver novas violações e estabelecer dependência à lei como regra imprescindível à democracia que estava se reiniciando, era necessário materializar algum tipo de justiça retroativa pelas graves, massivas e sistemáticas violações aos direitos humanos. Pretendia, com isso, encerrar uma cultura de desordem e assegurar a deliberação democrática<sup>858</sup> com fundamento na estruturação de uma comunidade moral com princípios compartilhados<sup>859</sup>.

As pretensões do autor teriam que enfrentar alguns desafios presentes naquele momento histórico, pois a Região Sul ainda estava majoritariamente dominada pelos militares, e o castrense argentino ainda detinha algum poder; predominava a Guerra Fria com sua visão binária; a sociedade ainda temia a volta dos militares; o Alto Comando seria implicado nos julgamentos; a sociedade, ainda apática, não mostrava interesse na punição dos perpetradores de crimes contra a humanidade; o persistente movimento dos direitos humanos reivindicava “*Juicio y castigo a todos los culpables*”<sup>860</sup>. A ideia de julgamento e punição contrastava com o pessimismo com que a literatura de Ciência Política naquele período se manifestava sobre as violações dos direitos humanos após a recuperação da democracia política<sup>861</sup>. Existia também a construção filosófica do próprio autor que fundamentava a vontade política do presidente Alfonsín.

Os integrantes das juntas militares que governaram o país foram julgados num processo célere e intenso, com fundamento nas evidências exteriorizadas pela investigação da Conadep e nos alarmantes relatos das vítimas. O consagrado *Julgamento das Juntas* findou com prolação da sentença, em 9 de dezembro de 1985, quando o Tribunal se pronunciou sobre 700 casos emblemáticos apresentados pelos fiscais com provas que justificavam as condenações. A responsabilidade principal foi atribuída às pessoas de alto comando. As penas foram da condenação à prisão perpétua de dois dos nove acusados, com uma condenação menos gravosa a outros três acusados; quatro deles foram absolvidos pela Suprema Corte, em 1986<sup>862</sup>.

---

<sup>858</sup> NINO, 2006.

<sup>859</sup> Idem, 2012.

<sup>860</sup> Idem, 2006.

<sup>861</sup> O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986, p. 29-32.

<sup>862</sup> NINO, 2006.



Retoma-se o diálogo com Nino, que entendia os julgamentos não como um objetivo nuclear para o castigo dos integrantes das juntas, e sim como um acerto de contas com o passado. Ele compreendia que os resultados transcenderiam as fronteiras dos tribunais e se disseminariam além da justiça, para a cultura e a política<sup>863</sup>, e que a instauração de processos criminais contra oficiais militares era cogente “[...] a fim de inculcar na consciência coletiva e nas consciências dos grupos relacionados que nenhum setor da população está acima da lei”<sup>864</sup>. Por meio desse processo, as vítimas se converteriam novamente em cidadãos, pelo reconhecimento da violação dos seus direitos, para servir de pedra fundamental da nova ordem política amparada na submissão de todos à supremacia da lei para consolidação da democracia, preservando seu valor simbólico e político; assim, os julgamentos possibilitariam comparar a abertura e integridade do liberalismo com o sigilo e a impunidade do autoritarismo, robustecendo o apoio à democracia<sup>865</sup>.

E, de fato, isso ocorreu; com as decisões pela punição dos culpados, a sociedade percebeu que era importante e possível punir, ainda que não se tenha satisfeito integralmente a nenhum dos grupos e o processo tenha tido uma curta durabilidade.

Mas a decisão desagradou tanto “[...] a los organismos de derechos humanos, que consideraron benévolas las condenas y criticaron las absoluciones [...]”, como “[...] a los militares, incapaces de asimilar que sus jefes hubieran sido condenados por los crímenes del terrorismo de Estado”<sup>866</sup>.

Contudo, é interessante avultar que, paradoxalmente, o presidente Raúl Alfonsín tinha defronte de si uma situação não muito confortável, uma vez que sua vitória nas urnas não tinha sido tão acachapante e os militares ainda detinham algum poder, o que gerava certo receio da possibilidade de retorno ao *status quo* anterior.

Os setores militares e os de apoio aos militares, certos da impunidade devido à Lei de Anistia, se resignaram diante da nova conjuntura de efetivação de justiça, desfavorável aos seus interesses?

Marcado por retrocessos e avanços que ocorreram desde a abertura democrática,

---

<sup>863</sup> Ibidem.

<sup>864</sup> Idem. Transition to democracy, corporatism and constitutional reform in Latin America, **University of Miami Law Review**, v. 44, p. 129-164, 1990, p. 136.

<sup>865</sup> Idem. Transition to democracy, corporatism and constitutional reform in Latin America, **University of Miami Law Review**, v. 44, p. 129-164, 1990.

<sup>866</sup> ARIAS, Miguel Rodríguez; CORTÉS, Carpo. **Juicio a las juntas**: el Nüremberg argentino. Argentina, 2004.

passando pelos decretos para julgamento dos responsáveis por crimes e de criação da Conadep e pela condenação dos integrantes das juntas até a reabertura dos processos penais por crimes de lesa-humanidade, a Argentina teve idas e vindas no processo de transição.

Durante os anos de 1985 e 1986, foram propostos aproximadamente 1.500 processos contra militares e agentes das forças de segurança, com participação de grupos organizados da população. O grande e cada vez mais crescente número de procedimentos e condenações fez com que grupos de militares se sublevassem e formassem o movimento dos *carapintadas*, que, entre 1986 e 1987, iniciou três levantes em guarnições militares<sup>867</sup>.

As Forças Armadas exerceram pressão, gerando uma certa instabilidade, e surgiram as tentativas, por meios legislativos – com o apoio de setores conservadores –, de obstaculizar tais julgamentos. Lidando com uma democracia embrionária e ainda sob o manto do medo, o presidente Alfonsín encaminhou, em dezembro de 1986, um projeto de lei ao Congresso Nacional estabelecendo um prazo para a abertura de processos contra os envolvidos na prática de crimes. Primeiramente, foi aprovada a Lei 23.492, de 24 de dezembro de 1986, chamada *Punto Final*, que restringiu novas reclamações a respeito de crimes cometidos durante a ditadura a um período de 60 dias; seguiu-se a Lei 23.521, de 8 de junho de 1987, designada *Obediencia Debida*, que funcionou como anistia aos militares de posição intermediária e baixa na hierarquia militar, sob a justificativa de que eles teriam agido em função de obediência devida e de ser uma medida necessária para a preservação da paz social. Posteriormente, expandindo a impunidade, já no governo do presidente Carlos Menem, por meio de dois outros decretos, em outubro de 1989 e dezembro de 1990, indultaram-se os oficiais não contemplados pelos benefícios da lei de *Obediencia Debida*<sup>868</sup>.

Os artifícios adotados visando à impunidade na Argentina deram-se por meio dos poderes constituídos, tanto de atos do Poder Legislativo quanto, e especialmente, dos atos do Poder Executivo, caracterizando um temido retrocesso. Apesar dos novos normativos, entre 1995 e 1998 várias decisões judiciais começaram a minar a eficácia das leis do *Punto Final* e da *Obediencia Debida*.

A década de 1990 foi marcada por retrocessos no âmbito da promoção de atitudes de realização da justiça, chancelados por diversos decretos presidenciais do novo presidente Carlos Menem.

---

<sup>867</sup> CRENZEL, 2008.

<sup>868</sup> NINO, 2006.

Como e por que o presidente Carlos Menem, logo após sua posse como chefe de Estado, assinou decretos de indultos aos militares? Era possível à população conformar-se com o retorno à impunidade?

O recém-eleito presidente Menem, três meses depois de tomar posse e disposto a enterrar o passado – com o inverossímil argumento de pacificar o país –, anunciou em conferência de imprensa que assinou quatro decretos, que foram seguidos de outros. Os decretos serviram para beneficiar ex-membros da ditadura militar, oficiais progressistas, ex-funcionários da ditadura e civis processados por incidentes perpetrados durante o governo de Isabel Perón, líderes de guerrilha e líderes dos motins (*carapintada*) contra o governo de Raul Alfonsín, incluindo quem já havia sido condenado e preso<sup>869</sup>. Os decretos foram assinados entre 1989 e 1990 visando, segundo o governo, à busca de “[...] reconciliação, perdão recíproco e da unidade nacional”<sup>870</sup>.

Foi um momento que trouxe verdadeira indignação à sociedade, especialmente aos movimentos sociais, às vítimas e aos familiares das vítimas. Os indultos de Menem favoreceram aproximadamente 1.200 pessoas; grande parte eram repressores, incluindo os ex-membros dos conselhos de comandantes do mais alto escalão Jorge Rafael Videla, Emilio Massera, Orlando Ramón Agosti, Roberto Viola, e Armando Lambruschini, condenados no representativo julgamento das juntas em 1985, líderes guerrilheiros e até pessoas investigadas por delitos comuns. Os indultos alcançaram pessoas já condenadas e também pessoas ainda processadas<sup>871</sup>.

Contudo, a semente da recuperação da verdade e da efetivação da justiça tinha sido plantada na sociedade argentina e os grupos de direitos humanos repudiaram a ideia de permitir que isso fosse o fim no debate sobre o passado. Diversamente, promoveram um combate permanente por algum nível de responsabilização, recorrendo, inteligentemente, inclusive à ajuda internacional para expor o caso no pleito por justiça. A necessidade social para conformar o Estado Democrático de Direito já tinha sido vista vividamente na primeira etapa democrática com grande participação popular e respostas institucionais pela Conadep, pelo julgamento e pela condenação dos militares; o retrocesso não foi digerido pela sociedade organizada.

---

<sup>869</sup> “*La tarea de Menem se completa el 29 de diciembre de 1990 con el indulto y la libertad a los dictadores Jorge Rafael Videla, Roberto Viola, Eduardo Massera y Ramón Camps. [...] Incluyó además al ex jefe montonero, Mario Firmenich (encarcelado en 1984) y el ex general Suárez Mason (estuvo detenido tres años). Además de Firmenich otros tres civiles recuperaron la libertad con dicha medida, entre ellos la dirigente Norma Kennedy (procesada por malversación de fondos políticos)*” (D’ALESIO, Rosa. Los indultos que decretó Menem. **La Izquierda Diario**. 30 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Los-indultos-que-decreto-Menem>>. Acesso em: 25 jun. 2017).

<sup>870</sup> Ibidem.

<sup>871</sup> Ibidem.

A busca por direitos humanos procura reconhecer e defender valores inerentes ao embate social manifestado pela resistência, traduzida por lutas da própria sociedade pela dignidade humana<sup>872</sup>. Esse processo não ocorre de forma previsível nem linear, e sim por meio de uma persistente reafirmação pela preservação da dignidade da pessoa humana.

Os direitos humanos devem ser respeitados pelo Estado, detentor do monopólio da violência<sup>873</sup>. Assim, graças às constantes reivindicações das organizações de direitos humanos, à modificação do cenário político da região e à vontade política do governante, dentre outros, as leis de *Punto Final* e de *Obediencia Debida*, por fim, foram derogadas (sem retroatividade) por meio da Lei 24.952/1998, e depois tiveram declarada sua nulidade pela Lei 25.770, em 2003. Além disso, em junho de 2005, as citadas leis tiveram sua inconstitucionalidade declarada pela Corte Suprema<sup>874</sup>.

A Corte Suprema considerou inconstitucional o diploma de impunidade às vésperas do plebiscito que poderia referendá-lo, visto que aquelas normativas impediam a punição de crimes contra os direitos humanos perpetrados entre 1975 e 1983. Atualmente, mais de 200 condenações foram proferidas e mais de 1.500 processos estão em julgamento<sup>875</sup>. Com essa emblemática decisão, a Corte destacou o cumprimento de seu papel de defesa das garantias fundamentais (e, conseqüentemente, dos direitos humanos), num debate que se desenrola em meio a grande controvérsia política<sup>876</sup>.

---

<sup>872</sup> FLORES, 2009a.

<sup>873</sup> COMPARATO, 2010a.

<sup>874</sup> NINO, 2006.

<sup>875</sup> BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: REÁTEGUI, F. (Org.). **Justiça de transição**: Manual para a América Latina. Brasília: Ministério da Justiça, 2011, p. 307-337.

<sup>876</sup> CRENZEL, 2008.

## 5 O TÉRMINO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL E A NÃO EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À VERDADE E À JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS

Toda consciência aspira a colocar-se como sujeito soberano. Toda consciência tenta realizar-se reduzindo a outra à escravidão. O drama pode ser resolvido pelo livre reconhecimento de cada indivíduo no outro, cada qual pondo, a um tempo, a si e ao outro como objeto e como sujeito em um movimento recíproco. Mas a amizade e a generosidade que realizam concretamente esse reconhecimento das liberdades, não são virtudes fáceis; são seguramente a mais alta realização do homem e, desse modo, é que ele se encontra em sua verdade: mas essa verdade é a de uma luta incessantemente esboçada e abolida. Ela exige que o homem se supere a cada instante. (Simone de Beauvoir)

Existem diversificadas maneiras de se compreender a justiça de transição e de se analisar a problemática do que fazer com os crimes cometidos pelas autoridades do período ditatorial. Tais maneiras aparecem no discurso político e nas consequências da ação política como um aglomerado de pressupostos e diversas alegações, conduzindo a indicações políticas incompletas<sup>877</sup>.

Cada uma das percepções se diferencia por evidenciar distintos aspectos do processo de justiça de transição, como: verificar o balaço de forças dos atores da transição<sup>878</sup>; atender ao conjunto complexo de expectativas da população (persecução penal)<sup>879</sup>; administrar o dilema técnico-jurídico de como enfrentar a situação após o autoritarismo<sup>880</sup>; desenvolver a

<sup>877</sup> CUEVA, Eduardo González. Perspectivas teóricas sobre la justicia transicional. **New School for Social Research**. 2000. Disponível em: <[http://www.cnrr.org.co/interior\\_otros/pdf/justran/Gonzalez\\_Cueva.pdf](http://www.cnrr.org.co/interior_otros/pdf/justran/Gonzalez_Cueva.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2017.

<sup>878</sup> “Una de manera para ver el problema de la justicia transicional es como una arena estratégica para transacciones políticas que tratan de alterar el balance de fuerzas resultantes de la transición, en un contexto general de debilitamiento de las fuerzas de retiro del autoritarismo, sumamente vulnerable a alegaciones de las violaciones atroces de derechos humanos cometidas bajo su gobierno. La justicia transicional es aquí un instrumento político en manos de actores que se mueven en un medio político fluido”. (Ibidem, p. 4, grifo do autor)

<sup>879</sup> “Otra posibilidad es comprenderlo como la respuesta política gubernamental a un complejo de expectativas surgido a la caída del régimen autoritario y durante la emergencia de un nuevo régimen que se presenta como la respuesta del derecho al autoritarismo. Los ciudadanos esperan que el nuevo régimen restaure aquél marco legal básico cuya violación era la práctica común de los viejos dirigentes. El problema es, en esta versión, político: ¿cómo satisfacer, o cómo re-orientar las expectativas públicas? La justicia penal ejercida contra los violadores del pasado se ve en esta versión como una necesidad más entre otras demandas democráticas: prosperidad económica, paz social, racionabilidad social y reconocimiento internacional, y la esencia del dilema radica en la definición pública de su importancia relativa”. (Ibidem, p. 4, grifo do autor)

<sup>880</sup> “Otra manera para comprender el problema es como un dilema técnico-jurídico. En un Estado sometido al imperio de la ley, la justicia adjudica de acuerdo a la decisión de organismos especializados que basan su decisión de acuerdo a principios y procedimientos pre-existentes. Desde ese punto de vista, el problema de justicia transicional no es necesariamente el de cómo lograr resultados consistentes con los reclamos morales de la sociedad ni con la conveniencia política, sino el de cómo preservar los principios del respectivo proceso y la independencia del poder judicial al enfrentarse a casos numerosos sobre los cuales puede existir poco

promessa moral ou a cultura política, priorizando a retribuição e a compensação<sup>881</sup>; redefinir a verdade histórica e resgatar a memória das vítimas; destacar o enfoque dos efeitos psicológicos para a vítima e os perpetradores, é o que se define como reconciliação social<sup>882</sup>.

Essas concepções apresentadas não são impermeáveis ou necessariamente excludentes; elas se intercomunicam e complementam. Para Cueva, é um equívoco vislumbrar a justiça de transição como um único problema, porque isso limita o cenário repleto de problemas a uma dimensão privilegiada, geralmente a de um acerto de contas identificado como um problema político, definido de forma restrita como a preservação de pactos implícitos ou explícitos e o equilíbrio de forças resultante da transição. A maioria das soluções para esse problema, mesmo quando apresentada como solução unidimensional, se mostra incompatível e se utiliza de argumentos confusos.

Apresentadas nos capítulos anteriores as linhas de força do pensamento contemporâneo e contextualizado o debate sobre as diferentes formas de enxergar a justiça de transição e o direito de acesso à informação, à verdade e à memória por meio do mecanismo da comissão da verdade, assim como as inter-relações entre os direitos protegidos e os procedimentos democráticos utilizados, passa-se a lançar um olhar mais minucioso sobre a teoria difundida por O'Donnell e Schmitter, que definem os conceitos de transição, liberalização e democratização buscando explicar e conciliar as fases da transição. Mantendo o foco nos elementos já analisados, aplicam-se conjecturas teóricas ao processo de transição para o regime democrático no Brasil.

Os autores se distanciaram das análises centradas em variáveis macroestruturais, que haviam sido predominantes até o fim da década de 1970, fomentando outros aspectos que

---

*material probatorio o para juzgar los cuales puede existir un insuficiente marco legal.*” (CUEVA, 2000, p. 4, grifo do autor)

<sup>881</sup> “*Otra manera posible para ver el problema de justicia transicional es como un asunto de promesa moral o cultura política. Los ciudadanos han luchado por conseguir un régimen democrático, precisamente porque piensan que esto les dará una oportunidad de restaurar el orden moral, y desafiar la cultura de autoritarismo y terror. Castigando a quienes infringieron las normas básicas de coexistencia social y restaurando la dignidad de las víctimas se podrán dar pasos hacia tal restauración moral y erosionar las hegemonías culturales que hicieron posible la violencia. Retribución y compensación, se ven en este enfoque como la principal forma que la justicia puede tomar, y el problema radica en cómo lograrlas, para que la democracia asevere su superioridad moral sobre la dictadura.*”. (Ibidem, p. 4-5, grifo do autor)

<sup>882</sup> “*También es posible enfocarse en los efectos psicológicos de los ultrajes cometidos durante la dictadura en todos los participantes de la violencia: víctimas y perpetradores. El problema se define como uno de reconciliación social. Aunque la palabra ‘reconciliación’ se utiliza generalmente en la jerga política de las transiciones como el escudo ideológico de medidas perpetuadoras de la impunidad, su sentido es más profundo y refiere el discurso sobre la justicia transicional a referentes psicoanalíticos o de estirpe teológica. La noción de “perdón” no se entiende en esta perspectiva como un acto judicial del Estado, sino como un acto moral de las víctimas que tienen la libertad de otorgarlo o no luego de recibir un pedido de perdón. Esta perspectiva orienta el trabajo terapéutico de diversos actores y reposa en la esperanza de que el diálogo social sobre lo ocurrido tenga efectos beneficiosos.*” (Ibidem, p. 5, grifo do autor)

privilegiavam fatores eminentemente políticos e institucionais no estudo das transições de regimes burocráticos autoritários.

Outros estudiosos<sup>883</sup> advogam a tese de que a justiça de transição no Brasil não terminou, seja, em apertada síntese, porque não houve um reconhecimento dos fatos pelas forças militares, seja porque os responsáveis pela prática de crimes contra a humanidade não foram julgados e punidos (lei da Anistia), ou ainda porque a democracia brasileira possui fortes traços de autoritarismo, não se constituindo uma democracia consolidada; e, ainda, porque muitos participantes do período burocrático autoritário permanecem no poder.

Acreditam que a justiça de transição possui como finalidade eliminar as barreiras que interligam dois regimes políticos e assegurar que se cumpram os eixos da verdade, da memória, da justiça, da responsabilização, da retratação, da compensação do Estado diante das vítimas, da punição dos agentes estatais que cometeram crime de lesa-humanidade durante o período ditatorial e que seja realizada uma busca de concretização dos Direitos Humanos priorizando a reconciliação.

A transição brasileira permanece inconclusa como defendem esses autores ou outras visões podem ser mais apropriadas? É o que se analisará a seguir.

## 5.1 TRANSITOLOGIA E CONSOLIDOLOGIA

A compreensão e as mudanças trazidas pela transitologia e pela consolidologia<sup>884</sup> são esclarecedoras para novas ou complementares visões sobre o tema. A primeira é entendida como uma “teoria da mudança”, preocupada com a natureza dos regimes, e a consolidologia é uma “teoria da ordem”, cuja inquietação é a consolidação da democracia.

---

<sup>883</sup> FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012; BRITO, Alexandra Barahona de. As ditaduras da América Latina: os casos do Chile e do Uruguai - Razão de ser e dinâmicas de repressão. In: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coords.). **As ditaduras contemporâneas**. Lisboa: Edições Colibri, 2006; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Direitos humanos na América Latina hoje: heranças de transições inconclusas. In: KEIL, Ivete; ALBUQUERQUE, Paulo; VIOLA, Solon (Orgs.). **Direitos humanos: alternativas de justiça social na América Latina**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002; BORGES, Bruno Barbosa. **Justiça de Transição: a transição inconclusa e suas consequências na democracia brasileira**. Curitiba: Juruá, 2012; SCHWINN, Simone Andrea; SCHMIDT, João Pedro. Da ditadura à democracia: a inacabada transição brasileira. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 25-53, jul./out. 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

<sup>884</sup> Estes termos foram utilizados pela primeira vez por Schmitter (SCHMITTER, Philippe C. La transitología: ciencia o arte de la democratización? In: FÓRUM OLOF PALME'S INTERNATIONAL FOUNDATION SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA. 3., Barcelona. **Anais...** Barcelona: [s.n.], 1993).

Consoante o entendimento de Guilhot e Schmitter, pesquisas acabaram por inaugurar duas novas subdisciplinas inter-relacionadas e vocacionadas: a “transitologia” e a “consolidologia”, que propiciaram coerente sequência a formulações encetadas pelos aprendizados com os regimes autoritários e sua degeneração, bem como demonstram a inquietação com a restauração e a estabilização das instituições democráticas como um dos principais objetos da investigação politológica voltada para o continente sul-americano<sup>885</sup>.

As primeiras análises sobre transição enfatizavam como responsáveis pela quebra dos regimes democráticos precedentes elementos estruturais, como a fragilidade da burguesia nacional, o predomínio de uma cultura política autoritária, a carente estruturação das classes sociais e a dependência dos grandes centros econômicos e financeiros internacionais, traços do estruturalismo predominante na academia em décadas anteriores. Tal estilo teórico-metodológico foi bastante criticado pela nova vertente, que modificou o seu núcleo e concentrou o foco nas elites políticas e em suas eleições, opções e estratégias<sup>886</sup>.

Dessa forma, a democracia passou a ser olhada como o resultado das destrezas, deliberações e táticas racionais engendradas pelos grupos dirigentes e atores políticos mais relevantes. Seus resultados passam a depender de ações concretas de um número limitado de participantes e de suas interações contingentes<sup>887</sup>. Assim, a direção a seguir depende muito mais dos atores internos do que de grandes questões econômicas ou sociais.

Essa mudança de paradigma na ciência política surge em decorrência da incompletude entre os estudos e a realidade dos países que vivenciavam a transição; as novas subdisciplinas buscam sanar essas lacunas, assim justificadas por Vitullo:

Como forma de justificar essa mudança epistemológica, sobretudo por parte daqueles que no passado aderiam ao estruturalismo – como é o caso, citando só um exemplo, de Guillermo O'Donnell –, a nova corrente alega a necessidade de um excepcionalismo metodológico, o que configura outro de seus elementos caracterizadores. Os autores que aderem ao novo paradigma justificam-no pelo excepcional das próprias situações sob estudo; consideram que as ciências sociais normais têm sido pensadas para períodos de estabilidade política e, conseqüentemente, não serviriam para analisar mudanças de regime, transições ou períodos de crises agudas.<sup>888</sup>

Após essas breves considerações sobre as novas formas de estudar as transições, verifica-se a experiência do caso brasileiro.

<sup>885</sup> GUILHOT, N.; SCHMITTER, P. De la transition à la consolidation: une lecture rétrospective des democratization studies. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 50, n. 4-5, p. 615-631, août.-oct. 2000.

<sup>886</sup> VITULLO, Gabriel Eduardo. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 53-60, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a05n17.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

<sup>887</sup> Ibidem.

<sup>888</sup> VITULLO, 2001.



### 5.1.1 Etapas da transição e suas consequências

Dois dos maiores expoentes das ciências políticas, O'Donnell e Schmitter, elucidam a etapa de transição como dividida em importantes processos, de liberalização e democratização. Com efeito, a transição concebe o intervalo entre dois regimes, isto é, exatamente o período entre o final do regime autoritário anterior e a inauguração do novo regime. Seguem acentuando que, comumente, os mandamentos e procedimentos que se sucedem durante a transição são controlados por componentes do regime que está terminando. Destarte, a ocorrência de uma transição tem início quando o grupo anterior emite o primeiro sinal e inicia a mudança de suas normas no sentido de promover da forma mais invulnerável possível a proteção e a garantia de direitos de indivíduos ou grupos que estão no poder<sup>889</sup>.

O segundo passo do processo é a liberalização, que significa o redirecionamento e novas dimensões dos direitos. Nesse processo, estão presentes essencialmente a anistia e o retorno das eleições, conjugados com as alterações para assegurar os direitos coletivos (como a liberdade em uso de meios de comunicação e a liberdade de associação) e individuais, que protejam a população de atos arbitrários e/ou ilegais (como o *habeas corpus* e a liberdade de expressão). Inicialmente, esses direitos serão exercidos de forma débil, uma vez que a população continua habituada ao poder político autoritário; contudo, a partir das primeiras notícias de exercício individual dos novos direitos, outros cidadãos se sentem à vontade para também pleiteá-los<sup>890</sup>. Representa então “uma abertura que resulta na ampliação da base social do regime, sem alterar sua estrutura”<sup>891</sup>, portanto nessa fase não existe ainda a democracia, mesmo que exista expressivo acréscimo da liberdade de manifestação dos cidadãos. Foi o caso do Brasil tanto na campanha pela anistia, com grande participação da sociedade, como na campanha pelas Diretas Já, que teve a participação ampliada, com manifestações permitidas pelo regime, que ainda não era democrático.

Finalmente, ocorre a democratização, que é guiada por importantes fatores domésticos, como o princípio da valorização da cidadania (tratamento igualitário a todos os indivíduos do Estado) e a obrigação de que todas as escolhas coletivas sejam aplicadas da mesma forma para toda a população e de que as regras e os procedimentos democráticos que

---

<sup>889</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Eds.). **Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

<sup>890</sup> Ibidem.

<sup>891</sup> PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin American**. Cambridge: Cambridge University, 1991. p. 66.

garantem a cidadania, a igualdade e a participação possam ser aplicados pelas instituições políticas do governo e/ou ampliados a pessoas ou instituições que anteriormente não eram cingidas como cidadãos<sup>892</sup>.

A teoria elenca essa divisão e ressalta as diferenças entre essas ocasiões e a complexa relação existente entre elas; isso ocorre para enfatizar que há uma diferença de natureza e de grau entre as medidas de abertura ou relaxamento de um regime autoritário, assim como para afiançar uma valorização da democracia em si mesma como um fim. Entretanto, nem toda experiência de transição comporta essas fases de forma clara; muitas vezes as medidas de uma e outra fase ocorrem simultaneamente.

Para se responder à questão nuclear deste item (a transição brasileira permanece inconclusa como defendem esses autores ou outras visões podem ser mais apropriadas?), é necessário esclarecer se o Brasil trilhou as etapas do processo de transição apontadas pelos autores O'Donnell e Schmitter, em que medida os eixos da justiça de transição foram implementados e desenvolvidos para vencer cada processo e, finalmente, se o Brasil atingiu ou não a democracia.

As análises enfocadas nos capítulos anteriores permitem chegar ao capítulo atual com os indicativos tangíveis de que, dos quatro conjuntos de dimensões compreendidas como representativas essenciais das obrigações da justiça de transição, conforme apresentado no item 3.2 – a) a responsabilização dos agentes perpetradores das violações aos direitos humanos (medidas de justiça); b) o direito à verdade, à informação e à memória (políticas de memória e verdade); c) o direito à reparação das vítimas; e d) a harmonização democrática das instituições que possibilitaram os abusos de poder (reforma das instituições) –, todos foram discutidos e postos na pauta política e jurídica do Brasil.

Outro entendimento pode ser a cognição a respeito de justiça de transição como área de atividade e estudos, o qual fica evidente com a adequada definição de Bickford:

Justiça de Transição refere-se a área de atividades e investigação sobre como as sociedades lidam com legados de violações e abusos contra os direitos humanos praticados no passado, atrocidades em massa, outras formas rigorosas de trauma social, incluindo o genocídio e a guerra civil, com o objetivo de construir um futuro mais democrático, justo e pacífico<sup>893</sup>.

---

<sup>892</sup> PRZEWORSKI, 1991.

<sup>893</sup> BICKFORD, Louis Transitional Justice. In: SHELTON, Dinah (Ed.). **The Encyclopedia of Genocide and Crimes Against Humanity**. Volume III. New York: MacMillan, 2004, p. 1045.

Conforme o mesmo autor, o conceito pode ser compreendido como um processo para a confrontação dos ultrajes perpetrados no passado e como elemento de uma extensa perspectiva de transformação política. Essa transformação cinge o ajuste de estratégias judiciais e não judiciais que se complementam, como instituir comissões da verdade e outras formas de investigação do passado; julgar perpetradores de violações; enviar diligências para a reconciliação em sociedades fragmentadas; desenvolver políticas de reparação para aqueles mais afetados por violências ou abusos praticados; fomentar a memória das vítimas com projetos de rememoração; e reestruturar as instituições estatais que perpetraram abusos (como os setores militares, serviços de segurança e polícias) como forma de prevenir novas violações<sup>894</sup>.

Esse conjunto de estratégias constante nos pilares da justiça de transição foi amplamente contemplado nas recomendações da Comissão Nacional da Verdade.

### **5.1.2 Mecanismos legais de abertura, reconciliação e reparação**

Em consonância com os ditames da justiça de transição, o Brasil investiu em políticas públicas de Estado voltadas ao desenvolvimento e à consecução dos pilares da justiça de transição?

Os Estados devem ser os principais promotores dos direitos humanos, pois podem assegurar direito à vida, à liberdade, à participação, à saúde, à segurança, à verdade, à informação, enfim, à dignidade da pessoa humana. De outro modo, porém, os Estados são também os principais violadores desses mesmos direitos humanos e, quando não os asseguram, estão infringindo-os, especialmente quando o próprio Estado é o executor das violações.

Partindo-se dessas considerações, o Estado brasileiro, após o início da democratização, desenvolveu algumas políticas públicas direcionadas ao incremento das medidas de transição, as quais foram inicialmente dirigidas à reparação e somente com o passar do tempo outros pilares foram incorporados, como se demonstrara a seguir.

Dentro da peculiar realidade brasileira, quais foram as primeiras medidas de liberalização adotadas pelo Estado?

O início da liberalização política ocorre embrionariamente quando os dirigentes de um regime declaram a intenção de promover sua liberalização e são confiados pelos principais

---

<sup>894</sup> BICKFORD, 2004.

atores políticos, o que se deu 1974 com o governo Ernesto Geisel. A transição brasileira tem início a partir de 1974<sup>895</sup>, seguida da determinação de ser lenta, gradual e segura, o que de fato se verificou. Foi uma longa transição sob controle.

O Brasil iniciou a abertura para a democracia com a promoção dos pilares da justiça de transição timidamente. A anistia é o marco inicial e simbólico do início da reabertura democrática e foi promulgada no governo de João Batista Figueiredo.

A Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) foi a primeira norma incidente no processo reparatório do Brasil; nela localiza-se o alicerce do conjunto de reparação<sup>896</sup> aos anistiados políticos brasileiros. Prescreve a reintegração para os servidores eventualmente demitidos por perseguição política no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, bem como a restituição de direitos políticos de cidadãos atingidos pela perseguição política.

No mesmo normativo, os trabalhadores civis vinculados a entidades e movimentos de natureza sindical e os estudantes obtiveram sua anistia gerida pelo artigo 9º, contudo sem qualquer referência a possíveis compensações por danos financeiros suportados, o que seria contemplado posteriormente por outras normas, como a Emenda Constitucional nº 26 de 1985, que estabeleceu a possibilidade da promoção àqueles servidores públicos aposentados compulsoriamente ou afastados de seus cargos, restando à Administração Pública a reversão de aposentadorias ou a colocação na reserva de ex-servidores, como também renovou os termos da Lei de Anistia<sup>897</sup>.

---

<sup>895</sup> O pensamento de abertura para a democracia começa a ganhar contornos de efetividade já no governo de Ernesto Geisel (1974-79) e se fortalece no governo de João Figueiredo (1979-85).

<sup>896</sup> “Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro do Estado;

II - se servidor civil da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governo ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Políticas Militares ou dos Corpos de Bombeiro, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos comandantes.” (BRASIL, 1979)

<sup>897</sup> “Art. 4º É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

§ 1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

§ 2º A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no ‘caput’ deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

§ 3º Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

A Constituição Federal de 1988 fortalece e referenda a compreensão de anistia como reparação inaugurada pela Lei de Anistia por meio do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando a possibilidade de reparação ao setor privado, prescrevendo especificações para algumas categorias e expandindo o período de tempo a ser considerado para a reparação (18 de setembro de 1946 até 05 de outubro de 1985)<sup>898</sup>.

Contudo, a mesma anistia que beneficiou os perseguidos políticos, com o retorno ao país e aos seus empregos, beneficiou e autoanistiou os militares que praticaram ampla violência no país, o que foi confirmado pelo STF, conforme amplamente discutido e rechaçado no capítulo terceiro, no item de debate sobre a lei de anistia no Brasil; a decisão impede qualquer punição.

Esse primeiro momento, a liberalização, é uma etapa do processo de transição cercada de apreensão inexorável de retorno ao autoritarismo; o receio pode certamente interferir na avaliação e nas decisões dos atores que pretendem a redemocratização do país.

Outra importante medida foi a primeira eleição presidencial após a ditadura; apesar de todo brilhantismo e elevado grau de participação popular na campanha pelas Diretas Já, a Emenda Constitucional Dante de Oliveira não foi aprovada e as eleições foram indiretas. Em 1985, nas eleições indiretas, venceu o candidato da oposição, Tancredo Neves, voltando os civis ao poder.

---

§ 4º A Administração Pública, à sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

§ 5º O disposto no 'caput' deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente Emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo.

§ 6º Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do 'caput' deste artigo.

§ 7º Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos farão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

§ 8º A Administração Pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos." (BRASIL, 1979)

<sup>898</sup> "Art. 8º. [...] § 2º - Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos." (Ibidem).

### 5.1.3 Preocupações da consolidologia

Vencidas as primeiras etapas do processo de abertura, liberalização e democratização, passa-se à etapa de consolidação democrática. Essa etapa do processo ocorreria com o retorno da estabilidade político-institucional e com a formação de uma cultura política que afastasse, em definitivo, a apreensão inexorável com o risco de um retrocesso autoritário. Em outros termos, a consolidação ocorre “quando, sob condições políticas e econômicas determinadas, um sistema particular de instituições torna-se o único jogo do local, [...] quando tudo que os perdedores querem fazer é competir novamente pelas mesmas instituições sob as quais eles acabaram de perder”<sup>899</sup>.

Essas subdisciplinas (transitologia e consolidologia) têm propiciado uma congruente continuidade à sequência dos estudos sobre os regimes autoritários e sua derrocada. Elas transmutaram a restauração e a estabilização das instituições democráticas em um dos objetos primordiais da investigação politológica na e sobre a América Latina nos últimos tempos<sup>900</sup>.

A primeira vertente dos estudos sobre transição possuía um caráter mais “duro” de paradigma estruturalista; essa perspectiva hegemônica nos anos 1970 e 1980 foi paulatinamente sendo preterida. Nessa transformação epistemológica, fatores estruturais foram deixados de lado, valorizando-se elementos visivelmente políticos; esse novo momento é chamado de transitológico. Contudo, a nova etapa não deve desprezar as questões estruturais, pois as duas vertentes se complementam e juntas tornam-se mais abrangente e completas<sup>901</sup>.

---

<sup>899</sup> PRZEWORSKI, 1991, p. 26.

<sup>900</sup> VITULLO, Gabriel Eduardo. **Além da transitologia e da consolidologia**: um estudo da democracia argentina realmente existente. 2005. 343 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4586/000502494.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

<sup>901</sup> “[...] resulta difícil aceitar a ideia de que a recuperação da democracia seja consequência principalmente da capacidade, determinação e vontade política de um pequeno grupo de dirigentes que pareceriam atuar praticamente no vazio, com alto grau de autonomia e sem maiores limitações ou condicionantes estruturais. Mais difícil ainda resulta admitir a insistência com que muitos autores continuam recomendando o gradualismo nos processos de democratização, sobretudo considerando o que aconteceu com os regimes políticos latino-americanos nestas duas décadas. O louvável resgate das variáveis políticas não pode abrir o caminho para o total desinteresse a respeito dos elementos de caráter macroestrutural. Os protagonistas das negociações que conduzem à fase transicional atuam e orientam suas estratégias condicionados por uma série de fatores históricos de mais longo alcance e não apenas por questões conjunturais desprovidas de raízes no passado da própria sociedade, no tipo de conformação estatal, na sua estrutura econômica, social e cultural e no contexto internacional”. (VITULLO, 2005).

Já a consolidologia investiga os processos de internalização das regras democráticas pelos intérpretes que agem no panorama político e pela sociedade, como também os instrumentos para consolidar as instituições democráticas.

Monclaire tece críticas contundentes a esse campo de investigação, enunciando que muitos consolidólogos não possuem conhecimento em sociologia, o que geraria um menosprezo à complexidade dos processos de interiorização de regras e valores, e os levaria a equivocadamente acreditar que existe uma relação direta entre fatos que eles consideram objetivos e homogêneos e seu grau de interiorização, além de impossibilitar-lhes estabelecer critérios válidos para aferir o grau de interiorização e a partir de que grau aconteceria a referida consolidação<sup>902</sup>.

Não obstante as críticas às subdisciplinas da ciência política, elas vêm arregimentando adeptos, ampliando e fortalecendo seus fundamentos teóricos.

## 5.2 OS LIMITES DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

A justiça de transição passou por modificações e aperfeiçoamentos durante o processo histórico de seu desenvolvimento, especialmente pelos estudos na ciência política; entretanto, resta de identificação habitual a todos esses processos transicionais o imperativo de estabelecer ou restabelecer um Estado Democrático de Direito e, ao mesmo tempo, lidar com as violações de direitos humanos cometidas em nome do Estado no período de autoritarismo.

Segundo entendimento de Hugo Merwe, pode-se supor que os mecanismos de justiça de transição visam às demandas de justiça pelos excessos do passado. Essa é uma suposição bastante otimista, embora nem sempre verdadeira. Algumas vezes, esses mecanismos oferecem condutos para a busca de justiça, porém noutras tantas tais mecanismos contribuem mais para limitar o alcance da justiça. A justiça durante a transição é, muitas vezes, acentuada por sua negação, e indica como exemplo a concessão de anistia e outros métodos para limitar a prestação da justiça<sup>903</sup>. Dificuldades inerentes ao processo político e outras como

<sup>902</sup> MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p. 61-74, nov. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782001000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 set. 2016.

<sup>903</sup> MERWE, Hugo Van Der. Delivering justice during transition: research challenges. In: MERWE, Hugo Van der; BAXTER, Victoria; CHAPMAN, Audrey R. (Eds.) **Assessing the impact of transitional justice: challenges for empirical research**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2009, p. 115-142.p. 115.

estruturais, de recursos disponíveis, materiais, técnicas, financeiras e humanas podem surgir especialmente para países mais carentes.

Para Juan Méndez, o fato de haver evidentes argumentos legais e morais para o processamento dos violadores dos direitos humanos não exclui as enormes dificuldades políticas que uma medida dessa natureza encara diante da correlação de forças que caracteriza a maioria das transições<sup>904</sup>.

Como a justiça de transição incide em como as sociedades lidam com legados de violações e abusos<sup>905</sup>, cada uma delas vai administrar suas dificuldades conforme seu processo histórico, cultural e político, dentre outros fatores. Todas essas questões devem ser levadas em consideração quando se verifica o cumprimento dos eixos da justiça de transição. No caso do Brasil, o país já discutiu e se posicionou sobre todos os respectivos eixos, implementando ou não as medidas consideradas fundamentais para a consolidação da democracia.

Duas questões complexas merecem destaque para a análise que se segue; a primeira é: os autores que defendem a ideia de que a transição brasileira está inconclusa, graças ao não cumprimento de todas as medidas dos eixos da justiça de transição, possuem ou não fundamento? Essa questão ainda se desdobra em outras: todas as medidas de justiça de transição foram cumpridas pelo Brasil? O não cumprimento impediria o término da justiça de transição? A segunda questão é a discordância quanto ao reconhecimento/não reconhecimento da democracia no país. A segunda questão diz respeito à questão da consolidação da democracia. A democracia brasileira está consolidada segundo os padrões teóricos e conceituais da ciência política?

A transição incide sobre as mudanças de regimes políticos (Ex.: regime autoritário pelo regime democrático<sup>906</sup>), fato que foi denominado de transição. A transição se divide em duas fases, liberalização e redemocratização; o termo ‘transição’ caracteriza o intervalo entre um regime político e outro<sup>907</sup>. Ou seja, o ponto em que começam os sintomas da queda de um regime até o fortalecimento institucional de outro regime.

---

<sup>904</sup> MÉNDEZ, Juan E. In defense of transitional justice. In: MCADAMS, A. James. **Transitional justice and the rule of law in new democracies**. Notre Dame: University of Notre Dame, 2001.

<sup>905</sup> BICKFORD, 2004.

<sup>906</sup> “A democracia política é só um desembocamento *possível*. O essencial é advertir que, entre as muitas questões que estão em jogo na transição, inclui-se a construção de um novo regime político”. (O’DONNELL, Guillermo. **Contrapontos**: autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1986. p. 81).

<sup>907</sup> Ibidem.



Com efeito, a transição política pode ser entendida “como um momento histórico em aberto, marcado por um processo complexo e não linear, em que diversas forças sociais concorrem por imprimir um destino comum à coletividade”. E, “nesse processo, inexiste uma escala de estágios ou pontos de passagem definidos de antemão”<sup>908</sup>.

Pode-se fazer algumas inferências sobre esse momento histórico aberto e essa indefinição. A indeterminação de procedimentos é intrínseca à transição porque o regime primeiro pode ter uma gama de características diferentes entre si, por exemplo a violência exercida, a durabilidade, a aceitação/não aceitação da população, a resistência/não resistência da sociedade, a existência/inexistência de duas forças que se enfrentam (teoria dos dois demônios), o fracasso ou sucesso econômico durante o regime e o tipo de transição adotada (ruptura ou pactuada). Para o regime segundo que substituirá o primeiro, as características incluem a força, a vontade e o poder dos novos atores, o apoio da sociedade, o poder dos atores do regime anterior, a permanência/não permanência desses atores no regime atual, o expurgo ou não da violência, além dos fatores que motivaram o fim do regime anterior e a asseveração de uma nova ordem política de poder.

O'Donnell orienta que “é característico de uma transição o fato de, durante o tempo do seu transcurso, as regras do jogo político não se verem definidas”; quer dizer, “o lapso de tempo que decorre entre a liquidação de um regime autoritário e a institucionalização de um outro regime – qualquer que ele venha a ser”<sup>909</sup>.

Para a ONU, a perspectiva de justiça de transição se traduz como “o conjunto de mecanismos usados para tratar o legado histórico da violência dos regimes autoritários”<sup>910</sup>. É dizer, na transição é necessário também pensar na justiça, dois termos bem distintos; o primeiro já reforça sua temporalidade e o segundo pressupõe segurança e estabilidade, características de difícil realização no ciclo conturbado de um momento histórico. A maior preocupação dos

<sup>908</sup> QUINALHA, Renan H. **Justiça de transição**: contorno do conceito. São Paulo: Outras Expressões e Dobra Editorial, 2012, p. 29-30.

<sup>909</sup> O'DONNELL; SCHMITTER, 1988, p. 22.

<sup>910</sup> Nesse sentido, “para a família da ONU, justiça de transição é o conjunto de mecanismos usados para tratar o legado histórico da violência dos regimes autoritários. Em seus elementos centrais estão a verdade e a memória, através do conhecimento dos fatos e do resgate da história. Se o Desenvolvimento Humano só existe de fato quando abrange também o reconhecimento dos direitos das pessoas, podemos dizer que temos a obrigação moral de apoiar a criação de mecanismos e processos que promovam a justiça e a reconciliação. (HEDIEK, Jorge. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. In: REÁTEGUI, Félix. (Coord.). **Justiça de Transição**: Manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011 p. 15-16. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a\\_pdf/manual\\_justica\\_transicao\\_america\\_latina.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2017.)

estudiosos da transição (naquele período inicial) era o não retrocesso; havia uma apreensão inexorável pelo não retorno ao estado autoritário.

A propósito dessa preocupação, Carlos Nino pondera sobre a dificuldade real do governo argentino Alfonsín:

o poder de barganha do governo para realizar os julgamentos não teria sido reforçado pela perspectiva de uma condenação internacional do país por seletivamente falhar ao julgar abusos dos direitos humanos. Essa pressão internacional não teria sido vista por setores resilientes dos militares como uma ameaça para eles. Talvez a posição dos grupos de defesa dos direitos humanos teria sido mais forte. Mas sua força teria sido direcionada para o governo. Ela teria enfraquecido o governo e suas políticas por meio da perda de legitimidade na sociedade e da perda de prestígio internacional e teria beneficiado os militares<sup>911</sup>.

A justiça de transição visa, enquanto objetivo último, à democratização, que é permeada por desafios; daí a preocupação de não retornar ao autoritarismo. Os atores políticos precisavam de habilidade para lidar com a ameaça do retorno e a pressão de grupos defensores dos direitos humanos e dos familiares dos mortos e desaparecidos.

Desse modo, a denominação justiça de transição, como campo teórico de desenvolvimento embrionário, demonstra uma referência tópica concebida pela teoria social contemporânea para tentar demarcar as adjacências de um tipo peculiar de experiência política e jurídica; o termo é bastante recente e os estudos sobre ele se mostram profícuos. Fundamentalmente, trata-se de uma justiça ajustada a sociedades que passaram ou recém-passaram por circunstâncias de conflito ou violência, as quais ensejaram gravidade crítica habilitada a deteriorar a estabilidade política e a coerência social que fundavam a vida social em comum<sup>912</sup>.

Com efeito, o conceito pode ser debatido para além da sua significação estrita, podendo ser abordadas suas origens num processo de ordem histórica, críticas e desdobramentos. Nesse ponto, Teitel aborda uma definição mais abrangente que a das Nações Unidas, e explica justiça de transição como “uma concepção de justiça associada com períodos de mudança política, caracterizada pela resposta legal na confrontação das irregularidades dos regimes repressores anteriores”<sup>913</sup>. Nesse cerne, a apreciação da autora remete a um tema

<sup>911</sup> NINO, Carlos S. ‘The Duty to Punish Abuses of Human Rights Put into Context: The Case of Argentina’ Yale Law Journal, vol. 100, 1990, Diane Orentlicher, ‘Settling Accounts: The Duty to Prosecute Human Rights Violations of a Prior Regime’ Yale Law Journal, v. 100, 1990. ‘The Duty to Punish’, Orentlicher, ‘Settling Accounts’.

<sup>912</sup> MCEVOY, Kieran. Letting go of legalism: developing a ‘thicker’ version of transitional justice. In: MCGREGOR, Lorna (Ed.). **Transitional Justice from Below: Grassroots Activism and the Struggle for Change**. Oxford and Portland, Oregon: Hart, 2008.

<sup>913</sup> TEITEL, Ruti G. Transitional Justice Genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, v. 16, Spring 2003. p. 69.

categorico do conceito, que é a inter-relação entre direito e política. Desse modo, em períodos tão adversos não são apenas os mecanismos judiciais que movem a justiça de transição; são indispensáveis também os mecanismos de natureza política<sup>914</sup>.

Nessa esteira, embora haja sensíveis constringentes derivados de suas perspectivas legais, não há uma singela e transcendente hegemonia de regras universais de direitos humanos; também não há uma pura determinação das instituições e do direito pela política. Está presente um jogo de forças que é demarcado pelos atores do regime anterior e do atual.

Caracterizado por um consenso teórico que abarca praticamente toda sua bibliografia recente, de que a Justiça de Transição deixa-se adentrar e formar por séries de duplos, aludindo concomitantemente a continuidade e descontinuidade, uma olhada para o passado e para o futuro, estabilidade e instabilidade político-institucionais<sup>915</sup>. É nesse cenário de continuidades-rupturas persuadidas pelos singulares arranjos de forças políticas e sociais que se envolve na realidade objetiva sobre a necessidade de repará-las.

Outra perspectiva apresentada por autores brasileiros é mais complexa; a noção de que a justiça de transição envolve todas as medidas abraçadas com o objetivo de dirigir um país à reconstrução de uma democracia após um ciclo de limitação de direitos individuais e coletivos. Para que se torne completo, o processo transicional deve passar por quatro etapas distintas; são elas a reparação – moral e pecuniária –, o esclarecimento dos fatos e construção da memória, a regularização da justiça e, por fim, a reforma das instituições estatais<sup>916</sup>.

Conhecendo a definição e seu objetivo, que é atingir a democratização para se alcançarem os direitos das vítimas, tutelados pela quadratura internacional da justiça de transição, utiliza-se de processo de reparação, busca da verdade, justiça, reformas institucionais e reconciliação. Essas medidas estão umbilicalmente associadas à necessidade de uma série de providências voltadas à retomada da convivência social e devem ser trabalhadas paralelamente umas às outras e não de forma excludente, num nível mínimo aceitável de respeito à legalidade, aos valores éticos e à ordem democrática.

---

<sup>914</sup> TEITEL, 2003.

<sup>915</sup> Idem. Fazer justiça e pensar medidas de justiça num contexto de mudança política é olhar para o passado, mas também para o futuro: Ruti G. Teitel responde. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 3, p. 27-38, jan./jun. 2010, p. 30.

<sup>916</sup> PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011. 2015. p. 212-248.

Esse agrupamento de estratégias jurídicas, políticas e sociais, instigado por atores de distintos poderes estatais ou pela sociedade civil organizada, norteia-se essencialmente por três desígnios efetivos: i) promover os direitos humanos violados, ii) fortalecer as instituições e as práticas democráticas e iii) promover a pacificação social com o fito de não repetição. Outras especificidades foram tratadas no item 3.2.

Essas medidas foram realizadas pelo Estado brasileiro, mesmo que de forma incompleta, e mais propriamente de forma teórica, o que causa insatisfação e talvez inconformismo de muitos; todavia, as ferramentas continuam a ser utilizadas por políticas públicas específicas; é importante destacar que há a real necessidade de continuação destas.

### **5.2.1 Medidas de inflexão à democracia voltadas à reparação e produção da verdade**

No entanto, há um esforço deliberado, nessa tradição, em ressaltar as diferenças entre esses momentos e a complexa relação existente entre eles. Essa preocupação justifica-se pela necessidade de frisar que há uma diferença de natureza e de grau entre as medidas de abertura ou relaxamento de um regime autoritário, bem como de afirmar uma valorização da democracia em si mesma como um fim. Em outras palavras, esses autores buscam demonstrar, para a tipologia que propõem, que nem toda e qualquer iniciativa de distensão representa uma busca real de democracia política, como se verá a seguir. Quais outras medidas de destaque tomadas pelo Estado brasileiro indicam uma inflexão à democratização do país?

Após as eleições, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, apelidada de Constituição Cidadã, grande marco para a construção do Estado Democrático de Direito e a consequente criação e/ou o fortalecimento de instituições<sup>917</sup> como Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Defensoria Pública, entre outras.

O ano de 1995 foi significativo no que diz respeito à luta por reparação, verdade e memória no país<sup>918</sup>, pois, naquele ano, ocorreu a publicação do dossiê de mortos e

---

<sup>917</sup> O Ministério Público recebeu mais autonomia e possui a função de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia. O Tribunal de Contas da União (TCU) deve exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta.

<sup>918</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

desaparecidos políticos do período ditatorial, resultado dos esforços envidados por familiares dos desaparecidos e das organizações de direitos humanos<sup>919</sup>.

O cenário tendencial consubstanciou-se no Brasil pelo fortalecimento das instituições democráticas do país, com as seguidas eleições presidenciais, possibilitando maior participação social, e com a criação de mecanismos e institutos inspirados nas Declarações e nos Tratados ratificados pelo país; dito de outra forma, a redemocratização estava em pleno andamento.

Começou, então, oficialmente, a produção da verdade, com o processo de reparação pela criação da “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos” (CEMDP), pela Lei nº 9.140, de 1995<sup>920</sup> (ou Lei dos Desaparecidos), que, essencialmente, concedeu aos familiares de vítimas fatais do período autoritário o direito de requerer os atestados de óbito de seus entes queridos, de ter localizados e identificados os restos mortais dos desaparecidos políticos e, igualmente, de receber indenizações<sup>921</sup>.

A primeira a tratar sobre o tema foi a Lei 9.140/1995, que diz respeito, essencialmente, ao reconhecimento da responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos dos opositores ao regime militar em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. A lei também previu, em seu artigo 4º, a criação de uma Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, encarregada do reconhecimento dos desaparecidos e também da sua localização, promovendo medidas de reconhecimento da história da ditadura<sup>922</sup>.

Surgiu como uma das conquistas inaugurativas e principais dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil, em sua luta por medidas de justiça de transição que auxiliaram a resolver questões jurídicas como sucessão e recebimento de benefícios previdenciários, além de da previsão de pagamento de indenizações. Também por essa lei, o Brasil reconheceu a responsabilidade objetiva do Estado pela atuação ilícita de seus agentes<sup>923</sup>. Tem-se início a chamada fase da reparação como eixo estruturante da justiça de transição<sup>924</sup>.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) está vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e produziu em 2007

---

<sup>919</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>920</sup> BRASIL, 1995.

<sup>921</sup> SABADELL, Ana Lucia; DIMOULIS, Dimitri. Anistia: A política além da justiça e da verdade. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 82, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/371>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

<sup>922</sup> BRASIL, 1995.

<sup>923</sup> Ibidem.

<sup>924</sup> ABRÃO, 2012.

uma imprescindível publicação denominada livro-relatório e intitulada *Direito à Memória e à Verdade*, com 499 páginas, editada pela mesma Secretaria que colaborou com o resgate da memória do período de terror de Estado vivido no Brasil<sup>925</sup>.

As novas medidas foram uma iniciativa somente derivada da consciência de sua necessidade pelo Estado ou outros fatores também contribuíram para isso?

Em 2002 foi aprovada a Lei nº 10.559<sup>926</sup>, diploma legal que regulamentou o artigo 8º da Constituição e instituiu o Regime do Anistiado. Essa norma, de grande valia, foi aprovada em decorrência do esforço dos ex-perseguidos políticos que reivindicavam uma reparação econômica por terem sido impedidos de exercer as suas atividades profissionais por motivação tão somente política, bem como compensação pelos prejuízos causados a milhares de pessoas por abuso do poder, prisões arbitrárias, transferências e demissões por razões políticas, banimentos, sequestros, expurgos estudantis, cassações de mandatos políticos, cassações de remunerações, punições administrativas e monitoramentos ilícitos<sup>927</sup>.

A acanhada implantação das medidas de justiça de transição enfim começava a ganhar força. As reivindicações por justiça de transição no Brasil não constava da pauta dos novos movimentos sociais, ficando adstrita ao movimento organizado dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, efetivamente relevante e atuante, porém pouco influente naquele cenário, já que estava restrito aos familiares de vítimas e ao movimento por reparação, liderado precipuamente por trabalhadores demitidos ou impossibilitados de trabalhar durante a ditadura, em resultância do exercício de seu direito de associação<sup>928</sup>.

Essas primeiras medidas, mesmo que incompletas, associam-se à verdade, à justiça e à memória, com a publicação do livro que contou e analisou a versão das vítimas, o início da reparação e a justiça em se combater a versão injusta e falsa da ditadura.

<sup>925</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>926</sup> BRASIL, 2002.

<sup>927</sup> ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. As dimensões da justiça de transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). **A anistia na era da responsabilização**: O Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

<sup>928</sup> ABRÃO, Paulo. A Lei de Anistia no Brasil: As alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011, p. 119-138. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/373/373>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

### 5.2.2 Desdobramentos sociais das medidas de inflexão

O país necessitava de outras medidas que pudessem amparar a população diretamente atingida pelas violações, além de esclarecer os acontecimentos durante a vigência do estado burocrático autoritário.

O Brasil criou duas comissões de reparação autônomas, ambas com competência para procurar documentos e esclarecer a verdade. A primeira foi a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/1995), com a principal incumbência de reconhecer a responsabilidade do Estado e indenizar os episódios cuja consequência fosse morte e/ou desaparecimento forçado, e ainda de localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos. A segunda foi a Comissão de Anistia (Lei 10.559/2002), cuja incumbência era reconhecer todos os atos de exceção ocorridos entre 1946 e 1988, reconhecer por meio de declaração a condição de anistiado político aos atingidos por estes atos e, ainda, repará-los moral e materialmente.

Certamente que a participação social por meio de manifestações e pressões outras é um dos pilares centrais para a implementação de medidas de justiça de transição, notadamente considerando o contexto brasileiro, de transição pactuada como lenta, gradual e segura, onde os militares ainda detinham e detêm poder, e a principal característica de retomada da democracia foi a recuperação das eleições livres.

Aferindo essa questão, elucida Teitel<sup>929</sup> sobre a justiça de transição que “a sociedade civil joga um grande papel em manter esse debate vivo”, e que “é necessário mais do que simplesmente eleições para que uma transição seja completa”.

As reparações visam a proteger direitos e liberdades fundamentais gerais, como o direito à vida ou o direito ao projeto de vida; liberdades públicas e direitos políticos; o direito à nacionalidade; os direitos civis, ao trabalho e à livre associação sindical; a estabilidade laboral; a isonomia, a remuneração pelo trabalho; os direitos culturais e religiosos; o direito à convivência familiar, à intimidade, à integridade física e psicológica; o direito à liberdade de pensamento e o direito ao devido processo legal, que foram descumpridos, fixando compensação, restituição, satisfação pública e garantia de não repetição<sup>930</sup> para aqueles que

<sup>929</sup> TEITEL, 2010, p. 36.

<sup>930</sup> Segundo De Greiff, as medidas de reparação da justiça de transição são classificadas em quatro grupos:

- Restituição, “[...] que se refere àquelas medidas que procuram restabelecer o status quo ante da vítima. Essas medidas vão da restauração de direitos tais como a cidadania e a liberdade, a restituição do emprego e outros benefícios, até a restituição de propriedades”;

foram mortos, desaparecidos, torturados, presos arbitrariamente, afastados arbitrariamente ou compelidos ao afastamento de vínculo laboral público ou privado, com ou sem impedimentos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, submetidos a punições e impedimentos, cassados, compelidos ao exílio, dentre outras medidas de exceção, na plena abrangência do termo<sup>931</sup>.

A lei nº 10.559/2002 estatui duas relevantes etapas de trâmites para a execução do mandato constitucional de reparação: uma é a declaração da condição de anistiado político por meio da verificação dos fatos e requisitos previstos nas situações persecutórias estabelecidas no normativo. Desse modo, a declaração de anistiado político é ato de anuência ao direito de resistência dos perseguidos políticos e de reconhecimento dos erros cometidos pelo Estado contra seus concidadãos<sup>932</sup>. A outra etapa é propriamente a concessão da reparação econômica.

Essas medidas são importantes ferramentas de valorização, reconhecimento e reinserção na sociedade, agora não mais como o criminoso do passado, e sim como alguém que foi perseguido por uma ideologia política que não existe mais. Tais ferramentas reforçam a sensação de democracia.

### 5.2.3 Reparação econômica e social – medida de reconhecimento e justiça ou exagero?

Ainda acerca das leis relativas à justiça de transição, tem-se a Lei nº. 10.559, de 13 de novembro de 2002<sup>933</sup>, prevendo: a contagem para todos os efeitos do tempo em que o

- 
- Compensação: “[...] que se refere àquelas medidas que procuram compensar os danos sofridos por meio da quantificação desses danos, em que o dano se entende como algo que vai muito além da mera perda econômica e inclui a lesão física e mental e, em alguns casos, também a lesão moral.”
  - Reabilitação, que buscam a recomposição ou obtenção de um estado de espírito e de uma condição de vida; “se refere a medidas que fornecem atenção social, médica e psicológica, assim como serviços legais”
  - Providências de satisfação e garantia de não repetição, “[...] que constituem categorias especialmente amplas, pois incluem medidas tão distintas como o afastamento das violações, verificação dos fatos, desculpas oficiais, sentenças judiciais que restabelecem a dignidade e a reputação das vítimas, plena revelação pública da verdade, busca, identificação e entrega dos restos mortais de pessoas falecidas ou desaparecidas, junto com a aplicação de sanções judiciais ou administrativas aos autores dos crimes, e reformas institucionais.” (DE GREIFF, Pablo Justiça e Reparações. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 03, p. 42-71, jan./jun. 2010, p. 43-44.)

<sup>931</sup> ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. O sistema brasileiro de reparação aos anistiados políticos: contextualização histórica, conformação normativa e aplicação crítica. **Revista OABRJ**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 165-203, jul.-dez. 2009.

<sup>932</sup> BAGGIO, Roberta Camineiro. Justiça de transição como reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (Orgs.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/mediaRepreMemoria\\_pdf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/mediaRepreMemoria_pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2017.

<sup>933</sup> BRASIL, 2002.



perseguido político foi obrigado a afastar-se das suas atividades profissionais devido a ameaça e/ou punição; o direito de conclusão de curso interrompido por punição; o direito à reintegração dos servidores como também dos empregados; e a incorporação de direitos cassados pelo governo autoritário, o que possibilitou a declaração de anistiado político e a reparação econômica para os perseguidos pelo regime ditatorial. A referida lei criou a Comissão de Anistia para examinar os requerimentos de anistia política; implementar e manter o “Memorial de Anistia Política do Brasil” e seu acervo; e formular e promover ações e projetos sobre reparação e memória, sem prejuízo das competências de outros órgãos<sup>934</sup>.

A título de exemplo das análises, apresenta-se o caso de anistia *post mortem* de Joaquim Eduardo de Alencar, cujo Relator Conselheiro Cristiano Paixão destacou em seu voto:

Como é possível observar pelo teor dos presentes autos, o anistiado foi indiciado em inquérito policial para apurar atividades subversivas no Ceará (fls. 15), o que culminou com sua prisão pelo DOPS/CE, sob acusação de exercer atividade subversiva, pelo fato de “estar guardando dinheiro do PCB em sua residência” (fls. 16). Portanto não há dúvidas de que Sr. Joaquim Eduardo de Alencar foi diretamente atingido, em maio de 1964, por perseguições e violações perpetradas pelo aparato repressivo do regime de exceção, sendo inegável a perseguição sofrida por suas convicções político-ideológicas. (...) Já em fevereiro de 1948 ocorreu o primeiro ato concreto de perseguição política – o anistiado foi fichado no DOPS/CE por suspeita de atividade subversiva<sup>935</sup>.

Após constatar as comprovações feitas com base nos documentos do DOPS/CE, o voto foi a favor da concessão da reparação em favor da viúva do anistiado.

A Comissão desenvolveu o salutar projeto “Caravanas da Anistia” e percorreu o país para que os julgamentos fossem/sejam feitos onde ocorreram as perseguições. O evento promove e propicia a reflexão e o resgate histórico dos acontecimentos fundamentais que assinalaram o regime ditatorial, dando ênfase aos movimentos sociais e políticos de resistência e ao processo social das conquistas democráticas, além de pensar sobre as consequências das violações de direitos humanos do passado nas gerações presentes. O projeto foi/é fundamental para a reedificação da memória e da verdade, e, precipuamente, para a valorização e o reconhecimento da vítima. Entendem-se como de extraordinária proeminência duas providências acolhidas pela sessão de julgamento das Caravanas: primeiramente, o pedido oficial de desculpas por parte do presidente da sessão ao anistiado e a possibilidade de a vítima narrar sua história, ser ouvida e reconhecida como sujeito de direito, valorizando um

<sup>934</sup> BRASIL, 2002.

<sup>935</sup> COELHO, Maria José H. e ROTA, Vera. Livro dos votos da comissão de anistia: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil. PAIXÃO, Cristiano – Joaquim Eduardo de Alencar. P563/564. Primeiro Plano 2013.

enfoque da justiça transicional<sup>936</sup>. Desde sua criação, já foram empreendidas mais de 95 caravanas; tendo sido lançada como uma política pública, vem se firmando como política de estado já que o projeto teve início em 2008 e segue com sessões até a atualidade.

Somam-se as medidas relativas à reparação, políticas de nível federal que têm impacto em nível local. Em colaboração com algumas instituições como prefeituras, universidades, organizações não governamentais e centros de estudos e pesquisas, o projeto *Direito à Memória e à Verdade*, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, idealizou a concepção de monumentos e a montagem de exposições em todo o país.

As duas medidas acima reuniram o direito à reparação, à memória e à verdade. No direito ao ressarcimento, a restauração está relacionada à concretização de uma reparação de forma adequada, não restrita à natureza econômica, que pode ser proporcionada por meio de assistência psicológica ou de dimensão simbólica, como o pedido de desculpas, a construção de memoriais, *et cetera*.

Já o direito à verdade tem conexão com a busca pelo ocorrido ao longo do período de violações de direitos humanos no país, assim como tem conexão com a recuperação e a construção de uma memória nacional, a fim de perquirir novas e distintas narrativas diferentes da narrativa oficial, todas relevantes para restabelecer o encadeamento da história. A um só tempo, é imperativo que seja erigida uma narrativa pública reconhecida pelo Estado em relação aos abusos cometidos em nome dele mesmo<sup>937</sup>.

Conforme se observa, o programa de reparações no Brasil não se atém à dimensão econômica, visto que foram contemplados direitos como a declaração e garantias outras, como o retorno ao trabalho e a cursos, o registro de diplomas universitários obtidos no exterior, a localização e identificação dos restos mortais dos desaparecidos políticos, dentre outros. Daí que, conforme já mencionado no capítulo anterior, uma medida de justiça de transição pode ter abrangência de mais de uma perspectiva, visto que as medidas estão comumente intrincadas umas com as outras.

<sup>936</sup> ABRÃO; Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia** no Brasil. Belo Horizonte: Forum, 2012.

<sup>937</sup> SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. In: RUIZ, Castor Bartolomé (Org.). **Justiça e memória**: por uma crítica ética da violência. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

Para remediar parcialmente os crimes da ditadura são realmente necessárias, indispensáveis e justas as indenizações em resultância da ditadura militar? Quem e como deve ser indenizado?

O Brasil é bastante criticado por ter priorizado o modelo de processo de reparações, por se preocupar mais amplamente com o pagamento de indenizações em detrimento de outras iniciativas de caráter didático e simbólico, como a criação de mais museus e monumentos, de feriado do dia da memória e verdade, dentre outros, bem como do dever de justiça, que consiste em identificar, processar e punir, se for o caso, os violadores de direitos humanos.

Casos de indenizações existem desde o término da ditadura, o que indica uma abordagem peculiar, com exaltação à esfera privada em prejuízo da esfera pública. O coletivo está sendo relegado, enquanto o individual se evidencia<sup>938</sup>.

É patente que a ditadura impôs às vítimas e às suas famílias inúmeras, inquestionáveis e, às vezes, indelévels sequelas físicas e psicológicas: ruína familiar, sentimental e de relacionamento, interrupção da educação e do trabalho, dano econômico, financeiro e profissional, dano psicossocial, perda intelectual, estrago histórico da liberdade, dano ao sentido de pertencimento, enfim, rompimento ou perda da dignidade da pessoa humana.

Apontam-se desacertos circunspectos nas normas que estabeleceram o direito de concessão de reparações<sup>939</sup>. Uma delas diz respeito a que opositores da ditadura, não necessariamente torturados ou presos, têm recebido compensações, por vezes, superiores às de familiares das vítimas fatais; reparar perdas econômicas decorrentes do impedimento do exercício de atividades profissionais e estudantis foi mais aquilatado que a perseguição física que resultou em tortura ou morte. A norma estabelece que os cálculos sejam elaborados a partir dos prejuízos econômicos e não prevê reparação para as vítimas de tortura ou de prisão ilegal, falsa acusação etc.; a lei sequer utiliza as palavras vítima/s, tortura ou torturado e violações de direitos humanos<sup>940</sup>.

---

<sup>938</sup> ARRUDA, Roldão. “É preocupante a inversão de valores nas indenizações às vítimas da ditadura”. Entrevista com Glenda Mezarobba: pesquisadora da Unicamp. **Estadão Política**. 06 jul. 2009. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-preocupante-a-inversao-de-valores-nas-indenizacoes-as-vitimas-da-ditadura,398317>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

<sup>939</sup> A lei nº 10.559/2002 preceitua como critério geral de indenização a fixação de uma prestação mensal, permanente e continuada em valor correspondente ao padrão remuneratório que a pessoa ocuparia, se na ativa estivesse caso não houvesse sido afastada do seu vínculo laboral, ou a outro valor arbitrado com base em pesquisa de mercado. Finalmente outro critério também contemplado para quem foi perseguido, mas não teve perda de vínculo laboral, é o da indenização em prestação única em até 30 salários mínimos por ano de perseguição política.

<sup>940</sup> BRASIL, 2002.

O Brasil frustrou as expectativas na busca da consideração de pessoas como cidadãos com os mesmos direitos ao vincular as indenizações a serem pagas a rendimentos não auferidos em vez de aos crimes suportados.

Esses critérios, os altos valores de algumas indenizações e o próprio conservadorismo da imprensa fez com que estas fossem maldosamente apelidadas de “bolsa ditadura”<sup>941</sup>. O ex-deputado Fernando Gabeira, que participou do movimento de oposição, diz que não solicitou indenização “porque minha atividade naquele período foi consciente. [...] Além disso, embora tenha deixado meu trabalho de jornalista, o exílio me enriqueceu muito, de forma que, ao retornar, tinha possibilidades mais diversas”. Porém entende que a medida é legítima para alguns casos. Millôr Fernandes afirmou logo no início da polêmica: “Quer dizer que aquilo não era ideologia, era investimento?”<sup>942</sup>.

Releva frisar que as reparações pecuniárias não faziam parte dos principais pleitos das organizações de direitos humanos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Algumas vítimas e famílias de vítimas no Brasil não ajuizaram processos para exigí-la, ou destinaram esses recursos para financiar investigações sobre o paradeiro dos corpos dos mortos e desaparecidos e/ou para a construção e manutenção de memoriais.

Na Argentina, muitas organizações e associações se recusaram a receber essas reparações. A reivindicação prevalecente era a implementação de parâmetros dirigidos à reconstrução da memória sobre o ocorrido e à reparação moral. Pretendia-se o esclarecimento dos fatos e das circunstâncias de sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos das vítimas e, especialmente, um reconhecimento público do Estado como perpetrador de práticas contra os direitos humanos<sup>943</sup>.

A reparação é uma medida de justiça de transição utilizada em todo o mundo; na Europa, na América de Sul e na África, por exemplo, faz parte de Tratados específicos e consta em decisões, como recomendações e/ou condenações da Corte IDH. Não é uma medida inusitada e esdrúxula do Brasil. A doutrina internacional a compreende como medida necessária

---

<sup>941</sup> Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo defende a legitimidade do benefício e acha que houve uma campanha orquestrada por uma parte da grande imprensa com o claro objetivo de desmerecer o direito adquirido por aqueles que sofreram prejuízos e danos durante os anos da ditadura militar: “Essa expressão – bolsa ditadura – foi uma sacanagem do jornal O Globo com o objetivo de questionar a legitimidade às reparações que receberam o Ziraldo e o Jaguar, por exemplo. Mais que uma ofensa, esta foi uma agressão, das mais ignominiosas, à história do país”, afirmou. (CARNEIRO, Cláudio. Uma polêmica chamada bolsa ditadura. **Opinião & Notícias**. 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/sem-categoria/uma-polemica-chamada-bolsa-ditadura/>>. Acesso em: 25 abr. 2017).

<sup>942</sup> Ibidem.

<sup>943</sup> VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009.

e indispensável à reconstrução da democracia, embora deixe ao alvedrio de cada Estado estabelecer suas diretrizes específicas de sua concessão.

### 5.3 *DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES EMPREENDIDAS E O IMPERATIVO DE AVANÇO NO QUE SE CONSERVAM INCONCLUSAS A APURAÇÃO E A REPARAÇÃO DOS CRIMES COMETIDOS*

No Brasil, diversos mecanismos e iniciativas foram operados pelo governo e também pelas organizações não governamentais formadas por vítimas, parentes das vítimas ou defensores dos direitos humanos. Enfatiza-se o projeto *Brasil Nunca Mais*, realizado por indivíduos particulares e a junção de representantes das igrejas evangélica, católica e judaica; o projeto foi abordado no capítulo segundo.

Concepções de iniciativas governamentais como as Leis 6.683/1979, 9.140/1995, 10.559/2002 (analisadas no item anterior), 12.527/2011 e 12.528/2011 sempre tiveram a participação da sociedade brasileira, seja com sugestões, acompanhamento e/ou críticas.

As últimas leis publicadas que contribuíram para a justiça de transição foram a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011<sup>944</sup>, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que liberou os arquivos conhecidos para pesquisa e facilitou o acesso à informação que estava de posse do governo, e a Lei n. 12.528<sup>945</sup>, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), um grande marco da justiça de transição que desencadeou a criação de diversas comissões da verdade nos estados brasileiros e, ao final, publicou um fundamental relatório em dezembro de 2016.

Outra importante medida de preservação da memória foi tomada em 1990, quando o Governo Federal abriu os arquivos do período e os encaminhou ao Arquivo Nacional para acesso ao público<sup>946</sup>.

Um pequeno fato, mas de valor grandioso para a reparação à memória, à verdade e à família da vítima, pode ser exemplificado pelo caso da família do jornalista Vladimir Herzog, morto em razão de torturas, nos porões do DOI-CODI em 1975. Inicialmente, a *causa mortis* constante na certidão de óbito de Herzog era “asfixia mecânica por enforcamento”. Contudo, a anotação na certidão foi retificada após determinação da Justiça, passando a conter como causa

---

<sup>944</sup> BRASIL. Lei nº 12.527, 2011a.

<sup>945</sup> Ibidem.

<sup>946</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

da morte “[...] lesões e maus tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do 2º Exército (DOI-Codi) [...]”, o que substitui formalmente a versão de suicídio divulgada pelo regime<sup>947</sup>.

Não é aceitável nem se pretende negar o papel fundamental e indispensável que tiveram e têm as inúmeras organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos, no Brasil, para a elaboração e o desenvolvimento das políticas públicas, a criação de *sites*, *blogs*, centros de preservação da memória e museus, as publicações de livros, artigos e informes, a constante participação em debates etc. Todas elas, cada um a seu modo, desenvolvem mecanismos de preservação da memória e da verdade; contudo, as funções das ações do Estado são primordiais e indispensáveis para a consecução dos objetivos da justiça de transição<sup>948</sup>. As ações do Estado podem ser mais abrangentes e universais, e sem elas seria infinitamente mais árduo atingir o objetivo da justiça de transição.

É possível identificar, de forma objetiva, as consequentes medidas de políticas públicas e propostas legislativas, especialmente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, e iniciativas particulares que conseguiram, mesmo de modo incipiente e acanhado, recuperar as reminiscências e afugentar o esquecimento e o modelo da anistia. Tais medidas foram: i) as Leis 9.140/1995 e 10.559/2002; ii), a inclusão pelo Governo Federal de diversos arquivos de órgãos de repressão, como os extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), para o Arquivo Nacional (2005); iii) a Lei nº 11.111/2005, revogada posteriormente; iv) a publicação do livro *Direito à Memória e à Verdade*, decorrente dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ao longo de 11 anos (2007); v) a propositura pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil da ADPF nº 153, objetivando à manifestação do STF sobre a validade da Lei da Anistia (2008); vi) a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil: Memórias Reveladas, coordenado pelo Arquivo Nacional (2009); vii) a instituição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, com um eixo orientador específico sobre o direito à verdade e à memória (2009); viii) o julgamento do caso da Guerrilha do Araguaia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (2010); ix) a aprovação da primeira lei de reparação coletiva, destinada à União Nacional do Estudantes, que teve sua sede destruída pela ditadura em um incêndio criminoso tido como primeiro ato posterior ao golpe, ainda em 1º de abril de 1964 (Lei nº 12.260/2010); x) a promulgação da Lei nº 12.527/2011 –

---

<sup>947</sup> Ibidem.

<sup>948</sup> O grupo Tortura Nunca Mais, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil), o blog Memória e Verdade; a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; o Conectas Direitos Humanos.

Lei de Acesso à Informação Pública, e consequente revogação da Lei nº 11.111/2005; xi) a publicação da Lei nº 12.528/2011 e instauração da Comissão Nacional da Verdade; e, por fim, xii) a publicação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (dezembro de 2014).

Essas foram as principais políticas públicas de Estado que abordaram medidas de reparação, fortalecimento da verdade, re/construção da memória e realização de justiça (ainda que não a persecutória) experimentadas pelo Brasil.

### **5.3.1 Limitações ao Direito de acesso à informação na justiça de transição brasileira**

A criação da CNV favoreceu a busca pela verdade, pela memória e pelo acesso à informação, especialmente a partir da LAI; sobre esse aspecto enfatiza-se a relação entre o Ministério da Defesa e a CNV.

Chamam a atenção os números apresentados pela Comissão na comunicação com o Ministério da Defesa quanto às solicitações de informações e suas “respostas”, apontando dificuldades que se traduzem nos números a seguir. Em resposta aos 43 ofícios enviados pela CNV à Pasta, os comandos militares se negaram a indicar informações referentes a 16 desses documentos. Dos dez ofícios recebidos relativos a casos específicos de graves violações de direitos humanos, os comandos militares apenas reiteraram informações já conhecidas, em sua maior parte, uma vez que faziam parte dos acervos do AN e da CEMDP. Do restante, sete ofícios não foram objeto de resposta. Os dez ofícios faltantes foram precariamente atendidos pelos comandos das Forças Armadas. Dizendo de outra forma, cerca de três quartos do total de ofícios enviados pela Comissão não foram atendidos por parte do Ministério da Defesa e das Forças Armadas; além disso, o contato com o Ministério da Defesa aconteceu por meio de reuniões de trabalho<sup>949</sup>.

A análise das informações acima disponibilizadas pela Comissão sugere duas vertentes: i) que os militares reiteradamente reptaram a autoridade da CNV – ora, caso as Forças Armadas tivessem colaborado conforme requerido, disponibilizando os acervos próprios de seus órgãos internos, elaborados durante a ditadura, se todas as informações requeridas tivessem sido prestadas, a história da violência ditatorial certamente poderia ser esclarecida com melhor clareza; e ii) que a Presidente da República, como Chefe Suprema das Forças Armadas, nos termos do artigo nº 142 da Constituição, não envidou esforços no sentido de determinar, aconselhar e/ou instigar os comandantes militares a fornecer as informações devidamente

---

<sup>949</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

requeridas, já que não se verificou reprimenda pública ou administrativa. O que, por certo, enfraqueceu a autoridade da Comissão e gerou críticas.

De acordo com o jornalista e escritor Lucas Figueiredo, “[...] no Brasil, o poder castrense mente há 30 anos sobre o paradeiro de documentos sigilosos da ditadura, enquanto todos os presidentes civis – de Tancredo a Dilma – ajudaram a manter esses arquivos no escuro”<sup>950</sup>. Sublinhando essa afirmação referenciada no capítulo 4, não houve acesso a informação. “É muito difícil fazer Comissão da Verdade num país que você não tem acesso aos arquivos. [...]”.

A Comissão ficou devendo por não avançar mais na localização dos restos mortais dos desaparecidos<sup>951</sup>. Também pouco avançou no que diz respeito a descobrir como os acontecimentos ainda incógnitos se sucederam, graças à total ausência de colaboração das Forças Armadas, que continuam a negar os acontecimentos, recusando-se a depor, omitindo a documentação da época e dificultando qualquer iniciativa que vise ao acesso à verdade e ao direito de acesso à informação.

### 5.3.2 Investigações paralelas à Comissão da Verdade

Em recente publicação intitulada *Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura*, Lucas Figueiredo relata que fez parte de um grupo denominado “Equipe Ninja”, organizado pela Comissão, composto por três jornalistas que conheciam fontes nas áreas militar e de inteligência, a fim de desvelar a localização dos arquivos secretos da ditadura sob o domínio dos órgãos do Estado ou particulares. A referida equipe alcançou seu intento e teve acesso a documentos inéditos dos arquivos da repressão. Eram microfilmes do Centro de Informação da Marinha (Cenimar) “[...] que mostravam que a Marinha ocultara deliberadamente informações ao Estado brasileiro, em 1993, e que apresentara, em 2013, versões divergentes sobre mortos e desaparecidos”. A equipe inferiu que esses documentos microfilmados haviam sido escondidos do poder civil pelos militares. Inexplicavelmente, até agora, não se sabe a razão de esse material não ter sido incluído no relatório final da CNV<sup>952</sup>.

<sup>950</sup> FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>951</sup> EM BUSCA DA VERDADE. Documentário. **TV Senado**, 2015. Depoimento dado por Adriano Diogo, Presidente da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BUiFjNBP77Y>>. Acesso em 12 jul. 2017.

<sup>952</sup> FIGUEIREDO, 2015.



Em entrevista à BBC Brasil, Figueiredo assegurou ignorar os motivos e proferiu: “Sinceramente não sei, mas foi muita informação que deixaram de usar. É uma pergunta que tem que fazer para eles. No mínimo aconteceu alguma coisa muito estranha ali”<sup>953</sup>.

São muito graves as afirmações apresentadas no livro de Figueiredo. Se a Comissão possuía essas informações, por que não as utilizou? Se não foi possível utilizá-las, por que não o justificou? Seriam repetitivas? Seriam inúteis? Ou qualquer outra hipótese? A pesquisa não obteve outras informações a respeito do tema além das já relacionadas acima, visto que os integrantes da Comissão silenciaram a respeito do tema.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, e a LAI garantem o direito de acesso à informação; apesar desse objetivo de viabilizar meios de esclarecimentos, informações, acesso a dados, tudo de forma clara e transparente, sem dúvidas as Forças Armadas brasileiras não disponibilizaram vários documentos, impedindo a realização da transparência ativa, o que deixa uma verdadeira lacuna para a história recente do país.

#### 5.4 AS RECOMENDAÇÕES COMO DERRADEIRAS MEDIDAS DA CNV

As 29 recomendações da Comissão Nacional da Verdade visam a orientar o Estado na implementação de medidas que contribuirão com a política de valorização dos direitos humanos e o fortalecimento da democracia.

##### 5.4.1 Renovando a lógica das instituições – reforma institucional

A CNV, suas características e conclusões foram amplamente consideradas no capítulo anterior; entretanto, aqui se investigam medidas específicas propostas por intermédio de suas recomendações.

Um relevante pilar da harmonização democrática se busca alcançar com a reforma das organizações que possibilitaram ou perpetraram os abusos de poder. Com a liberalização política, a transição e a restauração do Estado Democrático de Direito, fez-se necessário distinguir as entidades estatais de feições pura ou majoritariamente autoritárias que careciam

---

<sup>953</sup> GUIMARÃES, Thiago. Dilma aceitou 'mentiras descaradas' de militares em comissão, diz escritor. Entrevista com Lucas Figueiredo. **BBC Brasil**. 26 out. 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151021\\_militares\\_livro\\_tg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151021_militares_livro_tg)>. Acesso em: 10 abr. 2017. FIGUEIREDO, Lucas. Dilma aceitou 'mentiras descaradas' de militares em comissão, diz escritor. Entrevista concedida a Thiago Guimarães em 26/10/2015. **BBC Brasil**. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151021\\_militares\\_livro\\_tg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151021_militares_livro_tg)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ou carecem de ser abolidas ou reformadas. Também se objetivou o afastamento dos criminosos do regime anterior de órgãos públicos relacionados ao exercício da lei e de posições de autoridade, os chamados expurgos ou lustrações.

As reformas das instituições devem ser profundas no sentido de democratizá-las, incluindo em seus programas e concursos a temática dos direitos humanos para torná-las transparentes e garantir que atue em benefício da sociedade como um todo, e não de microdéspotas.

As reformas das instituições indicadas pela CNV podem trazer alguma contribuição real para redução da violência institucionalizada nas forças de segurança do Estado brasileiro? De que forma isso poderá ocorrer?

Por meio da desmilitarização das polícias militares estaduais. Essa anomalia emanou da legislação da ditadura militar (a atribuição de caráter militar às polícias militares estaduais, com sua vinculação às Forças Armadas) e vem perdurando. A extinção da Justiça Militar estadual é consentânea com a recomendação anterior. A desmilitarização das polícias estaduais deve implicar a completa extinção dos seus órgãos estaduais ainda remanescentes. Considerou-se necessário, portanto, impulsionar as modificações constitucionais e legais que asseverem a desvinculação das polícias militares estaduais das Forças Armadas, inconciliáveis com o exercício da segurança pública no Estado Democrático de Direito, cujo foco deve ser o atendimento ao cidadão<sup>954</sup>. Embora a recomendação não tenha sido acatada pela CNV, a Comissão da Verdade de São Paulo sugeriu a desmilitarização e unificação das polícias, sob a subordinação do Ministério da Justiça<sup>955</sup>.

Recomendou a CNV a desvinculação dos institutos médicos legais das polícias e secretarias de Segurança Pública, já que, com base na apuração, aconteceram casos de conivência de peritos com crimes de agentes do Estado e a produção de laudos imprecisos durante o regime militar; desse modo, propôs-se o estabelecimento, nos Estados da Federação, de centros avançados de antropologia forense e a promoção de perícias autônomas das polícias nas secretarias de segurança pública, com plena independência, o que conferirá maior qualidade na produção de provas técnicas, inclusive no diagnóstico de tortura, quando for o caso<sup>956</sup>.

Outras recomendações foram destinadas ao sistema prisional, como: instituição de ouvidorias externas; instalação e fortalecimento dos conselhos da comunidade e dignificação do sistema prisional; abolição das revistas vexatórias de visitantes e a proibição de privatização

<sup>954</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>955</sup> CARDOSO, 2013.

<sup>956</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

desses serviços, com o objetivo de conceder um tratamento mais humanizado e respeitoso aos direitos humanos. São ações que devem ser abraçadas como política pública, com vistas ao aperfeiçoamento das instituições e a sua melhor governança<sup>957</sup>.

Sabe-se que o Brasil, quando visitado pela Comissão Revisão Periódica Universal – instrumento de fiscalização do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU –, frequentemente recebe indicações para melhorar as condições das prisões e enfrentar o problema da superlotação; por isso, as recomendações feitas pela CNV podem contribuir para reformar o sistema penitenciário e facilitar o respeito aos direitos humanos<sup>958</sup>. A inclusão e o progredimento das medidas trariam benefícios para a população como a valorização da cidadania, e melhorariam a imagem do Brasil interna e externamente.

Foram, também, recomendadas medidas que se complementam, como a organização de órgãos de proteção e promoção dos direitos humanos, especialmente de prevenção e combate à tortura, devendo haver a valorização dos órgãos já existentes, como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e a Comissão de Anistia, e promovendo-se as reformas no arcabouço normativo que rege esses entes, com a finalidade de aprimoramento das condições para sua atuação. Da mesma forma, a Administração Pública, nos seus diversos níveis, deve apoiar a atuação das comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais que foram criadas no período de funcionamento da CNV, cuja duração perdurará mesmo com a extinção da Comissão Nacional. Foram sugeridas: a criação de comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura; o fortalecimento das defensorias públicas, garantindo-lhes efetivo acesso à Justiça; e a instituição de demais órgãos públicos de proteção e promoção dos direitos humanos nos estados e municípios<sup>959</sup>.

Essas medidas são fomentadoras de conhecimento, esclarecimento, debates, divulgação e popularização da cultura de direitos humanos, de divulgação do processo histórico e de preservação da memória e da verdade; introduzem e preservam o diálogo com a sociedade civil, tão indispensável na convivência consciente do Estado Democrático de Direito.

O Brasil vem envidando esforços para cumprir com a obrigação de adequar suas instituições aos parâmetros democráticos conforme recomendações previstas no relatório da CNV? E para que servem essas reformas?

---

<sup>957</sup> Ibidem.

<sup>958</sup> KAWAGUTI, Luis. Brasil tem 4ª maior população carcerária do mundo e déficit de 200 mil vagas. **BBC Brasil**. 29 maio 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120529\\_presos\\_onu\\_1k.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120529_presos_onu_1k.shtml)>. Acesso em 25 jun. 2017.

<sup>959</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

Os entes estatais que serviam apenas para assegurar o regime autoritário e estavam intrinsecamente relacionados ao regime repressivo, como as forças policiais e militares, devem ser estrategicamente eliminados e reestruturados. A título de exemplo, o Brasil extinguiu: os Destacamentos de Operações de Informações, subordinados ao Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI); o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e as Divisões de Segurança Institucional (DSIs); e o Serviço Nacional de Informação (SNI), que faziam parte dos órgãos de Administração Pública direta e indireta<sup>960</sup>. Além disso, foram reformados o Ministério da Defesa e o Ministério Público; este último, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, consagrou-se como de função essencial à justiça, com a missão constitucional de proteger o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, como também de promover o controle externo da polícia. Ademais, foi revogada a Lei de Imprensa e foi constituída a Defensoria Pública, para que todo e qualquer cidadão tenha direito à defesa assegurada na Constituição. Outra primordial providência foi a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos e dos tribunais eleitorais independentes.

O direito a entidades governamentais verdadeiramente democráticas orienta que sua implementação deve ir na direção de libertar de todo o autoritarismo do período que ainda pudesse estar presente nas esferas estatais. A ausência ou fragilidade de procedimentos de reforma das instituições nacionais de cada país torna o processo de justiça de transição mais vulnerável, e faz diminuir as expectativas de que não haja repetição de cometimento de crimes contra os direitos humanos. Devem funcionar como algo que protege e assegura o regime recém-abraçado, que insurge e se consolida com a transição<sup>961</sup>.

O Brasil vem buscando, ainda que lenta e parcialmente, adequar seus órgãos administrativos aos paradigmas da democracia. Não obstante tal reconhecimento, falta ainda uma profunda reforma a ser cumprida nas Forças Armadas e nos sistemas de segurança pública, bem como a chamada depuração administrativa, isto é, “[...] o processo de exclusão de pessoas dos cargos públicos sobre as quais se tem conhecimento da atividade reiterada de abusos em matéria de direitos humanos ou participação em práticas de corrupção”<sup>962</sup>. O referido pilar prevê, além da reforma dos organismos governamentais, o banimento de agentes públicos que incorreram em crimes durante o período ditatorial, e correlaciona-se com as reformas nas

---

<sup>960</sup> PIRES JÚNIOR, Paulo Abrão; TORELLY, Marcelo Dalmás. As razões da eficácia da Lei de Anistia no Brasil e as alternativas para a verdade e a justiça em relação as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985). **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, v. 8, n. 8, p. 183-219, 2010.

<sup>961</sup> VILLALBA, Clara Sandoval. Transitional Justice: Key Concepts, Processes and Challenges. **Institute for Democracy & Conflict Resolution**. Colchester: Essex Knowledge Gateway, 2011.

<sup>962</sup> VIEIRA, José Ribas; SILVA, Alexandre Garrido da. Justiça transicional, direito humanos e a seletividade do ativismo judicial no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito Candido Mendes**, v. 13, n. 13, p. 53-96, 2008.

estruturas do Legislativo advindo do regime ditatorial<sup>963</sup>. Esse tema foi aprofundado no capítulo que trata da Comissão Nacional da Verdade, no tópico das recomendações.

Nesse sentido, tais recomendações não foram efetivas por inteiro e algumas delas foram apenas iniciadas. Contudo, as referidas medidas incidiriam mais diretamente sobre os militares, setor que rechaçou a criação da CNV e proferiu a ela pesadas críticas; por esse motivo, no Brasil atual, são medidas de complexa adoção, constituindo-se um verdadeiro desafio para o Estado promover o seu desenvolvimento.

Outra medida de extrema relevância para o alcance da justiça é a persecução penal dos perpetradores de crimes contra a humanidade. O Estado Brasileiro claramente não cumpriu nem cumpre essa recomendação da CNV, que é igualmente orientação da Corte IDH e da própria justiça de transição; esta Corte entende que a instituição e o funcionamento de uma Comissão da Verdade no Brasil integram o conjunto das medidas de promoção do acesso à informação e revelação da verdade, mas “não substituem a obrigação do Estado de estabelecer a verdade e assegurar a determinação judicial de responsabilidades individuais, através dos processos judiciais penais”<sup>964</sup>.

Sobre o tema, Abrão e Torelly pontuam: “[...] as quatro dimensões políticas da Justiça Transicional adquirem plenamente o status de obrigações jurídicas ao passarem a compor o acordo político constitucional que dá integridade a um sistema de direitos [...]” que está “[...] fundado nos valores da democracia e dos direitos humanos, articulando, inclusive, o Direito interno e o Direito Internacional”<sup>965</sup>.

A Constituição Federal prevê o respeito à dignidade da pessoa humana e o acesso à justiça, entre outros princípios aplicáveis, e o Estado ratificou diversos instrumentos internacionais que caminham com a mesma coesão de argumentos e determinações. No entanto, seu não cumprimento ficou ainda mais evidente após a equivocada e desastrosa decisão do STF na ADPF 153 (por razões já refletidas no tópico de debate sobre a Lei de Anistia no Brasil do capítulo terceiro). Foi o mesmo que dizer que o Estado brasileiro se posicionou por não fazer justiça.

A cultura jurídica prevalecente corrobora a tese da sucessão intergeracional de leituras não democráticas, visto que o Poder Judiciário continuamente expandiu a visão de incidência e aplicação da Lei de Anistia, seja quanto ao objeto – usando a tese de que a lei fora

<sup>963</sup> PIRES JÚNIOR; TORELLY, 2010.

<sup>964</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Sentença de 24 nov. 2010. **Corte IDH**. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2012.

<sup>965</sup> ABRÃO; TORELLY, 2010.

bilateral para anistiar não somente os perseguidos, como também os membros do regime – seja quanto ao tempo, ampliando-a para acontecimentos posteriores ao ano de 1979<sup>966</sup>, como foi o caso do Riocentro.

#### 5.4.2 Desafio das recomendações sobre promoção da justiça

A Argentina engendrou e continua a desenvolver iniciativas impulsionadoras de realização de justiça; todavia, o Brasil não percorreu esse caminho (persecução penal) e, após a decisão da ADPF 153 pelo STF, o desafio tornou-se ainda maior.

Para atingir o propósito de justiça, a sociedade deve amadurecer projetos voltados à realização mais integral da justiça e da equidade, fortalecendo a democracia e a sociedade.

O Relatório da CNV, em seu capítulo primeiro, orienta que o material:

[..] deverá ser lido, portanto, como repositório de um conjunto robusto de informações, documentalmente comprovadas, mas que não encerram a busca da verdade relacionada à prática de graves violações de direitos humanos no período investigado. Essa luta por verdade, memória e justiça no Brasil deverá prosseguir após o encerramento dos trabalhos da CNV<sup>967</sup>.

Essa referenciada continuidade já era até mesmo prevista pela Lei nº 12.528 como um dos escopos da CNV: “[...] recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional” (artigo 3º, inciso VI)<sup>968</sup>.

Para a CNV, o Brasil segue com o grandioso desafio de realização de justiça conforme as pretensões dos pilares da justiça de transição, idêntica determinação da Corte IDH e anseio das vítimas, dos familiares das vítimas e das organizações em defesa dos direitos humanos<sup>969</sup>. O Estado deve, portanto, prosseguir com as investigações e proporcionar às vítimas, seus parentes e a sociedade informação sobre o que aconteceu. Investigar significa eliminar a possibilidade de reforçar algumas estruturas descumpridoras dos direitos humanos e facilitar a realização da justiça.

Ainda há muito a ser feito para que as recomendações da CNV sejam incorporadas e realizadas pelo Estado brasileiro; não só a verdade em si, como também a memória dos fatos e as reformas institucionais são aspectos de extrema importância para a continuidade do fortalecimento da democracia.

---

<sup>966</sup> ABRÃO, 2011.

<sup>967</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

<sup>968</sup> BRASIL, 2011b.

<sup>969</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

### 5.4.3 O invariável pensamento das Forças Armadas brasileiras diante das mudanças trazidas pelo processo de democratização do Estado brasileiro e pelo relatório da CNV

Até a atualidade, os militares continuam a negar a verdade dos acontecimentos ou a silenciar a respeito dos fatos criminosos daquele período; entretanto, isso não impediu, por completo, a reconstrução da história, a recuperação e preservação da memória e o revelar da verdade. Graças a outras fontes, foi viável o ressignificar daquele momento histórico. Todavia, sem dúvida, eles descumprem o preceito constitucional e legal do direito de acesso à informação e do direito à verdade e à memória.

A observação e averiguação do comportamento reiterado dos militares induz à conclusão de que não houve mudança no pensamento central da cúpula dos militares sobre o período autoritário, consoante se depreende da sequência de análise.

Em setembro de 2014, o Ministro da Defesa, Celso Amorim, encaminhou à Comissão Nacional da Verdade um documento contendo fragmentos de ofícios que solicitava ao Exército, à Marinha e à Força Área Brasileira informações sobre as conclusões das sindicâncias requeridas para apurar desvios de finalidade em instalações militares durante o período da ditadura militar. A Marinha e a Força Aérea, em resposta, afirmaram não ter elementos para confirmar ou negar a responsabilidade do Estado brasileiro por crimes praticados durante a ditadura<sup>970</sup>. Já o Exército escolheu não “[...] opinar sobre situações já definidas pelo ordenamento jurídico vigente”<sup>971</sup>. Em documento a subordinados, meses antes, o comandante do Exército, General Enzo Peri, “[...] ordenou que qualquer informação referente a atuação da corporação na ditadura deveria ser respondida pelo gabinete [...]” e, ato contínuo, “[...] proibiu unidades militares de facilitar o acesso a documentos sobre o tema”<sup>972</sup>. A determinação do General foi duramente criticada pela CNV e pelo Ministério Público Federal (MPF).<sup>973</sup> O gesto de silenciamento corrobora políticas de esquecimento.

---

<sup>970</sup> Em resposta, a FAB afirma ter realizado uma pesquisa em documentos históricos e não dispor “[...] de outras informações que possam corroborar as conclusões apresentadas pela CNV”. Por outro lado, o comando afirma não possuir “[...] elementos que sirvam de fundamento para contestar os atos formais de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro”. Na mesma linha, a Marinha sugere falta de indícios e provas documentais para “confirmar ou negar as informações apresentadas pela CNV.” (MILITARES dizem não poder negar ou confirmar crimes da ditadura. **Carta Capital**. 21 set. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/militares-dizem-nao-poder-negar-ou-confirmar-crimes-da-ditadura-6607.html>>. Acesso em: 24 jun. 2017).

<sup>971</sup> Ibidem.

<sup>972</sup> Ibidem.

<sup>973</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

Poderia isso ser um indício de que os militares admitiriam que houve a prática institucionalizada, e, já amplamente comprovada, de crime contra a humanidade durante a ditadura no Brasil? Seria a demonstração de algum desconforto?

Para responder a essa inquietação, ponderam-se as atitudes dos militares desde a ditadura até os comportamentos correntes, que remetem a pistas, perspectivas e indicativos de um futuro próximo.

No Brasil, os militares manipularam e direcionaram a transição com mão de ferro, sempre visando à proteção dos seus interesses, garantindo-se sob o escudo da impunidade com a Lei de Anistia e a manutenção de seu poder, mediante ameaças veladas para que não ocorressem grandes questionamentos que frustrassem seus planos e expectativas.

No decorrer dos anos após o término da ditadura militar brasileira, os militares nunca manifestaram a intenção de reconhecer e admitir o incorrer de atos de violência na segunda mais longa ditadura do continente, que durou 21 anos<sup>974</sup>. De fato, em diversos momentos o prognóstico anunciou exatamente o movimento inverso, o que pode ser constatado por incontáveis posicionamentos e manifestações.

Evidenciam-se, a seguir, alguns dos comportamentos e atitudes dos militares demonstrando que, desde o fim da ditadura até o momento, eles não querem – nem pretendem –, em curto prazo, fazer ao menos *mea culpa* pelas mentiras contadas à sociedade brasileira, pelos sequestros, prisões ilegais, torturas e desaparecimentos, quer dizer, pelos crimes de lesa-humanidade por eles institucionalizados e cometidos:

a) quando os militares souberam da criação da CNV, as três forças militares reagiram enfaticamente contra, por meio de manifestos e ameaças veladas, como já referenciado no capítulo anterior<sup>975</sup>;

b) em cerimônia realizada no Palácio do Planalto (18 de novembro de 2011) para sancionar a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, a Presidente Dilma Rousseff era aclamada por todos os presentes ao enfatizar aquele “dia histórico”, exceto pelos quatro comandantes: o do Exército, o da Marinha, o da Aeronáutica e o chefe do Estado-Maior Conjunto<sup>976</sup>. Cena emblemática e representativa de contrariedade;

---

<sup>974</sup> E o Brasil, sede da mais longa ditadura da região (com exceção do recordista Alfredo Stroessner, que aterrorizou o Paraguai entre 1954 e 1989), continua sendo uma fortaleza inexpugnável de impunidade para quem matou e torturou sob o manto do Estado autoritário de 1964 (CUNHA, 2014).

<sup>975</sup> PERES, João. Vannuchi: Militar não deveria falar na sanção da Comissão da Verdade. **Rede Brasil Atual**. 24 nov. 2011. Disponível em: <[http://smabc.org.br/smabc/blog.asp?id\\_CON=28214&id\\_SUB=81](http://smabc.org.br/smabc/blog.asp?id_CON=28214&id_SUB=81)> Acesso em: 24 jun. 2017.

<sup>976</sup> CUNHA, 2014.



c) nessa mesma cerimônia, os militares conseguiram vetar o discurso de Vera Paiva, filha do ex-deputado Rubens Paiva, morto pela ditadura (1964-85); conforme sustenta o ex-Ministro da Secretaria de Direitos Humanos Paulo Vannuchi, “[...] a escolha de Vera Paiva havia sido adequada por representar uma das mortes de maior caráter simbólico do período autoritário”. Explicou, ainda, que não era possível atribuir à Presidente Dilma Rousseff nem aos ministros a decisão que gerou desconforto e irritação dos parentes de vítimas do regime. “O que ocorreu no ato foi aquela incapacidade que existe, e que não parte da presidenta, da ministra, mas do entorno, que não tem a segurança e o domínio que esses superiores têm, e recebem uma aura de paúra descabida, de pavor [...]”<sup>977</sup>, afiançou<sup>978</sup>;

d) em maio de 2012, o General aposentado Leônidas Pires Gonçalves, na época com 92 anos, ex-Ministro do Exército do governo Sarney, referindo-se à possível pressão proveniente da CNV, asseverou que: “Se quiserem fazer pressão no Supremo Tribunal Federal, o Poder Moderador<sup>979</sup> tem de entrar em atuação no País [...]”; chamava o poder dos militares de moderador, numa clara reação de ameaça<sup>980</sup>;

e) a história do golpe é retratada com uma série de inverdades, como a de ter sido uma “revolução democrática” promovida por “[...] grupos moderados e respeitadores da lei e da ordem [...]”, além de outras envolvendo a posse do general Castelo Branco e a Guerrilha do Araguaia, em livros didáticos usados por 14 mil alunos matriculados em escolas militares do país<sup>981</sup>;

f) o misterioso e inexplicável “sumiço” de documentos serviu de justificativa de oficiais para alegar a impossibilidade em identificar atividades, a lotação e permanência dos oficiais, e elucidar casos de tortura e desaparecimento da época da ditadura<sup>982</sup>;

g) o Ministério da Defesa deixou de responder a quase 40% dos ofícios encaminhados pela CNV, cujas respostas auxiliariam no esclarecimento dos fatos ocorridos durante a ditadura<sup>983</sup>;

---

<sup>977</sup> PERES, 2011.

<sup>978</sup> O cancelamento do discurso de Vera Paiva teria sido definido pelo receio de que a fala provocasse mal-estar nas Forças Armadas, que não estavam diretamente representadas no evento. “Militar não teria que falar em hipótese alguma. Quem poderia falar, em tese, é o ministro da Defesa. No caso, falou a presidenta da República, então ela está falando em nome de todos os militares e de todos os ministros”, diz Vannuchi (Ibidem).

<sup>979</sup> O pândego ex-ministro não fazia, aqui, uma menção nostálgica à bonomia dos monarcas da Casa de Bragança, que ocupou no Império brasileiro a posição de árbitro entre os poderes para dar estabilidade política à Nação, até o advento da República. Debochado, Leônidas não clamava pelo império da moderação, mas brandia a ameaça da república da repressão, que quebrou a ordem constitucional em 1964 e impôs a anarquia ilegal da ditadura imoderada que prendeu, torturou, matou e desapareceu com seus opositores mais radicais (CUNHA, 2014).

<sup>980</sup> Ibidem.

<sup>981</sup> Ibidem.

<sup>982</sup> Ibidem.

<sup>983</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b.

h) os militares demonstram resistência para aceitar a autoridade civil, como evidenciado no episódio envolvendo o Ministro da Defesa, Celso Amorim, e seus assessores civis, que foram impedidos de entrar no Centro de Informações do Exército (CIE) sob o pretexto de que naquele local não entram civis, apenas militares; somente o Ministro, que se submeteu a esse desrespeito e desprezo, pôde entrar<sup>984</sup>;

i) em outro episódio, os militares distenderam uma investigação sobre cada um dos membros da CNV e construíram um dossiê com fotos e um resumo da sua biografia, o que comprova que foram espionados<sup>985</sup> – não se divulgou até o momento o que se pretendia com o dossiê;

j) os ministros da defesa são trocados constantemente, pois pouco tempo duram no cargo por não se submeterem completamente aos caprichos das Forças Armadas; para satisfação dos militares, o ministro precisa atuar na defesa dos militares e não na defesa do Estado<sup>986</sup>;

k) o Exército chamou o Relatório da CNV de leviano por citar nomes de membros das Forças Armadas envolvidos em sequestros, torturas e desaparecimentos<sup>987</sup>; considerou isso uma total falta de respeito aos oficiais.

Tais atitudes hegemônicas de silenciamento, rejeição, contraposição e enfrentamento das políticas de memória e ressignificação corroboram a tese de que os militares não pretendem reconhecer as práticas atrozes e nefastas por eles cometidas, e reforçam o discurso que gerou e ainda gera descrença em parte da população, pelas atrocidades cometidas.

A lista de acontecimentos demonstra que não há qualquer intenção manifesta dos militares brasileiros em admitir que perpetraram crimes contra a humanidade durante o regime militar, haja vista a extensa listagem de aversões demonstrando tal ausência. Ademais, não há contraexemplo que pudesse colocar em dúvida essa afirmação.

Esse não reconhecimento ocorre tanto por parte dos antigos integrantes do Exército, hoje na reserva, como por parte dos atuais militares. É mesmo surpreendente que, mesmo que

---

<sup>984</sup> CUNHA, 2014.

<sup>985</sup> RODRIGUES, 2014.

<sup>986</sup> No Brasil, a hegemonia militar ainda é muito forte. As três forças só perderam o status de Ministério no segundo governo FHC, em 1999, 14 anos depois que o último general-presidente deixou o Palácio do Planalto pela porta dos fundos. Os ministros militares tornaram-se apenas comandantes, chefiados por um civil no posto de Ministro da Defesa. Desde o primeiro ministro, o senador Elcio Alvarez, até o atual, embaixador Celso Amorim, passaram pela Defesa sete ministros no decorrer desses 14 anos, um tempo médio de 25 meses no posto para cada um, ao longo de um governo do PSDB (FHC) e três do PT (dois com Lula, um com Dilma). O mais fugaz, o primeiro, resistiu sete meses como ministro. O mais longo, Nelson Jobim, sobreviveu 49 meses, somando quase todo o segundo Governo Lula e metade do primeiro ano de Dilma no Planalto (CUNHA, 2014).

<sup>987</sup> EBOLI, Evandro. Militares reagem e aumenta adesão ao manifesto contra o governo. **O Globo**. 02 set. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/militares-reagem-aumenta-adesao-manifesto-contr-governo-4126560>>. Acesso em: 02 maio 2017.

os atuais comandantes sejam pessoas que não participaram dos terríveis acontecimentos da época, e que muitos dos que atuaram estejam mortos ou inativos, não se vislumbra uma atitude de grandeza e hombridade em reconhecer e se desculpar com a nação, como fizeram os vizinhos da Argentina<sup>988</sup>, pelo General Martin António Balza, e do Uruguai, na figura do presidente de seu país, José Mujica, direcionando-se aos familiares de vítimas do regime militar.

Agindo como acima explicitado, as Forças Armadas brasileiras desempenharam papel de contensão ao aprofundamento das raízes democráticas, limitando o acesso à informação, à verdade e à memória, além de terem dificultado sobremaneira a ressignificação da história recente do país.

Estão postos os grandes e ousados desafios ao Estado e à população no fortalecimento da democracia brasileira.

No horizonte atual, observa-se que as ações e iniciativas elencadas e ponderadas correspondem nitidamente à justiça de transição. Disso é possível inferir que a transição política brasileira se evidencia pelo prolongado período, pela morosidade e pela suavização de relevantes medidas de valorização dos direitos humanos, como o direito à verdade, à memória e à justiça. Tal comportamento alimenta a amnésia e estimula o esquecimento e a injustiça.

Nota-se que o pilar da justiça de transição que estabelece a reparação econômica foi o que mais prosseguimento obteve no Estado, seguido pelas medidas de verdade e memória, sendo relegadas ao segundo plano, embora não descartadas, a reforma institucional (mais propriamente das Forças Armadas) e a realização de justiça. Até o presente, algumas medidas de justiça foram realizadas, como a divulgação do nome dos perpetradores das violações, a recuperação de emprego, cargo ou função, a mudança na versão oficial da história, bem como o reconhecimento pelo Estado brasileiro das práticas de violência durante o período autoritário;

---

<sup>988</sup> É difícil imaginar o nosso comandante do Exército Brasileiro, Enzo Martins Peri, imitando o gesto corajoso de seu confrade Martin António Balza, Comandante do Exército argentino entre 1991 e 1999, nos dois mandatos de Carlos Menem. Como tenente-coronel e especialista em guerra de montanha, Balza comandou um grupo de artilharia na malograda Guerra das Malvinas, em 1982. Foi preso pelos ingleses e, pela bravura que Galtieri e os generais de Buenos Aires não tiveram, recebeu a Medalha de Mérito do Exército. Seu ato mais notável, no entanto, foi a aparição que fez na noite de 25 de abril de 1995 no programa de entrevistas mais importante da TV argentina, *Tiempo Nuevo*, apresentado pelo jornalista Bernardo Neustadt. Com o uniforme cáqui de comandantes e os cabelos brancos, aos 61 anos, o General Balza iniciou um inesperado *mea culpa* que emocionou o país, ainda traumatizado pelos 18 mil desaparecimentos oficialmente reconhecidos (30 mil para entidades de direitos humanos) nos anos da “guerra suja”, entre 1976 e 1983. Tirou um papel do bolso, botou os óculos e com voz firme, carregada de convicção, o general Balza leu um texto emocionante que poderia ser lido, tal e qual, pelo general Peri. Falou Balza: – O Exército, instruído e adestrado para a guerra clássica, não soube como enfrentar com a lei plena o terrorismo demencial. Este erro o levou a privilegiar a individualização do adversário, sua localização acima da dignidade mediante a obtenção, em alguns casos, da informação por métodos ilegítimos, chegando inclusive à supressão da vida, confundindo o caminho que leva a todo fim justo e que passa pelo emprego de meios justos. Uma vez mais reitero: o fim não justifica os meios. [...] assumo toda a responsabilidade do presente e toda a responsabilidade institucional do passado. (CUNHA, 2014).

contudo, o processamento, o julgamento e a condenação estão impedidos, especialmente após o Supremo Tribunal Federal ter julgado improcedente a ADPF nº 153.

### 5.5 O BRASIL E A INVERSÃO DA LÓGICA DA TRANSIÇÃO

Na justiça de transição, as medidas reparatorias são relacionadas às vítimas e a como restaurar os direitos da população. Como em muitos outros países, a justiça de transição brasileira teve início com a Lei de Anistia, a qual permitiu o retorno dos exilados e o fim da perseguição aos opositores do regime, além de iniciar, de forma tímida, algum tipo de reparação. A partir daí, as diferenças abundam.

O Brasil inegavelmente seguiu a intenção e recomendação dos militares de realizar uma transição lenta, gradual e segura, sem incorrer no perigo da “argentinização”<sup>989</sup> do processo; teve saídas apenas sutis do *script* autoritário. Uma delas foi todo o processo das Diretas Já, campanha que assumiu proporções maiores do que as imaginadas pelos militares, além de ter levado à eleição de Tancredo Neves e não de Paulo Maluf, o preferido dos militares.

O Brasil achava-se em decadência, diminuído pelo autoritarismo dos anos pretéritos. A justiça de transição, por não ter sido imediata como ocorreu em outros países da América Latina (Chile e Argentina), tornou-se tardia e pouco efetiva<sup>990</sup>, com regras próprias. A transição no país se consolidou com a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e a consequente promulgação da Carta Magna, fortalecendo a democracia e trazendo o país de volta a uma normalidade constitucional.

O Brasil se permitiu a primeiro fortalecer a democracia, com a promulgação da constituição e a realização de eleições diretas para todas as suas esferas de poder, bem como com a criação, a ampliação e o fortalecimento de instituições democráticas.

A propósito das instituições, Teitel descreve a função construtivista que o direito cumpre nos contextos de transição para distinguir que as instituições são ao mesmo tempo

<sup>989</sup> BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.4, p. 23.

<sup>990</sup> GALINDO, Bruno; ASSIS, Emerson. Justiça de transição, violência do Estado e criminalidade comum: relações possíveis à luz das transições políticas, na Argentina, no Chile e no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE CIÊNCIA POLÍTICA DA IPSA (INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION), 23. **Anais...** Montreal: IPSA, 19 jul. a 24 jul. 2014. Disponível em: <[http://paperroom.ipsa.org/papers/paper\\_34537.pdf](http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_34537.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

objeto e causa de transformações operadas no cenário de uma particular e contingente dinâmica da justiça de transição. Nesse cerne, o direito é constitutivo das instituições na mesma medida que intercede pela preservação de certo nível de continuidade formal, e se insere, ao mesmo tempo, numa autêntica instância de descontinuidade transformativa<sup>991</sup>.

As instituições agrupam, a um só tempo, uma instância produzida e produtora de justiça, responsabilização e inclusão política, como também de uma narrativa sobre o passado, pois são propósitos da justiça de transição as perspectivas de justiça, inclusão política, reconciliação e paz não poderem ser aceitas como *a priori* histórico de conjunturas pós-conflitivas, uma vez que não defluem de tais conjunturas naturalmente, mas como resultados de um esforço comum de criação de direitos e de modificações institucionais.

Destarte, é somente após o fortalecimento das instituições democráticas que o Brasil adentra propriamente nas medidas de transição, quais sejam a reparação, a verdade e a memória, reformas institucionais e a justiça.

Uma das medidas da justiça de transição é a reparação. De fato, esta se constitui em uma das medidas mais amplamente praticadas pelo Estado brasileiro, conforme tratado anteriormente na presente tese. As reparações podem ser econômicas, como as pensões e indenizações, ou simbólicas, como os pedidos de desculpas, reabilitação, compensação, criação de museus e monumentos, denominação de prêmios, entre outras, e servem como instrumentos de busca, na medida do possível, de retorno ao *status quo* anterior.

Não obstante, não se pode dizer que as reparações se exauriram; outras medidas ainda podem ser acolhidas, como a instituição de feriado no dia internacional da memória, a criação e manutenção de mais memoriais, além da inserção de atos de luto rememoração para difundir a verdade e o não esquecimento, visando cada vez mais ao aperfeiçoamento do regime democrático.

Trazer à tona a verdade e a memória sobre os fatos ocorridos, uma vez que muitos dos crimes foram cometidos de forma secreta ou velada: esse eixo da justiça de transição também foi desenvolvido pelo Brasil, pelo relatório *Brasil Nunca Mais*, pela Comissão de Anistia e pela Comissão de Mortos e Desaparecidos (embora não fosse seu objetivo principal). Finalmente, em 2014, a CNV concluiu seus trabalhos.

---

<sup>991</sup> TEITEL, 2000.

Conquanto nem toda a verdade tenha sido exposta (graças à não colaboração militar em disponibilizar os documentos da época), a CNV foi importantíssima, pois inseriu essa temática no dia a dia, nos jornais, nas televisões, nas universidades, entre intelectuais, artistas e defensores dos direitos humanos, enfim, uma ampla gama da sociedade. Nunca antes na história do Brasil se havia dado tanta publicidade e extensão a temas dessa magnitude e natureza.

O eixo das reformas institucionais também foi inicializado com a extinção de instituições próprias do período autoritário, com a reforma de outras e a criação ou o fortalecimento de instituições em defesa do cidadão, da fiscalização do Estado e de fomento ao respeito aos direitos humanos.

Finalmente, os eixos ou as dimensões da justiça de transição não estão dissociados; desse modo, conceitual e objetivamente falando, as medidas de verdade, memória, reparação e reforma institucionais também estão relacionadas com a justiça. A exposição do nome dos violadores dos direitos humanos, além do reconhecimento do Estado pela morte e pelo desaparecimento das vítimas, faz parte da bandeira da justiça, da mesma forma que outras medidas simbólicas e afetivas.

De fato, a principal medida de justiça, para muitos autores, seria a persecução penal dos perpetrados de crimes contra a humanidade, que foi equivocadamente rechaçada pelo STF no julgamento da ADPF 153 (objeto de consideração do capítulo terceiro). Portanto, seu primordial traço, segundo esse entendimento, não foi alcançado.

Após toda essa digressão de conceitos e teorias sobre a justiça de transição e a realidade empírica do país, tem-se que o Brasil examinou, percorreu e compulsou todas as medidas do eixo ou as dimensões da justiça de transição. O país entendeu, até aqui, que as medidas da justiça de transição, tão bem descritas como recomendações da CNV, podem seguir adiante, implementando novas e aperfeiçoando outras já contempladas, tudo em nome do aprimoramento das instituições e de um maior desenvolvimento da democracia consolidada. O único ponto para o qual não se previu – nem se prevê – continuidade é a busca pela punição dos responsáveis, impedida pela Lei de Anistia.

Se não se pode fazer a persecução penal como medida de justiça, qual a perspectiva a ser aventada sobre a recomendação de justiça de transição?

As medidas de transição não se esgotaram até hoje, e cada sociedade enfrenta acontecimentos drásticos como as graves violações de direitos humanos ao seu modo. Tais

medidas constroem-se no presente e para o futuro, levando em conta que “fazer justiça e pensar medidas de justiça num contexto de mudanças políticas é olhar para o passado, mas também para o futuro”<sup>992</sup>.

Recentemente, uma crítica dirigida à hegemonia teórica das dimensões da justiça de transição, precipuamente a justiça legal (inegavelmente substancial), sobre a prestação de contas pelos Estados violadores, achou na proposição de ampliação do conteúdo cognitivo produzido na disciplina internacional da Justiça de Transição uma opção analítica. Funda-se em uma abordagem sincrética, a qual ambiciona reconciliar as justiças restaurativa e distributiva.

O que é justiça, afinal? No decorrer da história do pensamento jurídico, foram sustentadas diversas teorias da Justiça. Tais teorias diferenciam-se em resultância da resposta que deram à pergunta: qual é o fim último do Direito? As diversas soluções apresentadas podem ser catalogadas em três grupos: i) justiça é ordem – esta teoria emerge da consideração da paz social como fim último do Direito; ii) justiça é igualdade – para esta compreensão, que é a mais antiga e tradicional (advinda de Aristóteles), o fim do Direito é o de garantir a igualdade, seja nas relações entre os indivíduos (tradicionalmente cognominada de justiça comutativa), seja nas relações entre o Estado e os indivíduos (majoritariamente denominada de justiça distributiva). iii) justiça é liberdade – por esta compreensão, o fim último do Direito é a liberdade. Desse modo, assegurar a expressão máxima da personalidade não seria possível se um conjunto de normas coercitivas não tutelasse, para cada um, uma esfera de liberdade, evitando a violação por parte dos outros<sup>993</sup>.

Em interessante artigo, Raul Ferreira lança argumentos que se coadunam com a perspectiva aqui defendida. Nota-se que em praticamente todas as aloções dos estudiosos brasileiros trata-se da punição criminal dos agentes do Estado violador; dito de outra forma, a realização da justiça está diretamente conectada com a prisão, o que vem ocorrendo em países da América Latina, como o Chile e primordialmente a Argentina. Frisa-se que o argumento que subjaz nessa concepção de justiça é: a punição criminal dos torturadores é necessária como forma de evitar que a barbárie se repita<sup>994</sup>.

Como demonstrado no famoso dispositivo da Lei de Talião, orientadora do direito na Antiguidade – “olho por olho, dente por dente” –, a compleição retributiva da justiça talvez

---

<sup>992</sup> TEITEL, 2000.

<sup>993</sup> BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Trad. Alfredo Fait. 2. ed. São Paulo: Editora Mandarin, 2000.

<sup>994</sup> FERREIRA, Raul Carvalho Nin. Verdade e justiça sem medos. **Revista Crítica do Direito**, v. 47, n. 2, 2013.

seja o seu mais antigo sentido. Com efeito, considerando a visão do saber jurídico-penal, a justiça criminal é concretizada por intermédio da aplicação da pena, compreendendo uma dupla função: a de retribuição pelo mal causado pela transgressão cometida, e também a de derivação educativa de prevenção em relação à prática de novos crimes<sup>995</sup>.

Destarte, importa para o presente exame outro aspecto da justiça criminal, o qual é representado pela função de prevenção à prática de novos crimes, pois é nesta seara que se ambiciona justificar a defesa da punição dos agentes públicos violadores. Tal concepção de justiça fundamenta-se nas chamadas teorias preventivas da pena, formuladas no âmbito do saber jurídico-penal com o objetivo de conferir legitimidade para a aplicação da pena. Tem-se, destarte, a prevenção geral (positiva e negativa) e a prevenção especial<sup>996</sup>.

Na medida em que a prevenção geral negativa evidencia a aplicação da pena como forma de “produzir efeitos de intimidação sobre a generalidade das pessoas, atemorizando os possíveis infratores a fim de que estes não cometam quaisquer delitos”<sup>997</sup>, a prevenção geral positiva justifica sua aplicação numa “proteção da consciência social da norma”. A prevenção especial, por sua vez, vê na aplicação da pena medida corretiva da pessoa do criminoso para que este não volte a delinquir.

O direito penal ostenta o corolário de resguardar os bens jurídicos representativos dos valores mais importantes da sociedade. Dessa premissa extrai-se o seguinte: em havendo uma transgressão à lei penal, ocorre de fato o rompimento do contrato social pelo cidadão infrator, que passa a ser visto como inimigo da sociedade. A pena resguarda a finalidade de promover a reparação social causada pela transgressão, como se pudesse mitigar o mal cometido<sup>998</sup> e, “se isso não for possível, é preciso que o dano não possa mais ser recomeçado pelo indivíduo em questão ou por outro”<sup>999</sup>.

Essa forma tradicional de se fazer justiça é a única que pode ser utilizada para a realização do eixo da justiça?

Michel Foucault suscita a possibilidade de se pensar em um “direito novo” sem esclarecer que direito seria esse. Contudo, o “direito novo” foucaultiano encontra eco no

---

<sup>995</sup> FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Justiça como retribuição: da razão e da emoção na construção do conceito de justiça. In: PISSARA, Maria Constança Peres; FABBRINI, Ricardo Nascimento (Coords.). **Direito e filosofia: a noção de justiça na história da filosofia**. São Paulo: Atlas, 2007.

<sup>996</sup> FERREIRA, 2013.

<sup>997</sup> SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JR., Alceu. **Teoria da pena**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 131.

<sup>998</sup> FERREIRA, 2013.

<sup>999</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005.



enfoque do abolicionismo penal<sup>1000</sup>. De acordo com essa compreensão, os conflitos sociais são próprios da vida em sociedade, portanto a aspiração do sistema de justiça criminal de “acabar com o crime”, isto é, de conjecturar uma sociedade isenta de crimes e sem quaisquer conflitos sociais, é irreal. Por isso, devem-se buscar formas outras de lidar com esses conflitos. Dentro dessa realidade, surgiram diferentes “mecanismos naturais de regulação social”, que são informais. Na persistência dos fatos, seria possível recorrer ao sistema judiciário cível, que visaria a uma reparação ou retribuição. E, finalmente, existe o modelo de solução de conflitos com a organização dos chamados “encontros cara a cara”; dito de outra forma, seria a constituição de espaços comunitários de discussão coletiva dos conflitos sociais, reunindo-se tanto as vítimas como aqueles que causaram o dano e os demais membros da comunidade, tudo isso como forma de “apaziguamento dos conflitos”<sup>1001</sup>. Essa proposta abolicionista é proeminente e deu origem à chamada justiça restaurativa.

A África do Sul, respeitando suas questões histórias e culturais, após o período de violência promovida pelo *apartheid* adotou uma Comissão de Verdade e Reconciliação destinada a apurar os crimes cometidos durante o estado de exceção. O modelo de justiça adotado foi o da justiça restaurativa.

Wendy Lambourne sugere uma Justiça Transformativa vocacionada a congregar o passado autoritário e o futuro democrático de maneira duradoura por intermédio de mecanismos e processos localmente relevantes, capazes de impulsionar a prestação de contas, a verdade, a memória, a justiça socioeconômica e a justiça política, integrando-se a um processo compreensivo de construção da paz<sup>1002</sup>.

Observa-se a extensão do entendimento da ONU sobre o tema da justiça de transição no pronunciamento abaixo transcrito:

A noção de “justiça de transição” [...] compreende o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e se conquiste a reconciliação. Tais mecanismos podem ser judiciais e extrajudiciais, com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum), bem como abarcar o juízo de processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de

---

<sup>1000</sup> FOUCAULT, 2005.

<sup>1001</sup> HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. Trad. Maria Lúcia Karan. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

<sup>1002</sup> LAMBOURNE, Wendy. Transitional justice and peacebuilding after mass violence. **International journal of transitional justice**, v. 3, n. 1, p. 28-48, 2009.

antecedentes, a destituição de um cargo ou a combinação de todos esses procedimentos<sup>1003</sup>.

Nesse cerne, é possível classificar a justiça de transição em três conjuntos de ações para a realização da justiça: a justiça legal (ou retributiva), a restaurativa e a social. A justiça legal foi a mais comum no encetamento da justiça transicional e foca-se em processar e punir os perpetradores além de reestabelecer a lei, reparando os sistemas judicial e de segurança. A justiça restaurativa, tratamento mais utilizado atualmente, articula-se no recolhimento de informações sobre o passado violento, no processo de cura das vítimas e seus familiares e na reconstrução de comunidades, por meio de reconciliação e da preservação da memória coletiva. E a justiça social busca sanar injustiças econômicas, políticas e sociais que podem ter auxiliado na geração do conflito; define a base de uma sociedade justa e estável por meio da instituição de reparações financeiras ou simbólicas, programas afirmativos, abordagens de gênero, dentre outras medidas<sup>1004</sup>.

O Brasil fez escolhas que podem ser consideradas incorretas do ponto de vista das vítimas e de seus familiares, de vários grupos defensores dos direitos humanos, de muitos estudiosos etc. Contudo, essa discordância, própria da democracia, não deve eternizar a justiça de transição brasileira. De toda sorte, o pensamento não impediria que tais medidas fossem buscadas e concretizadas sob o signo de aperfeiçoamento da democracia.

Sobre o término da transição, vale lembrar a expressiva colocação de O'Donnell e Schmitter, que asseveram:

a transição se encerra quando a 'anormalidade' já não constitui a característica principal da vida política; acontece quando os atores estabelecem – e respeitam – um conjunto de normas mais ou menos explícitas que definem os canais a serem utilizados para acesso a cargos de governo, os meios que podem empregar legitimamente em seus conflitos, os procedimentos a se aplicar na tomada de decisões estatais, e os critérios usados para excluir do jogo. Em outras palavras, a normalidade torna-se uma característica principal da vida política quando aqueles que estão ativos na política nutrem a expectativa de que todos ajam de acordo com as regras – e ao conjunto dessas regras de jogo denominado regime<sup>1005</sup>.

O processo de transição possui dos campos bastante distintos que recentemente ganharam relevância devido à recorrência sobre o tema: a transitologia e a consolidologia,

<sup>1003</sup> ANNAN, Kofi. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório S/2004/616 apresentado ao Conselho de Segurança da ONU em 23.08.04. **Revista da Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 01, p. 320-51, Brasília, jan./jun. 2009. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Repre\\_Memoria\\_pdf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Repre_Memoria_pdf)> Acesso em 24 ago. 2017, p. 325.

<sup>1004</sup> ANDRIEU, Kora. Transitional Justice: A new discipline in Human Rights. **Online Encyclopedia of Mass Violence**, jan. 2010, p. 24.

<sup>1005</sup> O'DONNELL; SCHMITTER, 1986.p. 107.

objeto de nova subdisciplina da Ciência Política, conforme visto no item 5.1. Respeitando-se essa problemática teórica, no item seguinte passa-se à compreensão da consolidologia e aborda-se a questão na perspectiva da experiência da democracia no Brasil e da sua consolidação.

### 5.5.1 Reconhecimento e consistência da democracia

Passa-se à verificação dos critérios teóricos, políticos e filosóficos sobre o que se entende por democracia para efeito da transição. A abordagem não visa a compreender todas as visões sobre democracia, sua completa evolução e as diversas teorias existentes ou sua constante adjetivação, e sim a compreensão da teoria da democratização em contraposição ao autoritarismo.

O tipo de transição perfilhada pelo país influencia a sua própria democratização; nessa esteira, tanto para O'Donnell<sup>1006</sup> como para Huntington<sup>1007</sup>, as transições não pactuadas, ou por ruptura, reúnem mais elementos voltados à perspectiva de administrar um tipo mais amplo, integralizado e/ou menos limitado de democracia. Isso ocorre porque, não existindo pactos, há a incidência maior de facilidades de prosseguir nas reformas econômicas, políticas e sociais, ou até mesmo de concretizar a persecução penal pelos crimes cometidos, como foi o caso da Argentina. Por outro lado, admite-se que a redemocratização rápida pode impulsionar o surgimento de oposições e confrontações diretas entre forças de interesses organizados, contrárias à democratização.

A democratização cuida da fase em que as mudanças no cenário político não se limitam a uma expansão de direitos e garantias dos cidadãos, havendo, além disso, a mudança do próprio regime político autoritário, de modo a permitir que o comando do governo volte a ter como base a soberania popular<sup>1008</sup>.

Dada a sua dinamicidade, a história da democracia nunca foi simples ou estável. A arena conceitual das análises sobre a democracia, comumente, tem sido delimitada territorialmente, pelo estado nacional. O século XX foi repleto de surgimentos de novas democracias, lançando, em termos geográficos, a mais difundida inauguração de governos nacionais democráticos de todos os tempos; contudo, a democracia moderna vinha sofrendo contínuas e significativas mudanças e insatisfações.

---

<sup>1006</sup> O'DONNELL; SCHMITTER, 1986.

<sup>1007</sup> HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state**: The theory and politics of civil-military relations. Harvard University Press, 1981.

<sup>1008</sup> QUINALHA, 2013.

A reflexão teórica sobre democracia tem sido uma das marcas predominantes do pensamento moderno, e dela decorre uma infinidade de formas de classificação (ou adjetivação) de democracia, que são facilmente encontradas. A teoria democrática, a partir das concepções de Schumpeter, Dahl, Huntington e Przeworski, caracteriza-se por estabelecer uma definição de democracia que outros autores chama de “mínima”. Aqui apresentar-se-ão as classificações de Schumpeter e de Robert Dahl.

Schumpeter tece críticas à doutrina clássica da democracia e demonstra uma mudança essencial na sua concepção; ele percebe que ocorreu uma inversão nos papéis dos eleitores e dos eleitos, determinada pela doutrina clássica. Com outros termos, o modo de eleger os governantes na doutrina clássica desempenha papel secundário em relação ao papel do eleitorado: este tem primazia sobre aquele. Contudo, acontece uma inversão; agora, para o sistema democrático, os eleitores passam a desempenhar um papel secundário diante da eleição dos representantes, que concretamente assumem as decisões políticas; então, não é mais relevante “[...] atribuir ao eleitorado o poder de decidir sobre assuntos políticos”<sup>1009</sup>.

O autor é denominado concorrencial e é considerado um dos teóricos da corrente elitista. O núcleo do seu modelo consiste na concorrência das elites e não na decisão popular. Dessa forma, para Schumpeter, o método democrático é definido como “um sistema institucional, para tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”<sup>1010</sup>. Na expressão do próprio autor:

Em primeiro lugar, de acordo com o ponto-de-vista que adotamos, a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão<sup>1011</sup>.

Para o teórico, a efetiva realização da democracia usualmente citada como democracia participativa não é possível em consequência da natureza humana, que com facilidade se sujeita à influência de suas predileções e à indiferença em relação a eventos não imediatamente discerníveis<sup>1012</sup>; ele observa a democracia sob o prisma da institucionalização política, relegando as relações entre democratização político-institucional e democratização social. Percebe-se que o autor, em síntese, advoga a noção de que um regime democrático é

---

<sup>1009</sup> SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 326.

<sup>1010</sup> Ibidem, p. 328.

<sup>1011</sup> Ibidem, p. 346.

<sup>1012</sup> Ibidem, 1961.

aquele em que as pessoas escolhem seus líderes por meio do voto nas elites. A democracia é inerentemente um arranjo institucional para a realização de decisões políticas.

Dahl, apontado como um teórico da vertente pluralista, elenca três tipos de democracia: i) democracia *Madisoniana*; ii) democracia populista; e iii) democracia Poliárquica<sup>1013</sup>. Para ele, a democracia é um sistema político que possui como um de seus predicados ser inteiramente responsivo a todos os seus cidadãos. Desse modo, a democracia é aquele regime que propicia: i) participação efetiva, em que todos os membros possuem iguais e efetivas chances de expressar suas opiniões aos outros cidadãos; ii) igualdade de voto, [todos os membros são computados como iguais]; iii) autoridade sob a agenda política; iv) conhecimento sobre fontes alternativas de informação; v) inclusão de todas as pessoas e outras manifestações de preferência dos cidadãos. São as chamadas “condições de Dahl” que caracterizam a poliarquia. Enfatiza ainda o autor que, se qualquer dessas características for infringida, os membros não são mais politicamente iguais<sup>1014</sup>.

Nesse cerne, a democracia é instrumento da liberdade, já que alguns direitos, liberdades e oportunidades são essenciais para o processo democrático, incluindo o direito à livre expressão, à organização política, à oposição, a eleições justas e livres, e devem perdurar enquanto existir o processo. Ademais, a democracia expande até os alcances máximos a oportunidade de autogovernar-se, de respeitar as leis que o próprio cidadão propôs ou elegeu, e de ter autodeterminação, sendo esse o fim desejável<sup>1015</sup>.

Destarte, os dois autores mantêm-se no âmbito de uma definição procedimental mínima; permanecem na esfera da democracia política ou eleitoral, havendo algumas distinções. No entanto, na obra de Dahl *Sobre a democracia*, ele acresce às instituições necessárias à poliarquia tanto condições essenciais quanto condições favoráveis a ela<sup>1016</sup>.

As eleições são consideradas a grande fronteira entre um e outro regime e, como visto, para outros autores as eleições precisam ser acompanhadas de outras medidas que ensejem o fortalecimento das instituições democráticas e de fiscalização, e a ampla participação do cidadão no processo.

---

<sup>1013</sup> DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

<sup>1014</sup> Ibidem.

<sup>1015</sup> DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. Trad. Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

<sup>1016</sup> Idem, 2001.

Outras três concepções minimalistas que, no entanto, expandiram em certa medida essa definição de democracia são a de Bobbio<sup>1017</sup>, a de O'Donnell<sup>1018</sup> e a de Diamond<sup>1019</sup>. Passa-se ao estudo<sup>1020</sup> apresentado por O'Donnell partindo da afirmação do autor de que:

As teorias correntes sobre a democracia precisam ser revistas de uma perspectiva analítica, histórica, contextual e legal, ainda que isso acarrete uma certa perda de parcimônia [no sentido metodológico]. O resultado desses esforços pode ser a criação de instrumentos conceituais adequados à elaboração de uma melhor teoria da democracia em suas várias encarnações<sup>1021</sup>.

Isso demonstrava uma preocupação específica com a teorização e análise da construção da democracia em países recém-saídos de períodos autoritários e que teriam características não idênticas a outros países de democratização anterior.

As primeiras análises realizadas após o início das redemocratizações em países vítimas do autoritarismo na América do Sul, nas primeiras obras de transitologia, irremediavelmente colidiam com uma constatação substancial que se iniciava com a constatação de que, não obstante o fim dos regimes ditatoriais, era acentuada a persistência de práticas sociais e de uma cultura política autoritárias nesses países de transição recente<sup>1022</sup>.

Essa constatação colocava um sério entrave para a visão institucional e não normativa de democracia predominante até então. Verificava-se que, no decorrer das transições democráticas na América Latina nos anos 1980, existia uma grande esperança de

<sup>1017</sup> BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

<sup>1018</sup> O'DONNELL, Guillermo. **Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina**: uma conclusão parcial. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia, violência e injustiça**: o não-Estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>1019</sup> DIAMOND, Larry. **Developing Democracy**: Toward Consolidation. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1999.

<sup>1020</sup> a) Uma teoria adequada da democracia deveria especificar as condições históricas do surgimento de várias situações concretas, ou, dito de outra forma, deveria incluir uma sociologia política, de orientação histórica, da democracia.

(b) Nenhuma teoria sobre qualquer tema social deveria omitir o exame dos usos linguísticos do seu objeto. A palavra democracia, desde tempos imemoriais, recebeu fortes (mas diferentes) conotações morais, todas fundamentadas em uma visão dos cidadãos como agentes. Isso estende à teoria da democracia, inclusive a de orientação empírica, os complicados, mas inevitáveis problemas da filosofia política e da teoria moral.

(c) Uma teoria da democracia – da democracia *tout court* – deveria também incluir, e em uma posição central, vários aspectos da teoria do direito, visto que o sistema legal determina e respalda características fundamentais da democracia e, conforme explico mais adiante, da cidadania como *agency*.

(d) Os itens anteriores têm como consequência que a democracia não deveria ser analisada apenas no plano do regime, mas também no do Estado – especialmente do Estado como sistema legal – e de certos aspectos do contexto social geral.

<sup>1021</sup> O'DONNELL, G. Teoria Democrática e Política Comparada. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 577-654, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581999000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400001)>. Acesso em: 1 ago. 2016.

<sup>1022</sup> AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 109-122, jun. 1995. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_28/rbcs28\\_09.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2016.

que o término das ditaduras significasse a consolidação do Estado de Direito. Porém, quando os Estados passaram por transições de ditaduras para governos civis, observou-se que as práticas autoritárias de seus governos não sofreram mudanças por conta das políticas ou eleições, e que preponderava um sistema autoritário, mesmo na democracia, integrado em especial aos aparelhos de Estado de controle da violência e do crime”<sup>1023</sup>

A defesa das eleições livres como elemento definidor da democracia é inerente aos conceitos mínimos, no entanto as liberdades fundamentam-se em seu impacto sobre a liberdade das eleições; desse modo, enquanto as primeiras são assentadas na própria definição, as segundas surgem por indução. As eleições competitivas são visivelmente mencionadas como um predicado da democracia, enquanto direitos e liberdades não são de tão simples percepção. As linhas ou os critérios de limites que determinam quais liberdades ou direitos políticos devem ser incluídos no conceito de democracia não são inequívocos<sup>1024</sup>.

Quanto às eleições, em um regime democrático elas devem ser competitivas, livres, igualitárias, decisivas e inclusivas; os que votam são os mesmos que, em princípio, têm o direito de ser eleitos [os cidadãos políticos]. As eleições devem ser decisivas nas seguintes questões: i) os vencedores devem tomar posse dos cargos para os quais foram eleitos; ii) com base na autoridade conferida aos seus cargos governamentais, os funcionários eleitos devem poder tomar as decisões que o marco democrático legal e constitucional lhes autoriza; e iii) os funcionários eleitos devem concluir seus mandatos nos prazos e/ou nas condições estipulados por essa estrutura institucional<sup>1025</sup>. O autor amplia a visão sobre a importância das eleições livres, abrangentes e de resultado.

O politólogo observa que a tolerância é um elemento essencial para a existência das democracias. As liberdades políticas necessitam de sistema legal e que os indivíduos tenham comportamentos ajustados ao regime democrático. A tolerância é o conceito-chave à existência de pré-condições para a democracia<sup>1026</sup>.

A ampliação da tolerância política proporciona o aumento das liberdades políticas que, incorporadas aos sistemas legais, transformam-se em direitos dos cidadãos. O aumento da tolerância não é essencialmente o resultado de uma mudança de padrões culturais, mas uma aposta institucionalizada na edificação de um regime político de segurança mútua que envolve as elites políticas que estão no governo e a oposição.

---

<sup>1023</sup> AVRITZER, 1995.

<sup>1024</sup> O'DONNELL, 1999.

<sup>1025</sup> Ibidem.

<sup>1026</sup> Ibidem.

Para O'Donnell, a existência da democracia necessita de um Estado que delimita territorialmente quem são seus cidadãos políticos, isto é, os portadores dos direitos e obrigações instituídos pelo regime. Impõe a existência de um sistema legal que, não obstante suas incompletudes em outros aspectos, assegure a vigência universalista e inclusiva dos direitos positivos de votar e ser votado, assim como algumas liberdades políticas consideradas básicas, incluídas na definição de um regime democrático<sup>1027</sup>.

Por conseguinte, reconhece o autor a necessidade de um Estado de Direito para a preservação da própria democracia, pois, em primeiro lugar, ele preserva as liberdades e garantias políticas; em segundo lugar, assegura os direitos civis da população; e, em terceiro lugar, estabelece uma rede de *accountability* “[...] que impõe que todos os agentes privados, inclusive os funcionários dos escalões mais altos do regime, estão sujeitos a controles apropriados, legalmente estabelecidos, da ilegalidade de seus atos”<sup>1028</sup>.

De acordo com o mesmo autor, a democracia está consolidada quando existe um “consenso processual” mínimo com relação às instituições consolidadas, quais sejam, o voto secreto, o sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, acesso e reconhecimento das associações, *accountability* do Executivo, quando as novas autoridades públicas conseguem compelir sua superioridade aos militares. Nessa definição processual, a democratização das relações sociais, para além da esfera política, não é condição, mas consequência eventual do funcionamento habitual e do fortalecimento das instituições<sup>1029</sup>.

Outro autor, nessa mesma linha, propugna uma definição mais estreita de consolidação democrática, contudo combina “dimensões comportamentais, atitudinais e constitucionais”. Para ele, a “democracia consolidada é uma situação política onde, numa frase, a democracia passou a ser ‘o único jogo disponível na sociedade’”<sup>1030</sup>. Observa-se que os grupos políticos de peso não fazem tentativas reais de derrubar o regime democrático nem sugerem a secessão do Estado; a maioria da população acredita que qualquer mudança política suplementar deva surgir dos parâmetros das fórmulas democráticas, bem como os atores da comunidade política adaptam-se ao fato de que as desavenças políticas serão solucionadas de acordo com as normas estabelecidas<sup>1031</sup>.

---

<sup>1027</sup> O'DONNELL, 1999.

<sup>1028</sup> Ibidem.

<sup>1029</sup> Ibidem.

<sup>1030</sup> LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21.

<sup>1031</sup> QUINALHA, 2013.



Valenzuela realça que o primeiro andamento para elucidar a consolidação democrática é integrar a ela uma definição mínima de democracia, porém seguidamente ele se limita a estabelecer como condição para uma democracia consolidada uma “complexa institucionalização”, que ele contesta a uma “perversa institucionalização”. Conforme ideia do autor, “uma democracia consolidada seria aquela que não tem elementos perversos minando suas características básicas”, contudo ele imediatamente admite que “a lista de tais perversidades não pode ser ampliada infinitamente”<sup>1032</sup>.

Nessa mesma linha de reflexão, intenta demonstrar “por que a análise institucional é de particular importância para a consolidação das democracias”<sup>1033</sup>. Evidencia-se que as democracias consolidadas comumente possuem instituições democráticas fortes, como também uma cultura razoavelmente democrática, mas essas afirmações apenas definem ou caracterizam a consolidação, sem explicá-la.

Tratando-se da transição democrática brasileira, Weffort ponderou que ela se tornou conservadora tendo em vista que, inicialmente, o processo acabou permanecendo sob o controle da classe empresarial industrial<sup>1034</sup>. Todavia, não a desqualificou como não democracia.

Visando a entender as causas da ampliação da sobrevivência das democracias na América do Sul, encontram-se três fatores de explicação: i) a primeira se desenvolve em torno das transformações estruturais desencadeadas pela modernização; ii) da esquerda para a direita do espectro, as atitudes políticas se alteraram; iii) houve apoio internacional à democracia, especialmente dos Estados Unidos<sup>1035</sup>.

A compreensão de que a democracia pudesse ser limitada ao estabelecimento de normas e procedimentos adequados para assegurar a alternância habitual do poder entre os rivais eleitorais recebeu críticas contundentes<sup>1036</sup>.

Javier Santiso assinala quão preciosos são as crenças e os valores na afirmação de um regime democrático. Como a democracia não está assentada apenas sobre uma legitimidade

---

<sup>1032</sup> VALENZUELA, J. Samuel. **Democratic Consolidation in Post-transitional Settings**: Notion, Process, and Facilitating Conditions. The Helen Kellogg Institute for International Studies, Working Paper #150, Dec. 1990.

<sup>1033</sup> CAREY, John M. Institutional Design and Party Systems. In: DIAMOND, Larry et al. (Eds.) **Consolidating the third wave democracies**: themes and perspectives. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1997, p. 67-92.

<sup>1034</sup> WEFFORT, Francisco. **Por que Democracia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

<sup>1035</sup> MAINWARING, Scott. Democratic Survivability in Latin America. In: HANDELMAN, Howard; TESSLER, Mark (Eds.) **Democracy and Its Limits**: Lessons from Asia, Latin America, and the Middle East. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2000, p. 11-68.

<sup>1036</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: \_\_\_\_\_. **Poder & Política**: crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. 127 - 154

legal ou procedimental, o regime democrático deve, igualmente, de maneira implícita, assegurar a sua legitimidade sobre os valores e as crenças<sup>1037</sup>.

Outra crítica feita por Vitullo interroga sobre esse enfoque tão somente político-institucional da democracia, perguntando a razão de não se incorporarem outras dimensões da democratização social e da justiça substantiva nessas análises<sup>1038</sup>.

Pode-se inferir que uma transição democrática se completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado relativamente aos procedimentos políticos pretendendo obter um governo eleito; quando um governo ocupa o poder pelo resultado direto do voto popular e livre; quando esse governo possui, *de fato*, a autoridade de incorporar novas políticas públicas; e, por fim, quando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, reestruturados pela nova democracia, não precisam compartilhar o poder com outros organismos<sup>1039</sup>.

Não se pode olvidar que num regime democrático, baseado na vontade da maioria, não se excluem o dissenso, as reivindicações e as pressões em favor de mudanças, incorporações e exclusões de política; isso é inerente ao processo democrático consolidado e significa a liberdade de exigências e a exposição de opiniões distintas.

Fez-se uma digressão da estrutura política, jurídica e institucional brasileira, e da realidade objeto de conhecimento da teoria e da prática, por meio de um processo racional de cognição, considerando as teorias minimalistas aqui representadas por Schumpeter e Dahl. E, ainda, a teoria de O'Donnell que foi reconhecida como uma teoria que expandiu a teoria minimalista, além das ponderações de complexa institucionalização, consenso processual e da democracia como o único jogo disponível. É possível perceber que, sob essas ponderações, o Brasil necessita melhorar seus índices de igualdade social, distribuição de renda, valorização da cidadania e respeito aos direitos humanos, dentre outros.

## 5.6 CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO

As teorias minimalistas apresentadas pelos cientistas políticos podem ser suficientes para a democratização do país em contraposição ao período autoritário, ao período

---

<sup>1037</sup> SANTISO, Javier. La démocratie incertaine: la théorie des choix rationnels et la démocratisation en Amérique latine. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 43, n. 6, p. 970-993, dez. 1993.

<sup>1038</sup> VITULLO, 2005.

<sup>1039</sup> LINZ; STEPAN, 1999.

de incertezas e instabilidade política, podendo pôr fim ao período de transição; entretanto, fica a tarefa também decisiva que é o fortalecimento da democracia.

A democracia se apresenta, na teoria clássica das formas de governo, pela visão de Alexis de Tocqueville, como o governo de *muitos*, o governo da *maioria* ou mesmo o governo dos *pobres*<sup>1040</sup>.

O núcleo do estudo da democracia é o povo; sua participação no contexto atual prepondera sobre as estruturas jurídico-políticas, e dessa forma torna-se seu mais importante manancial de legitimação o direito de participar dos processos políticos e de discutir ou deliberar políticas; os direitos são universalizados apoiados nos metaprincípios de liberdade de expressão, dignidade humana e igualdade.

Após os traumáticos eventos da segunda guerra, a partir de um ideal comunitarista surge a democracia substantiva. A partir da experiência negativa de legitimação do nazifascismo pela vontade da maioria [“O direito da maioria é sempre um direito em concorrência com o direito das minorias”<sup>1041</sup>], surge o constitucionalismo moderno, que adjudicou à justiça constitucional a guarda da vontade geral, contida nos princípios fundamentais positivados na ordem jurídica. Esses fatores causam redimensionamento na clássica relação entre os Poderes do Estado, surgindo o Judiciário como uma opção para o resgate dos compromissos da modernidade, quando o acesso à justiça assume um papel de fundamental importância por meio do deslocamento da esfera de tensão, até então alicerçada nos procedimentos políticos, para os procedimentos judiciais<sup>1042</sup>.

No novo paradigma do Estado Democrático de Direito, fundado na garantia dos direitos fundamentais, a Constituição passa a ser o aparelho jurídico supremo, assumindo o princípio da supremacia da Constituição. Nesse cerne, no constitucionalismo democrático a escrita de uma Constituição é tão importante quanto sua interpretação e aplicação. Dentro dessa nova realidade de valorização da Constituição e de sua interpretação, como o Estado brasileiro adere às normas internacionais e as adota?

---

<sup>1040</sup> TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. Trad. N. R. Silva. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.

<sup>1041</sup> CANOTILHO apud VIDAL, Janio Nunes. **21 elementos da teoria constitucional contemporânea**: estudos sobre as tensões entre política e jurisdição. São Paulo: Podvim, 2009, p. 20.

<sup>1042</sup> STRECK, Lênio Luiz. **Jurisdição Constitucional e Hermenêutica**: uma nova crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. p. 128.

### 5.6.1 Incorporação dos tratados internacionais

As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno geram discussões doutrinárias que buscam resolver as questões teóricas com base no estudo da hierarquia do Direito Internacional diante do Direito interno estatal, e buscam soluções para situações práticas de conflitos, acaso existentes, entre os preceitos de Direito Internacional e a normas de Direito interno. No caso em tela, estão os direitos humanos reconhecidos na ordem jurídica internacional, sua respectiva inserção pela ratificação e o parâmetro normativo no controle de constitucionalidade nas ordens jurídicas.

Aqui interessa o estudo das teorias dualista e monista. A importância desse estudo doutrinário ressalta-se, pois, a depender da teoria adotada por cada Estado, o contorno de incorporação dos tratados internacionais no ordenamento interno será distinto. Tais teorias debatem se o Direito Internacional e o Direito interno dos Estados se constituem em duas ordens jurídicas distintas e independentes (teoria dualista) ou se, ao contrário, o Direito Internacional e o Direito interno formam uma única ordem jurídica (teoria monista)<sup>1043</sup>.

A utilização de uma ou outra corrente com exclusividade vem sendo mitigada com o passar do tempo; “o dualismo utiliza o critério da necessidade de mecanismos de internacionalização dos tratados para distinguir fontes do direito internacional”, enquanto “o monismo preocupa-se com a admissibilidade da existência de conflito entre tratados e a ordem jurídica nacional, para saber qual deles deve prevalecer”<sup>1044</sup>.

### 5.6.2 Avanço e retrocesso com a Emenda Constitucional Nº 45 sobre a previsão normativa dos direitos humanos na Constituição Federal do Brasil

A ausência de definição sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos na Constituição de 1988 provocou diversas dúvidas e discussões, que contribuíram para a formação de quatro correntes doutrinárias sobre a hierarquia: a supraconstitucional; a hierarquia supralegal; a constitucional e a infraconstitucional.

<sup>1043</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 57.

<sup>1044</sup> ARAUJO, Nadia; ANDREIUOLO, Inês da Matta. A internalização dos Tratados no Brasil e os Direitos Humanos. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; ARAUJO, Nadia de. **Os Direitos Humanos e o Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 82.

A hierarquia supraconstitucional<sup>1045</sup> atribui aos tratados internacionais *status* superior ao da Constituição<sup>1046</sup>.

A hierarquia supralegal atribui aos tratados *status* superior ao da legislação ordinária e inferior ao da Constituição<sup>1047</sup>. Em razão disso, os tratados internacionais de direitos humanos ocupam um nível intermediário entre o *status* constitucional e o *status* ordinário<sup>1048</sup>.

Na hierarquia infraconstitucional, os tratados de direitos humanos estão em paridade hierárquica com a lei federal. Tal ideia é rechaçada por Mazzuoli, que adverte: “[...] os direitos e garantias nela elencados podem ser complementados por outros provenientes de tratados, não se poderia pretender que esses *outros* direitos e garantias tivessem um grau hierárquico diferente do das normas constitucionais em vigor”<sup>1049</sup>.

Finalmente, para a tese da hierarquia constitucional, os tratados internacionais de direitos humanos apresentam *status* constitucional. Essa compreensão fundamenta-se na interpretação do § 2º do artigo 5º da Carta Magna de 1988, o qual preceitua: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”<sup>1050</sup>. A hierarquia definida do tratado designa a efetividade de sua atuação ante ao conflito normativo que possa advir com o ordenamento jurídico interno.

Digna de crítica é a forma como foi tratada a matéria do Direito Internacional na Constituição Federal no que se refere à incorporação dos tratados de direitos humanos; poderia ter sido mais elucidativa e eficaz, já que as lacunas ensejam interpretações díspares, pouco coerentes com o sistema quando se versa sobre os Direitos Humanos admitidos pelos tratados, bem como pela comunidade internacional.

A Emenda Constitucional nº 45/2004, chamada de Reforma do Judiciário Brasileiro, trouxe um novo modo de incorporação e novo valor jurídico dos tratados de direitos humanos

<sup>1045</sup> “A superioridade do tratado em relação às normas do direito interno é consagrada pela jurisprudência internacional e tem por fundamento a noção de unidade e solidariedade do gênero humano”. (RANGEL, Vicente Marotta. Os conflitos entre o direito interno e os tratados internacionais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 62, n. 2, 1967, p. 54-55).

<sup>1046</sup> MELLO, Celso Albuquerque. O §2º do art. 5º da Constituição Federal. In: TORRES, Ricardo Lobos [Org.]. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 25.

<sup>1047</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE nº 466.343-1**. Banco Bradesco S/A e Vera Lucia B de Albuquerque. Relator: Ministro Cesar Peluso. Julg. Dez. 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444&pgI=1&pgF=100000>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

<sup>1048</sup> Idem. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. **Diário Oficial da União**, 15 dez. 2009. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>> Acesso em: 08 de jul. 2011.

<sup>1049</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Hierarquia constitucional e incorporação automática dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, v. 37, n. 148, p. 231-250, out./dez. 2000.

<sup>1050</sup> BRASIL, 1988.

para o texto constitucional brasileiro; apontou critérios objetivos para o acolhimento, com a dignidade de norma constitucional, e os direitos humanos contemplados em Tratados e Convenções ratificados pelo Brasil.

#### 5.6.2.1 Integração dos tratados de proteção internacionais de direitos humanos no Brasil

A emenda em apreço efetivou o princípio da prevalência dos direitos humanos e da hierarquia constitucional dos tratados desde que atendessem aos requisitos objetivos previstos no § 3º acima transcrito<sup>1051</sup>, que são novos aspectos procedimentais referentes ao processo de incorporação, o chamado quórum qualificado.

Conforme explicitou o Tribunal Pleno do STF nos julgamentos dos Recursos Extraordinários (RE) nº 349.703/ RS<sup>1052</sup> e 466.343 - SP por maioria<sup>1053</sup>, os tratados ou convenções de direitos humanos aprovados e promulgados antes da EC nº 45/2004 possuem a hierarquia de norma supralegal – com outros termos, superior à lei ordinária –, todavia inferior às normas constitucionais. O entendimento ainda admite a hipótese de os tratados adquirirem hierarquia constitucional, desde que observado o procedimento previsto no § 3º, artigo 5º da CF, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

<sup>1051</sup> A emenda em apreço passou 12 anos em discussão no congresso. O procedimento estabelecido no § 3º do art. 5º da CF foi aprovado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 186, de 9.7.2008) e foi promulgada pelo Poder Executivo (Decreto nº 6.949, de 25.8.2009) a “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007”. Trata-se, portanto, foi primeiro ato normativo internacional de direitos humanos com dignidade constitucional na ordem jurídica brasileira.

<sup>1052</sup> BRASIL, 2008.

<sup>1053</sup> O RE 466.343-SP discutiu sobre a impossibilidade da prisão civil do depositário infiel diante do disposto no artigo 7º, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José da Costa Rica), que estabelece que: “Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.” Levando em consideração que o Pacto São José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil em 1992, só prevê a prisão civil por alimentos e diante da nova posição do Supremo que considera a supralegalidade dos tratados internacionais, a legislação ordinária relacionada com o depositário infiel, conflitante com o texto humanitário internacional, deverá ser invalidada, posto que os tratados internacionais de direitos humanos agora são considerados hierarquicamente acima das leis ordinárias. Ocorre que não só a legislação ordinária tratava da questão do depositário infiel, mas também a própria Constituição, em seu artigo 5º, LXVII, determina a prisão do depositário infiel e do devedor de pensão alimentícia. O STF entendeu que os tratados de direitos humanos possuem status supralegal e, sendo assim, estão abaixo da Constituição. É possível concluir, portanto, que a prisão do depositário infiel não foi considerada inconstitucional, pois sua previsão segue na Constituição (superior aos tratados), mas, na prática, passou a ser ilegal, uma vez que as leis que operacionalizam a prisão civil de depositário infiel estão abaixo dos tratados internacionais de direitos humanos. Na Sessão Plenária do dia 16 de dezembro de 2009, o STF solidificou o seu entendimento ao publicar a Súmula Vinculante 25, que determina que: “É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito STF. (DEPOSITÁRIO infiel: jurisprudência do STF muda e se adapta ao Pacto. **Notícias STF**. 23 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116379&caixaBusca=N>> Acesso em: 30 ago. 2017).

Com efeito, o entendimento é um retrocesso, pois desigual situações em que o fundamento ético-humanitário é o mesmo, qual seja: a proteção da condição dignitária da pessoa humana. Também não considera os outros preceitos constitucionais que fundamentam o entendimento da hierarquia constitucional, como se verá.

Ademais, há que se inferir, no que pertence à incumbência da Excelsa Corte com relação à aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos, que seu comportamento/entendimento não se harmoniza com as novas convergências do constitucionalismo atual. Ao regressar ao entendimento predominante no século passado em relação ao status dos tratados, o Supremo removeu do § 2º do art. 5º e, no mesmo diapasão, desconsiderou o princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos, insculpido no art. 4º, II, e finalmente a noção do conjunto da constitucionalidade.

Importantes tratados e convenções de direitos humanos, ratificados antes da EC, dentre eles a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – ou Pacto de San Jose da Costa Rica –, ficaram excluídos dos atos normativos possíveis de compor a hierarquia constitucional. A resposta encontrada se traduz como incompleta e não contempla alguns problemas existentes. A Emenda não especificou qual hierarquia será atribuída aos tratados que não forem recepcionados pelo *quórum* de aprovação disposto por ela, nem o tratamento dos tratados já incorporados.

Com vista a essa situação inusitada, o legislador procurou regulamentar a matéria por meio do Projeto de Resolução 204/2005 (ainda em tramitação), no qual propõe a criação do artigo 203-A, parágrafo 10, no Regimento Interno da Câmara dos Deputados<sup>1054</sup>; o referido artigo passaria a possibilitar a equivalência de tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil anteriores à EC 45/2004, desde que, por meio de requerimento encaminhado do Presidente ao Congresso Nacional, fosse submetida à votação das casas, com o quórum do parágrafo 3º para aprovação<sup>1055</sup>.

<sup>1054</sup> “Capítulo I-A - Dos Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos.

Art. 203-A Recebida mensagem do Presidente da República contendo tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos, a Mesa fará publicar no avulso da Ordem do Dia o prazo de dez sessões para a apresentação de requerimento subscrito por um terço de Deputados solicitando sua equivalência à emenda constitucional, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, acrescido pela Emenda à Constituição n.º 45, de 2004. [...]

**§ 10 Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil antes da promulgação da Emenda à Constituição n.º 45, de 2004, poderão ser objeto de requerimento previsto no caput deste artigo.**” (grifo nosso). (Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/625102.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017).

<sup>1055</sup> COSTA, Aldo de Campos. A toda prova: tratados de direitos humanos anteriores à EC 45/04. **Revista Consultor Jurídico**, 30 maio 2013. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-mai-30/toda-prova-tratados-direitos-humanos-antecedentes-ec-4504>>. Acesso em 15 jun. 2013.

A pretensa “solução” insinua muitas hipóteses perigosas. Ou seja, a emenda pode sair pior que o soneto. Como por exemplo, enquanto o tratado estiver novamente em apreciação, como ficam seus efeitos? Será necessário que todos os tratados sejam novamente submetidos ao crivo do Legislativo? Quais seriam submetidos e em que ordem? Se o tratado, que já faz parte do ordenamento jurídico nacional, for submetido ao Congresso e não obtiver o mínimo dos votos necessários para sua aprovação, o que acontecerá? Enfim, vislumbram-se muitas interrogativas, mais problemas que soluções propriamente, e esse procedimento poderia abrir espaço para interpretações esdrúxulas e perniciosas.

Os tratados de direitos humanos que adquirirem hierarquia constitucional, nos termos do § 3º, art. 5º, da CF, passam a constituir cláusulas pétreas, não podendo, portanto, ser suprimidos sequer por emenda constitucional<sup>1056</sup>; passam a ter aplicabilidade imediata tão logo sejam ratificados<sup>1057</sup> e tornam-se insuscetíveis de denúncia. Nesses termos, toda regra legal preexistente que seja com eles incompatíveis automaticamente perde a vigência.

Nos últimos tempos, tem ocorrido uma consolidada mudança em direção à melhor tutela no que diz respeito à interpretação conferida aos direitos humanos e fundamentais das pessoas. Ao contrário da posição adotada pelo Supremo, reconhecida doutrina preconiza a derrogação da soberania dos Estados na interpretação das obrigações internacionais pertinentes aos direitos humanos. Uma vez ratificada a obrigação convencional de proteção aos direitos humanos, o Estado contraente não pode deixar de cumprir o compromisso assumido perante a comunidade internacional invocando sua soberania como justificativa; tampouco pode interpretar o respectivo tratado de direitos humanos à luz do primado das concessões recíprocas, já que o desígnio buscado deve ser a proteção desses direitos fundamentais do ser humano<sup>1058</sup>.

Na mesma direção, Pontes de Miranda entende que os Estados estão submetidos à ordem supraestatal, então a incidência dos direitos fundamentais não depende do reconhecimento constitucional, pois tais direitos pertencem à ordem jurídica exterior e acima do Estado. Isso, portanto, impõe limites tanto ao Poder estatal quanto ao Poder Constituinte, que são obrigados a incorporá-los à Constituição, cercando-os das garantias necessárias à sua efetividade. Para o citado autor, os direitos fundamentais supraestatais não existem conforme cria ou regula a lei; tais direitos existem a despeito das leis que os pretendem conceituar e/ou

<sup>1056</sup> Art. 60, parágrafo 1, IV da CF c/c art. 5º, parágrafos 1º e 2º da CF (BRASIL, 1988).

<sup>1057</sup> Conforme parágrafo 1º do artigo 5º da CF, “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.” (BRASIL, 1988).

<sup>1058</sup> TRINDADE, Antônio A Cançado. **El Derecho Internacional de los Derechos Humanos en el Siglo XXI**. Prólogo de Máximo Pacheco Gómez, 2. ed. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2006.



modificar; diante desses direitos, o papel do Estado é apenas o de definir as exceções dentro do âmbito que o conceito supraestatal de cada um desses direitos lhe permita<sup>1059</sup>.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em resposta à Consulta formulada acerca dos critérios de interpretação dos tratados de direitos humanos pela Argentina e pelo Brasil, entre outros, acerca dos “*derechos y garantías de niñas y niños en el contexto de la migración y/o en necesidad de protección internacional*”, assentou pela necessidade de “*efectuar la interpretación más favorable para el efectivo goce y ejercicio de los derechos y libertades fundamentales, aplicando aquella norma que otorgue mayor protección al ser humano*”<sup>1060</sup>.

O novo entendimento trazido pela EC 45/2004 sobre a incorporação dos tratados não elimina algumas intrincadas questões. Segundo entendimento de Sarlet, “em se partindo de uma equivalência entre os direitos da Constituição e os dos tratados incorporados por norma infraconstitucional, mas com *status* de materialmente constitucionais”, devem-se observar “[...] os princípios e critérios que regem os conflitos entre os direitos e princípios originariamente reconhecidos pelo Constituinte”; tal observação “exige uma exegese sistemática e pautada por uma adequada ponderação dos interesses (valores) em pauta, sempre privilegiando, como destacado alhures, uma solução mais favorável à garantia da dignidade da pessoa”<sup>1061</sup>.

Surgem também preocupações sobre a possibilidade de a emenda constitucional poder ser declarada inconstitucional em caso de conflito com as *cláusulas pétreas* da Constituição, que, englobam tanto os limites materiais explícitos (art. 60, § 4º), quanto os limites materiais implícitos<sup>1062</sup>.

Suscitando dúvida sobre a pretensa vantagem do reconhecimento trazido pelo parágrafo terceiro já mencionado Sarlet explica:

Com efeito, há que levar em conta que a prevalecer o argumento [...] de que o reconhecimento da condição de materialmente constitucionais e fundamentais dos direitos assegurados nos tratados, em função especialmente da abertura expressamente consagrada no art. 5º, parágrafo 2º, da CF, por si só já assegura a hierarquia constitucional (equivalente a da constituição originária) aos tratados em matéria de direitos humanos, o recurso ao parágrafo 3º do art. 5º não seria apenas

<sup>1059</sup> MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967. Tomo IV**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

<sup>1060</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Opinión Consultiva OC-21/14**, 19 ago. 2014, p. 90. Relator Juiz Humberto Antonio Sierra Porto. Disponível em: <[www.corteidh.or.cr](http://www.corteidh.or.cr)>. Acesso em: 15 jul. 2017.

<sup>1061</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. Integração dos tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico. **Consultor Jurídico**. 27 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mar-27/direitos-fundamentais-integracao-tratados-direitos-humanos-ordenamento-juridico>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

<sup>1062</sup> Seguindo esta linha de raciocínio e em se partindo da premissa de que não há como falar, ainda mais no contexto dos direitos fundamentais, de uma hierarquia abstrata entre normas formalmente (e, em regra, também materialmente) constitucionais e normas apenas materialmente constitucionais, a própria incorporação mediante o procedimento previsto no parágrafo 3º, do artigo 5º, CF, pode ser desvantajosa em relação ao sistema anterior. (Ibidem)

desnecessário, mas, admitindo-se uma declaração de inconstitucionalidade da emenda pelo simples fato de contrastar com os limites<sup>1063</sup>

Essa matéria precisará ser verificada apresentando elucidação mais benéfica a assegurar os valores voltados a prestigiar a dignidade da pessoa humana, conforme mencionado.

Outra preocupação que se denota é que o § 3º silenciou quanto à possibilidade de se adjudicar regime jurídico análogo aos tratados multilaterais e bilaterais de direitos humanos já existentes e ratificados pelo país precedentemente à inserção do citado parágrafo no texto constitucional<sup>1064</sup>. É dizer, o parágrafo 3º incorporado pela Emenda Constitucional 45/2004, criou uma possibilidade para que se pudesse conferir o mesmo regime jurídico aos tratados de direitos humanos já ratificados pelo Brasil?

A atual exegese da doutrina possui três indicativos: os que defendem a *incorporação automática*<sup>1065</sup> dos tratados sobre direitos humanos firmados antes da EC 45/2004 ao texto constitucional, em virtude do que dispõe o parágrafo 2º do artigo 5º; os que propugnavam pela recepção material<sup>1066</sup> de todos dos referidos tratados, com supedâneo no mesmo dispositivo, e os que entendem que os tratados de proteção de direitos humanos gozam de hierarquia supralegal, a teor da atual orientação do STF.

Defendendo serem cogentes os direitos humanos e princípios internacionais, leciona Arthur Cortez Bonifácio:

[...] a Constituição brasileira acompanha a tendência de universalização do direito internacional público, o que significa a aceitação crescente de normas e princípios internacionais de caráter imperativo; a ordem constitucional brasileira faz uma opção pelo sistema misto, adotando o sistema de recepção plena ou automática somente quanto à matéria relativa de direitos humanos<sup>1067</sup>.

Alicerçado nesse entendimento, o preceito inserido pela EC 45 pode ser compreendido também de modo a robustecer o entendimento de que os tratados anteriores, já por força do parágrafo 2º, art. 5º, da Constituição, possuem hierarquia materialmente constitucional. Defendido por parte da doutrina, o argumento se funda na cláusula de recepção material de direitos humanos derivados de tratados ou convenções internacionais. O § 2º proporciona a típica inclusão de direitos fundamentais não enumerados na Constituição, configurando-se em norma aberta, consoante se verifica:

<sup>1063</sup> SARLET, 2015.

<sup>1064</sup> COSTA, Aldo de Campos. A proteção internacional dos direitos humanos e a reforma do Poder Judiciário no Brasil. **Revista Meridiano**, v. 47, n. 52-53, nov.-dez. 2004, p. 4.

<sup>1065</sup> TAVARES, André Ramos. **Reforma do Judiciário no Brasil pós-88**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 45.

<sup>1066</sup> Cançado Trindade, Artur Cortez Bonifácio, Valério de Oliveira Mazzuoli, Luiz Flávio Gomes, entre outros.

<sup>1067</sup> BONIFÁCIO, Artur Cortez. **O direito constitucional internacional e a proteção dos direitos fundamentais**. São Paulo: Método, 2008.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição **não excluem outros decorrentes** do regime e dos princípios por ela adotados, ou **dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte**. (grifo nosso)<sup>1068</sup>

Essa cláusula aberta foi produto da recomendação do Professor Cançado Trindade em conferência realizada a serviço da Assembleia Constituinte na então Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais<sup>1069</sup>.

Presente o elemento material [os direitos humanos], foi atribuída a condição de recepção automática pelo direito interno, constituindo-se em vasos comunicantes entre o Direito Internacional e o Interno. Ora, esses vasos comunicantes ultimam um vetor dirigente que traz do âmbito internacional mecanismos de proteção dos direitos humanos materialmente recepcionados e conformados com a Constituição Federal<sup>1070</sup>.

Tal compreensão, de reconhecimento de que todos os tratados que preenchem o requisito material de direitos humanos sejam incorporados pelo sistema de recepção automática, se amoldaria aos anseios de não criar duas ou mais espécies hierarquizadas inversamente; sustentar-se-ia a unidade e a indivisibilidade dos direitos humanos, seja na ordem internacional, seja na ordem interna<sup>1071</sup>.

<sup>1068</sup> BRASIL, 1988.

<sup>1069</sup> “Se, para os tratados internacionais em geral, tem-se exigido a intermediação pelo Poder Legislativo de ato com força de lei de modo a outorgar a suas disposições vigência ou obrigatoriedade no plano do ordenamento jurídico interno, distintamente, no tocante aos tratados de direitos humanos em que o Brasil é Parte, os direitos fundamentais neles garantidos passam, consoante os §§ 2º e 1º do art. 5º da Constituição Brasileira de 1988, pela primeira vez entre nós a integrar o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados e direta e imediatamente exigíveis no plano de nosso ordenamento jurídico interno. Por conseguinte, mostra-se inteiramente infundada, no tocante em particular aos tratados de direitos humanos, a tese clássica – ainda seguida em nossa prática constitucional – da paridade entre os tratados internacionais e a legislação infraconstitucional. Foi esta a motivação que me levou a propor à Assembleia Nacional Constituinte, na condição de então Consultor Jurídico do Itamaraty, na audiência pública de 29 de abril de 1987 da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, a inserção em nossa Constituição Federal – como veio a ocorrer no ano seguinte – da cláusula que hoje é o art. 5º(2). Minha esperança, na época, era no sentido de que esta disposição constitucional fosse consagrada concomitantemente com a pronta adesão do Brasil aos dois Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o que só se concretizou em 1992. É esta a interpretação correta do art. 5º (2) da Constituição Brasileira vigente, que abre um campo amplo e fértil para avanços nesta área, ainda lamentavelmente e em grande parte desperdiçado. [...] À hierarquia de valores, deve corresponder uma hierarquia de normas, nos planos tanto nacional quanto internacional, a ser interpretadas e aplicadas mediante critérios apropriados. Os tratados de direitos humanos têm um caráter especial, e devem ser tidos como tais”. (TRINDADE, Cançado. Memorial em prol de uma nova mentalidade quanto à proteção dos direitos humanos nos planos internacional e nacional. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em <[http://www.ibdh.org.br/ibdh/revista\\_02.asp](http://www.ibdh.org.br/ibdh/revista_02.asp)>. Acesso em 06 fev. 2013).

<sup>1070</sup> ARAUJO, Luiz Gustavo. A incorporação dos tratados de proteção internacionais de direitos humanos e as normas do direito interno: consolidações e críticas. *Revista Liberdades*, n. 6, jan./abr. 2011. Disponível em: <[http://www.revistaliberdades.org.br/\\_upload/pdf/7/artigo1.pdf](http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/7/artigo1.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2013.

<sup>1071</sup> SARLET, 2015.

*Nunca é demasiado dizer que eminentes nomes<sup>1072</sup> da doutrina brasileira reconhecem com sólida fundamentação teórica que os tratados internacionais de direitos humanos assenhoreiam-se, na ordem positiva interna brasileira, de designação constitucional, sublinhando-se também que as convenções internacionais em matéria de direitos humanos, já celebradas pelo Brasil antes da EC nº 45/2004, como acontece com o Pacto de São José da Costa Rica, assumem caráter materialmente constitucional, compondo, sob tal perspectiva, a noção conceitual de bloco de constitucionalidade.*

Além dessa compreensão e na mesma linha de atribuir reconhecimento de hierarquia constitucional, a Convenção de Viena de 1969, ratificada em 2009 pelo Brasil e promulgada pelo Decreto 7.030 de 14 de dezembro de 2009, define tratado como sendo: “[...] um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”.

A mesma Convenção estipula em seu artigo 26 que “todo tratado em vigor é obrigatório em relação às partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé”. Na mesma direção, o artigo 27 assevera que “uma parte não pode invocar disposições de seu direito interno como justificativa para o não cumprimento do tratado”<sup>1073</sup>.

O ordenamento jurídico brasileiro confere, assim, hierarquia constitucional aos tratados não compreendidos pela Emenda Constitucional 45 de 2004; como se depreende, não se podem descumprir os tratados sobre direitos humanos incorporados com motivação em normas constitucionais contrárias e dispostas no direito interno, devendo-se observância às normas de proteção aos direitos humanos insculpidas no tratado.

Acentua-se também a obrigatoriedade do cumprimento do princípio da boa-fé; destarte, o Estado tem o dever de adjudicar plena observância ao tratado de que é parte, pois contraiu obrigações jurídicas no plano internacional no livre exercício de sua soberania.

Cada vez mais, vai-se firmando na doutrina a tese de que, na hipótese de conflito entre regras internacionais e internas, haverá de prevalecer consecutivamente a regra mais benéfica ao sujeito de direito, já que a proteção da dignidade da pessoa humana é a finalidade maior e a razão de ser de todo o sistema jurídico; e, como a ordem jurídica forma um sistema dinâmico, é dizer, um conjunto unificado de subsídios criados para determinada finalidade e

---

<sup>1072</sup> TRINDADE, Antonio A. Cançado. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. vol. I/513, item n. 13, 2. ed., Porto Alegre: Fabris, 2003; LAFER, Celso. **A Internacionalização dos Direitos Humanos: Constituição, Racismo e Relações Internacionais**. São Paulo: Manole, 2005, p. 16-18; MAZZUOLI, 2007, p. 682-702.

<sup>1073</sup> BRASIL, Decreto nº 7.030, 2009.

adaptável às mutações do ambiente onde opera, os direitos humanos compõem o mais valioso subsistema desse conjunto. Os sistemas se regem por princípios ou leis gerais, que oferecem coerência e vínculo ao todo e permitem sempre a correção dos rumos em caso de conflitos internos ou transformações externas<sup>1074</sup>.

O STF tem se manifestado, muitas vezes, de forma a não considerar esse sistema lógico e congruente da Constituição, contrariando a tendência majoritária dos Estados Democráticos de Direito, além da doutrina internacional e nacional, para proferir decisões que não se coadunam com a perspectiva atual de valorização dos direitos humanos e dos tratados pertinentes ao tema, como no caso da decisão sobre a Lei da Anistia já analisado no capítulo segundo.

Uma verdadeira anomalia apresenta-se com a atual exegese pertinente ao disposto no parágrafo 3º do artigo 5º da CF de que os tratados incorporados a partir da EC/45 teriam um regime jurídico mais forte<sup>1075</sup>, portanto com status de emenda constitucional, enquanto os já existentes gozariam de hierarquia supralegal, nos dois casos tratados sobre direitos humanos. Aguarda-se, entretanto, a possibilidade de uma interpretação mais apropriada aos ditames da Constituição, que assegure uma paridade hierárquica. De qualquer sorte, pode-se entender que o preceito introduzido pela EC 45 procura avigorar o entendimento de que os tratados anteriores, por força do art. 5º, parágrafo 2º, da CF, já possuem hierarquia materialmente constitucional<sup>1076</sup>.

A ausência de um posicionamento mais condigno refletiu-se na decisão tomada pelo STF a respeito da ADPF 153 referente à Lei de Anistia, que em muito prejudica as medidas de justiça para punição de práticas violadoras dos direitos humanos no período autoritário; também impossibilitou, até o presente, a persecução penal dos violadores dos direitos humanos.

---

<sup>1074</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed., Saraiva: São Paulo, 2004.

<sup>1075</sup> Para Mazzuoli, o §3º do artigo 5º é incongruente, revelando a falta de compreensão e interesse do legislador quanto às conquistas alcançadas pelo Direito Internacional dos direitos humanos, trazendo a ultrapassada noção de soberania absolutista. O dispositivo induz à conclusão de que apenas as convenções aprovadas pela maioria qualificada teriam valor hierárquico de norma constitucional. O texto é ambíguo, pois não define quais tratados deverão ser assim aprovados, e poderá ocorrer que determinados instrumentos aprovados por processo legislativo não qualificado acabem por se subordinar à legislação ordinária.

E continua: que o Congresso, por meio do parágrafo §3º, acabaria detendo o poder de decidir à sua livre escolha qual a hierarquia normativa devem ter determinados tratados de direitos humanos em detrimento de outros, ferindo a unidade do bloco de constitucionalidade. Ademais, discussões sobre a hierarquia dos tratados de direitos humanos levariam à incerteza premente (MAZZUOLI, 2007).

<sup>1076</sup> SARLET, 2015.

De fato, o STF ainda não encerrou os debates a respeito da temática, de modo que espera-se que a melhor técnica<sup>1077</sup> e a intenção da própria Carta Magna — tendem a reconhecer também para os tratados ratificados anteriormente à EC/45 a hierarquia constitucional.

Para os países que vivenciaram períodos de autoritarismo e consequentemente violações de direitos humanos, é imprescindível cuidar para robustecer a proteção dos direitos humanos, na tentativa de extirpar definitivamente a possibilidade de retorno de qualquer dessas questões de autoritarismo ou de violência.

O modo de lidar com essa violência também perpassa pela forma como os países perfilham os tratados e a hierarquia a eles atribuída. Certamente essa foi uma das diferenças significativas entre o Brasil e a Argentina. Verifica-se a seguir como a República Argentina lidou com a mesma temática.

### **5.6.3 A reforma da Constituição Nacional da Argentina e a significativa mudança da previsão normativa dos direitos humanos**

Guardam analogia alguns aspectos históricos que contribuíram para a inauguração de cuidados e o fortalecimento de prestígio pertinentes aos preceitos relacionados aos direitos humanos nas Constituições brasileira e argentina. Em especial, o momento autoritário eivado de constantes desrespeitos aos direitos humanos experimentado pelos dois países.

Na Argentina, a reforma foi o resultado dos consensos alcançados por um importante acordo político em princípio, por Raúl R. Alfonsín e Carlos S. Menem, líderes dos partidos majoritários reunidos em Olivos em 1993 (havia uma necessidade e urgência em modificar os comportamentos, as condutas e os valores que compõem a dignidade da pessoa humana)<sup>1078</sup>, que resultou, dentre tantas outras coisas relevantes para o Estado, em estabelecer nova hierarquia para os tratados sobre direitos humanos.

Anteriormente à Reforma, no Recurso Extraordinário sobre o caso “Eso S.A. Petrolera Argentina c. Gobierno Nacional”, a Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina, no julgamento de 05 de julho de 1968, havia firmado o entendimento de que os tratados

<sup>1077</sup> O paradigma da prevalência dos direitos humanos na ordem internacional e interna impulsionou o constituinte originário em diversos momentos a preceituar a valorização dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana, e a alargar a dimensão dos direitos e garantias, ao incluir no catálogo de princípios direitos fundamentais e o princípio da prevalência dos direitos humanos, por meio do qual o Estado brasileiro deverá reger-se em suas relações internacionais

<sup>1078</sup> BENVENUTI, José Manuel; UBERTI, Mariela. Cumplir la Constitución: de las formas de Gobierno y Estado en la Reforma. **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales**, Santa Fe, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/NuevaEpoca/article/viewFile/207/279>> Acesso em: 05 set. 2017.

internacionais recepcionados pela Argentina estão em paridade hierárquica com as leis federais<sup>1079</sup>.

Com o fim da ditadura, a abertura e a redemocratização, as decisões sobre o tema foram recebendo novos elementos e, antes mesmo da Reforma da Constituição de 1994, no julgamento do caso “Ekmekdjian, Miguel/Sofovich, Gerardo e outros”, em 1992, a Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina modificou seu entendimento sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humano. A Corte optou por conferir hierarquia constitucional aos tratados internacionais de direitos humanos fundamentando sua decisão nos preceitos insculpidos no artigo 27 da Convenção de Viena, o qual assevera que “uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado”<sup>1080</sup>.

A Corte da Argentina, por meio de sua jurisprudência, já havia proferido o entendimento de que os tratados internacionais de direitos humanos apresentam hierarquia constitucional. Ela já estava caminhando no sentido da valorização dos direitos humanos e de respeito às normas internacionais ratificadas pelo Estado, mesmo antes da Reforma que veio a consolidar o modelo.

Destarte, com a Reforma, a Argentina reconhece literalmente no inciso 22 do artigo 75<sup>1081</sup> que os tratados internacionais de direitos humanos, quando recepcionados pelo

---

<sup>1079</sup> O Recurso abordou o conflito entre o Decreto nº 5.153/55 e o Acordo Comercial existente entre a Argentina e os Estados Unidos [14 de outubro de 1941]. O Decreto argentino impôs o pagamento de taxas para a entrada de veículos importados no mercado nacional, medida que não estava estipulada no Acordo Comercial entre Argentina e Estados Unidos. A Corte Suprema de Justiça da Argentina considerou que o Acordo Comercial firmado entre a Argentina e os Estados Unidos não se sobrepõe ao Decreto aludido, que instituiu o pagamento de taxas para a introdução de veículos importados no mercado nacional. (CORTE SUPREMA DA JUSTIÇA DA NAÇÃO ARGENTINA. **Esso S.A. Petrolera Argentina c. Gobierno Nacional**. Disponível em: <<http://www.dipublico.com.ar/juris/esso.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2017).

<sup>1080</sup> CORTE SUPREMA DA JUSTIÇA DA NAÇÃO ARGENTINA. **Ekmekdjian, Miguel Á. v. Sofovich, Gerardo y otros**. Disponível em: <<http://www.dipublico.com.ar/juris/Ekmekdjian.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2012.

<sup>1081</sup> Art. 75, inc. 22: “*Aprobar o desechar tratados concluidos con las demás naciones y con las organizaciones internacionales y los concordatos con la Santa Sede. Los tratados y concordatos tienen jerarquía superior a las leyes.*”

*La Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre; la Declaración Universal de Derechos Humanos; la Convención Americana sobre Derechos Humanos; el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales; el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y su Protocolo Facultativo; la Convención sobre la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio; la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial; la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer; la Convención contra la Tortura y otros Tratos o Penas Cruelles, Inhumanos o Degradantes; la Convención sobre los Derechos del Niño; en las condiciones de su vigencia, tienen jerarquía constitucional, no derogan artículo alguno de la primera parte de esta Constitución y deben entenderse complementarios de los derechos y garantías por ella reconocidos. Sólo podrán ser denunciados, en su caso, por el Poder Ejecutivo nacional, previa aprobación de las dos terceras partes de la totalidad de los miembros de cada Cámara. Los demás tratados y convenciones sobre derechos humanos, luego de ser aprobados por el Congreso, requerirán el voto de las dos terceras partes de la totalidad*

ordenamento jurídico argentino, adquirem *status* constitucional. Desse modo, os tratados já recepcionados pelo ordenamento jurídico argentino encontram-se em paridade hierárquica com a Constituição e, em caso de ocorrência de conflito normativo, deve ser aplicada a lei mais favorável ao indivíduo, titular de direito.

Explanando sobre o tema, Angélica Gelli assegurou que a Constituição Argentina de 1994 estabeleceu a supremacia desta sobre as demais normas, todavia reconhece, a determinados Tratados decorrentes de Direitos Humanos, a hierarquia constitucional<sup>1082</sup>. E, do mesmo modo, estabeleceu como o poder Legislativo deveria proceder nos casos futuros<sup>1083</sup>.

Dez anos após da Reforma constitucional da Argentina, o Brasil tratou sobre o tema ainda de modo lacunoso; para evitar essa situação, o constituinte derivado reformador argentino preferiu elencar nomeadamente os tratados internacionais de direitos humanos recepcionados previamente à reforma de 1994 no inciso 22 do artigo 75 da Constituição Argentina, atribuindo-lhes hierarquia constitucional.

O mesmo artigo afirmou a hierarquia superior de tratados sobre as leis e a hierarquia constitucional de uma série de tratados de direitos humanos. Um desses tratados citados foi a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou o Pacto de San José de Costa Rica, que autoriza a submissão dos Estados Partes à jurisdição regional da Comissão Americana e da Corte IDH nos casos reconhecidos pelos Estados signatários da Convenção, como foi o caso da República Argentina<sup>1084</sup>.

Consoante preleção de María Angelica Gelli, as condições de vigencia dos tratados: “(...) indican tanto el modo em que fueron aprobados y ratificados por la República Argentina,

---

de los miembros de cada Cámara para gozar de la "jerarquía constitucional. (GELLI, María Angélica. **Constitución de La Nación Argentina comentada y concordada**.. 2ª. ed. La Ley: Buenos Aires, 2004).

<sup>1082</sup> Ibidem.

<sup>1083</sup> “El proceso de jerarquización de los Tratados de Derechos Humanos se opera a través de un régimen de mayorías agravadas especiales: el voto de las terceras partes de la totalidad de los miembros de ambas Cámaras: Diputados y Senadores.

De acuerdo con las normas constitucionales hay dos métodos o procesos: uno el de la probación que requiere la simple mayoría; y el otro, el de la jerarquización constitucional, que requiere una mayoría superior a la primera, esto es, los dos tercios. [...]

La Constitución reformada establece que los tratados con jerarquía constitucional no derogan artículo alguno de la primera parte de la Constitución, o sea: la parte dogmática; y deben entenderse complementarios de los derechos y garantías por ella reconocidos. Eso significa que los Tratados de Derechos Humanos con jerarquía constitucional se complementan con las normas de la parte dogmática de la Constitución Nacional” (TRAVIESO, Juan Antonio. **Los Derechos Humanos en la Constitución de la República Argentina**. Eudeba: Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2000).

<sup>1084</sup> GELLI, María Angélica. **La dimensión institucional de la corte suprema y la etapa comunicacional mediática del tribunal**. Sesión privada de la Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas, el 25 jun. 2014. Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas, 2014. Disponível em: <<https://www.ancmip.org.ar/user/files/03Gelli.pdf>>. Acesso em 28 set. 2017.



es decir, con las reservas respectivas (...), como el alcance interpretativo dado a las cláusulas del tratado por la jurisprudencia internacional (...)<sup>1085</sup>.

O direito internacional dos direitos humanos tem perfil que o distingue do direito internacional geral, comum ou clássico. Os tratados sobre direitos humanos, ao responderem à tipologia dos tratados internacionais, obrigam os Estados Partes a cumpri-los, dentro de suas respectivas jurisdições nacionais, ou seja, a respeitar nessas jurisdições os direitos que os tratados reconhecem, diretamente, aos homens que compõem a população desses Estados. O compromisso e a responsabilidade internacionais, por sua vez, equiparam e projetam um dever interno por parte do Estado, que é o já mencionado de respeitar em cada área interna os direitos das pessoas sujeitas à jurisdição do Estado.

Tal hierarquia, bem como o reconhecimento da jurisdição regional, produziu um significativo impacto no Supremo Tribunal de Justiça da Nação e nos tribunais judiciais, que propiciou, a partir do julgamento da Corte IDH no caso “Almonacid Arellano v. Chile”, refletir nos juízes da Argentina – como Estado Parte – o dever de exercer um tipo de controle de convencionalidade entre o direito interno e a Convenção Americana; ademais, o dever de respeitar o princípio da legalidade, que o Tribunal Regional reconheceu aos juízes internos<sup>1086</sup>.

O Judiciário exerce uma espécie de “controle de convenção” entre as normas legais internas que se aplicam em casos específicos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Compreende-se que, nessa tarefa, o Poder Judiciário deve levar em conta não só o tratado, mas também a interpretação feita pela Corte Interamericana, a derradeira intérprete da Convenção Americana<sup>1087</sup>.

No caso de Almonacid Arellano, afirmou-se que a Corte IDH tinha consciência de que os julgadores e tribunais nacionais estavam sujeitos ao Estado de Direito e, por isso mesmo, estavam obrigados a aplicar as disposições vigentes em seus sistemas jurídicos. Contudo, quando um Estado ratifica um tratado internacional como a Convenção Americana, seus juízes, como parte do aparelho estatal, e não somente o Estado, também estão sujeitos a isso, o que os obriga a garantir que os efeitos das disposições da Convenção não sejam diminuídos por aplicação de leis contrárias ao seu objeto e propósito, que, desde o início, não possuem efeitos legais<sup>1088</sup>.

---

<sup>1085</sup> GELLI, 2004. P 593.

<sup>1086</sup> Ibidem.

<sup>1087</sup> GELLI, 2014.

<sup>1088</sup> Ibidem.

É possível extrair dessas primeiras perspectivas preconizadas que a pessoa humana é um sujeito investido de personalidade internacional; as questões de direitos humanos já não são de jurisdição exclusiva ou reservada aos Estados porque pertencem a uma jurisdição concorrente ou compartilhada entre o Estado e a jurisdição internacional, ainda que não tenham sido subtraídas do Estado<sup>1089</sup>.

O artigo 103 da Carta das Nações Unidas, que sem enumerar os direitos humanos cita os direitos e as liberdades fundamentais do homem, proclamando sua prioridade sobre todos os outros tratados, pactos ou convenções de que os Estados membros da organização tornam-se parte, evidencia que os ditames trazidos pela Reforma argentina de 1994 estão em consonância com o direito internacional dos direitos humanos, que situa esses direitos em seu ápice; o direito interno, de modo equivalente, incorpora os direitos humanos em sua codificação suprema que é a Constituição. Isso significa que tais Estados não podem renunciar ou obstruir a obrigação de respeitar e cumprir os direitos e as liberdades fundamentais do ser humano<sup>1090</sup>.

Os direitos humanos assegurados nos tratados possuem uma força especial e dupla, já que têm proteção internacional e interna; a força e o vigor dessas características do direito internacional dos direitos humanos se reconhecem fundamentalmente por dois aspectos: que as normas internacionais sobre direitos humanos são *jus cogens*, isto é, são inderrogáveis, imperativas e indisponíveis, e que os direitos humanos formam parte dos princípios gerais do direito internacional público, e portanto são incorporados ao direito interno com o mesmo perfil<sup>1091</sup>.

Toda essa valorização e o cuidado com os direitos humanos visam a proteger e ampliar sua aplicação, a garantir sua efetividade, a disseminar seu conhecimento, a estimular o Estado parte a cumprir as normas pertinentes e a inibir que atos de desrespeito sejam frequentes.

Nessa esteira, o sujeito passivo diretamente gravado com obrigações provenientes dos tratados de direitos humanos é o Estado, e a relação de assimetria se trava entre cada indivíduo que compõe a população ou está sob a jurisdição do Estado, incluindo o próprio Estado. As obrigações – e as responsabilidades – são imprecisas, visto que são internas e internacionais<sup>1092</sup>.

---

<sup>1089</sup> CAMPOS, Germán J. Bidart. El artículo 75, inciso 22, de la Constitución y los derechos humanos. **Legislación Periodística y Derecho a la Información**, blog. 2014. Disponível em: <<http://legislacionperiodistica.blogspot.com.br/2014/04/german-j-bidart-campos-articulo-75.html>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

<sup>1090</sup> Ibidem.

<sup>1091</sup> Ibidem.

<sup>1092</sup> Ibidem.

Sob o enfoque internacional, as violações dos tratados de direitos humanos, quando consumadas, cingem uma irregularidade no cumprimento das obrigações atribuídas a cada Estado Parte<sup>1093</sup>. Nesse cerne, a Corte IDH, por meio de sua Opinião Consultiva, enfatizou que há muitas formas pelas quais um Estado pode transgredir um tratado internacional, ou uma Convenção: pode fazê-lo ao se omitir na elaboração de normas a que está obrigado ou, em vez disso, emitir disposições que não estão em conformidade com o que é exigido pelas obrigações previstas na Convenção<sup>1094</sup>.

O controle de convencionalidade das normas internas inicialmente era exercido apenas pela Corte IDH; posteriormente, a Corte estabeleceu que também os órgãos de jurisdição interna tinham competência para averiguar a adequação entre o direito doméstico e a Convenção Americana e, ampliando ainda mais a esfera de controle, deliberou que o citado controle é tanto possível em um determinado caso concreto como também em um abstrato, conforme observou Hitters ao afirmar que:

*[...] conviene poner de resalto que en los primeros tiempos tal Tribunal Interamericano sostenía que era improcedente la revisión supranacional si el precepto atacado no había sido aplicado. Empero últimamente el órgano aludido cambió de tornas destacando su potestad de controlar la convencionalidad de las normas locales, aún en abstracto*<sup>1095</sup>.

Destarte, os Estados, além de serem também responsáveis por esse controle de convencionalidade, devem observar as decisões e orientações da Corte IDH, ainda que em abstrato. Isso ocorre em virtude da valorização da dignidade da pessoa humana, que deve sempre ser protegida e amparada.

Atualmente, o controle deve ser, inicialmente, desempenhado pela jurisdição estatal, por meio de seus órgãos internos, sejam os juízos singulares, sejam os órgãos colegiados. E, em caso de omissão da jurisdição interna, caberá à Corte IDH empreender o citado controle; assim, internamente o Estado tem a oportunidade, conforme o caso, de reparar alguma lacuna, um esquecimento ou uma preterição.

Os tratados que adquiriram *status* constitucional possuem uma igual supremacia sobre o direito infraconstitucional e entre eles (os Tratados de direitos humanos) não há hierarquia, plano inferior ou superior; desse modo, todas as normas que compõem esse conjunto

---

<sup>1093</sup> CAMPOS, 2014.

<sup>1094</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión Consultiva. OC-13/93** del 16 de julio de 1993. Ciertas Atribuciones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (Arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 y 51 de la CADH).

<sup>1095</sup> Idem. **Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile**, Sentencia de 26 sep. 2006, Serie C No. 154, p. 124.

encontram-se no mesmo patamar, e sua aplicação será definida no sentido de ser a mais benéfica ao ser humano.

É imprescindível que as normas inseridas nos tratados de direitos humanos, tendo ou não uma hierarquia constitucional, sejam interpretadas com fundamento na presunção de que são factíveis, diretamente aplicáveis por todos os órgãos de poder no Estado. Por isso, cada artigo que declarar um direito ou uma liberdade deve ser considerado operacional e, ao menos, possuir o efeito de: i) revogar qualquer regra infraconstitucional interna antagônica à norma convencional; ii) forçar o Judiciário a declarar inconstitucional qualquer normativo infraconstitucional interno que esteja em discordância com a norma convencional ou a declarar que a norma convencional produziu a revogação automática daquele; iii) investir diretamente com a propriedade de direito ou liberdade todas as pessoas sujeitas à jurisdição, que podem tornar o direito ou a liberdade exigíveis perante o correspondente sujeito passivo; iv) converter sujeitos passivos de cada direito ou liberdade do homem para o Estado federal e, conforme o caso, para outras pessoas; e v) provocar uma interpretação da Constituição que acolhe congruentemente as normas da convenção, em harmonia ou em complementação em relação aos direitos e às liberdades similares já declarados na mesma Constituição<sup>1096</sup>.

A inserção dos tratados com *status* de hierarquia constitucional foi um dos importantes elementos que estimularam, possibilitaram e fundamentaram a anulação e revogação de normas protetivas dos violadores dos direitos humanos no período autoritário, como também permitiu a retomada dos julgamentos e a condenação desses mesmo violadores, conforme se depreende a seguir.

A Corte Suprema da Nação Argentina, com supedâneo na dignidade constitucional adjudicada aos tratados e às convenções internacionais de direitos humanos, admitiu que esses atos normativos internacionais, ratificados, aprovados e inseridos no ordenamento jurídico interno, deveriam servir como parâmetro de constitucionalidade de atos normativos infraconstitucionais (controle de convencionalidade) que atentassem contra qualquer direito previsto nesses instrumentos internacionais de direitos humanos. Com efeito, a Corte Suprema também tem sustentado o dever de submeter o conteúdo de seus julgados sobre a temática às decisões da Corte IDH, alicerçado no art. 68.1 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que deliberou:

*La Corte Suprema, como uno de los poderes del Estado argentino, debe cumplir la sentencia del tribunal internacional dictada en el caso “Bueno Alves vs. Argentina” que impone, como medida de satisfacción y garantía de no repetición, la obligación*

---

<sup>1096</sup> CAMPOS, 2014.

*de investigar los hechos que generaron las violaciones denunciadas, obligación que si bien es de medios, importa una tarea seria y eficaz, y cuya exégesis debe efectuarse en el marco de lo dispuesto por el art. 68 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos, que posee jerarquía constitucional (art. 75, inc. 22 de la Constitución Nacional)*<sup>1097</sup>.

Infere-se que a Corte Suprema da Nação Argentina está em fina sintonia com o direito internacional dos direitos humanos, especialmente com os tratados incorporados à Constituição argentina e as novas diretrizes de respeito aos direitos humanos, prestigiando a dignidade da pessoa humana.

Diante do quadro que se evidencia, surgem duas questões que estão interconectadas, quais sejam: que os Magistrados precisam estar empenhados e preparados para o exercício do referido controle – para tanto, se faz imprescindível que haja um razoável conhecimento do conteúdo dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado, tanto no plano no regional (OEA) quanto no global (ONU), e da interpretação e jurisprudência conferida pelos Tribunais e às Cortes Internacionais relativamente ao convencionado; e que os Tribunais e as Cortes Constitucionais não imponham obstáculos à aplicação das normas previstas em tratados internacionais, seja pela tentativa de manutenção do dogma da soberania estatal, principalmente no que tange ao exercício da jurisdição, seja pelo desconhecimento da matéria. Em virtude disso, o exercício do controle de convencionalidade não é tarefa fácil, pois, embora seja irrelevante o *status* hierárquico dos tratados internacionais de direitos humanos para fins do citado controle, as duas questões acima referenciadas geram dificuldade na aceitação da força e da importância das normas internacionais incorporadas pelos Estados no sentido de compatibilizar e harmonizar as normas e os entendimentos.

As duas questões acima mencionadas sofreram uma evolução significativa na Argentina, seja por conta da necessidade de fornecer respostas às graves violações de direitos humanos ocorridas no período autoritário, seja pelo conteúdo do inciso 22 do artigo 75 da Reforma de 1994, que consolidou o *status* constitucional dos tratados; passa-se então a utilizar a técnica de interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica<sup>1098</sup>.

A Argentina, especialmente após a Reforma, vem trilhando esse caminho, adaptando e fortalecendo o novo entendimento de respeito aos tratados de direitos humanos, seja por meio do próprio poder Executivo, de novas normativas (poder Legislativo) ou da jurisprudência (poder Judiciário). Os direitos humanos emanam de uma axiologia universal e

<sup>1097</sup> ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. Sentencia de 29.11.2011. Derecho, René Jesús s/ incidente de prescripción de la acción penal - causa N° 24.079 -. Voto del Dr. Juan Carlos Maqueda) Fallos: 327:5668. **Infojus**. Disponível em: <www.infojus.gob.ar>. Acesso em: 21 ago. 2017.

<sup>1098</sup> GELLI, 2004.

se encontram aludidos em fontes convencionais dos sistemas regional e universal, que estão em constante evolução e aperfeiçoamento.

Conforme mencionado no início deste item, a Argentina e o Brasil partiram de experiências autoritárias para a valorização dos direitos humanos; contudo, como se pôde observar das análises anteriores, não obstante a evolução e melhora na compreensão sobre a recepção dos tratados, o Brasil ainda não considera de modo evidente (apesar de abalizados entendimentos doutrinários nesse sentido) o *status* de hierarquia constitucional para todos os tratados e convenções de direitos humanos. A EC/45 trouxe a determinação de hierarquia constitucional para os novos tratados que sejam aprovados com o quórum qualificado. Nesse cerne, no item seguinte apresentam-se proposições teóricas que podem contribuir para que o país concretize em definitivo a observância dos preceitos convencionados.

#### **5.6.4 Medidas para o futuro**

Do presente estudo até aqui empreendido é possível inferir que o Brasil possui as ferramentas de concretização da aplicação dos tratados dos direitos humanos a fim de inibir a repetição dos dramáticos acontecimentos de violação, e de construção de uma nova cultura de respeito à dignidade da pessoa humana?

É oportuno indagar sobre quais caminhos são compatíveis com os dispositivos dos tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil que recebem o caráter de fundamentais quando inseridos no texto constitucional e dos valores e princípios da Constituição de 1988?

Compreende-se que o *status* constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos no direito estatal brasileiro, com base nos argumentos explanados anteriormente e no entendimento de que esse caminho permite uma maior efetividade para as normas provenientes do sistema jurídico internacional, torna-se uma opção condizente com a própria Constituição e com a necessidade de valorização e certeza de respeito aos tratados.

Ocorrendo o reconhecimento, sem exceção, do valor constitucional aos ditos instrumentos internacionais (não somente os posteriores à EC/45), os órgãos estatais e jurisdicionais não poderão suscitar entraves à aplicação das fontes do Direito Internacional no âmbito interno, exceto na pouco provável hipótese de a legislação interna se caracterizar como mais favorável à proteção dos direitos humanos.

Já se evidenciou que, para o Direito Internacional, conforme várias manifestações das Cortes e dos Tribunais Internacionais, independentemente de como o direito estatal tenha hierarquizado os tratados internacionais de direitos humanos, o convencionado deve ser

efetivamente cumprido, sob pena de o Estado poder ser responsabilizado internacionalmente pela violação aos direitos humanos.

A constitucionalidade dos tratados é um requisito de existência e de efetividade para assegurar a aplicabilidade desses direitos perante a ordem jurídica nacional, já que estes integram o mesmo cerne humanitário de princípios regentes da condição humana.

O Brasil, cioso do atual desenvolvimento dos mencionados direitos no cenário internacional, harmonizou e compatibilizou a sua ordem constitucional para a recepção de novos direitos, atribuindo dignidade constitucional e tornando-os prevalentes em seu ordenamento jurídico, nos termos do § 2º, e posteriormente dos parágrafos 3º e 4º (o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão), do art. 5º e do inc. II do art. 4º (prevalência dos direitos humanos), todos da Constituição Federal de 1988.

A tese da constitucionalidade tem como propósito robustecer e uniformizar o entendimento da Suprema Corte sobre a presente matéria e mitigar a relativização do Princípio da Soberania e da constante influência do internacionalismo no sistema normativo brasileiro. Isso enaltece a força normativa constitucional no âmbito interno, especialmente com os avanços já alcançados pelas Organizações Internacionais sobre a proteção dos direitos humanos e o perfilamento de seus tratados pelos Estados Partes.

Inegável a autoridade e relevância do poder Judiciário no abrigo aos direitos humanos, precipuamente no que concerne à possibilidade de utilização do controle jurisdicional de convencionalidade como instrumento de amparo dos direitos humanos a ser realizado pelos juízes e tribunais.

Diante disso, deduz-se que o país já possui as ferramentas para fixar entendimento jurisprudencial do STF e para determinar, com base nos dispositivos da Carta Magna, que os tratados de direitos humanos possuem dignidade constitucional.

O Brasil precisa amadurecer para o evento internacionalista e, por conseguinte, deve acumular fortes argumentos no enfoque teórico interno para juntar-se ao pensamento de outras nações que comungam dos mesmos objetivos, visando à proteção de seus cidadãos. A teor disso, é indispensável que a força normativa presente na Constituição e nos tratados internacionais de direitos humanos formal e materialmente constitucionais sirva de incentivo para fortalecer a ação e a proteção dos direitos humanos como garantias necessárias ao processo dialético da existência, e também à subsistência do indivíduo e da coletividade. Os tribunais nacionais são convocados a cumprir um papel crucial no Estado Democrático de Direito; a

própria Corte IDH já reconheceu essa como responsabilidade dos julgadores, por fazerem parte do aparato estatal.

Resta ao país duas principais alternativas para pacificar e uniformizar seu entendimento quanto aos tratados internacionais de direitos humanos: i) pela via judicial, o Supremo estabilizar a compreensão unificada para todos os tratados de direitos humanos e não somente para os aprovados após a EC/45, que trouxe literalmente a hierarquia constitucional, e ii) pela via do poder Legislativo, por meio de emenda constitucional, inserir-se um dispositivo literal que articule a hierarquia constitucional de todos os referidos tratados, como fez a Argentina por meio da Reforma Constitucional de 1994, consoante analisado no item anterior.

Por todas as digressões aqui tratadas, a hermenêutica mais abalizada pela doutrina, em consonância com o direito humano internacional e com o novo constitucionalismo, é a compreensão pela hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos, que se extrai da interpretação conferida ao § 2º do artigo 5º e do inc. II do art. 4º, de prevalência dos direitos humanos. Desta sorte, todos os tratados de direitos humanos, altivamente, são materialmente constitucionais.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da justiça de transição desenvolvida nesta pesquisa correlaciona-se com asserções sobre transição política, comissões de esclarecimento, direito de acesso à informação, à verdade e à memória, anistia, justiça, efetivação dos direitos humanos e reconstrução e consolidação da democracia; são temas pertencentes aos quatro eixos da justiça de transição que se intercomunicam constantemente.

As perspectivas e análises da primeira parte dos estudos demonstraram a evolução, a ampliação e o conhecimento dos direitos humanos, e que a expressão direito à verdade, que inicialmente anunciava uma necessidade humana, uma exigência de ordem moral, evidente e fundamental, transformou-se em um significativo termo técnico-jurídico no direito internacional dos direitos humanos, que foi incorporado ao sistema jurídico brasileiro com a qualificação de um direito subjetivo juridicamente tutelável.

A tese propôs a reflexão sobre o direito à verdade e à memória e verificou que este direito adquire um significado copioso, mais dilatado e com ressonância no contexto dos debates sobre o problema da impunidade, quando da pacificação, abertura e democratização após períodos de graves violações de direitos humanos.

O direito acima citado faz parte da construção humana aceita e incorporada legalmente pela Argentina e pelo Brasil, visando a rememorar, preservar e registrar os violentos acontecimentos de um passado próximo, garantir e respeitar a dignidade humana de cada pessoa e construir o Estado Democrático de Direito.

Percebeu-se que a legítima historicidade consubstancia uma circunstância reflexiva por intercessão do conhecimento e construção da memória social, a fim de que tais práticas sejam conhecidas e reconhecidas com o propósito claro de serem expurgados do regime democrático e afastadas do horizonte.

O estudo permitiu compreender a memória numa arena de conflitos e embates dentro do qual se conforma a identidade e a herança simbólica do passado, a qual propicia e permite o recobrimento dos fatos e dos eventos traumáticos que distinguiram o período ditatorial pela violência praticada por agentes e organismos do Estado. A obrigação de memória, como imperativo de justiça, capacita ao mesmo tempo, conhecimento do passado e conciliação no presente, trilhando o caminho da pacificação e a superação do passado conturbado.

O Brasil já possui instrumentos jurídicos e construção doutrinária para fazer valer esse direito como uma refutação à impunidade, objetivando favorecer a apuração das violações de direitos humanos; o direito à verdade se desdobra no direito de saber a verdade dos fatos ocorridos durante a vigência do Estado Burocrático Autoritário e no direito à memória social, que compreende o direito da sociedade de conhecer sua história. Entretanto, ainda não se realizou o direito de acesso a informação, à verdade e à memória por completo; falta, como demonstrado, a disponibilização dos documentos em posse dos militares e o reconhecimento das Forças Armadas das práticas de violência institucionalizadas do período autoritário burocrático. Todos esses mecanismos visam à proteção dos direitos humanos e à não repetição do cenário de autoritarismo. Nesse cerne, o direito subjetivo à informação e à verdade devem ser cumpridos e assegurados pelo Estado.

No que concerne à teoria dos dois demônios, a Argentina reconheceu a existência de duas forças equiparadas e inseriu esse reconhecimento no prólogo do *Nunca Más*. Tão reivindicada pelos militares, a teoria dos dois demônios não se aplica ao Brasil, pois não havia duas forças no país que se contrapunham na disputa pelo poder por meio de violência. A reação por meio de guerrilha e de outros atos praticados pela resistência surgiu alguns anos após a implantação do regime autoritário, com um número de participantes bastante reduzido. A resistência nunca foi capaz de competir com os militares, seja em poder, seja em armas e/ou controle de território (a Guerrilha do Araguaia teve em torno de 70 militantes). Ou seja, os opositores do regime atentaram para a possibilidade de investida na luta armada a partir de 1968, quatro anos após a interrupção da democracia com o golpe de estado, numa tentativa frustrada de organização que foi reprimida violentamente com a execução sumária dos últimos participantes.

Ademais, consoante o majoritário e tradicional discernimento assentido pela doutrina do Direito Internacional, as graves violações aos direitos humanos circunscrevem-se aos atos do Estado da mesma forma que aos atos de grupos organizados que possam confrontar com determinação e capacidade análogas às do Estado. Nesses casos, são classificados como sujeitos ativos de crimes contra a humanidade não apenas agentes do Estado, mas também sujeitos não estatais que, desempenhando de fato um comando territorial sobre determinada população, com discrepância de poder entre o transgressor e o transgredido, perpetre contra a população violência generalizada ou metódica imposta para a tipificação contextual da prática de crime contra a humanidade.

No caso brasileiro, somente o Estado possuía esse poder. Essa constatação exclui da realidade brasileira a consideração da chamada teoria dos dois demônios, cujos pressupostos e características não se verificam.

Neste trabalho a designada teoria foi explicitada como: a existência de duas forças equivalentes, representadas por um ou vários grupos organizados; a primeira força pratica crimes contra os direitos humanos, com o intuito de manter-se no poder, e a segunda força, que surge para combater a primeira, também pratica crimes contra os direitos humanos para suplantar a primeira força e alcançar o poder. As forças são chamadas de demônios porque ambas utilizam métodos não ortodoxos e cometem crimes contra a humanidade. Em outras palavras, haveria duas forças equivalentes que se enfrentam na disputa pelo poder (para se manter ou ocupar) e para atingir seus objetivos cometem crimes contra os direitos humanos.

Dentro desse enfoque de verdade, o trabalho conclui que, durante a ditadura e mesmo depois dela, os militares alimentaram/alimentam o discurso de que a intervenção foi necessária para conter os comunistas que queriam implantar uma ditadura sanguinária no poder e que a força necessária foi utilizada para deter os chamados terroristas; contudo, essas duas hipóteses são rechaçadas. Essa conclusão é significativa para se compreender a simpatia de parte da população pelo regime ditatorial baseada em falácias repetidas muitas vezes, e explica a razão de a Comissão da Verdade não ter investigado os supostos dois lados, como queriam impor os militares. Ou seja, a deliberação de consagrar o mandato da Comissão tão somente para atos estatais é juridicamente compatível com a situação fática brasileira, bem como com os princípios do Direito Internacional.

Restou consolidado que as sociedades argentina e brasileira vivenciaram períodos de terrorismo de Estado, nos quais se utilizaram da doutrina de segurança nacional como plano de fundo para instituir violência generalizada aos opositores do regime ditatorial, com consequente desrespeito aos direitos humanos.

O regime militar argentino teve uma vigência mais curta e com grande número de mortos e desaparecidos; a reação da sociedade naquele país, durante e após a ditadura, mostrou-se mais enérgica e eficiente, seja pela organização e manifestação de grupos armados em resistência imediata à ditadura, seja pelos fracassos econômicos e pela Guerra das Malvinas, pelo choque causado com o revelar da verdade assombrosa de desaparecimentos e mortes de seus cidadãos ou pela estruturação e pelas reivindicações dos movimentos sociais.

Nesse contexto, a ditadura militar brasileira revelou-se mais abrangente, tanto pela duração e preocupação em legalizar os atos dos ditadores por meio de normativas constantes promovendo a retirada de direitos individuais e coletivos, especialmente com o AI-5 (momento de maior recrudescimento do regime), quanto pela institucionalização da censura, inclusive com militares dentro dos veículos de imprensa e de comunicação exercendo o papel de censores, e ainda pelo crescimento econômico à custa do agigantamento da dívida externa. O regime militar tentou empreender uma aparência de normalidade e legitimidade de funcionamento das instituições e do país, utilizando uma complexa e longa estratégia de construção de inverdades positivas a respeito dos militares e negativas a respeito dos opositores.

Emergiram, nesse intrincado cenário histórico, diversas análises nas pesquisas da Ciência Política e do Direito, pretendendo elaborar teorias não apenas sobre as transições, mas também sobre as políticas de institucionalização dos novos regimes, processo conhecido como consolidação democrática. Esses estudos conceituais de “transição” e “consolidação” foram, no decorrer desses primeiros anos, a preocupação essencial das análises acadêmicas e das manifestações em torno das disputas de poder nesses Estados.

No encerrar das ditaduras, os Estados iniciaram suas respectivas transições. Na Argentina, elas aconteceram por ruptura, essencialmente graças ao insucesso econômico, à obstinação dos guerrilheiros, à ausência de sofisticação legislativa na pretensão de legitimar o golpe militar e à desastrosa derrota na Guerra das Malvinas, ou seja, pelo colapso do sistema autoritário. Esses e outros fatores enfraqueceram o poder militar que, após promulgar a Lei de Autoanistia, devolveu o poder político aos civis.

No Brasil, ocorreu uma transição negociada ou pactuada, com acomodações e pactos entre setores moderados do Exército e da oposição, e o papel de destaque de uma elite conivente e moderada dentro do regime ditatorial. Foi uma transição “lenta, gradual e segura”, especialmente segura para os militares. A chamada negociação efetivou-se nos termos dos militares, restando à sociedade civil apenas a aceitação ou a continuação do terrorismo de Estado.

A sociedade civil mobilizou-se pela anistia dos perseguidos e exilados políticos, e recebeu uma anistia que também beneficiou os perpetradores de crimes contra a humanidade. A anistia foi uma imposição dos militares que detinham a força e o controle do Estado, embora travestida de acordo político; só restou à sociedade, naquele momento tomada pela apreensão inexorável da regressão autoritária, aceitar os termos.

No caso brasileiro, não ocorreu uma condenação moral dos ditadores, e o processo de transição política, totalmente controlado pelos militares, aconteceu de modo lento, sem interrupção das políticas do passado ditatorial e sem a ruptura com os agentes públicos do regime autoritário, uma vez que alguns deles permanecem no poder até os dias atuais.

A manifestação elucidativa de transição foi assinalada pelo alto grau de incerteza em circunstâncias críticas, sob as quais as conformações políticas engendradas sujeitavam-se às habilidades estratégicas utilizadas pelos poucos atores participantes do processo e suas interações de natureza imprevista. Contudo, após essas primeiras análises, as teorias incorporaram a percepção de que as ações dos atores não estavam dissociadas de características históricas, culturais e econômicas de cada país.

As apreciações teóricas iniciais compartilhavam entre si uma descrição basilar: entendiam as transições fundamentalmente como ocasiões de contingência política, em que o inesperável do momento e a incerteza quanto aos resultados das desavenças sociais eram potencializados a um nível extremo. A despeito de suas singularidades nas transições, as consonâncias e resistências entre os atores políticos relevantes assomam no espaço público e determinariam o futuro da sociedade.

A transição concebida como o intervalo entre dois regimes é marcada pelo chamado constrangimento de ordem político-psicológica, que conservou sua presença, influenciando densamente as estratégias e avaliações em torno da disputa política, os seja, a apreensão inexorável de uma regressão autoritária.

Iniciado o processo de transição a partir da liberação e seguindo para a democratização, o caso brasileiro se apresenta como um dos mais longos da história e pretendeu garantir a abertura lenta, segura e gradual, sem risco da chamada “argentinização”.

Essa morosidade planejada pelo lado autoritário impôs ao Brasil uma inversão na “ordem” dos acontecimentos. Após a Lei de Anistia, considerada a primeira medida contida num dos pilares da justiça de transição, que pode ser compreendida também como medida de abertura, passou-se à implantação e ao fortalecimento da democracia, com: a publicação do *Relatório Brasil Nunca Mais*, documento elaborado por organizações particulares; a eleição indireta para presidente da república; a elaboração e promulgação da nova Constituição Federal do país, com o consequente fortalecimento da cidadania, das instituições democráticas e de fiscalização dos poderes; posteriormente, as eleições se tornaram periódicas, livres e com ampla participação popular.

As medidas de justiça, verdade, reparação e memória com relação aos crimes de violação aos direitos humanos praticados sistematicamente pelo regime autoritário permaneciam no Brasil como se fossem uma questão de menor gravidade e relevância. Estabilizar a nova ordem e submeter todos os atores às normas democráticas era a tônica. Remexer o passado recente denotaria reavivar desavenças que poderiam danificar a calma das transições. Desse modo, as perspectivas morais e jurídicas desse campo foram preteridas pelas demandas de ordem política, com a constante presença dos militares devido aos riscos de retrocesso e à ausência de vontade política.

A pretensa legalização e legitimação da ditadura, por meio de uma proliferação legislativa autoritária, a repetição do discurso que restou impregnado na sociedade sobre a necessidade de combater um inimigo cruel e perigoso, o crescimento econômico às custas de um significativo endividamento do país, e o apoio dos tecnocratas e da imprensa seriam suficientes para justificar, em parte, a manifesta inconsciência e o desânimo da sociedade brasileira quanto à pauta transicional.

O país vivenciou um período de aparente apatia, num esforço para engendrar a paz sustentável e a democracia após um período de conflito ou violação sistemática dos direitos humanos, visto que as organizações de defesa de direitos humanos, de familiares e das vítimas do período autoritário burocrático não conseguiam incluir suas reivindicações na pauta governamental; o tema possuía pouca penetração na sociedade civil.

Com efeito, vencida a etapa de contingência e implementada a etapa da substancialização do processo democrático em um processo constitucional, somente na terceira etapa do processo transicional movimentou-se mais precisamente para a pauta da justiça de transição. Como essa etapa só foi possível após o término do regime (em função da longa duração da transição lenta, segura e gradual), e no caso após uma consolidação mínima da democracia, reafirma-se a indicação de uma das mais destacadas particularidades configuradoras da noção de que, no Brasil, existiu a justiça transicional tardia.

Essa situação vai experimentar mudança a partir da Lei nº 9.140 de 1995, que cria a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que deu então início, oficialmente, à produção da verdade com o processo de reparação. A comissão produziu o livro-relatório intitulado *Direito à Memória e à Verdade*, que foi o primeiro documento oficial de produção de verdade e memória. A publicação foi seguida pelos Planos Nacionais de

Desenvolvimento Humano (PNDH) 1 e 2, que traçaram linhas embrionárias sobre políticas de proteção aos direitos humanos, pela Lei nº 10.559/2002, que prevê reparação econômica às vítimas, e pelo PNDH-3, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo destaque é o sexto eixo, pertinente ao direito à memória e à verdade, que encorajou a criação da Comissão Nacional da Verdade.

As providências foram medidas de justiça de transição que emergiram, precisamente, direcionadas a esses contextos históricos, como o conjunto de mecanismos usados para tratar o legado histórico da violência dos regimes autoritários; foi a partir de então que outros movimentos sociais se somaram aos movimentos de direitos humanos e às entidades de familiares e vítimas para transpor suas reivindicações para o espaço público, deixando de se restringir à esfera individual privada.

A verificação do redirecionamento dos movimentos sociais tradicionais para os novos movimentos sociais, da generosa heterogeneização do elenco de políticas públicas durante a constituinte e do retraimento do movimento de direitos humanos composto por familiares de mortos e desaparecidos políticos durante esse momento do regime democrático possibilitaram adicionar novas marcas que auxiliaram a demonstrar a razão dessa justiça tardia como também, e mais especialmente, a assinalar as causas de expansão da justiça transicional no eixo da reparação econômica e financeira, a partir dele se estendendo aos demais eixos da justiça de transição.

Exclusivamente com a agregação de outros fatores (PNDH, propositura da ADPF 153, decisão de caso “Gomes Lund” pela Corte IDH e a CNV) é que se pôde, efetivamente, compreender que tais inconsciência e desânimo dizem muito mais respeito ao engajamento dos pretéritos sujeitos atuantes em outras pautas que a um circunstancial esquecimento desse tema; sobremaneira, elucida por que a relativa baixa procura por justiça transicional sofreu alterações quase 30 anos após o fim da ditadura.

A aparente inércia dos políticos e da sociedade brasileira sobre a justiça de transição não se caracteriza exatamente pelo abandono ou pelo esquecimento da pauta, e sim por se priorizarem outras necessidades daquele momento de redemocratização, e ainda porque não se havia conseguido transferir a necessidade de verdade, memória e justiça para o âmbito público. Isso começa a mudar a partir da Lei nº 9.140 de 1995, quando os trabalhos da Comissão de Reparação impõem visibilidade à questão, despertam os envolvidos e atraem

novos atores para reacender os pleitos em favor da verdade, da memória e da justiça. Por isso, infere-se do cotejo analítico que a partir desses instrumentos legais passou-se a tratar mais diretamente das questões da justiça de transição.

A promoção e a consumação da justiça se fazem por meio de diversos mecanismos, e a consecução penal se dá pelo processamento e pela punição dos violadores dos direitos humanos. Uma das ferramentas utilizadas pelos ditadores para criar empecilhos a essa realização é a Lei de Anistia. Nos dois países houve a utilização do expediente de autoanistia no fechar de portas do regime autoritário. Contudo, a jurisprudência da Corte IDH tem reiterado que essas leis não podem impedir o ajuizamento e a punição da prática de crimes contra a humanidade.

Lidar com as leis de autoanistia se constituiu um grande desafio. A Argentina revogou a Lei de Anistia imediatamente após a posse do primeiro presidente eleito depois da ditadura, julgou e prendeu agressores, dos dois lados. Depois, sob pressão de movimentos dos militares, especialmente os *carapintadas*, esses mesmos agressores foram perdoados por decretos ou leis, instrumentos jurídicos legais. Porém, a memória – que já havia sido provocada e fomentada com a revogação da Lei da Anistia, a punição dos culpados e o *Relatório Nunca Más* – promoveu a construção de expectativas nas vítimas de graves violações de direitos humanos e as inseriu no debate público.

A dor e a perda dos familiares das vítimas saíram do espaço privado e ocuparam o espaço público, produziram ressonância e favoreceram uma leitura mais extensa do momento presente que viviam, no qual se proclamavam os valores de direitos humanos; dessa forma, a sociedade argentina pôde, logo depois, experienciar o reconhecimento da inconstitucionalidade pela Suprema Corte da Lei de Anistia e a revogação das leis que protegiam os perpetradores de crimes contra a humanidade, além de seguir as decisões da Corte IDH nessa matéria.

No Brasil, o STF não teve a mesma intrepidez, pois declarou equivocadamente, segundo a análise aqui empreendida, a validade e a constitucionalidade da Lei de Anistia, contrariando o cotejado e reiterado entendimento da Corte IDH, de outras decisões do mesmo tribunal que valorizam e reconhecem as normas internacionais, da doutrina, do direito internacional dos direitos humanos e da constitucionalidade dos tratados ratificados. O STF utilizou como sustentáculo para sua controversa decisão a interpretação histórica de construção de consenso e valorou que houve efetivamente a construção de acordo naquele momento histórico. Na sequência, tergiversou afirmando que caberia ao Poder Legislativo promover a



revisão e não ao Poder Judiciário. Enfim, ratificou o conservadorismo e a proteção que as instituições brasileiras desempenharam e desempenham em favor de militares.

A adoção desse entendimento pelo Supremo Tribunal Federal demonstra um retrocesso com relação a outras decisões anteriores desse mesmo tribunal, pertinentes à interpretação da recepção dos tratados, além de impedir a consecução penal de violadores dos direitos humanos.

Outra medida da justiça de transição são as comissões de esclarecimentos, cujos mandatos consistiam em: apurar a rotina de crimes contra a humanidade; descortinar a verdade, permitindo e mesmo possibilitando o surgimento de outras versões dos acontecimentos, valorizando a historiografia; e propiciar o direito à verdade com sua dupla dimensão – o das vítimas e familiares conhecerem os fatos e experienciarem o luto e a perda, e o da sociedade em benefício da recuperação e preservação da memória coletiva, e do direito de acesso à informação, à verdade, à memória e à justiça. A sociedade tem a obrigação de lembrar e o direito de saber o que aconteceu para que nunca mais se repita.

Os dois países instauraram comissões da verdade: a Conadep na Argentina e a CNV no Brasil. A cognição delas tornou possível a pesquisa comparativa guiada para encontrar muitas semelhanças na criação, na estrutura, nas conclusões, nas recomendações de ambas, e reais distinções nas consequências e adoções de suas orientações por cada Estado.

Quanto à complexidade dos crimes praticados e ao *modus operandi* do terrorismo de Estado implantado pelas ditaduras, demonstrou-se que a doutrina de segurança nacional elegeu o opositor como seu inimigo interno, que era apartado da sociedade ao ser preso, para, em seguida, ser desumanizado, retirando-lhe a dignidade humana e imprimindo no opressor um distanciamento do outro enquanto humano. O distanciamento desfigurava as relações da vítima com a sociedade e com os familiares; parte da sociedade passava a ver a vítima como o perigoso inimigo e, de outro modo, imprimia-se medo e terror à família, que não sabia do destino e do paradeiro da vítima e ainda poderia ser envolvida pelas autoridades mesmo sem ter qualquer participação em atividades contra o regime.

Os Estados institucionalizaram a tortura e o desaparecimento como atividades rotineiras; quando não eram determinadas pelos superiores, eram recomendadas e/ou toleradas e bem vistas por eles; a Argentina priorizou o desaparecimento e o Brasil a tortura como técnicas para obter informações, vencer e exterminar o inimigo. As comissões puderam comprovar também o cometimento dos desrespeitos aos direitos humanos e, conseqüentemente,

a praxe de crimes de lesa-humanidade. Nesse processo, os testemunhos (que são um importante meio de estabelecimento dos fatos em processos judiciais) tiveram papel fundamental, já que se verificou a gigantesca dificuldade na obtenção de documentos em poder dos militares nos dois países.

A confrontação de dados dos depoimentos das testemunhas levou à formação de dossiês que validaram outros depoimentos, pela coincidência de informações, nomes e lugares, ratificando e identificando vítimas já citadas em outros depoimentos, metodologia que também foi utilizada na elaboração do *Nunca Mais* brasileiro, sendo que no caso brasileiro os depoimentos estavam nos processos judiciais em trâmite na justiça militar, e a equipe que copiou e organizou o material realizou o confronto de dados para robustecer e validar as informações. Esses depoimentos serviram de fonte primária para chegar às conclusões dos relatórios. No caso brasileiro da CNV, já existia um farto material pesquisado e elaborado pelo *Brasil Nunca Mais* e pela Comissão de Anistia, dentre outros materiais.

Relativamente às distinções, apurou-se que cinco acontecimentos foram de fundamental relevância para as consequências dos trabalhos das duas comissões, organizados e apresentados aqui pela cronologia e não pela importância. O primeiro acontecimento que certamente gerou um clima contrário aos ditadores e ao cometimento de crimes contra a humanidade foi a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a apresentação de seu relatório, que trouxeram novo ânimo ao movimento de direitos humanos e chamaram a atenção da sociedade.

Na sequência, outra distinção ocorrida entre o procedimento brasileiro e o argentino, que foi implementado rapidamente após as eleições: a construção do processo de redemocratização na Argentina antes mesmo da eleição, com a participação de teóricos ligados aos direitos humanos (Carlos Nino, Jaime Malamud Goti, entre outros) que pensaram como e o que fazer para resgatar a verdade, preservar a memória e realizar a justiça.

O terceiro acontecimento imediatamente derivado do anterior foi a edição de decretos presidenciais na Argentina, logo nos primeiros dias após a eleição, punindo os chefes dos movimentos guerrilheiros, determinando o julgamento dos comandantes militares que governaram o país, revogando a Lei de Anistia e criando e instaurando a Conadep para investigar os terríveis acontecimentos daquele período ditatorial.

A boa receptividade dedicada à Conadep pode ser percebida com a significativa e voluntária participação popular; formava-se fila para prestar depoimentos e testemunhos,

sempre reforçados pelos movimentos organizados de direitos humanos como *Las Madres da Plaza de Mayo* e pelo acolhimento do *Relatório Nunca Más*.

Essa aproximação da análise das características singulares do processo argentino e dos elementos distintivos do processos sociopolítico brasileiro, o tipo de transição (processo histórico), a vontade e a determinação política, juntamente com esses acontecimentos, permitiram à Argentina percorrer um trajeto bastante distinto do trajeto brasileiro; enquanto a primeira desenvolveu e ultimou diversos pilares da justiça de transição, sendo mais célere e eficiente, com medidas que servem de modelo para a América do Sul, o Brasil, ao contrário, segue como contraexemplo, ou seja, foi o país que mais demorou a implementar as medidas dos pilares da justiça de transição (a CNV foi instituída quase 30 anos após o término da ditadura) e que não ultimou muitas delas, além de não ter havido reconhecimento dos militares pelos excessos praticados, nem se ter buscado a realização da justiça persecutória.

O Estado argentino entendeu como nuclear a realização da justiça e da memória e envidou esforços políticos, sociais e jurídicos para atingir esse objetivo. O Estado brasileiro tem como eixo fundante a reparação, e avançou de modo ainda insuficiente quanto aos outros matizes (memória, reforma institucional e justiça), mesmo sendo essa uma reivindicação da sociedade organizada.

Os governantes não adotaram a ideia como imperiosa, nem o Poder Judiciário possibilitou essa perspectiva. Evidente que a decisão do STF na ADPF 153 agravou ainda mais esse quadro de inércia e majorou o desafio, já que a decisão se constitui uma barreira a dificultar o necessário acerto de contas com o passado.

As conclusões da Conadep e da CNV convergiram para o reconhecimento da prática de crimes contra a humanidade, tortura, desaparecimento forçado e execuções extrajudiciais como política de Estado, ou seja, houve a comprovação de graves violações de direitos humanos com caráter generalizado e sistemático, e configuraram-se a ocorrência de crimes contra a humanidade e a persistência do quadro de graves violações de direitos humanos (este último para o Brasil apenas).

A Argentina efetivou medidas de resgate da verdade e da memória, como a Conadep, e delineou como seu objetivo a justiça, concretizada posteriormente com o julgamento e a condenação dos representantes das juntas militares, comandantes responsáveis pela prática de crimes contra a humanidade, bem como com a punição de outras pessoas também envolvidas, demonstrando que o país acatou as conclusões e efetivou muitas das recomendações da

referenciada Comissão. Destacam-se ainda: políticas públicas de memória, a exemplo de um feriado da memória, para que não se esqueça do ocorrido e para que nunca mais aconteça; a inclusão nos currículos escolares de nível primário e secundário da disciplina de direitos humanos com estudo específico sobre o período de terrorismo de Estado (para dar conhecimento de fatos obscuros sobre violações individuais de direitos humanos que, quando praticados, organizaram o seu próprio ocultamento e dissimulação); e iniciativas para facilitar a localização e identificação das crianças sequestradas durante a ditadura.

No Brasil, as conclusões e recomendações do relatório ainda não produziram iniciativas, tanto devido ao longo período entre os acontecimentos e a criação e consequente entrega do relatório como ao fato de a CNV ter atingido poucas descobertas originárias, capazes de gerar indignação ou mobilização social. Todavia, aconteceu um evidente e amplo reconhecimento da sua importância histórica, política e social, assim como a efetivação de um dos mecanismos da justiça de transição no país.

A CNV trouxe poucas novidades porque, mesmo de forma lenta, o Brasil já havia produzido imprescindíveis documentos de recuperação da verdade e da memória (o *Relatório Brasil Nunca Mais*, os trabalhos da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e as caravanas da verdade), documentos utilizados inclusive pela Comissão da Verdade. Contudo, a sua criação tardia não induz a retirar ou reduzir a importância do signo da CNV, já que sua concepção originou ressonâncias e possibilitou ampla disseminação do seu significante na mídia, nos movimentos sociais, na academia e na sociedade; ademais, forneceu oportunidade de ampliar os estudos, as pesquisas e os debates para o conhecimento e a valorização do seu significado, além de ser elemento expressivo da justiça de transição utilizado como instrumento de recuperação da verdade, preservação da memória e realização de justiça, indispensável para o fortalecimento da democracia participativa. O país legitimou e legitima um espaço de deslinde dos fatos que permaneciam sem reconhecimento oficial.

Quase 30 anos após o fim da ditadura, com o início e a conclusão dos trabalhos da Comissão, renovaram-se perspectivas, deu-se visibilidade à causa, ensejou-se o engajamento de novos atores, interconectaram-se participantes e ampliaram-se os direitos decorrentes da justiça de transição, especialmente o direito à memória e à verdade, a busca por justiça e a responsabilização individual, o que traz novo fôlego e alento para a sociedade, especialmente por conta da divulgação da CNV, que esteve presente nas mídias televisadas, escritas e faladas como em nenhum outro momento do passado do país.

Não obstante a complexidade e as prováveis dificuldades em implementá-las, as recomendações estão prontas e postas com muito discernimento e objetividade em busca de uma oportunidade de serem efetivamente desenvolvidas como política pública de Estado a fim de fortalecer ainda mais o Estado Democrático de Direito no país.

O Brasil ainda pode beneficiar-se da experiência argentina para perfilhar sua própria direção de realização da memória, da verdade e da justiça, contudo ainda deve um pedido de desculpas ou perdão pela constatada prática de crimes de lesa-humanidade, por meio do reconhecimento das Forças Armadas dos acontecimentos nefastos e da realização da justiça persecutória dos responsáveis.

No quinto e último capítulo, aprofunda-se a abordagem sobre os quatro eixos da justiça de transição e apresenta-se um novo olhar sobre a temática, considerando-se as teorias das Ciências Sociais, as teorias jurídicas e a análise específica da realidade brasileira.

Após os primeiros estudos e análises sobre a transição, que priorizaram uma visão macroestrutural, surgiu outra vertente do pensamento que privilegiou o estudo das transições sobre duas perspectivas sequenciais, a transitologia e a consolidologia, reconhecidas como subdisciplinas das Ciências Sociais.

Partindo dessas novas concepções, o presente trabalho advoga a tese de que a transição brasileira foi concluída há décadas, que podem ser indicados como marcos, a depender da vertente teórica, tanto na transferência do poder dos militares para os civis, mesmo com eleições indiretas, quanto após a promulgação da Constituição, que colocou os militares sob o comando dos civis; ainda, finalmente, quando da realização das primeiras eleições diretas livres para presidente da República, com acentuada e abrangente participação popular. Ou seja, o governo voltou a ter como base a soberania popular. Esses três acontecimentos podem servir de baliza para o início da redemocratização.

A transição, conforme o próprio nome sugere, é um período intermediário entre um e outro regime (geralmente do autoritarismo para a democracia) e não pode se estender *ad aeternum*. A consolidação da democracia é o passo seguinte, na reconstrução e no fortalecimento dos mecanismos que podem assegurar o desenvolvimento das instituições democráticas.

A tônica deixou de ser somente a questão política de eleição e ganhou novo fôlego com as inquietações sobre justiça de transição que beneficiaram um processo mais dilatado de mundialização e de internacionalização do amparo e da promoção dos direitos humanos, cuja

centralidade foi reconhecida nas diversas jurisdições supranacionais, que assumiram funções e incumbências anteriormente exclusivas aos Estados e à Constituição nos limites territoriais do Estado-nação. Com essa macroestrutura é que se consegue traçar linhas gerais para a efetivação dos direitos humanos. Essa fase foi chamada de regime “pós-Westfaliano” de direitos humanos.

Essa macroestrutura possibilitou anulações e revisões de diversos acordos políticos ocorridos em transições, bem como o não reconhecimento das leis de autoanistia; tal conjuntura atribui às Cortes Internacionais e Regionais papel preponderante.

O entendimento de justiça de transição aflora justamente para esse tipo de cenário de pós-autoritarismo e que, nas últimas três décadas aproximadamente, concebeu uma abordagem mais sistemática e consistente dessas experiências temáticas que alarga os processos de efetiva democratização. Contudo, cada país possui sua realidade distinta e, por isso, torna-se necessário redefinir seu escopo, suas conjunturas e seu campo de aplicação. Essas iniciativas são imprescindíveis para adjudicar mais potencialidade de ingerência e eficácia à abordagem acima mencionada.

A justiça de transição incide em como as sociedades lidam com legados de violações e abusos; em outras palavras, visam às demandas de justiça pelos excessos do passado. Desse modo é que se apresenta uma justiça precária, cujos conteúdos e adjacências são desenhados pela dialética da contingência, que não satisfaz o grau de exigência das pretensões de justiça das vítimas. Mesmo havendo evidentes argumentos legais e morais para o processamento dos violadores dos direitos humanos, essas constatações não excluem as assombrosas dificuldades políticas que uma medida dessa magnitude enfrenta na maioria das transições.

É imprescindível romper com o assombro de uma eterna transição, que nunca termina, nunca se consuma e que, por isso, acovarda o novo regime democrático, não o deixando esquecer que um passo mais valente poderia significar a precipitação de um fim trágico, constantemente vislumbrado no futuro.

Não se constitui em interesse da democracia nem da população tornar perene a exceção, e normalizar o discurso sobre a transição a outras conjunturas, como de fato faz a justiça de transição quando entendida sem força e interminável. São comportamentos e interpretações que acarretam sérios riscos; em particular, acabam por generalizar e perpetuar, de modo interminável, uma situação tensa, pelo próprio significado.

Na Europa e na Argentina, novas condenações continuaram existindo pelas mesmas razões, de cometimento de crimes contra a humanidade, tempos após o término da transição e da consolidação da democracia. Não se pode alimentar a indefinição ou a ameaça permanente.

A justiça de transição visa, enquanto objetivo último, à democratização, e possui como eixos as medidas de verdade, memória, reparação, reforma institucional e justiça, os quais estão interligados; comumente, uma medida é o norte, porém também se contempla outra ou outras nuances. A criação e manutenção de um museu sobre os crimes praticados durante a ditadura, expondo nome dos agressores, contempla a memória, a verdade e a justiça, pois corrige a história anteriormente contada.

Em considerando as teorias minimalistas e as minimalistas ampliadas, o Brasil já se constitui uma democracia consolidada, visto que essas teorias consideram como traços característicos essenciais a realização de eleições, a participação livre popular, o revezamento de forças no poder, o fortalecimento das instituições e o respeito ao jogo das regras democráticas estabelecidas. Para outros autores, porém, não se pode olvidar a questão da busca pela igualdade social e pelo equilíbrio econômico-financeiro, entre outras, numa democracia consolidada.

Compreende-se que o Brasil discutiu e assumiu posições sobre todos os eixos da justiça de transição, implantou diversas medidas, possui outras a serem implementadas, conforme descrito no decorrer dos capítulos, e realizou, em parte, todos esses eixos; alguns de forma mais completa, como foi o caso das políticas de reparação, e outros de forma menos completa, como são os casos da verdade e da justiça (persecução penal).

O Brasil, como afirmado, não realizou o direito à verdade e o direito de acesso à informação, pois até a atualidade os militares possuem documentos que não estão disponibilizados ao público (contrariando dispositivos internacionais e constitucionais e a LAI), além de negarem os fatos ocorridos; e tampouco o direito à justiça, pela ausência da persecução penal dos militares responsáveis pelo cometimento de crimes contra os direitos humanos, graças à Lei de Anistia.

Vale ressaltar que, no caso do Brasil, não houve uma significativa diminuição dos poderes militares, seja pela pouca redução orçamentária, seja pela manutenção da obrigatoriedade do serviço militar; e o mais grave: a CF ainda contempla o emprego das Forças Armadas na defesa e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, sob a responsabilidade do Presidente da República. A Constituição poderia e deveria ter reduzido

ainda mais o poder e a possibilidade de participação na vida política interna das Forças Armadas.

Esse elenco acima exposto possibilitou refletir sobre esses temas como fenômenos intrincados e emergentes em âmbito global e apresentar um novo olhar, a partir da análise da formação do direito internacional dos direitos humanos, combinado com o direito internacional humanitário, interpelando sobre perspectivas de legítima reivindicação de efetivação do direito à verdade, à memória e ao acesso à informação como direito de natureza pública irrefutável, que autoriza a ressignificação da memória para forjar a história e a identidade nacionais, a fim de que as gerações futuras não permitam a repetição dos mesmos erros.

Inferre-se, diante das análises, a urgência em implementar as recomendações da CNV, especialmente no que se refere às reformas institucionais, curriculares e de valorização da verdade e preservação da memória.

Dentro dessa realidade complexa impõe-se também a mudança de entendimento sobre a Lei da Anistia, com base nos tratados ratificados e incorporados pelo Brasil, e na condenação do Brasil no caso “Gomes Lund e outros” pela Corte IDH. Esclarece-se que essas medidas devem ser instituídas como instrumentos de consolidação da democracia.

No mesmo sentido, o STF deve rever seu entendimento sobre a hierarquia dos tratados (de supralegal para constitucional) com base na melhor doutrina pátria, no direito internacional humano, na própria Constituição, reformando sua inclinação e decisão anterior; deve, ainda, o legislador esclarecer definitivamente por meio de emenda constitucional e incluir na Constituição dispositivo literal sobre o tema, assim como fez o constituinte revisor da Argentina na Reforma Constitucional de 1994, a fim de impossibilitar qualquer futura suscitação de dúvida sobre o tema.

Outra providência indispensável para apagar o fantasma da volta à repressão seria reduzir ainda mais o poder das Forças Armadas no campo de participação na política interna, reduzir seu orçamento e retirar a obrigatoriedade do serviço militar, como fez o país vizinho, a Argentina.

Após isso, o presidente da República, investido nos poderes constitucionais, deveria determinar a abertura de todos os arquivos e, enfim, submeter de fato e não somente de direito os militares ao poder civil, consoante os dispositivos constitucionais.

Todas essas medidas certamente contribuiriam para a consolidação da democracia brasileira e para esclarecer e conscientizar a população dos fatos ocorridos, fugindo dos



subterfúgios e das falácias do discurso militar por tantos anos repetidos, como também e especialmente para prevenir a repetição dos crimes do passado.

Faz-se imprescindível a compreensão, a incorporação e a efetivação dos direitos humanos, meios necessários para a consolidação da democracia, privilegiando a conscientização e a participação social justa e igualitária; somente assim o respeito à dignidade da pessoa humana não dependerá exclusivamente da vontade do Estado e poderá fazer parte do patrimônio individual de todos e de cada um dos brasileiros e argentinos.

São essas as contribuições críticas, sob novo olhar, que inferem o fim da justiça de transição no Brasil, e que indicam outras e contínuas medidas que podem e devem ser tomadas como medidas de justiça democrática, retirando e vencendo o processo transicional e não o eternizando.

Deste modo, e finalmente, no atual contexto de elevada complexidade, para garantir a consolidação de uma democracia substancial restringida unicamente pelas garantias fundamentais originadas dos direitos humanos se faz necessária a promoção de uma nova cultura política, vocacionada para uma democracia constitucional, que seja apropriada à transformar o passado em aprendizados para a democracia, valendo-se das memórias. Esse acúmulo de memórias sociais possibilita a encadeação de narrativas complexas, postas política e historicamente no tempo, que promovam uma cultura de cidadania consciente, um senso comum democrático que acaudilhe o agir cotidiano participativo e o respeito aos direitos humanos no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo. A Lei de Anistia no Brasil: As alternativas para a verdade e a justiça.

**Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011, p. 119-138. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/373/373>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Mutações do Conceito de anistia na justiça de transição brasileira: A terceira fase de luta pela anistia. **Revista de Direito Brasileira**, v. 3, n. 2, p. 14-17, 2012. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/anistia-e-jutica-de-transicao/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Forum, 2012.

ABRÃO, Paulo et al. Justiça de transição no Brasil: o papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n.º 1, jan./jun., 2009.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da Reparação. In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (Orgs.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/mediaRepre\\_Memoria\\_pdf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/mediaRepre_Memoria_pdf)>. Acesso em 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. As dimensões da justiça de transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: PAYNE, Leigh A. et al. (Orgs.). **A anistia na era da responsabilização: O Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

\_\_\_\_\_. O sistema brasileiro de reparação aos anistiados políticos: contextualização histórica, conformação normativa e aplicação crítica. **Revista OABRJ**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 165-203, jul.-dez. 2009.

ABREU, Alzira Alves de et. al. (Coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v.1.

ABUELAS DE LA PLAZA DE MAYO. **Apresentação da Organização**. Disponível em: <<http://www.abuelas.org.ar>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

ACTIS, Manú et al. **Ese infierno: conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA**. Buenos Aires: Altamira, 2006.

ACUÑA, Carlos; SMULOVITZ; Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. In: ACUÑA, Carlos, et al. (Eds.), **Juicio, castigos y memorias: Derechos Humanos y justicia en la política Argentina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, mar. 2010.

AGEITOS, Stella Maris. **Historia de la impunidad**: de las actas de Videla a los indultos de Menem. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2002.

ALESSANDRA, Karla. Projeto tipifica crime de desaparecimento forçado de pessoas. **Câmara – Radioagência**. 10 fev. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/522962-PROJETO-TIIFICA-CRIME-DE-DESAPARECIMENTO-FORCADO-DE-PESSOAS.html>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ALESSANDRI, Pablo Saavadera. Algunas consideraciones sobre las reparaciones em la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. In: LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **Os rumos do Direito internacional dos direitos humanos**: ensaios em homenagem ao professor Antônio Augusto Cançado Trindade. Tomo VI. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.

ALFONSÍN, Raúl. **Memoria política**: transición a la democracia y derechos Humanos. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2009.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Introdução ao direito comparado**. Coimbra: Almedina, 1998.

ALMEIDA, Eneá de Stutz; TORELLY, Marcelo. Justiça de transição, estado de direito e democracia constitucional: estudo preliminar sobre o papel dos direitos decorrentes da transição política para a efetivação do Estado Democrático de Direito. **Sistema Penal e Violência**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul./dez. 2010.

ALMEIDA, Francisco António de; MACEDO, Lucas Ferreira de. **Os crimes contra a humanidade no actual direito internacional penal**. Coimbra: Almedina, 2009.

ALSTON, Philip. The ‘Not-a-Cat’ Syndrome: Can the International Human Rights Regime Accommodate Non-State Actors? In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Non-state actors and human rights**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ALTMAN, Bruno. A teoria dos dois demônios não passa de farsa histórica. **Última Instância**. 01 abr. 2014. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/artigos/70056/teoria+dos+dois+demônios+nao+passa+de+farsa+historica.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

ALVES, Márcio Moreira. **Diário do Congresso Nacional**, Seção I, Suplemento, 04 set. 1968, p. 9.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ALVES FILHO, Manuel. Dramas da ditadura em 1,2 milhão de páginas. **Jornal da Universidade de Campinas**, Campinas, 26 ago. 2002.

ANDREU-GUZMÁN, Federico. **Derecho a la verdad y derecho internacional**. Bogotá: Comisión Colombiana de Juristas, 2012.

ANDRIEU, Kora. Transitional Justice: A new discipline in Human Rights. **Online Encyclopedia of Mass Violence**, jan. 2010, p. 24.

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo**. Informe 2015/2016. 2016. Disponível em: <[https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016\\_Final\\_Web-1.pdf](https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ANNAN, Kofi. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório S/2004/616 apresentado ao Conselho de Segurança da ONU em 23.08.04. **Revista da Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 01, p. 320-51, Brasília, jan./jun. 2009. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Repre\\_Memoria\\_pdf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Repre_Memoria_pdf)> Acesso em: 24 ago. 2017, p. 325.

AÑÓN, José García. C. S. **Nino y los derechos morales**. Valencia: Anuário de Filosofia del Derecho, XI, 1994.

AQUINO, Maria Aparecida de et al. (Orgs.). **A constância do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. (Dossiê DEOPS; 2).

ARAUJO, Luiz Gustavo. A incorporação dos tratados de proteção internacionais de direitos humanos e as normas do direito interno: consolidações e críticas. **Revista Liberdades**, n. 6, jan./abr. 2011. Disponível em: <[http://www.revistaliberdades.org.br/\\_upload/pdf/7/artigo1.pdf](http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/7/artigo1.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2013.

ARAUJO, Nadia; ANDREIUOLO, Inês da Matta. A internalização dos Tratados no Brasil e os Direitos Humanos. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; ARAUJO, Nadia de. **Os Direitos Humanos e o Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 82.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém**. Uma reportagem sobre a banalidade do mal. Tradução Ana Corrêa da Silva. 2. ed. Coimbra: Edições Tenacitas, 2004.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Homens em tempos sombrios**. Tradução por Denise Boltman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (Livros de bolso).

ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. Sentencia de 29 nov.2011. Derecho, René Jesús s/ incidente de prescripción de la acción penal - causa N° 24.079 -. Voto del Dr. Juan Carlos Maqueda) Fallos: 327:5668. **Infojus**. Disponível em: <[www.infojus.gob.ar](http://www.infojus.gob.ar)>. Acesso em: 21 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ley de Pacificación Nacional**, nº 22.924 de 23 de marzo de 1983a (Ley de Autoamnistía). Disponível em: <[www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/autoam02.htm](http://www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/autoam02.htm)>. Acesso em 20 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto 157 de 13 de dezembro de 1983**. 1983b. Disponível em: <[https://es.wikisource.org/wiki/Decreto\\_157/83](https://es.wikisource.org/wiki/Decreto_157/83)>. Acesso em: 24 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Comissão Nacional de Pessoas Desaparecidas. Decreto 187, a partir de 15/12/1983. **Diário Oficial**, 19 dez. 1983c. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direito-a-memoria-e-a-verdade/comissoes/comissao-argentina>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Presidencia de la Nacion. Decreto 187 de 15 de diciembre de 1983d. Comision Nacional sobre la Desaparicion de Personas. Constitúyese la citada Comisión, que tendrá por objeto esclarecer los hechos relacionados con la desaparicion de personas ocurridos en el país. **Boletín Oficial de la Republica Argentina**. Disponível em: <<http://www.boletinoficial.gov.ar>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ley 23.040 de 22 de dezembro de 1983e**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=28166>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

ARIAS, Miguel Rodríguez; CORTÉS, Carpo. **Juicio a las juntas**: el Nüremberg argentino. [s.l.]: [s.n.], 2004.

ARNS, Paulo Evaristo (Coord.) **Brasil**: nunca mais. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ARRUDA, Roldão. “É preocupante a inversão de valores nas indenizações às vítimas da ditadura”. Entrevista com Glenda Mezarobba: pesquisadora da Unicamp. **Estadão Política**. 06 jul. 2009. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-preocupante-a-inversao-de-valores-nas-indenizacoes-as-vitimas-da-ditadura,398317>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANH). **Comissão da verdade**: entre a memória e a história, 12 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.anpuh.org/informativo/view?ID\\_INFORMATIVO=2486](http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=2486)>. Acesso em: 22 mar. 2017.

ASOCIACIÓN DE LAS MADRES DE PLAZA DE MAYO. Disponível em: <<http://madres.org/>> Acesso em: 20 jan. 2017.

ÁVILA, André. Placa lembra prisão de policias militares durante a ditadura. **Movimento Justiça e Direitos Humanos**. 23 abr. 2014. Disponível em: <[http://ong.portoweb.com.br/direitoshumanos/default.php?reg=239&p\\_secao=11](http://ong.portoweb.com.br/direitoshumanos/default.php?reg=239&p_secao=11)>. Acesso em: 27 abr. 2017.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 109-122, jun. 1995. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_28/rbcs28\\_09.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Justiça de transição como reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (Orgs.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/mediaRepreMemoria\\_pdf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/mediaRepreMemoria_pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 1964: A CIA e a técnica do golpe de Estado. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 34, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34ebandeira.htm>>. Acesso em 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Fórmula para o caos**: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BARBOSA, Marco Antonio. Ilusão ou desilusão? O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 de 2009 com as mudanças introduzidas pelo Decreto 7.177, de 12 de maio de 2010. **Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 5, n. 15, p. 124-138, abr./jun. 2011. Disponível em: <[http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF\\_Livre/15\\_Dout\\_Nacional\\_3.pdf](http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/15_Dout_Nacional_3.pdf)>. Acesso em 1 abr. 2013.

BARREIRO, Ramiro. Argentina expulsa 12 policiais condenados como torturadores 40 anos depois. **El país**. 28 ago. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/26/internacional/1503705715\\_972710.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/26/internacional/1503705715_972710.html)>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. Direito à memória e a verdade: Memórias de histórias de violações de Direitos Humanos durante as ditaduras militares no Cone Sul e no Brasil. **Revista Jurídica da Faculdade Una de Contagem**, Contagem, 2014.

BARROS, Sebastián. Violencia de Estado e identidades políticas. Argentina durante el proceso de reorganización militar (1976 –1983). **Revue de Civilisation Contemporaine de l'Université de Bretagne Occidentale**, Sept. 2003.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.

\_\_\_\_\_. **Direito Constitucional Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar. 2009.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

BATISTA, Liz. Argentina: sem anistia, três presidentes condenados. Acervo. **O Estado de S. Paulo**. 21 ago. 2013. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,argentina-sem-anistia-tres-presidentes-condenados,9211,0.htm>>. Acesso em 02 abr. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAZELAIRE, Jean-Paul; CRETIN, Thierry. **A justiça penal internacional**: sua evolução, seu futuro: de Nuremberg a Haia. Tradução: Luciana Pinto Vernâncio. Barueri: Manole, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Para uma crítica de la violência**. Traducido del inglés por Héctor A. Murena. Buenos Aires: Leviatan, 1995.

BENVENUTI, José Manuel; UBERTI, Mariela. Cumplir la Constitución: de las formas de Gobierno y Estado en la Reforma. **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales**, Santa Fe, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/NuevaEpoca/article/viewFile/207/279>> Acesso em: 05 set. 2017.

BICKFORD, Louis Transitional Justice. In: SHELTON, Dinah (Ed.). **The Encyclopedia of Genocide and Crimes Against Humanity**. Volume III. New York: MacMillan, 2004, p. 1045.

BIETTI, Lucas Manuel. Memoria, violência e causalidade em la teoria de los dos demonios. **El Norte – Finnish Journal of Latin American Studies**, n. 3, abr. 2008. Disponível em: <[https://www.academia.edu/164577/Memoria\\_violencia\\_y\\_causalidad\\_en\\_la\\_Teor%C3%ADa\\_de\\_los\\_Dos\\_Demonios](https://www.academia.edu/164577/Memoria_violencia_y_causalidad_en_la_Teor%C3%ADa_de_los_Dos_Demonios)>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BLOCH, Marc. Comparaison. **Bulletin du Centre International de Synthèse**, Paris, n. 9, p. 17-35, jun. 1930.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Trad. Alfredo Fait. 2. ed. São Paulo: Editora Mandarim, 2000.

\_\_\_\_\_. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONIFÁCIO, Artur Cortez. **O direito constitucional internacional e a proteção dos direitos fundamentais**. São Paulo: Método, 2008.

BORGES, Bruno Barbosa. **Justiça de Transição: a transição inconclusa e suas consequências na democracia brasileira**. Curitiba: Juruá, 2012.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.4, p. 23.

BRAGA, Juliana. Comissão da Verdade apura no Chile provas de tortura contra brasileiros. **G1. Política**. 21 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/comissao-da-verdade-apura-no-chile-provas-de-tortura-contra-brasileiros.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder**. Ato V. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRASIL. Ato Institucional N. 05. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de

quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 1968, p. 10801. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 02 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 jan. 1967, p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Aprovada em 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988, p. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.584 de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. **Diário Oficial da União**, 15 dez. 2009a. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 08 de jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 22 dez. 2009b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010. Altera o Anexo do Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. **Diário Oficial da União**, 13 maio 2010a, p. 5. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. **Diário Oficial da União**, 21 maio 1993a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm)>. Acesso em: 02 de maio 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. (Revogada). **Diário Oficial da União**, 12 ago. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2017.



\_\_\_\_\_. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 ago. 1979, p. 12265. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 15 fev. 1993b, p. 1997. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8625.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm)>. Acesso em: 02 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 dez. 1995, p. 19985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 14 nov. 2002, p. 6. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 8 de novembro 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2011a, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.528, de 08 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2011b, p. 5. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 12.998 de 18 de junho de 2014. Dispõe sobre [...] altera as Leis nºs [...] 12.528, de 18 de novembro de 2011 [...]. **Diário Oficial da União**, 20 jun. 2014a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/Lei/L12998.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12998.htm#art24)>. Acesso em: 02 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à memória e à verdade**: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009c.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Direito à memória e à verdade**: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009d.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH 1). **Direito Net**. 1996. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH 2). **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP**. 2002. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/ii-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-2002.html>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Direitos Humanos III** (PNDH 3). Aprovado pelo Decreto 7.037/2009. Atualizado pelo Decreto 7.177 /2010. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153**. Relator Ministro Eros Grau. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Julgamento: 29/04/2010. Divulgação: DJe 145 de 06/08/2010b. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>> Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 87.585-8**, Tocantins. Prisão civil. Relator: Ministro Marco Aurélio. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Data do voto do relator: 12/03/2008. Data da Divulgação: DJe de 22/04/2014b.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 466.343-1**, Banco Bradesco S/A e Vera Lucia B de Albuquerque. Relator: Ministro Cesar Peluso. Julg. Dez. 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444&pgI=1&pgF=100000>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 511.961** São Paulo. Jornalismo. Exigência de diploma de curso superior, Relator: Ministro Gilmar Mendes. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Data do julgamento: 17/06/2009. Data da Divulgação: DJe nº 2013 de 13/11/2009e. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal Militar. Nota à imprensa do Superior Tribunal Militar. **Superior Tribunal Militar**. 12 dez. 2014c. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/3862-nota-a-imprensa-do-superior-tribunal-militar>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

BRAZILIAN government opens national archives families missing (Portuguese). **ICTJ**. 25 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.ictj.org/news/brazilian-government-opens-national-archives-families-missing-portuguese>>. Acesso em: 03 maio 2017.

BRISOLLA, Fabio. Fundadora do Tortura Nunca Mais considera frustrante relatório da CNV. **Folha de São Paulo**. 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560330-fundadora-do-tortura-nunca-mais-considera-frustrante-relatorio-da-cnv.shtml>> Acesso em: 22 mar.2017.

BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e a política da memória: Uma visão global. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 1, jan./jun. 2009.

BRITO, Alexandra Barahona de. As Ditaduras da América Latina: os casos do Chile e do Uruguai. Razão de ser e dinâmicas de repressão. In: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coords.). **As ditaduras contemporâneas**. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

BRITO, Ana Paula Ferreira de; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. As reivindicações por memória e verdade e a Comissão Nacional da Verdade: construindo a memória social sobre o período militar no Brasil. In: MEYER, Emílio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. **Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988**. Belo Horizonte: Initia Via, 2014.

BROWN, Archie. **Ascensão e queda do comunismo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BUCHANAN, Paul. The varied faces of domination: state terror, economic policy, and social rupture during the Argentine "Proceso", 1976-81. **American Journal of Political Science**, v. 31, n. 2, May 1987.

BULAU, Doris. 1945: Aprovada instalação do Tribunal de Nurembergue. **DW**. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1945-aprovada-instala%C3%A7%C3%A3o-do-tribunal-de-nurembergue/a-319761>>. Acesso em: 27 abr. 2017

BURGORGUE-LARSEN, L.; UBEDA DE TORRES, A. **Les grandes décisions de la Cour Interaméricaine des Droits de l'Homme**. Bruxelles: Bruylant, 2008.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: REÁTEGUI, F. (Org.). **Justiça de transição: Manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, 2011, p. 307-337.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; GRUBBA, Leilane Serratine. Entre os direitos humanos e os direitos fundamentais: as possíveis convergências entre a teoria crítica de Joaquín Herrera Flores e a teoria do garantismo de Luigi Ferrajoli. **Revista Justiça do Direito**, v. 25, n. 1, p. 7-32, 2011. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/2730/1859>>. Acesso em 13 abr. 2017.

CALMON, Francisco Celso; DORNELLES, João Ricardo. Verdade com justiça: a interpretação da Lei da Anistia se deu pelas vozes e meios de comunicação dos ideólogos e juristas a serviço da ditadura. **O Dia**. 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/opiniaio/2015-03-22/francisco-celso-calmon-e-joao-ricardo-dornelles-verdade-com-justica.html>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. Tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

CALVEIRO, Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina. 1a ed. 2a reimp. - Buenos Aires : Colihue, 2004

CAMPOS, Germán J. Bidart. El artículo 75, inciso 22, de la Constitución y los derechos humanos. **Legislación Periodística y Derecho a la Información**, blog. 2014. Disponível em:

<<http://legislacionperiodistica.blogspot.com.br/2014/04/german-j-bidart-campos-articulo-75.html>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito de Constitucional e Teoria da Constituição**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARDOSO, Ítalo. **Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog**. Relatório Final. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2013.

CAREY, John M. Institutional Design and Party Systems. In: DIAMOND, Larry et al. (Eds.) **Consolidating the third wave democracies: themes and perspectives**. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1997, p. 67-92.

CARMO, Márcia. Governo da Argentina ordena a abertura dos arquivos da ditadura. **BBC Brasil**. 06 jan. 2010. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100106\\_argentina\\_ditadura\\_mc\\_np.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100106_argentina_ditadura_mc_np.shtml)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CARNEIRO, Cláudio. Uma polêmica chamada bolsa ditadura. **Opinião & Notícia**. 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/sem-categoria/uma-polemica-chamada-bolsa-ditadura/>>. Acesso em: 25 abr. 2017

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição**. Direito Constitucional Positivo, Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **Derechos humanos en Argentina: informe 2011**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. Disponível em: <[http://www.cels.org.ar/common/documentos/cels\\_final\\_2011.pdf](http://www.cels.org.ar/common/documentos/cels_final_2011.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CHADE, Jamil. ONU critica decisão do Supremo sobre Lei da Anistia. **O Estado de São Paulo**. Estadão Político. 20 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-mai-01/onu-critica-decisao-supremo-lei-anistia>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CHILBOM/CONDOR, 28 set. 1976. **The National Security Archive**. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/ch23-01.htm>>. Acesso em 16 dez. 2016.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação constitucional**. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

COMÍCIO Comunista. **O Globo**. 12 mar. 1964, p. 14.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana dos Direitos Humanos**. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>. Acesso em: 12 out. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Resolução nº 02 de 29 de agosto de 2012a. Dispõe sobre a atuação da Comissão Nacional da Verdade. **Diário Oficial da União**, n. 180, 17 set. 2012a. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao\\_2\\_CNV\\_200812-2.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao_2_CNV_200812-2.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 04, de 17 de setembro de 2012. Dispõe sobre a cooperação e intercâmbio de informações com as Comissões Estaduais da Verdade ou quaisquer outras comissões de natureza semelhante. **Diário Oficial da União**, 2 out. 2012b, p. 1. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao\\_4\\_CNV\\_170912-2.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao_4_CNV_170912-2.pdf)> Acesso em: 02 de maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o PNUD**. 17 out. 2013. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/component/content/article/20-parcerias/444-acordo-de-cooperacao-tecnica-internacional-com-o-pnud>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação. Relatório da CNV aponta que atentado do Riocentro foi realizado por militares para retardar a abertura política. **Comissão Nacional da Verdade**. 29 abr. 2014a. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/479-relatorio-da-cnv-aponta-que-atentado-do-riocentro-foi-realizado-por-militares-para-retardar-a-abertura-politica.html>>. Acesso em: 01 fev. 2017

\_\_\_\_\_. **Relatório**. 10 dez. 2014b. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. **Nunca Más**. 2. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.

COMITÊ Brasileiro de Anistia. Verbete. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil FGV**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

COMITÊ Paulista Memória Verdade e Justiça quer Gilson Dipp fora da Comissão da Verdade. **Viomundo**. 15 maio 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/comite-gilson-dipp-fora-da-comissao-da-verdade-pois-compromete-a-sua-isencao.html>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 7. ed. (rev. e atual). São Paulo: Saraiva, 2010a.

\_\_\_\_\_. A balança e a espada. **OAB-SP**, 27 ago. 2010b. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/publicacoes/detartigo/21>>. Acesso em 22 jan. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Ata da quadragésima primeira sessão do CSN, realizada no dia 11 de julho de 1968. **Departamento de Imprensa Nacional**. Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/conselho\\_seg\\_nac\\_7\\_1968.pdf](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/conselho_seg_nac_7_1968.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2017.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário Filosófico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2003 – p. 175

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Almonacid Arellano y otros vs. Chile**, Sentença de 26 de setembro de 2006. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_154\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Barrios Altos versus Peru**. Sentencia de 14 de marzo de 2001. Fondo. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_75\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_75_esp.pdf)>. Acesso em 25 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Caso Bámaca Velásquez versus Guatemala**. Sentencia de 25 de noviembre de 2000. Fondo. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec\\_70\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_70_esp.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Caso de la Masacre de la Rochela versus Colômbia**. Sentencia de 11 de Mayo de 2007 (Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_163\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_163_esp.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Caso do Massacre dos Dois Erres versus Guatemala**. Sentencia de 24 de noviembre de 2009b. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/sentencia-%E2%80%93-caso-do-massacre-dos-dois-erres-vs-guatemala/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Caso Gomes Lund e Outros** (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Sentença de 24 nov. 2010. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Caso González e outras** (“Campo Algodonero”) versus México. Sentencia de 16 de noviembre de 2009. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_205\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Caso Heliodoro Portugal vs. Panamá**. Sentença de Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas de 12 de agosto de 2008. Série C Nº 186.

\_\_\_\_\_. **Caso La Cantuta versus Peru**. Sentencia de 29 de noviembre de 2006c. Fondo, reparaciones y costas. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/bbc1e35bbcf9642732059e06abd21568.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala**. Sentença de Mérito, Reparações e Custas de 25 de novembro de 2003. Série C N° 101.

\_\_\_\_\_. **Caso Rochac Hernández e outros Vs. El Salvador**. Sentença de Mérito, Reparações e Custas de 14 de outubro de 2014. Série C N° 285.

\_\_\_\_\_. **Caso Velásquez Rodríguez versus Honduras**. Sentencia de 29 de julio de 1988 Fondo. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_04\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_04_esp.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Informe da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos**, 1979. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/countryrep/argentina80sp/cap.1.htm>>. Acesso em 30 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Opinión Consultiva OC-21/14**, 19 ago. 2014, p. 90. Relator Juiz Humberto Antonio Sierra Porto. Disponível em: <[www.corteidh.or.cr](http://www.corteidh.or.cr)>. Acesso em: 15 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Opinión Consultiva OC-13/93**, 16 jul. 1993. Ciertas Atribuciones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (Arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 y 51 de la CADH).

CORTE SUPREMA DA JUSTIÇA DA NAÇÃO ARGENTINA. *Esso S.A. Petrolera Argentina c. Gobierno Nacional*. **Dipublico**. Disponível em: <<http://www.dipublico.com.ar/juris/esso.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2017

\_\_\_\_\_. Ekmekdjian, Miguel Á. v. Sofovich, Gerardo y otros. **Dipublico**. Disponível em: <<http://www.dipublico.com.ar/juris/Ekmekdjian.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2012.

COSTA, Aldo de Campos. A toda prova: tratados de direitos humanos anteriores à EC 45/04. **Revista Consultor Jurídico**, 30 maio 2013. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-mai-30/toda-prova-tratados-direitos-humanos-antiores-ec-4504>>. Acesso em 15 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. A proteção internacional dos direitos humanos e a reforma do Poder Judiciário no Brasil. **Revista Meridiano**, v. 47, n. 52-53, nov.-dez. 2004, p. 4.

COSTA, Emília Viotti da. **O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

COSTA, Gilberto. Jurista critica "consciência conservadora" que coloca propriedade acima da dignidade. **Agência Brasil**. 15 jan. 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-01-15/jurista-critica-consciencia-conservadora-que-coloca-propriedade-acima-da-dignidade>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

COUTINHO, Eduardo Granja; IASI, Mauro. (Orgs.). **Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois**. São Paulo: Mórula Editorial, 2014.

CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

CRUZ, Fábio Souza da; MOURA, Marcelo Oliveira de. Os direitos humanos como produto: reflexões sobre a informação e a cultura da mídia. **Sequência** [on-line], Florianópolis, n. 65, p. 79-102, 2012. Doi: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2012v33n65p79>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CUCO, Arcénio Francisco; BOURSCHEID, Junior Ivan; MARQUES, Rodolfo Silva. Movimentos sociais de direitos humanos, regimes autoritários e transição: análise comparativa Brasil e Argentina. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 60, n. 2, p. 225-247, maio/ago. 2015.

CUEVA, Eduardo González. Perspectivas teóricas sobre la justicia transicional. **New School for Social Research**. 2000. Disponível em: <[http://www.aprodeh.org.pe/sem\\_verdad/documentos/Gonzalez\\_Cueva.pdf](http://www.aprodeh.org.pe/sem_verdad/documentos/Gonzalez_Cueva.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CUNHA, Luiz Cláudio. Porque os generais não imitam a Rede Globo. **Sul 21**. 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/porque-os-generais-nao-imitam-rede-globo/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CUYA, Esteban. Las Comisiones de la Verdad en América Latina. **Kóaga Roñéetã**, v. III, Impunidad y verdad. Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html#bra&gt>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

D'ALESIO, Rosa. Los indultos que decretó Menem. **La Izquierda Diario**. 30 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Los-indultos-que-decreto-Menem>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 573-597, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/06.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

DE GREIFF, Pablo. A normative conception of transitional justice. **Politorbis 50: Dealing with the Past**, Swiss Federal Department of Foreign Affairs, v. 3, p. 19, 2000. Disponível em: <<https://www.eda.admin.ch/etc/medialib/downloads/edazen/doc/publi/publi2.Par.0099.File.tmp/Politorbis%2050>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Justiça e Reparações. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 03, p. 42-71, jan./jun. 2010

DELLASOPPA, Emilio E. Reflexões sobre a violência, autoridade e autoritarismo. **Revista USP**, São Paulo, p. 81, mar./abr./maio. 1991.

\_\_\_\_\_. **Ao inimigo, nem justiça**: violência política na Argentina (1943-1983). São Paulo: Hucitec, 1998.



DEPOSITÁRIO infiel: jurisprudência do STF muda e se adapta ao Pacto. **Notícias STF**. 23 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116379&caixaBusca=N>> Acesso em: 30 ago. 2017.

DIAMOND, Larry. **Developing Democracy: Toward Consolidation**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1999.

DILMA acusa Temer e Cunha de "golpe moderno" e diz que "jamais" pensou em renunciar. **Reuters Brasil**. 10 maio 2016. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN0Y12QK>>. Acesso em 25 jun. 2017.

DINGERS, John. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DIPUTADOS Convirtió en ley la tipificación de la desaparición forzada de personas. **Terra**. 13 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.terra.com.ar/noticias/politica/diputados-convirtio-en-ley-la-tipificacion-de-la-desaparicion-forzada-de-personas,6328d6ed5815f210VgnVCM10000098f154d0RCRD.html>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade. **Portal Planalto**. 16 maio 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasil-df>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DONNELLY, Jack. **Universal human rights in theory and practice**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DROST, Pieter. **The crime of State**. New York: Sythoff, 1959.

DUHALDE, Eduardo Luis. **El estado terrorista argentino: quince años después una mirada crítica**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

EBOLI, Evandro. Militares reagem e aumenta adesão ao manifesto contra o governo. **O Globo**. 02 set. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/militares-reagem-aumenta-adesao-manifesto-contra-governo-4126560>>. Acesso em: 02 maio 2017.

ECO, Humberto. **Como fazer uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 2.

EM BUSCA da verdade. Documentário. TV Senado, 2015. Depoimento dado por Adriano Diogo, Presidente da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo. **YouTube**, 01 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BUiFjNBP77Y>>. Acesso em 12 jul. 2017.

EM VALORES de hoje, a dívida externa deixada pela ditadura militar atingiria US\$ 1,2 tri, quatro vezes a atual. **BlogFolha**. Dinheiro Público & Cia. 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2014/03/31/em-valores-de-hoje-divida-externa->

deixada-pela-ditadura-militar-atingiria-us-12-tri-quatro-vezes-a-atual/>Acesso em: 23 fev. 2017.

ETULAIN, Carlos R. Juventude, política e Perónismo nos anos 60 e 70. **Revista de Ciências Humanas. (EDUFSC)**, n. 40, p. 317-337, out. 2006, Disponível em: <<http://www.elortiba.org/memorial.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

FACHIN, Patricia. Reféns da lei. Que Justiça é essa? Entrevista com Lenio Streck. **IUH on-line**, v. 269, 18 ago. 2008. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2050&secao=269](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2050&secao=269)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FEMENIA, Nora Amalia; GIL, Carlos Ariel. Argentina's Mothers of Plaza de Mayo: The mourning process from junta to democracy. **Feminist Studies**, v. 13, n. 1, Spring 1987.

FERNANDES, Pádua. Ditadura militar na América Latina e o sistema interamericano de direitos humanos: (in)justiça de transição no Brasil e Argentina. **Hal. Sciences de l'Homme et de la Société**. 2010. Disponível em: <[https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/531273/filename/AT12\\_Fernandes.pdf](https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/531273/filename/AT12_Fernandes.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. **Processos informais de mudança da Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Justiça como retribuição: da razão e da emoção na construção do conceito de justiça. In: PISSARA, Maria Constança Peres; FABBRINI, Ricardo Nascimento (Coords.). **Direito e filosofia: a noção de justiça na história da filosofia**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar (Org.). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. v 3.

\_\_\_\_\_. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Raul Carvalho Nin. Verdade e justiça sem medos. **Revista Crítica do Direito**, v. 47, n. 2, 2013.

FERRO, Ana Luiza Almeida. **O Tribunal de Nuremberg: dos precedentes à confirmação de seus princípios**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

FIGUEIREDO, J. Ex-ministra da Argentina: futuro da comissão depende da sociedade. **O Globo**, São Paulo, 19 maio 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/ex-ministra-da-argentina-futuro-da-comissao-depender-da-sociedade-4943654>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FILIPPINI, Leonardo. La persecución penal em la búsqueda de justicia. In: CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **Hacer justicia**: nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad em Argentina. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

FLORES, Joaquín Herrera. Direitos humanos, interculturalidade, e racionalidade de resistência. In: WOLKMER, Antônio Carlos. **Direitos Humanos e Filosofia Jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

\_\_\_\_\_. **A re(invenção) dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009b.

FONSECA, Lucianara A. A importância da democracia, do Estado, do indivíduo e da proteção internacional na concretização dos direitos humanos na América Latina. In: OLIVEIRA, Márcio L. (Coord.). **O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos**: interface com o direito constitucional contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

FRANCO, Marina. La “teoría de los dos demonios”: un símbolo de la posdictadura en la Argentina. **A Contra Corriente**, v. 11, n. 2, p. 22-52, Winter 2014. Disponível em: <<http://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/download/806/1340>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

GALINDO, Bruno; ASSIS, Emerson. Justiça de transição, violência do Estado e criminalidade comum: relações possíveis à luz das transições políticas, na Argentina, no Chile e no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE CIÊNCIA POLÍTICA DA INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 23. **Anais...** Montreal: IPSA, 19 jul. a 24 jul. 2014. Disponível em: <[http://paperroom.ipsa.org/papers/paper\\_34537.pdf](http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_34537.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2017

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARON, Antoine. In: FABRI, Hélène Ruiz; DELLA MORTE, Gabriele et al. (Orgs.). **La clémence saisie par le droit**: amnistie, prescription et grâce en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, 2007, p. 180.

GELLI, Maria Angélica. **Constitución de La Nación Argentina comentada y concordada..** 2ª. ed. La Ley: Buenos Aires, 2004.

\_\_\_\_\_. **La dimensión institucional de la corte suprema y la etapa comunicacional mediática del tribunal.** Sesión privada de la Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas, 25 jun. 2014. Buenos Aires: ANCMYP, 2014. Disponível em: <<https://www.ancmyp.org.ar/user/files/03Gelli.pdf>>. Acesso em 28 set. 2017.

GENERAIS da reserva defendem ex-Coronel da ditadura. **G1**. 22 nov. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0AA1359128-5601,00-GENERAIS+DA+RESERVA+DEFENDEM+EXCORONEL+DA+DITADURA.html>> Acesso em: 24 jun. 2017.

GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Memória histórica, justiça de transição e democracia sem fim. In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (Orgs.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro:** estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/repressao-e-memoria-no-contexto-ibero-americano.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e literatura:** Ensaio de síntese teórica. Ponto Alegre: Livraria do Advogado. 2008.

\_\_\_\_\_. O pensamento de Hannah Arendt e os paradoxos dos direitos humanos. **Consultor Jurídico**. 14 set. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-14/embargos-culturais-pensamento-hannah-arendt-paradoxos-direitos-humanos>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. O estado de exceção na experiência constitucional brasileira. **RECHTD:** Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 8 n. 3, 2016. p. 286-302. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2016.83.03/5716>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

GODOY, Fernanda. Brasil precisa julgar crimes dos dois lados, diz diretor de ONG. **Folha de São Paulo**, 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1562460-brasil-precisa-julgar-crimes-dos-dois-lados-na-ditadura-diz-diretor-de-ong.shtm>>. Acesso em: 02 maio 2017.

GONZÁLEZ, Eduardo. Observações sobre o mandato legal da Comissão Nacional da Verdade do Brasil. **International Center for Transitional Justice**, maio 2012. Disponível em: <<http://ictj.org/sites/default/files/ICTJ-ObservacionesCNV-Brazil-PORT.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Direitos humanos na América Latina hoje: heranças de transições inconclusas. In: KEIL, Ivete; ALBUQUERQUE, Paulo; VIOLA, Solon (Orgs.).

**Direitos humanos:** alternativas de justiça social na América Latina. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

GUILHOT, N.; SCHMITTER, P. De la transition à la consolidation: une lecture rétrospective des democratization studies. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 50, n. 4-5, p. 615-631, août-oct. 2000.

GUIMARÃES, Thiago. Dilma aceitou 'mentiras descaradas' de militares em comissão, diz escritor. Entrevista com Lucas Figueiredo. **BBC Brasil**. 26 out. 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151021\\_militares\\_livro\\_tg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151021_militares_livro_tg)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schatter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAYNER, Priscilla. B. **Unspeakable truths:** Confronting state terror and atrocity. New York: Routledge, 2001.

HEDIEK, Jorge. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. In: REÁTEGUI, Félix. (Coord.). **Justiça de Transição:** Manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011 p. 15-16. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a\\_pdf/manual\\_justica\\_transicao\\_america\\_latina.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2017.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre a essência da verdade**. Tradução de Carlos Morujão. Porto: Porto Editora, 1995.

HENCKAERTS, Jean-Marie; DOSWALD-BECK, Louise. **Customary International Humanitarian Law**. Volume I: Rules. Geneve: International Committee of the Red Cross; Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/resources/documents/publication/pcustom.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

HOLSTON, James; CALDEIRA, Teresa P. R. Democracy, law, and violence: Disjunctions of Brazilian Citizenship. In: AGÜERO, Felipe; STARK, Jeffrey (Eds.). **Fault lines of democracy in post-transition Latin America**. Miami: North South Center Press, 1998.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas:** o sistema penal em questão. Trad. Maria Lúcia Karan. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

HUNTER, Wendy. Continuity or change? Civil-military relations in democratic Argentina, Chile, and Peru. **Political Science Quarterly**, v. 112, n. 3, Autumn 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state:** The theory and politics of civil-military relations. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

JARDIM, Tarcizo del Mazo. Tribunal Penal Internacional e sua importância para os direitos Humanos. **DHNET**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/tpi/dalmaso.htm>>. Acesso em 17 abr. 2017.

JOÃO Batista Rita. Ficha Pessoal. Dossiê Mortos e Desaparecidos no Brasil. **Eremias Delizocoiv – Centro de Documentação**. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=304>>. Acesso em 17 jul. 2017.

JOINET, Louis. Rapport général. Le refus de l'oubli: La politique de disparition forcée de personnes. **Colloque de Paris**, jan.-fév. 1981. Paris: Berger Levrault, 1982.

\_\_\_\_\_. De la Déclaration de 1992 à la Convention de 2006 (chronologie de l'élaboration. In: DECAUX, Emmanuel; FROUVILLE, Olivier de (ed.). **La Convention pour la Protection de Toutes les Personnes contre les Disparitions Forcées**. Bruxelles: Bruylant, Nemesis, 2009.

JOHNSTONE, Ian. **Rights and reconciliation: un strategies in El Salvador**. Boulder: Lynne Rienner, 1995.

JUICIO a las militares. El Tribunal Militar se niega a juzgar a sus pares. **Extracto**. Documentos secretos, Decretos, Leyes y Jurisprudencia del Juicio a las Juntas militares argentinas. (1984). Disponível em: <[www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/pares02.htm](http://www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/pares02.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2017.

KAWAGUTI, Luis. Brasil tem 4ª maior população carcerária do mundo e déficit de 200 mil vagas. **BBC Brasil**. 29 maio 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120529\\_presos\\_onu\\_1k.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120529_presos_onu_1k.shtml)>. Acesso em 25 jun. 2017.

KIRCHNER ordena abertura de arquivos da ditadura na Argentina. **Vermelho Portal**. 06 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/122314-7>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

LAFER, Celso, **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAMBOURNE, Wendy. Transitional justice and peacebuilding after mass violence. **International journal of transitional justice**, v. 3, n. 1, p. 28-48, 2009.

LEAL, Rogério Gesta. **Verdade, memória e justiça: um debate necessário**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Verdade, memória e justiça no Brasil: responsabilidades compartilhadas**. Morte, tortura, sequestro e desaparecimento de pessoas no regime militar brasileiro: de quem é a responsabilidade? Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012b.

\_\_\_\_\_. O direito fundamental à memória em face dos regimes de exceção: abordagens preliminares. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 64. **Anais...** São Luís, julho/2012c.

LEMBRANÇAS vivas feridas abertas a punição aos torturadores da ditadura no Brasil. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho. **Instituto Humanitas Unisinos**. 21 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/24825-lembrancas-vivas-feridas-abertas-a-punicao-aos-torturadores-da-ditadura-no-brasil-entrevista-especial-com-jose-carlos-moreira-da->>. Acesso em: 24 jun. 2017.

LEME, Reynaldo. Os apertos da ditadura. **Istoé**, São Paulo, 19 set. 1979, p. 30-32.

LIBROS. La mentira oficial de Nicolas Marquez. **Tematika.com**. Disponível em: <[http://www.tematika.com/libros/derecho\\_y\\_ciencias\\_sociales--4/politica--4/nacional--2/la\\_mentira\\_oficial--437211.htm](http://www.tematika.com/libros/derecho_y_ciencias_sociales--4/politica--4/nacional--2/la_mentira_oficial--437211.htm)>. Acesso em 16 jan. 2017.

LIMA, Samarone. **Clamor**: a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia**: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIVRO de agente do regime militar, "Brasil: Sempre" será relançado nesta sexta. **GaúchaZH**. 22 set. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/09/livro-de-agente-do-regime-militar-brasil-sempre-sera-relancado-nesta-sexta-4603387.html>> Acesso em: 14 jan. 2017.

MACHADO, Bruno Amaral; TAQUARY, Eneida Orbage de Britto. A Tipificação do Crime de Desaparecimento Forçado de Pessoas: Construção Jusinternacional e a Memória Como Categoria Criminológica Crítica. **Revista de Estudos Criminais**, ano XV, nº 63, 2016, p. 59-94.

MAIA, Gustavo. Revelar tortura em hospitais é legado da CNV, diz irmão de morto na ditadura. **Uol Notícias**. 22 set. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/09/22/revelar-tortura-em-hospital-e-legado-da-cnv-diz-irmao-de-morto-na-ditadura.htm>>. Acesso em: 02 maio 2017.

MAINWARING, Scott. Democratic Survivability in Latin America. In: HANDELMAN, Howard; TESSLER, Mark (Eds.). **Democracy and Its Limits**: Lessons from Asia, Latin America, and the Middle East. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2000, p. 11-68.

MAINWARING, Scott. Democratic Survivability in Latin America. In: HANDELMAN, Howard; TESSLER, Mark (Eds.) **Democracy and Its Limits**: Lessons from Asia, Latin America, and the Middle East. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2000, p. 11-68.  
MÁNTARAS, Mirta. **Genocidio en Argentina**. Buenos Aires: Do autor, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARIANO, Nilson. **As garras do condor**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARIASCH, Telma Lilia. A CONADEP: Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas. In: WESCHTROP, A. J. et al. (Orgs.). **Pelos caminhos da verdade**: uma análise sobre as experiências das comissões da verdade na América Latina. Rio de Janeiro: ISER, 2016. p. 57-78. Disponível em: <[http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/pelos\\_caminhos\\_da\\_verdade.pdf](http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/pelos_caminhos_da_verdade.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MARQUEZ, Nicolas. **La mentira oficial editorial**. Buenos Aires: Autores Editores, 2006.

MARTÍNEZ, Tomás Eloy. **Las memorias del general**. Buenos Aires: Planeta, 1996.

MARTINS, Helena. STM aponta equívocos e critica relatório da Comissão Nacional da Verdade. **EBC Brasil**. 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/stm-aponta-equivocos-e-critica-relatorio-da-comissao-nacional-da>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil**: o projeto militar. Campinas: Papirus, 1995.

MATILLA, Jaime Pons. **The role of the right to truth in post-conflict societies facing transitional justice processes**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). European Master's Degree in Human Rights and Democratization 2009/2010. University of Coimbra: Portugal, 2010.

MATTAROLLO, Rodolfo. **What to expect of a truth commission**. 2003. Disponível em: <<http://www.sierra-leone.org/trcbook-rodolfomattarollo.html>> Acesso em: 04 jan. 2017.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 9. ed. São Paulo: Forense, 1980.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 57.

\_\_\_\_\_. Hierarquia constitucional e incorporação automática dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, v. 37, n. 148, p. 231-250, out./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Teoria Geral do controle de convencionalidade no direito Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Direitos humanos**: democracia e integração jurídica. São Paulo: Campus Jurídico, 2013.

MCEVOY, Kieran. Letting go of legalism: developing a 'thicker' version of transitional justice. In: MCGREGOR, Lorna (Ed.). **Transitional Justice from Below**: Grassroots Activism and the Struggle for Change. Oxford and Portland, Oregon: Hart, 2008.

MEIO para agitação. **Jornal do Brasil**, 03 mar. 1964, p. 3.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direitos humanos e conflitos armados**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

\_\_\_\_\_. O §2º do art. 5º da Constituição Federal. In: TORRES, Ricardo Lobos [Org.]. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 25.

MENDÉZ, Juan E. The Right to Truth. In: JOYNER, Christopher C. Reining. Impunity for international crimes and serious violations of fundamental human rights. **Proceedings of the Siracusa Conference**, 17-21 September 1998. St. Agnes: Erès, 1998.

MÉNDEZ, Juan E. In Defense of Transitional Justice. In: MCADAMS, A. James (Org.), **Transitional justice and the rule of law in new democracies**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2001.



MENDONÇA, Sonia Regina. Dez anos da economia brasileira: História e historiografia (1954- 1956). **Revista Brasileira de História**, v. 24, n 3, p. 87-97, 1994.

MERWE, Hugo Van Der. Delivering justice during transition: research challenges. In: MERWE, Hugo Van der; BAXTER, Victoria; CHAPMAN, Audrey R. (Eds.) **Assessing the impact of transitional justice: challenges for empirical research**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2009, p. 115-142.

MEYER, Emílio Peluzzo Neder; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O engodo de uma “teoria dos dois demônios” à brasileira. **Consultor Jurídico**. 28 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-28/engodo-teoria-dois-demonios-brasileira>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro. 2003. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 7, n. 13, São Paulo, dez. 2010.

MILHÕES de cruzeiros para levar operários ao Comício da Central. **O Globo**. 12 mar. 1964, p. 14.

MILITARES dizem não poder negar ou confirmar crimes da ditadura. **Carta Capital**. 21 set. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/militares-dizem-nao-poder-negar-ou-confirmar-crimes-da-ditadura-6607.html>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

MIRANDA, Lara Caroline; BAGGIO, Roberta Camineiro. A incompletude da transição política brasileira e seus reflexos na cultura jurídica contemporânea: ainda existem perseguidos políticos no Brasil. **Sistema Penal e Violência**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://idejust.files.wordpress.com/2010/04/ii-idejust-baggio-miranda.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2017.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967**. Tomo IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

MOISES, José Álvaro. Entre a incerteza e a tradição política: uma crítica da primeira geração de estudos da transição. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 40, nov. 1994.

MOLINA, Frederico R.; CENTENERA, Mar. Argentina condena à prisão perpétua quatro juízes por crimes contra a humanidade. **El país**. 29 jul. 2007. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/internacional/1501177434\\_819392.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/internacional/1501177434_819392.html)>. Acesso em: 01 fev. 2017

MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p. 61-74, nov. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782001000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 set. 2016.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Dos Direitos Fundamentais**: Contribuição para uma teoria. São Paulo: LTr, 1997.

MORUS, Thomas. **Utopia**. [edição preparada por George M. Logan, Robert M. Adams; tradução Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla]. – São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MUÑOZ, Heraldo. **A sombra do ditador**: memórias políticas do Chile sob Pinochet. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

NAQVI, Yasmin. The Right to Truth in International law: fact or fiction? **International Review of Red Cross**, n. 862, 2006. Disponível em <[http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/review-862-p245/\\$File/irrc\\_862\\_Naqvi.pdf](http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/review-862-p245/$File/irrc_862_Naqvi.pdf)> Acesso em: 01 dez. 2016.

NASCIMENTO, Paulo César. Guillermo O'Donnell (1936-2011). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000100001>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

NAZAR, Mariana. Dictadura, archivos y accesibilidad documental: a modo de agenda. Centro de Estudos Legales y Sociales. **Derechos humanos en la Argentina**: informe 2007. Madrid: Siglo Veintiuno, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. São Paulo: Hedra, 2007.

NINO, Carlos Santiago. Transition to democracy, corporatism and constitutional reform in Latin America, **University of Miami Law Review**, n. 44, p. 129-64, 1990.

\_\_\_\_\_. **Derecho, moral y política**: una revisión de la teoría general del derecho. Barcelona: Editorial Ariel, S. A. 1994.

\_\_\_\_\_. **Radical evil on trial**. New Haven: Conn. 1996.

\_\_\_\_\_. **Juicio al mal absoluto**. Buenos Aires: Emecé; Ariel, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ética y derechos humanos**: Un ensayo de fundamentación. 2. ed. Buenos Aires. Astrea. 2012.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **La dictadura militar 1976/1983**. Buenos Aires: Paidós, 2003.

OAB apoia o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e sugere demissão de Jobim. **Ecodebate**. 11 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/01/11/oab-apoia-o-programa-nacional-de-Direitos-Humanos-pndh-3-e-sugere-demissao-de-jobim/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. Argentina: a macropolítica e o cotidiano. **Lua Nova**, v. 4, n. 2, p.40, São Paulo, abr./jun.1988.

\_\_\_\_\_. **Contrapontos**: autoritarismo e democratização. São Paulo, Vértice, 1987.

\_\_\_\_\_. **Modernization and bureaucratic-authoritarianism**. Studies in South American politics (1972). Berkeley: Institute of International Studies, University of California at Berkeley, 1973.

\_\_\_\_\_. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina: uma conclusão parcial. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia, violência e injustiça**: o não-Estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. Teoria Democrática e Política Comparada. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 577-654, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581999000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400001)>. Acesso em: 1 ago. 2016.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philipe C.; WHITEHEAD, Laurence (Eds.). **Transitions from authoritarian rule**: tentative conclusions about uncertain democracies. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

O'DONELL, Guillermo; VALDÉS, Ernesto Garzón. Dictadura y castigo: una réplica a Scanlon e Teitel. In: KOH, Harold Hongju; SLYE, Ronald C. **Democracia deliberativa y derechos humanos**. Barcelona: Gedisa, 2004.

OLIVEIRA, Marcos V. Xavier de. Dos crimes internacionais: o fato punível no direito penal internacional. Uma análise a partir dos crimes contra a humanidade. **Âmbito Jurídico**, n. 115, ago. 2013. Disponível em: <[http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13570&revista\\_caderno=16](http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13570&revista_caderno=16)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

O QUE é nunca? **Oquee**. Disponível em: <<https://oquee.com/nunca/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. A/HRC/12/19 21 August 2009 **Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights, Right to the truth**. A/HRC/12/19, de 21 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A-HRC-12-19.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Conferência Mundial de Direitos Humanos**. Viena, 1993. II Conferência Internacional de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis Desumanas ou Degradantes** Adotada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/tortura/convencao\\_onu.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/tortura/convencao_onu.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Convenção de Genebra I.** Adotada a 12 de agosto de 1949 pela Conferência Diplomática destinada a elaborar as Convenções Internacionais para a Proteção das Vítimas da Guerra, que reuniu em Genebra de 21 de Abril a 12 de Agosto de 1949. Entrada em vigor na ordem internacional: 21 de outubro de 1950. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-I-12-08-1949.html>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados.** Aprovada na 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução A/RES/61/177, de 20 de dezembro de 2006. Aberta à assinatura em Paris, em 06 de fevereiro de 2007. Disponível em: <[http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_6/IIIPSG3\\_6\\_3.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_6/IIIPSG3_6_3.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos 1966.** Base de Datos legal. (1966). Adoptado y abierto a la firma, ratificación y adhesión por la Asamblea General en su resolución 2200 A (XXI), de 16 de diciembre de 1966. Disponível em: <<http://www.acnur.org/nuevaspaginas/tablas/tabla6.htm>> Acesso em: 09 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra.** Adotado em 8 de Junho de 1977 pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos conflitos armados. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-I-conv-genebra-12-08-1949.html>. Acesso em: 09 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comisión de Derechos Humanos. **Relatoria para la libertad de expresión.** Derecho a la verdad. OEA/Ser. L/V/II. 120 Doc. 60 13 diciembre 2004. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/countryrep/Colombia04sp/informe2.htm>>. Acesso em 25 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Criada por resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Santiago, Chile, em 1959. Disponível em: <[http://cidh.oas.org/Basicos/Portugues/d.Convencao\\_Americana\\_Ratif.htm](http://cidh.oas.org/Basicos/Portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm)> Acesso em: 09 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Convenção Americana de Direitos Humanos.** Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 nov. 1969. Disponível em: <[http://www.aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/conv\\_idh.pdf](http://www.aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/conv_idh.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.** Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no 24º período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/k.Desaparecimento.htm>>. Acesso em: 12. dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 2175 (Right to the truth)**. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, realizada em Washington D.C., em 6 de junho de 2006a.

OSIEL, Mark. The Making of Human Rights Policy. Argentina: The Impact of Ideas and Interests on a Legal Conflict. **Journal of Latin American Studies**, v. 18, p. 135–80, May 1986.

PAIXÃO, Cristiano; FRISSE, Giovanna Maria. Usos da memória: as experiências do holocausto e da ditadura no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 97, p. 191-212. 2016. Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/cidadania-em-transformacao>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

PARENTI, Pablo F. A aplicação do Direito internacional no julgamento do terrorismo de Estado na Argentina. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 04, jul./dez. 2010.

PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. **A anistia na era da responsabilização**: contexto global, comparativo e introdução ao caso brasileiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: University of Oxford, 2011.

PEIXOTO, Claudia C. Tomazi. Anistia, memória e Direitos Humanos: a experiência recente do Brasil à luz dos casos argentino e uruguaio. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, Erechim, v. 4, n. 11, out. 2011.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Political (In)justice**: Authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile, and Argentina. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. Princípios morais e direitos humanos na obra de Carlos Santiago Nino. In: TORRES, Ricardo Lobo. (org.). **Legitimação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PERES, João. Vannuchi: Militar não deveria falar na sanção da Comissão da Verdade. **Rede Brasil Atual**. 24 nov. 2011. Disponível em: <[http://smabc.org.br/smabc/blog.asp?id\\_CON=28214&id\\_SUB=81](http://smabc.org.br/smabc/blog.asp?id_CON=28214&id_SUB=81)> Acesso em: 24 jun. 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista da USP**, São Paulo, n. 9, p. 45-56, mar./maio 1991.

PINTO, Igor Alves; FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. Uma análise da comissão nacional da verdade brasileira ao longo de seu primeiro ano de funcionamento. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 22. São Paulo, nov. 2013. **Anais....** São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2013. Disponível em: <<http://www.publicaDireito.com.br/artigos/?cod=829807aa78485041>>. Acesso em 20 dez. 2016.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e à verdade: comissões da verdade na América Latina. **Revista Debates**. Porto Alegre, V. 4, n.º 1, jan.-jun. 2010.

PINTO, Tales. A posse de João Goulart e o parlamentarismo. História do Brasil. **UOL Educação**. 2006. Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/a-posse-joao-goulart-parlamentarismo.html>> Acesso em: 20 mar. 2017.

PIRES JÚNIOR, Paulo Abrão; TORELLY, Marcelo Dalmás. As razões da eficácia da Lei de Anistia no Brasil e as alternativas para a verdade e a justiça em relação as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985). **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, v. 8, n. 8, p. 183-219, 2010.

PITA, Antonio. Justiça condena 8 PM pela tortura e morte de Amarildo. **Estadão**. 01 fev. 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,justica-condena-8-pms-por-tortura-e-morte-de-amarildo,10000014358>> Acesso em: 24 jun. 2017.

PIVA, Juliana Dal. Lista de vítimas abre crise entre Comissão da Verdade e familiares. **O Dia**. 14 jan. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-11-14/lista-de-vitimas-abre-crise-entre-comissao-da-verdade-e-familiares.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PLATÃO. **A República**. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

PNDH-3 e a luta pelos direitos humanos. **Nota pública**. 29 jan. 2010. Disponível em: <<http://prvl.org.br/noticias/Direitos-Humanos-noticias/pndh-3-e-a-luta-pelos-Direitos-Humanos/>>. Acesso em 29 abr. 2017.

POPKIN, Margaret; ROHT-ARRIAZA, Naomi. Truth as justice: investigatory commissions in Latin America. In: KRITZ, Neil. **Transitional justice**. general considerations. Washington: United States Institute of Peace Press, 1995; JOHNSTONE, Ian. **Rights and reconciliation**: UN strategies in El Salvador.

POPULAÇÃO da Argentina. **Country meters**. Disponível em: <<http://countrymeters.info/pt/ARGENTINA>>. Acesso em 18 abr. 2017

POPULAÇÃO do Brasil. **Country meters**. Disponível em: <<http://countrymeters.info/pt/BRAZIL>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

PRIMERA Reunión de Trabajo de Inteligência Nacional, 29 out. 1975. **The National Security Archive**. Disponível em: <<http://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf>>. Acesso em 16 fev. 2017.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and market**: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin American. Cambridge: Cambridge University, 1991. p. 66.

\_\_\_\_\_. Some problems in the study of transitions to democracy. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philipe C.; WHITEHEAD, Laurence (Eds.). **Transitions from authoritarian rule**: tentative conclusions about uncertain democracies. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

PUTY, Cláudio. Um legado maculado **Congresso em foco**. 25 jun. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opinioao/colunistas/um-legado-maculado/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

QUERO, Caio. Entenda a polêmica sobre a Comissão Nacional da Verdade. **Estadão**. Política. 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-a-polemica-sobre-a-comissao-nacional-da-verdade,494770>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

QUINALHA, Renan H., **Justiça de transição**: contorno do conceito. São Paulo: Outras Expressões e Dobra Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios” **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 15, n. 105 fev./maio 2013.

QUIROGA, Hugo. **El tiempo del «Proceso»**: Conflictos y Coincidencias entre políticos y militares 1976-1983. Santa Fe: Homo Sapiens y Fundación Ross, 2004.

RANGEL, Vicente Marotta. Os conflitos entre o direito interno e os tratados internacionais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 62, n. 2, 1967, p. 54-55

RAOUL, Marion. L’approche du problème. **Le refus de l’oubli**: La politique de disparition forcée de personnes. Colloque de Paris, jan./fév. 1981. Paris: Berger Levrault, 1982.

RAPOSO, Fred. Grupo de trabalho do CNJ propõe especialização da Justiça estadual para julgar ações militares. **CNJ**. Notícias. 08 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62319-grupo-de-trabalho-do-cnj-propoe-especializacao-da-justica-estadual-para-julgar-acoes-militares>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

RECONDO, Felipe. STF defende Lei de Anistia após decisão sobre Araguaia. **Agência Estado**. 15 dez. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,stf-defende-lei-da-anistia-apos-decisao-sobre-araguaia,654094>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007a.

\_\_\_\_\_. Sanção, reabilitação, perdão, p. 171-184. In: \_\_\_\_\_. **O justo ou a essência de justiça**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007b.

RICUPERO, Bernardo. Da estrutura à agência: Momentos da interpretação de Guillermo O’Donnell sobre o autoritarismo latino-americano. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v. 4, n. 2. Dossiê: pensamento social, desenvolvimento e desafios contemporâneos, dez. 2014.

RODRIGUES, Fernando. CNV pedirá punição para cerca de cem militares vivos. **Defesanet**. 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/dita/noticia/17480/CNV---Pedira-punicao-para-cerca-de-100-militares-vivos-/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **Perónismo**: movimento popular democrático, ou populismo autoritário? (1945-1955). [s.l.]: Universidade Católica Dom Bosco, 1998. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Margarita\\_Victoria\\_Rodriguez\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Margarita_Victoria_Rodriguez_artigo.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

ROMERO, Luís. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ROSAS, Fernando. O Estado Novo: memória e história. In: DELGADO, Iva (Coord.) **De Pinochet a Timor Lorosae: Impunidade e direito à memória**. Lisboa: Fundação Humberto Delgado, 2000.

SABADELL, Ana Lucia; DIMOULIS, Dimitri. Anistia: A política além da justiça e da verdade. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 82, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/371>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

SÁBATO, Ernesto (Coord.). **Nunca Más: Informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina**, presidida por Ernesto Sábato. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SADDI, Fabiana da Cunha. Política e economia no federalismo do governo Geisel. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 2003.

SAIN, M. F. Democracia e forças armadas: entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In: D’ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **¿Guerra de todos contra quién?** La necesidad de definir “terrorismo”. In: LOPEZ, Ernesto. **Escritos sobre Terrorismo**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

SAMARCO, Christiano; LOPES, Eugênia. Jobim faz carta de demissão após ameaça de mudar a Lei da Anistia. **Estadão**. Notícias. 3 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral/jobim-faz-carta-de-demissao-apos-ameaca-de-mudar-a-lei-de-anistia,488515>> Acesso em: 13 mar. 2017.

SAMPAIO, José Adércio Leite; ALMEIDA, Alex Luciano Valadares de. Verdade e história: por um direito fundamental à verdade. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. **Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SANTISO, Javier. La démocratie incertaine: la théorie des choix rationnels et la démocratisation en Amérique latine. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 43, n. 6, p. 970-993, dez. 1993.

SANTORO, Maurício. Comissão da Verdade no Brasil e no mundo. **Amálgama**. 26 set. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaamalgama.com.br/09/2011/comissao-da-verdade-brasil-mundo/>>. Acesso em: 02 maio 2017.

SANTOS, Boaventura Sousa. A memória como direito e tarefa civilizatória. **Carta Maior**. Direitos Humanos. 29 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/A-memoria-como-direito-e-tarefa-civilizatoria/5/18693>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 2007. p. 46.



SANTOS, Cecília MacDowell. A justiça ao serviço da memória: mobilização jurídica transnacional, Direitos Humanos e memória da ditadura. In: SANTOS, Cecília MacDowell et al. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. v. II, p. 472-495. São Paulo: Hucitec, 2009.

\_\_\_\_\_. Memória na Justiça: A mobilização dos Direitos Humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v. 88, p. 127-154, 2010. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/1719>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SANTOS, Roberto Lima. **Crimes da ditadura militar**: responsabilidade Internacional do Estado Brasileiro por Violações aos Direitos Humanos. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: \_\_\_\_\_. **Poder & Política**: crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. Integração dos tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico. **Consultor Jurídico**. 27 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mar-27/direitos-fundamentais-integracao-tratados-direitos-humanos-ordenamento-juridico>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SCHILLING, Voltaire. O bipartidarismo no regime militar. **Educação–História**. 2003. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/08/18/001.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. Années de plomb: la bataille des mémoires sur la dictature civile-militaire au Brésil. **Cahiers d'histoire**, Paris, n. 99, avr./juin 2006.

SCHMITTER, Philippe C. **La transitología**: ciencia o arte de la democratización? In: FÓRUM OLOF PALME'S INTERNATIONAL FOUNDATION SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA. 3., Barcelona. **Anais...** Barcelona: [s.n.], 1993.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, v.9, Porto Alegre, 1998. p. 49-87. Disponível em: <[http://www.uma.pt/liliana/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=426&Itemid=26](http://www.uma.pt/liliana/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=426&Itemid=26)>. Acesso em: 18. fev. 2017.

SCHUBSKY, Cássio. **Estado de Direito Já!**: os trinta anos da carta aos brasileiros. São Paulo: Lettera.doc, 2007.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 326.

SCHWINN, Simone Andrea; SCHMIDT, João Pedro. Da ditadura à democracia: a inacabada transição brasileira. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 25-53, jul./out. 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SEGURANÇA de Goulart dia 13 terá o que faltou a Kennedy. **Jornal do Brasil**. 05 mar. 1964, p. 3.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 1986.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JR., Alceu. **Teoria da pena**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SIKKINK, Kathryn. **The justice cascade**: how human rights prosecutions are changing world politics. New York: W. W. Norton & Co., 2011.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. In: RUIZ, Castor Bartolomé (Org.). **Justiça e memória**: por uma crítica ética da violência. São Leopoldo: Unisinos, 2009b.

\_\_\_\_\_. O julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a inacabada transição democrática brasileira. **Grupo de Pesquisa Direito à Memória e à Verdade e Justiça de Transição**. 2010. Disponível em: <<https://idejust.files.wordpress.com/2010/07/o-julgamento-da-adpf-153-pelo-supremo-tribunal-federal-e-a-inacabada-transicao-democratica-brasileira.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

SIMÕES, Eduardo. Manutenção de Lei da Anistia é “afronta” às vítimas, diz ONG. **Reuters Brasil**. 30 abr. 2010. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE63T09T20100430>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Glaucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SOARES, Inês Virginia Prado. Justiça de transição. **Dicionário de Direitos Humanos**. 07 abr. 2010. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 21 jan. 2017.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo. **Vinte anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Lumens, 2009.

STEPAN, Alfred. **Os militares**: da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STRECK, Lênio Luiz. **Jurisdição Constitucional e Hermenêutica**: uma nova crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. p. 128.

TAVARES, André Ramos. **Reforma do Judiciário no Brasil pós-88**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 45.

TEITEL, Ruti G. Fazer justiça e pensar medidas de justiça num contexto de mudança política é olhar para o passado, mas também para o futuro: Ruti G. Teitel responde. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 3, p. 27-38, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Transitional Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Transitional Justice Genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, v. 16, Spring 2003. p. 69.

TENENTE do Exército lançará livro em resposta a *Brasil Nunca Mais*. **Arquivo Ana Lagoa**. 15 jul. 1986. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/r06797.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2017.

THEISSEN, Ana Lucrecia Molina. La Desaparición Forzada de Personas en América Latina. **Kóaga Roñéetã**, v. 7, 1998. Disponível em: <[www.derechos.org/koaga/vii/molina.html](http://www.derechos.org/koaga/vii/molina.html)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

TOBEÑAS, José Castan. **Los derechos de la personalidad**. Madrid: Reus, 1952.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. Trad. N. R. Silva. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.

TORELLY, Marcelo D. Memória, verdade e senso comum democrático: Distinções e aportes do “Direito à Memória e à Verdade” para a substancialização democrática. **Revista Internacional Direito e Cidadania**, Edição Especial, 2012. Disponível em: <<http://reidespecial.org.br/?CONT=00000340>>. Acessado em: 30 dez. 2016.

TRONCOSO, Oscar A. **La revolución del 4 de junio de 1943: el Perónismo en el poder**, Buenos Aires: CEAL, 1976.

TRINDADE, Antônio A Cançado. **El Derecho Internacional de los Derechos Humanos en el Siglo XXI**. 2. ed. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2006.

\_\_\_\_\_. Memorial em prol de uma nova mentalidade quanto à proteção dos direitos humanos nos planos internacional e nacional. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em <[http://www.ibdh.org.br/ibdh/revista\\_02.asp](http://www.ibdh.org.br/ibdh/revista_02.asp)>. Acesso em 06 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. vol. I/513, item n. 13, 2. ed., Porto Alegre: Fabris, 2003.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. Commission on Human Rights. **Study on the right to the truth**. Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 62nd session, Distr. GENERAL E/CN.4/2006/91, Feb. 08 2006.

\_\_\_\_\_. **Promotion of truth, justice, reparation and guarantees of nonrecurrence**. General Assembly, 13 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://webtv.un.org/watch/pablo-de-greiff-on-the-promotion-of-truth-justice-and-guarantees-of-non-recurrence-third-committee-28th-plenary-70th-general-assembly/4581915032001>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Security Council. The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. **Report Secretary - General**. S 2004/616. Disponível em: <<https://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/the-rule-of-law-and-transitional-justice-in-conflict-and-post-conflict-societies-report-of-the-secretary-general/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. **Truth Commission Digital Collection**, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.usip.org/publications/truth-commission-digital-collection>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

USTRA, Jo. Anistia Internacional condena decisão do STF. **A Verdade Sufocada**. 01 maio 2010. Disponível em: <<http://www.averdadesufocada.com/index.php/anistia-especial-101/3208-0105-qanistia-internacional-critica-deciso-do-stf-o-globo>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

VALDÉS, Ernesto Garzón. Dictadura y castigo: una réplica a Scanlon e Teitel. In: KOH, Harold Hongju; SLYE, Ronald C. **Democracia deliberativa y derechos humanos**. Barcelona: Gedisa, 2004.

VALDEZ, Patricia. Comisiones de la verdad: un instrumento de las transiciones hacia la democracia. **CPA Estudios/Working Papers**, Madrid, v. 6, 2003. Disponível em: <[http://www2.uned.es/dcpa/estudios\\_workingpapers/CPAestudios6\\_2003.pdf](http://www2.uned.es/dcpa/estudios_workingpapers/CPAestudios6_2003.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

VALENZUELA, Samuel J. Democratic consolidation in post-transitional settings: notion, process, and facilitating conditions. In: MAINWARING, Scott; O'DONNELL, Guillermo; VALENZUELA, S. J. (Eds.). **Issues in Democratic Consolidation: the New South American Democracies in Comparative Perspective**. Notre Dame: University of Notre Dame, 1992.

VANNUCHI, Paulo de Tarso. **Direito à memória e à verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

VANNUCHI ameaça pedir demissão se Plano de Direitos Humanos for alterado. **Folha Online**. 10 jan. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/01/677052-vannuchi-ameca-pedir-demissao-se-plano-de-direitos-humanos-for-alterado.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

VAN ZYL, P. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 1, jan./jun. 2009.

VERDÉLIO, Andreia. CNJ Discute Extinção da justiça Militar. **EBC Brasil**. 12 fev. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-02/cnj-discute-futuro-da-justica-militar>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

VEZZETTI, Hugo. **Pasado y presente**: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

VIANA, Gilney; CIPRIANO, Perly. **Fome de liberdade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

VERBITSKY, Horacio. **Civiles y militares**. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1987.

VERBITSKY, Horacio. **El vuelo**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

VERDADES e Realidades no Brasil: Comissão da Verdade. **Verdades no Brasil**. Blog. Disponível em: <<http://verdadesnobrasil.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

VIANNA, Rodrigo. Investigar “outro lado” na ditadura: seria igualar nazistas à Resistência Francesa. **Neo Visão**. 17 maio 2012. Disponível em: <<http://neovisao.blogspot.com.br/2012/05/investigar-outro-lado-na-ditadura-seria.html>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

VIDAL, Janio Nunes. **21 elementos da teoria constitucional contemporânea**: estudos sobre as tensões entre política e jurisdição. São Paulo: Podvim, 2009, p 20.

VIEIRA, José Ribas; SILVA, Alexandre Garrido da. Justiça transicional, direito humanos e a seletividade do ativismo judicial no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito Candido Mendes**, v. 13, n. 13, p. 53-96, 2008.

VILLALBA, Clara Sandoval. Transitional Justice: Key Concepts, Processes and Challenges. **Institute for Democracy & Conflict Resolution**. Colchester: Essex Knowledge Gateway, 2011.

VILLEY, Michel. **Estúdios em torno a la noción de derecho subjetivo**. Tradução de Alejandro Guzmán Brito e outros. Chile: Ediciones Universitárias de Valparaiso, 1976.

\_\_\_\_\_. **O direito e os direitos humanos**. São Paulo. Martins Fontes. 2007.

VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **El Estado y la memoria**: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. Barcelona: RBA, 2009.

VITULLO, Gabriel Eduardo. **Além da transitologia e da consolidologia**: um estudo da democracia argentina realmente existente. 2005. 343 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4586/000502494.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p. 53-60, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a05n17.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

VIVANCO, José Miguel. Brasil precisa julgar crimes dos dois lados na ditadura militar. **Folha de S. Paulo**, 15 dez. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141209\\_desaparecidos\\_familias\\_comissaoverdade\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141209_desaparecidos_familias_comissaoverdade_pai)>. Acesso em: 02 maio 2017.

VOITCH, Guilherme. Quase metade dos brasileiros aprova provas obtidas por torturas. **O Globo**, 06 set. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/quase-metade-dos-brasileiros-aprova-provas-obtidas-por-tortura-5130102>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

WEICHERT, Marlon Alberto. A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade. In: GOMES, Luis Flavio; MAZZUOLI, Valerio (Orgs.). **Crimes da ditadura militar**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

\_\_\_\_\_. A Comissão Nacional da Verdade. In: SILVA FILHO, José C. M. da; TORELLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo (Orgs.). **Justiça de transição nas Américas**: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação. Belo Horizonte, Forum, 2013.

\_\_\_\_\_. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História**, v. 50, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24040>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**: o acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.

WESCHLER, Lawrence. **A miracle, a universe**: Settling Accounts with Torturers. New York: Paperback, 1990b.

WIEBELHAUS-BRAHM, Eric. **Truth commissions and transitional societies**: The impact on human rights and democracy. New York: Routledge, 2010.

YACOBucci, Guillermo J. El juzgamiento de las graves violaciones de los derechos Humanos en la Argentina. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar**: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Derechos Humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

ZAFFARONI, E. R. **O inimigo do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres**: controle civil ou tutela militar? São Paulo: Ática, 1994.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 1, jan./jun. 2009.

ZORZOLI, Luciana. Nunca Más: disputas entre Estado y memoria. In: JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 11., 2007. **Anais....** Tucumán, 2007. CD-ROM.



ANEXO B

Correio da Manhã (Rio), 1º de abril de 1964: "(?) Estados já em rebelião contra JG". Editorial clama pela deposição de João Goulart: "Fora!".

**Correio da Manhã**  
SEMANAL - 100 ANOS - 100 ANOS - 100 ANOS  
2.ª CIRCULAR

# ESTADOS JÁ EM REBELIÃO CONTRA JG

**ADEMAR ANUNCIA EM SP MARCHA DE KRUEL**

**O líder civil**



**MAGALHÃES PINTO: JG TRAI LEGALIDADE**

**JK chamada às armas por Goulart**

**PROCLAMAÇÃO DE KRUEL CONTRA JG**

**General Jai testa demagogia**

**OGT decretou greve em todo o país**

**Fora!**



O jornal defendeu a Constituição.

[illegible]

## ANEXO D

Diário da Noite (São Paulo), 2 de abril de 1964: "Ranieri Mazzilli é o presidente".  
O jornal dos Diários Associados trata a nova ordem como "legalidade"

**DECIDIU O CONGRESSO ESTA MADRUGADA**  
**RANIERI MAZZILLI**  
**É O PRESIDENTE**

**Indicado pelo general Costa e Silva o Congresso aprovou o nome do deputado Ranieri Mazzilli para a Presidência da República.**

**EMPOSSADO AS 3 HORAS E 25 MINUTOS**

**CL ANUNCIOU A VITORIA DA LEGALIDADE**

**KRUEL E MOURÃO SE REUNEM COM OUTROS GENERAIS**

**JANGO DEIXOU BRASILIA**

**"De agora em diante vamos caçar os agentes de Moscou, Pekim e Havana"**

**EUFORIA ONTEM À TARDE NOS CAMPOS ELISIOS**

**De agora em diante vamos caçar os agentes de Moscou, Pekim e Havana**

**Ademair diz: "Vamos iniciar agora a fase mais difícil e mais perigosa" - Populares fazem compromissos e germinam: política - Não acredita na renúncia de Jango: "Ele quer infelicitizar mais ainda o país" - Resumo dos principais fatos - (LEIA NA ÚLT. PAGINA DO 1.º CADERNO)**

**Diário da Noite**  
JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO DO PAÍS

**CL ANUNCIOU A VITORIA DA LEGALIDADE**

**KRUEL E MOURÃO SE REUNEM COM OUTROS GENERAIS**

**JANGO DEIXOU BRASILIA**

**"De agora em diante vamos caçar os agentes de Moscou, Pekim e Havana"**

**EUFORIA ONTEM À TARDE NOS CAMPOS ELISIOS**

**De agora em diante vamos caçar os agentes de Moscou, Pekim e Havana**

**Ademair diz: "Vamos iniciar agora a fase mais difícil e mais perigosa" - Populares fazem compromissos e germinam: política - Não acredita na renúncia de Jango: "Ele quer infelicitizar mais ainda o país" - Resumo dos principais fatos - (LEIA NA ÚLT. PAGINA DO 1.º CADERNO)**

ANEXO E

Diário de Notícias (Rio), 2 de abril de 1964: "Marinha caça Goulart".  
"Ibrahim Sued informa: É o fim do comunismo no Brasil."

**Kruel: Vitória Restabeleceu Pas Cristó no Brasil**

**2.º Clichê**

**Diário de Notícias**

**ARRAIS FOI ENCARCERADO E AFASTADO POR "IMPEACHMENT"**

**Marinha Caça Goulart**

**RESSURREIÇÃO**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

**ÚLTIMA FAZENDA DE ARACÃO**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

**Feriado Mantido**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

**Registros do Fim da Crise**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

**Mazili de Volta ao Planalto**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

**FUGO FERMELHO N.º 1**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

**COSTA E SILVA É O CHEFE DO EXÉRCITO**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

**Marcha é Hoje às 16 Horas**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

**Julgamento Não Poupará Ninguém**

Depois de três dias de silêncio, a 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, sob o comando do general Francisco de Paula, voltou a trabalhar. O general Francisco de Paula, chefe da 1.ª Divisão de Inteligência do Exército, voltou a trabalhar após três dias de licença.

## ANEXO F

Diário de Pernambuco, 2 de abril de 1964: "Jango sai de Brasília rumo a Porto Alegre ou exterior: posse de Mazilli".

Governador constitucional Miguel Arraes, vestido de branco no Fusca, é preso e cassado.

Diário de Pernambuco  
CABO DE PERNAMBUCO  
N. 11 - 1964

Artes deposto pelo Exército: Paulo Guerra à frente do governo (Leia na 3.ª e 6.ª pags.)

# JANGO SAI DE BRASÍLIA RUMO A PÔRTO ALEGRE OU EXTERIOR: POSSE DE MAZILLI



**Repercussão no exterior e ainda muito intensa**

**FIXANDO POSIÇÕES**

**CRIVE "GENAI"**

**ARRAES DEIXA O PALÁCIO**



## ANEXO G

Diário de Piracicaba (SP), 2 de abril de 1964: "Cessadas as operações militares: A calma volta a reinar no país".

No dia seguinte: "Relação de deputados que poderão ser enquadrados: Comunistas ou ligações com o comunismo".

# Ranieri Mazili é o Presidente da República

EDIÇÃO DE HOJE 4 PAGINAS

## Diário de Piracicaba

Diretor: S. FERRAZ

ANO XXX \* PIRACICABA, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1964 \* N.º 7.287

### O TEMPO EM PIRACICABA

Temperatura máxima	26,3°
Temperatura mínima	18,6°
Temperatura média à sombra	21,4°
Temperatura às 21h de ontem	21,5°
Umidade relativa	66%
Direção do vento predominante	Nordeste
Velocidade máxima do vento	6m p/ seg. às 9h30
Velocidade média do vento	1,5m p/ seg.
Previsão	Nublado

(Período - 21h de ontem a 21h de ontem - Dados fornecidos pelo Posto Meteorológico da Cadeira de Física e Meteorologia da UNESP)

# CESSADAS AS OPERAÇÕES MILITARES: A CALMA VOLTA A REINAR NO PAÍS

## Pequenas notas sobre os acontecimentos

**Tropas do I, II e IV Exército dominam a situação — Apenas no Rio Grande do Sul existem manifestações de resistência ao esquema militar formado para a deposição do sr. João Goulart**

**RIO, 1 (DP) —** Os I, II e IV Exércitos dominam inteiramente a situação, conjuntamente com os demais ramos das Forças Armadas, e o país está voltando à calma. Esta declaração foi feita por um oficial do I Exército.

Nesta capital, as autoridades estão recomendando a população que se abstenha da formação de grupos nas ruas para evitar tumultos pós-operatório, mas que, em face da intensa atividade que dedicou nas últimas horas, sofreu uma hemorragia, estando sob cuidados especiais.

**DEPOSTO ARRAIS**  
**SÃO PAULO, 1 (DP) —** A calma voltou a reinar no país às primeiras horas da noite de hoje, após terem as tropas do I, II e IV Exércitos, sob o comando dos generais Olímpio Mourão Filho, Lúcio

nabara, sem operações militares, mas apenas com manifestações públicas, notadamente em Porto Alegre.

**TRANQUILIDADE EM SÃO PAULO**  
**SÃO PAULO, 1 (DP) —** É de tranquilidade a situação nesta capital. Milhares de pessoas improvisaram uma passeata, festejando a volta do país à legalidade.

**DEPOSTO ARRAIS**  
**RECIFE, 1 (DP) —** O exercício do Governo de Pernambuco.

Segundo informação do IV Exército, o governador Miguel Arrais foi afastado pelas autoridades militares.

**DESAPARECIDO MENEGHETTI**  
**PORTO ALEGRE, 1 (DP) —** O governador Ildefonso Meneghetti foi afastado do Governo do Estado, encontrando-se em local desconhecido.

**PARTE ATRASADA**

### O TEMPO EM PIRACICABA

Temperatura máxima	24,8°
Temperatura mínima	15,4°
Temperatura média à sombra	20,2°
Temperatura às 21h de ontem	19,2°
Umidade relativa	71%
Direção do vento predominante	Nordeste
Velocidade máxima do vento	12m p/ seg. às 8h35
Velocidade média do vento	3m p/ seg.
Previsão	Nublado

(Período - 21h de ontem a 21h de ontem - Dados fornecidos pelo Posto Meteorológico da Cadeira de Física e Meteorologia da UNESP)

# Cêrca de 40 deputados poderão ter cassados os seus mandatos

**SUSPENSÃO DE MANDATO ENQUANTO PERDURAR JULGAMENTO POR TRIBUNAL MISTO — RELAÇÃO DE DEPUTADOS QUE PODERÃO SER ENQUADRADOS — COMUNISTAS OU LIGAÇÕES COM O COMUNISMO**

**RIO, 2 (DP) —** Cêrca de 40 deputados federais estarão enquadrados no expediente jurídico que justificará o projeto de suspensão de mandatos de parlamentares declaradamente comunistas ou ligados ao comunismo, que será apresentado à Câmara nas próximas 62 horas em Brasília.

O projeto declarará suspensão dos mandatos enquanto os deputados estiverem sendo julgados por tribunal misto, e ser formado por representantes do Legislativo, das Forças Armadas e da Justiça Eleitoral, cuja criação será prevista no mesmo projeto.

O projeto da suspensão dos mandatos deverá tomar as primeiras assinturas de apoio amanhã, no plenário da Câmara, para que possa ser apresentado à Mesa. Sua apresentação será em forma de projeto de decreto legislativo para que sua tramitação precise por menor tempo possível.

**DEPUTADOS ENQUADRADOS**  
Dentre os deputados que estarão enquadrados no decreto Legislativo, apontam-se os seguintes:

Neiva Moreira, Costa Santos, Marco Antônio, Lamartine Távora, Leonel Brizola, Abílio Moura, Gaspar Filho, Rubens Paiva, Henrique Ceste, Rolan Corbier, Fernando Santana, Gastão Pedreira, Almino Afonso, Bocaiaiva Cunha, Ferro Costa, José Aparecido, João Dória, Henrique Lima, Hélio Ramos, Afonso Pereira Lima, Leopoldo Coelho, Armando Carneiro, Peri Carvalho, Renato Archer, Adalberto Pacheco, Ramon de Oliveira Neto, Afonso Celso, Temperani Pereira, Edison Garcia, Rezende Monteiro, Renato Medeiros, Paulo de Tarso, Rogé Ferreira, Flávio Sampaio e outros.

**Continua sob controle estadual a fornecimento de gasolina**

**BOMBAS DE GASOLINA OPERARÃO COM SOMENTE 30% DO FORNECIMENTO NORMAL ATÉ QUE A SITUAÇÃO DO ESTADO E DO PAÍS SE NORMALIZE TOTALMENTE**

**SÃO PAULO, 2 (DP) —** O Governo do Estado de São Paulo, em face da atual situação política, burocrática, emitiu a seguinte instrução quanto ao abastecimento de gasolina e outros derivados de petróleo:

Gasolina — necessidade vital, com por cento de atendimento às forças militares, repartições públicas, empresas de ônibus, hospitais, indústrias, companhias de gás e outras de serviços públicos essenciais; para os postos de serviço, 30% do fornecimento normal, tanto para a capital quanto para o interior.

Alcoól — necessidade vital em geral o atendimento às presentes instruções, respeitando-as em seus abastecimentos particulares.

O comunicado oficial faz sentir aos proprietários de postos de gasolina a necessidade de serem mantidos esses dispositivos ora estabelecidos, até que a situação do Estado e do país se normalize totalmente.

**Pequenas notas sobre os acontecimentos nacionais**

Durante o dia de ontem, as principais emissoras do país prosseguiram emitindo

lha, exortando os seus partidários a que pusessem fim à resistência. Pouco depois, o presidente João Goulart. O pedido foi feito de bordo do avião em que viaja o sr. João Goulart.

*ANEXO H*

Diário do Paraná, 2 de abril de 1964: "Auro Andrade anuncia posse de Mazzilli com situação normalizada".

No alto: "Povo festejou na Guanabara vitória das forças democráticas".





## ANEXO I

Fatos & Fotos, abril de 1964 (data não identificada): "A grande rebelião".  
Uma revista em júbilo.



## ANEXO J

Folha de S. Paulo, 2 de abril de 1964: "Congresso declara Presidência vaga: Mazzilli assume".  
"Papel picado comemorou a 'renúncia' de João Goulart."

**FOLHA DE S. PAULO**  
*Um jornal a serviço do Brasil*

**CONGRESSO DECLARA PRESIDENCIA VAGA; MAZZILLI ASSUME**

**JG no RGS diz à nação que resistirá**

**Arrais e Badger depostos**

**Convocação: 4 mil inscritos em SP**

**I, II e IV Exércitos unidos; Jurema preso**

*Dutra, via Mazzilli*

*Vigiando o Dutra*

*Boato do papel*

*Antes da partida*

*Rumo à Guanabara*

*Boato do papel*



## ANEXO K

Jornal do Brasil (Rio), 1º de abril de 1964: "S. Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart".  
 "'Gorilas' [pró-Jango] invadem o JB."



*ANEXO L*

O Cruzeiro, 10 de abril de 1964: "Edição histórica da Revolução".

Revista celebra um herói da "Revolução", o governador de Minas, Magalhães Pinto, um dos artífices do golpe.



## ANEXO M

O Dia, 3 de abril de 1964: "Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo".  
 Jango chegou ao Rio Grande do Sul no dia 2. De lá, iria para o Uruguai. "O Dia": "Jango asilado no Paraguai!".







## ANEXO O

O Povo (Fortaleza), sem data: "II e IV Exércitos apoiam movimento mineiro".  
Quartel-general do IV Exército, no Recife, comandava a Força no Nordeste.



## ANEXO P

Última Hora, 2 de abril de 1964: "Jango no Rio Grande e Mazzilli empossado".  
Jogando a toalha: "Jango dispensa o sacrifício dos gaúchos".

# JANGO NO RIO GRANDE E MAZZILLI EMPOSSADO

## ULTIMA HORA DEPREDADA E INCENDIADA

**EXTRA**

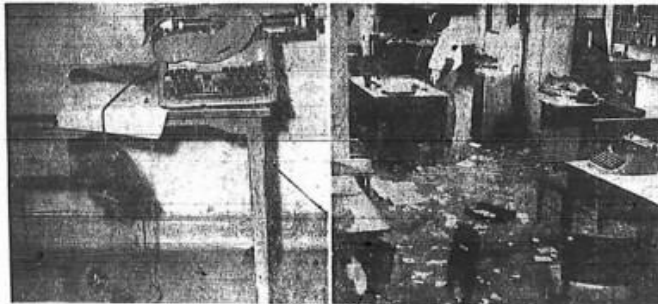


Foto e foto da reportagem de ÚLTIMA HORA no momento em que a frota de veículos do Jango foi destruída. A frota foi destruída por um grupo de manifestantes que, conduzindo uma série de veículos, apreendeu os veículos e os incendiou. A frota foi destruída por um grupo de manifestantes que, conduzindo uma série de veículos, apreendeu os veículos e os incendiou. A frota foi destruída por um grupo de manifestantes que, conduzindo uma série de veículos, apreendeu os veículos e os incendiou.

### JANGO DISPENSA SACRIFÍCIO DOS GAÚCHOS

Às 13h de hoje o Prefeito Sereno Chaves, de Porto Alegre, foi o primeiro a sair da cidade, encorajado por milhares de "Bêta da Legião".

"As primeiras horas de hoje, o Presidente João Goulart chegou a Porto Alegre. Depois de fazer alguns minutos de repouso, saiu. Antes de sair, fez uma reunião com os militares, os gaúchos e o governador, em condições de reunir-se ao processo político e decidir o destino do país."

edício do novo gaúcho e brasileiro".

O deputado Leonel Brizola pediu ao povo gaúcho e brasileiro, e todos os gaúchos, que se apresentem com serenidade e calma esta difícil passagem.

Encerrando o "Bêta da Legião" agradeceu a todos o povo gaúcho e brasileiro que compareceu em massa à sede do Profeta de Porto Alegre para assistir ao jogo de futebol. Fazeram tudo para manter a legalidade.

ANO XIII — Rio de Janeiro, Quarta-Feira, 2 de Abril de 1964 — Nº 4.218

## Última Hora 30 A VINDITA FRIA

A redação de ÚLTIMA HORA foi atingida, ontem, por uma explosão de violência selvagem, sem precedente na história de nosso País. Aproveitando-se da confusão que tomou conta da Cidade e das manifestações que surgiram ao longo da tarde, bandas de facinorosos, transportados em cerca de sessenta carros, tanto particulares como de praça, se empossaram na destruição metódica de tudo quanto encontraram no interior de nossa redação, cujas portas foram arrancadas. Máquinas, mesas, vidros, telefones, papéis, bem como veículos do serviço de reportagem e distribuição, que se achavam estacionados na rua ou guardados na garagem — nada escapou à pilhagem e à destruição. Numerosos carros foram incendiados, com risco de propagar-se o fogo a todo o prédio.

O atentado foi praticado de modo a poder passar como uma ação espontânea de elementos que festejavam a chamada vitória da democracia. Mas, na verdade, foi preparado com requintes de técnica terrorista do MAC. Horas antes, posamos em frente à nossa redação um carro que transportava "observadores" — e esses eram, como se constatou, elementos da famigerada Legião de Orlândia, cujas violências foram denunciadas por ÚLTIMA HORA, em memoráveis reportagens. Os mesmos

elementos estavam, em seguida, comandando o assalto, matando a leiteratura, matando e "playboys" — a cultura massa componente das tropas de choque do fascismo. Tiro foram disparados, barras de ferro utilizadas com habilidade de profissionais.

Não se trata de uma ação decorrente do entusiasmo político ou da irracionalidade primitiva: foi uma vindita fria. Foi por outro lado, uma ação planejada. Lá estavam, desde a tarde na televisão e no rádio, os elementos que preparavam o "assalto" do atentado. Eram os desmascarados e frustrados, entre os porta-vozes daqueles cujas idéias foram contrariadas pelo nosso jornal em reportagens e campanhas de repercussão nacional, sempre orientadas na defesa das grandes causas populares, da justiça social e da emancipação de nossa Pátria.

Os prejuízos materiais sofridos por ÚLTIMA HORA foram de vulto inestimável no momento. Apelamos para a justiça no sentido de que eles sejam reparados e indenizados os responsáveis pela violência. Aos nossos leitores pedimos a compreensão, o apoio e a solidariedade que nunca falhou, certos de que relevamos os fatos isolados que ameaçam esta edição.

A luta dos terroristas foi inútil. ÚLTIMA HORA continua.

## TODA FROTA DE REPORTAGEM DESTRUÍDA A BALA E A FOGO

## ANEXO Q

**DISCURSO DE MÁRCIO MOREIRA ALVES**

Publicado no Diário da Câmara dos Deputados, Suplemento, no dia 1º de junho de 2000, p. 87/98.) Importante frisar que foram adaptados alguns erros de digitação para tornar mais compreensível a leitura.

“SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES: (Encaminhamento de votação — Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, marcou-me o acaso para que me transformasse em símbolo da mais essencial das prerrogativas do Poder Legislativo. Independente do meu desejo, transmudaram-me no símbolo da liberdade de pensamento, expressa na tribuna desta Casa. Sei bem que a prova a que me submeteram está muito acima de minhas forças e de minha capacidade. Mas transcendeu, a causa que a Câmara julgará, à minha pessoa, ao meu mandato, aos partidos. É incômoda e angustiante a posição que me tocou. Suporto-a sem temor, embora não merecesse a honra de simbolizar a liberdade de toda a Casa do Povo. As grandes causas exemplares, que na vida das nações firmam as garantias da democracia, sempre ultrapassam os que as hajam motivado. A impessoalidade das conquistas do Direito é uma das mais belas realidades da luta dos povos pela liberdade. O nome dos barões que, nas pradarias de Windsor, fizeram o Rei João Sem Terra assinar a Magna Carta, perdeu-se nas brumas do tempo. Mas o julgamento por jurados, o direito dos cidadãos de um país livremente atravessaram as suas fronteiras, a necessidade de lei penal anterior e de testemunhas idôneas para determinar uma prisão, continuam a ser um imorredouro monumento àqueles homens e a todos os homens. [Esqueceram as gerações modernas as violências de Henrique VII da Inglaterra, porém todas as nações do Ocidente incorporaram às suas tradições jurídicas a medida legal que durante seu reinado e contra ele firmou-se — o habeas corpus] . Até mesmo as decisões iníquas podem ser fonte de liberdade. Ninguém sabe ao certo onde jazem os restos do escravo Dred Scott, contudo, a decisão da Corte Suprema Americana que o manteve escravo foi o estopim da libertação de todos os negros da América do Norte. Assim poderá ser, também, neste caso. Apagado o meu nome, apagados os nomes de quase todos nós da memória dos brasileiros, nela ficará, intacta, a decisão que em breve a Câmara tomará. Não se lembrarão os pósteros do deputado cuja liberdade de exprimir da tribuna o seu pensamento é hoje contestada. Saberão, todavia, dizer se o Parlamento a que pertenceu manteve sua prerrogativa de inviolabilidade ou se dela abriu mão. A verdade histórica é que os homens passam, mas os direitos que uma geração estabelece, através de suas lutas, às

outras gerações são legados, pouco a pouco criando o patrimônio comum das leis, garantias e liberdades de uma nação. Não se julga aqui um deputado; julga-se uma prerrogativa essencial ao Poder Legislativo. Livre como o ar, livre como o pensamento a que dá guarida deve ser a tribuna da Casa do Povo. [A Constituição proíbe que se tente abolir a Federação e a República. No entanto, os parlamentares podem defender da tribuna a monarquia e o Estado unitário. A liberdade de expressão no Congresso terá de ser total para que o Congresso sobreviva. Muitas vezes, em períodos conturbados de nossa História, e ainda recentemente, deputados discursaram em defesa de um regime de exceção. Os deputados argelinos, malgaches e africanos reiteradamente reclamam da tribuna da Assembléia francesa a independência de seus países. Fizeram o mesmo os irlandeses na Câmara dos Comuns, sem que houvessem sofrido sanções. Os parlamentares sulistas defendem no Congresso Norte Americano a segregação racial que a Corte Suprema colocou fora da lei. E nos Estados Unidos, que têm, no Vietnã, 600 mil de seus melhores soldados, incontáveis são as manifestações de representantes do povo contra a guerra]. Pode um deputado pronunciar um discurso que não conte com o apoio de um só de seus colegas. O fato de poder proferi-lo livremente não quer, entretanto, dizer que a câmara a que pertence é solidária com os conceitos que emitiu. Simplesmente significa que a Câmara existe, que é um poder independente e que garante a seus membros a liberdade de palavras e opiniões. [A lição dos mestres sobre a inviolabilidade da tribuna parlamentar é inexaurível. Nenhum dos comentaristas das Constituições que o Brasil já teve sequer admite discuti-la. Os autores citados pelo Sr. Ministro da Justiça, ou do assunto não tratam, ou dele tratam, como é o caso de Raul Machado Horta, para afirmar o que também afirmamos: a inviolabilidade é irrenunciável, pois que ao Deputado não pertence e, sim, a todo o Congresso]. Procura-se criar, em torno da concessão ou não de uma licença para que se prossiga um processo a respeito do que muito bem chamou o nosso professor de deveres, Deputado Djalma Marinho, “delito impossível”, uma crise institucional. Pudessem eu evitar esta crise abrindo mão de meus direitos, certamente o faria. Não creio que as crises que cada vez mais frequentemente sacodem a imperfeita e injusta estrutura constitucional brasileira possam ser removidas pelo sacrifício de um, de dois, de dez ou de todos os Deputados. Transcendem elas ao Congresso, aos mandatos e aos representantes do povo. São, antes, originárias de abusos de poder que do exercício de direitos. Estão fundamente fincadas na própria Constituição de 1967, no gigantismo das atribuições do Executivo, no afastamento do povo dos governantes, que não escolhe, na desigualdade de participação nas riquezas nacionais, nas ameaças à soberania nacional que a todo momento sentimos. Entretanto, isto não me é dado fazer. Não se discute, na espécie, o que pertence ao Deputado, ou seja, a sua imunidade processual. Discute-se o que pertence à Câmara, ou seja, a



inviolabilidade da sua tribuna, das suas comissões, das suas votações. [O Ministro da Justiça, movido por misteriosas pressões e por um pertinaz desejo de atacar o Congresso Nacional, surge, com a sua representação, perante o povo brasileiro, tal como Shylock apareceu diante do Doge de Veneza com a confissão de dívida do mercador Antonio, que lhe permitia tirar bem junto ao coração da vítima uma libra de carne. Não há apelo que o aplaque, não há violência que o estarreja, não há razão que o emocione, nem pedido que o abale. Quer, por força e a todo custo, retirar de junto do coração do Poder Legislativo o preço que acredita lhe ser devido. Mas, tal como o mercador de Veneza era impossível receber o que lhe deviam sem romper a lei, derramando o sangue de um cristão, é também impossível ao Ministro da Justiça receber o mandato de um Deputado sem causar a definitiva hemorragia no Poder Legislativo. Todos nós aqui chegamos pela confiança que recebemos de uma parcela do povo brasileiro, manifestada pelo voto secreto em eleições diretas. Esta confiança não é gratuita. Representa o compromisso que assumimos com o pensamento e os interesses daqueles que nos elegeram para que aqui exprimíssemos os seus anseios. Assim, entendo e procuro viver o meu mandato. Os que em mim votaram não o fizeram iludidos. Sabiam quem eu era e por isso me escolheram. O que pensava a respeito dos tempos que vivemos no Brasil, a visão que tenho do futuro ao qual devemos aspirar, tudo isto era conhecido de forma clara e precisa, pois que minhas opiniões longamente as expusera, através de livros, de discursos, de programas de televisão e, sobretudo, de uma longa e diária presença na imprensa. Que visão é esta? Creio poder encontrar as suas raízes em uma profecia de Isaías: “Pois eu vou criar novos céus e uma nova terra. O passado não será mais lembrado, não volverá mais ao espírito, mas será experimentada a alegria e a felicidade eterna daquilo que vou criar... Serão construídas casas que se habitarão, serão plantadas vinhas das quais se comerá o fruto. Não mais se construirá para que outro se instale, não mais se plantará para que outro se alimente. Os filhos de meu povo durarão tanto quanto as árvores, e meus eleitos gozarão do trabalho de suas mãos. Não trabalharão mais em vão, não darão mais à luz filhos votados a uma morte repentina”. É por um mundo assim que batalhamos. É por um Brasil assim que não tememos o sacrifício]. O que prego, desde o princípio de minha vida pública, nesta Casa e fora dela, é o estabelecimento de uma sociedade justa, onde todos possam viver livremente, livremente exprimindo suas opiniões e tendências e recebendo oportunidades iguais de desenvolverem os seus dotes humanos, sem sofrerem qualquer restrição por motivo de cor, de crença e, sobretudo de disparidades de fortuna. [Assim entendo deva ser este País internamente, como entendo ainda que externamente deva ser soberano, sem filiar-se a blocos internacionais políticos ou militares, sem de nação alguma, por mais poderosa que seja, receber o ditado do seu comportamento e sem que os agentes de qualquer nação, ainda que

poderosa e amiga, possam em seu desenvolvimento influir determinadamente]. Acredito que todos nós tenhamos uma responsabilidade direta na construção da paz social, como da internacional, responsabilidade esta que é tanto maior quanto maiores forem os instrumentos de cultura, de fortuna e de poder de que cada um disponha. É-me lembrado frequentemente, nesta Casa, por amigos que à minha responsabilidade apelam, por adversários que me procuram julgar, que sou um dos privilegiados da sociedade brasileira. É verdade. Tenho disto a mais profunda e pesada noção. Procuro, por isso, transformar o que de mais eficaz os privilégios me deram, ou seja, a possibilidade de acesso aos bens da cultura, que a noventa por cento dos brasileiros é negada, em um instrumento que permita aos despojados de hoje serem os participantes do amanhã. [Quero crer, tal como Dom Antonio Fragoso expressou em uma carta recentemente publicada nos jornais, que nos cabe conscientizar o povo da realidade que o cerca, a fim de que, dispondo de todos os elementos necessários ao julgamento, possa ele fazer livremente a opção pelo sistema social e econômico que às suas aspirações mais perfeitamente atenda. Toda minha vida política foi e é norteadada no sentido de poder eu prestar minha colaboração à tomada de consciência do povo brasileiro quanto à sua própria realidade. Neste sentido tenho proferido inúmeros discursos nesta Casa. Tenho falado muitas vezes sobre o sistema educacional brasileiro e os problemas da juventude. Na Comissão de Educação e Cultura, a que tenho a honra de pertencer, nunca deixei de participar, na medida dos meus conhecimentos e inspiração, dos debates sobre os projetos que ali transita. Fiz parte da Comissão Mista que estudou a reforma da estrutura universitária e, embora visse derrotados quase todos os pontos de vista que ali defendi, creio ter colaborado para que a defeituosa mensagem que ao Congresso o Executivo mandou tivesse algumas pequenas imperfeições corrigidas, ainda que as grandes conservasse. Tenho falado sobre a política salarial do Governo, que uma comissão de inquérito desta Casa, à qual pertenci, condenou, ao aprovar o relatório do Deputado Gabriel Hermes. Neste sentido, procuro mostrar que não interessa ao desenvolvimento da Nação e muito menos interessa à sobrevivência do seu povo a manutenção de níveis salariais que restringem enormemente o mercado da indústria nacional, ao mesmo tempo que privam de forma progressiva os assalariados dos padrões mínimos de consumo, de saúde, de habitação, de cultura, condizentes com a nossa condição humana. Não neguei, entretanto, apoio ao Governo quando julguei que corretamente procedera nas instruções que mandou à delegação brasileira na II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Embora a política externa do Brasil esteja ainda marcada pelo errôneo conceito de bipolarização do mundo, soube-se em Nova Delhi defender as verdadeiras necessidades do País, que se opõem aos privilégios desfrutados no mundo pelas nações ricas,

capitalistas ou comunistas, e coincidem com as dos povos pobres do chamado Terceiro Mundo. Finalmente, tive muitas vezes a necessidade de subir à tribuna para defender um dos mais sagrados dos direitos do homem, que é o de, preso, receber um tratamento condigno por parte de seus carcereiros e de somente ser privado da sua liberdade em virtude de transgressão da lei, sendo-lhe garantida a defesa ampla. É notório que este direito à liberdade e à integridade física vem frequentemente sendo desrespeitado no Brasil. Assim o proclama o Superior Tribunal Militar, através de centenas e centenas de habeas corpus que concede e da reforma de dezenas e dezenas de sentenças de primeira instância. Assim o proclama o mais alto tribunal da República, o Supremo Tribunal Federal, corrigindo, muitas vezes, a negativa de algumas mercês que, no Tribunal Militar, não encontraram amparo. Na defesa destes direitos acuso o espírito militarista que se apossou de uma minoria de civis e militares, que infelizmente desfruta de acesso ou de participação nos conselhos da República. Repito o que em minhas razões preliminares disse: nem todos os militaristas são militares. A maioria dos militares não é militarista. [Segunda-feira passada, no Rio de Janeiro, conversei longamente com um general do Exército, que na ativa se encontra. Disse-me ele que eu fora, talvez, infeliz nas palavras que proferi ao expressar a repugnância que sentia pela impunidade em que se mantêm os que praticam abusos de poder e violência. Mas que esta repugnância, que da tribuna da Câmara tantas vezes manifestei, é compartilhada por todos os oficiais que se norteiam pelos ideais republicanos de respeito à Lei e à Constituição e pelos ideais militares de honra à farda e à corporação a que pertencem. Um outro oficial de grande prestígio entre seus pares declarou a vários deputados que não teriam eles – e aqui o pronome teria o significado da maioria do corpo de oficiais das três armas – condições de defender um poder que abria mão de suas prerrogativas e, portanto, deixava de merecer o respeito dos brasileiros. Sr. Presidente, não defendo o mandato que recebi para furtar-me à responsabilidade de responder por minhas palavras e opiniões. Nunca deixei de ser por elas pessoalmente responsável, como jamais deixei de exprimi-las. Ataquei governos e poderosos quando a proteger-me tinha apenas a inviolabilidade de minha consciência. Nas trincheiras da oposição passei minha vida de jornalista. Não abdiquei do meu dever de opinar quando muitos calavam e o Presidente da República podia suspender arbitrariamente direitos políticos. Por que luto, então? Luto por solidariedade a esta Câmara livre de pressões e ameaças. Luto por solidariedade a todos e a cada um dos deputados, cujo dever de dizerem o que pensam – ainda que pensem de modo totalmente contrário às minhas opiniões – querem cassar. Luto porque cedo aprendi a respeitar a Câmara dos Deputados e, depois de a ela pertencer, aprendi a amá-la. Luto porque quero a Câmara aberta e digna. Quero que daqui saiam as leis e as reformas que reconstruirão no Brasil a democracia e estabelecerão

a justiça social. Quero que o Congresso recobre algumas das suas prerrogativas perdidas e conserve as que preservou]. Sei que a tentativa de cassar o meu mandato é apenas a primeira, de muitas que virão. Sei que o apetite, dos que a esta Casa desejam mal, é insaciável. Os que pensam em aplacá-lo hoje, com o sacrifício de um parlamentar, estarão apenas estimulando a sua voracidade. Buscam os inimigos do Congresso um pretexto. Acusam-me de injuriar as Forças Armadas. Nos processos penais de injúria a ação é liminarmente suspensa quando o acusado nega o seu ânimo de injuriar, e o acusador aceita a explicação. Nego aqui e agora que haja, em qualquer tempo ou lugar, injuriado as Forças Armadas. As classes militares sempre mereceram e merecem o meu respeito. O militarismo, que pretende dominá-las e comprometer-lhes as tradições democráticas, transformando-as em sua maior vítima, esse militarismo – deformação criminosa que a civil e militares contamina – impõe-se ao nosso repúdio. [Finalizo, Sr. Presidente, na esperança de que as angústias e sofrimentos que atravessamos possam servir para o engrandecimento do Congresso e a liberdade da Pátria. Os últimos dias foram pródigos em exemplos e lições. Um homem modesto, suave e tranquilo mostrou ao Brasil que no momento da verdade transforma-se a dignidade no cinzel que esculpe o herói. Djalma Marinho soube recusar as honras para ficar com a sua consciência. Juntamente com seus companheiros de partido, que foram expurgados da Comissão de Justiça em nome de ideais a que se conservaram fiéis, personifica a independência da Câmara. Vindo de outro Rio Grande, onde o sangue dos peledores firmou as fronteiras da Pátria, Daniel Kriegar mostrou que estão vivas as tradições de bravura dos gaúchos. É o verdadeiro e digno irmão do cavaleiro andante Brito Velho]. Entrego-me agora ao julgamento dos meus pares. Rogo a Deus que cada um saiba julgar, em consciência, se íntegra deseja manter a liberdade desta tribuna, que livre recebemos das gerações que construíram as tradições políticas do Brasil. Rogo a Deus que mereça a Câmara o respeito dos brasileiros, que possamos, no futuro, andar pelas ruas de cabeça erguida, olhar nos olhos os nossos filhos, os nossos amigos. Rogo a Deus, finalmente, que o Poder Legislativo se recuse a entregar a um pequeno grupo de extremistas o cutelo da sua degola. Volta-se o Brasil para a decisão que tomaremos. Mas só a História nos julgará.”